

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SYLVIA COSTA COUCEIRO

ARTES DE VIVER A CIDADE

CONFLITOS E CONVIVÊNCIAS NOS ESPAÇOS DE DIVERSÃO E PRAZER
DO RECIFE NOS ANOS 1920

Tese apresentada ao programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco, para obtenção do
título de doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende

RECIFE
JULHO DE 2003



Artes de Viver à Cidade

Conflitos e convivências
nos espaços
de diversão e prazer do
Recife nos anos

1920

SYLVIA COSTA COUCEIRO

Artes de Viver à Cidade

Conflitos e convivências
nos espaços
de diversão e prazer do
Recife nos anos

1920

SYLVIA COSTA COUCEIRO

I

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro

Prof. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes

Prof. Dr. Raimundo de Alencar Arrais

Prof. Dr. Antônio Jorge Siqueira

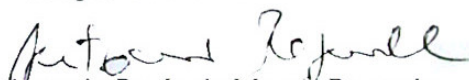
Aprovada em: 27/08/2003

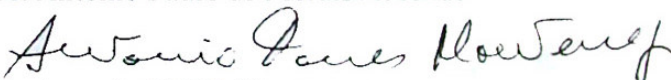


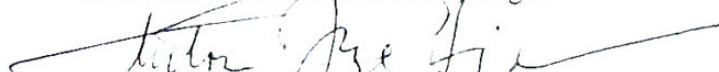
ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA SYLVIA COSTA COUCEIRO

Às 14:00 do dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2003 (dois mil e três), no Curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna SYLVIA COSTA COUCEIRO intitulada "*ARTES DE VIVER A CIDADE: - conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA COM DISTINÇÃO**" em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: ANTONIO PAULO DE MORAIS REZENDE (ORIENTADOR), ANTONIO TORRES MONTENEGRO, ANTONIO JORGE DE SIQUEIRA, EDVÂNIA TORRES AGUIAR GOMES E RAIMUNDO PEREIRA ALENCAR ARRAIS. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Profª Maria do Socorro Ferraz Barbosa e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de agosto de 2003

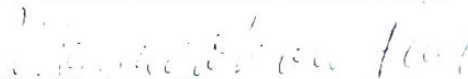

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende


Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro


Prof. Dr. Antonio Jorge de Siqueira


Profª Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes


Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais


Profª Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa


Luciane Costa Borba

A todos aqueles que, ao longo dos tempos,
viveram, amaram e ajudaram a construir esta cidade.

AGRADECIMENTOS

Estas páginas estão cheias de assinaturas invisíveis. Em cada parágrafo, frase, citação, ilustração, referência, sinto a presença de amigos, parentes, colegas de trabalho e da universidade, professores, funcionários dos arquivos e bibliotecas por onde peregrinei nestes últimos anos. São tantas as pessoas que ao longo dessa caminhada ajudaram na construção deste trabalho que é quase impossível citá-las uma a uma. Embora seja difícil retribuir com simples palavras, vou arriscar nomear apenas aquelas que tiveram uma participação mais direta na realização deste trabalho, esperando que todos os demais com os quais dividi momentos de felicidade, descobertas, angústias e cansaço, enfim, as horas boas e más vividas durante o percurso, saibam que têm todo o meu carinho e reconhecimento.

Dessa forma, meus agradecimentos iniciais vão para todos os colegas da área de arquivos e acervos da Fundação Joaquim Nabuco, onde realizei grande parte desta pesquisa. Aos que trabalham na Biblioteca Blanche Knopf, nos setores de Microfilmagem, Iconografia, Fonoteca, agradeço a paciência e o interesse com que vasculharam prateleiras e arquivos na busca de fontes de interesse para o tema.

Registro também a colaboração e a solidariedade intelectual e afetiva dos amigos e colegas do Instituto de Pesquisas Sociais, especialmente da amiga Maria do Socorro Pedrosa de Araújo, com quem nos momentos de folga “bati bons papos” sobre a vida e partilhei as alegrias e incertezas que cercam a elaboração de uma tese. Aos dirigentes da Instituição, agradeço a liberação das minhas funções cotidianas de pesquisa para que pudesse dedicar-me integralmente à pesquisa e redação da tese.

À Marcília, do Arquivo Público Estadual, pesquisadora curiosa e incansável, um especial muito obrigada pela indicação de documentos do acervo da Secretaria de Segurança Pública, os quais subsidiaram parte deste trabalho.

À FACEPE, agradeço o apoio financeiro na fase final do trabalho.

Durante o curso de doutorado, tive a sorte de conviver com pessoas maravilhosas: professores, colegas de turma, pessoal da secretaria sempre solícito e paciente. Aos meus colegas de turma, agradeço não apenas a troca intelectual mas, sobretudo, os momentos de convívio agradável, as brincadeiras, o clima de companheirismo que me fez recordar os tempos de colégio. Valeu, pessoal!

Para que este trabalho chegasse à sua versão final, a participação

dos professores Antônio Montenegro e Edvânia Torres Aguiar Gomes, componentes da banca de qualificação, foi fundamental. A leitura atenta e cuidadosa, o espírito de colaboração e a forma cordial e sincera de criticar e sugerir foram responsáveis por uma reestruturação geral do material apresentado.

Como não poderia deixar de ser, Antônio Paulo Rezende ocupa lugar de destaque nesses agradecimentos. A humildade intelectual, a forma afetuosa com que trata seus orientandos, a confiança que deposita na capacidade de realização de cada um e a liberdade de criação ao longo da orientação constroem uma relação baseada na amizade e no respeito. Devo a ele e à sua idéia de orientação conjunta a aproximação com um grupo de colegas no qual prevalece um forte espírito de companheirismo e de troca intelectual. Para esse grupo, mando um recado: Lucinha, Gustavo, Fabiana, Daniel, Jailson, Luis Manuel, se vocês pensam que estou saindo da equipe depois da defesa estão muito enganados! A Gustavo, agradeço a indicação da planta da cidade do Recife. A Fabiana, devo um muito obrigada de coração pelo espírito de colaboração e pelo paciente trabalho no tratamento gráfico dos mapas usados na tese.

É preciso registrar, também, um agradecimento especial à amiga Margarida Michel, pela competência e segurança com que corrigiu este trabalho, e a Gisela Abad, pelo projeto gráfico.

À minha família, que tantas vezes ouviu de mim: “Não posso ir, estou trabalhando na tese”, ou: “Agora não dá, estou finalizando um capítulo”, comunico que de agora por diante vamos ter muitos momentos juntos. Aos amigos, agradeço o apoio e a afetividade. Quero registrar que, apesar dos períodos de reflexão e recolhimento, não me senti sozinha em momento algum. Como ninguém é de ferro, no meio de tudo ainda conseguimos algumas pausas para jogar conversa fora, bebericar, cantar e frevar. Aguardem-me que estou voltando com força total!

Devo finalmente compartilhar com Cláudio, meu companheiro de todas as horas, esse momento de felicidade pela sensação da tarefa cumprida. Saiba que, sem a sua paciência em ouvir e sua imensa disponibilidade para me ajudar nos momentos de maior sufoco, este trabalho não teria fluído de forma tão leve.

Pai, onde quer que você esteja, não esqueço o dia em que, às portas do vestibular, fui comunicar-lhe, cheia de medos, que estava decidida a trocar a carreira médica para cursar História. Ao invés do esperado sermão, recebi de você força e confiança. Sem suas palavras naquele momento, hoje eu não estaria escrevendo esses agradecimentos. Obrigada!



Comida

Arnaldo Antunes · Marcelo Fromer · Sérgio Brito

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comida
A gente quer comida diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer (...)
A gente não quer só comer
A gente quer comer, e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade
Desejo, necessidade, vontade...

SUMÁRIO

Índice das ilustrações	XI
Resumo	XV
Summary	XVII
Introdução	01
I. Recife nos anos vinte: espaços, pessoas e imagens	15
1. Os anos 20 vão chegando ao fim	17
2. Trilhas da cidade	25
3. Recife, Recifes...	40
4. Invenções modernas e transformações cotidianas	59
II. Prazeres da noite e do dia	81
1. No circuito das “diversões modernas”	83
1.1 Pelos palcos e salões da cidade	88
1.2 A rua também é uma festa!	101
2. Cafés do Recife	120
3. Pensões, casas de cômodo e bordéis	129
4. Recife, “A sucursal de Monte Carlo”	146
III. (Con)vivências	163
1. O <i>footing</i> na Rua Nova	165
2. Entre a <i>Bijou</i> e a <i>Crystal</i>	190
3. Médicos, “curandeiros” e cartomantes	199
4. Domingo na feira	219
IV. Caminhos do controle: regras e artimanhas	229
1. Crimes, castigos e fugas	231
2. A polícia em foco	250
3. Diversões públicas: regulamentos e invenções	265
Palavras Finais	295
Bibliografia	301

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1. Recife, 1920-1930, In: PARAHYM, Orlando. <i>Traços do Recife: ontem e hoje</i> . Recife, Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, 1978 03/07/1926.	17
2. Capa da <i>Revista da Cidade</i> , 21/04/1928.	19
3. Vendedor ambulante. F. Rebello, <i>Revista da Cidade</i> , 01/01/1927.	23
4. Travessa do Corpo Santo. Acervo <i>Fundaj</i> , 1913.	24
5. Av. Beira-Mar. Capa da <i>Revista de Pernambuco</i> , 1925.	30
6. <i>Planta da Cidade do Recife</i> . Estabelecimento Gráfico Simonek e Cia., 1914. Acervo <i>Fundaj</i> .	32
7. Praça Afonso Pena. <i>Revista de Pernambuco</i> , 1925.	33
8. Arco da Conceição. <i>Revista Ilustração Brasileira</i> junho de 1924.	35
9. O Recife se renova e moderniza. <i>Revista de Pernambuco</i> , maio de 1925.	45
10. Munguzá gostoso. F. Rebello, <i>Revista da Cidade</i> , 03/07/1926.	47
11. Bairro de Santo Antônio. <i>Revista da Cidade</i> , 25/05/1926.	50
12. Mocambo. <i>Revista da Cidade</i> , 12/06/1926.	57
13. Aparelhos a gaz. <i>A Pilhéria</i> , 16/03/1929.	63
14. General Electric. <i>Jornal do Recife</i> , 07/11/1926.	65
15. Adriano Ferreira e Cia. <i>Revista Prá Você</i> , 22/02/1930.	66
16. Sem Fio, <i>Revista da Cidade</i> , 12/06/1926.	67
17. The Telephone Company of Pernambuco LTD. <i>Revista da Cidade</i> , 30/04/1927.	70
18. Gasosa Fratelli Vita. <i>Jornal do Recife</i> , 08/05/1927.	71
19. Automóvel. <i>Revista da Cidade</i> , 15/01/1927.	73
20. Os pingentes... dos bondes. <i>Revista da Cidade</i> , 12/06/1926.	74
21. Desastre de trânsito. <i>Revista da Cidade</i> , 23/04/1927.	78
22. Festa popular. Acervo <i>Fundaj</i> , 1910-1920.	86
23. Cinemas da Rua Nova. Acervo <i>Fundaj</i> , 1920.	88
24. Capa da <i>Revista Cinema</i> , outubro de 1927.	91
25. Foto da encenação da peça Berenice. <i>Revista da Cidade</i> , 14/08/1926.	96
26. Darwin tem razão... <i>Revista da Cidade</i> , 29/01/1927.	98
27. Recital Reis e Silva. <i>Revista da Cidade</i> , 10/04/1926.	99
28. Edifício da Exposição Geral de Pernambuco. <i>Revista de Pernambuco</i> , outubro de 1924.	102
29. Chegada do Jahú. <i>Revista da Cidade</i> , 11/06/1927.	103
30. Parque de Diversões. <i>Álbum de vistas do Recife</i> , 1917.	105
31. Uma coleção de sorrisos. <i>Revista da Cidade</i> , 04/12/1926.	106
32. Turfe. <i>Revista da Cidade</i> . 17/11/1928.	110

33. As regatas de domingo. <i>Revista da Cidade</i> , 15/06/1929.	112
34. Water-polo. <i>Revista da Cidade</i> , 02/03/1929.	115
35. Liga Pernambucana de Desportos Terrestres. <i>Rua Nova</i> , 26/06/1926.	116
36. Foot-Ball. <i>Revista da Cidade</i> , 25/05/1926.	117
37. Café Cascata. <i>Revista Cri Cri</i> , agosto de 1908.	120
38. Café Lafayette. Acervo <i>Fundaj</i> , 1920-1930.	123
39. Coisas do Recife. <i>Revista Cri Cri</i> , setembro de 1908.	128
40. <i>Planta da Cidade do Recife</i> , Estabelecimento Gráfico Simonek e Cia., Acervo <i>Fundaj</i> , 1914.	136
41. Conversa na esquina. <i>A Pilhéria</i> , 08/04/1927.	143
42. O jogo do dominó. <i>Revista da Cidade</i> , 29/01/1927.	150
43. As três cartinhas. <i>Revista da Cidade</i> , 12/06/1926.	154
44. Jogo proibido. <i>A Pilhéria</i> , 08/04/1927.	162
45. Capa da Revista <i>A Pilhéria</i> , 21/11/1925.	168
46. Capa da <i>Revista da Cidade</i> , 28/01/1928.	169
47. Capa da <i>Revista da Cidade</i> , 04/06/1927.	171
48. Senhoras recifenses na Ponte da Boa Vista. In: FREYRE Gilberto. <i>Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade da Cidade do Recife</i> . Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1968. Foto da virada do século XIX-XX .	172
49. Nova Geração. <i>Rua Nova</i> , 27/03/1926.	173
50. Tarde de verão na <i>Rua Nova</i> . <i>A Pilhéria</i> , 29/01/1927.	175
51. A geladeira. <i>Revista da Cidade</i> , 16/04/1927.	177
52. Moda masculina. <i>A Pilhéria</i> , 24/10/1925.	181
53. Uma esmolinha pelo amor de Deus. <i>Revista da Cidade</i> , 25/05/1926.	183
54. Sorveteria Boa Vista. <i>Revista da Cidade</i> , 26/05/1928.	191
55. Confeitaria <i>A Bijou</i> . <i>Rua Nova</i> , 31/07/1924.	194
56. A Crystal. <i>Revista de Pernambuco</i> , julho de 1925.	196
57. A Hora do Chá. <i>Rua Nova</i> , 27/02/1926.	198
58. Tricalcine. <i>A Província</i> , 11/02/1926.	206
59. Dr. João Costa. <i>Jornal Pequeno</i> , 06/10/1921.	208
60. Mãe Maria. <i>Jornal do Recife</i> , 28/03/1920.	218
61. Zé Povo. <i>A Pilhéria</i> , 26/05/1923.	221
62. Cena de feira. <i>Revista da Cidade</i> , 10/11/1928.	222
63. Feira do Bacurau, Madalena. <i>Álbum de Pernambuco</i> , 1913.	224
64. O retorno com a feira para a semana. <i>Revista da Cidade</i> . 16/10/1926.	227
65. Hora do almoço. <i>Revista da Cidade</i> , 25/05/1926.	233
66. Kiosque. <i>Revista da Cidade</i> , 02/04/1927.	234
67. 13 de maio Republicano. <i>A Pilhéria</i> , 12/05/1923.	238
68. Capa da Revista <i>A Pilhéria</i> , 04/12/1926.	242

69. Pais-de-santo. In: GONÇALVES FERNANDES, Albino. <i>Xangôs do Nordeste: investigação sobre os cultos negro-fetichistas no Recife</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. Foto dos anos 1930.	243
70. Homem defecando às margens do Capibaribe. In: FREYRE Gilberto. <i>Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade da Cidade do Recife</i> . Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1968. Foto de final do século XIX.	249
71. Ambos poetas. <i>Revista Cri Cri</i> , agosto de 1908.	252
72. Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão. <i>Revista da Cidade</i> , 16/02/1929.	256
73. Inspetor Ramos de Freitas. <i>Revista da Cidade</i> , 24/12/1927.	257
74. Hábitos novos. <i>Revista Cri Cri</i> , outubro de 1908.	259
75. Grupo de fiéis de um “terreiro” do Recife. In: GONÇALVES FERNANDES, Albino. <i>Xangôs do Nordeste: investigação sobre os cultos negro-fetichistas no Recife</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. Foto dos anos 1930.	264
76. A sesta. <i>Revista da Cidade</i> , 1927.	267
77. Poltronas para cinema e teatro. <i>Revista Cinearte</i> , 06/04/1927.	275
78. Teatro do Parque. <i>Jornal do Commercio</i> , 21/09/1924.	278
79. A ilustração da coluna “Esportes” do <i>Jornal Pequeno</i> . <i>Jornal Pequeno</i> , 05/03/1921.	280
80. Bulha de galos. <i>Revista da Cidade</i> , 28/08/1926.	283

RESUMO

No início do século XX, o Recife passou por grandes transformações no que diz respeito à sua infra-estrutura e aspecto físico, a partir da implementação de um processo de modernização que viabilizou o reaparelhamento do Porto, a reforma do Bairro do Recife, a abertura de avenidas, a implantação de um projeto de saneamento e o embelezamento de alguns espaços. Essa modernização alterou não apenas a aparência física da cidade mas também provocou profundas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes.

As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites, implicavam o controle e a repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, sobretudo aquelas ligadas às camadas populares. Esses diferentes padrões geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os diferentes e os desiguais.

Este trabalho, embasado teoricamente na obra de Michel de Certeau, tem como preocupação central analisar algumas das práticas expressas nas táticas de resistência, nas astúcias, verdadeiras “artes de viver a cidade”, empregadas pela população do Recife ao longo dos anos vinte, quando é travado um verdadeiro embate entre os diversos segmentos sociais em torno dos espaços de diversão e prazer da cidade.

Palavras - Chave

História social da cidade do Recife

História cultural do Recife

História dos divertimentos públicos no Recife

Modernização no Recife dos anos 1920.

SUMMARY

In early 20th century Recife went through big changes in its infrastructure and landscape, due to the implementation of a modernization process that made viable the port's restructuring, the reform of the Bairro do Recife, the opening of avenues, the installation of a sanitation project and the embellishment of some quarters. This modernization changed not only the city's physical aspects but also the cohabiting patterns of its inhabitants.

The new cohabiting patterns and rules enforced by elite groups implied in the control and repression of a set of traditional manifestations and practices, mainly those linked to the popular classes, creating opportunities for conflicts and tensions. On the other hand, those new patterns and rules also opened the way for cultural exchanges, appropriations and adaptations among different and unequal people. This work, based on the theory developed by Michel de Certeau, has as its main objective the analysis of some of the practices, expressed in the resistance tactics, the tricks, real "arts for living in the city", employed by the people of Recife in the 1920's, the decade in which occurred a real battle among the various social segments about the places for recreation and fun within the city.



INTRODUÇÃO

A história deste trabalho iniciou-se em meados dos anos noventa, quando, no silêncio do Arquivo Público Estadual realizava uma pesquisa sobre a chegada do cinema ao Recife. Folheando jornais do início do século XX, comecei a ser envolvida por notícias que, aqui e acolá, desfilavam diante dos meus olhos, assanhando minha curiosidade. Enquanto a cidade começava a passar por uma série de reformas e transformações na área de infra-estrutura urbana, com a abertura de avenidas, o calçamento de ruas, o serviço de bondes, a instalação da rede de saneamento, a reaparelhagem do Porto, enquanto novos produtos e artigos modernos eram oferecidos a seus habitantes, provocando alterações que ocasionaram a instituição de novos padrões de convivência urbana, comentários e notas sobre novas formas de diversão apareciam freqüentemente nos jornais.

Eram carrosséis, orquestrafone, corridas a pé e de bicicleta no Derby, regatas na bacia do Capibaribe, o turfe no Prado da Madalena e, uma atração à parte, a grande estrela das noites recifenses: a iluminação elétrica.

“Diversões no Derby - Dos divertimentos a realizarem-se no dia 04 de março corrente, no Derby, aprazível arrabalde da Estância. Corridas de bicicleta de 1 às 5 horas da tarde e das 7 às 10 da noite. Grande batalha de flores e confeti, à pedido. Estréia da nova e surpreendente iluminação elétrica, cujos aparelhos foram contratados especial e propositalmente para o velódromo, achando-se tão bem distribuídos os focos respectivos, que não há o que contestar: *a noite tornar-se-á dia*. (...). O carrossel funcionará toda a tarde e a noite, reservando-se uma hora, de 4 às 5, às *crianças pobres, que apresentando-se decentemente vestidas*, sejam acompanhadas de seus pais e tutores. Duas bandas de música abrilhantarão a festa executando as melhores peças do seu repertório.”¹

Enquanto copiava aquelas notícias, muitas questões começaram a passar pela minha cabeça: Como as pessoas teriam vivido esse momento de tantas transformações nos padrões de convivência da cidade? Quais os sentimentos que experimentaram diante do novo e surpreendente universo de novidades que se incorporavam cotidianamente às suas vidas? Como teria sido o relacionamento entre os setores privilegiados da sociedade e as camadas populares nesses novos espaços de diversão e prazer da cidade?

Para responder a essas e outras questões, resolvi que faria desse o tema da minha tese de doutorado. Nessa época, sabia de algumas das dificuldades que enfrentaria escolhendo tema tão diferente

¹ *Jornal Pequeno*, 03/03/1900. Coluna “Por Conta Alheia”. Grifo meu.

daqueles usualmente preferidos pela maioria dos historiadores. Avaliados até há pouco tempo atrás por grande parte dos intelectuais e pesquisadores como objetos de estudo de menor importância, insignificantes dentro dos parâmetros da investigação científica - que privilegiava as pesquisas centradas em aspectos econômicos e políticos da sociedade -, as diversões, a festa e outras atividades lúdicas vinham sendo relegadas a segundo plano, tratadas como temas acessórios, utilizados para dar leveza ou um certo tom pitoresco e original aos temas de pesquisa considerados relevantes.

Apenas mais recentemente, e não sem resistências, historiadores identificados com alguns princípios lançados pela Nova História, como Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke, Natalie Davis, Robert Darnton e outros, começaram a empreender esforços no sentido de abrir novos horizontes temáticos, promovendo a interação entre a História e a Antropologia, incentivando o desenvolvimento de estudos na área da história da cultura, conseguindo penetração e popularidade no Brasil.

Produção acadêmica crescente, sucesso no mercado editorial, debates acalorados entre renomados historiadores, enfim, o que alguns estão convencendo chamar de *Nova História Cultural* ou, como preferem outros, *História Antropológica*, *História Sócio-Cultural*, *Antropologia Histórica* ou ainda *Etno-História*, tem constituindo cada vez mais um campo de interesse dos historiadores nos últimos anos. Diferente da antiga História da Cultura, que destacava os estudos ligados às belas artes, à literatura, ou mesmo à música, priorizando as expressões culturais ligadas às elites ou à cultura oficial, a preocupação central da Nova História Cultural é a descoberta dessa grande desconhecida que é a cultura popular.²

Consciente de que tal movimento de aproximação entre a antropologia e a história, apesar de enriquecedor e desafiante, deve ser encarado de forma cautelosa e obedecer a certos limites, concordo com a opinião de Thompson, quando ele pondera que o estímulo à integração com a antropologia “*se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia*”.³

Assim, instigados pelos desafios apresentados no diálogo com a antropologia, temas, como o corpo, a leitura, o medo, a festa e outros, passaram a ser reconhecidos como importantes e fundamentais para a compreensão da história dos grupos sociais, em função, também, das ligações sutis e intensas que mantêm com os demais setores da vida, como as questões relativas à produção, às relações familiares e à política. Mona Azouf, ao observar a abertura da história

² COUCEIRO, Sylvia Costa. Os desafios da história cultural. In: *Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares*. Joanildo Burity (org.) Rio de Janeiro, DP&A, 2002, p. 11.

³ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p.229.

ao estudo de novos objetos, a busca da interdisciplinaridade e discutindo a inserção do tema diversões e festas como uma das preocupações do momento dos historiadores, enfatizou: “*A história, por um lado, desde há muito tempo tem se preocupado conscientemente mais com os trabalhos e os esforços dos homens do que com os seus divertimentos ou, como se queira, com as suas diversões. Se as festas tornam-se doravante, com pleno direito, objeto da história, deve-se isso à dupla instigação do folclore e da etnologia. Por freqüentar um e outro campo, o historiador aprendeu a levar em consideração a armadura que a ritualização dá à existência humana, mesmo que seja uma ritualização desprovida de regulamentação explícita ou de coesão coerente. Acrescente-se que, com a psicanálise, a história aprendeu (...) o interesse que pode ter a colheita do aparentemente insignificante.*”⁴

No Brasil, até há poucos anos atrás, as diversões públicas, a festa e o lazer eram territórios quase exclusivos de antropólogos, folcloristas e alguns sociólogos. Moraes Filho, Luiz da Câmara Cascudo e, mais recentemente, Roberto DaMatta e José Magnani, realizaram estudos sobre a cultura e as tradições populares, o carnaval e o lazer nas cidades. Quase nenhum historiador atrevia-se a caminhar em terreno ainda tão inóspito e desconhecido. Mais recentemente, sobretudo a partir dos anos de 1990, os historiadores brasileiros começaram a estudar aspectos ligados à festa, às diversões e a outros aspectos da vida cotidiana da população. Maria Isaura Pereira de Queiroz analisou os mitos do carnaval brasileiro; Rosa Maria de Araújo dedicou boa parte da sua tese de doutorado às formas de diversão das famílias cariocas nos primeiros anos da República; Mary Del Priore investigou as festas no Brasil Colonial; Martha Abreu penetrou no universo das festas religiosas e costumes populares no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX; Regina Horta Duarte pesquisou os espetáculos de circo em Minas Gerais no século XIX; Maria Clementina Pereira Cunha explorou a folia de Momo carioca na virada do século XX, dentre outros.⁵

Portanto, foi assim, em um processo cercado de muitas dúvidas e apreensões que os historiadores começaram a afastar os fantasmas e passaram a enfrentar as dificuldades que cercavam os temas ligados aos estudos culturais. Esse movimento não aconteceu por acaso, refletindo os anseios e preocupações vivenciados pela sociedade ocidental no presente. A acelerada transformação do mundo, a revolução tecnológica, as guerras e um processo de homogeneização de padrões de comportamento, tradições e costumes em nível mundial geraram dúvidas e inseguranças, forçando a busca de respostas por parte do historiador, pressionando no sentido de preencher os imensos vazios culturais deixados pela

⁴ AZOUF, Mona. A Festa. In: *Historia - Novos Objetos*. LE GOFF, J. e NORA, Pierre. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 217.

⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Carnaval brasileiro, o vivido e o mito*. São Paulo, Brasiliense, 1992. ARAÚJO, Rosa Maria B. de. *A vocação do prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993. PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1994. ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio ed Janeiro, 1830-1900*. São Paulo, Fapesp, 1999. DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, Unicamp, 1995. CUNHA, Maria Clementina P. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

avalanche das transformações, se não com a reconstrução das vivências e tradições, pelo menos com uma compreensão crítica das diferentes práticas instituídas. Ao analisar seu procedimento, enquanto historiador, Philippe Ariès destacava: *“Então eu caminho por um mundo que é um mundo de curiosidade, algumas vezes maravilhando-me: por que tal ou qual coisa? E é isso que me faz pular para o passado: eu penso que nunca segui um comportamento histórico que não tivesse como ponto de partida uma questão colocada pelo presente.”*⁶

No livro *Ano 1000 Ano 2000 na Pista dos Nossos Medos*, Georges Duby enfatiza o papel do historiador nos tempos atuais, ressaltando a importância do estudo da história para a compreensão dos problemas do presente: *“Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente? O historiador, por conseguinte, tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas do seu tempo. As pessoas que viviam [no passado] não eram nem mais nem menos inquietas do que nós. Em que esses homens e mulheres acreditavam, seus sentimentos, como eles viam o mundo? A História, da maneira como é escrita hoje, esforça-se para descobri-lo, para penetrar no espírito de uma sociedade. (...) Discernir as diferenças, mas também as semelhanças entre o que a amedrontava e o que tememos pode permitir-nos, (...) afrontar com mais lucidez os perigos de hoje.”*⁷

Nesse sentido, escrever a história não significa descobrir aspectos do passado, mas recriá-los, reescrevê-los, a partir da nossa própria experiência presente. *“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.”*⁸

Apesar das dificuldades quanto ao tema escolhido - documentação esparsa, disseminada pelas mais diversas fontes, a amplitude do tema, a carência de fontes mais específicas e de trabalhos recentes sobre o assunto -, resolvi por mãos à obra. Aos poucos, o grande volume de documentação pesquisada abria novos caminhos, dando espaço a questionamentos não previstos, apresentando horizontes diferentes daquele proposto no projeto inicial. A cidade surgia como um universo fascinante e, ao mesmo tempo, estranho e desconhecido. Os novos espaços que estavam sendo transformados e/ou criados no início do século XX, impunham diferentes modelos de comportamento e de relacionamento entre os seus habitantes, provocando efeitos e reações complexas e difíceis de decifrar.

⁶ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p.25.

⁷ DUBY, Georges *Ano 1000 Ano 2000 na pista dos nossos medos*. São Paulo, UNESP, 1998, p. 09.

⁸ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica. Arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1993, p.224.

Resolvi fixar o período a ser trabalhado nos anos 1920, sem contudo deixar de investigar as décadas anteriores. A escolha justifica-se em função de uma série de transformações que se vinham operando na cidade do Recife a partir do início da década de 1910, sobretudo com relação aos espaços públicos, o que gerava alterações profundas nas formas de “viver a cidade” e nos padrões de convívio da população do Recife. A modernização do Porto, a reforma urbana do Bairro do Recife, às melhorias nos serviços de abastecimento d’água e o Plano de Esgotamento Sanitário do engenheiro Saturnino de Brito fizeram parte de um rol de melhoramentos empreendidos nessa fase, assim como as reformas realizadas durante o governo de Sérgio Loreto nos anos vinte, tais como: o embelezamento das Praças do Parque Amorim, da antiga Campina do Bodé, depois chamada Praça Sérgio Loreto, reformas no Largo da Encruzilhada, urbanização do Derby, construção de mercados públicos, e a abertura da Avenida Boa Viagem, dentre outras.

Foi também em princípios do século XX que começaram a ser introduzidas no Recife as modernas invenções e os novos meios de transporte que acabaram por causar grandes modificações na vida cotidiana dos seus habitantes. A chegada da eletricidade trouxera consigo toda uma “parafernália” de novos apetrechos domésticos. O sistema telefônico foi implantado, vários cinemas inaugurados, os automóveis e bondes elétricos circulavam pelas ruas. A cidade começava a experimentar ritmos mais acelerados.

O impacto que tais mudanças causavam não se resumia aos aspectos estéticos, higiênicos ou econômicos. A modernização e os melhoramentos urbanos implicavam modificações profundas nos hábitos cotidianos dos habitantes da cidade, no seu modo de viver e divertir-se. Esses eram os aspectos que me interessavam.

A rua era agora um espaço disputado. Vendedores ambulantes, carregadores de carga, almocreves, pessoas que viviam de pequenos expedientes, mendigos que sobreviviam da caridade pública, crianças abandonadas, prostitutas e tantos outros que faziam das vias públicas o seu lugar de trabalho, subsistência e diversão, agora tinham concorrentes. As elites, satisfeitas com os melhoramentos, também queriam ocupar as ruas. Passeavam pelo Parque Amorim, faziam compras nas lojas elegantes da Rua Nova, torciam, às margens do Capibaribe, pelos remadores do clube Náutico ou do Barroso nas animadas regatas, procurando novos espaços de convivência e sociabilidade. As famílias, que antes viviam reclusas no recinto da casa, abriam as portas e os janelões dos sobrados, desejando vivenciar sensações

diferentes e experimentar as novidades que a modernidade trazia. Assim, uma luta pelo território das ruas da cidade foi travada nessa fase. Uma disputa em que os “oponentes” empregavam estratégias e táticas as mais diversas. Além de batalharem em campos opostos para manter seus territórios, às vezes eles se misturavam, faziam alianças e toleravam algumas atitudes do concorrente, num rico e complexo processo de embates e acordos. Diálogo tenso entre diferentes e desiguais, as ações passavam do confronto e do uso da força para momentos de recuo, em que a cautela e os pactos eram a melhor solução.

As armas empregadas eram bem diferentes: as elites, que tinham a força e o poder das leis e da polícia, à primeira vista poderiam ser apontadas como prováveis vencedoras nesse confronto. Todavia, a vivência, a criatividade, as astúcias e “invenções cotidianas” das camadas populares no sentido de driblar normas e imposições da nova ordem social que se tentava instituir, por muitas vezes equilibrava a disputa.

Nesse ponto é importante destacar que os termos ‘elites’ e “camadas populares” tão discutidos no âmbito das ciências sociais, foram utilizados neste trabalho apenas como forma de delimitar um dado universo social enquanto alvo de interesse, sem, contudo, ignorar que essas divisões abrangentes englobam uma grande diversidade de grupos, marcados pela heterogeneidade e pela diferença cultural. É necessário ressaltar que as duas partes envolvidas não se constituíam em blocos, muito menos eram homogêneos. A complexidade e a diversidade das relações sociais e culturais de uma época ou contexto histórico, ultrapassam as explicações fundadas em modelos e conceitos rígidos. A experiência vivida, a complexa e intrincada teia de símbolos que se constrói a partir da convivência de múltiplos e diferentes elementos culturais que tomaram parte no “fazer-se” da cidade, não pode ser reduzida e enquadrada em esquemas inflexíveis. O simples uso do termo “cultura” pode levar-nos a pressupor um consenso que não existia, afastando-nos da observação dos conflitos e choques culturais.⁹

Do mesmo modo, ressalvas semelhantes devem ser consideradas como relação ao uso da expressão “cultura popular. As opções teóricas e metodológicas são muitas e os conceitos os mais variados: a circularidade cultural de Bakhtin e Ginzburg, o “modelo das duas camadas” e a noção de “biculturalidade” de Peter Burke, as visões de Michel de Certeau, Roger Chartier, Edward Thompson dentre

⁹ Para mais detalhes dessa discussão, ver: THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 17.

outros.¹⁰ As controvérsias e dificuldades são tantas que Martha Abreu na introdução do seu livro *“O Império do Divino”* questionava: “por que utilizei um conceito tão polêmico e, ao mesmo tempo, tão desgastado pelas disputas teóricas e políticas que o envolveram? Desde os folcloristas do século passado, que o elegeram como “o local da alma nacional”, passando pelos que o associaram à “consciência fragmentária” dos oprimidos ou pelos que o reduziram a uma correspondência de resistência de classe, assistiu-se, mais recentemente, a um movimento pela sua invalidação, seja pela dificuldade em se precisar a origem social das manifestações culturais, seja pelos motivos da massificação das sociedades moderníssimas.”¹¹ Se, por um lado, adotar e tentar compreender o conceito significa enfrentar uma série de incômodos e armadilhas, por outro, dispensá-lo não nos livra de outros tantos embaraços e dificuldades. O ponto fundamental dessa discussão é tentar evitar que os impasse que rondam o conceito intimidem os historiadores e os conduza a uma atitude niilista, de descrença absoluta na possibilidade de se trabalhar com o que se considera a cultura das camadas populares.

Segundo Burke, podemos partir do princípio de que o conceito de cultura popular só estaria totalmente esvaziado se todas as pessoas de uma mesma sociedade compartilhassem da mesma cultura, como ocorria nas pequenas, isoladas e auto-suficientes sociedades tribais.¹² Evidentemente este não era o caso do período e do lugar escolhido, o Recife dos anos 1920. Portanto, mesmo com todas as ressalvas e restrições que o termo possa carregar, é necessário que nos respaldemos em alguns princípios, sob pena de pendermos de uma análise calcada em conceitos generalizantes para outra apoiada em princípios fragmentários e tão compartimentados que praticamente inviabilizariam o estudo e a compreensão dos processos culturais no passado.

A opção pela utilização do termo cultura popular, não significa que estou ignorando todas as críticas e problemas que cercam o conceito, nem tão pouco que o adotei integralmente, com, por exemplo, a mesma percepção construída por Burke, Ginzburg, ou outro historiador dos que citei acima. Esses estudiosos trabalharam em períodos e contextos históricos específicos, geralmente europeus, respaldados em determinado tipo de fonte. Assim, todo cuidado é pouco no sentido de não generalizar conceitos às vezes inadequados a determinados períodos históricos ou às realidades sociais investigadas.

¹⁰ Para uma discussão pormenorizada do conceito de cultura popular, ver GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp.15-34. BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo, Hucitec, 1993. BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. CERTEAU, Michel de & JULIA, D. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacques. (org.) *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989, p. 49-77. REVEL, Jacques. Formas de especialização: os intelectuais e a cultura “popular” em França. In: *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1989, p. 77-99. CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986. ORTIZ, Renato. *Cultura popular: românticos e folcloristas*. São Paulo, Pontífice Universidade Católica, 1985.

¹¹ ABREU, Martha, op. cit., p. 27.

¹² BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das letras, 1989, p. 50-51.

Com o uso da terminologia cultura popular, minha intenção foi, de alguma forma, enfatizar e colocar como uma das preocupações desse trabalho o indivíduo comum, pessoas simples, aqueles que Michel de Certeau chamou de “homem ordinário”, tentando percebê-los como seres que pensavam, atuavam e transformavam o contexto em que viviam. Nas fontes pesquisadas, procurei compreender esses indivíduos enquanto agentes da sua própria história; ora resistindo de formas diversas e variadas contra normas e padrões estabelecidos pelas elites que não se coadunavam com a sua experiência histórica e forma de entender o mundo, ora reelaborando, assimilando e incorporando contribuições. Desse modo é importante considerar que apesar de ter elementos culturais comuns, cada uma dessas grandes categorias - elites e camadas populares - estava dividida e fragmentada em uma série de formulações, às vezes apenas diferentes, outras totalmente antagônicas. Portanto, seria mais coerente falarmos em culturas, grupos ou segmentos das elites e culturas populares no plural, contemplando, assim, a diversidade, a contradição e também as tensões e conflitos resultantes desses (des)encontros culturais: “*É necessário evitar duas simplificações opostas: a visão de cultura homogênea, cega às diferenças e conflitos, e a visão de cultura essencialmente fragmentada, o que deixa de levar em conta os meios pelos quais todos criamos nossas misturas, sincretismos e sínteses individuais ou em grupo.*”¹³

Aqui lembramos as análises de Néstor Canclini no livro “*Culturas híbridas*”, onde o autor desenvolve o conceito de “hibridismo cultural”. Apesar do trabalho concentrar-se na análise da complexidade das relações culturais que se processam na América Latina atual, suas reflexões trazem boas contribuições no sentido de se pensar a gênese desse processo no início do século XX.

Para ele, as mudanças advindas da expansão urbana geraram a intensificação da hibridação cultural, fenômeno que incluiria a fusão de diversas mesclas interculturais, fazendo com que tradições culturais coexistissem com a modernidade. O conceito ampliaria a noção dada pelos termos sincretismo e mestiçagem, uma vez que o primeiro refere-se sobretudo a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais, e o segundo à composições raciais. Canclini acredita que a mistura dos padrões de comportamento e das transformações advindas da modernidade com as tradições culturais preexistentes, provocou profundas mudanças na sociedade, fazendo com que as culturas já não se agrupassem em blocos fixos e estáveis. “*Portanto*

¹³ BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2000, p. 267.

desaparece a possibilidade de ser culto conhecendo o repertório das 'grandes obras', ou ser popular porque domina o sentido dos objetos e mensagens produzidos por uma comunidade mais ou menos fechada (uma etnia, um bairro, uma classe). Agora essas coleções renovam sua composição e sua hierarquia entrecruzando-se o tempo todo."¹⁴

Mais que apenas lutas, conflitos e resistências procuramos perceber esse processo complexo como um momento onde também havia espaço para apropriações, negociações, reinvenções, enfim para todo um processo de trocas culturais.

Contrariando o que algumas análises apresentam, o processo de implantação de uma nova ordem urbana e da modernização não aconteceu de forma simplista e mecânica. Nem as elites se renderam tão prontamente e aderiram coesas ao fascínio representado pelas novidades que se apresentavam, nem as camadas populares aceitaram sem reação, ou foram simplesmente coibidas à força, a adotar novos modelos de comportamento. Se, por um lado, o encantamento e a curiosidade em torno das novas tecnologias e da modernidade em geral moviam as camadas privilegiadas, por outro, medos, receios e inseguranças faziam parte do rol de sentimentos explicitados a todo momento pelos "distintos" senhores e "elegantes" senhoras que enfrentavam esses novos tempos.

Com relação às camadas populares, é importante desmistificar-se a visão de que esses grupos, mediante a força e a coerção, foram obrigados a se render ao projeto civilizador e à nova ordenação urbana que parte das elites tentava impor. Nesse ponto a obra do historiador e filósofo francês Michel de Certeau foi de fundamental importância. Sua interpretação perspicaz e anticonformista inspirou muitas das análises realizadas ao longo deste trabalho.

A opção teórica em torno da análise das microresistências, priorizando as práticas utilizadas pelo "homem comum" para enfrentar a ordem dogmática que autoridades e instituições procuram sempre organizar, seu propósito de dar vez ao estudo dos processos de inversão e subversão pelos mais fracos fez com que o foco da análise passasse da uniformização e obediência para as táticas astuciosas, invenções e maneiras de fazer cotidianas, "golpes" silenciosos empregados por indivíduos supostamente entregues à passividade e à disciplina.

De acordo com Certeau, essas práticas seriam operações multiformes e fragmentárias, detalhes escondidos nos aparelhos, das quais elas são os modos de usar e, portanto, despojadas de ideologias ou de

¹⁴ CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, EDUSP, 1998, p. 304.

instituições próprias, mas que obedecem a uma lógica ou a algumas regras. Seriam, portanto, “artes de fazer” , “*sistema de valores subjacentes que estruturam as tomadas de postura fundamentais da vida cotidiana, que passam despercebidas à consciência dos sujeitos, mas são decisivas para sua identidade individual e de grupo.*”¹⁵

O objetivo deste trabalho é justamente tentar revelar algumas dessas práticas, expressas nas táticas de resistência, nas voltas e atalhos, nas astúcias, verdadeiras “artes de viver a cidade”, empregadas pela população do Recife ao longo do embate que se estabeleceu nos anos vinte em torno dos espaços de diversão e prazer da cidade.

Para mostrar algumas dessas práticas inventivas e procedimentos cotidianos, utilizei uma variada gama de fontes primárias, explorando desde as mais tradicionais, como os periódicos, romances, crônicas e memórias, até a iconografia e músicas da época. As dificuldades na área das fontes de pesquisa não são poucas para o historiador que decide estudar temas ligados à vida das camadas populares.

Como enfatizou muito bem Carlo Ginzburg, o maior desses desafios é a escassez de testemunhos diretos sobre as atitudes e procedimentos relativos à vida das camadas populares, em função da forte tradição oral desses grupos. Restaria aos historiadores a utilização de fontes escritas, e essas “*são duplamente indiretas: por serem escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais, outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças [desses grupos] chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. É o que basta para desencorajar, antecipadamente, as tentativas de pesquisa nessa direção.*”¹⁶

Contudo, mesmo diante de tantas dificuldades, para Ginzburg o historiador não deveria desanimar. Na sua opinião, mesmo que a documentação seja escassa e desordenada, que apresente apenas uma imagem mais ou menos distorcida e alterada da cultura das camadas populares, ela pode e deve ser aproveitada, sob pena de transformarmos o tema em um tabu.

Peter Burke também contra-argumenta as objeções dos historiadores que acreditam na impossibilidade de trabalhar com a história da cultura popular em função da falta ou não-confiabilidade dos documentos. Para ele, a questão central não é inutilizar determinado tipo de documentação, taxando-a de não ter valor para o historiador, mas compreender que, em muitos casos, ela é distorcida, “*e a distorção pode ser admitida até um certo grau.*”¹⁷ Caberia, portanto, ao historiador, compreender os limites das fontes com as quais deseja trabalhar e esforçar-se no sentido de

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 347. Para detalhes sobre o conceito de práticas culturais empregado por Certeau, ver também, CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.

¹⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 18.

¹⁷ BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 103.

extrair delas as informações mais confiáveis possíveis de forma que, mesmo temas como a cultura popular, cuja abordagem direta é impossível em certas épocas, não se transformem em ilhas de silêncio, páginas em branco de um livro. Esse trabalho foi estruturado da seguinte forma:

o primeiro capítulo procura fazer com que o leitor sinta um pouco do que era a vida dos habitantes do Recife nos anos 1920. Em vôos rasantes, passeamos pelos espaços dos bairros centrais, numa tentativa de nos familiarizarmos com ruas, becos e praças por onde caminharemos ao longo de todo o trabalho. Tentamos passar a sensação do movimento da cidade, comentar as polêmicas culturais e um pouco as agitações políticas da época. Num segundo momento, analisamos as diversas representações construídas em torno da cidade, buscando compreender as visões ambíguas e por vezes contraditórias que foram montadas pelos segmentos de elite. Por fim, buscamos perceber o impacto que as transformações tecnológicas e as novidades exerceram sobre a vida cotidiana da população.

O segundo capítulo, aborda o setor dos divertimentos e espaços de prazer freqüentados pela população, enfocando as novas diversões e esportes que chegavam à cidade e as resistências, apropriações e conflitos gerados com a popularização de algumas delas. Além disso, investigamos um pouco mais sobre alguns ambientes considerados à época como suspeitos e perigosos, como as pensões e bordéis, os cafés e casas de jogos.

O capítulo seguinte trata de algumas práticas comuns entre os segmentos de elite da cidade, como o *footing* da Rua Nova, a ida às confeitarias para o chá das cinco e a freqüência aos curandeiros e cartomantes. A análise busca desmistificar algumas visões estereotipadas sobre espaços e pessoas da cidade, mostrando a complexidade do convívio entre seus habitantes. Procuramos mostrar que, em oportunidades diversas, a vida de indivíduos pertencentes a distintas camadas sociais cruzava-se, investigando esses momentos não apenas na dimensão do conflito e da disputa, mas enquanto possibilidades de (con)vivências entre os diferentes e os desiguais.

O capítulo final trata mais especificamente da relação entre a população e a polícia, uma das principais instituições de controle da vida na cidade. Os destaques nesse capítulo são as invenções e astúcias da população no sentido de burlar normas e regras relativas aos novos padrões de convívio na cidade, sobretudo no setor das diversões públicas. Um dos itens aborda a ocorrência de mudanças nos procedimentos da instituição policial, encarando essa transformação enquanto resposta

às táticas de resistência empregadas pela população que, bem sucedidas, faziam com que comportamentos considerados inadequados persistissem nas ruas da cidade.

As dificuldades e os desafios surgidos durante a construção deste trabalho mostram o quanto ainda se tem a investigar sobre os espaços de diversão e prazer da cidade. Muitas questões ligadas ao tema ainda aguardam investigação histórica. Espero ter dado o pontapé inicial.



1

**RECIFE NOS
ANOS VINTE:**
espaços, pessoas e imagens

1. Os anos 1920 vão chegando ao fim

Recife, terça-feira, 31 de dezembro de 1929. O movimento nas principais ruas do centro da cidade era grande. Diário!... Província!... Comercio! ...gritavam os gazeteiros “*pelas ruas da cidade, subindo e descendo dos bondes em movimento, em perigosas acrobacias*”, apregoando os jornais no final dos anos vinte.¹

Nas primeiras páginas, as manchetes destacavam as principais notícias. O *Jornal Pequeno* salientava “*A Sucessão Presidencial*”, descrevendo a recepção festiva que os candidatos da Aliança Liberal, Getúlio Vargas e João Pessoa, tiveram ao chegar ao Rio de Janeiro no dia anterior.² Noticiava também, com preocupação, a crise de produtos de primeira necessidade e a alta nos preços da carne na cidade.

Na matéria “*O estoque de charque em Recife reduzido a 200 fardos?*”, o jornalista comentava as dificuldades no abastecimento de alimentos na cidade, informando a respeito da falta de ‘carne

verde’ no mercado e da redução dos estoques de charque.³ O futebol também ocupava espaço nas folhas. “*Os cariocas são os campeões de futebol no Brasil*”, dizia a notícia do *Jornal do Recife*, ressaltando a vitória dos cariocas sobre os paulistas pelo escore de 3x1, e destacando a assistência que compareceu ao estádio do Fluminense, calculada em 40.000 pessoas, número bastante expressivo para a época.⁴

Os periódicos do final dos anos vinte divulgavam também uma outra face da cidade. Era o Recife das prisões por vagabundagem, agressões a facas, pauladas, e dos atropelamentos, ocorrências que faziam parte do cotidiano da cidade. Na coluna *Na Polícia e nas Ruas*, o *Jornal do Commercio* destacava a manchete “*O quarteto da Covardia*”, noticiando as agressões sofridas pelo popular Manuel Avelino dos Santos, pardo de 27 anos, atacado por quatro indivíduos quando passava pela rua de Santa Rita, “*os quais lhe vibraram várias cacetadas, no couro cabeludo, evadindo-se após.*”⁵

Para os que desejavam divertir-se nos cinemas, os jornais traziam a programação das diversas salas de projeção dos bairros do centro, como o Royal e o Helvética, e a dos cines dos subúrbios, como o High Life em Casa Amarela, o Real na Madalena, ou o Odeon em

1. A Rua Primeiro de Março, antiga Rua do Crespo, era uma das mais movimentadas da cidade nos anos 1920. Autos, bondes, pedestres e outros veículos, que circulavam nos novos ritmos impostos à vida urbana, faziam dessa artéria uma das campeãs em congestionamentos e acidentes na época. (Recife, 1920-1930)



Rua 1.º de Março no tempo dos bondes elétricos

¹ No Recife do início do século crianças, adolescentes e os homens que vendiam jornais pelas ruas eram chamados de *gazeteiros*, por influência do antigo jornal recifense *Gazeta da Tarde*. Ver WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*. Recife, Colégio Moderno, 1953, 1ª série, p.18.

² *Jornal Pequeno*, 31/12/1929, p.1.

³ *Jornal Pequeno*, 31/12/1929, p. 1.

⁴ *Jornal do Recife*, 31/12/1929, p. 2.

⁵ *Jornal do Commercio*, 01/01/1920, p.2.

Casa Forte. No Cine-teatro Moderno, na Praça Joaquim Nabuco, bairro de Santo Antônio, anunciado nos jornais como “o cinema da ‘elite pernambucana’ – que só exhibe filmes de reconhecido valor artístico”,⁶ no último dia do ano passava a fita “Delitos de Amor”, com Corinne Griffith e Edmundo Love. Já no cine Glória, localizado no pátio do Mercado de São José, um dos mais populares da cidade, era exibida, na *soirée*, a fita “Glorificando a Mulher.”

Contudo, de todos os assuntos, aquele que ganhava maior destaque na maioria dos jornais no final dos anos 1920 era o referente às comemorações pela passagem do ano na cidade e subúrbios, conhecidas na época como festas do “Ano Bom.”

O *Jornal do Recife* abria sua primeira página com o seguinte título em letras garrafais: “Ano Bom - festas comemorativas da passagem de ano nesta Capital, subúrbios e Olinda.”⁷ De acordo com o periódico, “os locais mais procurados, como sucedeu em anos anteriores, são Olinda, Casa Forte, Belém da Encruzilhada, Largo da Paz, Afogados, Pina e Boa Viagem.” Nessas localidades, além da tradicional missa, variadas formas de divertimento atraíam o público para as comemorações: coretos com bandas de música, como a do professor Catanho, que tocava em Água Fria; barraquinhas de prendas vendendo “doces, bolos, frios e gelados”; presépios familiares ensaiados por senhorinhas da nossa sociedade, a exemplo do que se apresentaria em Boa Viagem; pastoris profanos, com suas ousadas pastoras e irreverentes ‘velhos’, como o do afamado velho “Canela de Aço”, que dançaria no Pina; mamulengos, como o do dr. Baubau, programado para festa de Casa Forte. Fariam também a alegria dos presentes bumbas-meu-boi, fandangos, salvas de tiros, repiques de sinos, carrosséis, balões, fogos de artifício.

Entretanto, naquela noite festiva, em todas as localidades, o destaque especial era para um outro tipo de “diversão”: a iluminação elétrica. Nas notas correspondentes aos festejos em cada um dos subúrbios, enfatizava-se a luz elétrica, evidenciando o caráter mágico, fantástico, encantador que ela representava para as pessoas da época. Em Belém da Encruzilhada, “a iluminação será feérica, de 50.000 velas”; em Casa Forte, “a campina e a fachada da igreja estarão com iluminação deslumbrante.” Em Boa Viagem “a fachada da igreja se apresentará feericamente iluminada, oferecendo aspecto deslumbrante.”⁸ Assim, a grande atração nessa noite de festa não eram as tradicionais celebrações religiosas ou as conhecidas cantorias e danças da terra, mas sim, a energia elétrica, invenção moderna, fruto do progresso e da civilização, que transformava a noite praticamente em dia.

⁶ *Jornal do Commercio*, 01/01/1920, p.2. No decorrer do trabalho, respeitamos fielmente a pontuação e a gramática dos documentos de época, atualizando apenas a ortografia das palavras.

⁷ *Jornal do Recife*, 31/12/1929, p.1.

⁸ Programação das festividades de final de ano. *Jornal do Recife*, 31/12/1929, p.1.

Em Casa Forte, onde de acordo com os jornais a programação estava sendo preparada “*com esmero*” pela comissão de festas, prometia-se aos presentes “*uma verdadeira apoteose*”: “*Cinco minutos antes da meia-noite será desligada toda a iluminação da Campina, e com o toque do sino da Matriz anunciando a passagem do Ano, serão queimados (...) fogos de bengala em toda a extensão da campina e os clarins do Esquadrão da Cavalaria anunciarão o romper do Novo ano e na torre da Igreja, apresentar-se-á um letreiro com os seguintes dizeres: SALVE 1930!*.”⁹

“*Les années folles*”, “os loucos anos vinte”, ou “os frenéticos anos vinte”, como alguns estudiosos que centraram sua investigação nas grandes cidades européias cognominaram o período, iam terminando no Recife com uma festa diferente, onde a luz elétrica, o cinema, os parques de diversão movidos a energia elétrica se disseminavam e passavam a fazer parte não apenas das comemorações mas também do cotidiano das pessoas. Muita coisa havia mudado nesse início de século... E, de acordo com a visão de alguns contemporâneos, mudado rápido demais. A partir do início do século XX, os ritmos da cidade aceleravam-se. Automóveis começavam a circular pelas ruas, novas formas de comunicação possibilitavam em curto espaço de tempo o conhecimento dos fatos marcantes que ocorriam pelo mundo. Os jornais diários impressos no Recife, como *A Província*, o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Recife*, o *Jornal Pequeno*, *Jornal do Commercio*, *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde*, *A Noite*, *A Rua*, *A Notícia*, dentre outros menores, deixavam o leitor informado dos principais acontecimentos.¹⁰

Por meio da imprensa, tomou-se conhecimento, por exemplo, do êxito do aeronauta brasileiro Santos Dumont, que conquistou os céus de Paris com seu balão dirigível em 1901, das tramas políticas que envolveram as eleições dos candidatos mineiros e paulistas à Presidência da República, da passagem do cometa de Halley em 1910. Os leitores acompanharam, também, o desenrolar dos conflitos que desencadearam a I Guerra Mundial, as lutas internas na revolucionária Rússia de 1917 e a grande mortandade causada no Brasil pela gripe espanhola em 1918, que não poupou nem o presidente eleito Rodrigues Alves. Informaram-se, ainda, sobre as sucessivas crises na exportação do café, seguiram os passos da Coluna Prestes pelo país entre 1924 e 1926,

⁹ Idem., Ibidem.

¹⁰ Sobre o papel da imprensa no Recife dos anos vinte, ver SOUZA BARROS, M. *A década de 20 em Pernambuco*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985, pp.179-195.



2. As revistas ilustradas divulgavam os novos padrões de beleza femininos, associados aos ideais de saúde, juventude e culto ao corpo. (*Revista da Cidade*, 1928).

e as peripécias de Lampião e seus cangaceiros pelos sertões do nordeste ao longo da década.

Com relação à política, os anos vinte revelavam um processo de exclusão da grande maioria da população das atividades ligadas ao exercício do poder no Estado, assim como no restante do país. Segundo Souza Barros, no Recife dos anos 1920, “a *conspiração estava no ar que se respirava*.”¹¹ Eleições suspeitas, alianças e manobras eleitoreiras entre políticos poderosos, comícios conturbados, reuniões secretas em que se criticava o governo, como a “Conspiração da Rua Nova”, em 1925; encontros furtivos para debater a libertação do proletariado; rebeliões, como a de Cleto Campelo, em 1926; agitações, greves e conflitos de rua, repressão policial violenta, mortes...¹² Os chefes políticos, como Rosa e Silva, Dantas Barreto, Manuel Borba, dentre outros, maquinavam alianças políticas com seus próprios opositores, em um vai-e-vem complicado. Como enfatizou Lemos Filho, “*importantes personagens, responsáveis pelo destino do povo, entretinham-se em reviver a ciranda dos tempos infantis, dando voltas e meias voltas*.”¹³

Enquanto a brincadeira do *marré* político ocupava os chefes dos partidos, lideranças dos trabalhadores, como Cristiano Cordeiro, Joaquim Pimenta, dentre outros, tentavam fugir ao esquema restrito de participação popular imposto pelas leis republicanas, organizando associações, promovendo comícios, greves, enfrentando a polícia. Entretanto, apesar da crescente importância do movimento e da maior organização dos trabalhadores, a estrutura rígida de poder e os espaços de luta e participação muito limitados dificultavam alterações no quadro político, acabando por apresentar aos trabalhadores alternativas restritas, em que a associação e a barganha política com os tradicionais caciques acabavam por se tornar a opção possível.¹⁴ Uma dos motores dessa engrenagem de dominação era o sistema eleitoral. Tendo como critério básico a alfabetização, as leis republicanas excluíaam do direito de voto aproximadamente 85% da população total do Estado, terminando por reduzir a participação eleitoral e facilitar o domínio dos coronéis e chefes políticos. A partir da utilização dos mais diversos meios, na maioria das vezes ilícitos, esses políticos controlavam os votos e coagiam os eleitores nas cidades e no interior.¹⁵

O episódio da sucessão de José Bezerra é um exemplo dos momentos políticos conturbados que a cidade viveu nos primeiros anos da década de vinte. A morte do governador durante o mandato, sem

¹¹ SOUZA BARROS, op. cit. p. 109.

¹² Sobre os problemas políticos nas primeiras décadas do século XX em Pernambuco, são importantes os trabalhos de SOUZA BARROS, M, op. cit LEMOS FILHO. *Clã do açúcar (Recife – 1911-1934)*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960. ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife, Ed. CEPE, 1997. REZENDE, Antônio Paulo. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas, Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, 1981.

¹³ LEMOS FILHO. *Clã do açúcar*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960, p.157.

¹⁴ As greves e lutas dos trabalhadores na década de 1920 podem ser encontradas em detalhes no trabalho de REZENDE, Antônio Paulo (org.). *A questão da autonomia e a classe trabalhadora (1921-1922)*. In: *Recife: que história é essa?* Recife, Fundação de Cultura cidade do Recife, 1987, pp. 125-150. Do mesmo autor, *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, Fundarpe, 1997, capítulo I.

¹⁵ Ver LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 143.

designar seu herdeiro político, abriu caminho para uma acirrada disputa pela sucessão, travada entre o grupo ligado a Manoel Borba e o partidário de Dantas Barreto. Alianças, conchavos e acordos não impediram a exaltação dos ânimos dos grupos envolvidos, provocando distúrbios e agitações. As ruas da cidade transformaram-se em verdadeira praça de guerra: os serviços de bondes foram paralisados, casas comerciais fecharam, os incêndios espalhavam-se e o barulho das descargas de fuzil era ouvido constantemente pelas ruas do centro. Os jornais não circulavam, intensificando a onda de boatos e comentários alarmistas, ampliando o medo das pessoas, que permaneciam sem sair de casa. A cidade parara.

“Soldados, assalariados e cangaceiros, amoitando-se pelas casernas e pelos edifícios públicos e velhos sobrados aguardavam o momento de entrar em ação. Na rua deserta, uma companhia da Força Federal irrompia a passo acelerado; ao chegar à primeira esquina, a um grito do sargento, deitavam-se os soldados no chão e atiravam a esmo. Em resposta, também sem visar um objetivo, partiam tiros de alguns sobrados. Era esse um espetáculo comum nas ruas da cidade naqueles dias, em vários pontos da cidade, principalmente na Rua do Imperador.”¹⁶

Em tempos de efervescência política, um simples *meeting*, como eram chamados os comícios no período, podia gerar tumultos e transtornos nas ruas da cidade. O *Almanach de Pernambuco de 1925*, ao registrar os fatos marcantes do ano anterior, noticiava que em um *meeting* pró-Dantas, realizado na avenida Martins de Barros, “a polícia dispersou os assistentes (...), o comércio fechou. Houve vários distúrbios em algumas ruas da cidade. Ficaram feridas diversas pessoas. Entre as pessoas mortas destacou-se o Sr. Custódio da Fonseca, viajante de uma importante firma do Pará, ferido na porta do Parque.”¹⁷

A crescente violência dos *meetings* e os distúrbios que causavam fizeram com que, em 1924, o chefe de polícia do governo Sérgio Loreto, desembargador Arthur da Silva Rego, decidisse proibir a realização dos comícios nessa fase:

“Diante dos fatos presenciados nesta capital, por ocasião dos “meetings” políticos realizados na Praça Martins de Barros, na qual uma turba-malta de desenfreados arruaceiros põe sempre em sobressalto as famílias, assediando transeuntes pacatos, ora obrigando-

¹⁶ LEMOS FILHO, op. cit p. 163.

¹⁷ *Almanach de Pernambuco - 1925*. Recife, Imprensa Industrial, 1924, p. 10.

os a darem “vivas”, ora fazendo pararem os bondes, em prejuízo do trânsito público, e ainda dando “morras” pelas ruas às autoridades constituídas: o chefe de polícia, no intuito de evitar a reprodução dessas cenas (...) e assegurar a todos o sossego público, resolve proibir que se realize o “meeting” para hoje convocado (...), e convida o povo a se abster de quaisquer reuniões que visem perturbar a ordem.”¹⁸

Mas não era apenas a política que agitava a vida da cidade. Polêmicas e confrontos culturais entre adeptos das idéias do Movimento Modernista de São Paulo, que começava a ganhar partidários em outras partes do país, e os regionalistas liderados por Gilberto Freyre movimentavam jornais e revistas da época: *“Por duas vias, então, fora Pernambuco agitado no início da década de vinte, uma por intermédio de Gilberto Freyre, e outra por um grupo que se reunia em torno da Revista do Norte e se completava e se agitava, por sua vez, nas mesas de cafés e bares, num clima bem próprio dos renovadores intelectuais.”*¹⁹

Nesse momento, com o país saindo do regime imperial, intelectuais brasileiros ligados a diversas tendências iniciavam uma série de questionamentos a respeito da importação pura e simples de modelos estrangeiros, buscando montar o quebra-cabeça que revelaria a identidade cultural do país. O medo da desintegração política e territorial, em virtude da falta de um projeto renovador e unificador para o país, era um dos receios que povoavam a cabeça dos intelectuais e políticos da época, estando expresso nas falas e discursos, sobretudo entre os que discutiam e elaboravam projetos para a modernização do país.²⁰ Dessa forma, a jovem República necessitava de idéias novas, que respaldassem seu poder de uma forma diferente daquela que vigorara nos primeiros anos após a Proclamação, quando os grupos dominantes, inspirados e *“imbuídos dos valores e ideais burgueses europeus, achavam-se no direito de (e pretendiam) representar toda a nação, identificando-a com os povos cultos e civilizados.”*²¹

Polêmicas e dúvidas como: *“A busca de um caminho próprio, do lugar do Brasil na modernidade que garantisse sua autonomia histórica e cultural, a maneira como o passado colonial poderia ser repensado e resgatado, as idéias de povo e nação, convivências e confrontos de tradições e de registros culturais africanos, europeus, indígenas”*,²² mobilizaram a intelectualidade do país na época.

Procurando construir a idéia de nação e de “povo brasileiro”, esses

¹⁸ Idem. Ibidem, p. 10-11.

¹⁹ SOUZA BARROS, M, op. cit p. 153.

²⁰ Os conflitos quanto aos projetos políticos de diferentes tendências que marcaram as primeiras décadas do regime republicano no Brasil estão discutidos na obra de CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

²¹ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p. 386.

²² REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*, op. cit p. 123.

intelectuais voltavam-se ora para o que consideravam novo e moderno, como os movimentos artísticos europeus que contestavam os modelos tidos como antigos, introduzindo novos padrões artísticos, ora para as tradições, história e modo de vida da população, exaltando o passado e opondo-se aos possíveis excessos da modernidade.²³ Alguns deles identificavam-se em maior ou menor escala com o movimento paulista, como Joaquim Inojosa, Austro Costa, Raul Machado, Dustan Miranda e Ascenso Ferreira, aglomerando-se em torno de publicações, como *Mauricéia*, além de outras que divulgavam de forma mais pontual sua produção, como *A Pilhéria*, *Rua Nova* e outras. Simpatizando com o novo e o moderno, defendendo a liberdade da criação artística, revelando-se contra o que consideravam as amarras do passado e da tradição, o grupo encabeçado por Inojosa via o que ocorria em São Paulo como a vanguarda progressista que encaminharia o país em direção ao futuro. A preocupação com a renovação artística, o entusiasmo com a modernização e com as novidades e o ritmo veloz que se incorporavam à vida da cidade, faziam com que pregasse a libertação de fórmulas e modelos vistos como antigos, em busca da reconstrução do país em novas bases.

Já os simpatizantes do movimento regionalista, liderado por Freyre, como Ulysses Pernambucano, Luís Jardim, Sílvio Rabelo, José Lins do Rego, Aníbal Fernandes, dentre outros, assumiam uma postura crítica com relação aos modernistas de São Paulo. Defendiam a força das tradições locais e a preservação do passado como aspectos fundamentais da identidade nacional. Sem se declarar contra o progresso e as mudanças, Freyre denominava o movimento de “*regionalista, tradicionalista e, a seu modo modernista*”, empenhando-se na defesa dos aspectos ligados à região, censurando a modernização, que considerava exagerada e veloz, responsável por transformações drásticas no cotidiano da população da cidade.²⁴

A discussão que envolvia os dois grupos refletia as questões que diziam respeito não apenas ao país de modo mais geral, mas também aos temas ligados de forma mais estreita à vida da cidade, como as mudanças que a fisionomia do Recife vinha sofrendo, o desaparecimento do patrimônio artístico herdado dos portugueses, a necessidade de preservação, ou não, de costumes e hábitos tradicionais que estavam em vias de desaparecer. As opiniões desses grupos acerca das transformações urbanas e da chegada da modernização na cidade foram temas que geraram



O balaceiro F. Rebello

3. O vendedor ambulante era um dos personagens marcantes das ruas do Recife. Visto por alguns como figura destoante dos padrões de vida de uma cidade moderna, era, no entanto, idealizado e cultuado pelos intelectuais ligados ao movimento regionalista como representante das tradições e da identidade da cidade. (F. Rebello, 1927).

²³ Sobre as questões e debates que envolveram os intelectuais brasileiros no início do século XX acerca da identidade nacional, ver VELLOSO, Mônica. *Que cara tem o Brasil? As maneiras de pensar e sentir o nosso país*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2001.

²⁴ As polêmicas culturais da época estão em: SOUZA BARROS, op. cit. pp. 151-245. REZENDE, Antônio Paulo, op. cit. pp.137-183. AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos vinte em Pernambuco*. Recife, UFPE, 1996.

²⁵ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.7.

muitos debates na imprensa local refletindo as diferentes visões e projetos que esses intelectuais tinham para o Recife e para o país. Vivenciar as transformações que se operavam de forma mais rápida na feição da cidade e na vida cotidiana de cada um, acompanhar o curso dos acontecimentos nessa fase de mudanças aceleradas foram experiências vividas pelos moradores do Recife nas primeiras décadas do século XX. Euforia, medo, confiança no futuro, insegurança gerada pela velocidade das mudanças foram alguns dos sentimentos que permearam o cotidiano das pessoas da época: *“Estimuladas sobretudo por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos.”*²⁵

Neste capítulo vamos tentar compreender um pouco mais o Recife nesses conturbados anos que marcaram o início do século XX. Para isso, nada



4. No rastro das reformas realizadas nas grandes cidades européias no século XIX, que privilegiavam aspectos ligados à higiene, beleza e circulação dos novos tipos de transporte, o Bairro do Recife foi alvo, entre os anos 1910-1920, de uma reforma que trouxe alterações profundas na sua fisionomia. (Travessa do Corpo Santo, 1913).

melhor que visitar seus bairros centrais, caminhar por algumas de suas ruas, perceber o movimento das pessoas no cotidiano, conhecer seus pontos de encontro: lugares de trabalho e de diversão. Nesse trajeto, procuraremos captar as transformações que começaram a ocorrer nos hábitos cotidianos dos seus habitantes com a chegada da modernização e a visão que os contemporâneos tinham sobre a cidade.

2. Trilhas da cidade

“Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo.” (Michel de Certeau).

Compreender a história da cidade significa levar em consideração a importância que a variável *espaço* exerce sobre o emaranhado das relações humanas que ela abriga. Segundo Pierre Mayol, a cidade seria *“poetizada pelo sujeito: este a re-fabricou para seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano; impondo à ordem externa da cidade a sua lei de consumo de espaço.”*²⁶

Tal qual uma fonte escrita, os espaços de uma cidade são registros que nos ajudam a entender as formas de organização do trabalho, as relações sociais, enfim, os conflitos que marcaram sua formação histórica. A associação entre a noção de espaço e a de identidade cultural serve como base para a compreensão de um outro conceito fundamental: o de território. Noções distintas, os territórios *“estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva, enquanto o espaço estaria mais ligado às relações funcionais de toda a espécie, funcionando como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém.”*²⁷

De acordo com Félix Guattari, o conceito de território incorpora a idéia de subjetividade, na medida em que não existe território sem sujeito. Na construção das territorialidades, ocorre todo um processo de significação, de percepção, de apropriação dos sujeitos e grupos sociais, o qual confere à idéia de espaço a noção de marca, de expressão, transformando-o em uma espécie de cartografia das relações sociais. As noções de espaço e território *“permitiram pensar-se num possível papel ativo da configuração espacial. Ativo no sentido de que ele não precede a vida social, a vida econômica, a vida política e a transformação. Nem precede e nem vem depois: vem junto na própria construção e apropriação do espaço ou na construção e reconstrução permanente do espaço.”*²⁸

Caminhando na mesma direção, Milton Santos enfatiza que só se pode pensar o conceito de território a partir da sua utilização pelo homem. Dessa forma, a noção de território seria construída a partir da interação e do espaço feito pelos indivíduos, estimulando seu estudo em uma expectativa dinâmica, onde estariam envolvidos não apenas

²⁶ MAYOL, Pierre. O Bairro. In: *A invenção do Cotidiano II: morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 45.

²⁷ GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, NERU, nº 16, 1985, p. 110.

²⁸ ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? *Cidade & História*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de F. (org.) Salvador, UFBA/ANPUR, 1992, p. 28-29.

componentes objetivos, relativos à realidade vivida, mas também aspectos subjetivos, ligados aos sentimentos, desejos, expectativas e às representações elaboradas. “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se toma um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”.²⁹

Assim, quando falamos de território estamos compreendendo o espaço da cidade não apenas enquanto configuração física e espacial mas enquanto representação de um código, subentendido em toda a sua dimensão simbólica. Ao demarcar um território, o grupo imprime nele as suas marcas, estabelecendo a sua diferença em relação aos outros, destacando o que é característico e distintivo quanto ao ambiente considerado externo. Essa associação entre espaço e identidade cultural foi estratégica para os diferentes grupos sociais, uma vez que, na disputa pelos espaços da cidade, havia uma busca de afirmação, uma luta pelo reconhecimento da sua própria existência.³⁰

Nesse sentido, este trabalho procura perceber os lugares da cidade – bairros, ruas, esquinas, becos, pátios - não apenas nas suas relações funcionais com os habitantes da cidade, como simples locais de passagem, circulação ou de distribuição e venda de produtos, mas como espaços carregados de história, de memórias e experiências vivenciadas por sujeitos ou grupos sociais. João do Rio, escritor carioca de princípios do século XX, já discutia a importância de compreender os espaços da cidade para além das suas funções.

“Os dicionários dizem: rua, do latim ruga, sulco. Espaço entre as casas e as povoações por onde se anda e passeia. Abri o primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte enciclopédias... A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas por onde se anda nas povoações. Ora, a rua é mais que isso, a rua tem alma! (...) A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento (...). Algumas dão para malandras, outras para austeras; umas são pretensiosas, outras riem aos transeuntes e o destino as conduz como conduz o homem, misteriosamente.”³¹

O Recife, que se consolidara desde os tempos coloniais como ponto estratégico de trocas comerciais, em função do seu ancoradouro natural e da importância para a Europa do principal gênero produzido

²⁹ SANTOS, Milton. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. Apud. KOGA, Dirce. *Medidas de cidade: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, Cortez, 2003.

³⁰ Sobre a questão do espaço na afirmação e reconhecimento dos grupos populares, ver VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 3, nº 6, 1990, pp. 207-228.

³¹ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Garnier Editor, 1908, p. 04,10.

na capitania - o açúcar -, tinha, até meados do século XVII, seu núcleo de povoamento restrito apenas à faixa de terra da área portuária, conhecido no século XVI como Arrecife dos Navios. Com a ocupação holandesa e a fixação da sua sede político-administrativa na povoação, órgãos foram instituídos, funções militares e comerciais foram ampliadas, gerando um aumento da concentração populacional e forçando a expansão da área urbana para a ilha de Antônio Vaz.

A partir daí, a cidade cresce em direção ao continente, incorporando a chamada “várzea do Capibaribe”, região que abrange a área que vai *“desde a Boa Vista e da Madalena até a Caxangá e Várzea propriamente dita, subindo o rio e retalhando os antigos engenhos de uma e outra margem em sítios e chácaras, que, por sua vez, sobretudo a partir da década de 1840, serão objeto de loteamento. O movimento pelo qual o velho burgo, espremido no istmo e na ilha de Antônio Vaz, expande-se pelo continente e cria seus arrabaldes, tem inicialmente um caráter sazonal.”*³² Abandonava-se a vila nos meses quentes de verão em busca de clima mais ameno, para fugir às doenças e epidemias e também para gozar dos benefícios e poderes curativos dos banhos de rio.

Em finais do século XIX, a atração exercida pelo Recife, um dos principais centros de comercialização do país, vai gradativamente crescendo. A importância do seu porto, sua posição de destaque nas áreas político-administrativa, financeira e cultural e o estabelecimento, ainda que incipiente, das primeiras atividades fabris ampliaram a função da cidade como pólo e centro dinâmico da economia regional, transformando seu quadro demográfico. Para o Recife dirigiam-se rapazes de família rica para completar seus estudos na Faculdade de Direito, comerciantes em busca de estabelecer-se na praça, melhorar seus negócios, e trabalhadores do campo, que fugiam das secas periódicas e das condições de trabalho impostas pela agroindústria açucareira.

As estatísticas sobre o número de habitantes do Recife no início do século XX variavam muito, gerando dúvidas e polêmicas que alimentavam debates intensos entre médicos, engenheiros e políticos.³³ Segundo o engenheiro Saturnino de Brito, contratado em 1909 para chefiar os serviços de construção da nova rede de esgotos do Recife, os recenseamentos e estatísticas populacionais da época eram contraditórios e discutíveis. *“Falhas pelo descaso de uns, ou viciadas pelo exagero de alguns e pelas pilhérias de outros”*, os levantamentos, segundo ele, não eram confiáveis. As manipulações feitas

³² MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife. In: *O Recife – quatro séculos de sua paisagem*. Org. SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo D. Recife, Editora Massangana, 1992, p. 195-196. Sobre o processo de divisão das terras dos engenhos e a formação dos arrabaldes, ver PEREIRA da Costa F. A. *Arredores do Recife*. Recife, Massangana, 2001.

³³ Uma análise da discussão acerca das estatísticas populacionais do Recife no início do século XX pode ser encontrada em “Figuras da Cartografia e da Estatística.” In: LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade. regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo, Tese (Doutorado de Arquitetura e Urbanismo) – USP, 1996.

pelo Estado para fins políticos e de propaganda e o descaso e desconfiança da própria população quando do preenchimento das “listas” geravam grandes distorções nos números.

No recenseamento realizado em 1913, o prefeito Eudoro Correia, utilizaria algumas alternativas para driblar o analfabetismo e a falta de instrução dos entrevistados: fichas de cores variadas, desenhos de figuras humanas e outros, que facilitavam o preenchimento dos dados pela população. Segundo Lemos Filho, “*apesar das dificuldades encontradas pela falta de compreensão do povo e do tirocínio dos recenseadores, foram preenchidas 218.255 fichas, sendo computada a população da cidade em 230.000 pessoas.*”³⁴ O número de perguntas e a insistência dos recenseadores para que as pessoas respondessem corretamente, deram motivo para muitas quadrinhas jocosas do tipo:

“Tem que ficar assentado,
Conforme está no papé,
Que nos dois semo casado,
Que eu sou home e ela é muié.”³⁵

Em 1924, ao comemorar um ano de governo, Sérgio Loreto faz publicar na imprensa local uma espécie de prestação de contas das obras realizadas e da aplicação de recursos em diversas áreas: saúde, instrução, serviços urbanos, justiça, dentre outras. No relatório, também estão divulgados dados relativos a um censo que o Departamento de Saúde e Assistência, realizara. O chamado “recenseamento resumido” teria apurado que a cidade contava, em 1923, com 313.150 habitantes, sendo 144.413 homens e 168.737 mulheres.³⁶ Os números eram surpreendentes para a época, uma vez que o relatório faz referências ao Censo Federal de 1920, que teria contabilizado 238.000 pessoas residentes no Recife.

A observação feita por Saturnino de Brito de que os problemas com relação às estatísticas e aos números do censo se deviam também “às pilhérias” da população quando das respostas aos questionários, e a gozadora quadrinha popular citada acima, destacando de forma irônica a distância entre as práticas vivenciadas pelos habitantes da cidade e as formas de conduta consideradas como padrão, refletem as reações da população ao crescente poder que as autoridades instituídas tentavam estabelecer no espaço urbano. Essas reações eram maneiras de resistir que estavam fora dos referenciais socioeconômicos compreendidos pelas elites dirigentes. Utilizando outros códigos de resistência, os moradores do Recife tinham suas ações interpretadas pelos grupos dominantes como sendo fruto da ignorância, da

³⁴ LEMOS FILHO, op. cit p. 45.

³⁵ LEMOS FILHO. Idem.

³⁶ *Jornal do Commercio*, 07/03/1924, p. 5.

falta de instrução, ou mesmo da brincadeira de indivíduos inconseqüentes. Enganar os recenseadores com respostas chistosas e informações falsas foi uma das táticas empregadas pelos habitantes da cidade para driblar as formas de controle que, baseadas em uma razão técnica e numa lógica científica e racional, eram empreendidas pelos governantes. O humor, a disposição de espírito para a brincadeira e a pilhéria constituíram-se, portanto, no que Michel de Certeau chama de “pequenos golpes”, “jogos de palavras”, no sentido de desarticular a ordem social que se buscava estabelecer.³⁷

Ao observar a polêmica e as discussões que os números relativos à população ganharam na época entre sanitaristas, médicos e outras autoridades que buscavam implantar um novo modelo de cidade, podemos destacar que essas táticas dificultavam a viabilização de planos e projetos urbanos, confundiam as autoridades e adiavam determinações oficiais que interfeririam na vida cotidiana da população.

Na virada do século XIX para o XX, o Recife, assim como outras grandes cidades brasileiras, passava por problemas de infra-estrutura gerados por esse crescimento populacional: carência de serviços públicos básicos, principalmente com relação a moradia, abastecimento d'água, saneamento e saúde. Recém-saído do sistema de governo monárquico, de uma economia baseada na mão-de-obra escrava, de cunho eminentemente agroexportador, ainda engatinhando em termos de industrialização, o que país precisava, na visão dos políticos e intelectuais republicanos, era de reformas urgentes dentro do novo contexto capitalista que se apresentava: “*O advento da República viria proclamar, inicialmente, uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos, (...) como forma dos indivíduos desarmarem-se dos modos provincianos e das sociabilidades causadas pela sociedade escravista. Assim, uma atmosfera ansiosa por cosmopolitismo, gerada no Rio de Janeiro (...), percorre o país, num desejo sôfrego da europeização e da modernização.*”³⁸

Nessa fase, as representações construídas em torno das nossas cidades vinculavam-nas à idéia de atraso, falta de civilidade e desordem. O aumento crescente da população transtornava ainda mais o já complexo panorama urbano do país. O Rio de Janeiro, por sua posição de capital política, financeira e cultural do país, iniciou seu processo de modificação ainda no alvorecer do século XX. São Paulo e outras capitais, em diferentes graus, sofreram processos semelhantes.³⁹

O caso do Recife não fugiu muito à regra geral, seguindo a lógica da reforma empreendida na Capital Federal. Na década de dez, iniciou-se a modernização do porto e as vias principais de acesso ao cais, plano que aos poucos foi sendo ampliado, promovendo alterações

³⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.

³⁸ SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: *História da vida privada 3*, op. cit p. 292.

³⁹ Para maiores detalhes sobre as questões que envolviam as cidades brasileiras, as reformas urbanas e modernização no início do século XX, ver, dentre muitos outros, BRESCIANI, Stella. *Imagens da Cidade*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, 1994. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro Vezes Cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994. *Revista Estudos Históricos*. Cultura e História Urbana. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol.8, n.16, 1995. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de F. (org.) *Cidade e História*. Salvador, UFBA/ ANPUR, 1992. *Revista Espaço e Debates*. Cidade e História. São Paulo, NERU, 1981. NEEDLE, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. *Revista Brasileira de História*. Cultura e Cidades. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1985. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidades, n.23, 1994. *Revista USP*. Dossiê Cidades. São Paulo, USP, nº 05, 1990. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Estático na Metrópole*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. Idem, *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1983. VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996. Idem, *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro, Funarte, 1988.

REVISTA DE PERNAMBUCO



5. A abertura da Avenida Beira-Mar possibilitou a implantação do serviço de bondes, encurtando as distâncias entre a região central e as áreas ao sul da cidade - Pina, Boa Viagem - abrindo novos espaços de diversão e sociabilidade na temporada de veraneios. (Av. Beira Mar, 1925).

⁴⁰ Sobre as reformas urbanas empreendidas no Recife nas duas primeiras décadas do século XX, ver: MOREIRA, Diniz Fernando. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). Recife, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - UFPE, 1994. WEINSTEIN, Flávio Texeira. As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século. Recife, Dissertação (Mestrado de História) - UFPE, 1994. LUBAMBO, Cátia. Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, CEPE, 1991.

⁴¹ ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? *Cidade & História*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de F. (org.) Salvador, UFBA/ANPUR, 1992, p. 29.

profundas na paisagem do bairro portuário e na vida das pessoas que lá moravam ou tinham seus negócios. Na década seguinte, sobretudo no governo de Sérgio Loreto, mais reformas nos bairros do Derby, melhorias e embelezamento de praças, como a Sérgio Loreto, localizada na antiga Campina do Bodé, abertura da Avenida Beira-Mar em Boa Viagem, construção de mercados públicos, dentre outras.⁴⁰ Nos debates e discussões que envolviam as reformas e a política urbana, o que estava em jogo era a *“tensão entre um movimento de singularização e de expressão territorial e um padrão de homogeneização ou de alisamento do território, de retirada desses elementos desses códigos de significação, tornando lisos, destendidos estes territórios existenciais, que são absolutamente rugosos, cheios de marcas e de códigos específicos.”*⁴¹ Nesse jogo de recriação das cidades, uma espécie de cruzada civilizatória foi empreendida. Não apenas a arquitetura dos prédios, o traçado das ruas, enfim, a estrutura urbana foi questionada, mas também os hábitos, a organização familiar, a higiene pessoal, as formas de diversão, o comportamento em público: os modos de vida da população da cidade passaram por uma revisão sob o ponto de vista dos novos saberes modernos. Intelectuais e autoridades políticas e sanitárias, simpatizantes das idéias modernistas e regionalistas, discutiam de forma acirrada as questões que envolviam a chegada da modernização e suas transformações na cidade.

Em princípios dos anos vinte, os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, que constituíam o núcleo mais antigo da cidade, aos poucos iam mudando de perfil, agregando serviços e adquirindo nova paisagem à medida que esses projetos e reformas iam sendo implementados. Fazer um breve passeio por esses lugares, conhecer trajetos, principais ruas, serviços, enfim, o movimento cotidiano desses bairros nos anos vinte é um dos objetivos desse trabalho. O percurso escolhido é uma das muitas possibilidades de itinerário, refletindo apenas algumas das faces e imagens desses lugares.

O itinerário, segundo Michel de Certeau, é uma série discursiva de operações; é uma cadeia de operações espacializantes, pontilhada de referências que produzem uma representação dos lugares. São descrições e narrativas a partir de escolhas do sujeito, são indicações performativas, artes de gestos e relatos de passos que transformam os

espaços da cidade de mapa descritivo, em fabricações, em feitura do espaço.⁴²

Já os mapas, até meados do século XVII, recheados de indicações de trajetos, desenhos e figuras – animais marinhos, caravelas, e outros personagens -, elementos narrativos que possibilitavam a leitura de percursos, vão paulatinamente transformado-se, a partir do nascimento e consolidação do discurso científico, entre os séculos XV e XVII, se transformando. A geometria euclidiana e a descritiva aos poucos isolam o traçado geográfico das possibilidades de percurso e itinerário, fazendo com que os mapas se constituam em um conjunto formal de lugares abstratos, segundo Certeau, numa “*descrição redutora totalizante das observações.*” Neste trabalho, tentamos juntar o mapa a uma das possibilidades de percurso. A escolha foi marcada por algumas questões ligadas às fontes documentais disponíveis, quase sempre proveniente da visão das elites, que priorizavam a descrição de determinados espaços da cidade em detrimento de outros, espelhando as representações que se tentavam construir em torno da cidade no período. Alguns outros espaços, mais especificamente ligados às práticas das camadas populares, serão analisados com mais detalhes em capítulo posterior.

Os quatro bairros que formam o que hoje se conhece como “centro da cidade”, eram lugares de muitas histórias. Para Mayol, o bairro seria um espaço de relação com o outro como ser social, uma noção dinâmica que precisaria de uma aprendizagem. Essa se tornaria crescente à medida que o corpo do usuário se fosse engajando no espaço público até exercer aí uma apropriação: “*Diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina mas que deve assimilar para poder viver aí, em face de uma configuração dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano, o usuário sempre consegue criar para si o lugar do aconchego, itinerários para seu uso ou seu prazer, que são as marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano.*”⁴³

Assim, a noção de bairro estaria ligada ao domínio do ambiente social, pois ele representa para o usuário uma parte conhecida do espaço urbano, onde ele se sente reconhecido. Seria, portanto, uma parcela do espaço público em que paulatinamente se insinuava um espaço privado, particularizado, na medida em que seu uso pelos frequentadores é quase cotidiano. Seria uma organização coletiva de trajetórias individuais.

Iniciamos nosso percurso no bairro do Recife, lugar onde se originou a cidade, cuja imagem era marcada nos anos vinte por suas largas avenidas e espaços reformados. O bairro concentrava as atividades ligadas ao porto e ao comércio de importação e exportação, às finanças, aos

⁴² Para uma discussão das práticas do espaço, ver o capítulo VII – Caminhadas pela cidade. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, pp.169-191.

⁴³ MAYOL, Pierre. O Bairro. In: *A invenção do Cotidiano II: morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 40-43.



6. Percurso pelos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. (*Planta da Cidade do Recife*, 1914).

serviços públicos básicos e comunicações. Lá estavam a Administração do Porto, a Alfândega, armazéns de açúcar, a Associação Comercial, companhias de navegação, empresas de comércio como o *Armarinho por Atacado de José Pessoa de Queiroz* e a firma *Reis & Oliveira – Representações*, que comercializava bebidas, tecidos, alimentos e perfumaria. Várias companhias de seguros, como a *Companhia Santista de Seguros* e a *Companhia Phoenix Pernambucana de Seguros Marítimos e Terrestres*, além de inúmeros bancos, como o *Banco do Brasil*, *Banque Française* e o *The National City Bank*, também estavam estabelecidos no bairro.

Alguns órgãos e instituições públicas, como os Correios e Telégrafo, a Estação da Linha Férrea de Limoeiro, tinham sua sede no bairro. A Igreja Madre Deus e a Casa de Banhos, esta localizada nos arrecifes, importantes pontos de sociabilidade da cidade, também ficavam no bairro. A antiga fortaleza do Brum, construída no século XVII, a Torre Malakoff, o observatório astronômico e a sede da Capitania dos Portos eram algumas das construções que marcavam a paisagem desse espaço.

O ponto de partida para uma breve caminhada pelo bairro é a Praça do Comércio ou Cais da Lingüeta, hoje chamada de Praça do Marco Zero. Do cais do porto, voltando-se para o mar, vislumbrava-se a linha de arrecifes que havia sido reforçada com a reforma do Porto iniciada na década anterior. Podia-se ver, em primeiro plano, a estátua do Barão do Rio Branco, os prédios de

arquitetura eclética da Associação Comercial, da Bolsa de Valores, de bancos e firmas estrangeiras, além das duas principais avenidas que se abriam em direção ao bairro de Santo Antônio: a Marquês de Olinda e a Avenida Rio Branco.

Pelas ruas movimentadas do bairro do Recife transitavam estivadores e outros trabalhadores do porto, comerciantes importadores e exportadores que tinham seus escritórios na área, caixeiros das lojas, financistas e homens de negócio que se dirigiam aos bancos e outras instituições, além de vendedores ambulantes que apregoavam seus produtos, e visitantes que iam passear pelas avenidas e conhecer o novo/velho bairro.

Com a reforma iniciada em 1909, muito da feição do bairro havia mudado. A população que lá residia no início das obras, cerca de 13.000 habitantes, foi aos

poucos diminuindo em função da valorização dos terrenos e da mudança de uso dos espaços. Quando os trabalhos estavam sendo concluídos, em 1923, apenas permaneciam com residência fixa no bairro do Recife 3.206 pessoas.⁴⁴

Nos anos trinta, parecendo orgulhoso dos progressos da sua cidade, Josué de Castro descrevia o bairro onde a cidade nasceu como território do capital e das finanças, espaço de ares europeus em que reinavam a ordem e a salubridade.

“A Praça do Rio Branco faz mesmo lembrar Hamburgo. Pois, não é mesmo um assombro pro viajante que vem da Europa! Quem diria que desse outro lado do Atlântico, no Brasil, país de mestiços e bem nos trópicos, o viajante iria topar com um espetáculo destes (...), típico de cidade européia, e das grandes. Salta o viajante do paquete, desce ao longo dos armazéns e desemboca mesmo na praça monumental. Cinco avenidas se abrindo em leque, com magníficos estabelecimentos comerciais. Ruas largas, limpas, retas, com filas inquebrantáveis de edifícios uniformemente solenes. Bancos, telégrafos, companhias de vapores ... Prédios asseados, com um ar de disciplina e riqueza. De recato mesmo e de desconfiança européia.”⁴⁵

Gilberto Freyre não deixava de lembrar que por trás do “*elegante cenário europeu*”, sobrevivia uma cidade impregnada por um passado colonial:



7. Ao final da reforma, nos anos 1920, alguns espaços do Bairro do Recife apresentavam uma paisagem imponente, com edifícios de arquitetura eclética, orgulho dos grupos que defendiam um projeto europeizante para a cidade. (Praça Afonso Pena, 1925).

⁴⁴ Os dados apresentados aqui sobre a população dos bairros são do Censo da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária de 1923. Apud. LUBAMBO, Cátia. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife, CEPE, 1991, p.134.

⁴⁵ CASTRO, Josué. Visões do Recife. In: *O Recife – quatro séculos de sua paisagem*. Org. SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo D. Recife, Editora Massangana, 1992, p. 255.

as ruas da “ilha do Recife” seriam “*graves e européias*”, com exceção do Cais do Apolo, “*com seu cheiro forte, denso, tropical, de açúcar, sua catinga de negro suado, seu muito de africano e de colonial.*”⁴⁶

Caminhando-se pela Avenida Marquês de Olinda, podiam-se admirar edifícios grandiosos, de fachadas imponentes, que se espalhavam ao longo da rua. Eram os prédios do *The British Bank of South América*, da *Ypiranga Companhia Nacional de Seguros*, da *Companhia Cervejaria Brahma*, da *Watson Laidlaw & Cia*, que comercializava máquinas para usinas, do *City Bank*, da companhia de seguros contra acidentes *Lloyd Industrial Sul Americano*, dentre outras firmas que se haviam estabelecido na avenida após a reforma urbana iniciada em 1909.

Contudo, saindo um pouco da alameda, cenário principal, entrando à direita na Rua Mariz e Barros, podemos caminhar ainda por becos e ruas estreitas, com seus altos e magros casarões que, indiferentes aos novos edifícios de fachadas rebuscadas, teimavam em lembrar aos transeuntes a herança colonial da cidade. Nessas vias, como no Beco do Tuyuti, Beco João de Barros e outros, escondia-se, não apenas a herança arquitetônica portuguesa, mas também hábitos e comportamentos indesejáveis para alguns freqüentadores do bairro, conforme podemos perceber nessa queixa, dirigida à coluna *Reclamações do Jornal do Commercio*.

Vielas e Becos Infectos

“No bairro do Recife ainda continuam vielas e becos como a da Moeda, Forte do Mattos e Amorim, para não citar outras, que estão a contrastar com o esplendor das suas modernas avenidas e ruas. Naqueles, ao lado de edificações seculares, ameaçando ruínas, verdadeiros pardieiros, há a registrar a extrema falta de limpeza na via pública: lixo, animais mortos, detritos de cozinhas, amontoam-se a cada passo, constituindo sério perigo à saúde. Cremos nos esforços dos srs. Prefeito da Capital e diretor do Departamento de Saúde e Assistência, para (...) alguma melhora àquele estado de coisas.”⁴⁷

Retornando à Avenida Marquês de Olinda pela Rua Madre Deus, chegava-se ao seu final, de onde se podia vislumbrar um dos aspectos mais marcantes da paisagem da cidade: o rio Capibaribe. Qual serpente, o rio enroscava-se e contorcia-se por entre os bairros da cidade, abrigando em suas margens mocambos e casarões, proporcionando banhos curativos para uns, caranguejos e sururus para outros, invadindo vez por outra bairros e ruas inteiras, em enchentes que causavam muitos estragos

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1968, p.162.

⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 04/05/1924, p. 03

e atingiam grande parte da população da cidade.

Em 1911, 1914 e 1920, para falar apenas dos episódios ocorridos próximos ao decênio de 1920, provocara pequenos transbordamentos e inundações em bairros mais próximos de suas margens. Mas foi em 1924 que uma enchente devastadora, uma das maiores que a cidade já viu, submergiu mais de dois mil casebres, arrebatando a ponte da Madalena, deixando muitos mortos e desabrigados. Segundo Lemos Filho, “os bandos precatórios corriam as ruas, arrecadando roupas, utensílios e dinheiro para as vítimas. Da Várzea à Madalena o tráfego fazia-se em barcos.”⁴⁸

Continuando nossa caminhada, faremos a travessia para o bairro de Santo Antônio pela Ponte 7 de Setembro, hoje conhecida como Maurício de Nassau. Desde a primitiva, construída no mesmo local por Maurício de Nassau, essa ponte passou por várias reformas. Em 1865, foi substituída por uma com gradil de ferro, semelhante à atual ponte da Boa Vista, preservando em suas cabeceiras os arcos da Conceição e de Santo Antônio, construídos em meados do século XVII. No entanto, nesse trajeto não teremos a oportunidade de passar por esses arcos, uma vez que, com a reforma do bairro do Recife, eles foram demolidos em 1913 e 1917, respectivamente, visando ao alargamento da rua para facilitar a circulação de veículos.

Considerado o centro administrativo e cultural da cidade, o bairro de Santo Antônio abrigava os principais órgãos do governo, algumas das mais importantes instituições culturais, oficinas dos jornais de maior circulação, concentrava as lojas do comércio a varejo, e várias praças, cinemas e teatros. Tudo isso transformava o bairro em um dos principais espaços de convivência e diversão para boa parte dos habitantes do Recife nos anos vinte. Em Santo Antônio, estavam o Palácio sede do

Governo, o Tesouro do Estado, o Fórum, a Administração Municipal, além do Teatro Santa Isabel, o Liceu de Artes e Ofícios, o Gabinete Português de Leitura, as redações do Diário de Pernambuco, do Jornal do Commercio, do Jornal Pequeno, e muitas outras oficinas gráficas. As Igrejas do Espírito Santo, Conceição dos Militares, a Basílica do Carmo e a Matriz de Santo Antônio, dentre outras, congregavam fiéis em missas, procissões, e festas

8. Em nome de uma moderna urbanidade e da dinamização dos fluxos da cidade, os Arcos da Conceição e de Santo Antônio, espaços de sociabilidade importantes na vida dos habitantes da cidade, localizados nas cabeceiras da Ponte Sete de Setembro, atual Maurício de Nassau, foram demolidos. (Arco da Conceição, foto publicada em 1924).



⁴⁸ LEMOS FILHO, op. cit p. 179.

que mobilizavam, em alguns casos, a população de vários arrabaldes da cidade, como era o caso da festa de Nossa Senhora do Carmo. Grande número de consultórios médicos, escritórios de serviços e representações comerciais estavam instalados no bairro.

Os cinemas *Royal* e *Pathé*, as confeitarias *Bijou* e *Crystal* e o *footing* realizado às tardes faziam da Rua Nova, com suas lojas de artigos finos importados, um dos pontos de encontro favoritos das elites da época. O *Café Lafayette*, na esquina da Rua do Imperador, e alguns outros estabelecimentos, como o *Café Chile*, localizado na Praça da Independência, e algumas pensões e cabarés da Rua do Sol, davam uma nota boêmia ao bairro.

As muitas praças faziam do bairro um local de passeios e encontros. A mais imponente era a Praça da República, com o prédio do Palácio de Governo, o edifício do Teatro Santa Isabel e as obras do Palácio da Justiça, iniciadas em 1924 pelo governador Sérgio Loreto. A Praça Dezesete, no antigo Cais do Colégio, onde desembarcou em 1859 o imperador Pedro II, abrigava a Igreja do Espírito Santo; a da Independência era marcada pelo imponente prédio do Diário de Pernambuco e pelo movimento de transeuntes e automóveis no seu entorno; a Joaquim Nabuco servia de ponto de encontro para os freqüentadores do cinema Moderno, localizado bem em frente à estátua de bronze do abolicionista pernambucano e do conceituado Restaurante Leite.

Já a Praça Barão de Lucena, conhecida pela população como Pátio do Paraíso, abrigava o hospital da Santa Casa de Misericórdia, o Quartel do Regimento de Artilharia, e a Igreja do Paraíso; na Praça Saldanha Marinho, também conhecida como Largo da Matriz, em frente à Rua Nova, estava a Igreja de Santo Antônio. Da Praça Duarte Coelho, ou Praça do Sol, localizada na Rua do Sol em frente ao Capibaribe e à Ponte da Estrada de ferro, podia-se ter uma bela vista do pôr-do-sol à beira do rio.

Gilberto Freyre representava Santo Antônio a partir da imagem que tinha de alguns dos seus espaços-símbolo, de lugares que estendiam sua marca para todo o bairro:

“As ruas principais do bairro de Santo Antônio - as ruas de comércio elegante, das modistas, das perfumarias, das confeitarias, das joalherias, as ruas cívicas - do Palácio do Governo, do Palácio da Justiça, do Teatro Santa Isabel - são predominantemente européias, porém sem a gravidade masculina das do Recife: com uma graça feminina. Cheiros também femininos.”⁴⁹

⁴⁹ FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1968, p. 162.

A porta de entrada do bairro para quem vinha do bairro do Recife pela Ponte 7 de setembro era a Rua 1º de Março, antiga Rua do Crespo. Seguindo-se

em frente, passava-se pela esquina com a Rua do Imperador, onde se localizavam as oficinas da maioria dos jornais da época, como: Jornal do Recife, Jornal Pequeno, Diário da Tarde, Jornal do Commercio e outras gráficas. Na Rua do Imperador estavam também o Convento de São Francisco, o Gabinete Português de Leitura, espaço de conferências e exposições de pintura, e o *Café Lafayette*, território masculino, que reunia intelectuais, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes e variada gama de freqüentadores, do qual falaremos com mais detalhes adiante.

O percurso entre a Rua 1^ª de Março, a Praça da Independência e a Rua Nova era um dos mais movimentados da cidade. Ao burburinho dos vendedores de bilhetes de loteria, dos passadores de *poules*, dos gazeteiros gritando as últimas notícias e dos transeuntes, misturava-se o barulho dos autos e bondes, cujas linhas circulavam pelas principais ruas do centro. As reclamações em relação aos congestionamentos e acidentes provocados pelos automóveis e bondes eram constantes: *“Na rua Nova, por exemplo, ou na Primeiro de Março, há ocasiões em que se torna uma verdadeira temeridade atravessar qualquer delas, de tal modo é intenso o tráfego, num e noutro sentido, de Tramways e de automóveis e outros veículos.”*⁵⁰ Em meados de 1923, segundo dados da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, o bairro contava com 20.915 habitantes, além da grande quantidade de pessoas que por lá transitavam diariamente. Para Josué de Castro, Santo Antônio era o bairro:

*“Das repartições públicas, das casas de moda, do comércio a varejo, dos cinemas e das confeitarias, e da elegância da Rua Nova, cheia de casas velhas. Ainda de fisionomia européias, mas não a Paris, nem a Hamburgo, e sim, a Lisboa, num mais-à-vontade muito português.”*⁵¹

Seguindo ao longo da Praça da Independência, passamos à esquerda pela Rua Duque de Caxias, e entramos na Rua Sigismundo Gonçalves, antiga Rua do Cabugá, corredor que ligava a Praça da Independência ao Largo da Matriz de Santo Antônio (Praça Saldanha Marinho) e logo em seguida à Rua Nova. A Sigismundo Gonçalves era povoada de lojas de moda masculina e feminina, chapelarias, joalherias, e alguns consultórios e escritórios. Olhando à esquerda enquanto atravessamos o Largo, podemos ver as Ruas das Laranjeiras, e das Trincheiras, com suas lojas e cafés populares, como o *Braço de Ouro*, o *Democrata*, que atraíam para as imediações desocupados e prostitutas, fazendo com que a rua aparecesse com freqüência nas colunas policiais.

Dobrando na Rua das Trincheiras, atravessamos o Pátio do Carmo,

⁵⁰ Revista da Cidade, 05/06/1926, nº 2.

⁵¹ CASTRO, Josué. Visões do Recife. In: *O Recife – quatro séculos de sua paisagem*. Org. SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo D. Recife, Editora Massangana, 1992, p. 256.

em direção ao bairro de São José. Lá estavam o Mercado de São José, fundado em 1875, que comercializava desde gêneros alimentícios até fumo, miudezas, artigos do interior, como queijos, potes e quartinhas de barro, abastecendo não apenas a população das redondezas mas também a de outros arrabaldes, além dos pequenos comerciantes e ambulantes, que revendiam as mercadorias pelos bairros. O movimento de carregadores, fregueses e feirantes era intenso no Largo do Mercado.

Em frente à praça estava a Basílica da Penha, erguida pelos capuchinhos em 1656, e reconstruída nos finais do século XIX. Outras igrejas importantes do bairro eram a São Pedro dos Clérigos, no pátio do mesmo nome, a Igreja da Nossa Senhora do Terço, ladeada pelas Ruas das Águas Verdes e Direita, e a Igreja de São José. O Forte de Cinco Pontas, erguido no século XVII no período da invasão holandesa, era um dos pontos marcantes da fisionomia do bairro.

Em São José estavam também o edifício da Estação Central, inaugurado em 1888, de onde partiam trens em direção ao Cabo, Palmares, Catende, Arcoverde, dentre outras cidades do interior, e a Casa de Detenção, construída pelo engenheiro José Mamede, onde estavam presos o cangaceiro Antônio Silvino e ativistas políticos das greves do início da década de vinte. Bairro de ruas mais estreitas, becos e travessas, como a Travessa do Souza, o Beco do Ciúme, ou o do Cirigado, do comércio mais barato e popular, das moradias de trabalhadores de menor poder aquisitivo, São José parecia, aos olhos de Josué de Castro, como um pedaço da Ásia no Recife:

“O bairro tem um aspecto quase suburbano (...) com suas ruas atropeladas, enoveladas, com suas casas em promiscuidade, com seus pequenos funcionários públicos de vida apertada para parecer classe média, morando em casinhas de porta e janela, e com seu comércio de artigos baratos (...). Ruas estreitas, becos, travessas. Confusão. Cenário oriental.”⁵²

Para se conhecer o bairro de São José, é interessante perambular por seus becos e ruelas, observar o vai-e-vem dos vendedores ambulantes que transitam por ali, o movimento dos armazéns de charque e café, das vendas que expunham nas portas as sacas de milho, feijão e farinha à vista dos transeuntes, e dos armarinhos e lojas de miudezas.⁵³ Sua população, estimada em 1923 em 31.143

⁵² CASTRO, Josué. Visões do Recife. In: *O Recife – quatro séculos de sua paisagem*. Org. SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo D. Recife, Editora Massangana, 1992, p. 256.

⁵³ Sobre a vida cotidiana no bairro de São José, ver o romance de SETTE, Mário. *Seu Candinho da farmácia*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984.

moradores, era composta, segundo Gilberto Freyre, por gente da “pequena burguesia”, formada de funcionários públicos, pequenos comerciantes, operários das fábricas, das docas, costureiras, empregados do comércio e trabalhadores de diversos ramos:

“Lá para os lados de São José o Recife como que se orientaliza; a gente de noite vem conversar sentada em cadeiras (...) à calçada, à porta de casa; e aí toma sorvete, come tapioca, os homens de pijama, chinelos sem meia (...). É o bairro de ruas que cheiram a comida e a café se torrando; a temperos; a coentro; a incensos que vem de dentro de igrejas que dão para rua.”⁵⁴

Após breve caminhada passando pelo pátio de São Pedro, pela Ruas Lomas Valentinas, antiga Rua das Águas Verdes, com seus casarões altos, pela Rua Tobias Barreto, conhecida como Rua dos Sete Pecados Mortais,⁵⁵ e depois de perambular a ermo por becos e ruelas cheios de casas de jogo, pensões e cafés, passando pela Rua Coronel Suassuna, antiga Rua das Hortas, voltamos em direção ao bairro de Santo Antônio.

Atravessamos o Pátio do Carmo, com a basílica em homenagem à padroeira da cidade, e passamos pela Rua Felipe Camarão, antes conhecida como Rua da Palma, em direção à Rua Nova. Considerada a mais elegante da cidade, a Rua Nova abrigava cinemas, confeitarias, lojas de vestuário e artigos finos, consultórios médicos, farmácias, joalharias, além de um movimento incessante de pessoas que por lá circulavam a trabalho, ou iam fazer o *footing* todas as tardes.

Seguimos adiante, cruzando a Ponte da Boa Vista, com seu gradil de ferro adquirido na Inglaterra, construída sob a orientação do engenheiro Pereira Passos - mais tarde prefeito do Rio de Janeiro e responsável pela reforma da cidade - e chegamos à Rua da Imperatriz, já no bairro da Boa Vista. Bairro eminentemente residencial, de casarões pertencentes a famílias tradicionais, Boa Vista, contava em 1923, segundo dados da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária, com 50.900 habitantes, população bem maior que a dos outros bairros por onde passamos.

No bairro ficavam a Faculdade de Direito, com seu prédio imponente, inaugurado em 1911, a Igreja Matriz da Boa Vista, a Câmara dos Deputados, situada junto ao Ginásio Pernambucano, na Rua Visconde do Rio Branco, antiga da Aurora, além do Teatro

⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1968, p. 164.

⁵⁵ Segundo o Informador Nery, a rua teria ganho essa denominação pois outrora lá moravam sete mulheres “fadistas”, ou meretrizes. Informador Nery - *Ruas do Recife: dicionário completo das ruas do município do Recife, com os nomes antigüísimos, antigos e modernos e ligeiro histórico dos bairros*. Recife, Imprensa Industrial, 1921.

do Parque. Localizado na Rua Visconde de Camaragibe, antiga Rua do Hospício, o teatro abriu suas portas em 1915, movimentando a vida social da cidade com a apresentação de peças de companhias nacionais e estrangeiras, apresentações musicais, recitais e fitas de cinema. Boa Vista congregava ainda grande número de instituições de ensino e colégios de tradicionais ordens religiosas, como a Escola de Engenharia, que funcionava na antiga Rua do Hospício, o Colégio Nóbrega, instalado no bairro em 1917, o Marista, situado na Rua Conde da Boa Vista, e o Americano Gilbreath, fundado em 1906, dentre outros.

O panorama da Rua da Imperatriz era semelhante ao apresentado pela Rua Nova. Lojas elegantes de modistas estrangeiras, como Madame Annita Karosic e Madame Louise; estabelecimentos como a *Loja das Noivas*, que comercializava móveis, vestuário feminino e masculino, além de louças e tapetes; casas fotográficas como o *Photo Piereck*, no número 198; a *Casa Barreto*, que vendia máquinas de escrever Royal, a confeitaria *A Helvética*, especializada em gelados e bombons, e vários cabeleireiros e lojas de tecido e vestuário.

Terminamos esse breve trajeto pelos bairros centrais da cidade, por onde se desenrolarão grande parte dos acontecimentos e histórias que serão apresentadas neste trabalho, nos jardins da Praça Maciel Pinheiro, refletindo sobre as trilhas e caminhos percorridos, sobre as histórias guardadas em cada uma das calçadas e ruas percorridas, pois, conforme ressaltou Ítalo Calvino:

“A cidade se embebe como uma esponja da onda que se reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas, a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas (...), cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”⁵⁶

3. Recife, Recifes...

Para contar as histórias de uma cidade, precisamos não apenas caminhar por suas avenidas e becos mas conhecer também o que pensavam seus habitantes sobre ela. Conforme ressaltou Calvino

⁵⁶ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 14-15.

com relação a *Tâmara*, compreender uma cidade significa mais que repetir nomes de ruas, informar sobre locais e datas, sob pena de cairmos numa armadilha: *"O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tâmara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes."*⁵⁷

Enquanto observamos o cenário da cidade procurando desvendar suas histórias, percebemos que ela se oculta atrás das pessoas, dos sonhos, desejos e temores de cada um dos seus habitantes, pois *"cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares."*⁵⁸

Tentar compreender a cidade é perceber que ela não tem apenas um significado, é constatar que sua história é feita de invenções e reinvenções, é entender que ela congrega, numa só, várias cidades. Ao historiador, resta contentar-se em narrar fragmentos dessa história, *flashes* que são capturados a partir de pistas e sinais que revelam apenas parcialmente os seus segredos.

Nas primeiras décadas do século XX, com a chegada da modernização ao país, vai-se esboçando uma nova visão de urbanidade e dos significados do "viver na cidade." A imagem concreta da cidade de tijolo e cal ganha novos contornos com a transformação dos aspectos físicos e estéticos expressos num panorama renovado. A imagem/representação, constituição de um imaginário sobre si mesma, é montada a partir *"do habilidoso esforço de revelação/ocultamento operado, tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua), quanto pelas imagens metafóricas (imagens da literatura, da medicina, da engenharia, etc)."*⁵⁹ Segundo Walter Benjamin, existiria uma representação fantasmagórica da cidade grande, *"com poder suficiente sobre as imaginações para que, na prática, jamais seja questionada a sua exatidão, representação criada peça por peça (...) e bastante difusa..."*⁶⁰

Benjamim fez dessas sensações ambíguas em relação à cidade seu principal tema de estudo. Ao analisar a obra de Baudelaire na Paris do século XIX, discute as emoções contraditórias que a cidade grande inspirava no homem: medo e pavor, prazer e liberdade. A civilização que aprisionava, a multidão amorfa que se acotovelava rápida e indiferente nas calçadas, a fumaça escura das chaminés, o ruído insuportável das ruas, a velocidade e os novos ritmos da vida

⁵⁷ CALVINO, Ítalo, op. cit p. 18.

⁵⁸ Idem, p. 34.

⁵⁹ PECHMAN, Robert. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. In: *Cidade e História*. Salvador, UFBA/ Faculdade de Arquitetura/ ANPUR, 1992, p. 36.

⁶⁰ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 223.

mesclavam-se com uma inigualável sensação de liberdade: “*Ó noite! Ó refrescantes trevas!... nos labirintos pétreos de uma capital, cintilação de estrelas, explosões de lampiões, sois o fogo de artifício da deusa Liberdade!*”⁶¹ A paisagem da cidade enfeitava: intensa e sedutora, mas, ao mesmo tempo, repugnante e opressora. Essas emoções foram partilhadas por indivíduos das mais diferentes partes do mundo entre os finais do século XIX e início do XX, com o processo de expansão urbana e as transformações da modernidade.

Na tentativa de captar algumas dessas representações sobre a cidade do Recife, utilizamos como fonte documental os editoriais, artigos e crônicas das principais revistas semanais que circulavam nos anos 20: *Rua Nova*, *Revista da Cidade* e *A Pilhéria*. Além das falas dos jornalistas e literatos, alguns depoimentos de autoridades políticas e sanitárias compõem o universo dos documentos explorados.

Por outro lado, e na medida do possível, serão também analisadas as práticas socioculturais empregadas pelos habitantes da cidade na busca de uma convivência ou resistência às determinações que se tentavam estabelecer a partir de um novo projeto de cidade que se implantava. Mediante o conhecimento e exame dessas práticas que, muitas vezes fugiam à compreensão e ao poder dominador das autoridades e instituições, se abrirão novas possibilidades de entender melhor os diferentes significados da cidade para os diversos grupos que habitavam o Recife.

Segundo Roger Chartier, um dos principais objetos da história cultural é “*identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.*”⁶²

Um dos caminhos que levam à consecução dessa tarefa relaciona-se, segundo ele, “*às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço pode ser decifrado.*”⁶³

Considerada conceito básico da história cultural, a noção de *representação* implica uma relação dúbia entre ausência e presença, permitindo articular três formas de relação com o mundo social: inicialmente, o trabalho de classificação e recorte das múltiplas configurações intelectuais por meio das quais a realidade é

⁶¹ BAUDELAIRE, Charles. Le spleen de Paris. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*, op. cit p. 208.

⁶² CHATIER, Roger. A *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988, pp. 16-17.

⁶³ Idem, p. 17.

contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em seguida, as 'práticas', formas de exibição do ser social, que visam a fazer reconhecer uma identidade social, simbolizando uma posição e uma maneira própria de se colocar no mundo; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais instâncias coletivas ou indivíduos estabelecem, de forma clara e perpétua, a existência do grupo, comunidade ou classe.⁶⁴

De acordo com Chartier, essas percepções do social não constituem discursos neutros, uma vez que engendram estratégias e práticas que buscam estabelecer autoridades, formas de controle, validando e justificando projetos reformadores ou condutas e posturas individuais. Dentro dessa perspectiva, o conceito de *representação* coloca-se num espaço de disputas e conflitos, cujos desafios se exprimem em termos de poder e dominação.

Partindo da cidade como um conjunto de representações, podemos tentar compreender mais sobre o Recife nos anos vinte. Esse esforço busca perceber a cidade como real por meio da "*leitura de suas imagens*" ou de suas representações, considerando essas representações como parte integrante daquilo que chamamos realidade.⁶⁵ Nessas representações sobre o Recife, apareciam inúmeras cidades. Grupos diferentes enxergavam-na de forma diversa, algumas vezes oposta, na tentativa de consolidar projetos, fixar poderes, estabelecer controles e espaços de dominação. Assim, imagens da cidade construídas a partir de qualificações como suja ou limpa, perigosa ou segura, bela ou feia, variavam de acordo com os produtores ou consumidores do espaço.

As representações dos lugares e das sociabilidades que a cidade abrigava podem apresentar-se de forma contrastante e ambígua. Ela pode significar, para seus contemporâneos, magia, sedução, centro da intelectualidade e do progresso, mas pode também se constituir enquanto espaço ameaçador, inseguro, inspirando representações conflitantes de fascínio e medo, de atração e repulsão, de encantamento e decepção, que, às vezes, coexistiam no mesmo indivíduo.⁶⁶

Sonhos, medos e ilusões diversas recheavam o imaginário em torno do Recife. Para alguns, era a cidade igualitária, cheia de oportunidades de trabalho e de novas chances para os que vinham de fora, sobretudo os que fugiam do trabalho no corte da cana ou das secas do sertão. Era também a cidade dos divertimentos e novidades, com seus vários cinemas, grande movimento teatral, jogos de futebol, corridas de cavalo,

⁶⁴ Para mais detalhes do conceito de representação, ver também CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, vol. 05, nº 11, 1991. E, do mesmo autor, A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 07, nº 13, 1994.

⁶⁵ Para essa discussão, ver PESAVENTO, Sandra J. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Estudos Históricos - Cultura e História Urbana*. Rio de Janeiro, n.º 16, 1995, p. 281.

⁶⁶ Idem, p. 286.

regatas, festas religiosas e outras diversões que agitavam as ruas. Polêmicas culturais entre intelectuais e escritores, conferências e recitais, os inúmeros jornais e revistas que circulavam, a Faculdade de Direito, a Escola de Medicina e a de Engenharia transformavam-na na Capital cultural do Nordeste. Era a cidade pobre e miserável dos mendigos do Pátio do Carmo, das prostitutas da Rua das Trincheiras, dos becos e ruelas sujas, e a cidade progressista e moderna, com seu Porto reformado, ritmo de vida que se acelerava, população crescente e novidades que se incorporavam ao cotidiano dos seus habitantes. Cada um procurava construir a cidade dos seus encantos e desejos. Muitas expectativas, várias imagens, vários Recifes.

Nas primeiras décadas do século XX, quando as transformações na produção, o crescimento do número de habitantes das cidades brasileiras e a consolidação do regime republicano intensificaram planos e projetos de modernização e melhoramento para algumas cidades do país, quando o discurso higienista de médicos, sanitaristas e reformadores ganhava força, iniciava-se a construção de uma representação diferente para o Recife.

Aos poucos, começava a aparecer diante dos olhos de parte dos moradores uma cidade que crescia, cujos espaços mudavam de fisionomia, enfim, um Recife que, para eles, aderiu ao progresso. As epidemias, a insalubridade, a falta de infra-estrutura, as ruas estreitas e os becos, os animais pelas ruas continuavam a existir, mas as sensações e elaborações resultantes das transformações empreendidas nas primeiras décadas do século XX, como a reforma do Porto e do Bairro do Recife, a implantação do plano de esgotamento sanitário do Engenheiro Saturnino de Brito, e algumas outras melhorias na infra-estrutura e embelezamento realizadas, faziam com que boa parte dos seus habitantes procurasse representar a cidade como moderna, progressista e civilizada:

“O Recife civiliza-se... dizia-se, anos atrás, à boca cheia, os olhos atônitos ante as avenidas que se abriam, amplas e retas, ante o bonde elétrico que surgia aposentando os muare pachorrentos, ante os primeiros automóveis silenciosos e ante as primeiras fitas americanas. Recife moderniza-se... diz-se hoje, pela agitação crescente da vida, pelo bulício alarmante das ruas, pelo perigo do automóvel, pela licenciosidade das modas, pelo americanismo dos costumes e pelo afã de fortunas rápidas, elétricas... Recife já não é mais aquela Recife dos combustores de gás carbônico, dos bondezinhos movimentados por muare, recebendo

a “sota” ao pé das pontes, para a subida barulhenta dos silvos do apito e aos estalos do chicote do cocheiro. Recife tem hoje o aspecto de quem andou a tomar banhos de civilização.”⁶⁷

Na construção e consolidação dessa representação de cidade moderna, atuariam não apenas arquitetos, urbanistas, médicos sanitaristas, técnicos e burocratas. Pertencentes à elite dirigente, esses profissionais projetavam, discutiam e implementam os equipamentos urbanos, intervindo mais diretamente no espaço físico, na tentativa de construir na prática a cidade desejada. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, haveria uma outra categoria importante nesse processo, a dos chamados “*leitores especiais da cidade*.” Eram intelectuais, cronistas, jornalistas, fotógrafos e pintores que, com seu “olhar educado” e percepção, passavam por meio de crônicas, fotografias, pinturas, a imagem da “nova cidade.”

A população anônima, o habitante comum da cidade, longe de serem simples consumidores das construções desses grupos, metabolizavam as “*atribuições e designações referentes a espaços e vivências e depois formulavam suas próprias elaborações simbólicas*.”⁶⁸ Roger Chartier denomina esse processo de *apropriação*.

Noção central para a história cultural, o conceito de *apropriação* proposto por Chartier destaca a pluralidade dos empregos e das compreensões, a diversidade das leituras e a liberdade criadora do indivíduo ou grupo. Diferentemente do sentido colocado por Foucault, que enxerga “*a apropriação social dos discursos*” como um procedimento mediante o qual os discursos são dominados e confiscados de forma exclusiva por indivíduos ou instituições que terminam por deter o controle

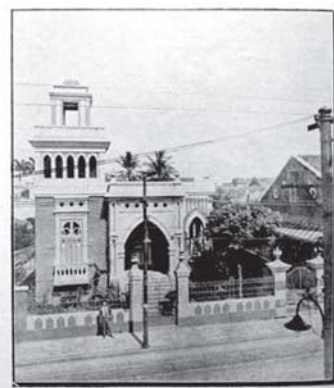
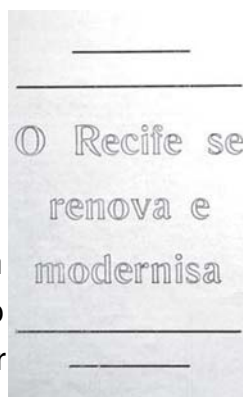
sobre eles, Chartier acredita que a partir da *apropriação* são construídos historicamente sentidos, significações, interpretações: “*A apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem*.”⁶⁹

Pela precariedade das fontes, muito pouco podemos detalhar acerca das elaborações e do imaginário de cidade construído por alguns desses grupos, ou pelo que Michel de Certeau chamou de “homem ordinário.” Os “*homens comuns, personagens disseminadas, caminhantes inumeráveis... multidão de heróis quantificados que perderam nomes*

⁶⁷ A *Pilhéria*, 17/04/1926, nº 238.

⁶⁸ PESAVENTO, Sandra J. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Estudos Históricos - Cultura e História Urbana*. Rio de Janeiro, n.º 16, 1995, p. 283.

⁶⁹ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. São Paulo, USP, vol. 05, nº 11, 1991, p. 180.



9. Nos anos vinte, os melhoramentos no setor de transportes e na infraestrutura urbana possibilitaram a abertura de novos bairros residenciais. Famílias que antes habitavam nos bairros do Recife e Santo Antônio começaram a construir verdadeiros palacetes no Derby, Graças, Espinheiro e outras localidades. (Recife, 1925).

e rostos”⁷⁰, que passavam anônimos pelas ruas e praças reformadas para perambular, trabalhar, conversar, pedir esmolas ou descansar, pouco deixaram registrado sobre as suas representações da cidade, uma vez que sua principal prática de transmissão do conhecimento se fazia sobretudo por meio da oralidade, registro que se perde com mais facilidade no tempo. Se as representações mais fáceis de recuperar são aquelas que derivam de atitudes ligadas ao exercício do poder, “*mais difícil será a apreensão das contra-imagens construídas pelos usuários da cidade, retiradas em parte de tradições imemoriais, desejos não realizados ou metabolização e tradução dos valores impostos.*”⁷¹

No entanto, a reação dos habitantes da cidade diante das normas e posturas disciplinadoras instituídas pelas autoridades municipais, as reclamações dos jornais acerca do comportamento das camadas populares, alguns relatos, sobretudo das colunas policiais, sobre práticas cotidianas desses grupos, sobre as festas populares e manifestações de rua, acontecimentos singulares que quebravam a rotina da vida da cidade, podem nos auxiliar a reconstituir vestígios das representações coletivas de uma “outra” cidade.

Esse “homem comum”, apossando-se dos novos espaços construídos da cidade, reelaborava funções, transformando os objetivos propostos inicialmente nos planos de reforma urbana e modernização. Por meio da apropriação e recriação das representações circulantes, eles atribuíam valores diferentes que podem, em alguns momentos, ser captados por uma análise dessas fontes indiretas.

Se, por um lado, a documentação aqui utilizada reflete mais a opinião de grupos pertencentes às elites políticas e intelectuais, com acesso privilegiado a jornais, revistas, documentos oficiais escritos, por outro, não deixa de nos dar uma idéia acerca das múltiplas visões que existiam da cidade nesse período. Nos capítulos a seguir, a partir da análise de algumas das práticas cotidianas dos habitantes, do “viver a cidade”, sobretudo nos espaços de diversão e prazer, procuraremos apreender diferentes formas de representar o Recife.

Na estruturação do imaginário da cidade moderna, as reformas realizadas no início do século XX, como a abertura de largas avenidas, o saneamento básico, a retirada das populações pobres do centro, “*eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e de civilização; exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas, que se impunham diante da necessidade de “ser” e “parecer” moderno.*”⁷² Alguns elementos desse processo de modernização foram convertidos em emblema, em representação simbólica da modernidade, fazendo

⁷⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994, pp.57-58.

⁷¹ PESAVENTO, Sandra J. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Estudos Históricos - Cultura e História Urbana*. Rio de Janeiro, n.º 16, 1995, p. 288.

⁷² Idem, p. 282.

com que parte da população vivenciasse as mudanças como uma espécie de passaporte de acesso à modernidade.

Assim, o Recife nos anos vinte, era percebido por contemporâneos como a “*vanguarda das grandes cidades progressistas*”, “*cidade febril e tumultuária*”, onde havia um “*frisson de progresso, um desejo de correr*.”:

“A cidade, nossa formosa urbs maurícia, entrou, definitivamente, numa era auspiciosa de progresso, talvez um pouco febril e tumultuária, mas, em todo o caso, duradoura e referta das mais legítimas esperanças, que a está singularizando lá fora, vitoriosamente, como a terceira capital do Brasil, não só pela cultura intelectual, como ainda pelo seu adiantamento material que por toda a parte se estadeia numa afirmação magnífica de vitalidade triunfante.”⁷³

Inspirada na obra *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, Sandra Pesavento argumenta que havia na elite nacional uma tendência ao “bovarismo”, o que influenciou fortemente na construção do imaginário de cidade que se montava na época das reformas urbanas. A capacidade de enxergar-se segundo a identidade desejada e de dar consistência à representação, a tendência a deixar que o simbólico destruísse as fronteiras entre o real e o imaginário, enfim a inclinação a uma certa teatralização da vida resultou num processo de construção de um imaginário em que o traço, o detalhe, o pormenor assumiram o caráter do geral, do todo, do universal.⁷⁴ Nesse sentido, as reformas do Porto e do Bairro do Recife foram convertidas em emblemas da modernidade, desempenhando o papel de representação simbólica de um sonhado “novo tempo.” Havia, portanto, a projeção da cidade imaginada sobre a cidade real. Do ponto de vista da história cultural, o que interessa analisar é que a “cidade do desejo”, tendo ou não sido realizada,



MUNGUNZÁ
GOSTOSO

10. Enquanto os espaços da cidade eram modernizados, os segmentos populares insistiam em manter antigas práticas e manifestações culturais tradicionais, entrando em choque com os novos padrões de ordem e civilidade urbana que se instituíam. (Munguzá gostoso. F. Rebello, 1926).

⁷³ *Revista da Cidade*, 29/05/1926, nº 1. Estadeiar, de acordo com o dicionário de Antônio Houaiss, significa exibir orgulhosamente, ostentar, tornar público com alarde.

⁷⁴ PESAVENTO, Sandra. *Da Cidade Maravilhosa ao País das Maravilhas: Lima Barreto e o Caráter Nacional*. Conferência apresentada na mesa redonda “Visões da Cidadania em Lima Barreto”, no 19º Simpósio da ANPUH, Belo Horizonte, julho de 1997.

“existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e quis concretizar.”⁷⁵

Para alguns o Recife era uma cidade moderna, que festejava as novidades, admirava os progressos da técnica, tentava seguir o modelo da França, os modismos do cinema americano, movimentada e inquieta como os novos tempos. Na tentativa de fortalecer as idéias modernizadoras, de estabelecer o domínio sobre os espaços da cidade, de fixar novos códigos de conduta, reforçou-se na época a representação de uma cidade civilizada, moderna, em consonância com o progresso. Em editorial da *Revista Rua Nova* intitulado “*Modern girl*”, pode-se sentir o quanto alguns desejavam esse Recife.

“Recife é uma cidade criança. Criança ultra-século, amante das modas, dos namoros e de tudo aquilo que os de hoje chamam de “snobismo.” É uma cidade que corta os cabelos “a la garçonne”, faz “footing”, toma os chás elegantes da “Bijou”, frequenta o “Moderno”, não perde temporadas do “Santa Isabel” e do “Parque”, e vive sempre a cuidar de mil frivolidades, sempre bisbilhoteira e galante (...). Recife cada dia que passa, evolui e civiliza a sua alma de moça provinciana. Dizem até que ela já adora os êxtases da cocaína e dança “shimy” nos salões elegantes, mas isso é uma calúnia; ela não chegou a tais excessos. Recife (...) não passa de uma criatura sentimental, olhos grandes e negros, cabelos enfeitados de flores, imersa em sonhos românticos. Agora que ela começou a viver, assim, tumultuária e irrequieta, como deve ser, exatamente uma donzela da sua idade.”⁷⁶

No artigo a cidade passa a ser identificada com uma série de comportamentos e práticas ligadas às elites: moda, diversões e outros hábitos tidos como adequados e compatíveis com os padrões desses grupos. O Recife parecia viver em permanente estado de festa. Numa visão ambígua, o editorial, ao mesmo tempo que reforçava a idéia de que a cidade já assumia procedimentos e atitudes referentes à idade adulta, como se a modernidade já se houvesse consolidado, comparava o Recife a uma criança, com longo caminho a percorrer pela frente, que estava apenas começando a viver os “novos tempos.”

Identificava-se a cidade a uma jovem donzela, atribuindo-se a ela as qualidades femininas da época que mais impressionavam o autor: a beleza, a ousadia, a inquietação e a sensibilidade. O artigo conclui realçando a idéia de que, apesar de ter aderido às novidades, algumas consideradas até extravagantes, o Recife, tal qual donzela, não havia “perdido a pureza”, ou seja, a marca que ele considerava

⁷⁵ PESAVENTO, Sandra J. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano, op. cit p. 284.

⁷⁶ *Revista Rua Nova*, 11/09/1924, p. 1.

fundamental: o romantismo e o sentimentalismo.

A imagem de um Recife letrado, pólo intelectual e cultural, uma cidade que vivia em movimento constante, interessada pela arte e outras expressões intelectuais, constituía mais um atributo, mais uma faceta que compunha e reforçava a representação da cidade moderna.

De acordo com um editorial de 1926 da revista *A Pílhéria*, o “*Recife tem hoje, o aspecto de quem andou a tomar banhos de civilização. E isso se evidencia melhor quando a gente nota (...) que o público da cidade já se vai interessando pelos assuntos de arte, prestigiando as iniciativas artísticas de meia dúzia de aficcionados que lutam pela vitória das manifestações de inteligência. (...) O nosso povo se educa, olhando um pouco, com interesse, para o que se escreve, para o que se diz, para o que se conta, para o que se harmoniza em relação à cultura da cidade.*”⁷⁷

Portanto, as representações que reforçavam a imagem de uma cidade civilizada e progressista incluíam uma série de requisitos, que iam desde mudanças no aspecto físico, como a renovação e embelezamento dos espaços públicos, a implementação de planos viários, obras de caráter higiênico-sanitário e a introdução de meios de transporte e comunicações, até a adoção por seus habitantes de novos ritmos de vida e diferentes hábitos e práticas culturais associadas ao cosmopolitismo como o cinema, os recitais musicais e as reuniões literárias, o *footing*, o teatro, os esportes ao ar livre, os trajes da moda, os passeios de automóvel, os banhos de mar, o *five o'clock tea*, além de inúmeras outros comportamentos.

As representações do Recife moderno, transmitidas pelos jornais e revistas da década de 1920, eram ambíguas e contraditórias, como os desejos que cada sujeito tinha acerca da “sua” cidade. Por mais esforço que alguns intelectuais fizessem para demonstrar o progresso e a civilização da “*Alucinada Mauricéia*” - como alguns simpatizantes das idéias modernistas a chamavam, numa alusão à obra de Mário de Andrade “*Paulicéia Desvairada*” - para confirmar que seus hábitos se refinavam, que seguiam o figurino francês, o espetáculo cotidiano das ruas deixava à mostra os contrastes e a diversidade da cidade. Assim, o discurso oscilava entre a visão de uma cidade moderna, adaptada às novidades, e a de um “provinciano e atrasado” Recife, onde ainda imperavam comportamentos e paisagens considerados incompatíveis com os novos tempos: “*A cidade se espelhava em milhares de olhos, em milhares de objetivas.*”⁷⁸

As imagens de um Recife antigo, recheado de casarões seculares, que seguia hábitos herdados do passado colonial, apegado às

⁷⁷ *A Pílhéria*, 17/04/1926, nº 238.

⁷⁸ BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas II. Rua de mão única. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 197.

⁷⁹ A convivência entre o antigo e o moderno, sobretudo a partir das polêmicas dos intelectuais da época, foi explorada por REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, Fundarpe, 1997.

⁸⁰ *A Pilhéria*, 07/02/1925, nº 176.

tradições, apareciam ora cercadas de comentários negativos, que associavam suas dificuldades de modernizar-se à falta de educação do povo, a comportamentos tidos como inadequados, a aspectos físicos e estéticos considerados atrasados, como a paisagem de algumas ruas ou mesmo os sobrados antigos, ora permeadas por uma aura poética, saudosista, que lamentava a perda de alguns elementos marcantes da cidade com as mudanças.

Esse Recife antigo, representava, para alguns, o grande obstáculo à modernização e incorporação de novos hábitos. Estabelecia-se nesse discurso uma espécie de oposição, de antagonismo entre o antigo e o moderno.⁷⁹ Os habitantes da cidade, sobretudo as camadas populares, eram vistos como destoantes, como peças que não conseguiam se encaixar no quebra-cabeça que representava esse

Recife moderno:

“O leitor já sentiu o suplício de viajar no último banco do bonde entre um moleque fumador e uma cabocla puxada, a tresandar um perfume esquisito, desagradável? Pois eu ontem (...) só logrei alcançar um lugar no bonde, ao último banco, naquela companhia intolerável: de ver moleque pernóstico, de gafarinha agressivo, a deitar para o ar as baforadas de um cigarro ordinaríssimo, tendo do outro lado uma cabocla rechonchuda, vexada de calor, a aumentar, para meu

desespero, o perfume esquisito que andou perto de me intoxicar todo o sangue, todo o cérebro, toda a alma. Nunca mais tomarei lugar no último banco dos bondes nunca mais!”.⁸⁰

“Companhia intolerável”, “moleque pernóstico”, “cabocla rechonchuda”, foram algumas das expressões usadas para se referir aos populares que utilizavam o serviço dos bondes. Vale a pena ressaltar que além da divisão formal imposta pelo próprio sistema, com os vagões de 1ª e 2ª classes que funcionavam em algumas linhas, conforme detalharemos a seguir, o autor da reclamação destaca que havia também uma divisão social informal do espaço dos bondes, com pessoas de mais posses ocupando os assentos da frente e os populares os bancos de trás dos vagões. O estranhamento quanto a códigos de comportamentos diversos e às diferenças sociais aparecia destacado com cores fortes nesse momento. Censura, recriminação, intolerância marcavam esses discursos que tentavam homogeneizar

CAVEIRA DE BURRO...



A projectada abertura da rua do Imperador á rua da Praia.
De máo gosto, quasi eterna, enfeia assim, o centro,
da cidade, como um verdadeiro phenomeno de fijo e cal...

11. As reformas e demolições estavam por toda parte. Uma ânsia pelo novo, pelo moderno, condenava ao desprezo e à destruição a arquitetura e os padrões estéticos tradicionais da cidade. (Bairro de Santo Antônio, 1926).

hábitos, impor regras, disciplinar condutas consideradas incompatíveis com a vida numa cidade progressista, refletindo as disputas pelo espaço público, os conflitos de origem sociocultural, a luta pelo domínio da cidade.

Os depoimentos de cronistas e jornalistas e as reclamações de leitores em jornais e revistas sobre o comportamento dos habitantes da cidade em locais públicos mostram que, na avaliação dos grupos de elite, os habitantes do Recife, sobretudo os pertencentes às camadas populares, deixavam muito a desejar em termos de educação, “bons modos” e cortesia, considerados pontos básicos do convívio para os modernos e civilizados habitantes das cidades: *“Não é nenhuma outra. É a nossa, a terra dos contrastes. Nos bondes lêem-se anúncios berrantes avisando que é proibido cuspir nos mesmos. Não há, entretanto, um carro da Tramways que não seja uma verdadeira escarradeira. É também proibido subir ou descer nos bondes em movimento. Todos os dias, quase, morre gente sob as rodas dos carros ou com a cabeça de encontro aos postes.”*⁸¹

O Recife seria uma terra de contrastes, onde conviviam novas formas de transporte e comunicação - requisitos de uma cidade moderna - com procedimentos tidos como incompatíveis com tal representação. Comportamentos como o de Seu Costa, que desafiavam todos os preceitos de civilidade e higiene, eram motivos de duras críticas:

“Ele entrou no bonde (...), sacou do bolso do casaco um palito de dente, limpou as unhas que pecavam contra os mais mezinhos princípios de higiene (...), e depois, num gesto naturalíssimo, denunciando o hábito, fez nos dentes largos a mesma escavação sanitária, num irritante menosprezo à sensibilidade higiênica dos outros passageiros. E guardou o palito com a mesma pachorrença calma.”⁸²

As representações de um Recife atrasado, que não conseguia acompanhar o ritmo dos novos tempos, freqüentemente estavam identificadas aos hábitos e comportamentos tradicionais da população. Segundo um indignado leitor da revista *A Pílhéria*, era difícil considerar moderna uma cidade que a despeito da *“telegrafia sem fio, da aviação, cortando os ares nos raids de circunavegação, e do telefone, os sinos das igrejas da cidade [teimam em] tocar alarme pelo simples fato de o prédio do sr. Fulano ou do sr. Sicrano estar ardendo em chamas (...).”* Continuando seu discurso, o

⁸¹ *Revista da Cidade*, 29/5/1926, nº 1, p. 2. “Terra dos Contrastes.”

⁸² *Revista da Cidade*, 03/07/1926, nº 6.

inconformado colaborador da *Pilhéria* ressaltava “que antigamente se usasse desses processos, quando não havia outros meios de aviso, de alarme, admite-se (...). Mas hoje, não! Hoje temos um corpo de bombeiros aparelhado, temos tudo. O sr. Chefe de Polícia (...) está no dever de por termo a essa tradição desoladora. Porque é uma tradição que depõe do nosso adiantamento.”⁸³

A permanência de práticas como essas parece demonstrar que parte dos habitantes da cidade resistia às mudanças impostas pelos novos tempos ou, por outra, que reinterpretava a seu modo as normas que grupos de elite tentavam implantar. Enquanto se buscava construir a imagem de um Recife moderno, os sinos teimavam em badalar sem cessar, dando notícias do que ocorria na cidade, as famílias compartilhavam os bancos dos bondes com trabalhadores e continuavam a presenciar cenas que consideravam intoleráveis.

As insistentes reclamações nos periódicos sobre a inadequação dos moradores do Recife aos costumes considerados civilizados, como fumar nos bondes, palitar os dentes em público e outros, mostram não apenas o quanto esses comportamentos perturbavam as elites, mas expõem um outro lado da disputa que se estabeleceu nesse momento entre ordens de comportamento e padrões de vida diversos.

Desafiando os códigos que estavam sendo estabelecidos, o “homem comum” escapava dessa forma às conformações impostas, na medida em que se apropriava de espaços cujos usos deveriam ser restritos, adaptava-os ao seu modo de agir, insistindo em repetir comportamentos fora dos parâmetros que estavam sendo instituídos. Essas astúcias e táticas inventivas comporiam, segundo Michel de Certeau, a rede de uma antidisciplina. São “maneiras de fazer” que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de “resistências” ou de inércias. Essas artes de fazer diferentes fundam microliberdades que questionam a ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, criando um movimento que o autor denomina de “*inversão e subversão pelos mais fracos*.”

A análise dessas práticas cotidianas, das operações realizadas pelo “homem ordinário”, supostamente entregue a atitudes de disciplina e passividade, é fundamental, uma vez que mostra que “a presença e a circulação de uma representação não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários.”⁸⁴ A apreensão dessas práticas e a percepção do seu conteúdo contestador trazem à tona procedimentos populares que jogam com os mecanismos do poder e da ordem, com as representações que lhes são colocadas, alterando-os e mostrando uma

⁸³ A *Pilhéria* 12/03/1927, nº 285

⁸⁴ CERTEAU, Michel, op. cit pp. 37-53.

contrapartida aos mesmos.

Em alguns momentos, pode-se perceber também, a partir do testemunho dos que escreviam semanalmente nas revistas, um sentimento dúbio, permeado de certo tom de saudosismo em relação a esse Recife antigo e aos hábitos que teriam ficado perdidos em um tempo passado. Nem sempre os que expressavam tais representações eram resistentes ao progresso ou se apresentavam como inimigos das transformações advindas da modernidade. O dilema entre o desconhecido que o futuro representava e a segurança do já vivenciado e experimentado estava expresso nos poemas e escritos da época, demonstrando posturas paradoxais de celebração e luta diante do que “o novo” representava.

Alimentando-se dessas “*forças ambíguas e paradoxais, originando uma sociabilidade repleta de hibridismos, o desejo pelo novo articulava-se com o apego ao velho, assim como o cosmopolitismo com hábitos e valores tradicionais.*”⁸⁵ Assim, o discurso de alguns intelectuais refletia certa decepção em relação às mudanças aceleradas, apesar de parte deles, conforme ressaltamos, serem entusiastas do progresso e da modernização, como o poeta Austro Costa, adepto das idéias modernistas:

“Esta cidade gostosa e linda
esta pobre, esta fútil, ruidosa e engraçada cidade de agora (...)
Esta alegre (coitada) esta triste cidade (...)
Já não tem alma
Já não sabe amar (...)
Ó cidade de outrora!
Passional, brava, romântica cidade (...)
Cidade doce, ingênua, matriarcal (...)
Que diferença a cidade de agora!
Nem serestas, nem amor (...)
Nem poetas boêmios compondo poemas às musas tímidas
nos jardins públicos, nas praças tristes,
À luz do luar!...
Amor, ternura, paixão de agora...
Que diferentes, ai! Que elas são!
Amor veloz, cheirando a USGA...
Fácil paixão de DERRAPAGENS...
Câmaras de ar em vez de coração (...).”⁸⁶

⁸⁵ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana F. de. (org.) *Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996, p. 67.

⁸⁶ *Revista da Cidade*, 10/12/1927, nº 81. Poema de Austro Costa.

A imagem de uma cidade que, apesar de “linda, gostosa e engraçada”, havia perdido uma característica fundamental: a alma, preocupava o autor. Representado com saudosismo, o Recife antigo aparecia no poema como uma cidade que inspirava coragem, mas ao mesmo tempo ingenuidade e romantismo. Transferindo para a cidade características e sensações humanas, como se ela tivesse um caráter próprio, o autor refere-se a alguns aspectos da modernização como responsáveis pela perda da ‘personalidade original’ do Recife, cuja característica marcante seria a forma de amar. Algumas práticas, que o autor considerava desaparecidas em um tempo passado, como a seresta ou a boemia, deixavam a cidade à mercê de um novo tipo de amor; um amor marcado pela presença de um dos principais símbolos da época: o automóvel. Esse ícone da modernidade acabava por associar ao amor as sensações e ritmos de um presente veloz e fugaz.

Era o preço que se devia pagar pelo progresso. Alguns lamentavam saudosamente as perdas; outros, inseguros diante do desconhecido, amedrontavam-se com tantas novidades: “*E, na vertigem da vida, afundem-se os bons costumes, desapareçam as nossas melhores tradições, percamos o equilíbrio da própria vida.*”⁸⁷ Essas eram as contradições de uma fase de transformações mais intensas, demonstrando que mesmo entre aqueles que estimulavam as mudanças imperavam dúvidas e a incertezas diante de tantas alterações que atordoavam e quebravam o ritmo conhecido da vida cotidiana.

Alguns habitantes da cidade, mais resistentes e contrários às mudanças que nela operavam, insistiam em enxergar por trás do cenário moderno das construções ecléticas e espaços reformados, descrito com expressões depreciativas, como “*amatutado e sem gosto*”, sobrevivências do que se considerava “*a atraente e tradicional velha cidade.*” O discurso do progresso e do novo como algo negativo, que trazia apenas perdas e prejuízos, também tinha espaço na década de vinte:

“O largo da Penha, ponto de ligação dos bairros de Santo Antônio e São José, pelo seu movimento, é um dos lugares mais atraentes do Recife. Atraente e tradicional dessa velha Mauricéia, apesar das reformas e do afã de tudo imitar, - tão burguesa, tão sem gosto, amatutada... Esse pátio, antigamente, cheio de velhas africanas de argolas de ouro e vestidos berrantes, a venderem munguzá, peixe frito e tapiocas,

⁸⁷ *Revista da Cidade*, 29/5/1926, nº 1, p. 2. “Terra dos Contrastes.”

passou também pela reforma. As negras pesadonas, de linguagem arrevezada (...) yayás do caruru, do vatapá e da canjica, saborosa e convidativa, desapareceram também.”⁸⁸

Ao lado de todos esses Recifes, estava também a representação de um Recife pobre, das populações de desocupados que vagavam pelas ruas, dos mendigos e prostitutas, dos mocambos. Era uma cidade miserável, de perigos noturnos, de vergonha e imoralidade.

Ao chegar a cidade ao decênio de 1910, quando se iniciavam as reformas do Porto e do Bairro do Recife, o menino Gregório Bezerra observou, logo no desembarque na Estação das Cinco Pontas, a face de uma cidade sofrida:

“Ali mesmo, na estação, vi uma porção de gente doente pedindo esmolas. Uns aleijados, sem pernas, outros sem os braços. Outros cegos. Muitos cheios de feridas. Muitos velhos estendendo as mãos sujas, magricelas e trêmulas, implorando uma esmola pelo amor de Deus (...). Fiquei frustrado com a cidade encantadora de minhas ilusões.”⁸⁹

Nas ruas desse Recife perambulavam crianças e desocupados, mendigos faziam ponto nas calçadas, prostitutas esperavam clientes, “malandros” e gatunos aplicavam golpes nos incautos, jogadores e boêmios madrugavam pelas estreitas vielas e becos escuros. Era a representação de uma cidade ameaçadora, que fugia ao controle das autoridades dirigentes e intimidava as elites: *“Quem desembarca nesta grande capital e a percorre na sua zona mais importante, fica logo desagradavelmente impressionado com três espetáculos que, comumente, só se observam nas cidades de quarta ordem: o jogo sem freio, sem peias; o meretrício desabusado, e a mendicitude florescente espalhada pelas ruas. É o que, desgraçadamente, aqui se vê nas nossas principais artérias. E crescem a cada dia, asavas vindas não sabemos donde, na maioria vadios de perfeita saúde (...). Ninguém os vigia, ninguém impede a proliferação dessa fauna vergonhosa.”*⁹⁰

A imagem de uma cidade dominada por impulsos negativos e criminosos, por indivíduos fora da lei, que não se submetiam às normas de conduta e disciplina exigidas, reforçava a idéia da necessidade de maior fiscalização e vigilância por parte das autoridades e instituições, bem como o uso de mecanismos de controle mais

⁸⁸ A *Pilhéria*, 24/10/1925, nº 213.

⁸⁹ BEZERRA, Gregório. *Memórias. Primeira parte – 1900-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 98.

⁹⁰ *Jornal do Recife*, 01/09/1926, p.3.

⁹¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.

⁹² A discussão sobre a questão dos mocambos e a ordenação do espaço urbano no início do século XX pode ser encontrada em LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo, Tese (Doutorado de Arquitetura e Urbanismo) – USP, 1996.

Na tese há uma interessante discussão acerca das idéias de Gilberto Freyre e de outros intelectuais que de certa forma romantizavam o mocambo - ressaltando sua arquitetura com materiais locais, harmonia com o meio tropical, além das vantagens de ventilação e iluminação -, num momento em que os preceitos higienistas condenavam esse tipo de habitação, colocando-o como um dos responsáveis pelas epidemias e grande mortandade na cidade. Sobre o assunto ver também FREYRE, Gilberto.

Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937. A defesa de Freyre com relação aos mocambos está também em *Sobrados e mucambos*, op. cit pp. 180, 229-234, 637, dentre outras. Ver também GOMINHO, Zélia de Oliveira.

Veneza americana x mucambópolis. O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife, Tese (Mestrado de História) – UFPE, 1997.

⁹³ REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1999, p. 30-31, 55.

eficazes, incluindo a força, no sentido de garantir a ordem e regular os comportamentos. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault mostra que, além desses aparelhos formais e instituições que exercem o poder, procedimentos técnicos minúsculos atuantes sobre o cotidiano dos indivíduos redistribuíam o espaço para transformá-lo no operador de uma vigilância generalizada.⁹¹ No entanto, sua análise privilegia o aparelho produtor da disciplina, praticamente emudecendo e imobilizando o indivíduo. Se, por um lado, é verdade que essa rede disciplinar e de vigilância se estende por toda a sociedade, se ela é tão bem estruturada como mostrou Foucault, é necessário descobrir por que ela não consegue submeter e reduzir todos os integrantes de uma sociedade aos seus ditames e determinações. É preciso analisar, conforme enfatiza Certeau, como os procedimentos populares, também sutis e ínfimos, jogam com a máquina disciplinar contrapondo-se e alterando as suas determinações.

Ignorar normas, negociar com os representantes da lei, enfrentar a polícia, encontrar brechas que permitiam a persistência de atividades e comportamentos reprovados e perseguidos pelas regras instituídas, são algumas das formas encontradas pelos habitantes do Recife em resposta aos dispositivos técnicos que tentavam organizar e controlar os espaços e as práticas cotidianas. Nos capítulos a seguir analisaremos algumas dessas táticas de resistência ou, segundo Certeau, dessas *invenções cotidianas*.

Em sua obra *O moleque Ricardo*, José Lins do Rego mostrou uma outra imagem da cidade diferente daquela cosmopolita e moderna que se costumava ver nos cartões postais e álbuns de propaganda política. Era a cidade dos mocambos:⁹²

“O masseiro, a mulher, e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberta de zinco. Custava 12 mil réis por mês. A água do mangue na maré cheia, ia dentro da casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue (...) fedia, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos (...). Os filhos de Florêncio faziam concorrência com os urubus, cascavilhando no lixo (...). Os olhos de Florêncio e todos os olhos da casa brilhavam. A fome dava este brilho esquisito (...).”⁹³

O romance de José Lins do Rego, assim como outras obras e escritos do período, construíam a imagem de uma vida permeada de sofrimento e miséria, em que as pessoas conviviam cotidianamente

com a fome em um ambiente insalubre, ameaçadas por doenças como a tuberculose. As representações de uma vida de privação, enfermidade e morte contribuíam para intensificar as ações de políticos e instituições que, respaldadas nas idéias higienistas, buscavam exercer vigilância e controle sobre a vida dos moradores dos mocambos.

Esse discurso apoiava-se em argumentos que colocavam os mocambos como responsáveis pela miséria e péssimas condições de vida da população, transformando-os em alvo de críticas e motivo de intervenção das autoridades e políticos na vida cotidiana dos chamados “mocambeiros.” Assim, pela *“insalubridade, pelo amontoado e promiscuidade que promoviam, pela vadiagem e indisciplina que abrigavam, pela concentração de atividades perigosas, tumultos, greves, crimes, brigas que*

propiciavam, pelas facilidades sexuais que toleravam, o bar, a rua, o prostíbulo, etc, mas também por serem ‘arraial de pretos’ e constantemente evocarem a fisionomia primitiva das cidades africanas”, os mocambos do Recife foram perseguidos ao longo da década de vinte.⁹⁴

Nas beiras dos rios nos mangues e alagados, em localidades como Pombal, Afogados, Feitosa (distrito das Graças), Torre, Santo Amaro, Oiteiro (freguesia do Poço da Panela), Ilha do Leite, formaram-se verdadeiras aldeias de mocambos. Segundo o recenseamento feito pelo Departamento de Saúde e Assistência, em 1923 o Recife possuía 39.026 habitações, sendo que 19.947 foram consideradas mocambos, isto é, mais da metade das casas construídas, 51,1%, contra 19.079 prédios considerados *“aceitáveis.”*⁹⁵ As estatísticas mostravam que o Recife era uma cidade feita de mocambos, permitindo que essas habitações tivessem grande peso na constituição da imagem da cidade.

Em meio às acirradas discussões de autoridades e intelectuais sobre como controlar e resolver a questão, em 1920 o prefeito Lima Castro empreende a construção de uma vila operária. O plano da prefeitura era edificar 150 casas, descritas pelo prefeito como *“de alvenaria, modestas, naturalmente, porém asseadas, confortáveis, com banheiro, saneamento, água, luz e um pequeno quintal”*, que seriam alugadas a um custo módico, para trabalhadores que ganhassem um salário que correspondia na época à média do que recebia um artífice.⁹⁶



12. Considerados uma das pragas que assolavam a cidade, responsáveis pela propagação de epidemias, os mocambos foram alvo de verdadeiras campanhas levadas a efeito por autoridades, médicos e urbanistas, que viam com temor o crescente aumento do número dessas habitações na cidade. (Mucambo, 1926).

⁹⁴ MARIANO, J. A expressão urbanística dos mocambos nordestinos. Apud. LIRA, José Tavares Correia de, op. cit p. 151.

⁹⁵ LIRA, José Tavares Correia de, op. cit p. 139.

⁹⁶ O relato sobre o caso da construção da vila operária se encontra em REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos*, op. cit pp. 38-39.

Para surpresa das autoridades locais, depois de prontas e colocadas à disposição da população, as casas permaneceram vazias, não aparecendo candidatos a moradores. Admirado, o prefeito resolve investigar as causas do fracasso, recebendo como justificativa de um morador de mocambo o fato de as casas da vila serem muito luxuosas para suas aspirações. Inconformado, Lima Castro argumentava que os gastos com a manutenção das casas da vila eram praticamente os mesmos que os habitantes dos mocambos tinham, não compreendendo os motivos que levaram os trabalhadores a não ocuparem a vila operária. Segundo Lemos Filho, as casas ficaram vazias “*porque não davam caranguejos como os mocambos*.”⁹⁷

O episódio da vila operária de Lima Castro mostra o quanto as representações sobre a cidade e seus modos de viver estavam distantes de algumas práticas sociais vivenciadas pelos seus habitantes. A falta de pretendentes a moradores da vila talvez tenha sido enigmática para os contemporâneos, mas pode ser analisada enquanto um movimento de antidisciplina, que não foi captado ou compreendido pelo sistema, por se articular segundo uma lógica diferente. No mundo claro e explícito que comandava as ações dos tecnocratas, a forma encontrada pelos moradores de mocambos para desfazer o jogo imposto aparecia como ilegível, incompreensível para os padrões socioeconômicos instituídos.

A atitude representava uma recusa ao estatuto da ordem que se estabelecia, na medida em que reconhecia como legítima e adequada uma outra forma de viver e morar que não aquela apresentada pelas autoridades locais. A explicação encontrada por Lemos Filho para responder à questão é emblemática, uma vez que a falta do caranguejo na vila operária não representaria apenas problemas com relação ao sustento alimentar da família, mas sim o desaparecimento de uma teia de relações, estilos de vida e padrões de comportamentos que estavam simbolizados na figura do animal.

A justificativa dada ao prefeito de que as casas eram luxuosas para as pretensões dos trabalhadores pode ser compreendida, não a partir do ponto de vista das relações socioeconômicas estabelecidas, como tentou fazer o prefeito, mas tomando como base um referencial diferente, que enxergava a vila não como uma melhoria de vida mas como um espaço que impunha um sistema de vida diverso do seu. Morar nesse espaço significava desarticular redes de convivência e espaços de sociabilidade, submeter-se ao controle e poder das autoridades e a todo um sistema de vida novo, imposto até mesmo

⁹⁷ LEMOS FILHO, *Clã do açúcar. Recife (1911-1934)*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960, p. 149.

pela arquitetura e espaço interno das casas, os quais determinavam a alteração dos padrões de higiene, dos horários e outros hábitos cotidianos desses grupos.

Tal qual um caleidoscópio com suas imagens múltiplas, diversas e contrastantes, as representações da cidade apresentavam as variadas disputas e conflitos que se desenrolavam entre as práticas e representações dos seus habitantes. No entanto, a cidade não estava rigidamente segmentada e dividida como parte das elites procuravam mostrar. Se existiam diferenças culturais entre seus moradores, por vezes responsáveis por fortes reações e conflitos, isso não significava que a troca de experiências e a convivência não foram possíveis. As expressões e práticas culturais características das camadas populares, mesmo que adaptadas e recriadas, em alguns momentos puderam ser assumidas pelas elites, e vice-versa. Segmentar, separar, estabelecer categorias rígidas e divisões por vezes inflexíveis serviriam apenas para empobrecer e reduzir a riqueza, a diversidade e as diferenças que foram características de uma época conturbada, cheia de novidades e desafios:

“Construída para funcionar como um jogo de espelhos, como se fora um reflexo imediato do real, [a representação] substitui a própria realidade. Independizando-se do seu próprio processo constituidor, a imagem, na sua pretensa tradução do real, funda nova realidade, a partir da qual, como novo campo de saber e poder, poderão rearticular-se novas formas de dominação (...). Revelar, ocultar, aí está a dialética da construção da imagem da cidade, que conduz a uma única síntese: a imagem como campo de poder e dominação.”⁹⁸

4. Invenções modernas e transformações cotidianas

“O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (...), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver nesta ou noutra condição(...). É [também], um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres (...).”⁹⁹

Para Agnes Heller, a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de

⁹⁸ PECHMAN, Robert. Um Olhar Sobre a Cidade: Estudo da Imagem e do Imaginário do Rio na Formação da Modernidade. In: *Cidade e História*. Salvador, UFBA/Faculdade de Arquitetura/ANPUR, 1992, p. 37.

⁹⁹ LEUILLIOT, Paul. Apud CERTEAU, Michel de, op. cit p. 31.

sua personalidade; nela ele coloca todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade; nela ele coloca todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, sentimentos, paixões, idéias. A vida cotidiana abrangeria a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.¹⁰⁰

Território por vezes desprezado pelos estudos históricos, os domínios do cotidiano revelam práticas comuns, experiências corriqueiras, “maneiras de fazer” diárias, “*solidariedades e lutas que organizam o espaço*.”¹⁰¹ Essa história, por vezes vista como uma “*não-história*”, interessa-se pelo aparentemente invisível, por atitudes, reações e sensações, não de forma a regressar a um tipo de estudo que privilegiava o indivíduo como unidade, mas encarando o sujeito enquanto autor de operações e esquemas de ação que representam formas de enfrentar um dado contexto histórico. Nesse sentido, nosso ponto de interesse não se concentra nos indivíduos em si, mas nas suas múltiplas maneiras de atuação, ocultas por trás de uma ordem econômica e política dominante.

Na virada do século XIX para o XX, as modificações advindas da chamada Revolução Científico-Tecnológica, desencadeada inicialmente na Europa a partir da segunda metade do século XIX, trouxeram profundas repercussões para a vida cotidiana das pessoas nas mais variadas partes do mundo. Isso se dava na medida em que os desdobramentos de um movimento expansionista chegaram a atingir lugares distantes e ocultos, firmando a integração global do mercado capitalista.

Alicerçada no desenvolvimento de um conhecimento científico que se consolidava gradativamente, a também chamada Segunda Revolução Industrial possibilitou, de acordo com Hobsbawm, “*o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados do petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os alto-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, (...) além de desenvolvimentos na área de microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida*.”¹⁰²

Estreitamente ligada à modernização técnico-científica, a modernidade chegava e começava a expandir-se por várias partes do mundo. Conceitos controversos, alvos de concepções bastante

¹⁰⁰ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

¹⁰¹ Neste trabalho tomamos como ponto de apoio teórico as análises de Michel de Certeau sobre o cotidiano. Ver, CERTEAU, Michel de, op. cit pp. 35-43.

¹⁰² HOBBSAWM, E. J. *A era do capital*. Apud SEVCENKO, Nicolau, op. cit p. 9.

polêmicas, as idéias de modernização e de modernidade são motivo de debates exaustivos em diversas áreas do conhecimento. Baudelaire, Marshall Berman, Jacques Le Goff, Walter Benjamin e tantos outros contribuíram para o enriquecimento dessa discussão, ao buscarem compreender as inter-relações entre o novo e o velho, o antigo e o moderno.

No ensaio *Antigo/Moderno*, Le Goff enfatiza que os termos antigo/moderno são construções de períodos históricos específicos, que nem sempre se opuseram um ao outro. Sua identificação com conotações positivas ou depreciativas variou segundo a época. A partir de um estudo das transformações que os termos *antigo*, *tradicional*, *novo*, *moderno* sofreram desde a Antigüidade Clássica até os dias atuais, o autor acrescenta que a noção de “moderno” passa a assinalar, desde o advento do capitalismo, “*a tomada de consciência de uma ruptura com o passado*”, sendo identificado com o ‘novo’, em oposição ao ‘antigo’, ‘tradicional’, ‘velho’”.¹⁰³

Com a Revolução Industrial, de meados do século XIX até o século XX, Le Goff destaca o aparecimento de termos que se transformam em novos pólos de conflito: modernismo, modernização e modernidade. Para ele, a noção de modernismo estaria ligada aos movimentos de ordem literária, artística e religiosa que ocorreram na virada do século XIX para o XX. A modernização se vinculava às estruturas e aos processos materiais, principalmente técnicos e econômicos, e a modernidade, termo lançado por Baudelaire, ter-se-ia imposto no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes.

Mais recentemente, Marshall Berman critica essa bifurcação da vida moderna em dois níveis, o material e o espiritual, encarados enquanto estruturas autônomas, o que acabaria, na sua concepção, por dificultar a apreensão da interdependência e da teia complexa e intrincada representada pelo relacionamento entre os dois níveis. Para ele, ser moderno constituiria uma grande e contraditória aventura, “*dir-se-ia que para ser inteiramente moderno é preciso ser antimoderno: desde os tempos de Marx e Dostoievski até o nosso próprio tempo, tem sido impossível agarrar e envolver as potencialidades do mundo moderno sem abominação e luta contra algumas das suas realidades mais palpáveis(...), assim, ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição(...). É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem(...).*”¹⁰⁴ Significa, portanto, viver em

¹⁰³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, UNICAMP, 1996, p.172.

¹⁰⁴ BERMAN, M. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986, p. 14.

constante perigo, arriscando e convivendo com as contradições.

No livro *(Des)Encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*, Antônio Paulo Rezende analisa as diversas visões do tema, fazendo uma série de reflexões, enfocando, dentre outras, a obra de Henri Lefèbvre. Rezende destaca que, para Lefèbvre, modernidade significa um momento de reflexão crítica, que deve ser distinguida do conceito de modernismo. O modernismo toma conta das manifestações estéticas; com novas formas de olhar, diferentes imagens, novas palavras, percepções às avessas: “*Manifesta-se na busca constante pelo novo, penetrada por crises, danos e catástrofes.*” Já o conceito de modernidade é o produto da reflexão sobre essas transformações e contradições do mundo moderno. Assim, Lefèbvre afirma que “*a história do modernismo não pode ser escrita sem a do conceito de modernidade e reciprocamente.*”¹⁰⁵

Baudelaire, cuja obra traz uma reflexão marcante sobre o tema, acreditava que “*a modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente (...); assim, a indumentária, o penteado, e mesmo o gesto, o olhar e o sorriso (cada época tem seu porte, seu olhar e seu sorriso) formam um todo de completa vitalidade. Não temos o direito de desprezar ou prescindir desse elemento transitório, fugidivo, cujas metamorfoses são tão freqüentes.*”¹⁰⁶ Com uma visão permeada de desencanto e de uma atitude de certo conformismo diante da cidade moderna, o herói de Baudelaire, o *flâneur*, transforma-se em um “*abandonado na multidão*”, num espectador da paisagem da cidade cujo prazer é morar “*na massa, no ondulante... ver o mundo, estar no centro do mundo e ficar escondido no mundo.*”¹⁰⁷

Neste trabalho, adotaremos, com certa flexibilidade, a conceituação dos autores exposto, compreendendo a modernidade enquanto etapa histórica, conforme destaca Nestor Canclini; a modernização como um processo socioeconômico que vai construindo a modernidade, e os modernismos enquanto projetos culturais que renovam as práticas simbólicas com um sentido experimental ou crítico.¹⁰⁸

Em princípio do século XX a modernização chegava às principais cidades brasileiras. Contudo, é necessário destacar que boa parte das novidades advindas desse crescimento na produção de novos produtos e invenções não foi acessível a todos, indistintamente. Inicialmente, poucos foram os que tiveram condições de experimentar o turbilhão dos novos produtos e as “comodidades” que começavam a chegar à cidade.

Contudo, o acesso aos novos utensílios e serviços não dependia

¹⁰⁵ REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte*. Recife, Fundarpe, 1997.

¹⁰⁶ BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 25.

¹⁰⁷ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 221.

¹⁰⁸ CANCLINI, Nestor García. *Culturais híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, USP, 1998.

apenas do poder aquisitivo das pessoas, mas também das escolhas e opções pessoais, uma vez que a aceitação do novo não foi um processo rápido e automático. Resistências e desconfianças acompanharam esse momento de transformação de hábitos e comportamentos. Um bom exemplo disso é a história relatada por Gregório Bezerra, empregado doméstico de uma família de posses no Recife, em meados da década de 1910, quando o discurso sanitarista e higienista estava no auge:



“Cuidava sozinho das minhas tarefas: limpeza da casa (...), por e tirar a mesa (...), lavar os pratos, a pia, o banheiro, a privada (...), e ainda apareceu mais a tarefa nojenta de lavar três vezes por dia as escarradeiras, em número de onze, e igual número de pinicos cheios de merda e mijo fedorentos (...). Minha raiva era grande, porque eu lavava com sabão toda a louça do banheiro, o piso, areava e lavava a bacia da privada duas vezes por dia e, apesar disso, a família latifundiária só cagava e mijava nos pinicos de porcelana.”¹⁰⁹

As resistências ao uso do banheiro e suas instalações eram tão grandes por parte da abastada família que, para livrar-se da ingrata tarefa de limpar os pinicos, o menino Gregório resolveu, não enxugá-los mais, deixando, segundo ele, que “*molhassem a bunda das grã-finas.*” Sem sucesso na sua tentativa, ele decidiu partir para o conflito e, num ato de desafio, quebrou alguns dos pinicos de porcelana para dessa forma forçar os ricos a usarem as bacias sanitárias. Parece que nem assim o costume foi alterado, mostrando a força das práticas e hábitos tradicionais em contraste com o “novo.”

Aos poucos, no entanto, os novos artigos e hábitos iam-se popularizando, os transportes e as comunicações tornavam-se acessíveis, diversões transformavam-se em realidade para um número cada vez maior de pessoas. A modernidade chegava de forma diferente, em dimensões imensamente desiguais, mas seus efeitos desconcertantes acabavam alcançando a todos, sobretudo os moradores das maiores cidades brasileiras da época. Como cada um reagiria a esse contato, o que faria com as novas informações recebidas, como incorporaria ou rejeitaria esse novo universo, era imprevisível na época.

De uma forma ou de outra, em ritmo e extensão diversos, todos foram atingidos pelas transformações.¹¹⁰ Segundo Marshall Berman, a postura de celebração e luta diante do novo, que em parte exercia sedução e em

13. Aparelhos domésticos alimentados a gás, como fogões, aquecedores de água e ferros de engomar, foram responsáveis por grandes alterações na rotina das pessoas da época. (Aparelhos a gaz, 1929).

¹⁰⁹ BEZERRA, Gregório, op. cit pp. 104-105.

¹¹⁰ Sobre o impacto da chegada da modernidade às cidades brasileiras, mais especificamente ao Rio de Janeiro, ver, dentre outros, SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 514-619. Do mesmo autor, ver também *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras 1992. Além de SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. SCHWARCZ, Lília & COSTA, Ângela M. da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

¹¹¹ BERMAN, Mashall. *Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

¹¹² A palavra “reclame” era usada na época para referir-se a toda sorte de publicidade feita por meio de cartaz, anúncio ou prospecto; tipo de observação publicada em periódico com fins publicitários ou informativos. Ver dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

¹¹³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 94.

¹¹⁴ Idem, p. 45.

¹¹⁵ As experiências com a iluminação elétrica vinham sendo realizadas no Recife sem sucesso desde as últimas décadas do século XIX. Foi na virada do século, com a construção por Delmiro Gouveia, no Derby, do mercado Coelho Cintra e instalação de uma série de divertimentos que permaneciam funcionando durante a noite, como barraquinhas de prendas e jogos, cafés, dentre outros, que se viu na cidade, pela primeira vez, a iluminação elétrica instalada em um espaço público mais amplo.

parte amedrontava, seria uma das características da modernidade enquanto experiência histórica individual e coletiva.¹¹¹

O século XX chegou ao Recife cheio de novidades. Nos anos 20, os reflexos dessa verdadeira revolução no campo da produção podiam ser percebidos pelas propagandas ou reclames¹¹² estampados nos jornais e revistas em circulação. Eram anúncios que estimulavam o uso dos mais diferentes produtos, divulgavam as máquinas que facilitavam a execução de tarefas domésticas e traziam conforto ao lar, ou simplesmente que divertiam as pessoas. A chegada dessas novidades, algumas mais outras menos acessíveis ao conjunto da população, provocaria grandes alterações na vida cotidiana da população da cidade, assim como estava ocorrendo em outras partes do mundo.

No entanto, os usuários desses novos produtos e utensílios domésticos não podem ser analisados como simples receptores, que cedem de forma conformada e obediente aos apelos de um mercado que avança ganancioso em busca de cada vez mais adeptos. Segundo Michel de Certeau, a operação de consumo caracteriza-se por “suas astúcias (...), suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios, mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos.”¹¹³

Para Certeau, ao se servirem de inventividades próprias, os consumidores metaforizam a ordem dominante, fazendo-a funcionar em outro registro. Longe de ser simples marionetes nas mãos do jogo imposto pelo mercado, eles usam ‘golpes’, práticas inventivas, e escapam silenciosamente à conformação que a razão técnica lhes tenta impingir. Com suas táticas e operações multiformes, “eles desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem.”¹¹⁴ Essas artes de fazer, anônimas e silenciosas, difíceis de captar, precisam ser consideradas nas análises e trabalhos que abordam o consumo e usam como fonte a propaganda.

Símbolo máximo do século XX, a luz elétrica, que havia sido a grande estrela da Exposição Universal de Paris em 1900, começa a se difundir e a se tornar acessível a alguns segmentos da cidade do Recife na década de 1920, quando lojas, residências, escritórios e consultórios passaram a contar com iluminação elétrica.¹¹⁵ Em 1927, o *Jornal do Recife* publicava anúncio da General Eléctric, o qual nos dá pistas sobre o poder aquisitivo daqueles que começavam a ter acesso à luz elétrica. Sob o título “*A luz é o conforto do pobre*”, a publicidade destacava os benefícios da energia elétrica, demonstrando que já havia certa popularização das instalações elétricas, inclusive entre os trabalhadores da cidade:

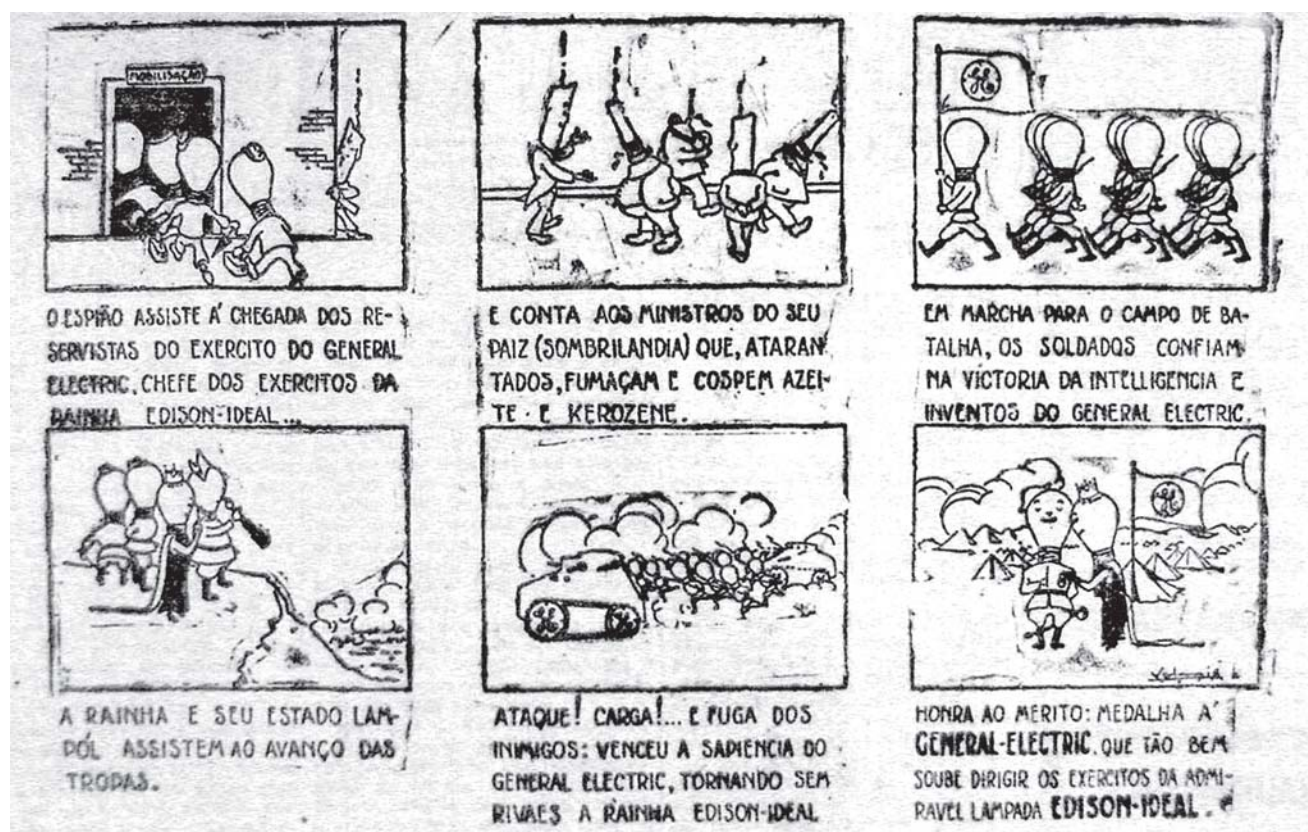
“Os operários também poderão ter boa iluminação, alegrando os seus lares, dando-lhes uma boa aparência, comprando as econômicas, duráveis e baratas lâmpadas Edison Mazda.”¹¹⁶

¹¹⁶ *Jornal do Recife*, 01/01/1927, p. 27.

¹¹⁷ *Jornal do Recife*, 07/11/1926, p. 9.

Não foi rápida a introdução da luz elétrica nas residências. Não era fácil para as empresas convencer a população das vantagens do seu uso, em substituição a velas, lamparinas e candeeiros. As resistências e a antidisciplina de que fala Certeau estiveram presentes durante todo esse processo. Uma outra propaganda, também da General Electric, dá a idéia de que uma verdadeira “batalha” foi instituída no sentido de convencer a população quanto às vantagens desse tipo de energia que, de acordo com o anúncio, “*não faz fumaça, acenderá sem fósforo, e não se derreterá.*” Numa espécie de história em quadrinhos, os exércitos da rainha Edison Ideal, monarca de um país chamado Lampol, representados por tropas de lâmpadas, batem-se contra o inimigo das terras da Sombрилândia, cujos ministros, formados por velas e candeeiros, atarantados diante da batalha que se travará, “*fumaçam e cospem azeite e querosene.*” No final da historieta, diante do “*ataque inteligente*” do exército de lâmpadas, velas e candeeiros fogem em disparada, “*vencendo a sapiência da General Electric.*”¹¹⁷

14. (General Electric, 1926).





A Frigidaire possui agora um novo aparelho chamado "HYDRATOR" para conservar legumes, saladas, fructas etc., deliciosamente frescas e sem perder o sabor

VENDEDORAS
P. VILLA NOVA & Cia.
R. do Hospício, 51
CASA RONEO
R. Nova, 230

DISTRIBUIDORES GERAES
ADRIANO FERREIRA & COMPANHIA
AV. RIO BRANCO, 152 - RECIFE

15. O ambiente das cozinhas domésticas foi alvo de muitas mudanças. Os anúncios de geladeiras, inspirados nos modernos ideais de higiene e limpeza, prometiam a conservação dos alimentos, trazendo saúde aos seus usuários. (Adriano Ferreira e Cia, 1930).

Utensílios domésticos movidos a eletricidade eram anunciados diariamente nos jornais da cidade. Geladeiras Frigidaire e General Electric, "*cujo uso equivale a um resistente escudo para a defesa da saúde*", eram vendidas em lojas da Avenida Rio Branco. Vitrolas ortofônicas, que garantiam executar "*plenamente qualquer número de música e cantos clássicos e regionais*", podiam ser adquiridas na Casa Odeon, na Rua Nova 285. Outros aparelhos elétricos que ofereciam à dona de casa "*limpeza, economia e eficiência em casa*", como ferros de engomar, ventiladores, chaleiras, bules e até acendedores de cigarro, eram oferecidos pela loja Souza Ferreira, localizada também na Rua Nova.

Esse conjunto de novos utensílios passou a interferir diretamente na realização das tarefas domésticas, impondo novas formas de fazer, intervindo no processo de preparação e conservação dos alimentos, esvaziando gestos que eram praticados cotidianamente, transformando donas de casa e

empregados domésticos em simples observadores, que olhavam a máquina enquanto essa desempenhava uma tarefa que fora sua. Walter Benjamin resalta que "*o conforto isola, [mas], por outro lado, ele aproxima da mecanização os seus beneficiários. Surge uma série de inovações que tem uma coisa em comum: disparar uma série de processos complexos com um simples gesto.*"¹¹⁸ O ato de atender o telefone, acender a luz, o clique do fotógrafo são exemplos da mudança que as novidades técnicas começaram a impor à percepção sensorial das pessoas da época.

Segundo Luce Giard, a industrialização dos produtos e utensílios trouxe muitos benefícios, como o aumento das condições de higiene e conforto e a facilitação do trabalho: "*Muitas tarefas repetitivas e diárias foram aliviadas ou simplificadas, graças a essas inovações. Mas tudo isso também teve seu preço: equilíbrios antigos foram rompidos na transmissão das habilidades (...) e na gestão do tempo.*"¹¹⁹ Gestos e costumes tradicionais não foram rompidos simplesmente com a chegada de novos utensílios e aparelhos eletrodomésticos às residências, mas em função da transformação de toda uma cultura material e de uma nova ordem que começava a se estabelecer: a lógica da sociedade de consumo.

Esses artigos de utilidade doméstica começam a mudar não apenas os hábitos diários, mas também o espaço interno das casas e o próprio gosto estético das pessoas. O tamanho das cozinhas e de outros cômodos das residências foi alterado, a arrumação dos móveis mudou, destacando os novos aparelhos, instalações de fios e pontos de luz passaram a ser uma necessidade. A decoração das residências do Recife ganhava novos

¹¹⁸ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p.124.

¹¹⁹ GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano. 2 Morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 285.

elementos, como os abajures, as lâmpadas multicores para as árvores de Natal, comercializadas pela firma Bezerra Autran e Cia., além de ventiladores, rádios, fonógrafos e outros aparelhos que passaram a compor a ambientação e a exigir espaços específicos, dependendo do seu uso.

No entanto, se, por um lado, os aparelhos elétricos como geladeiras, cafeteiras, vitrolas e rádios facilitavam as tarefas domésticas e traziam as notícias do momento, diversão e música para os lares, por outro, passaram a representar um verdadeiro incômodo na vida das pessoas que tinham acesso a essas novidades técnicas. Uma charge da *Revista da Cidade* mostra como parte desses usuários utilizava uma crítica bem humorada para mostrar a sensação ambígua que esses aparelhos lhes inspirava. Esse tipo de expressão revela que por trás de uma aparente aceitação passiva desses aparelhos técnicos existia uma postura crítica com relação ao aprisionamento a que tais instrumentos submetiam o homem.

Dotada de pernas, com fios que se transformam em braços, tentando agarrar um senhor que corre atarantado - como se as máquinas tivessem vida e pudessem agir sem o comando do homem -, uma vitrola teima em perseguir os ouvintes, procurando fazer-se presente em todas os momentos do dia, inclusive nas madrugadas. A análise irônica mostra uma situação que já preocupava as pessoas nos anos vinte: a crescente presença da máquina no cotidiano do homem.

A charge da *Revista da Cidade* lembra o personagem de Eça de Queiroz no livro *A cidade e as serras*, o português Jacinto, civilizado homem de finais do século XIX. Entusiasta do progresso e das novidades técnicas, o herói da novela vivia em uma suntuosa residência parisiense, cercado de “*maquinismo*

16. (Sem Fio, 1926).



e invenções adoráveis”, sem as quais ele dizia não poder sobreviver, uma legião de estranhos instrumentos mecânicos, aparelhos, engrenagens, lâminas, todos de uma utilidade misteriosa. Apesar das facilidades que tais engenhocas traziam para a vida dos habitantes e visitantes da residência,

elas não paravam de quebrar, produzindo pequenos desastres cotidianos. Ao demonstrar numa festa as maravilhas da máquina que gravava a voz humana, Jacinto fez reproduzir em um fonógrafo as seguintes palavras gravadas na voz de um amigo: - “*Maravilhosa invenção! Quem não admirará os progressos desse século?*” Inábil no controle do fonógrafo, Jacinto viu-se em apuros quando a máquina encrencou, e passou a repetir sem parar a frase diante dos presentes: “*Furiosos enterramos uma almofada na boca do fonógrafo, atiramos por cima mantas, cobertores espessos, para sufocar a voz abominável. Em vão! A voz rouquejava, surda mas oracular: ‘Quem não admirará os progressos desse século?’*”¹²⁰

Em situações hilariantes permeadas de fina crítica, a novela de Eça de Queiroz apresenta questionamentos acerca da sociedade burguesa que supervaloriza o dinheiro, satirizando o culto à tecnologia e aos maquinismos, o endeusamento do progresso e a visão da cidade enquanto única alternativa do homem civilizado.

No Recife, a eletricidade trazia novidades não apenas para o ambiente doméstico, mas também para as vias públicas. Iluminadas à noite por lâmpões a gás, as ruas do Recife eram consideradas, até princípios do século XX, misteriosas e perigosas, território de “malfeitores e vagabundos”, sendo evitadas pelas famílias. A partir do decênio de 1910, com a implantação mais sistemática da eletricidade na iluminação pública, a rua ganhava novos atrativos, seduzindo as pessoas para realizarem passeios e diversões noturnas. As vias públicas, antes freqüentadas apenas pelas camadas populares, passavam a partir daí a ser disputadas pelas elites.

Os bondes movidos a eletricidade, implantados a partir de 1914, quando três linhas começaram a funcionar - Brum, Madalena e Afogados -, também contribuíram para o aumento do movimento nas ruas e a mudança de comportamento dos habitantes do Recife. Cortando a cidade em direção aos arrabaldes, eles facilitavam as comunicações, agilizavam os deslocamentos e proporcionavam passeios a lugares mais distantes.

Além disso, apesar da divisão de alguns bondes em 1ª e 2ª classes, e da loré, compartimento de carga e também de passageiros que buscavam passagens mais baratas, os bondes constituíram-se em espaços que possibilitavam uma convivência mais estreita entre os diferentes grupos sociais da cidade.

No setor dos divertimentos, as primeiras décadas do século XX viram a instalação e o funcionamento não apenas dos cinemas, presentes na cidade a partir de 1909, com a inauguração do cine Royal na Rua Nova, mas também dos parques de diversões movidos a energia elétrica. As tradicionais festas de rua não seriam mais as mesmas depois da “*feérica iluminação*”, dos

¹²⁰ QUEIRÓS, Eça de. *Civilização e outros contos*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996, p. 55.

carrosséis, rodas gigantes, casa de loucos e outros brinquedos que empolgavam crianças e adultos.

Recebida inicialmente com desconfiança por alguns, a eletricidade logo mostrou o grande potencial de novos recursos que colocava à disposição das pessoas, e as transformações que era capaz de operar na vida dos habitantes da cidade. Entretanto, nem tudo era alegria quando se falava em luz elétrica. Aos poucos, a face perigosa e mortal daquilo que se assemelhava à mágica começou a aparecer. Eram ocorrências domésticas, como choques, por ocasião do uso dos utensílios, pequenos incêndios, eletricitistas que se acidentavam no trabalho, e principalmente muitas mortes por contato com fios que caíam nas ruas.

Os jornais da cidade noticiavam esses freqüentes acidentes. Antônio Mendes, empregado de um estábulo nos Aflitos, foi uma dessas vítimas. Ao sair para entregar o leite à freguesia, Antônio deparara-se com um fio caído no Beco do Padre Inglês, o qual se partira devido às fortes chuvas: *“O leiteiro ao passar naquela artéria pegou no fio, caindo completamente carbonizado, sem pronunciar uma única palavra.”*¹²¹

Os serviços públicos de transporte, iluminação e telefonia, controlados pela concessionária *Tramways*, traziam para os consumidores muitas facilidades, mas não deixavam de representar também um problema. Segundo um anúncio da época que divulgava o novo sistema telefônico em fase de implantação na cidade, o aparelho constituía-se em um instrumento de primeira necessidade, uma vez que facilitava a comunicação com médicos em caso de doenças, com a polícia em situações de perigo e assaltos, e com os bombeiros na ocorrência de incêndios. O anúncio do *Jornal do Recife* destacava: *“Dentro de cada escritório e edifício deve existir um telefone. É necessário que cada prédio tenha serviço telefônico para preveni-lo contra as emergências e a solidão.”*¹²²

Segundo Walter Benjamin, o telefone foi o *“consolo para a solidão: “Aos desesperados, que queriam abandonar esse mundo ruim, piscava com a luz da derradeira esperança (...). Mas, não muitos dos que hoje dele se utilizam, sabem dos estragos que, outrora, seu aparecimento causou no seio das famílias.”*¹²³ Ao recordar sua infância, Benjamin lembrava o barulho da campainha, que assustava e perturbava o descanso das pessoas, do poder que o aparelho tinha de distrair sua atenção das obrigações domésticas e de afastá-lo do convívio familiar: *“Eu ficava impiedosamente entregue à voz que ali falava. Nada havia que abrandasse o poder sinistro com que me invadia. Impotente eu sofria, pois me roubava a noção do tempo e do dever e de meus propósitos .”*¹²⁴

O preço alto das tarifas, a deficiência nos serviços de manutenção e o atraso no

¹²¹ *Jornal do Recife*, 13/08/1922, p. 5.

¹²² *Jornal do Recife*, 01/01/1927, p.9.

¹²³ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II. Rua de mão única*. São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 79-80.

¹²⁴ Idem, ibidem.

O TELEPHONE NO LAR

**Economise o dispêndio de viagens:**

O telephone evita muitas vezes uma visita pessoal.
10\$000 gastos numa corrida de automovel pagão uma semana de telephone.

Economise o trabalho de escrever suas encomendas:

O telephone põe V. S. em contacto immediato com os commerciantes mais adiantados que terão sempre telephones em seus estabelecimentos.
O telephone é o meio mais rapido para saber os preços dos artigos de que necessita V. S.

Economise tempo em marcar encontros:

O telephone conserva os assignantes em contacto directo com os seus amigos.

THE TELEPHONE COMPANY OF PERNAMBUCO LTD.
ESCRITÓRIO CENTRAL
RUA VISCONDE DO RIO BRANCO

17. O anúncio publicitário sobre o telefone constrói a imagem de um aparelho indispensável ao ambiente doméstico, poupando trabalho, dinheiro e tempo dos assinantes. (The Telephone Company of Pernambuco LTD, 1927).

cumprimento dos horários geravam protestos e charges humorísticas que ironizavam os serviços prestados pela empresa:

“Os telefones estão cada vez mais horríveis. O serviço está péssimo sob todos os pontos de vista. As ligações demoradíssimas, a instalação da rede pública cada vez mais prejudicada. E vai assim a *Tramways*. Controlando os serviços do transporte público, da energia luz e força e dos telefones, dá-nos tudo isso péssimo e cobra-nos (...) um preço exorbitante.”¹²⁵

Os alimentos enlatados, como o Leite Condensado Moça, a Farinha Láctea Nestlé, a Aveia Quaker Oats, a Goiabada Peixe, além das bebidas engarrafadas, como a gasosa Fratelli Vita e os guaranás Brahma e Champagne, eram consumidos no Recife nos anos 1920, modificando paladares e transformando os hábitos alimentares dos seus habitantes. As crianças eram um dos principais alvos desses produtos. Boa parte dos anúncios estimulava os pais a adotarem as novidades na dieta infantil, uma vez que a resistência quanto ao sabor,

consistência e formato desses alimentos industrializados seria bem menor por parte das crianças. As facilidades que eles proporcionavam às mães também eram ressaltadas: rapidez no preparo, higiene e ingredientes que garantiam o crescimento e saúde dos meninos e meninas eram argumentos usados para estimular a compra e o uso dos produtos, procurando formar os consumidores do futuro.

Nessa fase, a força do mercado e da propaganda começou a se impor, a oferta de novos produtos foi ampliada, gerando novas demandas e operando mudanças no cotidiano dos habitantes da cidade. No entanto, é sempre interessante ter em mente as operações de microrresistência, o “*poder de inversão e subversão dos mais fracos*”, sua capacidade de reinventar e assim reagir às imposições colocadas pela ordem estabelecida. Analisar as propagandas publicadas nos jornais na década de vinte não significa aceitar que todos passaram a consumir os produtos e novidades técnicas anunciados conforme os padrões propostos, mesmo porque, além das restrições impostas pelos recursos financeiros e pela opção individual de comprar ou não tal utensílio, as maneiras de utilizar os produtos oferecidos fogem ao controle dos referenciais daqueles que os produziram.

Apesar de ressaltarmos as reinvenções e mecanismos de resistência

¹²⁵ *Jornal Pequeno*, 05/01/1926, p. 1.

individuais, não podemos deixar de considerar que a modernidade implicou transformações não apenas no comportamento individual das pessoas, como também terminou por gerar mudanças mais amplas. A popularização das lâminas de barbear Gillette, que garantiam “o mesmo corte, a mesma têmpora e a mesma resistência das melhores navalhas de barbear”, por exemplo, não deve ter agradado a muitos barbeiros recifenses. Aos poucos, as facilidades oferecidas pelo novo produto, “suavidade, rapidez, comodidade e economia”, foram ganhando adeptos, que passaram a preferir escanhoar os pêlos em casa e não nas barbearias.

As costureiras da cidade também devem ter sentido a diminuição na clientela com o lançamento das máquinas de costura Singer com motor elétrico. As facilidades de compra e a propaganda estimulavam as donas de casa a possuir a sua própria Singer, incentivando-as a confeccionar as roupas da família. Por outro lado, se as máquinas elétricas diminuíram a freguesia, se desqualificaram a arte das costureiras, se apagaram gestos e modos de fazer, podem ter representado para algumas a oportunidade de, a partir da agilização do trabalho, da economia de tempo e esforços, aumentar a produção e comercializar com uma clientela mais ampla.

Enquanto isso, o homem dos lampiões a gás, figura popular no Recife do início do século, que diariamente passava pelas ruas com suas longas varas acendendo as luminárias públicas, passou a acender e apagar as redes elétricas à medida que as lâmpadas foram sendo instaladas nas vias públicas. A tarefa repetitiva e mecânica do novo trabalho, que transformou a perícia e os gestos tradicionais de acender os lampiões em “*testemunho mudo e insignificante de uma cultura material defunta*”,¹²⁶ pode ter significado para alguns mais tempo livre para outras atividades, além de possibilitar outros trabalhos e conferir certa importância social, advinda do prestígio que a luz elétrica tinha na época.

Como essas, inúmeras profissões transformaram-se, ou mesmo desapareceram, e outras surgiram em decorrência das novidades tecnológicas implantadas e dos diferentes comportamentos que a modernidade trazia. Uma das novas profissões de maior sucesso na época era a de *chauffeur*. Em crônica intitulada “Heróis da época”, Brito Broca, colunista da *Revista da Cidade*, dizia:

“O *chauffeur* é a criatura mais privilegiada do século. O *chauffeur* possui o prestígio demoníaco do automóvel! (...) O automóvel é o veículo da época e o



18. Os mais diferentes produtos começaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, gerando novas necessidades. Os alimentos enlatados e engarrafados, elaborados para satisfazer os pressupostos da vida moderna, alteraram padrões alimentares e inseriram diferentes hábitos. (Gasosa Fratelli Vita, 1927).

¹²⁶ GIARD, Luce, op. cit p. 273.

“chauffeur” a sua divindade (...). Ele é o homem sem cultura, sem talento, sem frases, que se senta no volante com toda desenvoltura e, a simples gesto, dispara ufano o veículo, cortando as ruas e as praças, passando superior por entre olhares e atenções... Hoje já não se subentende mais o amor sem automóvel. O *chauffeur* é o condutor de tudo...!”¹²⁷

Para o cronista, o automóvel, considerado como verdadeiro símbolo dos “novos tempos”, representação do divino, estava sendo encarnado pelo que se considerava menos capaz, figura desprestigiada na época: o homem do povo. Este estaria apropriando-se do fascínio e magia exercidos pelos autos para inverter papéis e subverter a ordem estabelecida, assumindo, aos olhos das elites, o comando de todo um novo estilo de vida que se implantava. Assim, o chauffeur era visto aqui como um usurpador que se aproveitava do prestígio da máquina para “dirigir” a vida das pessoas e conseguir visibilidade social.

O preconceito demonstrado pelo cronista com relação aos populares que guiavam os veículos na época, chamam nossa atenção para um aspecto importante na sua fala: a força do fascínio que os autos exerciam sobre a população da cidade. Numa época em que a distância entre as classes sociais era tão preservada, esquecê-la, mesmo que momentaneamente, e olhar com admiração e atenção os “envaidecidos” condutores, leva-nos a refletir sobre a força que a imagem do automóvel assumiu para a população da cidade. A aura de glória e poder que o automóvel possuía era transferida aos que a ele se associavam.

A “era do automóvel” foi inaugurada no Recife em 1903, quando o Renault do médico Octávio de Freitas circulou pela primeira vez nas ruas.

“Lá vem o automóvel! Lá vem o automóvel! Mal ele apontava na rua todo mundo recebia o aviso. A barulheira não se fazia de rogada. Acrescida pelo atrito das rodas no calçamento primitivo e irregular do antigo Recife. O povo admirava-o. Não me recordo da cor que era pintado, mas não me esqueço do quanto nos pareceu bonito.”¹²⁸

¹²⁷ *Revista da Cidade*, 24/09/1927, nº 70.

¹²⁸ SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p. 153.

¹²⁹ *Revista Rua Nova*, 22/05/1926, nº 55.

¹³⁰ Sobre a aceleração do ritmo de vida no Recife, ver SILVA, Jailson P. da. *O encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20*. Recife, Dissertação (Mestrado de História) – UFPE, 2002.

Em pouco tempo, o número de autos foi aumentando, fazendo crescer o movimento, a agitação e o barulho dos motores e buzinas pelas ruas da cidade. Em 1926, segundo o livro de registro da *Inspetoria Municipal de Veículos*, eram 1.431 automóveis circulando pelas ruas do Recife, entre carros de passeio e caminhões de várias capacidades.¹²⁹ As marcas eram as mais diversas: Studebaker, Hudson, Chevrolet, Fiat, e os populares Fords, que se constituíram em verdadeiros ícones da modernidade.

Uma revolução de costumes iniciou-se. De repente tudo estava mais próximo e a cidade parecia funcionar em ritmo mais acelerado.¹³⁰ Os “almofadinhas”

conseguiram uma nova arma de conquista que fulminava os corações: “As namoradas perguntam logo se temos automóvel. Se temos, o namoro está firmado. Se não temos é um muchocho.”¹³¹ O automóvel transforma-se em emblema de prestígio e força, elemento importante nas conquistas amorosas. As famílias agora arriscavam passeios pelos arrabaldes mais distantes, como Dois Irmãos, Boa Viagem, marcavam piqueniques em cidades próximas, como Cabo, e em antigos engenhos das redondezas.

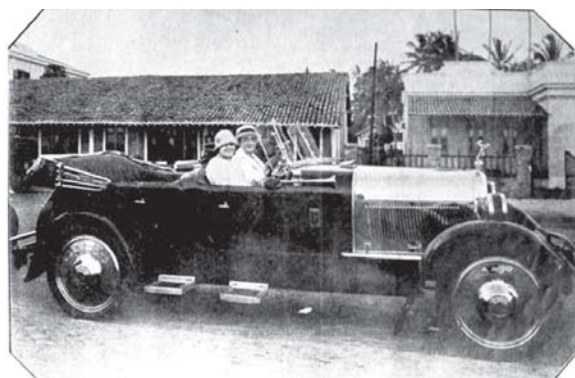
Os proprietários de autos distinguiam-se diante dos que não possuíam o novo objeto de desejo. Circular de carro dava status e prestígio. Com a crescente popularização dos autos, os bondes elétricos começaram a ser criticados e encarados pelas elites como transporte de pobre, cheios de inconvenientes. Problemas técnicos e a divisão do mesmo espaço com as camadas populares passaram a incomodar ainda mais alguns freqüentadores, que viam no automóvel uma nova possibilidade de transporte. Do transporte coletivo passava-se a uma valorização do transporte individual:

“Horível se viajar de bonde elétrico. Tem uma coisa que sempre dá estouros, assustando a gente, a banana de vez em quando a sair do lugar; bonde cheio, seis, sete pessoas num banco só, às vezes um negro encostado, o carro se queimando em baixo e o calorão subindo pelas pernas da pessoa, baldeações, esperas no desvio... E no automóvel? – Esta é a condução ideal. De gente fina (...) Macio, veloz, delicioso.”¹³²

Os bondes que circulavam pelo Recife eram de tamanhos e tipos variados.¹³³ Os mais luxuosos e asseados circulavam apenas nos bairros de maior poder aquisitivo, como o “Zeppelin” ou o “Cristaleira”, “carro fechado todo envidraçado (...) no qual era exigida alguma decência no trajar.”¹³⁴ Para os subúrbios mais populosos e viagens mais distantes, como Caxangá, Dois Irmãos, Beberibe e outros, atrelavam-se aos carros de 1ª classe os reboques de 2ª classe, também conhecido como “milha.”

Nos chamados “loré”, bondes de 2ª classe, viajava toda sorte de bagagem - sacos cereais, balaies de frutas e verduras, trouxas de roupas, tabuleiros de quitutes, vasilhames de leite, barris de bacalhau, galinhas e outros pacotes -, misturada a passageiros descalços, em mangas de camisa, ou aos que escolhiam a “loré” em busca de passagens mais baratas. Estivadores do porto, operários das fábricas de tecido, dos matadouros, lavadeiras, peixeiros, vendedores de frutas e verduras, enfim, trabalhadores e populares utilizavam

19. Produto importado de alto custo, os automóveis passaram a simbolizar poder e status. À medida que novos modelos e marcas surgiam, trazendo inovações e detalhes luxuosos, os precursores *Fords* eram desprestigiados. (*Revista da Cidade*, 1927).



¹³¹ *A Pílhéria* 06/02/1926, nº 228.

¹³² *A Pílhéria* 06/02/1926, nº 228.

¹³³ Para uma história dos bondes elétricos no Recife ver: MOTA, Alves da. *No tempo do bonde elétrico: história sócio-pitoresca dos antigos bondes do Recife*. Recife, Bagaço, 1997. Ainda sobre transportes no Recife ver: SETTE, Mário Cadeirinhas e diligências. In: *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, pp 87-125. ZAIDAN, Noêmia. *O Recife nos trilhos dos bondes de burro: 1871-1914*. Recife, Dissertação (Mestrado de Desenvolvimento Urbano) – UFPE, 1991.

¹³⁴ MOTA, Alves da. *No tempo do bonde elétrico: história sócio-pitoresca dos antigos bondes do Recife*. Recife, Bagaço, 1997, pp. 29-30.

¹³⁵ MOTA, Alves da. *No tempo do bonde elétrico: história sócio-pitoresca dos antigos bondes do Recife*. Recife, Bagaço, 1997, p. 77.

¹³⁶ LEMOS FILHO. *Clã do açúcar. Recife (1911-1934)*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960, p. 119.

20. Os “pingentes” eram um problema constante nas principais linhas de bonde da cidade. Segundo Alves da Mota, muita gente morreu arrebatada nos postes de ferro que ficavam muito próximos da linha, apesar dos cuidados tomados pelo motoneiro, que era obrigado a diminuir a marcha, apitar e gritar “olha à direita!”, para indicar a aproximação dos postes. (Os pingentes... dos bondes, 1926).

esses vagões para circular pela cidade. Segundo Alves da Mota, “*quem quisesse ambiente decente, limpo, na 1ª classe tinha que se apresentar calçado, de roupa limpa e usar paletó. Houve um tempo, no início, em que era exigido o uso da gravata.*”¹³⁵

Apesar dessas restrições, alguns tipos de bonde colocavam lado a lado pessoas de diferentes classes, com seus costumes e hábitos diversos, possibilitando uma convivência que não agradava muito a alguns usuários, conforme já ressaltamos. Se os bondes representavam a possibilidade de observar a paisagem da cidade, chances de encontros com conhecidos e namoros, também significavam uma espécie de transgressão à ordem, uma vez que eles permitiam a mistura das classes sociais, criando alguns canais de diálogo. Dessa forma, não surpreendem as queixas publicadas na imprensa ressaltando ocorrências, como discussões, gritos, e comportamentos considerados impróprios.

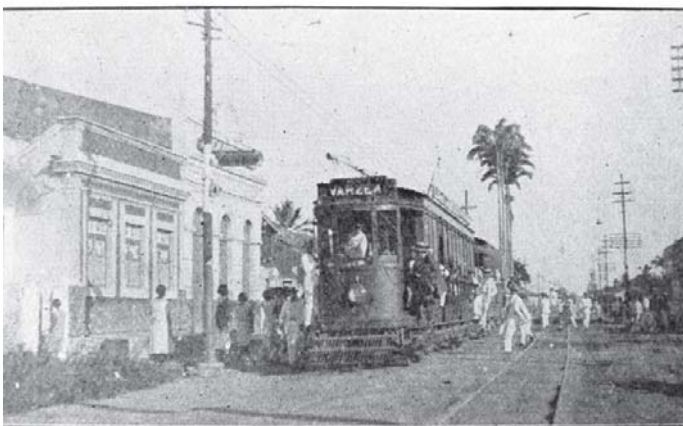
Implantados na cidade em 1914, durante o governo de Dantas Barreto, os bondes elétricos geraram muita polêmica. Para um grupo, a maioria, segundo Alves da Mota, o novo serviço era indispensável, uma vez que os novos tempos exigiam um tipo de transporte mais eficiente que os considerados “*anacrônicos bondes de burro.*” Para um grupo menor, os veículos movidos a eletricidade, com velocidade duas a três vezes superior à dos bondes de burros, representavam um perigo, com a possibilidade do aumento do número de acidentes. Uma quadrinha da época mostrava como a aceleração do ritmo de vida a partir da introdução do bonde elétrico trazia além de riscos, sensações físicas novas e diferentes:

“Seu motoneiro

Bote o bonde de vagá,

Que lá atrás vem uma veia,

Que tá querendo vomitá.”¹³⁶



Os pingentes... dos bondes

Os temores quanto aos perigos da velocidade não tardaram a se concretizar. Descarrilamentos, batidas com automóveis, atropelamentos de pedestres, quedas. Muita gente morrendo esmagada sobre os trilhos, outros caindo involuntariamente dos bondes, e alguns, na tentativa de subir ou saltar com o veículo em movimento, acabavam por se acidentar. Os “pingentes”, aqueles que viajavam em pé na parte externa, pendurados nos estribos

do bonde, não raro esbarravam nos postes próximos da linha, ou caíam nas curvas mais fechadas ou num balanço mais forte.

Os jornais recifenses não paravam de publicar notícias sobre os diversos tipos de acidentes envolvendo os bondes e seus passageiros:

“Caiu do bonde”

“Ontem pela manhã o sr. Augusto Rufino da Silva viajava num carro de Torre-Madalená. Ao chegar ao Paissandu o veículo descreveu uma curva com muita velocidade, sendo o sr. Rufino atirado fora, batendo no calçamento e partindo a perna esquerda.”¹³⁷

A despeito das críticas aos serviços deficientes prestados pela “Tramways”, do grande número de acidentes, dos incômodos técnicos e defeitos freqüentes, da lotação exagerada, os bondes elétricos continuaram até os finais da década de cinqüenta a constituir o principal meio de transporte da população da cidade, enquanto os automóveis, apesar do seu crescente número, ainda eram acessíveis apenas a um grupo mais restrito. Esses novos meios de transporte abriram outros espaços de sociabilidade, estimularam desejos e comportamentos sociais diferentes, criaram alternativas para as pessoas trilharem diferentes caminhos e descobrirem outros espaços individuais.

A importância dos autos no imaginário dos que o possuíam era muito forte. No Recife até nome próprio eles tinham. Em artigo da revista *A Pilhéria*, um colunista destacava os nomes de alguns automóveis da cidade, como “Flirt”, “Jahú o Voador”, “Veloz”, “Sagres”, louvando a idéia original do batismo de automóveis. O entusiasmo do jornalista acabava quando percebia o uso de termos populares para denominar os autos:

“‘O suco’, ‘Vai quebrar’, ‘à beça’ e outras expressões que nasceram nas camadas inferiores da sociedade, não devem ser aproveitadas. Há os nomes de heróis, há os nomes históricos, há as datas nacionais, há as palavras doces e felizes da língua portuguesa que serviriam perfeitamente para o batismo dos carros. Sejam inteligentes. Mesmo nas pequeninas coisas. Tenhamos antes de tudo, a preocupação do bom senso e da distinção. A beleza moral de um povo está na fidalguia e na nobreza de sua linguagem.”¹³⁸

Apelando para a inteligência, o bom senso e a distinção, considerados na época atributos das pessoas civilizadas, o jornalista condenava o uso das expressões populares, julgando-as não condizentes com o estilo de vida dos

¹³⁷ *Jornal do Recife*, 09/10/1926, p.4.

¹³⁸ *A Pilhéria* 08/01/1927, nº 276.

donos dos autos. A observação mostra o uso de uma linguagem popular também pelas elites, em um processo de trocas culturais, e destaca a importância que os temas nacionais e históricos tinham naquele momento, considerados compatíveis com o *status* dos proprietários de autos, “gente das camadas superiores”, segundo o cronista.

Fascínio, *glamour*, praticidade, rapidez, emblema de poder e força: essas não foram as únicas faces visíveis dos autos no Recife. Medo, perigos e incômodos também estavam entre as sensações da população. O barulho dos motores e das buzinas, o excesso de velocidade, os congestionamentos no trânsito eram reclamações constantes nos jornais. A chegada do automóvel e o crescimento do seu número numa cidade que não possuía estrutura viária, código de trânsito e ruas sinalizadas, provocava tumulto, sobretudo no centro da cidade:

“Fruto da expansão natural da cidade, é um fato que não se pode contestar, o congestionamento do tráfego na zona central urbana, principalmente em certas horas do dia. Na rua Nova, por exemplo, ou na Primeiro de Março. Há ocasiões em que se torna uma verdadeira temeridade atravessar qualquer delas, de tal modo é intenso o tráfego, num e noutro sentido, de Tramways e de automóveis e outros veículos.”¹³⁹

Nesses primeiros tempos, quando a maioria das residências não possuía espaço para guardar os veículos, garagens de aluguel surgiram pelos bairros da cidade. Uma dessas garagens, existente na Rua das Ninfas, onde pernoitavam os autos da região, representava um incômodo para os vizinhos: “*Acontece, porém, que durante a noite, ao recolher os carros à garage, os automobilistas fonfonam de tal modo as gaitas dos veículos, que provocam barulheira infernal, acordando o mais pesado dorminhoco. As crianças assustam-se, velhos e pessoas enfermas despertam (...). O fonfonar dos autos não deixa ninguém dormir.*”¹⁴⁰

Com o tempo, reformas foram realizadas nas residências mais antigas, e as novas começaram a abrir espaço ao objeto de desejo, encolhendo os lugares de convivência familiar para possibilitar a construção de garagens.

O número excessivo de postos de gasolina para o abastecimento dos automóveis, alguns localizados na zona central da cidade, também preocupava, uma vez que colocava em perigo a vida dos moradores dos arredores. Em 1928, um incêndio numa bomba de gasolina localizada na Praça da Independência gerou críticas e protestos: “*O incêndio de ontem veio provar o quanto é prejudicial para a cidade, (...) a instalação de bombas e mais bombas de gasolina (...). Importa numa grande*

¹³⁹ *Revista da Cidade*, 05/06/1926, nº 2.

¹⁴⁰ *Jornal do Recife*, 15/11/1926.

ameaça para os estabelecimentos comerciais ou casas de residências, que têm as suas portas um iminente perigo, capaz de numa explosão fazê-los voar pelos ares."¹⁴¹

Contudo, nenhum dos inconvenientes citados se comparava ao perigo mortal dos desastres. Segundo depoimentos da época, o número de acidentes crescia vertiginosamente no Recife, atemorizando os desprevenidos habitantes da cidade que, com os sentidos ainda sintonizados em outros ritmos de vida, não conseguiam acompanhar a aceleração imposta pelas máquinas. Eram atropelamentos, choques de veículos, desastres envolvendo bondes e autos, quedas de passageiros dos veículos e muitos outros tipos de acidentes, que enchiam as colunas policiais da época. Em alguns dias, os jornais noticiavam até quatro ocorrências envolvendo os autos.

As ruas da cidade modificam-se radicalmente com a chegada dos autos. Antes, lugar de passagem dos bondes de burros e maxambombas, espaço onde pedestres se encontravam e conversavam, onde muitos ganhavam a vida trabalhando com a venda dos mais diferentes produtos, caminhando quase despreocupadamente, transformam-se em lugar de circulação quase exclusivo dos veículos que por elas transitavam rápida e perigosamente. No início do século, com as reformas no Bairro do Recife e em alguns outros pontos da cidade, as vias públicas são alargadas, retificadas, seus nomes são alterados, monumentos são postos abaixo, tudo isso para facilitar a passagem e a circulação mais fácil e rápida dos autos. Antigos pontos de sociabilidade dos habitantes da cidade tornaram-se apenas locais de passagem perdidos na memória.

"Salve-se quem puder", "O auto infernal", "Condutores impacientes", "O perigo volante", eram alguns dos títulos das matérias e notas dos jornais da época, os quais demonstram a imagem ambígua que foi construída em torno do automóvel. Ele era o deus e o demônio da modernidade ao mesmo tempo. Tinha a capacidade de conferir prestígio e poder, mas também de matar. Segundo a *Revista da Cidade*, o maior crime da humanidade teria sido o de inventar o automóvel:

"O automóvel, que a gente bendiz e deseja como meio mais rápido e mais cômodo de transporte, está se tornando agora, mercê da imperícia ou da imprudência de seus condutores, um dos grandes perigos da cidade. Muito raro o dia em que não se verifica um desastre de automóvel, com o inevitável resultado do sacrifício de vidas, pernas, braços, postes, cabeças, etc.. (...). Nero incendiário, sacrificador de inocentes cristãos, se lembrou de todos os suplícios e cometeu todos os crimes, menos o de inventar o automóvel."¹⁴²

¹⁴¹ *Jornal do Recife*, 10/02/1928, p. 2.

¹⁴² *Revista da Cidade*, 26/06/1926, nº 05.

¹⁴³ *A Pílhéria*, 14/07/1923, nº 94.

¹⁴⁴ Agradeço a Jailson Pereira da Silva a indicação do livro de GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926, no limite do tempo*. Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 50.

¹⁴⁵ CERTEAU, Michel de, op. cit p. 232. Sobre o disciplinamento e submissão dos corpos ver ainda FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.

Tentativas de disciplinamento do trânsito da cidade foram realizadas, apesar de terem surtido pouco efeito. Nos anos 1920, o trânsito da capital pernambucana era subordinado à Inspetoria de Polícia, cabendo ao Chefe de Polícia a administração dos problemas relativos à questão. Apesar de algumas normas terem sido instituídas, em 1923, reclamava-se da falta de medidas eficazes para minorar os constantes congestionamentos e acidentes: “*Diante de tanta colisão, fica a nossa inspetoria em dolorosa colisão, só tendo um remédio: levantar o cassetete e bradar: Pára o trânsito! E fica por uns 15 dias parado o trânsito, e enquanto se imobiliza o horrendo formigueiro de autos, carroças e elétricos, o formigueiro humano vai passando sem temer colisões, atropelamentos, esmagamentos ou outra qualquer desgraça. O povo só terá direito de andar quando os veículos estiverem parados, sob pena de não haver quem se responsabilize por sua integridade física.*”¹⁴³

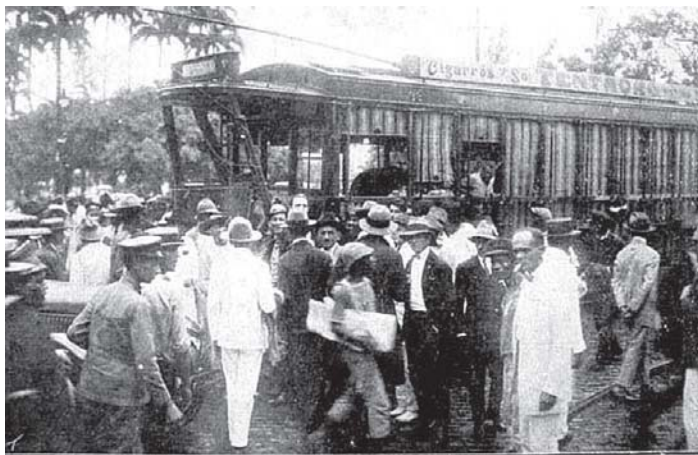
Hans Gumbrecht, no livro “*Em 1926, no limite do tempo*”, diz que o movimento dos automóveis é visto como ameaçador, “*porque ele não é regulado por leis, que sejam do conhecimento geral. Ao acusar os motoristas de arrogância, agressividade e arbitrariedade, e ao criminalizar suas ações, o público transforma esta situação de contingência num problema ético.*”¹⁴⁴ Com isso, as discussões em torno da necessidade prática de uma regulamentação do trânsito que atue no sentido de estruturar os espaços do automóvel se tornam intensas.

O crescimento do número de veículos sem controle, a inexistência de um código organizado de normas e leis, de uma fiscalização efetiva, de sinalização nas vias e sobretudo o despreparo dos pedestres com relação às novas situações que as ruas apresentavam, agora transformadas em território dos autos, geravam a imagem do caos de um formigueiro, onde pessoas e os veículos se confundiam. Usada para referir-se aos veículos e aos pedestres que transitavam pelo centro da cidade, essa imagem contribuiu para justificar as medidas tomadas pelas

autoridades da época. A ação para controlar e disciplinar tal calamidade só poderia vir da força e do poder policial, representada na citação por um “cassetete”, instrumento-símbolo que, segundo Certeau, “*compõem uma série de objetos destinados a gravar a força da lei sobre o seu súdito, tatuá-lo para fazer dele uma demonstração da regra, produzir uma cópia que torne a norma legível.*”¹⁴⁵

Mas, a essas leis, instituições e dispositivos disciplinares que buscavam ordenar o espaço da cidade correspondiam práticas multiformes,

21. Uma verdadeira guerra estabeleceu-se nas ruas da cidade entre os pedestres e os automóveis e bondes, com um espantoso número de vítimas por colisões, atropelamentos e quedas. (*Revista da Cidade*, 1927).



Aspectos do desastre de quarta-feira

astúcias e teimosias com as quais o “homem ordinário” escapava das estruturas de poder que tentavam envolvê-lo. Os *chauffeurs* desobedeciam às normas não porque fossem homens “*sem cultura, sem talento*”, como acreditava o cronista Brito Broca, ou apenas pela “*falta de responsabilidade*”, segundo a opinião de outro cronista da revista *A Pilhéria*. Sua atitude de “indisciplina” devia-se ao desejo de imprimir um ritmo próprio aos veículos; de aproveitar, sem limites, as possibilidades oferecidas pelos autos; de experimentar as sensações diferentes que a máquina oferecia, ao desafiar as regras impostas pelas autoridades.

Para dirigir no Recife dos anos vinte, antes mesmo da aprovação do novo Código de Trânsito de 1927, os condutores precisavam solicitar, mediante requerimento ao Inspetor de Polícia, a prestação do exame para motorista. A polícia, por meio dos jornais, convocava pelo nome os requerentes a comparecerem à Inspetoria, onde prestariam o exame. Mesmo passando por esse teste, as reclamações e queixas contra a imprudência dos motoristas bem como a falta de qualificação dos mesmos estavam diariamente nos jornais e periódicos:

“Os automóveis, de todas as espécies aniquiladoras da humanidade, é a mais perigosa (...). Não creia o leitor, porém na culpabilidade da pobre e indefesa máquina que o gênio humano logrou realizar para seu próprio conforto.(...) A culpa maior cabe à excessiva e criminosa facilidade com que se admite para o exercício de profissões de responsabilidade, indivíduos que não estão à altura (...) A população não sente para onde pedir socorro e só tem um caminho a seguir: acertar os negócios, redigir o testamento, receber os confortos da religião, os sacramentos da Igreja, e aguardar, beatificamente, a desgraça.”¹⁴⁶

Os moradores da Rua do Jardim, em São José, pediam providências no sentido de ser dada a ordem aos condutores de automóveis para diminuir a carreira naquela rua; articulistas reclamavam da bárbara diversão dos senhores *chauffeurs* de auto-caminhões que na ponte Maurício de Nassau descem e sobem aquele trecho em desenfreada carreira, como se estivessem numa pista automobilística; as notas policiais denunciavam os motoristas que fugiam após provocarem acidentes e atropelamentos, acabando sempre sem punição.

Em maio de 1927, o Chefe de Polícia - Eurico de Souza Leão – divulgava o projeto do novo regulamento de veículos, enviando o documento para “Centro dos Chauffeurs” e “Associação Comercial, “*afim de receber as sugestões que eles julguem convenientes.*”¹⁴⁷ A fiscalização foi apertada, multas foram instituídas, e os infratores tinham seus nomes e a placa dos carros publicados nos jornais.

¹⁴⁶ *A Pilhéria*, 18/08/1925, nº 199.

¹⁴⁷ *Jornal do Recife*, 12/05/1927, p. 4.

Além das transgressões mais comuns, como o excesso de velocidade, trafegar na contra-mão e avançar sinal, algumas outras multas eram aplicadas aos que circulassem com automóveis com escape livre ou que desprendessem fumaça, assim como aos que apresentassem comportamentos considerados indevidos, tais como: “*uso de chapéu ao volante, dormir no auto quando em descanso, ou fumarem na direção.*”¹⁴⁸

Contudo, um código rigoroso, disciplinador, as multas e o aumento da fiscalização por parte da polícia não conseguiam fazer com que os motoristas seguissem a lei. A publicação das infrações feitas nos jornais, destacando o tipo da transgressão, a placa dos veículos e o distrito ao qual pertenciam, deixam perceber o alto índice de resistência às normas de trânsito. Enquanto as autoridades endureciam as leis, empregavam a força na tentativa de fixar novas regras de conduta, o “formigueiro” de autos e homens continuava sua luta diária.

Se, por um lado, a modernidade chegava cercada de novas políticas de controle e disciplinamento das cidades, cerceando práticas e costumes considerados antigos, sobretudo os característicos das camadas populares, por outro, deixava brechas abertas, oportunidades que poderiam ser usadas pela população na tentativa de construir diferentes possibilidades de relacionamento com o panorama diferente que se apresentava.

O setor dos divertimentos públicos e entretenimentos também passou por muitas mudanças nessa fase. Cinemas, parques de diversões com seus carrosséis e rodas-gigante movidos a eletricidade, novos esportes, como remo, turfe, atletismo, além de variadas atividades ao ar livre, começavam a fazer parte do cotidiano dos habitantes do Recife, disputando espaço e prestígio com formas tradicionais de divertimento da população. Conhecer um pouco do universo dessas novas práticas, além dos choques e da concorrência que estabeleceram frente ao que passou a ser considerado como “inadequadas” formas de diversão, identificadas nessa fase com os segmentos populares, é o objetivo do próximo capítulo deste trabalho.

¹⁴⁸ Inspetoria Geral da Polícia
– Secção de Veículos.
Jornal do Recife,
24/05/1927, p. 7.



PRAZERES DO DIA ED A NOITE

1. No circuito das modernas diversões

Nos anos vinte, a palavra “divertimento” significava, de acordo com os dicionários da época, “*meio de divertir, distração, recreação, entretenimento*.”¹ Usadas pelas autoridades nos documentos oficiais e na imprensa da época, as expressões “*divertimentos públicos*” ou “*diversões públicas*” referiam-se a uma infinidade de festejos e apresentações variados, realizados em locais ao ar livre ou em ambientes fechados, alguns deles acessíveis à população mediante pagamento de ingressos.

De acordo com as fontes pesquisadas,² os divertimentos públicos nos anos vinte englobavam desde corridas de touros, brigas de galo, festas de igreja, manifestações diversas, como fandangos, pastoris e mamulengos, passando por bailes públicos, comemorações de datas cívicas, festejos de época - carnaval, “Ano Bom”, São João e Semana Santa -, esportes como futebol, remo, corridas de cavalo, até formas de entretenimento como parques de diversões, sociedades recreativas, circos, cinemas, teatros, *cabarets* e cafés-concerto. O modo como a expressão era usada na época sugere que os contemporâneos consideravam “divertimentos públicos” qualquer tipo de manifestação lúdica e recreativa que, não sendo proibida por lei, gerasse uma aglomeração de pessoas em determinado espaço da cidade.

Neste trabalho, tais formas e espaços de diversão são vistos enquanto momentos privilegiados, por meio dos quais podemos observar a vivência de práticas e expressões culturais que, longe de constituírem apenas ocasiões de partilha e comunhão, como algumas delas podem parecer à primeira vista, assumiam significados e representações diferentes para os seus protagonistas. Assim, dependendo do grupo que desfrutava de determinada forma de recreação ou entretenimento, do horário e do espaço, a diversão adquiria sentidos diversos, compreendendo também “*a diferença e o conflito sob a aparência lúdica e amena da convivência dos diferentes e desiguais*.”³ Vistas aqui enquanto expressões simbólicas, as festas e diversões constituíam-se em espaços polissêmicos.

Permeadas de conflitos e tensões, essas manifestações resultavam em leituras e apropriações diferentes por parte de seus participantes, mas também propiciavam brechas em que momentos de comunicação, negociação e trocas culturais eram possíveis de ocorrer. A partir do estudo das “diversões públicas”, podemos perceber que, a despeito da rígida hierarquia social que regia a vida

¹ Foram pesquisados os dicionários: *Encyclopedia e Dictionario Internacional*. Boston, The Colonial Press Inc., 1920 (D/A). *Novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1928. Agradeço a indicação deste último à pesquisadora Maria do Socorro Pedrosa de Araújo.

² A noção das práticas que eram consideradas divertimento público na década de vinte, foi montada a partir da pesquisa na imprensa da época, nas crônicas e trabalhos de memorialistas, na lei que regulamentava o assunto, as “Instruções Regulamentares para Teatros e Casas de Diversões”, instituída pelo Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão, e na documentação da Inspetoria Central de Polícia.

³ Para uma discussão sobre a importância da festa e outras formas de diversão para a historiografia, ver ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 14. O prefácio de Maria Clementina Pereira discute a festa como expressão simbólica que permitia diferentes leituras e apropriações por parte dos sujeitos participantes.

nas cidades, os canais de trânsito cultural entre brancos e negros, letrados e iletrados, dominantes e dominados, elites e camadas populares, ou qualquer outro recorte que se use, existiam e estavam disponíveis no interior das regras e normas de convivência social.

As mil e uma situações e possibilidades de convívio e trocas culturais constituem um exercício de imaginação fascinante: senhoras elegantes, freqüentadoras do *five o'clock tea* nas confeitarias da Rua Nova, também se serviam das pamonhas ou acarajés vendidos pelas quituteiras nas festas religiosas do pátio da Igreja do Carmo; trabalhadores e operários, freqüentadores dos pastoris profanos em que os “velhos” brincavam e soltavam loas de duplo sentido para a platéia, assistiam às fitas de Chaplin, Tom Mix e de outros astros americanos projetadas nos cines Glória e Ideal no bairro de São José; senhores que lotavam as temporadas líricas, concertos e recitais de ópera no Santa Isabel, como o de Arthur Rubinstein em 1926, tinham a possibilidade de assistir aos requebros do maxixe dançado na Revista “*Ai seu Me...llo!*”, encenada no Teatro do Parque.

Contudo, é importante destacar que essa comunicação não se fez sem conflitos. É preciso ter em mente que cada sujeito apropriou-se dessas diversas manifestações e interpretou-as, atribuindo-lhes um sentido próprio. Assim, os espaços de “diversão pública”, longe de serem vistos como síntese da vida sociocultural do Recife nos anos vinte, são analisados enquanto oportunidades de (des)encontros culturais, por meio dos quais tensões, diferenças, apropriações e ressignificações se expressavam e circulavam no constante jogo que confere movimento e historicidade à cultura:⁴

“Diferenças étnicas, religiosas, de trajetória de vida e experiências coletivas produziram modificações – homogeneização, em certo sentido, mas em outro também diferenças agudas de significados e intenção (...). Sob práticas comuns, atrás de palavras e sons semelhantes, gestos aparentemente compartilhados, a mudança, a diferença e o conflito ainda ocupam lugar central na cena.”⁵

⁴ Ver: ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, prefácio.

⁵ CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo, Companhia da Letras, 2001, p. 300.

A partir do final do século XIX, fase do surgimento das grandes cidades, novas formas de diversão começaram a aparecer. Pensadas para grandes públicos, ou mesmo para as multidões que se concentravam nos centros urbanos, esses novos divertimentos pressupunham uma forma de participação bem diferente, em que o lugar de espectador ganhava destaque, em função da impossibilidade

de participação de todos. A ordem e a disciplina eram prioridades, uma vez que, agora, as cidades congregavam multidões desconhecidas, com modos de vida diferentes, cujas disparidades socioeconômicas saltavam aos olhos do mais simples observador.

A aglomeração de trabalhadores com salários reduzidos mas constantes, o aperfeiçoamento das tecnologias de reprodução do som e da imagem, como o cinema e o fonógrafo, enfim, o crescimento de um mercado consumidor no campo do entretenimento acabam por despertar o interesse de comerciantes e empresários que passam a investir dinheiro no novo negócio em expansão nas cidades: as diversões. A indústria do espetáculo vai paulatinamente crescendo, despertando o interesse de grupos e companhias internacionais, sobretudo americanas e européias que, percebendo o potencial dos mercados consumidores dos países da América Latina e de outras regiões, passaram a investir em invenções e novas tecnologias, montando empresarialmente novas formas de espetáculo.

À medida que a aceitação e a penetração popular dessas novas formas de diversão vão aparecendo mais claramente, governos e grupos estabelecidos no poder começaram a se interessar diretamente pelo potencial desse novo negócio, atraídos pelos seus poderes civilizatórios, políticos e econômicos.

Contudo, se, por um lado, a indústria cultural por meio do fascínio que despertava nos consumidores, induzia comportamentos, construía modelos e mentalidades, modelava hábitos, por outro, abria possibilidades de participação e inserção mais efetiva na cultura de grupos excluídos: *“A voracidade do show-bizz por novidades, sua desconsideração de pruridos morais ou estéticos aristocráticos e seu compromisso central com o lucro, visando um público cada vez mais numeroso e socialmente abrangente, o faz utilizar em seus espetáculos e produtos elementos culturais vindos de todas as procedências, retrabalhados de forma própria para atender esse público diferenciado.”*⁶

Nessa fase, manifestações e práticas culturais e religiosas de grupos excluídos, como por exemplo os ritmos de origem africana – lundu, maxixe, batuques e outros – são reelaborados e incorporados por esse mercado de diversões em expansão. Se nesse processo houve perdas, reelaborações e adaptações, não podemos deixar de reconhecer que ele também possibilitou a subida aos palcos e a afirmação da cultura negra como referência de sucesso no ramo do entretenimento. No momento em que os intelectuais brasileiros

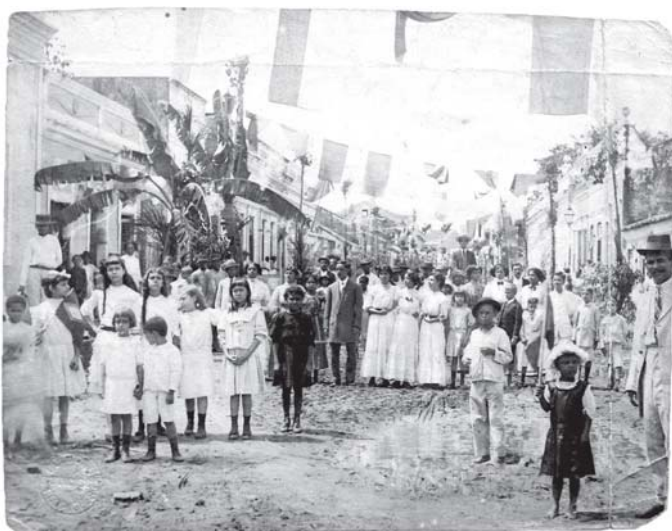
⁶ MOURA, Roberto. A indústria cultural e o espetáculo-negócio no Rio de Janeiro. In: LOPES, Antônio H. (org.). *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000, p.133-134. Sobre a história da indústria fonográfica no Brasil nas primeiras décadas do século XX, ver o trabalho de FRANCESCHI, Humberto Moraes. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro, Takano/Sarapuí, 2002, que traz uma série de CDs com regravações originais de ritmos, como chorinho, lundu, maxixe, polcas, valsas e outros.

⁷ Para uma visão dos divertimentos, esportes e do movimento social e intelectual da cidade nos primeiros anos do século XX, ver: ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*. Natal, EDUFRN, 1998.

⁸ PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado*, p.114. Apud ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*, op. cit p. 28.

buscavam, nas raízes rurais, caboclas, ou nas manifestações negras, novas sínteses e fontes em que se pudesse resumir o caráter nacional e a identidade do país, a música e as danças de origem africana afirmaram-se no contexto urbano da indústria da diversão, passando de prática social e gênero musical abominado e restrito aos encontros desses grupos em subúrbios, a ser vistas como signo importante de representação do país.

Desde o final do século XIX novos tipos de diversão começaram a aparecer no Recife, convivendo com festas e manifestações tradicionais da cidade. As comemorações de época - Natal, Ano Bom e São João -, as festas religiosas, com suas procissões e quermesses, os desfiles das bandas e charangas, as danças e manifestações, como pastoril, fandango, mamulengo, bumba-meu-boi, as temporadas das companhias de operetas e peças teatrais encenadas no teatro Santa Isabel passaram a disputar a preferência dos habitantes do Recife com as novas formas de entretenimento.



22. As festas e manifestações tradicionais, como procissões, pastoris, mamulengos e outras, continuavam a atrair muita gente, numa época em que a tecnologia invadia o setor das diversões. (Festa popular, 1910-1920).

atividades físicas, como o futebol, o voleibol, disputas de atletismo e corridas a pé, além da esgrima e da educação física, também começavam a ser difundidas na cidade.⁷

Para boa parte dos memorialistas, apesar dessas novas distrações, o Recife não perdia o ar provinciano e atrasado de uma cidade cujas ruas ficavam praticamente desertas após o toque das nove horas dado pelo sino da Matriz. Joaquim Pimenta era um dos insatisfeitos com o que classificava como falta de movimento e animação nas ruas da cidade. Para ele, os divertimentos do Recife em torno de 1909 “*se reduziām as festas religiosas e anuais da Penha, do Carmo, do Bonfim (em Olinda), e umas sonolentas retratas com bandas de música da polícia, às quintas e domingos no jardim da Praça da República.*”⁸

Eram páreos nos hipódromos da Madalena, do Derby ou de Campo Grande, regatas no Capibaribe, passeios no Derby - transformado por Delmiro Gouveia em um centro de diversões. A construção do mercado público Coelho Cintra, do hotel Internacional do Derby e do passeio iluminado a luz elétrica, com carrosséis, retretas, teatrinho, orquestrafone e barraquinhas de prendas -, além das corridas de bicicleta no velódromo do Derby, atraíam muita gente toda noite à antiga campina. A prática de esportes e

A partir dos anos vinte, um grande número de novas atividades e práticas começou a movimentar o cotidiano do Recife. Nicolau Sevcenko ressalta que, *“sob o epíteto genérico de “diversões”, toda uma nova série de hábitos físicos, sensoriais e mentais, são arduamente exercitados (...), incorporados em doses metódicas como práticas indispensáveis da rotina cotidiana (...). Muitos desses hábitos e práticas já existiam e estavam em vigência desde o começo do século, pelo menos. Mas é nessa conjuntura que eles adquirem um efeito sinérgico, que os compõem como uma rede interativa de experiências centrais no contexto social e cultural: como uma fonte de uma nova identidade e de um novo estilo de vida.”*⁹

No Recife, os circuitos das consideradas “diversões modernas” passavam pelos cinemas, teatros, competições esportivas - sobretudo de futebol, turfe e remo -, as danças, festas nos clubes, exposições de pintura, concertos musicais, conferências e recitais de poesia, confeitarias, excursões e passeios ao ar livre, temporadas nas praias e banhos de mar, o *footing* pela Rua Nova, piqueniques, corridas de automóvel e motocicleta, parques de diversão, dentre outros. Neste item tentaremos montar um painel dessas diversões no Recife, mostrando que tais práticas reforçavam a composição de uma nova identidade, de um novo estilo de vida que se construía na cidade no contexto dos anos 1920.

Contudo, é importante destacar que as formas de diversão chamadas “modernas”, que se propagaram pelo Recife nos anos 10 e 20, como o cinema, corridas de cavalo, o *footing*, passeios de carro e outras, não sucederam de forma linear às festas e comemorações tradicionais, como o pastoril, as festas de igreja, as quermesses, os bumba-meu-boi. Essa noção pode nos levar a uma concepção de progresso numa linha de evolução que não considera que essas formas de expressão e brincadeiras coexistiram, se conflitaram, se entrelaçaram, enfim, conviveram, sofrendo influências e transformações mútuas.

Os habitantes do Recife, sejam os grupos de elite ou as camadas populares, não deixaram simplesmente de freqüentar suas conhecidas brincadeiras e formas de diversão para aderir às novidades. A Festa do Carmo, o pastoril do velho “Canela de Aço”, o mamulengo do dr. Baubau continuaram a entreter boa parte dos habitantes da cidade que, ao mesmo tempo, não perdiam os beijos apaixonados nas fitas de Rodolfo Valentino, as performances das estrelas Virginia Pearson e Gladys Brockweld, eleitas em concurso promovido pelo *Jornal do Recife* “as mais queridas da cidade”, ou as aventuras da série do popular Tom Mix.

⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole, São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 33.

¹⁰ LEMOS FILHO. *Clã do açúcar*, op. cit p. 293.

¹¹ SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*, op. cit p. 107.

1.1 Pelos palcos e salões da cidade

Os cinemas, surgidos a partir de 1909, transformaram o panorama das diversões na cidade. A inauguração dos cines Pathé, com seus 320 lugares, e Royal, na Rua Nova, trouxeram os cines por sessões ao Recife. As apresentações, segundo Lemos Filho, estendiam-se de 12 às 16 e das 18 horas em diante, com orquestra ao vivo acompanhando a projeção.¹⁰ Sedução, desconfiança, fascínio, agitação foram, conforme ressalta Sette, as reações dos habitantes do Recife:

“O rebuliço, os empurrões, a afluência de gente às saídas de outrora do Paté, do Helvética, do Roial, quando esses iniciaram o cinema por sessões com êxito tal que as calçadas se enchiam e os bondes passavam a custo. As salas de espera ficavam de não se mexer um braço. As bilheterias eram assaltadas pelos candidatos a ingressos. Não se falava em outra coisa em toda a cidade e desciam matutos do interior com os olhos secos de curiosidade.”¹¹

Nos anos vinte, espalhavam-se cinemas por quase todos os bairros da cidade. Entre 1909 e o final da década, mais de cinquenta cinemas, desde os mais equipados e decorados do centro até as pequenas salas de projeção de subúrbio, acessíveis aos segmentos populares, foram inaugurados na cidade. Alguns deles tiveram vida curta, outros enfrentaram a concorrência fechando para reformas e reabrindo com novos nomes.

Os jornais da cidade publicavam diariamente a programação dos principais cines, com o resumo dos filmes e os astros que protagonizavam a película. Eram colunas especializadas, como “Cenas e Telas”, do *Diário de Pernambuco*, “Teatros e Cinemas”, do *Jornal Pequeno* e do *Jornal do Recife*, e “Telas e Palcos” do *Jornal do Commercio*. Entre 1924 e 1926, apareciam nessas colunas mais



23. O cinema constituía-se numa das diversões favoritas da época, tendo suas primeiras salas instaladas na Rua Nova, em 1909. Na foto, os três cinemas localizados nessa artéria: o Royal o Pathé e o Vitória. (Cinemas da Rua Nova, 1920).

de vinte casas de projeção, listadas abaixo, sem contar as pequenas, localizadas em subúrbios, que atraíam apenas o público dos arredores.

Cinema Royal · Rua Barão da Vitória, Santo Antônio

Cine- Teatro Helvética · Rua da Imperatriz, Boa Vista

Cine- Teatro Moderno · Praça Joaquim Nabuco, Santo Antônio

Ideal Cine · Teatro Pátio do Terço, São José

Cine Palais · no Feitosa
Universal Cine · Rua das Calçadas, São José
Polytheama · Barão de São Borja, Boa Vista
Espinheirense · Espinheiro
Cine-Teatro do Parque · Rua do Hospício, Boa Vista
São José · Rua das Calçadas, São José
Guanabara Cinema · Arruda
Santo Amaro · Santo Amaro
High-life · Casa Amarela
Modelo · Torre
Glória · Pátio do Mercado de São José, São José
Cinema Central · Largo da Paz, Afogados.
Cine do Pina · Pina
Real Cinema · Madalena
Cine Elite · Graças
São José · Rua Domingos Teotônio, São José
Tegipió · Tegipió
Odeon · Casa Forte

Nessa época, ir a um dos cinemas do centro significava não apenas assistir a uma fita, mas, às vezes, a mais de um filme, e também a uma série apresentações que ocorriam nos palcos antes ou depois da projeção. Eram ginastas, malabaristas, músicos, lutadores, comédicos, telepatas, acrobatas e equilibristas, dançarinos, palhaços, mágicos, ilusionistas, pequenas companhias de operetas e peças, e transformistas. Alguns desses grupos fizeram sucesso e marcaram época na cidade, como o “Les Ussars”, trupe de ginastas; “Les Zuts”, grupo de cantos e danças regionais; “Bole Bross”, acrobatas excêntricos e comédicos, que se apresentaram no Moderno, em 1920. O telepatista Astrix Luksor, que se exibiu no cine-teatro do Parque, em 1921, prometendo números espantosos, os artistas do grupo “Os Carolinos”, companhia de variedades contratada pelo cine-teatro Helvética, em 1924, e o “Transformista Darwin”, anunciado como a grande atração do cine Moderno, em 1923, segundo os jornais o mais *“notável cançonetista imitador do belo sexo, que se apresentará com ricas toilettes e suntuosos cenários”*, atraíram, juntamente com os astros e estrelas da cena muda, muita gente aos cinemas. “Artes do diabo” para alguns, “maravilha do século” para outros, a chegada do cinema modificava o cotidiano da cidade. As ruas do centro agitavam-se com o movimento de freqüentadores ao fim das

últimas sessões noturnas (as preferidas do público da cidade). As novidades chegavam mais rapidamente. Novas formas de comportamento, modas e estilos inspirados nos astros do *écran* começavam a ser adotados na cidade.

Apesar do sucesso de público dos filmes produzidos no Recife pela “Aurora-Films” e pela “Liberdade-Films”, durante a fase do chamado “Ciclo do Recife” nos anos pós-guerra, a indústria cinematográfica americana praticamente dominava o mercado produtor e distribuidor. Segundo Sevcenko, os americanos, com suas técnicas de propaganda e sistemas de distribuição, conseguiram colocar, em 1920, mais de 70 milhões de metros de filmes no mercado sul-americano, o que correspondia a um terço do total da sua produção.¹² Em artigo de 1933, a *Revista Cinema*, publicada no Recife, alertava para a força dos padrões de comportamento e modas ditados pelas fitas americanas:

“A influência que tem exercido até esta data o cinema norte-americano no que diz respeito às modas e aos costumes, tornou-se um fenômeno universal... Os cachos de Mary Pickford estabeleceram uma moda. Foram os cabelos à *la garçonne* (...). Depois surgiu, graças ao cinema, o tipo fino e delgado de mulher. A ‘pequena *flapper*’... a ‘*Jazz Baby*’ (...). A invenção de processos de redução de peso e tratamento para emagrecer o corpo violentos constituíram efeitos desastrosos e fatais. O corte de cabelo usado por John Gilbert na “Viúva Alegre”, assim como as calças largas de Buster Keaton, os colarinhos e golas americanas, os óculos de fantasia apresentados na comédia por Harold Lloyd, o *black botton* e o *chaleston* de An Pennington, as gomas de mascar, enfim, uma infinidade de modas (...). Se não for combatido a tempo, Tio Sam virá um dia a americanizar o mundo por meio do cinema.”¹³

As mudanças de modelos e os comportamentos que desafiavam a moralidade da época, tórridas cenas de amor, com beijos prolongados, pernas e outras partes do corpo feminino em exposição, fizeram com que, ainda em 1909, o *Jornal do Recife* publicasse o decreto do cardeal-vigário da Santa Sé, informando que, no sentido de zelar “*pela manutenção dos bons costumes entre o clero e protegendo a sua moralidade*”, proibia aos padres da diocese local de assistirem às sessões do cinematógrafo, sob pena de suspensão das funções para os que burlassem a ordem.¹⁴

A dimensão da força que as imagens em movimento exerciam sobre as

¹² SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole, São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, op. cit p. 92.

¹³ *Revista Cinema*, outubro de 1933. Segunda fase.

¹⁴ *Jornal do Recife*, 24/08/1909.

pessoas começa a ser percebida nessa fase. Em 1927, um cronista da mesma revista comentava: “O cinema depois dos grandes surtos progressistas por que está passando, deixou de ser um mero divertimento, familiar ou público, para ceder lugar a uma excelente escola de costumes, de psicologia e de arte.”¹⁵ Alguns anteviam o papel da imagem em movimento na educação, chamando-o de “*verdadeira universidade popular*”, onde se poderiam difundir conhecimentos de “*higiene, de profilaxia das moléstias contagiosas, de puericultura, de regimes alimentares* (,,,)”, além de fitas religiosas, cursos de história do Brasil, história natural, moral e outros.¹⁶ Apesar do caráter pouco comercial desse tipo de fita, que não interessava diretamente às produtoras e aos empresários do ramo, o poder civilizador do cinema sobre as grandes massas foi bastante explorado na época.



O ambiente do cinema, que proporcionava encontros e *flirts*, com suas cadeiras bem próximas e uma penumbra que facilitava as chances de beijos e outras intimidades entre os namorados, também possibilitava uma convivência mais próxima entre os diferentes grupos sociais da cidade, o que não agradava muito a alguns setores. Contrariadas, as famílias tradicionais sentavam lado a lado com trabalhadores, pessoas vindas do interior e populares que conseguiam pagar o necessário pelo ingresso para assistir a novidade. Nos anos vinte, as salas populares com preços acessíveis proliferaram pelos bairros, fazendo com que um público cada vez maior tivesse acesso aos filmes. No centro, os cines do bairro de São José eram os mais procurados pelos trabalhadores, sobretudo o Cine Popular, localizado no Pátio do Mercado de São José, mesmo local onde depois foi inaugurado o Cine Glória. Segundo Gregório Bezerra, assíduo freqüentador desse cinema aos domingos, o sucesso era a exibição das famosas séries. Cômicas, de *far-west* ou aventuras, as séries eram muito populares na época, sendo classificadas pelas agências distribuidoras de filmes como fitas dirigidas ao “*Zé povinho*.” As reclamações sobre o comportamento da plateia nos cines eram constantes. Gritos, brincadeiras, palmas, conversas, atos considerados indecentes e até brigas ocorriam nas salas. Desse modo, os freqüentadores, longe de se acomodarem às conveniências pré-estabelecidas, de se comportarem conforme ditavam as regras de convívio social correntes na época, apropriavam-se do espaço assim como da

24. O cinema teve profunda influência no comportamento feminino nessa fase. O título e as cenas de divulgação do filme protagonizado por Clara Bow, “*Casar e descasar*”, mostram alguns aspectos dessas mudanças. (*Revista Cinema*, 1927).

¹⁵ *Revista Cinema*, outubro de 1927, ano I.

¹⁶ *Revista da Cidade*, 17/07/1926, nº 8.

narrativa apresentada nas telas, reelaborando os conteúdos e adaptando-os à sua realidade e vivência, manifestando-se à sua maneira.

No artigo “Os fãs de ontem”, a *Revista Cinema* analisava o comportamento das platéias do Recife, atribuindo à chegada do cinema sonoro e aos trajes cada vez mais sumários das *girls* a lenta transformação da assistência do Recife:

“Muito dono de cinema foi obrigado a apartar os pegas e as lutas constantes dos garotos das primeiras filas, que tentavam assim imitar os heróis das fitas. O Polyteama chegou a negar entrada a certos meninos levados que faziam anarquia e desconjuntavam as cadeiras no salão de projeção (...). [Com o cinema sonoro] a ordem reina nos salões. Acabaram-se os pegas e os socos. Extinguiram-se as palmas e a algazarra. Os fãs tornaram-se mais circunspetos, menos alvoroçados.”¹⁷

Outra queixa constante nos cinemas era com relação aos roubos ocorridos durante as apresentações. Segundo os jornais, o escuro das salas, a distração da platéia e a possibilidade de acesso de indivíduos considerados “desqualificados”, “*gatunos vulgares*”, facilitavam os roubos. A oportunidade de articular golpes e artimanhas para tirar proveito do ambiente proporcionado pela nova e moderna diversão não foi perdida por alguns espertos. Dessa maneira, o que para alguns representava apenas divertimento, significava um meio de ganhar a vida para outros:

“Está merecendo as vistas da guarda civil uma certa ordem de “meliantes” que de certo tempo para cá escolheu as casas de diversões para a realização de suas espertezas. Ainda há poucos dias, uma senhora, no cinema “Royal” ficou sem sua bolsa de prata; no “Helvética” também um espectador perdeu uma capa de borracha. Ontem, por exemplo, um espectador foi roubado no seu chapéu, objeto que lhe custara 45\$000. A guarda civil deve, ao nosso ver, fazer um serviço mais ativo nos estabelecimentos referidos, evitando essa intranquilidade dos seus freqüentadores.”¹⁸

Para Certeau, práticas como essas representavam “artes de vencer o poder por uma certa maneira de aproveitar a ocasião; ou formas de dar “golpes” no terreno da ordem estabelecida.”¹⁹ Quanto aos teatros, no Recife dos anos vinte existiam apenas o Santa Isabel e alguns cine-teatros, que funcionavam também como salas de projeção, como o Cine-teatro Helvética, o Moderno, o Teatro do Parque e o Polyteama, além dos pequenos teatros de arrabalde. Pouco ou quase nada ficou

¹⁷ *Revista Cinema*, setembro de 1933. Segunda fase.

¹⁸ *Jornal do Recife*, 07/05/1922, p. 5.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* 1, op.cit p. 48

registrado a respeito desses teatros de menor porte localizados nos bairros. Citações sobre apresentações de pastoris, notas sobre encenações durante os veraneios dão conta da existência de outros palcos na cidade e arredores, como o “Teatro de Variedades” em Olinda, o “Palco Avenida”, no Pina, dentre outros.

O ano de 1924 foi dos mais movimentados em termos teatrais no Recife, chamando a atenção pelo grande número de companhias que visitaram a cidade. Às vezes dois grupos coincidiam na apresentação de temporadas ao mesmo tempo, trazendo espetáculos de gêneros diversos, que agitavam as tardes e noites da cidade, atraindo bom público às apresentações, de acordo com os jornais da época.

A “*Companhia Nacional de Operetas e Revistas*”, que encenava revistas do gênero bataclan, como “Ai Seu Me...llo!”, “P’ra Burro”, “Meu Bem não Chora” e “O Pauzinho”, dentre outras, esteve em temporada no Teatro do Parque, entre o início de fevereiro e o final de abril. Segundo a revista *A Pilhéria*, a companhia causou rebuliço na cidade, pois “o corpo do coral, quebrando os velhos moldes até então conhecidos no gênero pelos pernambucanos, surgia à cena, deixando ver umas pernas inteiramente nuas; algumas famílias deixaram de freqüentar o Teatro do Parque.”²⁰

A “*Companhia de Operetas Vitória Soares*”, com a participação do tenor Vicente Celestino, apresentou-se no Recife no mesmo período, encenando operetas e *vaudevilles*, como “A Viúva Alegre”, “Sinhazinha”, “Loucuras de Amor.” Em junho, estreou no Parque a “*Companhia de Revistas e Operetas Colyseu dos Recreios*”, com 35 artistas e um repertório de 25 revistas e operetas. Na abertura da temporada foi encenada a revista “Bataclan.”

No segundo semestre, chegou ao Recife a “*Companhia Velasco de Revistas e Operetas*.” Empresa espanhola, contando com 90 integrantes, entre atores, músicos e técnicos de apoio, a companhia apresentou no Teatro do Parque revistas e zarzuelas - tipo de ópera cômico-satírica espanhola -, durante todo o mês de agosto.

Logo em seguida, chegava no vapor Gelria a “*Companhia Lyrica Billoro*”, com seus 80 artistas e técnicos. O grupo exibiu 24 espetáculos líricos no Santa Isabel, entre agosto e setembro, montando óperas, como *Aída* de Verdi, *Madame Butterfly* e *a Tosca*, de Puccini, e o *Guarani* de Carlos Gomes. Entre o final de setembro e o início de outubro, foi a vez da “*Companhia Italiana de Operetas Léa Candinni*.” Com óperas como “O Pierrot Negro” e “A Princesa das Czardas”, a trupe apresentou-se no Teatro do Parque, não conseguindo bom público ao longo da temporada na cidade.

²⁰ *A Pilhéria*,
04/09/1926, nº 258.

No final do ano, entre os meses de outubro e novembro, chegava “*Companhia Brasileira de Comédias*.” Dirigida por Viriato Correa, com 17 atores e atrizes e 8 assistentes, a companhia montou, “*num grande e escolhido repertório, 22 peças, todas encenadas e aplaudidas no Trianon, da metrópole*”, como “Zuzu”, de Viriato Correa e “Vida e Morte” de Arthur Azevedo, autor das famosas revistas de ano que tanto sucesso fizeram no Rio de Janeiro, no final do século XIX.

Além do movimento das companhias teatrais maiores, trupes e grupos menores, compostos de artistas que apresentavam espetáculos de variedades, também realizaram temporadas no Recife nesse mesmo ano. Um exemplo desses grupos de menor porte foi “*Os Carolinos*”, que apresentavam burletas, comédias e números de variedades, e se exibiram no Helvética em abril, levando ao palco apresentações de canto, teatro e telepatia.

No sentido de conseguir bom público e carrear as simpatias das autoridades, sobretudo as policiais, freqüentemente as peças eram encenadas em homenagem ao chefe de polícia, ao delegado de determinado distrito, ao prefeito, ou a clubes de futebol e grupos carnavalescos da cidade, que compareciam com suas torcidas e orquestras, muitas vezes subindo ao palco para números finais apoteóticos.

As reclamações quanto ao comportamento da assistência se repetiam. Segundo as colunas especializadas, muitas vezes não se escutava absolutamente nada da fala dos atores, tamanho era o barulho da platéia:

“O vozerio da assistência, quase toda transformada em petizada de matinée, tiraram a graça da peça e prejudicaram a representação. Momentos houve em que os artistas se transformaram em atores mudos, tal a indisciplina da platéia. O desempenho correu regular e a casa esteve a cunha.”²¹

²¹ *Jornal do Commercio*, 23/04/1924, p.3.

²² Segundo José Ramos Tinhorão, o *vaudeville* popularizou-se nos fins do século XIX, com números cantados-representados, que se baseavam em histórias cômicas e canções, mesclando momentos de fala com apresentações de música e dança. TINHORÃO, José Ramos. *Circo brasileiro: o local no universal*. In: LOPES, Antônio Herculano (org.) *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000.

Enquanto algumas dessas companhias encenavam, conforme ressaltamos, óperas e operetas, outras faziam sucesso com os gêneros mais populares, como as revistas, *vaudevilles*²² e o bataclan.

No Recife dessa época, as revistas musicais enchiam os teatros da cidade. Com suas sátiras de costumes, pilhérias de duplo sentido, essas montagens traziam para o palco a linguagem e os costumes da rua. Os próprios títulos das revistas, algumas de autores pernambucanos, mostram a influencia do popular nesse gênero de teatro: “O perereca”, “O ninho do jury”, “O corumba”, “Gente rústica”, “Pregos e martelos”, “A

comchamblancia”, “O’Xentes, nego!”, “Tudo voa”, foram algumas das revistas encenadas no Teatro Polytheama no início dos anos 1920.

Quando, em 1924, a “Companhia Colyseu dos Artistas” resolve montar a revista pernambucana “O perereca”, recebe críticas dos jornais da época: *“Levou essa Companhia ontem a conhecida revista “O Perereca.” Deveria, porém, tê-lo feito avisando primeiro que se tratava de uma representação exclusivamente para homens. Desta forma, muitas famílias que ali se achavam, não teriam deixado os seus lares para assistirem a cenas desagradáveis, repletas de piadas e enxertos excessivamente livres.”*²³

Semelhante às revistas, o gênero bataclan também agradava às platéias do Recife. Com apresentações musicais ligeiras, que juntavam números de estilos diversos, cenários luxuosos e atrizes que, na maioria das vezes, exibiam muito pouco vestuário, o bataclan encenava comédias de costumes com tiradas e chistes picantes e, principalmente números de maxixe, dançados pelos atores durante as encenações:

“Com a revista Ai Seu Me...llo, inaugurou ontem esta companhia os espetáculos gênero Ba-ta-clan. A revista, como todas as peças do gênero, é um amontoado de pilhérias, cenas burlescas entremeadas de maxixes retumbantes, muito a sabor do público. Seria algo espinhoso detalharmos o seu entrecho, pois que, como acima dissemos, “Ai Seu Me...llo” não tem textura. As cenas desenrolam-se mais ao critério dos artistas do que do próprio autor. É de justiça salientar o quadro em que aparece a estátua de Pedro Álvares Cabral que não resistindo ao maxixe, desloca-se do monumento e vem co-participar do frevo.”²⁴

Com uma coreografia que se prestava às revistas musicais em voga na época, o maxixe foi introduzido nos teatros do Rio de Janeiro no final do século XIX. Popularizado pelas companhias teatrais que excursionavam pelo país de norte a sul, o maxixe tornou-se uma verdadeira epidemia, acabando por se tornar conhecido pelo Brasil inteiro.

Adaptada e reelaborada para os palcos e outro tipo de público consumidor, a dança passava a fazer sucesso não apenas nos territórios populares mas também junto às platéias dos teatros, trazendo um pouco das práticas e linguagens da rua para os espaços das camadas médias e elites.²⁵ De acordo com os comentários dos jornais, as platéias do Recife deliciavam-se com as demonstrações dos atores e com os concursos de maxixe disputados no palco pelos casais da assistência. O teatrólogo pernambucano Waldemar de Oliveira relata em suas

²³ *Jornal do Commercio*, 22/06/1924, p.16.

²⁴ *Jornal do Commercio*, 02/02/1924, p.12.

²⁵ Sobre o maxixe, seu sucesso e transformação nas primeiras décadas do século XX, ver: LOPES, Antônio Herculano. O teatro de revista e a identidade do carioca. SAROLDI, Luís Carlos. O maxixe como liberação do corpo. VALENÇA, Suetônio Soares. Polca, lundu, polca-lundu, choro, maxixe. In: LOPES, Antônio Herculano (org.) *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000.

²⁶ *Diário de Pernambuco*, 09/06/1923, p. 1.

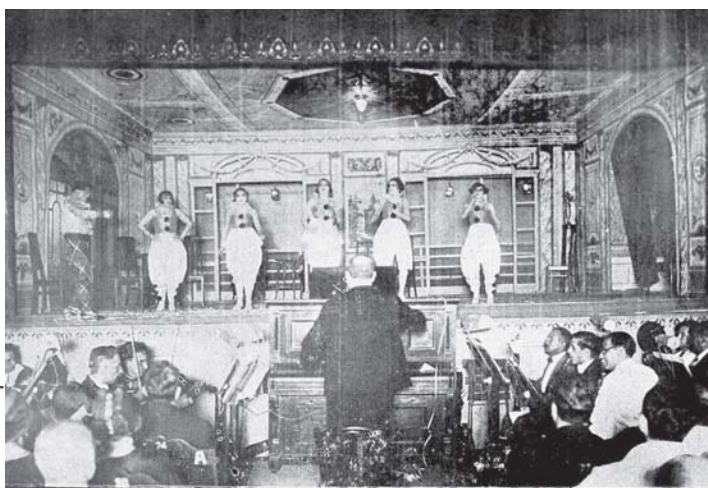
²⁷ *Jornal do Commercio*, 04/04/1920.

²⁸ *Revista da Cidade*, 21/08/1926, nº 13.

memórias que chegou a ganhar um concurso de maxixe na época em que estudou medicina na Bahia.

Em 1923, a “*Companhia Arruda*” conseguiu muitos aplausos ao encenar no Parque a peça “Pé de Anjo.” O sucesso devia-se, de acordo com a avaliação do jornalista da coluna “Cenas e Telas”, à boa música e ao bom texto: “*O público se deliciou a valer, dando boas gargalhadas e por fim a platéia se entusiasmou com o maxixe da última cena, que foi três vezes repetido sob estrondosos aplausos.*”²⁶ A avaliação positiva do articulista quanto às falas, danças e canções de uma peça calcada em expressões e manifestações populares revela o quanto estava havendo, nessa fase, um movimento de apropriação do popular por parte da nascente indústria cultural, gerando um movimento de intercâmbio de valores culturais entre classes sociais distintas.

Embora lotasse os teatros do Recife e fizessem muito sucesso junto



Um flagrante da representação da “Berenice”, pela Guiró no theatro do Parque

ao público, os espetáculos de variedades e as revistas apimentadas com referências ao popular, em que predominavam o fator diversão e imperavam as leis do mercado, não agradavam a alguns setores. A comédia “No X de grades”, apresentada no Moderno pela “*Companhia Garridos*”, recebeu o seguinte comentário de um jornal da cidade: “*É uma peça do gênero revista que se desenrola em uma delegacia do interior num sábado de aleluia. Não é um trabalho de fino espírito, o que aliás sucede com a*

maioria das produções congêneres, mais adaptada aos nossos costumes(...). Agradou bastante.”²⁷

Parte da intelectualidade da época, por exemplo, cujo gosto refinado preferia a música de referência européia, como as árias de óperas italianas, criticava o teatro musical ligeiro, defendendo o que chamavam de “*a música séria*”:

“O nosso público deixa vazias as poltronas de um teatro quando se faz boa arte, quando se anuncia boa música e o abarrota quando há novidades fúteis, canções duvidosas e música de feira (...). A preferência é pelos teatros onde a arte é tratada a coices e o que vale é a canção imoral, o humorismo pornográfico e as atitudes licenciosas.”²⁸

Em 1925, o grande acontecimento teatral foi a *avant-première*, no Santa

25. Foto da encenação da opereta pernambucana “Berenice”, da autoria de Waldemar de Oliveira. Segundo Lemos Filho, a peça era tão longa que sua primeira apresentação terminou às 3h e 30 da madrugada, inspirando a seguinte quadrinha popular: “Vai começar Berenice. Casa cheia. Ergue-se o pano. A peça começa agora E acaba no fim do ano.” (Foto *Revista da Cidade*, 1926).

Isabel, da opereta pernambucana “Berenice”, de autoria de Waldemar de Oliveira e Nelson Paixão. Em 1926, foi a vez da Companhia francesa “*Ba-ta-clan*”, de Madame Rasimi. Com suas *girls* em trajes sumarássimos para a época, ou mesmo sem eles em algumas cenas de relance, a companhia causou *frisson* na cidade. As revistas “*C’est Paris*”, “*Au Revoir*” e “*Oh! La! La!*”, lotavam o teatro do Parque diariamente, com ingressos a preços nunca vistos.

A permanência das artistas francesas movimentava a cidade, gerando comentários maliciosos das revistas semanais, que não cansavam de publicar boatos e insinuações sobre mulheres preocupadas com seus maridos, figuras da política e senhores da sociedade deslumbrados com as estrelas francesas: “*Os corações femininos andam sobressaltados... As estrelas da Ba-ta-clan brilham de dia e de noite. De noite resplandecem no Parque. De dia cintilam no Pina...*”²⁹

“Os homens todos da cidade vibraram à notícia escandalosa do nu parisiense (...). Ninguém reclamou o preço elevado das localidades, ninguém! (...) O Parque abarrotou. Nunca se viu tanta gente num teatro. E a platéia deu-se ao gosto de exigir repetições. Foi quase um delírio... A campanha movida por grupos moralistas da terra não influenciou nas mulheres semi-nuas da sra. Rasimi!”³⁰

O ano de 1927 foi marcado pela passagem, no Recife, da “*Companhia Negra de Revistas*.” Com um elenco todo formado por negros, o destaque do grupo era o menino Othelo que, segundo a imprensa local, “*conquistou logo as simpatias da platéia*”, sendo chamado de “o grande pequeno Othelo”, cognome que o acompanharia ao longo de toda a carreira artística. Apresentando números de canto e dança - maxixes e *charlestons* -, entremeados por esquetes cômicos, a companhia atraiu um excelente público, mas causou certo desconforto em alguns setores das elites da cidade:

“O que encheu a semana, dentro dessa pacatíssima Mauricéia, foi a temporada negra (...) Os pretinhos da Companhia Negra de Revistas andam a desbragar-se em “charlestons” e danças buliçosas, com entremeio de pilhérias velhas (...) mais ou menos desgastadas. A gente não define bem a sensação que nos deu o conjunto negro do Parque, além da que nos veio da novidade, do travoso sabor de um inédito que nos toca forte a curiosidade. A nossa curiosidade bem brasileira, tão nacional como aqueles pretinhos.”³¹

²⁹ A *Pilhéria*, 25/09/1926, nº 261.

³⁰ *Revista da Cidade*, 25/09/1926, nº 18.

³¹ *Revista da Cidade*, 09/04/1927, nº 46.

26. Apesar do sucesso de público das manifestações da cultura negra, discos, peças de teatro, apresentações musicais, as resistências eram claras e estavam expressas constantemente na imprensa, como podemos observar na legenda da foto. (Darwin tem razão..., 1927).



Mesmo diante da crescente influência de aspectos da cultura negra no setor das diversões e da emergência, na década de vinte, dos primeiros conceitos e idéias que vinculavam o caráter do povo brasileiro e a identidade da nação a uma cultura popular, ainda havia muitas resistências quanto ao papel representado pelo negro na formação cultural do país. Charges, fotografias, piadas com comentários jocosos e irônicos em relação aos negros, eram publicadas freqüentemente nas revistas locais. O grande sucesso de grupos negros nos palcos da cidade, como “Os 8 Batutas”, do qual faziam parte Pixinguinha e Ernesto Santos, o “Donga”, que visitaram o Recife em 1921, apresentando um repertório de choros, sambas, lundus e modinhas, e da própria “*Companhia Negra de Revistas*”, não diminuía a resistência de alguns setores mais identificados com um projeto europeizado de nação.

Contudo, o sucesso do maxixe e outras manifestações populares entre o grande público mostra que *“nem sempre as idéias dominantes são as idéias da classe dominante. A debilidade do projeto afrancesado das elites seria minada por um movimento subterrâneo e potente de abertura para valores miscigenados de cultura. Não é o caso de celebrá-los como valores de “resistência” das classes dominadas, ou de alternativamente acusar a apropriação indevida de elementos “autênticos” pelo poder. O fato é que essa produção dialogizada de elementos interétnicos e interclasses foi capaz de lançar um projeto de identidade possível de ser aceito por amplos setores da população como sendo ‘a nossa cara’.”*³²

Além do teatro, concertos musicais, recitais, exposições de pintura e palestras movimentavam a vida cultural da cidade, atraindo sobretudo o público que se considerava culto e valorizava as chamadas “belas artes.” De acordo com as notas da imprensa, esse tipo de evento ocorria com muita freqüência no Recife, chegando algumas vezes a acontecerem até quatro deles ao mesmo tempo.

Eram concertos de violino, piano, flauta, apresentações de cantores líricos - tenores e sopranos - realizados por artistas locais e estrangeiros, os quais aconteciam no Santa Isabel, no Círculo Católico, no Salão de Concertos do Diário de Pernambuco, no Clube Internacional e em associações recreativas, clubes e grêmios literários espalhados pela cidade. Essas apresentações eram elogiadas pela imprensa que, em várias colunas, como “Notas de Arte” do *Jornal do Commercio* e “Uma festa de Arte” do *Jornal Pequeno*, faziam comentários tais como:

³² LOPES, Antônio Herculano. O teatro de revista e a identidade do carioca. In: LOPES, Antônio Herculano (org.). *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*, op. cit p. 28.

“Meia hora de encantamento artístico foi-nos ontem proporcionado. O artista revelava toda a alma com que sabe interpretar... ora “dormindo” sobre a música, ora fazendo-a vibrar numa arcada segura. O maestro que estava sentado ao nosso lado, extasiava-se... sentia-se comunicar pela emoção que vinha do instrumento “vivo.” Ao final, todos estavam deslumbrados, não há excesso em dizê-lo.”³³

³³ *Jornal do Commercio*, 03/09/1920, p.5.

³⁴ *Revista da Cidade*, 05/06/1926, nº 2.

Em 1926, os admiradores da música clássica chegaram ao auge, por ocasião da visita ao Recife de Arthur Rubinstein, que realizou concerto no Santa Isabel. Segundo a *Revista da Cidade*, o teatro estava lotado de “*figuras da mais alta distinção*.” Nessa noite, a platéia do teatro não estava formada apenas pelos que se consideravam apreciadores da “*verdadeira arte*”; lá estavam também alguns ouvintes que, apesar de preferirem outros gêneros de música, se achavam na “obrigação” de assistir a “tão refinado” recital:

“O Sta. Isabel revivia os seus gloriosos dias. Uma assistência distintíssima levava ao famoso pianista um atestado brilhante da nossa cultura. O que não se pode dizer que entre as numerosas almas a vibrarem com Rubinstein na interpretação de clássicos, não houvesse as pequenas exceções dos indiferentes ou insensíveis (...). Rubinstein acabava de executar a *Berceuse*. A platéia emocionadíssima rompia em vibrantes e prolongados aplausos. Mas, feito o silêncio cochichou ao vizinho da esquerda: - É bonito, é. Eu prefiro porém um tango ou um fox-trot. Oh! Fortunas improvisadas (...) Dinheiro, onde o teu prestígio para comunicar a alma, sentimento, emoção, àquela materialíssima criatura.”³⁴

27. Apreciar música clássica, freqüentar concertos e recitais era considerado pelos grupos de elite como comportamento *chic* e refinado, condizente com os padrões de civilização que se desejava para a cidade. (Recital Reis e Silva, 1926).

Os apreciadores de pintura podiam visitar as exposições que ocorriam com freqüência no Recife. Apreciar as artes plásticas passou a ser, nessa fase, um imperativo, símbolo de cultura e refinamento, passaporte para o mundo civilizado. Em alguns períodos, como no início de outubro de 1924, chegaram a coincidir três mostras de pintura ao mesmo tempo na cidade. Novos espaços de exposição surgiam, enquanto outros eram improvisados em lojas, casas fotográficas, livrarias. Os salões do



Gabinete Português de Leitura, o Teatro Santa Isabel, o salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio, assim como a “Galeria Elegante” na Rua Nova e os salões da “Photographia Moderna”, na Rua do Imperador e da “Casa Singer” na Rua Nova, eram alguns dos espaços usados para as exposições de artistas, como a argentina Maria Elena de La Roza, Joaquim Monteiro e o italiano Alfredo Norfini.

A dança foi outra forma de entretenimento que contagiou a cidade nessa fase. A aceleração dos ritmos na vida cotidiana terminou por gerar um aumento progressivo de velocidade nos movimentos corporais, atingindo também as formas de diversão e prazer. Nicolau Sevckenko destaca que essa propensão foi resultante da atmosfera tensa gerada pela Primeira Guerra Mundial, que acabou por impulsionar uma tendência ao gosto pelos ritmos fortes e danças frenéticas, com movimentos rápidos, bruscos, que se transformaram em atividades simbólicas, preponderantes na vida social. Ritmos exóticos, de cadência intensa, como o tango, as danças hispânicas e, principalmente os de origem negra começam a se difundir por toda a sociedade. Assim, seja qual for o estilo de música que se dançava, o traço comum era o ritmo marcante, intenso, rápido.³⁵

No Recife, faziam sucesso sobretudo os ritmos e danças de origem americana: o *fox-trot*, o *jazz*, o *rag-time*, o *shimmy*, o *one-step*. Com seus passos ligeiros, aparentemente desconexos e sem harmonia, as novas danças chocavam alguns observadores que as viam como deselegantes e caricatas, responsáveis pela dissolução dos costumes e padrões morais:

“E todo o mundo americanizou-se. O one-step, o rag-time, o fox-trot, o shimmy, invadiram os salões, desbancando as velhas danças (...) tudo desapareceu. O americano criou para o “fox”, para o “shimmy”, uma nova elegância. Sua preocupação é tornar o dançarino o mais grotesco possível. Todo o requinte e beleza plástica foi abolido. Vieram os passos loucos, as voltas impossíveis, as pernas bambas, os pés furiosos, o corpo a tremer, ao ruído alucinado da “jazz band.” A moral do século abriu falência.”³⁶

Para esses grupos, a cidade estava contagiada por uma grave enfermidade que a fazia desprezar o culto ao espírito e que a levaria à decadência: “O Recife está a cidade das festas. Festomania é o mal de que sofre. Se um violinista, ou um tenor, um pianista, um poeta, dá seu espetáculo no teatro, encontra a casa vazia; meia dúzia de entendidos somente. Entretanto, as danças se multiplicam (...). Dança! Dança! Dança! Festa em que não haja arrasta-pé não serve. (...) Abandona-se a cultura do espírito pela dos calcâneos. Talvez assim venhamos a possuir, um dia, os pés superiores às

³⁵ Ver SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole, São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, op. cit pp. 89-91.

³⁶ A *Pilhéria*, 15/11/1924, nº 164.

*cabeças. É o fim de uma gente que só pensa em dançar.*³⁷

Eram inúmeros os salões e as oportunidades para dançar na cidade. Clubes, como o Jockey Club, o Internacional, considerado por Waldemar de Oliveira como o melhor salão de dança da cidade, “*pela ordem e fidalguia dos sócios*”, promoviam bailes. As associações e grêmios organizavam festas, piqueniques e danças ao ar livre. Até nas quermesses e festas de igreja as danças estavam presentes. Mas os espaços de dança mais concorridos eram os famosos chás dançantes das confeitarias da Rua Nova, onde as *jazz-bands* executavam os ritmos de sucesso. Um colunista de *A Pílhéria*, indignado com a febre da dança que, segundo ele servia apenas para corromper os costumes, criticava a moda dos chás dançantes:

“Atualmente só se fala em chá-dançante. É o motivo plausível para o grude. De dia a dia as danças estão mais pegadas, mais sensuais, merecendo um corretivo. Sem o chá-dançante, o garden party, o pic-nic, não haverá o pegamento, o coleamento tanto do gosto da nossa “jeunesse dorée.” Há rapazes que vivem sonhando onde existe um chá-dançante(...) Muitas vezes o chá nem aparece. E não se toma a efusão, ficando o bule às moscas e as chécaras limpas. E o nosso povo não gosta de chá, nem preto, nem verde, nem pérola, nem Lipton, nem bond. Gosta sim, do chá-dançante e da cerveja e das moças.”³⁸

Contudo, os espaços de diversão não se restringiam aos lugares fechados. As festas e divertimentos organizados pelos mais variados motivos tomavam as ruas da cidade, reunindo verdadeiras multidões: eram comemorações de datas cívicas, paradas militares, recepções públicas a políticos e heróis da época, inaugurações de obras públicas e outras que analisaremos a seguir.

1.2 A rua também é uma festa!

A partir do início do século XX, as vias públicas e espaços abertos, antes considerados lugares perigosos, passam a ser frequentados pelos segmentos médios e as elites, abrindo possibilidades para o exercício de uma série de novas diversões e práticas esportivas. Em 1924, foram realizadas as comemorações pela passagem do centenário da Confederação do Equador, com desfiles militares e ampla programação. Em 1925, a inauguração da linha de bonde que passava pela Avenida Beira-Mar congregou grande público em Boa Viagem.

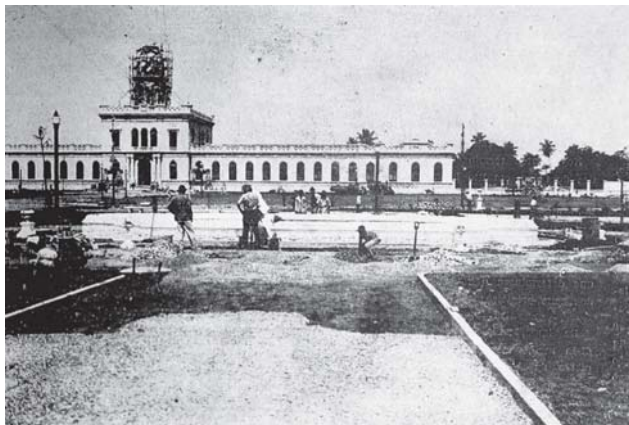
As festas e atrações promovidas por ocasião da Exposição Geral de Pernambuco em outubro e novembro de 1924, realizada no Derby, no prédio

³⁷ *A Pílhéria*, 28/11/1925, nº 218.

³⁸ *A Pílhéria*, 20/09/1924, nº 156

onde atualmente funciona o Quartel da Polícia Militar, também se constituíram em um acontecimento que mobilizou as atenções de toda a cidade. Com a organização da Exposição Geral, o governo de Sérgio Loreto tentava identificar o Estado com um dos maiores símbolos de progresso da época: as exposições universais.³⁹

Mostruários dos produtos industriais e agrícolas e das riquezas do Estado foram organizados, fábricas, usinas, criadores de animais, instituições



públicas e organizações de classe montaram *stands* com informações sobre suas atividades. Exposições de flores, pintura, concursos e divertimentos que incluíam chás dançantes, retretas, cinemas, barraquinhas de prenda, pastoril, boliche, dentre inúmeros outros, reuniam no Derby multidões todos os dias, durante os meses de outubro e novembro. Entretanto, das festas e comemorações públicas de grande porte, as que mais atraíam a atenção dos habitantes da cidade eram as organizadas para

28. Para a realização da “Exposição Geral de Pernambuco”, patrocinada pelo governo Sérgio Loreto, foi construído um grande edifício no Derby, que seguia, segundo os jornais da época, “o estilo francês da Renascença”. (*Revista de Pernambuco*, 1924).

recepcionar os inúmeros aviadores que passaram pela cidade ao realizar *raids* e provas de distância com suas máquinas voadoras. Estiveram no Recife, nos anos vinte, os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, o espanhol Ramon Franco, com seu avião “Plus Ultra”, o português Sarmiento Beires, com o “Argus”, e muitos outros. Os chamados “Águias dos Ares” eram considerados os novos heróis do século, sendo festejados em todas as cidades por onde passavam.

Desafiar os ares, vencer distâncias, cruzar oceanos, bater recordes de velocidade e permanência durante os vôos, eis as façanhas que transformavam esses homens em verdadeiros mitos, símbolos de um país que, para alguns, entrava na “era moderna.” De todas as recepções a aviadores de passagem pela cidade, aquela organizada para a chegada dos tripulantes brasileiros do avião “Jahú”, em 1927, foi a maior e mais esperada. Foram chás, festas, jantares em clubes, visitas a confeitarias, lojas, jornais, colégios, revistas, recepções oficiais e particulares, desfiles em carro aberto, missas, e inúmeros discursos e solenidades para saudar os heróis brasileiros que venciam os ares desde Gênova, na Itália, passando por algumas cidades européias até chegarem ao Brasil.

A vibração da multidão que se reuniu nas ruas do Bairro do Recife para esperar a descida do avião era enorme. No imaginário da população, o *raid* significava a inserção do Brasil no rol das nações progressistas e civilizadas, a redenção de um país que, nessa fase, buscava a todo custo construir sua identidade e se reconhecer enquanto nação:

³⁹ A história das Exposições Universais e da participação do Brasil nesses eventos está discutida nos trabalhos de TURRAZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Exposições Universais: festas do trabalho, festas do progresso*. In: *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. HARDMAN, Francisco Foot. *Brasil na era do espetáculo: figuras de fábricas nos sertões*. In: *Trem fantasma – a modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

“O Jahú, o pássaro encarnado do Brasil, símbolo sagrado da tenacidade e da bravura cívica de uma raça forte de latinos e de bandeirantes (...). Deus te ilumine, ó (Jahú) gênio da raça homérica, nessa ascensão triunfal para a glória. Deus te proteja, ó símbolo nacional da bravura e do civismo, nessa travessia impressionante e memorável, em que a alma jovem do Brasil se ajoelha, rezando pela tua esplêndida conquista, pela tua vitória magnífica(...). Nas tuas quatro letras vibra a música harmoniosa de nossa terra tropical, terra legendaria de gigantes do Ideal.”⁴⁰



Numa época em que a preocupação com a saúde, higiene e beleza eram símbolos máximos de uma sociedade que desejava a renovação, as festas e entretenimentos ao ar livre, que propiciavam ar puro, contato com a natureza e climas saudáveis, eram muito estimulados. No Recife, eram muito populares os piqueniques. Organizados por instituições de classe, clubes desportivos, blocos carnavalescos, estabelecimentos comerciais e instituições diversas, os convescotes eram realizados no bairro de Dois Irmãos, no Morro da Conceição, em Casa Amarela, e em fazendas e sítios nos arredores da cidade. Os jornais e revistas da época noticiavam os piqueniques, destacando-os enquanto “*elegantes festas ao ar livre*”, “*feita de distinção e elegância*.” Aos domingos, os passeios de automóvel pelos arredores do Recife eram muito apreciados. Boa Viagem, Pina, Cabo, Olinda, Gurjahú e Dois Irmãos eram os locais preferidos. Caminhadas a pé e passeios eram feitos nas praças da cidade, como a Maciel Pinheiro, na Boa Vista, a Praça Sérgio Loreto, em São José, na Praça do Paissandu, inaugurada em 1924 no governo Sérgio Loreto. Em algumas delas, eventualmente bandas se apresentavam fazendo retreta, tocando um repertório de tangos, valsas, *fox-trots*, dobrados e até maxixes.

Os passeios na praça do Parque Amorim era um dos preferidos das famílias e casais de namorados, que se dirigiam aos jardins para apreciar as manobras aquáticas de um peixe-boi colocado em um tanque no centro da praça. Um jornalista, em visita ao Recife, em 1926, fez o seguinte comentário sobre os passeios e diversões que freqüentou em sua rápida passagem pela cidade:

“Tenho passeado: em arrabaldes, pelas ruas, pelos jardins; vi uma fonte luminosa, um peixe-boi que é para os pernambucanos o mesmo que o Boi Apis em outras épocas foi para os egípcios; estive em Olinda; fui ao Moderno,

29. Símbolo do avanço, poder e progresso do homem, o avião constituiu-se num dos maiores emblemas da época, transformando os aviadores em verdadeiros mitos, ovacionados por multidões, conforme podemos constatar na foto do dia da chegada do Jahú ao Recife. (Chegada do Jahú, 1927).

⁴⁰ *A Pilhéria*, 11/06/1927, nº 298.

jantei no Leite burguesamente e, compareci à Crystal. Muita coisa numa semana!”⁴¹

O advento da era das máquinas trazia o automatismo também para o setor dos divertimentos. Os parques de diversão que se instalavam na cidade, de tempos em tempos, atraíam grandes multidões. Brinquedos velozes, que provocavam sensações inusitadas - sustos, arrepios, vertigens, tonturas -, como o chicote, a roda gigante, a casa de doidos, tivolis, e outros, eram as estrelas dessas festas.

Os grandes parques de diversão, a maioria deles pertencentes a empresas estrangeiras, excursionavam pelo país, passando temporadas nas cidades maiores. A inauguração desses parques era pomposa, contando com a presença do Governador e de outras autoridades, além da frequência de famílias e conhecidas figuras da sociedade, sendo assunto constante das colunas sociais da cidade.

Em 1923 e 1926, estive no Recife a empresa americana de diversões Coney Island. Instaladas no Parque 13 de Maio, as diversões causavam sensação na cidade, atraindo muita gente. A revista *O Fogo* comentava a respeito da multidão que diariamente dirigia-se ao Parque à procura da velocidade e novas emoções dos brinquedos modernos: “A feira de diversões está matando os cinemas da cidade. O povo não quer saber de outro divertimento. A afluência ao 13 de Maio é extraordinária. Engraçado, quase que o Recife em peso ali se encontra. De fato há diversões... E bastante. A bom preço, porém todas pagas. A maioria entra. E o gozo das sensações...”⁴²

Sobre as diversões do Coney Island no Recife, o cronista de *A Pílhéria* Arnaldo Lopes, contista conhecido sob o pseudônimo de “Flávio da Mauricéa”, escrevia na coluna de versos matutos “O qui nós vê na Capitá”:

“Só fartava aparecê
A feira das diversão (...)
Eu fui vê aquela história
Mas porém não gostei não.

É um troço intrapaiado
No Parque 13 de maio
Tem roda, tem giringonça
Tem caçamba tem balaio
Fui açubi nesse troço
Quaje quaje qui dismaio

⁴¹ *A Pílhéria* 13/03/1926, nº 233.

⁴² Revista *O Fogo*. Recife, 25/08/1923, nº 17.

Tem também uma rodona
Toda cheia de caçamba (...)
Mas só que tem é que é bamba
Sobe e dece, dece sobe
Dança varsa, porka e samba

Dispois a “casa dos doido” (...)
Grito, risada e zuada! ...
Eu inté tava assustado
Pensando sê de verdade
Qui o povo tinha indoidado

Ainda acham que é pouco
Os doido qui vêve aqui
Qui procuram imitá
Os qui não pode saí
Do asilo dos Afrito
Coisa assim eu nunca vi.⁴³

⁴³ *A Pilhéria*
18/08/1923, nº 99.

⁴⁴ *Jornal do Recife*,
13/02/1927, p. 1.

⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1977, p.195.

⁴⁶ Sobre o hábito dos banhos de rio no Recife do século XIX, ver as impressões de viajantes que passaram pela cidade no século XIX, como Tollenare e James Henderson.

Contudo, para fazer sucesso na cidade, os parques de diversões também apresentavam as manifestações tradicionais. A empresa que se instalou em Beberibe, entre novembro de 1926 e fevereiro de 1927, de propriedade do sr. T. Comber, que, segundo o *Jornal do Recife*, “arrastava até aquele arrabalde a população do Recife”, exibia, além dos brinquedos modernos, um “*pastoril de crianças, teatrinho e (...) as diversões de costume*.”⁴⁴

Os banhos de mar completam o rol das atividades ao ar livre que ganharam espaço a partir do século XX. Durante parte do século XIX, as praias eram utilizadas como lugar de despejo, onde se atiravam dejetos, águas servidas, lixo, animais e escravos mortos, sendo vistas como lugares dos quais se devia guardar certa distancia.⁴⁵ Nessa época, as famílias do Recife passavam a estação quente em arrabaldes como Poço da Panela, Monteiro, Caxangá, em busca de melhor clima, de ares mais saudáveis e dos banhos de rio.⁴⁶

Contudo, no início do século XX,

30. Sucesso de público na cidade, os parques de diversão prometiam sensações inusitadas, velozes e estonteantes, como os novos tempos ditavam. (Parque de Diversões, 1917).



33. RECIFE (Brasil) — Parque de Diversões

⁴⁷ Sobre os banhos de mar no Recife do início do século XX, ver memorialistas como: AMADO, Gilberto. *Minha formação no Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1955. SETTE, Mário. Banhos salgados. In: *Anquinhas e bernardas*. Recife, Fundarpe, 1987, pp. 28-31. BRAGA, Napoleão Barroso. *Cartas recifenses*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985. Detalhes sobre a história das praias do Recife e Olinda estão no trabalho de: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: a história social das praias do Recife e de Olinda*. São Paulo, Tese (Doutorado em História) – USP, 2002.

⁴⁸ *Revista da Cidade*, 04/12/1926, nº 28.

⁴⁹ *Diário de Pernambuco*, 14/10/1923, p.11.

entre os meses de setembro e fevereiro as famílias começaram a trocar a cidade por uma temporada nas praias. Nessa fase, a vida à beira-mar, o contato com a natureza - areia, sol e os banhos salgados -, passaram a ser vistos de forma diferente.⁴⁷ Os banhos de mar, que a partir do século XIX eram recomendados enquanto técnica terapêutica, prescritos pelos médicos para a cura de vários tipos de enfermidade, começavam a representar não apenas saúde mas também uma prática ligada à diversão e ao descanso da vida urbana que, com as transformações técnicas e a aceleração dos ritmos, passava a ser considerada atribulada e confusa:

“Dezembro é um mês morto para a vida da cidade (...). A cidade foge para as praias, a buscar na sua vida livre e simples o desafogo para a tortura canicular que há por essas ruas asfaltadas, congestionadas por automóveis e bondes, em que mulheres passam afogeadas e os homens (...) suarentos e empoeirados. As praias são o delicioso refúgio onde se esquece um pouco o tumulto dos longos meses em que a alma da gente se satura de ruído e de emoções invariáveis.”⁴⁸

31. Os banhos de mar começaram a representar alegria e diversão, momentos de integração social, ao invés de apenas alternativa terapêutica. Aos poucos as vestes de banho foram diminuindo, modelando formas e revelando silhuetas, expondo corpos ao sol, prática antes considerada nociva à saúde. (Uma coleção de sorrisos, 1926).

No Recife, os banhos salgados também podiam ser tomados na Casa de Banhos, construída nos arrecifes do cais do porto em finais do século XIX. O estabelecimento oferecia, não apenas um banho de mar seguro, cercado por cordas e protegido por cabos de aço, jogos e esportes modernos, como também *pensão e restaurante de primeira ordem, com diária de 16\$000 a 22\$000, conforme o aposento, luz elétrica. “Assinaturas para almoço ou jantar a 15\$000 mensais. Four o'clock tea servido todos os dias a 3\$000 cada pessoa, inclusive o transporte em lanchas.”* Além de cozinha de primeira ordem à vista do fregruês, quartos higiênicos, banhos de chuveiro e banheiros para natação.⁴⁹ A Casa de Banhos foi local de festas e ponto de encontro muito procurado pelas famílias da cidade, tendo encerrado suas atividades em 1924, quando foi destruída por um incêndio.

Até meados dos anos vinte, as praias mais procuradas para a estação balneária pelas famílias do Recife eram as de São Francisco, Milagres, Carmo e a praia do Farol, todas em Olinda. A partir de 1924, quando foi inaugurada durante o governo de Sérgio Loreto a Avenida



Uma coleção de sorrisos

F. Rebello

Beira-Mar em Boa Viagem - possibilitando a implantação das linhas de bonde que encurtavam as distâncias para as praias ao sul da cidade -, os famosos veraneios em Olinda, que congregavam até então as tradicionais famílias do Recife, começaram a entrar em declínio. Pina, Boa Viagem e Setúbal, passam a ser consideradas as praias elegantes, enquanto Olinda vai, aos poucos, perdendo seus freqüentadores. Sobre a concorrência entre as duas estações de veraneio, *A Pilhéria* comentava: “*Veranista de Milagres! (...) Não deixa de parecer milagre, minha amiga preferir você este ano praia de Olinda para banhos salgados, quando o chic, o que está na moda é o rastaquerismo gozador e desfrutável do Pina.*”⁵⁰

“Boa Viagem - Agosto, setembro... e inicia-se a estação balneária; o que vai ser Boa viagem este ano não é fácil de prever; bondes diários, ônibus, e a avenida ampla, linda sedutora... uma avenida que é uma mulher deitada à beira-mar; e os banhos, e o cassino, remodelado e aumentado, e as danças, e as festas e tudo! (...) Este ano é que o Recife vai conhecer Boa Viagem.”⁵¹

Oportunidade de encontros, o uso de roupas leves, corpos à mostra, exposição ao sol, jogos, esportes, brincadeiras na areia, banhos alegres, enfim, as praias e o veraneio passaram a representar diversão, alegria, descontração, um momento de parada diante do veloz e confuso estilo de vida da cidade. Os veraneios eram animados por retretas, danças, barraquinhas, passeios vespertinos e festas, que eram noticiados pelos jornais e opúsculos que cobriam as ocorrências sociais das praias, junto com fofocas sobre flertes, brincadeiras e outras notas acerca dos freqüentadores dos balneários. Em Setúbal, certames de tiro ao alvo, desfile de banhistas, batalha de flores e exibição de carros ornamentados animaram o verão de 1925.

O cassino do Pina, inaugurado em 1925, prometia, por meio de anúncio em *A Pilhéria*, uma série de diversões e entretenimentos num ambiente familiar: “*Danças, festas náuticas, retretas, onda giratória, carrossel, cassino, bar, restaurante, banhos frios mornos, quarto para mudança de roupa, barraca de lona listrada para serem armadas em um minuto em qualquer parte da praia que o banhista deseje, roupas de banho para senhoras, homens e meninos, ultima moda para a estação de 1925*”⁵². Afora esses divertimentos, o Cassino do Pina abria todas as noites para as danças, animadas por uma *Jazz-band*.

Em 1923, o *Diário de Pernambuco*, em artigo chamado “O encanto

⁵⁰ *A Pilhéria*, 17/10/1925, nº 212.

⁵¹ *A Pilhéria*, 01/08/1925, nº 20.

⁵² *A Pilhéria*, 29/08/1925, nº 205

das praias”, estimulava o costume das estações balneárias, compondo um imaginário que apresentava as praias como ambientes de alegria, diversão e distensão dos encargos do trabalho: “*Com a chegada da época de mais elevada temperatura, (...) não há quem não afaque a realização de um sonho da estadia à beira mar (...), parêntesis aberto na vida de trabalhos, divertimentos urbanos e preocupações. (...) Não podem caber desgostos, enfermidades e indisposições em lugar ameno, alegre, encantador, onde tudo, desde o solo e o céu (...), influem de modo a tornar a alegria um sentimento permanente.*”⁵³

Além das praias, outra atração que mobilizava grandes públicos nessa época eram os esportes. A partir do início do século, novos modelos de estética, diferentes práticas de higiene e a busca de corpos ágeis, saudáveis e fortes começaram a impor a cultura desportiva como valor importante para a sociedade. Sevcenko ressalta que o desenvolvimento dos esportes, na virada do século, era uma forma de adaptar os corpos e mentes à demanda acelerada e aos novos ritmos impostos pela tecnologia.

A febre dos esportes, que se espalhou após a I Guerra, buscando formar indivíduos fortes, disciplinados, para ações coordenadas e coletivas, tinha como símbolo máximo a imagem do corpo humano. Sua influência transformou os padrões estéticos referentes às formas do corpo, alterou a moda, chegando a ditar novos ideais e formas de ação: competir, disputar, vencer, eis as palavras de ordem dessa “nova sociedade.” Dessa forma, o esporte surge como “*um ritual elitista, revestido dos valores aristocráticos do ócio, do adestramento militar e do sportmanship - cavalheirismo, imparcialidade e lealdade.*”⁵⁴

No Recife da virada do século, começaram a ser introduzidos alguns esportes, como o turfe, o remo, o futebol, o ciclismo, a esgrima, além da educação física.⁵⁵ Algumas dessas práticas, como a ginástica, começaram a constar do currículo das principais escolas, ou eram realizadas em centro especializados, como o “*Gymnasio Brasileiro – Centro de Cultura Physica*”, que funcionou em meados de 1905 na esquina da rua do Hospício, onde Waldemar de Oliveira, menino franzino e doente, foi matriculado pelo pai, segundo ele “*um obcecado pela ginástica.*”⁵⁶

Eram várias as modalidades que se praticavam no Recife: algumas em espaços ao ar livre, outras em locais fechados, umas mais, outras menos populares e acessíveis ao público. Ao longo da pesquisa realizada na imprensa da década de vinte, encontramos referências aos seguintes esportes: hipismo, remo, box, tênis, natação,

⁵³ *Diário de Pernambuco*, 25/12/1923, p. 3.

⁵⁴ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 575. Sobre o papel dos esportes na vida urbana na virada do século ver do mesmo autor, *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras 1992. Outro trabalho sobre o assunto é o de MELLO, Victor Andrade de. *Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

⁵⁵ Para uma visão dos esportes, do movimento social e intelectual da cidade nos primeiros anos do século XX ver: ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*. Natal, EDUFRRN, 1998.

⁵⁶ OLIVEIRA, Waldemar. *Mundo submerso (Memórias)*. Recife, Fundação e Cultura Cidade do Recife, 1985, p. 24.

automobilismo, motociclismo, ciclismo, provas de atletismo, pingue-pongue, tiro ao alvo, ginástica sueca, luta romana, *handball*, waterpolo, voleibol e o futebol.

Todos os jornais de maior circulação possuíam colunas especiais sobre os esportes, como a “Desportos”, do *Jornal do Commercio*, e a “Sport”, do *Jornal Pequeno* e do *Jornal do Recife*, onde eram noticiados os jogos e disputas, analisado o movimento desportivo da cidade, convocados os jogadores e times para as competições. Em matéria de 1921, o *Jornal Pequeno* enfatizava a importância dos esportes para a construção de uma nova sociedade: “*Para se reconhecer o grau de civilização de um meio, encontramos no sport como que a pedra de toque, onde se pronuncia, segundo o tom do seu colorido, mais ou menos acentuado, o seu justo valor. No campo desportivo se manifestam as tendências mais ou menos cultas do seu meio social.*”⁵⁷

A preocupação com a regulamentação, com o estabelecimento de regras e normas para as diferentes modalidades, com a fixação de estatutos para clubes ligas e associações desportivas estava expressa constantemente nos jornais do Recife. Eram reclamações contra juízes, acusações de irregularidades no registro de atletas e jogadores, denúncias de favorecimento de *clubs* e times, queixas contra comportamentos indevidos nas competições. A fixação de regras que regulassem as diversas práticas era uma forma de uniformizar as condutas, enquadrar os procedimentos, enfim, era um modo de treinar e modelar o que seria o “novo homem.”

Os torcedores também eram atingidos por essas medidas de controle e definição de comportamentos. Longe de ser um espectador passivo, o torcedor, ao escolher um atleta ou equipe, identificava-se com eles, envolvia-se na competição, usando o corpo por meio de gestos e ruídos, na tentativa de estimular a *performance* dos seus eleitos. Gritos, assovios, braços que se agitavam, corpos que se contorciam. A revista de esportes *Recife Sportivo* assim descrevia os torcedores de um jogo de futebol:

“É o velho desvairado, estendendo punhos fechados na direção dos partidários rivais; é o rapaz inquieto, a pular de um pé para o outro a contorcer-se terrivelmente nessa nova moléstia mental que os tratados futuros batizarão de “torcida hysteriforme”; é o exaltado desafiando os rivais para um duelo cru (...); é a senhorinha galante, freqüentando os campos de foot-ball a conselho médico, por ser tal cousa um excelente derivante de histeria. O ambiente é de loucura e de paixão.”⁵⁸

⁵⁷ *Jornal Pequeno*, 06/10/1921, p. 2.

⁵⁸ Revista *Recife Sportivo* 15/03/1919, nº 8.

⁵⁹ *Diário de Pernambuco*, 11/09/1915.

⁶⁰ Sobre a história do *turf* em Pernambuco ver: SETTE, Mário. Tribofes. In: *Arruar - História Pitoresca do Recife Antigo*, op. cit pp. 177-181.

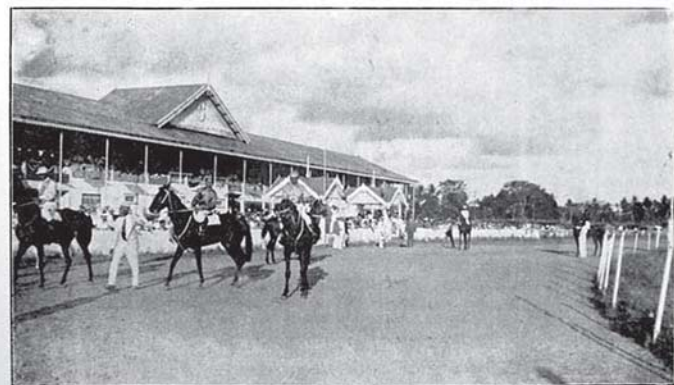
⁶¹ SETTE, Mário. *Arruar - História Pitoresca do Recife Antigo*, op. cit p. 177.

Para refrear as reações das multidões, submeter atitudes consideradas descontroladas, eram feitas recomendações que instruíam os participantes, sobretudo os entusiastas do futebol, quanto ao “modo civilizado” de torcer. Em 1915, na matéria “Deveres de um público educado”, o *Diário de Pernambuco* divulgava uma verdadeira cartilha de bons modos para os torcedores, pregando o que considerava a maneira correta de torcer:

“Entretanto, surgem, dentre a multidão, indivíduos mal-educados que só sabem manifestar sua alegria ou descontentamento por meio de gestos e palavras indecorosas, ofendendo assim não só aqueles que incorrem em seu desagrado, como também as pessoas calmas e prudentes que se vão divertir desinteressadamente. Depois dessas ligeiras considerações, fazemos daqui um apelo à mocidade que frequenta os *grounds* de *football*, para que se abstenham de manifestações descorteses e do uso de palavras desrespeitosas que ferem o pudor dos senhores e senhoritas presentes.”⁵⁹

Por falar em torcida, as arquibancadas do Jockey Club eram das mais vibrantes nos anos vinte. O turfe teve sua época áurea no Recife em fins do século XIX. Em 1888, foram inauguradas na cidade três pistas para corridas de cavalos.⁶⁰ O *Prado Pernambucano*, depois chamado *Jockey Club de Pernambuco*, localizado na Madalena (hoje bairro do Prado), a cuja inauguração compareceram, segundo Mário Sette, “para mais de três mil pessoas.” As outras duas pistas, a do *Hipódromo de Campo Grande* e a do *Derby Club*, com arquibancada para 1.800 pessoas e localizada no terreno onde posteriormente foi construído o pavilhão para a Exposição Geral de Pernambuco, realizada em 1924, não chegaram a ter vida longa. De acordo com Mário Sette, nessa época era grande o sucesso dos prados de corridas no Recife:

“Era neles que os cavalheiros e as damas elegantes se reuniam aos domingos num interesse pelas corridas de cavalos, mas, evidentemente, também atraídos pela convivência das arquibancadas, pelas palestras pelos comentários sobre modas, pelos namoros, pelos sorvetes ... no momento em que os cavalos em disparada se aproximavam ... braços se moviam, bocas gritavam, mãos batiam palmas, leques se agitavam, begalas repercutiam forte no chão... Depois o júbilo dos que ganhavam, a tristeza dos que perdiam.”⁶¹



ASPECTO TOMADO ANTES DA CORRIDA DO “GRANDE PREMIO GOVERNADOR DO ESTADO”

32. Os páreos do *Jockey Club* da Madalena eram a distração preferida de muitos. Lá se buscava a emoção que as apostas nos cavalos proporcionavam, o gosto de correr riscos e, quem sabe, a oportunidade de ganhar um bom dinheiro. (*Revista da Cidade*, 1928).

De acordo com a imprensa, nos anos vinte o hipismo estava renascendo na cidade, depois de um período de declínio. O esforço de alguns dirigentes e entusiastas do esporte, que promoviam festas, danças e sorteio de prêmios aos espectadores, estava trazendo de volta às arquibancadas um público composto de famílias da sociedade, dando início ao que a imprensa chamava de *“uma nova fase de progresso do nosso turf.”* De acordo com *A Pilhéria*, as tardes de corrida no Jockey Club eram *“ponto de reunião elegante da sociedade do Recife (...). Depois que a operosidade de José Marques de Oliveira instituiu, ali, os chás dançantes, começaram as tardes chics, atraindo o grand-mond recifense, para algumas horas de convívio social distinto (...). As arquibancadas apresentavam flores belíssimas e raras; toilettes claras e vaporosas.”*⁶²

Políticos, autoridades e famílias tradicionais compareciam aos páreos, animados pelo som das bandas de música e pela perspectiva de vitória dos cavalos escolhidos. A presença das senhoras e moças era estimulada por meio de brindes, como *“um estojo de prata com um serviço completo para unhas ou uma pulseira-relógio de ouro”*, sorteados entre as freqüentadoras dos páreos em 1920.

A preocupação da imprensa em “reerguer” o esporte, em descrever o ambiente *chic* e refinado que se criara para atrair as famílias às arquibancadas, em noticiar a presença de autoridades e políticos, sugere que durante certo tempo outro tipo de torcedor havia aderido às apostas no Jockey. Se não há registros explícitos da adesão das camadas populares às corridas nessa fase, o tom de decepção diante do que chamavam “declínio” desse esporte e, por outro lado, a continuação da publicação de notícias nos jornais sobre os páreos, mostram que outros apostadores continuavam a prestigiá-los.

Enquanto os cavalos corriam no prado da Madalena, as provas de remo disputadas na bacia do Capibaribe movimentavam a área central da cidade nos anos 1920. Introduzido a partir de 1897, quando um grupo de rapazes começou a alugar barcos no cais da Lingüeta e saindo em pequenas excursões até o Pina, o remo não tardou a atrair adeptos. No início do século XX, o novo esporte já reunia muita gente nas margens do rio Capibaribe, onde clubes como o Náutico, o Sport, e o Barroso disputavam animadas competições. As corridas realizavam-se no trecho entre as Pontes da Boa Vista e Santa Isabel, deixando os cais da Rua da Aurora e da Rua do Sol *“repletos de espectadores que aplaudiam freneticamente os vencedores das diferentes provas”*, de acordo com um comentário do *Jornal do Commercio*.⁶³

Os jornais dos anos vinte observavam que o período áureo das regatas havia sido nos primeiros anos do século. Para alguns, disputas e brigas entre os clubes e a crescente popularidade do futebol teriam

⁶² *A Pilhéria*, 25/10/1924, nº 161 e 29/11/1924, nº 166.

⁶³ *Jornal do Commercio*, 16/09/1924, p. 12.

⁶⁴ *Jornal do Commercio*, 28/11/1920, p. 04.

⁶⁵ *Diário de Pernambuco*, 01/ 05/1923, p.03.

causado o declínio dessa modalidade, que começava a se reerguer novamente a partir da fundação, em 1920, da “Liga Náutica.”

“O remo já teve entre nós sua idade de ouro, há uma boa dúzia de anos atrás, quando as regatas eram o maior acontecimento desportivo do Estado (...). Dissensões, exaltações e partidarismo tiveram como consequência a morte das regatas, os clubes existentes de relações cortadas. E então o futebol atraiu e prendeu egoisticamente as simpatias, os outros desportos ficando quase completamente abandonados. Os esportes náuticos voltam a ter prestígio entre a sociedade pernambucana e a simpatia pública (...). Esse renascimento devemos à criação da “Liga Náutica.”⁶⁴

Em 1923, a regata inaugural da temporada foi uma festa, atraindo grande número de espectadores e cerca de 40 automóveis, deixando a Rua da Aurora intransitável. O *Diário de Pernambuco* ressaltou o sucesso do evento: *“As imediações das ruas d’Aurora e Sol, trecho compreendido entre as pontes da Boa Vista e Santa Isabel regurgitavam de espectadores. O gradil das pontes e as sacadas dos prédios de uma e outra rua estavam repletas de pessoas. Os pavilhões dos clubes e da Liga Náutica, apinhados. Automóveis cheios de famílias faziam o percurso da ponte da Boa Vista até a de Limoeiro acompanhando os páreos. Nas águas do velho Capibaribe, muitas lanchas, algumas das quais lindamente ornamentadas, faziam a mesma cousa.”*⁶⁵

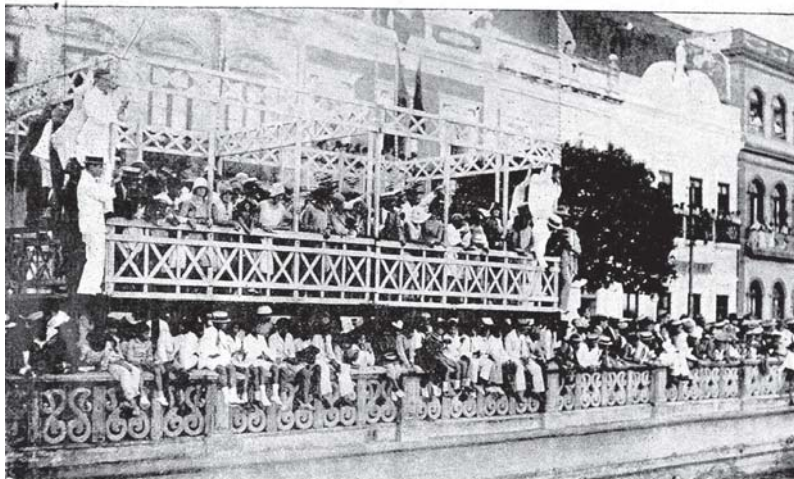
A velocidade era uma das grandes atrações da época. Em 1920, corridas de automóveis e motocicletas promovidas pelo “Automóvel Club” eram disputadas aos domingos na praia de Boa Viagem. Os

jornais anunciavam as diversas marcas de veículos e motos participantes do evento, assim como os nomes dos corredores:

“Tem despertado grande interesse nos meios desportivos a grande corrida de automóveis e motocicletas que o “Automóvel Club de Pernambuco” promoverá no próximo domingo em Boa Viagem. Já se acham inscritos 6 autos de diversas marcas e duas motocicletas, havendo

33. Aspecto do público presente à Rua da Aurora, onde se montavam os pavilhões para a assistência, durante competição de remo no Capibaribe. (As regatas de domingo, 1929).

VISTA DA CIDADE



AS REGATAS DE DOMINGO

nto de vista culinário que

aspecto da assistência

servar limpas. Quasi to

outras inscrições a serem feitas hoje. O certame terá início às 9 horas, havendo trem especial que partirá da estação das Cinco Pontas, às 8 horas. Na joalheria Regulador da Marinha acham-se em exposição os troféus que serão distribuídos aos vencedores da prova. Pelo entusiasmo que se nota prevê-se uma festa esplêndida.”⁶⁶

Diante dessas velozes máquinas, as corridas de bicicleta, que tanto sucesso haviam feito na virada do século, perderam boa parte do seu entusiasmo público nos anos vinte. Segundo Mário Sette, no início do século nada se comparava a vibração que o ciclismo despertava entre as famílias da cidade. As corridas de bicicleta eram realizadas nos velódromos do Derby e da Rua Barão de São Borja, antiga Rua do Sebo, na Boa Vista, onde segundo ele, *“as arquibancadas enchiam-se de entusiastas e curiosos. Os aplausos, o vozerio, as aclamações, os partidos, o frenesi das partidas e chegadas... Na pista rodavam em renhídisimos páreos os admirados ciclistas, de camisetas em riscas berrantes, de calções justos, de sapatos de lona branca, de rostos decididos e venustos.”*⁶⁷

O box e outras modalidades de luta, como a greco-romana, viraram sucesso na cidade. Em 1924, foi fundada uma escola de *box* no Recife, cujo objetivo era *“impulsionar no seio da mocidade recifense, o desporto em uma das feições mais em cultivo nos países civilizados, como seja o pugilismo.”*⁶⁸ As lutas de diversos estilos atraíam grande público, sendo realizadas nos teatros, clubes e circos.

A febre da cultura física espalhou-se pela cidade a tal ponto que senhorinhas da sociedade resolveram treinar luta greco-romana com o lutador Jaime Griz, em um *ring* montado em Afogados. A revista *A Pilhéria*, descrevia com ironia as aulas:

*“Diversas senhorinhas da nossa sociedade, adeptas da renovação, resolveram aprender o jogo difícil e ágil da luta romana. Congregadas, escolheram para mestre o jovem pugilista Jayme Griz. Domingo passado, o atleta, pacientemente ensinava o perigoso golpe “prise de tête” à gentil senhorinha. Em dado momento, na fase da luta a moça começou a gritar: - Ai, ai, Jayme, não machuque o meu pescoço. O rapaz aflito, desfez o golpe, apalpando delicadamente o alvo cangote da pequena.”*⁶⁹

Mesmo contando com poucos adeptos na cidade, o atletismo tinha suas competições organizadas pela L.P.D.T. (Liga Pernambucana de Desportos Terrestres). Em 1921, o *Jornal Pequeno* destacava que as

⁶⁶ *Jornal do Commercio*, 23/12/1920, p. 8.

⁶⁷ SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*, op. cit p.79.

⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 08/05/1924, p.14.

⁶⁹ *A Pilhéria* 11/10/24, nº 159.

disputas não mobilizaram muitos espectadores nem atletas: “*Constituiu um desastre as anunciadas provas atléticas que teriam lugar ontem no “América Parque” (...). À hora anunciada para o início das provas lá estiveram apenas 2 representantes do “América”, dois do “Náutico” e dois do “Flamengo” que voluntariamente encheram o horário do programa a dar saltos de vara, de distância e alguns saltos acrobáticos e nada mais. Os poucos assistentes que compareceram ao campo retiraram-se desiludidos.*”⁷⁰

Outras modalidades de esportes, como o handebol, o voleibol e o *waterpolo*, também já eram praticados na cidade. Em 1923, inaugurava-se na Rua Nova um estabelecimento de diversões onde se podia jogar o handebol. Para os que desejassem aprender as regras do *waterpolo*, a Casa de Banhos oferecia cursos com um professor holandês, conforme anunciava o *Diário de Pernambuco*:

*“Achando-se entre nós um acatado “sportman” holandês, campeão de waterpolo, a Casa de Banhos requisitou os seus conhecimentos do referido jogo para educar os nossos moços na sua confortável piscina. O referido sportman holandês achar-se-á à disposição dos interessados, todos os domingos, de 15 horas em diante, naquele aprazível estabelecimento balneário.”*⁷¹

Os administradores da Casa de Banhos estimulavam, também, a prática de outros esportes. Em 1924, o proprietário anunciava que acabava de “*contratar um profissional competente para ensinar o jogo de box, natação e ginástica em geral, convidando portanto, aos clubs esportivos para cooperarem na formação de matches de waterpolo, box (...).*”⁷² Na mesma propaganda, destacava que se achava aberta uma secção destinada à massagem e à aprendizagem de natação para senhoras e crianças.

Conforme ressaltavam os jornais, as competições de tênis mobilizavam uma “*assistência seleta.*” Em 1921, foram iniciados pelo América os trabalhos de construção de dois campos destinados ao tênis. Os jogos eram patrocinadas pelo “Club de Tênis do Recife”, com sede no bairro dos Afritos.

Torneios de pingue-pongue eram disputados na sede do “América Foot-ball Club”, por representantes de times, como o Sport e o América. Já os que desejavam experimentar as sensações do jogo de boliche, segundo o *Diário de Pernambuco* “*um jogo agradável e que certamente muito interesse há de despertar em nosso meio desportivo*”, podiam escolher entre dois estabelecimentos: o salão de boliche da Praça Joaquim Nabuco, onde “*gentis senhoritas, trajando as cores dos nossos clubs, impulsionam a pelota, o que dá muita graça a este novo divertimento da Praça Joaquim Nabuco*”⁷³ ou o estabelecimento localizado na Rua do Imperador nº 435, pertencente à firma Soares e Cia.

⁷⁰ *Jornal Pequeno*, 15/07/1921, p. 02.

⁷¹ *Diário de Pernambuco*, 04/12/1923, p. 7.

⁷² *Jornal do Recife*, 08/04/1924, p. 7.

⁷³ *Diário de Pernambuco*, 18/02/1923, p. 5.

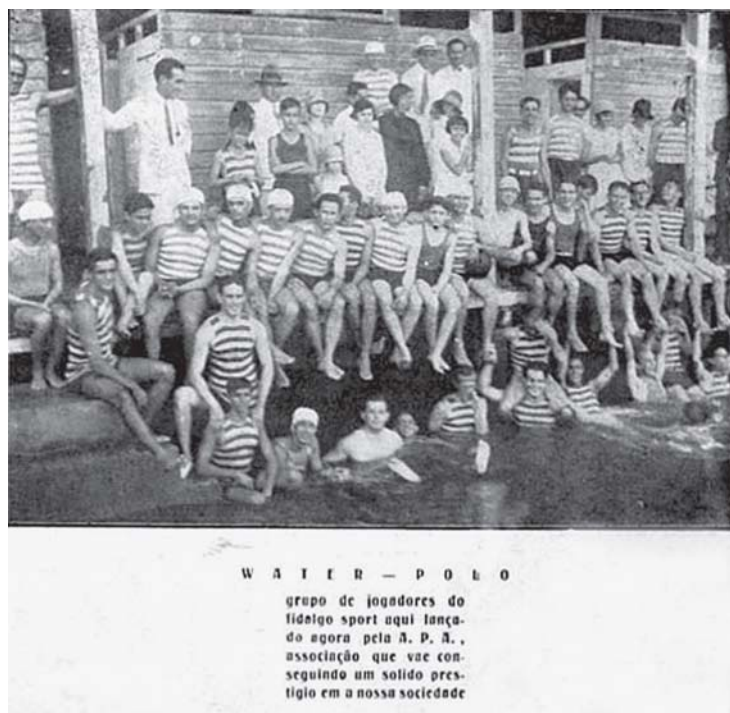
Contudo, de todos os esportes citados, o futebol era, sem dúvida, o mais popular e prestigiado de todos. As colunas dos jornais reservavam espaços enormes para o jogo, onde comentavam a agenda dos clubes, a escalação dos times, detalhes dos jogos ocorridos, a atuação dos jogadores. Os aficionados de outras modalidades de desporto costumavam culpar o futebol pelo pouco público ou falta de incentivo dado ao seu esporte. Segundo eles, a febre futebolística carregava toda a atenção do público, prejudicando o desenvolvimento de outras modalidades desportivas.

Uma nova língua passou a ser falada pelos adeptos do jogo no Recife: o inglês. Os jornais

da época, em suas matérias e notícias diárias sobre o futebol, empregavam muitos desses termos ao se referirem às jogadas, à posição dos jogadores, às regras do jogo: *player* era jogador; *match* significava jogo, partida; *half-time* referia-se ao intervalo entre os dois tempos; *centre-forward* significava centroavante; *dribble* era finta; *goalkeeper* era goleiro, e assim por diante.

A moda sofreu a influência do jogo, indicando roupas mais leves e finas aos torcedores, enquanto os uniformes dos jogadores eram importados da Inglaterra pelos clubes. Em 1920, o Sport anunciava, no *Jornal do Commercio*, o seguinte: “*Acham-se em exposição na joalheria Salatiel, à rua do Cabugá, o novo uniforme para futebol, bolas, meias de lã e panos para blazers.*” O clube, diz a notícia, importara todo esse material, além de joelheiras, caneleiras, tornozeleiras e outros artigos esportivos para o seu time principal.⁷⁴

O número de times formados no Recife, nos anos 1920, era enorme. A cada dia os jornais anunciavam a criação de novos grupos. A organização dava-se a partir de inúmeros critérios: por vizinhança nos bairros, por categoria profissional, empresa ou local de trabalho, e também por colégios, instituições públicas e privadas. Alguns clubes já existentes na cidade, como é o caso do Náutico, criados a partir de outras modalidades desportivas, ganharam força com a montagem dos times de futebol. A partir de acordos entre os principais times e os praticantes do esporte, foi criada, em 1918, a Liga Pernambucana de Desportos Terrestres (L.P.D.T). O crescimento da popularidade do esporte, o enorme número de times da cidade, os problemas com arbitragem, com disputas entre clubes e dirigentes, enfim, a necessidade de manter a prática do futebol sob controle, foram alguns dos motivos de criação da Liga, que



34. Uma série de novos esportes foram introduzidos no Recife nos anos 1920, como forma de educar e treinar a juventude para os desafios do mundo moderno. Um dos que despertaram interesse foi o pólo aquático, citado na legenda da foto como “esporte fidalgo”. (Walter - Pólo, 1929).

⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 09/01/1920, p. 3.



35. O futebol tornou-se uma febre na cidade. As colunas de esportes dos periódicos publicavam fotos e comentários extensos sobre os jogos organizados pela Liga Pernambucana de Desportos Terrestres. (Liga Pernambucana de Desportos Terrestres, 1926).

o América, com 16.721, o Santa Cruz em terceiro, com 15.963, seguidos pelo Náutico, com 7.546, e pelo Torre, Flamengo e Peres, com 7.133, 5.762 e 2.861 votos, respectivamente.⁷⁶

Nessa época, os campos de futebol de maior porte do Recife eram o do América, na Jaqueira, o do Sport, na rua Malaquias, o campo do Derby, o do Náutico, nos Aflitos, e o do Country Club. A frequência das mulheres aos jogos era grande, fazendo com que as disputas entre os principais times contassem com uma torcida de animadas senhoritas, que aproveitavam a oportunidade para os flertes.

congregava os times, organizava torneios, estabelecia as regras e regulamentos de funcionamento do esporte.

Em 1922, o Cine Helvética instituiu um concurso, juntamente com o *Jornal do Recife*, para saber “qual o mais simpatizado dos sete poderosos grêmios desportivos, filiados à L.P.D.T. (...), a fim de que seja proclamado pela soberania do voto o club preferido pela sociedade pernambucana.”⁷⁵ O resultado apontou o Sport como clube mais popular da cidade, com 20.535 votos. Em segundo lugar,

Tarde toda azul, cheia de sol... talvez “Mademoiselle” vá hoje ao foot-ball. Dizem ser a partida uma coisa extraordinária (...). A luta de rapazes, fortes, decididos (...). No vasto *stadium*, o sol desenrola no chão. Gritinhos histéricos, gestos revoltosos, bruscos e sopitados. E os rapazes jogam... Elettrizadamente estas vozinhas rogam o prazer da vitória. Aquela moça de óculos, aquela torcedora do chapéu de flóculos vermelhos, é a mascote do seu club (...). Mas a tarde esmaece, o jogo há pouco, estável, decidiu-se afinal, e a vitória cantou. Na sirene ruidosa do auto que passou, dos autos que se foram, dentro deles rouca de gritar, de torcer, numa torcida louca, Mademoiselle, é triste, o seu club vencido.”⁷⁷

Introduzido no país como um jogo de elite, o futebol era freqüentado no início do século no Recife por uma assistência de famílias elegantes, que se deslocavam para os campos em automóveis e usavam toaletes especiais para torcer pelos seus times preferidos. A partir do final dos anos 1910, a paixão pelo futebol vai crescendo rapidamente, fazendo com que as medidas administrativas dos clubes, no sentido de organizar campeonatos, melhorar e ampliar estádios, não acompanhem a popularização do esporte. Dessa forma, a prática do jogo

⁷⁵ *Jornal do Recife*, 17/08/1922, p. 4.

⁷⁶ *Jornal do Recife*, 17/08/1922, p. 4.

⁷⁷ *A Pilhéria*, 27/9/1924, nº 157.

estende-se dos campos oficiais dos clubes para as ruas e terrenos baldios da cidade, gerando grande número de queixas.

Um novo e diferente público aderiu ao futebol, imprimindo sua marca na prática do esporte. Adotando o jogo com grande entusiasmo, *“os grupos populares com base em suas tradições rítmicas e lúdicas, relacionadas à destreza do uso dos pés e movimentos do corpo e da cintura, construíram sua própria versão do esporte bretão, mais para a diversão e o carnaval que para a agressividade, disciplina tática e objetividade.”*⁷⁸

Dessa forma, percebemos que o projeto civilizador, que dentre outras coisas se baseava na adesão a novas e modernas formas de diversão, foi surpreendido por um movimento inesperado. Além da apropriação de algumas dessas práticas, como o futebol, os grupos populares passaram a conferir novos significados e representações a esses esportes e diversões, escapando às conformações impostas pelos segmentos da elite. Para jogar futebol não se dependia mais dos campos oficiais, dos times organizados e dos uniformes importados. O esporte passa a ser praticado nas várzeas e terrenos da cidade, sem a necessidade de pagamento de ingressos ou do uso de roupas padronizadas, abrindo a perspectiva de uma participação ampla, na medida em que qualquer indivíduo podia tomar-se o craque do seu time. Quanto à torcida, essa participava ativamente das competições, não se contentando com o lugar de simples espectador: gritava, gesticulava e até brigava pelo seu time favorito.

A popularização do futebol e sua difusão pelas ruas dos subúrbios e do centro da cidade começaram a incomodar alguns segmentos das elites, que passaram, aos poucos, a mudar o discurso com relação ao esporte. Torcidas apaixonadas, brigas e discussões nos campos, bondes lotados de jogadores suados em direção aos subúrbios transformaram a representação que fora construída sobre o futebol. De empolgante, elegante e apropriado para o exercício e saúde corporal, o esporte passa a ser referido nos periódicos como *“o violento sport bretão”*, o *“inconveniente jogo de futebol”*, cujos jogadores precisavam ser controlados pela polícia. Choviam reclamações e queixas nos jornais sobre o uso indevido das vias públicas para o jogo, sobre pedestres atingidos por boladas e sobre o vocabulário indecoroso de *“moleques”* e *“vagabundos”*, que teimavam em passar boa parte do dia correndo atrás de bolas improvisadas.

Enquanto na Boa Vista os moradores reclamavam do *“inconveniente jogo*

⁷⁸ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *História da vida privada no Brasil 3*, op. cit p. 581.



Um "goal" !...
causa sempre na as-
sistência, alegrias
para uns e tristezas
a outros.

36. Enquanto os grupos de elite se espremiavam nos autos para assistir às partidas de futebol, com a presença de muitas senhoritas elegantes, nas ruas o jogo popularizava-se, ocupando terrenos, campinas e mesmo as ruas, gerando queixas e reclamações. (Foot-Ball, 1926).

*de foot-ball na esquina da rua da Mangueira, que reunia um grupo de meninos vadios, mal-educados e que ofendiam os transeuntes com vaias e palavras obscenas”, no distrito da Capunga, as queixas eram contra “os vários desocupados que se entretêm em matchs de foot-ball na praça Visconde Loyo, não permitindo, assim, que se passe por ali, pois ninguém quer ter a cabeça contundida pelos shoots violentos dos incivis players.”*⁷⁹ No final dos anos vinte, o intelectual Samuel Campelo escreve uma carta à *Revista da Cidade*, na qual coloca toda a sua revolta contra a popularização do futebol. Vale a pena reproduzir partes do documento que, apesar de longo, reflete muito da representação que o esporte passou a ter quando foi apropriado pelos grupos populares. Para ele, os praticantes eram mal educados, sujos e debochados, o jogo não era adequado ao nosso clima, trazia complicações quanto à comunicação, com seus termos em inglês, além de provocar brigas e até criar rixas entre os Estados.

“Esse tal jogo importado da Inglaterra está ficando cada vez mais cabuloso. Cabulosíssimo! A gente não pode dar mais um passeio aos arrabaldes com a família, num dia de domingo, porque em quase todo o arrabalde há jogo e os bonds vão cheios de rapazes mal educados, de camisas sujas, calções mal cobrindo as coxas, discutindo acalouradamente ou fazendo um berreiro danado de vivas aos vencedores. Um inferno! Além disso o futebol não desenvolve o físico de ninguém jogado como é entre nós, em qualquer época do ano num clima abrasador. Salvo se querem o desenvolvimento dos pés grandes e das gambias finas. Futebol só tem servido para encher ainda mais a língua de termos exóticos e plantar a discórdia em toda a parte (...). Os resultados tem sido vaias, bordoadas, discussões grossas pela imprensa cavando cada vez mais a desunião entre os Estados desunidos do Brasil (...). Fora com o futebol. Brademos a favor dos jogos atléticos, do remo, da natação, de outros esportes semelhantes.”⁸⁰

Assim, o jogo que havia sido importado da Inglaterra tornou-se uma epidemia no país, contaminando todas as classes. *A Pilhéria* comentava de forma jocosa a paixão de uma conceituada figura da sociedade pelo seu time de futebol: “O muito respeitável coronel Carlos Médicis é uma das figuras de maior prestígio nos círculos desportivos da cidade e um dos mais seguros esteios de um dos nossos clubs de foot-ball, qualidades que lhe asseguram uma grande dose de merecida simpatia. Por seu club ele é capaz de tudo: de rir, de chorar, de soltar foguetes, de prender torcedores exaltados e até de sacrificar o melhor dos seus atributos físicos que é, indiscutivelmente, a sua volumosa barriga (...).”⁸¹

⁷⁹ *Jornal do Recife*, 22/12/1925, p. 2 e 14/11/1926, p. 1.

⁸⁰ *Revista da Cidade*, 20/04/1929, nº 152.

⁸¹ *A Pilhéria*, 27/09/1924, nº 157.

O futebol proporcionava a mistura de posições, o embaralhamento de papéis, incentivava identificações e aproximações não recomendadas, invadia espaços proibidos, quebrava as normas e enfrentava a disciplina do tempo e do trabalho. Dessa forma, a sua prática constituía-se em um espaço de manobra dos grupos populares no sentido de burlar a vigilância e os códigos que se tentavam imprimir na sociedade, e de abrigo para alguns segmentos das elites que buscavam novas montagens para construir o quebra-cabeça da identidade da nação.

“Esse componente indisciplinado, essa pressão insurgente contra espaços e restrições discriminadoras, se incomodava alguns grupos, por outro lado atraía multidões. O adensamento físico e simbólico da sua presença e significados desencadeava por sua vez, reações na direção inversa. Isso ocorria na medida em que, à popularidade arrebatadora do futebol e à sua concepção como representativo de um instinto puro e autêntico do povo, se acrescentava o atrativo de ele ser visto como uma fonte genuína de identidade (...), refúgio para aqueles que respiravam uma atmosfera saturada de afetações cosmopolitas e maneirismos de salão.”⁸²

Como se pode perceber, um processo de apropriação e reelaboração de algumas práticas esportivas e diversionais ocorreu nessa fase, transformando atitudes e modelos de comportamento. Ao invés de participantes e consumidores passivos desses produtos culturais, os diversos grupos sociais burlaram regras e alteraram normas de conduta que se instituíam, recriando a seu modo essas práticas. Essas “fabricações” são, na maioria das vezes, difíceis de serem captadas pela ordem estabelecida, pois são encobertas pela força dos sistemas de produção organizados, que deixam os usuários sem muito espaço para marcar suas formas de modificar/interagir com os produtos oferecidos e práticas estabelecidas. Esse estudo busca enfatizar que *“a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível”*, se fazendo notar pelas maneiras alternativas de empregar os produtos e recriar práticas impostas por uma ordem dominante.⁸³

⁸² SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Estático na Metrópole*, op. cit p. 61-62.

⁸³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* 1, op. cit p. 39.)

⁸⁴ Sobre os cafés do Recife no início do século XX, ver SETTE, Mário. Os antigos cafés. In: *Maxambombas e maracatus*, op. cit pp. 142-145. SOUZA BARROS. Joaquim Cardoso e o “Cenáculo” da Lafayette. In: *A década de 20 em Pernambuco Recife*, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985, pp. 217-245. PARAÍSO, Rostand. *A Esquina do Lafayette e outros tempos do Recife*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 2001. Uma análise dos cafés do Rio de Janeiro pode ser encontrada em VELOSO, Mônica Pimenta. Os cafés como espaço da moderna sociabilidade. In: LOPES, Antônio H. (org.). *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000, pp. 231-244. Sobre os cafés de Belo Horizonte no início do século XX, ver: SILVEIRA, Anny J. Torres. O sonho de uma *petite Paris*: os cafés no cotidiano da capital. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996, pp. 119-182.

⁸⁵ SETTE, Mário. Os antigos cafés. In: *Maxambombas e maracatus*, op. cit p. 144.

⁸⁶ SETTE, Mário. Idem, p. 143.

2. Cafés do Recife

Não se pode falar de diversão e prazer nos anos 1920 sem falar dos cafés da cidade. Territórios vistos por alguns como “suspeitos”, já que a maioria era freqüentada sobretudo por boêmios e por mulheres consideradas “de reputação duvidosa”, os cafés constituíam-se em espaços disputados não apenas nas noites, mas, também durante o dia, por fregueses que procuravam os serviços que ofereciam, e, sobretudo, as possibilidades de encontros, conversas e integração social que esses lugares ofereciam.

No Recife dos anos vinte, havia cafés para todos os gostos e bolsos. Se existiam aqueles endereçados a um público mais seletivo, como o *Café Continental*, mais conhecido como *Esquina da Lafayette*, ou o *Brasil*, freqüentados por políticos, intelectuais, funcionários públicos, comerciantes, estudantes e profissionais liberais, havia também os estabelecimentos que se dirigiam aos trabalhadores e grupos populares.⁸⁴

Segundo Mário Sette, o período áureo dos cafés recifenses foi na virada do século, quando eles serviam como “*ponto de ligação com os amigos. Pontos de palestra num Recife vazio de diversões.*”⁸⁵ Nessa fase, marcaram época na cidade o *Café Santos Dumont* e o *Modelo*, na Rua da Imperatriz, o *Café 15 de Novembro* e o *Cascata*, na Rua do Imperador, além do *Café Familiar* e do mais famoso de todos, de acordo com Sette, o *Café Rui*, localizados na Rua Nova. Ambientes vistos com desconfiança, freqüentados apenas por homens, principalmente estudantes, os cafés não eram considerados lugar de família:

“Na época, as famílias de raro freqüentavam um café e isso mesmo de dia. À noite não parecia de boa moral. Tanto estudante lá dentro. Às vezes mulheres da vida fácil. O Café Rui (...) era o ponto predileto dos acadêmicos de direito. Viviam em constante algazarra, em brindes, em vaías, em pilhérias de moços. Das portas do “Rui” eles espiavam as pernas das moças ao subir nos bondes.”⁸⁶



37. Dirigido à “fina boemia”, conforme enfatiza o anúncio, o *Cascata* foi um dos cafés que marcaram época na cidade no início do século XX. (Café Cascata, 1908).

Ainda de acordo com Sette, na virada do século XX, apenas o recatado *Café Familiar*, também na Rua Nova, conseguia, atrair as famílias. Eram proles inteiras, acompanhadas dos pais,

parentes e eventualmente serviçais de confiança, que se dirigiam às tardes ao modesto e barato café: "*Mais calmo e mais recatado, [o Familiar] atraía melhor as famílias para o sorvetezinho modesto dos tempos.*"⁸⁷

Com o crescente número de diversões e novos espaços de sociabilidade surgidos nas primeiras décadas do século XX, os cafés vão perdendo importância enquanto principal lugar de encontro e distração dos grupos de elite, conforme podemos constatar na documentação da época.

O mesmo não ocorria com relação às camadas populares, que tinham os cafés como uma das mais importantes formas de sociabilidade. Eram os conhecidos cafés-cantantes, ou cafés-concerto, espalhados por diversas ruas do centro e subúrbios do Recife. Vistos com desconfiança pelas autoridades e pelas famílias, devido à frequência considerada pouco seletiva como, responsáveis pela promoção de arruaças, bebedeiras, desordens e atentados aos bons costumes, os cafés eram uma presença constante nas notas policiais e nos livros de queixas das delegacias nos anos vinte.⁸⁸

Nos anos vinte, o café mais famoso e visitado da cidade era o *Café Continental*. Mais conhecido como *Esquina da Lafayette*, por se localizar vizinho à charutaria e loja de cigarros da fábrica Lafayette, na Rua 1º de Março, o *Continental* era um dos canais de organização e locais de convivência preferidos dos moços e senhores da cidade. Por mais *chic* e refinado que fosse o estabelecimento, o café não era um espaço usualmente frequentado pelas mulheres, a não ser pelas atrizes, dançarinas e pelas chamadas "*mulheres de moral duvidosa*." Somente algumas poucas precursoras, como a escritora Raquel de Queiroz, chegaram a visitar esses territórios masculinos, conforme um relato de Souza Barros. Levada pelo marido, habitual frequentador dos encontros vespertinos, Raquel compareceu a algumas reuniões dos intelectuais na *Esquina Lafayette*, no início dos anos 30.

"As mulheres, bem vestidas, com suas jóias e chapéus e habitualmente portando luvas e sombrinhas (...), ao saltar dos bondes tinham o cuidado de evitar as calçadas do Lafayette, lugar para o qual apenas disfarçadamente se permitiam olhar."⁸⁹

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁸ Anny Torres Silveira, referindo-se aos cafés de Belo Horizonte, diz que eles iam do "*chic* e refinado ao simples e rastaquêra", reunindo em suas mesas ou balcões, grupos os mais variados. Alguns se tornaram redutos de grupos específicos, com opiniões políticas, esportivas ou intelectuais semelhantes; outros, com clientela mais eclética e diversificada, serviam de ponto de informação das novidades e circulação de boatos". Ver SILVEIRA, Anny J. Torres, op. cit. pp. 119 -182.

⁸⁹ PARAÍSO, Rostand. *A Esquina do Lafayette e outros tempos do Recife*, op. cit., p.133.

Território quase exclusivamente masculino, o *Lafayette* tinha como clientes jornalistas, políticos, intelectuais, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, estudantes, conhecidos boêmios, que se reuniam para discutir política, fechar negócios, contar piadas, debater as últimas tendências da arte e da literatura, escrever versos, boatar e comentar vida alheia, ou simplesmente para conversar sobre as ocorrências do dia-a-dia: *“Fervilhava a esquina de jornalistas que trabalhavam à noite, nos cinco jornais próximos; atraía também boateiros e curiosos, além de pessoas que marcavam ali os seus encontros. Uma encruzilhada, onde apesar da agitação, pontificava o grupo liderado pela inteligência viva e dialética de Joaquim Cardozo.”*⁹⁰

Extremamente heterogêneo, composto por intelectuais de tendências as mais diversas, tanto literárias quanto políticas e religiosas, o grupo de freqüentadores da *Esquina da Lafayette*, apelidado por Souza Barros de *“Cenáculo da Lafayette”*, tinha uma característica comum: a vontade de rediscutir os padrões estabelecidos, a curiosidade pelo novo, um anseio de renovação, numa época em que as polêmicas culturais e políticas fervilhavam. De acordo com Barros, as animadas discussões e palestras do grupo não se resumiam apenas a criticar os modelos literários do parnasianismo: *“Não era apenas um reflexo de outros movimentos do país, era toda uma inquietação trazida pelo pós-guerra. Havia uma agitação não só nos quadros literários, mas igualmente nos políticos e sociais (...). Para muitos, o protesto não era só contra as fórmulas verbais de expressão, era contra toda a estrutura.”*⁹¹

Nas mesas do Café, espalhadas pela larga calçada da esquina da 1º de Março com a Rua do Imperador, circularam assíduos freqüentadores, os chamados “visitantes contumazes” da confraria, que diariamente batiam o ponto nas mesas do Café, e os visitantes esporádicos. Eram escritores, músicos, poetas, jornalistas, pintores, gráficos, professores, estudantes que, ansiosos por mudanças, passavam horas a discorrer sobre os mais diversos assuntos. Segundo Abdias Moura, as reuniões do grupo eram um *“perpétuo meeting (...) onde se discutem os fatos palpitantes e se submete a língua ao exercício ginástico de falar da vida alheia, como convém a todos os cavalheiros que não cuidam da própria vida.”*⁹²

Na Esquina da *Lafayette* apresentavam-se os últimos lançamentos editoriais, debatia-se sobre artes, cinema, música, falava-se de

⁹⁰ SOUZA BARROS. A década de 20 em Pernambuco, op. cit p. 220.

⁹¹ SOUZA BARROS, op. cit p.233-234.

⁹² Citado por PARAÍSO, Rostand. A Esquina do Lafayette e outros tempos do Recife. , op. cit p. 126.

política, organizavam-se passeios e excursões pela cidade e arredores, o que Souza Barros chama de “turismo regionalista”, recitavam-se versos e poemas, contavam-se anedotas e casos. Enfim, as mesas do *Lafayette* eram um espaço da palavra. Joaquim Cardozo, Ascenso Ferreira, Câmara Cascudo, José Lins do Rego, Souza Barros, Evaldo Coutinho, os jornalistas Eugênio Coimbra, Altamiro Cunha e Austro Costa, Luiz Jardim, Vicente Fittipaldi, Gilberto Freyre, Gilberto Amado, Leopoldo Lins, Tadeu Rocha, e muitos outros nomes da intelectualidade da época participaram, com maior ou menor freqüência, dos encontros nas calçadas do Café *Lafayette*.

Além dos intelectuais, políticos, comerciantes, estudantes da Faculdade de Direito, ou das Escolas de Medicina e Engenharia, enfim, dos senhores e rapazes da elite, a *Esquina* tinha também um outro público cativo. Eram engraxates, gazeteiros, agiotas, vendedores de loteria, ambulantes que comercializavam os mais diversos tipos de mercadorias e por lá ganhavam a vida, como o “Crispim das Empadas”, que oferecia seu apreciado petisco recheado de camarão ou galinha nas calçadas da *Esquina da Lafayette*, fazendo sucesso entre os fregueses do café.⁹³ Os passadores do jogo do bicho também eram figuras constantes por lá, uma vez que os resultados da *poule* do dia eram sempre anunciados ali bem em frente, na Rua 1º de Março.

Além do *Café da Lafayette*, o *Café Brasil*, inaugurado em 1923 na Rua do Imperador, também atraía muitos freqüentadores. Segundo as notas da imprensa, o *Café Brasil* estaria “*localizado em prédio moderníssimo (...), montado com luxo e conforto, tendo a maior parte do seu rico mobiliário, entre o qual artísticas mesas de mármore, vindo do Rio e de São Paulo. Um corpo de garçons escolhidos (...) garantia o tratamento fidalgo que será dispensado aos fregueses.*”⁹⁴ No dia da sua abertura, cuja solenidade foi marcada por uma recepção em que foram servidos *champagne*, cerveja, *sandwichs* e bolinhos, degustados ao som das músicas executadas pela banda do 21º Batalhão, o *Jornal Pequeno* ressaltava o “*gosto artístico*” com que estava montado o café que, segundo eles, vinha “*a preencher uma lacuna de que se ressentia o nosso meio.*”⁹⁵

Os cafés variavam de acordo com o poder aquisitivo e as preferências da



38. A célebre “Esquina da Lafayette” constituiu, durante muitos tempo, uma espécie de termômetro da cidade. Era o lugar onde se podia saber desde o resultado do jogo do bicho até às últimas notícias internacionais. (Café Lafayette, 1920-1930).

⁹³ WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*, op. cit vol.I p.141.

⁹⁴ *Jornal Pequeno*, 31/01/1923, p. 3.

⁹⁵ *Jornal Pequeno*, 03/02/1923, p. 3.

sua clientela principal. A frequência aos cafés espalhados no centro, sobretudo pelas ruas do bairro de Santo Antônio e São José, era um dos prazeres preferidos dos segmentos populares da época. Nesses espaços podia-se celebrar a vida, beber para esquecer a dor, conversar com amigos, cantar, dançar e, sobretudo, arranjar companhia feminina a preços razoáveis. Na pesquisa realizada sobre os cafés do Recife nos jornais e na documentação da Repartição Central de Polícia, percebemos que as designações café-cantante e café-concerto eram mais usadas para os estabelecimentos destinados principalmente às camadas populares. Ali, podia-se beber, dançar, jogar, apreciar números artísticos e, em boa parte deles, contava-se com os favores das chamadas “mulheres perdidas.” As denominações dadas aos estabelecimentos que vendiam bebidas, promoviam bailes entre os frequentadores, apresentavam *shows* de variedades, exibiam números de canto e dança com artistas, e mesmo os que lidavam mais especificamente com a prostituição, eram muito variadas. Café, café-cantante, café-concerto, *cabaret*, botequim, pensão, casa de cômodos e até *club*, eram algumas das designações para essas casas de diversão. Tentar elaborar uma classificação rígida, que procurasse ordená-los segundo suas atividades seria correr alguns riscos, uma vez que, nesse ramo de negócios, geralmente conviviam no mesmo ambiente bebida, música, prostituição e jogo.

O que podemos dizer sobre a denominação dessas casas é que alguns desses nomes eram mais comumente usados para uma ou outra atividade, às vezes preponderante, sem, no entanto, afastar a hipótese de que várias dessas funções fossem exercidas pelo mesmo estabelecimento. É muito comum, inclusive, encontrarmos referências a casas cujo nome juntava duas dessas designações: “Cabaret Pensão Risonha”, “Café Bar da Italiana”, “Cabaret Café-Cantante de Maria do Carmo”, “Café-Cantante Radiante Bar”, e assim por diante. Uma das razões que poderiam levar os proprietários a batizar seus estabelecimentos dessa forma seria a ação da polícia. Os nomes mistos poderiam ser uma maneira de confundir a polícia e os órgãos de fiscalização, ou pelo menos serviam para ajudar a reforçar formalmente as argumentações de defesa em caso de problemas com as autoridades policiais.

O que comumente se denominava “café”, café-concerto ou café-cantante era uma espécie de sinônimo do que conhecemos atualmente como “bar.” Apesar de Gilberto Amado em suas memórias, dizer que não se recordava, nos primeiros anos do século, do uso da palavra “bar”, nos anos 20 encontramos as designações “botequim” e “bar” sendo empregadas para referir-se a esses espaços, mais comumente

conhecidos na época como “cafés.” Em 1921, O *Jornal Pequeno* estampou em sua primeira página matéria sobre a vida noturna do Recife, com a seguinte manchete: “Os bars à noite.” Em portaria de 1927, a Repartição Central de Polícia autorizou o sr. Alfredo Pio da Silva “*proprietário do ‘Botequim Brazil’, situado à rua Doutor Feitosa, nº 279, licença para promover danças populares no referido botequim, devendo as mesmas terem início às 22 horas e término à 1 hora do dia seguinte.*”⁹⁶ Em 1929, o “Café Cantante Radiante Bar” registrava o pagamento da taxa de recolhimento na Inspetoria de Polícia para a obtenção da autorização de funcionamento.⁹⁷ Como podemos perceber, apesar de pouco utilizadas, essas palavras foram encontradas em alguns documentos referindo-se a funções semelhantes, o que nos mostra a identificação existente na época entre café, café-concerto, café-cantante, bar e botequim.

Os estabelecimentos freqüentados pelos grupos populares que se localizavam nos bairros centrais, estavam principalmente em Santo Antônio e São José, nas adjacências da Rua das Trincheiras, Pátio do Carmo, Estreita do Rosário, e outras ruas desses bairros, como os cafés “Braço de Ouro”, “Flor da Noite”, “Democrata”, “Radiante” e “Ponto Chic.” Apesar da concentração na área central da cidade, a documentação da Repartição Central de Polícia, responsável pela concessão das licenças de funcionamento a esses estabelecimentos, demonstra que os cafés-cantantes estavam espalhados por vários bairros e localidades do Recife, como Santo Amaro, Pina, Casa Amarela e Estrada dos Remédios, dentre outros.⁹⁸

Nesses estabelecimentos eram servidas bebidas variadas, indo do simples cafezinho a aguardente, cerveja e até *Whisky*. Petiscos diversos, empadas, bolinhos, ovos fritos e cozidos, além de comidas prontas para refeições ligeiras, como papas, coalhada, sopas, macarronada, banana cozida e outros quitutes.⁹⁹

Freqüentava-se o café por motivos diversos: para encontrar-se com os amigos, fugir do trabalho, fazer uma fezinha no jogo, curtir uma “dor de cotovelo”, informar-se das novidades, encontrar companhia feminina, escapar do cotidiano doméstico, ou simplesmente para matar o tempo e fugir da solidão.

Constantemente os cafés estavam nas colunas policiais dos jornais. Embriaguez, desavenças pessoais entre os freqüentadores, disputas por questões de jogo, falta de pagamento do que havia sido consumido, vadiagem, tentativa de homicídio, porte de arma, assassinatos eram algumas das ocorrências que geravam as prisões dentro dessas casas.

A representação construída pelas elites da cidade em torno dos cafés

⁹⁶ Repartição Central de Polícia. *Tomo de Portarias*. Ago-out. 1927. Vol. 1148.

⁹⁷ Inspetoria Geral de Polícia, *Secção de Teatros e Diversões Públicas*, Licenças jan-jul 1929.

⁹⁸ Repartição Central de Polícia, *Inspetoria da Guarda Civil*, vol. 1247, abril-julho de 1927.

⁹⁹ O cardápio dos cafés variava bastante conforme o local e o tipo de clientela. Os itens citados acima foram colhidos de anúncios de propaganda de alguns desses estabelecimentos, crônicas e livros de memórias.

destinados a esse público apresentava tais lugares como “*baratos e mal afamados*”, “*antros sórdidos*”, “*paraíso dos desordeiros, gatunos, vagabundos e mulheres vadias*”, território da “*desordem e imoralidade*.” Uma notícia publicada pelo *Jornal do Recife* sobre o *Café Flor da Noite* é um exemplo da imagem que esses territórios de diversão popular tinham nessa fase. Localizado na Rua Estreita do Rosário, o *Flor da Noite* era descrito como “*um verdadeiro antro! Nele se reúne uma multidão de prostitutas que, com sujeitos desclassificados, passam noites e noites a beber na maior vadiagem.*”¹⁰⁰ Contudo, para seus freqüentadores, os cafés eram espaço de sociabilidade: palco de animadas conversas, ponto de encontro entre velhos companheiros, espaço da conquista de novos amores. Muitas das confusões e agressões ocorridas nos cafés aconteciam, segundo os jornais, devido a questões de ciúmes. Perambulando pelas mesas em busca de clientes, a presença das prostitutas era um dos motivos da má fama atribuída aos cafés na época. A briga entre Francisco José e Ventura, que provocou a maior quebradeira no “Bar da Italiana”, teve como motivo uma disputa amorosa:

“No *café* denominado ‘*Bar da Italiana*’, na rua das Cruzes, achavam-se a beber, sentados em bancos diferentes, o estrangeiro de nome Francisco José e o indivíduo conhecido por Ventura. Em dado momento entre os dois, por questões de ciúme, surgiu uma discussão (...). Ventura jogou uma garrafa no estrangeiro, a qual, indo de encontro à parede partiu-se, não atingindo o alvo. Francisco, fazendo uso de uma arma de fogo o alveja por sua vez, errando também o alvo. Estabelecida a confusão os dois se evadiram.”¹⁰¹

As reclamações contra os cafés e os pedidos de providências por parte das autoridades policiais eram constantes na imprensa recifense. A sociabilidade que emergia desses espaços, a conversa alta, o barulho, a circulação de idéias, as brincadeiras, as discussões e os momentos de interação e solidariedade assustavam as elites, pois marcavam comportamentos diferentes daqueles recomendados pela civilidade: silêncio, discrição, impessoalidade e retraimento quando em público. Segundo os jornais, a falta de policiamento e de uma fiscalização mais enérgica da polícia eram fatores que facilitavam a ocorrência de constantes agressões, brigas e crimes nesses locais. As dificuldades com relação ao policiamento não eram poucas, uma vez que boa parte dos clientes usuais dos cafés eram justamente guardas, soldados e agentes da polícia.

Um exemplo interessante e que vale a pena ser detalhado é o do *Café*

¹⁰⁰ *Jornal do Recife*, 29/10/1926, p. 5.

¹⁰¹ *Jornal do Commercio*, 09/11/1924, p. 4. Grifo meu.

Chile. Localizado na Praça da Independência, o *Café Chile* era um espaço destinado a uma clientela de mais posses. Em propagandas publicadas nas revistas e almanaques da época, como o *Indicador do Commercio e Indústria em PE e AL*, do final da década de 1910, o *Café Chile* era anunciando como um estabelecimento de “*instalações modernas e seus serviços de qualidade refinada*.”¹⁰² Funcionando até as duas horas da manhã, suas noites eram animadas por uma orquestra que se apresentava diariamente. O estabelecimento era iluminado a luz elétrica, e tinha “*copa à vista do freguês*”, podendo ser, a qualquer momento, inspecionada pela clientela, demonstrando que essa se compunha de pessoas exigentes quanto aos padrões de higiene dos locais que freqüentavam.

O cardápio da casa também sugeria que sua freguesia era formada de indivíduos mais abastados, já que serviam “*sorvetes, refrescos, chocolates, bombons, chá, café, torradas*”, além de um amplo sortimento de bebidas, que incluíam “*grogas, cervejas, champagne, whisky e bebidas de todas as qualidades*.” Para as refeições ligeiras, o *Café Chile* oferecia “*comidas frias e macarronada à italiana, ovos quentes, fritos e frios, saladas de frutas durante o dia e a noite*.” O Café também possuía em seu interior uma tabacaria, que comercializava cigarros, charutos e fumos de diversas procedências.

No entanto, se o anúncio publicado divulgava a imagem de um ambiente refinado e *chic*, as colunas policiais mostravam uma outra face do *Café Chile*. Em 1922, o Café foi envolvido num escândalo de grandes proporções na cidade, o qual detalharemos a seguir, quando o subdelegado do distrito de Santo Antônio descobriu um ponto de venda de cocaína que funcionava na tabacaria do *Chile*. Prisões, notas de repúdio, comentários negativos e condenação nas matérias de jornais colocaram o nome do estabelecimento em destaque nas colunas policiais por alguns dias.

À clientela preocupada com a higiene da cozinha, com a música ambiente, com o conforto moderno da luz elétrica, formada provavelmente por senhores e moços de maior poder aquisitivo, misturavam-se meretrizes, como “Neném” e “Barata Doida”, protagonistas de um escândalo que exigiu a presença da polícia no Café:

“O guarda 48, de serviço, anteontem, às 24 horas, na praça da Independência, prendeu as meretrizes Esther Baptista de Lima, vulgo “Neném”, e Celina Ramos, vulgo “Barata doida”, quando lutavam no interior do “Café Chile” naquela praça. Motivaram a luta questões antigas de ciúme.”¹⁰³

¹⁰² Os dados citados sobre o Café Chile foram colhidos no anúncio do *Indicador do Commercio e Indústria em Pernambuco e Alagoas*, 1916.

¹⁰³ *Jornal do Recife*, 25/01/1922.

Territórios que fugiam ao controle das autoridades, onde os códigos e símbolos ligados à vida das camadas populares regiam os comportamentos, o ambiente dos cafés imprimia medo e desconfiança nos grupos de elite, o que ajudava a consolidar uma imagem negativa desses estabelecimentos. A despeito da má fama, e contrariando a imagem que os periódicos construíram sobre os freqüentadores desses cafés, podemos perceber que sua clientela não era formada apenas de “desordeiros”, “malandros”, “mundanas”, enfim, do chamado “Zé Povo.” Em matéria cuja manchete era “*Os 'bars' à noite*”, o *Jornal Pequeno* assim descrevia os tipos, às vezes elegantes, que sentavam nesses recintos para beber, jogar, ou simplesmente divertir-se e conversar com os amigos:

“Quem são aqueles cidadãos incontestavelmente respeitáveis, pela atitude educada que mantêm, que, todas as noites, (...) passam de 7 às 11 da noite a chupar manhosamente, calmamente, garrafas e mais garrafas de cervejas? E aquele outro, quase sempre de *frack*, pequeno anel de brilhante no dedo, pérola na gravata, que grita tanto, dá altas gargalhadas, bate fortemente com o bozó sobre a mesa?” ¹⁰⁴

Depoimentos como esse mostram que figuras das elites também se divertiam nos cafés e bares considerados de “segunda categoria”, tendo acesso a alguns espaços do “Zé Povo”, com seus códigos de conduta e signos distintos. A presença desses indivíduos nos cafés-concerto faz perceber o quão complexa e intrincada era a vida social da cidade. Longe da rígida hierarquização pregada pelas elites, espaços de comunicação abriam possibilidades de diálogo e trocas culturais, mostrando que apropriações e reelaborações foram possíveis de ocorrer, mesmo diante de um discurso que segmentava e excluía.

Os cafés destinados às classes populares da cidade constituíam-se em lugares onde as práticas culturais desses grupos eram exercidas cotidianamente, o que terminava por gerar certas desconfianças por parte

das elites. Códigos e símbolos avaliados como censuráveis e inconvenientes eram partilhados e vivenciados pelos populares nesses espaços, transformando-os em lugar de resistência em relação aos novos modelos de convívio que se estabeleciam na cidade.

Nesse momento, quando a cidade expandia-se, congregando



39. A charge da *Revista Cri-*
Cri mostra que os cafés
misturavam indivíduos de
diferentes classes, tendo
uma clientela bem mais
diversificada que aquela
divulgada pelas colunas
policiais. (*Coisas do Recife*,
1908).

indivíduos das mais variadas origens e tradições culturais, começa a acontecer um processo de “*hibridação cultural*” que, segundo Canclini, abrangia diversas mesclas interculturais, misturando símbolos e demolindo categorias tradicionalmente opostas como subalterno/hegemônico, tradicional/moderno.¹⁰⁵

“*Espaço do ócio, do negócio, da contestação política, de bebedeira e de conflito, do estabelecimento de uma sociabilidade e de solidariedades*”,¹⁰⁶ os cafés aparecem como um dos ambientes capazes de criar alternativas de fuga à regulamentação imposta à vida na cidade. Assim, sejam os prioritariamente dirigidos aos segmentos da elite ou aos grupos populares, os cafés possibilitavam encontros de grupos sociais diversos, abriam canais que permitiam a troca de informações entre mundos culturais diferentes, representando um dos espaços onde havia a chance de se estabelecerem redes de comunicação que escapavam à lógica do discurso técnico e racional que buscava disciplinar o espaço da cidade.

3. Pensões, casas de cômodo e bordéis

Ao analisar a obra de Baudelaire, Walter Benjamin destaca que a figura da prostituta representava para ele o símbolo de uma sociedade em que tudo se transformava em mercadoria. As prostitutas “*provaram o segredo do livre mercado: a mercadoria não leva nenhuma vantagem sobre elas. Só a massa de habitantes permite à prostituição estender-se sobre os vários setores da cidade. A prostituição abre o mercado de tipos femininos.*”¹⁰⁷ Para Baudelaire, o conceito de prostituição estaria ligado intrinsecamente ao crescimento da sociedade industrial, com suas labirínticas cidades regidas pelo fascínio e poder escravizador da mercadoria. Nas cidades, a prostituta apareceria não apenas como mercadoria, mas como artigo de massa. No livro “*Os prazeres da noite*”, Margareth Rago analisa a construção do conceito de prostituição enquanto comercialização sexual do corpo feminino, a partir de referenciais médico-policiais instituídos no século XIX. Mostrando que a prática era um fenômeno essencialmente urbano, ela destaca o fato de as imagens sobre a prostituição terem sido forjadas no interior de uma “*sociedade em que predominavam as relações de troca, e em que todo sistema de codificações morais, que valorizava a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destinava um lugar específico às sexualidades insubmissas.*”¹⁰⁸

Eivada de impressões moralistas, associada à idéia de sujeira,

¹⁰⁵ Ver CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*, op. cit.

¹⁰⁶ SILVEIRA, Anny J. Torres. O sonho de uma *petite* Paris: os cafés no cotidiano da capital. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes históricos*, op. cit p. 171.

¹⁰⁷ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*, op. cit p. 53.

¹⁰⁸ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1991. p. 23.

podridão e doença, a prostituição tornou-se o alvo de verdadeira cruzada por parte de médicos, sanitaristas, reformadores e outras autoridades, que condenavam e perseguiram a prática da comercialização do corpo feminino, acusando-a de responsável por muitas das mazelas morais que atingiam a sociedade.

Apesar de reprovada moralmente, a prostituição em suas múltiplas funções inspirava reações ambíguas, sendo, de acordo com as circunstâncias, considerada “um mal necessário.” Seu papel de realizar a iniciação sexual dos jovens e arrefecer o ímpeto dos desejos masculinos, preservando a virgindade das moças e a fidelidade das senhoras casadas, acabava por instituir uma política de certa tolerância com relação à atividade, sem, contudo, deixar de submetê-la aos princípios básicos da ordem urbana: o controle médico, a regulamentação de horários, além da determinação de espaços restritos de funcionamento.¹⁰⁹

Margareth Rago chama a atenção, também, para a imagem que representava a prostituição como elemento “civilizador.” Fenômeno característico das grandes cidades, associado à liberação dos costumes nas sociedades civilizadas e aos novos padrões de sexualidade vigentes nos centros europeus, o universo da prostituição acabava sendo vivenciado no plano simbólico na sua dimensão modernizante. Para determinados segmentos da população, freqüentar os bordéis e estabelecimentos onde meretrizes estrangeiras, consideradas mais experientes e vividas, repassavam práticas sexuais diferentes e formas de comportamento sofisticadas, significava vivenciar um pouco mais do progresso e da modernidade dos grandes centros. Nesse sentido, “*juntamente com a venda do prazer, o mundo da prostituição destilava práticas eróticas, sexuais e sociais mais refinadas, já que aí se praticavam formas de sociabilidade referenciadas pelos padrões da cultura européia.*”¹¹⁰

Apesar de alvo das contundentes críticas e corriqueiras perseguições policiais, é preciso considerar que as funções plurais da prostituição faziam com que a atividade fosse de certa forma tolerada, protegida por políticos e figuras influentes da sociedade os quais resguardavam e garantiam o funcionamento de pensões, cafés e outros espaços ligados ao mundo dos “prazeres proibidos”.

Tentando escapar das visões que consideram apenas a face do controle e regulamentação do universo da prostituição por parte das autoridades, nossas reflexões buscam privilegiar uma análise dessas práticas enquanto espaços de sociabilidade, lugares de encontro e estabelecimento de solidariedades, da possibilidade de construção

¹⁰⁹ Sobre as representações da prostituição no Brasil nessa fase e as políticas de controle das autoridades e instituições oficiais, ver: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, op. cit. Da mesma autora, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1989.

¹¹⁰ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, op. cit p. 25.

de diferentes manifestações culturais a partir da convivência de diferentes sujeitos sociais. Neste trabalho, os territórios do prazer, como cafés-cantantes, pensões, bordéis e cabarés, são percebidos enquanto espaços alternativos, onde se buscava uma maior mobilidade no sentido de escapar às conformações das regras estabelecidas pela instituição familiar, pela disciplina do trabalho e pelas normas de comportamento sexual consideradas convenientes na época.

No Recife dos anos vinte, a “*zona tórrida*”, como um artigo de jornal denominou as ruas onde se concentravam as pensões, casas de cômodo, bordéis e cafés-cantantes que exploravam a prostituição, localizava-se nos bairros centrais da cidade.¹¹¹ Em Santo Antônio e São José, onde estavam casas comerciais, bancos, escritórios, jornais, repartições e toda a estrutura de prestação de serviços, espaço de passagem e movimentação cotidiana da população do Recife, instalaram-se cafés-concerto, cafés-cantantes, pensões, *cabarets*, *clubs* e bordéis de diversos tipos, acessíveis a clientes das mais variadas classes sociais. Esses estabelecimentos sobreviviam não apenas da exploração da prostituição mas também de uma série de outras atividades. Lá ocorriam festas, danças, as mesas de jogos estavam sempre cheias, os garçons se encarregavam de animar os freqüentadores com *drinks* de bebidas variadas, e artistas da noite apresentavam-se para entreter a clientela: “*Ao agrupar os indivíduos através de redes subterrâneas de convivência e solidariedade, apresentavam-se como um território que viabilizava a experiência de relacionamentos multifacetados e plurais, num contexto de distensão. Práticas licenciosas que contrariavam a exclusividade sexual imposta pela ordem, tanto quanto encontros, brincadeiras e jogos que ocorriam nos cabarés e “pensões alegres” da cidade, conformavam um espaço de interação social.*”¹¹²

No início dos anos 20, um *show* realizado numa pensão do bairro de Santo Antônio foi parar na primeira página do *Jornal do Commercio*.¹¹³ Antônio Bramont, que se anunciava como “*artista de cabaret*”, organizou uma apresentação na *Pensão Fany*, localizada na Rua do Sol, cobrando 3\$000 por pessoa.¹¹⁴ No decorrer da noite, a apresentação não satisfaz à platéia que, indignada, vaiou copiosamente o artista, acusando-o de “*não ter cumprido uma só parte do programa anunciado.*” Os ânimos exaltaram-se e a polícia foi chamada, aconselhando os envolvidos a se retirarem do recinto para evitar maiores problemas. Ofendido pelos abundantes apupos e desaforos dos presentes, Bramont “*exigiu dos agentes a prisão de alguns moços, entre os quais o sr. Octávio Pinho, no que não foi atendido.*” Irritado com os guardas que não recolheram

¹¹¹ *Jornal do Recife*, 09/09/1926, p. 5.

¹¹² RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, op. cit p. 168.

¹¹³ O caso da apresentação de Antônio Bramont está no *Jornal do Commercio*, 16/01/1920, p. 01.

¹¹⁴ Para se ter uma idéia do valor da entrada do show, podemos relacionar ao preço de um ingresso de cinema no cine Moderno, considerado um dos mais elegantes da cidade na época, que era em média 1\$500, para a *soirée*. Assim, a apresentação de Bramont era o dobro de uma entrada de cinema.

os rapazes à delegacia, possivelmente por pertencerem a famílias conhecidas e influentes, Bramont, um forasteiro na cidade, decidiu se vingar, denunciando a um jornal o suborno dos policiais. De acordo com a reportagem do *Jornal do Commercio*, a acusação acabou provocando a abertura de inquérito policial:

“As investigações foram iniciadas ontem (...), tendo sido ouvidos vários rapazes e mulheres da pensão Fany. Todos acusam o sr. Antônio Bramont de ser um indivíduo suspeito e corrido da polícia de outros estados.” Consta que ele desapareceu da cidade tomando o vapor Uberaba para o Pará.”¹¹⁵

Sem articulações e contatos na cidade, sozinho diante das pressões, o artista decidiu fugir, deixando para trás o inquérito que, por falta da principal e única testemunha de acusação, por certo foi arquivado.

A conturbada apresentação de Antônio Bramont nos faz refletir sobre algumas questões importantes relativas aos lugares de prostituição e prazer da cidade nos anos 20. A primeira era a relação complexa e intrincada entre a polícia e os donos de pensões e prostitutas. Permeada por momentos de conflito e repressão e por períodos em que uma política de tolerância era a tônica, a ação policial em relação à prostituição foi conduzida ao sabor de influências e negociações do momento, variando de acordo com as autoridades, com os pedidos de figuras influentes, ou mesmo com o poder de persuasão e sedução que as mulheres que trabalhavam no ramo exerciam sobre as autoridades.

A atuação policial oscilava entre verdadeiras campanhas repressoras e moralizadoras e momentos em que as autoridades fechavam os olhos às atividades das meretrizes e donas de bordel, num jogo que reproduzia a representação ambígua que se tinha desse ramo de negócio. A atividade era um “*cancro a ser extirpado*”, uma “*uma ameaça à moral*”, que necessitava da efetiva ação da polícia e de outras instituições de controle, como órgãos de higiene e saúde públicas, mas acabava também sendo vista como um “*mal necessário*”, que precisava ser admitido, apesar do domínio que deveria ser exercido sobre seu exercício. O segundo fato interessante que o caso do espetáculo de Bramont nos revela é a possibilidade de pensar que havia uma frequência mais diversificada e mista às casas de prostituição consideradas “populares” da cidade do que se poderia imaginar à primeira vista. A Rua do Sol, onde estava a *Pensão Fany*, era conhecida como um dos territórios onde se localizavam inúmeras pensões, casas de cômodo e bordéis populares.

¹¹⁵ *Jornal do Commercio*, 16/01/1920, p. 1.

Segundo uma reportagem da época, era “*uma rua misérrima*”, “*lúgubre*”, que se caracterizava pela escuridão e pela “*orgia tediosa das pensões baratas*.”¹¹⁶ O episódio nos leva a perceber os lugares de prazer da cidade, como a *Pensão Fany*, não apenas como territórios segmentados e divididos, onde conviviam exclusivamente indivíduos de determinada posição social, como as elites procuravam reforçar, mas como espaços também freqüentados por grupos privilegiados da cidade, a exemplo do rapaz citado no caso.

Apesar das possibilidades de circulação de clientes de diversas classes sociais, existiam no Recife bordéis, pensões e casas de cômodo montados de acordo com o *status* e poder aquisitivo dos seus clientes preferenciais. Havia as pensões mais refinadas, algumas delas localizadas na Rua General Abreu e Lima e na Rua das Flores, dirigidas a um público constituído por proprietários de terra, comerciantes, funcionários públicos, estudantes e profissionais liberais, cujos rendimentos permitiam algumas horas de diversão nos braços das “polacas” e francesas.

Além das pensões e bordéis, encontramos na documentação pesquisada, um outro tipo de estabelecimento denominado de *club*. Não nos referimos aqui aos *clubs* conhecidos tradicionalmente, que promoviam atividades sociais e desportivas, a exemplo do Internacional, do Jockey Club, ou do Country Club. Falamos de um tipo de *club* que talvez se assemelhe ao que conhecemos como *cabaret*. Apesar de não termos encontrado documentação mais vasta sobre essas casas, anúncios publicados no *Jornal Pequeno* e na *Revista Rua Nova*, além de casos nas colunas policiais, dão-nos pistas sobre o movimento e os divertimentos oferecidos por esses estabelecimentos.

Em 1925, o *Jornal Pequeno* apresentava, lado a lado, anúncios de dois *clubs*:¹¹⁷ o *Club C. Paladinos* e o *Club Pernambucano*. O *Paladinos*, localizado na Rua da Roda, local citado por Gregório Bezerra como a “*baixa zona de mulheres*”, onde os clientes disputavam prostitutas pobres, apresentava-se como o “*mais freqüentado do norte do país*”, anunciando “*orquestra sob a regência do maestro Nelson Ferreira*”, e “*cozinha de 1ª ordem*.” Em janeiro de 1925, a artista em cartaz era a espanhola Therezita Flores, que brindava o público com “*luxuosas toilettes e extenso repertório*.” A “*simpática artista brasileira Elza Tavares*” também abrilhantava a noite, oferecendo à platéia “*números excêntricos*.” O *Club Pernambucano* era anunciado como “*o mais luxuoso do norte do país*.” Situado no Pátio do Paraíso, nº 309, depois chamado de Praça Barão de Lucena - demolida nos anos quarenta na reforma empreendida

¹¹⁶ *Jornal do Recife*, 24/05/1925, p. 1.

¹¹⁷ *Jornal Pequeno*, 05/01/1925, p. 3.

no bairro de Santo Antônio para a construção da Avenida Guararapes - , o *Club* abria todas as noites das 20h30min às 22h30min, apresentando um “*petit-concerto*”, e das 23h às 2h com o “*cabaret-chic*.” O diretor do *Pernambucano*, Abel Freire, prometia “*grandes e sensacionais números de canto e dança*”, “*magnífica orquestra e restaurante de 1ª ordem*”, oferecendo “*as maiores novidades artísticas no gênero cabaret*.” Do variado programa, constavam a “*afamada cançonetista brasileira Betinha*”, as bailarinas e cantoras Mary Greffe e Vitulia, e a cantora Wanda Bruckner. Em 31 de dezembro de 1925, o *Club* promoveu um suntuoso baile à fantasia para festejar o início do ano de 1926, com apresentações de Walkyria, “*célebre cantora dos principais teatros do mundo*”, e Lina Verbena, “*graciosa cançonetista italiana*.”¹¹⁸

Em 1924, um conflito entre um funcionário demitido que trabalhava no “*serviço de pagamento de fichas*”, Arthur Fernandes, e o dono do estabelecimento, Eliziário Silva, levou o *Club* às colunas policiais. Armado de punhal, o empregado atacou o ex-patrão, ferindo-o na cabeça, enquanto em meio ao alvoroço geral vários tiros eram disparados. Arthur acabou recolhido pela Assistência Pública ao Hospital Português, gravemente ferido pelos tiros, enquanto a polícia revistava o recinto, apreendendo revólveres e uma pistola Mauser. Das cinquenta pessoas presentes no *Pernambucano*, ninguém soube dar maiores detalhes sobre o conflito, alegando que tudo tinha ocorrido rápido demais.¹¹⁹

A nota sobre a briga entre o trabalhador dispensado e o ex-patrão fornece informações interessantes, que podem ajudar na montagem do perfil desses estabelecimentos. A primeira refere-se ao trabalho que Arthur desempenhava, possivelmente ligado ao jogo, uma vez que ele “*pagava fichas*”, ressaltando que o estabelecimento explorava também os jogos de azar; a segunda relaciona-se com o número de pessoas presentes na noite do conflito. Em se tratando de uma quinta-feira, a presença de cinquenta pessoas no recinto do *club* parece uma frequência razoável para a época. Por último, a presença dos *clubs* nas colunas policiais mostra que, mesmo nos ambientes que ofereciam serviços dirigidos a uma clientela provavelmente pertencente às camadas médias da população, muitos dos freqüentadores entravam armados, sendo habituais as ocorrências envolvendo a polícia.

As informações colhidas nos levam a acreditar que os *clubs* eram estabelecimentos que se situavam na fronteira entre casa de espetáculo e cabaré, tendo características ligadas aos bordéis, uma vez que, possivelmente também exploravam as mulheres que lá atuavam profissionalmente.

¹¹⁸ *Revista Rua Nova*, 09/01/1926, nº 42.

¹¹⁹ *Jornal do Commercio*, 12/01/1924.

Apresentando *shows*, oferecendo comida e bebida, mesas de jogos, a música de boas orquestras, como a de Nelson Ferreira, tida como uma das melhores da cidade, e a companhia das atrizes, cantoras e dançarinas, na época praticamente sinônimo de prostitutas, os *clubs* provavelmente recebiam uma clientela masculina de maior renda. Os anúncios nos jornais e na afamada e elitista *Revista Rua Nova* por si só revelam que os *clubs*, pelo menos os dois acima referidos, eram estabelecimentos de maior porte, uma vez que possuíam capital disponível para investir em propaganda. Outro detalhe é que a publicidade nos periódicos citados atingia uma clientela específica - os que sabiam ler e podiam adquirir essas publicações -, numa época em que a maioria da população da cidade não era alfabetizada, e que as tiragens das revistas ilustradas mostram o número limitado de leitores dessas publicações.

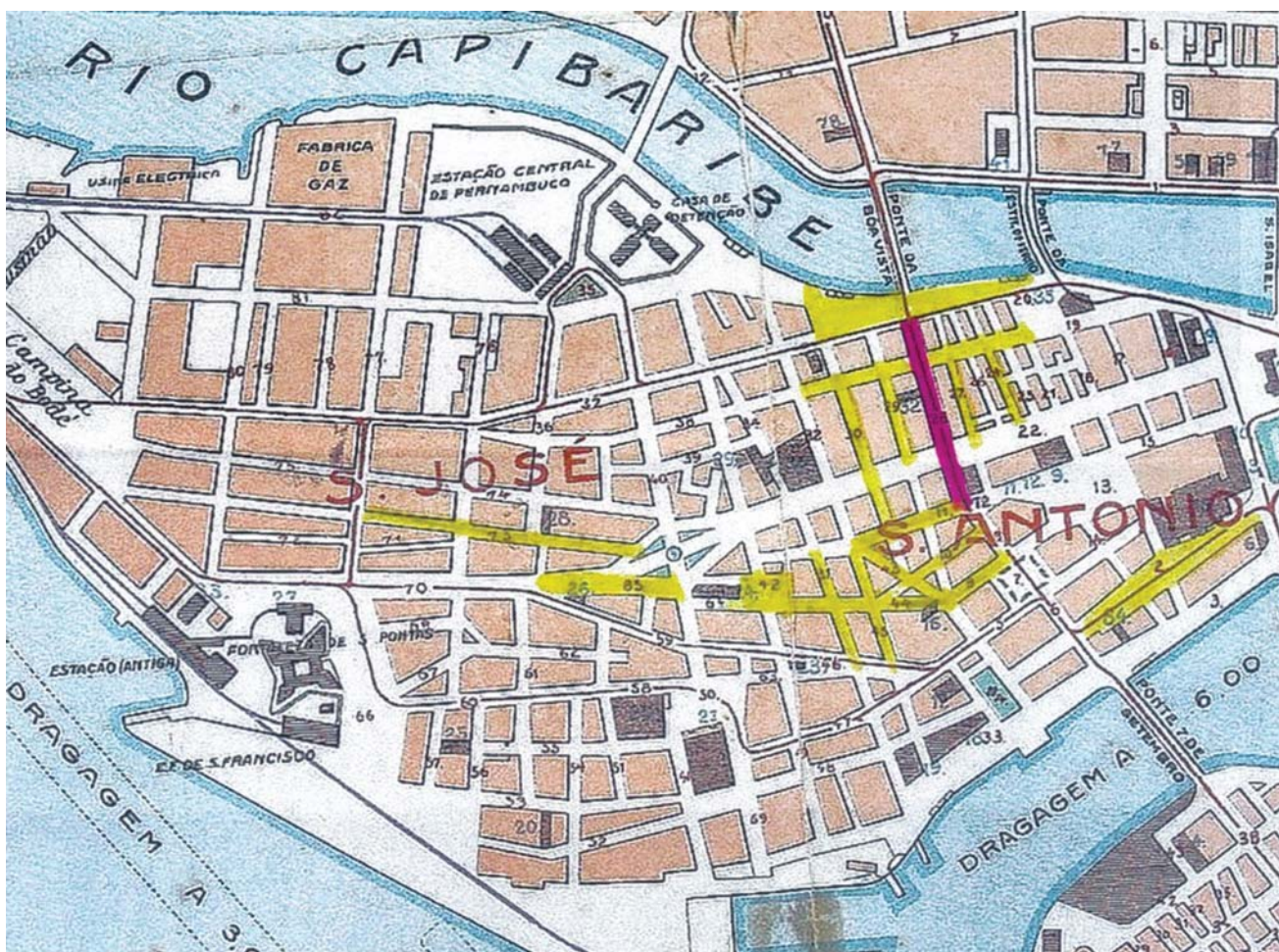
Além dos *clubs*, as pensões e casas de cômodo do chamado “baixo meretrício”, povoavam algumas ruas do centro, atendendo principalmente a marinheiros, policiais, operários, ambulantes, engraxates, estivadores, biscateiros, desocupados, criminosos. Gregório Bezerra, gazeteiro pelas ruas do Recife na década de 1910, nos dá pistas sobre a localização geográfica do “sexo barato” na cidade. Diz ele nas suas memórias: “*Para resolver meu problema sexual, fui à rua do Fogo, que era um dos últimos refugos da baixa zona de mulheres.*” Além da Rua do Fogo, Gregório cita também a Rua das Águas Verdes e a da Roda, localizadas nos bairros de São José e Santo Antônio, como ruas do chamado “baixo meretrício”, onde as prostitutas cobravam preços acessíveis, possíveis até a um rapazola, simples vendedor de jornais.¹²⁰

A maioria dos prostíbulos do Recife estava concentrada bem no âmago da cidade, como já enfatizamos, próximos à Rua Nova, coração do comércio *chic* e local dos *footings* das famílias. As pensões e casa de cômodos de diversas categorias e estilos espalhavam-se, segundo uma reportagem do *Jornal do Recife*, por diversas vias, compreendendo “*a rua das Trincheiras, Estreita do Rosário, Frei Caneca, Caju, Pedro Ivo, Mathias de Albuquerque, Pátio do Carmo, rua das Hortas, Pátio de São Pedro, rua do Fogo, Beco da Bomba, Beco do Veado, rua das Águas Verdes, Travessa das Flores, Beco do Carmo etc., onde se acumula expande e cresce (...), sem profilaxia nem freio (...), o meretrício e o jogo.*”¹²¹

Oficialmente chamadas de pensões e casas de cômodo, os estabelecimentos que lidavam com a prostituição apareciam nas matérias dos periódicos da época sob diversas designações: lupanares, bordéis, *bas-fond*, “*antros de libertinagem*”, “*casas de desregramento*”, “*casas de tolerância*” e prostíbulos. Para as prostitutas, as denominações dos jornais eram as mais variadas:

¹²⁰ BEZERRA, Gregório. *Memórias*, op. cit p. 152-153.

¹²¹ *Jornal do Recife*, 09/09/1926, p. 5.



40. Mapa dos bairros de Santo Antônio e São José. (Planta da Cidade do Recife, 1914).

meretriz, horizontal, decaída, marafona, rapariga, mundana, rameira, capivara, polaca, “mulheres de ínfima espécie”, “mulheres perdidas”, “mulheres licenciosas”, dentre outras.

Além das ruas citadas pelo artigo do *Jornal do Recife* como pertencentes à “zona tórrida”, outras, como a Rua da Roda, a Larga do Rosário, a das Laranjeiras, a Rua do Sol, das Cruzes, do Imperador também possuíam, em geral nos andares superiores dos seus sobrados, quartos e acomodações onde prostitutas exploravam o comércio do amor.¹²²

No mapa que retrata os bairros de Santo Antônio e São José, podemos verificar a localização das ruas que pertenciam à “zona tórrida”, assim como outras que, apesar de não terem sido citadas pela reportagem do *Jornal do Recife*, eram apontadas em crônicas e memórias como endereços que abrigavam bordéis e lupanares nos seus sobrados. A rua destacada em rosa forte é a Rua Nova. As ressaltadas em verde correspondiam à “zona tórrida”, as quais, como se pode perceber, cercavam a rua do elegante *footing* das famílias abastadas da cidade.

Observe-se que as campanhas moralizadoras tinham como principal alvo o chamado “baixo meretrício”, reservando para as pensões e casas freqüentadas pelas elites um tratamento diferenciado por parte dos poderes públicos. O que a imprensa solicitava às autoridades era o controle dos

¹²² Essas informações foram colhidas das notas policiais e matérias de diversos jornais, além de referências feitas em livros de memórias e romances da época.

espaços de encontro e convivência dos populares, sob a alegação de que se constituíam em “*antros de violência e depravação*”, locais perigosos e suspeitos onde, segundo os periódicos da época, podiam-se observar “*flagrantes da vida na baixa esfera social (...), os seus malandros e as suas capivaras, cheios de animalidade de maus instintos, trazendo à cinta e nas meias, uns e outras, facas afiadas e navalhas espelhantes.*”¹²³

O afastamento das prostitutas das vias públicas centrais, seu confinamento nos espaços fechados, além da aplicação de medidas sanitárias e higiênicas que protegessem os freqüentadores desses estabelecimentos eram sempre reivindicados por meio dos jornais e periódicos:

“O meretrício era o cancro. Localizá-lo, afastá-lo das ruas centrais da cidade, puni-lo nas suas exhibições desconcertantes e nos seus desregramentos lastimáveis, protegendo-o, ao mesmo tempo, com uma assistência médica, proibindo de beber nas tascas e nos lupanares, é obra formidável de profilaxia social que se move nesse momento.”¹²⁴

Na época, o que se propugnava era a erradicação da “prostituição barata”, das pensões e cafés-cantantes que atendiam à clientela popular; era a retirada da vista das famílias das mulheres que se exibiam nas esquinas, com seu procedimento considerado inconveniente, roupas indecentes, pernas de fora, palavreado obsceno e conduta indecorosa. O incômodo que o comportamento das prostitutas que vagavam pelas ruas do “baixo meretrício” produzia nos segmentos de elite era grande, conforme podemos constatar nesse trecho de um artigo do *Jornal do Recife*:

“São vistos ranchos de mulheres perdidas percorrendo as ditas ruas [da zona tórrida], gingando, rebolando-se obscenamente, gargalhando como posses, vaiando quem entendiam, tudo sob as vistas paternas dos guardas patrulhadores.”¹²⁵

Envolvendo-se em cenas de embriaguez, em brigas nas ruas ou nos bares e pensões, e também com o uso de tóxicos, essas mulheres eram presença constante nas colunas policiais, sendo motivo de ataques contundentes das elites da cidade. Bestialidade, degradação moral, prazer e violência eram idéias associadas ao mundo do “baixo meretrício”: “*A prostituição nos meios pobres adquiria todo um caráter de sordidez maldita, de descontrole desenfreado, de excesso dionisíaco que assustava as classes privilegiadas. Fantasiava-se que o sexo maldito era aí vivenciado com mais intensidade, levando*

¹²³ *Jornal Pequeno*, 14/11/1921, p. 1.

¹²⁴ *A Pilhéria*, 25/12/1926, nº 274.

¹²⁵ *Jornal do Recife*, 09/09/1926, p. 5.

ao paroxismo numa mistura entre a busca irrefreada do prazer e a dissolução na morte.”¹²⁶ Era assim que a imprensa da época representava esses territórios:

“O *Bas Fond* do Recife, perfeito e completo antro de misérias e prostituição (...). Tarde da noite, a atmosfera ali é de álcool... Malandros, com as faces congestionadas pelo abuso das bebidas, mulheres, cuja mocidade se estiolaram precocemente, confundem-se nos risos bestiais, nas pilhérias obscenas, nas danças descompassadas, nas vertigens do vício, na hediondez da miséria. É rara a noite em que a navalha não espelhe, em que um punhal não luza (...). Infelizes criaturas... a lama em que chafurdaram a existência é o oxigênio que lhes espaça os dias. Deixai-as na sua desgraçada ventura.”¹²⁷

Nos anos 1920, um dos problemas que começavam a preocupar as autoridades e parcelas da sociedade recifense era o uso de substâncias tóxicas, sobretudo nos bordéis, por prostitutas e seus clientes. Com a descoberta, em 1922, pelo tenente Pedro Malta, subdelegado de Santo Antônio, de um ponto de venda de cocaína que funcionava no *Café Chile*, na Praça da Independência, em pleno coração da cidade, a discussão sobre o uso dos tóxicos ganhou as páginas dos jornais. Segundo as notícias, o subdelegado “*apreendeu grande quantidade de frascos de cocaína em poder do estrangeiro Abílio de tal, proprietário da tabacaria do Café Chile, o qual os vendia por bom preço ao meretrício.*”¹²⁸

Numa época, em que ainda não se usava a palavra “droga”, e sim “tóxico”, o consumo de substâncias como a cocaína, a morfina, o éter e o ópio passou a ser visto como danoso para a sociedade, principalmente porque começava a envolver, além das habituais usuárias - as prostitutas -, também os freqüentadores dos prostíbulos, moços de conhecidas e tradicionais famílias. De acordo com a imprensa, no Recife, a cocaína era considerada “*há muito tempo, o tóxico ‘chic’ do meretrício desta cidade.*” A prostituta era sempre responsabilizada pela entrada dos moços no mundo do vício e vista como a “desencaminhadora dos jovens” :

¹²⁶ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, op. cit. p. 243.

¹²⁷ *Jornal do Recife*, 29/11/1922, p. 4.

¹²⁸ *Jornal do Recife*, 23/07/1922, p. 5.

¹²⁹ *Jornal do Recife*, 23/07/1922, p. 05.

“As mulheres das pensões vivem constantemente sob a ação do tóxico, provocando cenas de escândalo ao lado de rapazes, muitas vezes pertencentes a distintas famílias e que se desviam para a vida perdida do lupanar.”¹²⁹

No romance “*Seu Candinho da farmácia*”, em que Mário Sette retrata a vida social no Recife no final dos anos vinte, a utilização da cocaína e outros tóxicos pelas camadas médias era um dos temas centrais do livro. O protagonista da história, Cândido Lagostim Tamarindo, conhecido como seu Candinho, dono de uma farmácia no bairro de São José, admitia que vendia a alguns fregueses drogas que não podiam ser comercializadas ao público. O comprador seria um cliente antigo, pessoa de certo poder aquisitivo, uma vez que pagava todas as compras à vista e era proprietário de um sítio no arrabalde de Areias:

”É um bom homem, paga tudo à vista; mas tem um fraco, um vício... Quem não terá o seu, hein? Gosta de cheirar éter. Diz que alivia os aperreios da vida . Eu sempre vendi o eterzinho a ele. Mostrava-se agradecido; trazia-me do sítio, em Areias, uns abacates de pescoço comprado. Deliciosos!”¹³⁰

O hábito de consumir drogas como haxixe e maconha, ganhou força na Europa em meados do século XIX, quando médicos europeus, ao relatarem as experiências que testavam os poderes alucinógenos e curativos dessas substâncias, despertaram a curiosidade e o interesse de artistas, intelectuais e de gente da “alta sociedade.” A partir daí, o ópio, a morfina, o éter, o haxixe e a cocaína tiveram seu uso popularizado, sobretudo entre os que vivenciavam o *fin-de-siècle* na chamada capital do mundo: Paris. Nas rodas elegantes da capital francesa, os tóxicos passaram a ser usados como uma distração momentânea, excentricidade de alguns grupos que desejavam experimentar novas sensações:

“A morfina chegou com a guerra de 1870, quando foi usada contra a dor; muitos veteranos tornaram-se viciados. Círculos elegantes logo a adotaram; (...) damas da sociedade reuniam-se para trocar injeções; joalheiros tinham um próspero comércio de seringas de prata banhadas a ouro (...). Alguns eram comedores de sonho (haxixe). (...) Em alguns anos os refinados comiam morangos embebidos em éter (...), entre goles de água ou junto com conhaque (...). A cocaína, desenvolvida na década de 1880, virou moda quase em seguida.”¹³¹

Como em relação a outras campanhas que condenavam os “vícios urbanos”, a imagem e descrição da degeneração moral e da perda da dignidade a partir do consumo das drogas serviam para prevenir contra

¹³⁰ SETTE, Mário. *Seu Candinho da farmácia*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984, p. 21.

¹³¹ WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 46.

os perigos do vício. Isso pode ser percebido no final surpreendente do já citado romance de Mário Sette. Após inexplicáveis mudanças de comportamento, de uma verdadeira metamorfose de caráter, a personagem Amparo, jovem descrita como recatada e honesta, caixeira da farmácia de seu Candinho, expõe o seu segredo ao namorado: estava sob o domínio do vício da cocaína.

A revelação só é feita nas últimas quatro páginas do livro, sendo usada como justificativa para a intrigante e radical transformação da personagem. Ao invés da reservada, responsável e séria mocinha do início da trama, a personagem revelara-se, a certa altura, displicente, caprichosa, inconstante, leviana e mais uma série de características descritas pelo autor, todas com forte conotação negativa. Ao confidenciar sua história ao namorado, Amparo explicou que conseguira o tóxico nas prateleiras da farmácia:

“Sabia que esse pozinho tirava as pessoas do mundo real, passeava com elas ‘por outros cantos’ mais bonitos, mais suaves, mais dourados. Embora fosse matando aos poucos ou ‘botasse a gente na Tamarineira’ (...). Experimentou o tóxico; sentiu um alívio. Depois, foi a desgraça, o cativoiro, o definhamento, o vício....”¹³²

Se a história de Amparo terminava sem *happy-end*, mas com a mocinha viciada sendo protegida pelo namorado, na vida real o desfecho era bem diferente, sobretudo se o consumidor dessas substâncias não tivesse posses. Os viciados pertencentes ao que se chamava de “baixas esferas sociais” eram presos e encaminhados à Casa de Detenção. De acordo com o *Jornal do Recife*, foi o que aconteceu com a “*decaída Maria Alves da Silva, conhecida pelo vulgo de ‘Assumpção’, moradora da Pensão Bohemia na rua de Santo Amaro.*” Encontrada em “*estado de prostração ocasionado pelo uso do tóxico*”, ‘Assumpção’ foi presa pelo subdelegado Pedro Malta, que continuava “*na louvável campanha contra os viciados no uso da cocaína*”, e foi enviada para a prisão.¹³³

Segundo o *Jornal do Recife*, tóxicos como cocaína, morfina, ópio e éter eram encontrados à venda não apenas em cafés e pensões mas também em farmácias, como relatou Sette em seu romance. Em matéria de primeira página, o jornal ressaltava que a polícia recebera várias denúncias, nessa fase, de “*casas elegantes e farmácias sem escrúpulos onde se vendem aqueles tóxicos*”,¹³⁴ e cobrava uma ação enérgica das autoridades, argumentando que não era “*pequeno o número de vítimas entre nós, dos terríveis efeitos da cocaína, morfina, éter, ópio, etc.*”¹³⁵

¹³² SETTE, Mário. *Seu Candinho da farmácia*, op. cit., p. 215.

¹³³ *Jornal do Recife*, 08/08/1922, p.5

¹³⁴ *Jornal do Recife*, 26/07/1922, p.1.

¹³⁵ Idem, ibidem.

Apesar de os periódicos da época representarem o ambiente das pensões como “asqueroso e desprezível”, e insistirem na imagem de que a “zona tórrida” era freqüentada apenas pelos chamados “indivíduos de ínfima espécie”, por lá também circulavam, como vimos, representantes dos segmentos da elite da cidade. No artigo “Impressões do *bas-fond*”, o jornalista e teatrólogo Samuel Campelo nos passa um pouco da representação construída em torno das pensões, num artigo em que narra sua ida a um dos cafés da área do “baixo meretrício.”

“À porta da rua, gazeteiros trocam palavrões, e as Vênus de última classe, debochadas, aguardam os seus amores de automóvel. Dentro é um antro de “bas-fond”, sórdido e sujo, onde há uma promiscuidade horripilante de policiais, guardas-civis e vagabundos e uma porção de mulheres desgraçadas. Ali – aquele marujo que cortou a cara d’outro com a navalha (...) pede cerveja para uma mulher canalha. Naquela outra mesa, a Mal Querida, que tem suas originalidades, toma café com papa e banana cozida (...). Outras, de seios flácidos, quadris murchos, cocainomanas, morfínizadas, entram bêbadas de éter e cachaça, míseros quadros vivos de uma raça que se perverte e que se degenera.”¹³⁶

Como podemos perceber, havia nas pensões e casas de cômodo da área uma espécie de tênue divisão territorial. Algumas concentravam certo tipo de público, o que não impedia a freqüência de indivíduos de diferentes níveis de poder aquisitivo, fazendo com que, por vezes, se encontrassem juntos, em um mesmo espaço, representantes dos segmentos populares e das elites, como vimos no caso do espetáculo de Bramont e na experiência narrada por Samuel Campelo.

Desse modo, era construída em torno dos bordéis, cafés e pensões uma verdadeira teia de sociabilidades, a qual possibilitava o aparecimento de manifestações culturais plurais: *“Muitos procuravam os espaços marginais não apenas como linha de fuga desejante: aí encontravam amigos, velhos conhecidos, faziam contatos políticos, discutiam negócios, escreviam e inspiravam-se para futuras composições literárias.”*¹³⁷

Das ruas centrais por onde se espalhava a zona de prostituição da cidade, a Rua das Trincheiras, no bairro de Santo Antônio, era uma das mais citadas nas colunas policiais. Localizada na área onde atualmente é a Avenida Dantas Barreto, a Rua das Trincheiras, assim como a das Laranjeiras, sua paralela, e outras foram abaixo em meados do século XX, para a abertura da avenida. Lá estavam muitas pensões, cafés e

¹³⁶ A *Pilhéria*, 30/08/1924, nº 153.

¹³⁷ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, op. cit p. 93.

botequins freqüentados principalmente pelas camadas populares, onde também se podia encontrar gente de diversas classes e procedências: desde desocupados, bêbados e criminosos, a trabalhadores e operários, sem esquecer os pequenos comerciantes, caixeiros, soldados e algumas categorias mais abastadas que também visitavam essas casas.

Nos anos vinte, a Rua das Trincheiras tornava-se freqüentemente notícia de jornal em função das ocorrências policiais. Bebedeiras, brigas entre meretrizes, agressões entre jogadores, ofensas à moral, palavreado indecoroso, desordens em geral eram as ocorrências mais comuns relatadas pela imprensa. Lá estavam os Cafés “Braço de Ouro”, o “Democrata”, o “Ponto Chic”, além de inúmeras pensões onde habitava o “meretrício barato.” As prostitutas de lá, como as da Rua do Fogo, da Roda, das Águas Verdes, Estreita do Rosário, enfim, da citada “zona tórrida”, eram consideradas “mulheres refugadas”, “mulheres da vida baratas”, “mulheres de soldado e vagabundo.”¹³⁸

Gilberto Amado, ao escrever suas memórias sobre o tempo em que estudou na Faculdade de Direito do Recife, “*Minha formação no Recife*”, referia-se ao fato de que “as mulheres da vida baratas” eram quase sempre mulatas, cafuzas e pretas. Segundo Gregório Bezerra, essas meretrizes exibiam-se nas esquinas, nas portas e janelas das casas nas ruas do “baixo meretrício”, convidando os passantes a entrarem:

“Um dia, tava louco para resolver meu problema sexual. Fui a rua do Fogo, que era um dos últimos refugos da baixa zona de mulheres. Andei abaixo e acima, esperando o convite de qualquer uma (...). Desgraçadamente nenhuma me convidou a entrar. Já cansado e impaciente, vi uma mulher debruçada na janela, exibindo os dois peitos; Gaguejei qualquer coisa. Ela ficou ereta e falou: - Não, filho. Preciso muito de homem, mas não de menino.”¹³⁹

Depois de narrar sua frustrada tentativa de iniciação sexual nas Ruas do Fogo, das Águas Verdes, e da Roda, o rapaz refletia: “*Se as mulheres mais refugadas não me querem, quanto mais as outras das zonas mais chiques!*”¹⁴⁰

Os desentendimentos e brigas entre as mulheres das pensões e cafés localizados na Rua das Trincheiras, Estreita do Rosário, Beco da Bomba, Rua das Águas Verdes e outras eram registrados quase diariamente nas colunas policiais. Eram ocorrências de diversos tipos e envolviam as prostitutas: discussões com clientes que não pagavam pelos serviços

¹³⁸ Essas denominações foram usadas por Gregório Bezerra e Gilberto Amado referindo-se às mulheres que “faziam ponto” nessas áreas.

¹³⁹ BEZERRA, Gregório, op. cit p. 152.

¹⁴⁰ Idem, p. 154.

¹⁴⁴ *Jornal do Recife*, 11/04/1922, p.5.

A black and white cartoon illustration. On the left, a woman with dark, curly hair is wearing a short-sleeved, off-the-shoulder dress with large polka dots and dark stockings. She is holding a large, round, woven basket in her right hand and looking towards the man on the right. On the right, a man in a sailor's uniform is standing. He wears a white sailor's cap, a white jacket with a dark tie, and dark trousers with white stripes down the sides. He is looking back at the woman. The signature 'VITTORIO' is written in the bottom left corner.

41. As ligações entre policiais e prostitutas eram estreitas, fazendo com que as exigências de policiamento por parte dos segmentos de elite com relação ao baixo meretrício muitas vezes não fossem cumpridas. (*A Pilhéria*, 1927).

“No distrito de Santo Antônio, por exemplo, os escândalos são freqüentes nas muitas pensões ali situadas, mormente na rua do Sol. Ainda no último sábado numa dessas casas de desregramentos houve forte sarilho entre diversos estrangeiros e decaídas, chamando a atenção dos guardas civis ali de ponto. O mais interessante porém, é que estes fizeram vistas largas não tomando as providências que o fato exigia.”¹⁴⁴

Perto dali, na Rua General Abreu e Lima, transversal da Rua Nova, e na Rua das Flores, paralela a essa, chamada na época Mathias de Albuquerque, estavam algumas pensões mais “chics”, visitadas pelos

endinheirados da cidade. Nessas casas podia-se encontrar ambiente selecionado, atendimento diferenciado e prostitutas estrangeiras. A Rua das Flores, segundo Souza Barros, era considerada o “*quartel-general das mulheres estrangeiras*.” Lá estavam as chamadas “polacas.” Famosas por “*seu extremo comercialismo, rápidas, eficientes não consentiam a menor demora, [sendo] inteiramente mecânicas. Dizia-se que a certas horas havia uma verdadeira fila de homens esperando à porta das mais simpáticas ou bonitas*.”¹⁴⁵

A denominação de “polaca” para referir-se às prostitutas teria surgido, segundo Margereth Rago, a partir do início do século XX, quando uma organização de origem polonesa, sediada em Buenos Aires, começou a aliciar jovens pobres que viviam em condições miseráveis nas aldeias desse país e, a pretexto de casamento, as encaminhava aos bordéis da América do Sul. Apesar do número dessas mulheres, em relação às brasileiras, ser menor, o termo “polaca” passou a ser usado quase como sinônimo de prostituta.

Escondidas atrás da designação de “polacas” estavam mulheres de diversas nacionalidades, parte delas vindas do norte da Europa. De pele clara, cabelos loiros ou ruivos, olhos azuis ou verdes, com um tipo físico bem diferenciado das brasileiras, as “polacas” povoavam de mistério a imaginação masculina. A aura de sedução e fascínio que cercava essas mulheres provinha, em parte, de um imaginário que as associava a terras distantes, civilizadas e modernas, lugares muitas vezes inacessíveis a uma clientela masculina acostumada às negras e mulatas descendentes de escravos. No romance “*O moleque Ricardo*”, José Lins do Rego refere-se às polacas que atendiam na Rua das Flores.

“Havia polacas na rua das Flores. Mulheres brancas, de coxas como travesseiros de barriguda, macias (...). Tinha uma Regina que era um leite de branca. Fazia tudo com os homens. E não se pegavam doenças.”¹⁴⁶

¹⁴⁵ SOUZA BARROS, op. cit p. 221.

¹⁴⁶ LINS DO REGO, José. *O Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1999, 88.

¹⁴⁷ Os nomes das pensões e de seus proprietários foram colhidos nos tomos de *Petições* (1927-1929), dirigidas à Repartição Central de Polícia, onde eram solicitadas as licenças de funcionamento para os estabelecimentos.

Na Rua das Flores e adjacências, localizavam-se pensões e bordéis que ficaram conhecidos pela presença das prostitutas francesas. Na Rua General Abreu e Lima, estavam, dentre outras, as pensões “Bohemia”, de Genny Traum, a “Crystal”, de Regina Slankoff, a “Casa Branca da Serra” de Apolônio Dantas, e a famosa “Pensão Mimi.”¹⁴⁷ De acordo com Souza Barros, “*as mulheres francesas de mais luxo, freqüentadas pelo pessoal da alta roda, ficavam na Pensão Mimi*”, situada no nº 148 da Abreu e Lima.

Dirigida aos clientes mais abastados, a “Pensão Mimi” marcou época

no Recife dos anos 1920, devido às afamadas prostitutas francesas. A proprietária da pensão, Sarita Jakonosphy, conhecida como Mimi, era, segundo Souza Barros, célebre por seu conhecimento e erudição. De acordo com os comentários que corriam na esquina da Lafayette, Mimi teria trazido nas malas para o Recife os primeiros volumes de Balzac. Uma aura de sabedoria cercou a “cortesã”, que “*passou a ser privilegiada aos olhos de muitos que foram vê-la, pagando o alto preço da consumação da casa, para conhecer aquele prodígio de erudição literária.*”¹⁴⁸

As representações construídas nas primeiras décadas do século XX colocavam as meretrizes francesas numa posição de maior destaque e evidência em relação às outras. A imagem de que possuíam um maior poder de sedução, o conhecimento de hábitos de conduta civilizados e um nível cultural melhor que o das brasileiras lhes conferia esse lugar privilegiado.

De acordo com Margareth Rago, nesse momento, prostituição e modernidade estiveram intimamente associadas, uma vez que uma grande movimentação estava sendo empreendida por diversos setores sociais nacionais no sentido de representar o Brasil enquanto país que entrava num novo tempo, afinado com o ritmo da modernização que era empreendida na Europa.¹⁴⁹ Conviver com as francesas representava partilhar dos seus conhecimentos sobre sociedades consideradas mais modernas, aprender os segredos sexuais dos povos “avançados”, era, enfim, tornar-se um pouco mais civilizado.

Ávidas por desfrutarem do mesmo prestígio das francesas e também dos preços mais altos que as mesmas cobravam por cliente, algumas meretrizes brasileiras usavam de diversos artifícios para se passarem pelas “civilizadas cortesãs”: roupas, maquiagem, hábitos, gestos, nomes e apelidos franceses. Até o sotaque era imitado.

Durante o governo de Estácio Coimbra, fase em que Eurico de Souza Leão assumiu o cargo de Chefe de Polícia,¹⁵⁰ foi instituída uma política de repressão ostensiva à atividade das meretrizes, sobretudo das que atendiam a uma clientela mais popular nos cafés e pensões mais baratos, e as que trabalhavam nas ruas. Com suas idéias de moralizar e disciplinar a cidade, Souza Leão levou adiante uma campanha de controle e regulamentação à prostituição no Recife. A ação do Chefe de Polícia fez com que as mulheres se recolhessem nos recintos fechados, e alguns bordéis migrassem dos espaços centrais da cidade para os subúrbios, onde a fiscalização policial era bem menor e mais complacente:

¹⁴⁸ SOUZA BARROS. *A década de vinte em Pernambuco*, op. cit p. 221.

¹⁴⁹ Sobre o imaginário acerca das prostitutas francesas, ver o item “O charme a ‘Francesa’”. In: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, op. cit pp. 42-45.

¹⁵⁰ Eurico de Souza Leão foi Chefe de Polícia entre dezembro de 1926 até 1930, quando o governador Estácio Coimbra e seus auxiliares foram depostos pela Revolução de 1930.

“Bons resultados da Ação Judicial. As providências adotadas pelo dr. Eurico de Souza Leão, fazendo cessar as vergonhosas cenas de escândalo feitas nas ruas pelas meretrizes estão produzindo excelentes resultados. Numerosas raparigas que viviam em completa madraçaria, têm procurado ocupação decente, desertando as casas de tolerância, cujas donas muito prejudicadas não cessam de censurar a polícia que está gravemente lesando seus interesses.”¹⁵¹

Apesar da ação por vezes enérgica da polícia, a questão da prostituição nas pensões, bordéis, cafés e mesmo nas ruas da cidade não era tão simples de se resolver como os grupos de elite pensavam. Se a polícia tinha a força da lei e das armas para combater as meretrizes e fechar os bordéis, as “damas da noite” possuíam outras estratégias de luta para resistir a essas ações. Tecendo alianças com clientes poderosos ou com simples soldados e guardas que freqüentavam suas alcovas, usando seu poder de sedução, explorando a visão da prostituição enquanto “mal necessário”, as meretrizes articularam diferentes e criativas estratégias de sobrevivência que garantiram o funcionamento das casas de cômodo e sua permanência nas ruas da cidade: “*Condenada e aceita ao mesmo tempo, a prostituição cumpria diferentes funções socializadoras, que só podem ser apreendidas se escaparmos aos parâmetros conceituais dominantes e apreendermos sua positividade.*”¹⁵² Ao unir indivíduos mediante circuitos ocultos de coexistência, criando vínculos e ligações de dependência entre eles, os cafés, pensões, *clubs* e casas de cômodos do Recife passavam a representar muito mais que apenas espaços de negação de uma sexualidade imposta pela ordem, constituindo-se em lugares de troca e interação social.

Contudo, prazer e diversão não estavam apenas nos bordéis e pensões da cidade. Os riscos de aventurar algum dinheiro nos jogos de azar era outro divertimento que agradava os habitantes do Recife na época. Façam suas apostas, pois vamos entrar agora no misterioso e “proibido” mundo das casas de jogo e bancas de aposta do Recife.

4. Recife, “A sucursal de Monte Carlo”

¹⁵¹ *Jornal do Recife*, 06/01/1927, p. 6.

“Pois no bordel e no salão de jogos está a mesma delícia, a mais pecaminosa: pôr o destino no prazer.” (Walter Benjamin)

¹⁵² RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, op. cit p. 168.

Segundo Benjamin, a noção de jogo contrapõe-se frontalmente aos princípios do trabalho. Para ele, o ato de jogar parte da regra de “*que a*

partida seguinte não depende da precedente... O jogo ignora totalmente qualquer posição conquistada, qualquer antecedente que recorde serviços passados. É nisso que ele se distingue do trabalho. O jogo repele esse lastro do passado, que é o apoio do trabalho, e que constitui a seriedade, a preocupação, a precaução, o direito, o poder."¹⁵³

Michel de Certeau acredita que os jogos específicos de determinada sociedade seriam uma das formas pelas quais poderíamos perceber as lógicas e códigos que regem as formalidades a que as práticas socioculturais de um grupo obedecem. Pelas suas regras e formulações organizadoras, por resultarem em lances proporcionais às situações apresentadas, com possibilidades de novas e diferentes opções de jogadas, conforme a ocasião, por seus esquemas de ações articuladas, os jogos podem dizer muito acerca das lógicas e maneiras de fazer ocasionais utilizadas pelos grupos sociais.

Aparentemente distantes das lutas cotidianas, os jogos permitem, juntamente com os contos e lendas característicos de uma sociedade, a explicitação de racionalidades próprias, do arsenal de táticas e invenções da população que, muitas vezes, permanece escondido em meio a uma complexa teia de ações diárias: *"Jogando de novo uma partida, relatando-a, essas histórias registram ao mesmo tempo regras e lances. Memorizadas bem como memorizáveis, são repertórios de esquemas de ação entre parceiros. Com a sedução aí introduzida pelo elemento surpresa, esses memorandos ensinam as táticas possíveis em um sistema social dado.*"¹⁵⁴

Momento de distensão, de encontro, de disputas e conflitos, o jogo respondia aos anseios psicológicos individuais, oferecendo, conforme destacou Benjamin, uma *"oportunidade na qual não é necessário renunciar ao princípio do prazer com sua onipotência de pensamentos e desejos; [no jogo] o princípio da realidade não oferece nenhuma vantagem em relação ao princípio do prazer. Nesta persistência (...) existe uma agressão póstuma contra a autoridade que "inculcou" na criança o princípio da realidade.*"¹⁵⁵

No Recife dos anos vinte, o jogo era uma prática disseminada pelas várias camadas sociais, espalhando-se por diversos pontos da cidade. As discussões das autoridades sobre as medidas que deveriam ser tomadas para controlar o que eles chamavam de *"a jogatina desenfreada nas casas de tavolagem,"* e as campanhas realizadas pela imprensa pressionando no sentido de ações mais concretas e eficazes da polícia com relação ao jogo, mostram-nos o quanto a questão preocupava os

¹⁵³ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*, op. cit p. 267.

¹⁵⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I*, op. cit p. 84.

¹⁵⁵ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*, op. cit p.265.

grupos de elite da época.

O Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão, em relatório de 1928 ao Secretário de Justiça, expunha a situação do jogo no Recife: “*Os jogos de azar haviam atingido proporções assustadoras. Em cada esquina das ruas mais movimentadas da cidade aparecia uma espelunca, onde o jogo de azar campeava impune, parecendo, assim, desafiar a repressão da lei.*”¹⁵⁶

O problema do jogo não era novidade no Recife. Desde os inícios do século que as reclamações contra esse tipo de diversão por parte da população eram veiculadas pelos jornais e revistas locais. Em 1902, a *Revista Pernambucana* publicava indignado editorial, em que chamava o Recife de “*O Monte Carlo barato.*” O periódico advertia quanto ao caráter pernicioso do jogo e ressaltava a intrincada teia de relações existentes entre as autoridades policiais e figuras de destaque na sociedade que protegiam ou bancavam as “casas de tavolagem”:

“Se há vício que mais prejudique e corrompa a sociedade, nenhum leva a primazia ao terrível monstro que se denomina jogo. É ele que coloca na miséria inúmeras famílias (...), que leva a desonra ao lar doméstico e prostitui muita alma jovem (...). [No Recife o jogo] cada vez mais floresce, e zombando de todas as leis, campeia impunemente (...). Uma autoridade que assumiu o exercício a poucos meses quis dar um paradeiro a semelhante escândalo, mas os pedidos de potentados abrigaram a retroceder, e o jogo mais uma vez triunfou. *O Recife atual é o Monte-Carlo barato.*”¹⁵⁷

A prática de jogar podia ser definida pelas elites sob formas diferentes, dependendo de quem estava jogando. De distração simpática e passatempo interessante, se os jogadores que se sentavam à mesa ou arriscavam na milhar fossem “*cavalheiros de boa sociedade*”, passava a crime e contravenção, “*instituição que merece o combate, a repulsa dos homens de bem*”, se os jogadores pertencessem às camadas populares. Caminhando na contramão da ética do trabalho e da disciplina, envolvendo trabalhadores e pessoas pobres, fazendo com que esses esquecessem das obrigações e tarefas ligadas ao labor diário, o jogo era considerado uma atividade viciosa e prejudicial, sendo perseguido e reprimido pela polícia.

Desse modo, enquanto passatempo e diversão das camadas populares, o jogo era visto como um passo para a vida criminosa, como um meio ilícito de se ganhar dinheiro, atividade que atraía malfeitores e criminosos, uma vez que ia de encontro aos pressupostos da sociedade ordeira,

¹⁵⁶ Volume Relatórios dos Chefes de Polícia – *Relatório de Eurico de Souza Leão ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores*. 1928.

¹⁵⁷ *Revista Pernambucana*, 30/11/1902, nº 2 p.17.

progressista e trabalhadora, pregados pelos segmentos de elite da cidade. Segundo um artigo da revista *A Pilhéria*: “As casas de jogos, escancaradas ao sol e às estrelas, atraíam os desordeiros, os desocupados, os viciados de toda espécie (...); a mocidade anônima das ruas, digna do amparo dos poderes públicos (...). Homens e mulheres [que] se rebaixam ao nível dos répteis.”¹⁵⁸

Fugir da rotina estafante do trabalho, escapar da noção de tempo produtivo, sentir o prazer entorpecente de ganhar, assumir os riscos das apostas, investir na possibilidade de mudar de vida, eis algumas das razões que atraíam os jogadores. Walter Benjamin diz que o ato de jogar pode “*provocar, num segundo, as modificações que o destino, de ordinário, só produz em muitas horas e mesmo muitos anos (...). A atração do perigo... o prazer mesclado ao medo... [o jogo] dá e tira, suas razões não são absolutamente as nossas razões... Ele pode tudo.*”¹⁵⁹ Gregório Bezerra relata que foram essas as sensações que o fizeram viciar-se na roleta, no início do século:

“Agarrei a prata de quinhentos réis e botei no número sete. O banqueiro rodou a roleta e disse: Jogo feito. A roda girou com toda a velocidade, e foi parando, e a paleta pulando e pulando de um número para o outro. Até que parou no número sete: carneiro. Meu coração quase saltou da emoção que tive (...). Dia a dia fui me viciando no jogo. A princípio só jogava depois de cumprir meus deveres, isto é da venda dos jornais e da prestação de contas. Aos poucos, porém, (...) interrompia o trabalho para jogar. (...) Cheguei a perder todo o dinheiro das vendas de jornais, sem ter o mínimo de reserva para repor.”¹⁶⁰

No Recife, as roletas luminosas, caça-níqueis, jogos de cartas como o bazar, ou os ingênuos jogos de víspera, dominó, e o popularíssimo jogo do bicho, atraíam diariamente às bancas milhares de pessoas, constituindo-se numa das formas preferidas de diversão das camadas populares, a qualquer hora do dia e da noite. Eram estivadores, caixeiros, padeiros, empregados domésticos, operários, trabalhadores autônomos, bem como ambulantes, gazeteiros, sapateiros, enfim, um sem-número de indivíduos que diariamente distraíam-se e experimentavam um pouco de emoção, ao arriscar algum recurso nas mesas de jogo. Para esses, jogar era também resistir, burlar a ordem imposta, era preservar contatos, espaços e sensações que a razão técnica e as novas lógicas de funcionamento da sociedade tentavam alterar. Segundo a visão dos grupos de elite, jogar significava desperdiçar horas de trabalho honesto, digno e produtivo na busca do vício, de uma atividade criminosa, que estimulava a ganância e arrastava o homem “*a toda uma*

¹⁵⁸ *A Pilhéria*, 25/12/1926, nº 274.

¹⁵⁹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*, op. cit pp. 248-249.

¹⁶⁰ BEZERRA, Gregório, op. cit pp.139-140.

¹⁶¹ *Jornal do Recife*, 22/12/1925, p.4.

¹⁶² Os bairros citados foram nomeados nos artigos e queixas da população publicadas em jornais e revistas, nas colunas policiais e matérias de jornais.

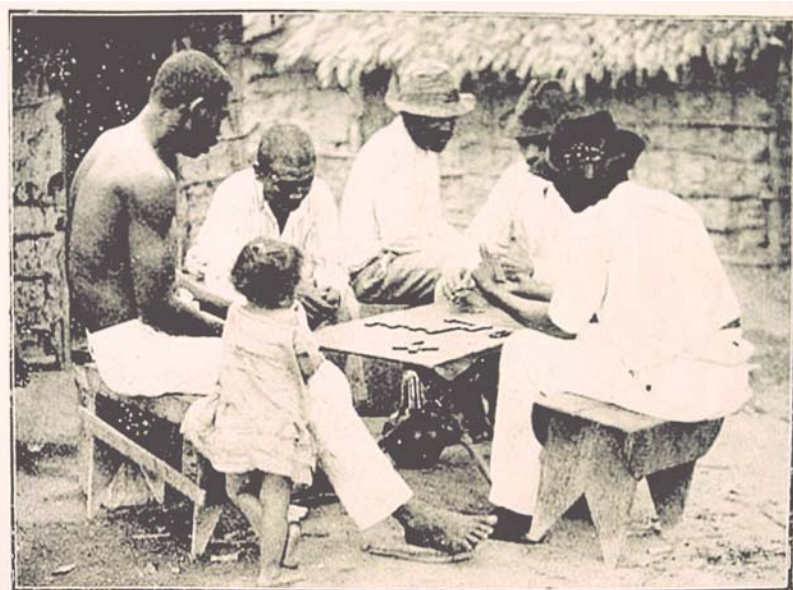
série de acontecimentos tristes e dolorosos como: o assassinio, o suicídio, o roubo, o estelionato, o abandono da família."¹⁶¹ Afinal, o jogo era um divertimento que contrariava as noções básicas cultivadas por uma sociedade que passava a menosprezar tudo que não fosse proveitoso e útil. Para esses, os segmentos populares, com seus hábitos e diversões, não passavam de vadios, preguiçosos que hostilizavam o trabalho e os ganhos a partir do "labor honesto", conforme analisaremos com mais detalhes em capítulo posterior.

Contudo, apesar do controle oficial, exercido por instituições, leis e da repressão policial, os populares continuavam a enfrentar a nova ordem que se instituía e não deixavam de fazer a sua "fezinha" no jogo. Na rua, sentados nas calçadas, nos bairros onde moravam, perto do trabalho, com amigos e vizinhos, ou com parceiros desconhecidos, encontrados nas casas e barraquinhas espalhadas por todos os arrabaldes do Recife, a qualquer hora se podiam encontrar grupos reunidos em torno do jogo. Todavia, nem só do dinheiro dos populares viviam as casas que bancavam jogos no Recife. Cotidianamente, senhores e senhoras da sociedade, pessoas pertencentes às famílias tradicionais da cidade divertiam-se a desvendar sonhos e decifrar acontecimentos e ocorrências, arriscando no jogo do bicho, febre que contaminara a muitos na cidade.

No centro do Recife, as casas de jogo concentravam-se nos bairros de São José e Santo Antônio. Na Rua das Trincheiras, Laranjeiras, Rua da Roda, Rua do Fogo, 1º de Março, Lomas Valentinas, Rua da Jangada, Beco da Bomba, Pátio do Carmo, e várias outras, inclusive nas *chics*, Rua Nova e Imperatriz, as casas de jogo proliferavam, funcionando de dia e de noite.

No entanto, os estabelecimentos que bancavam os jogos não estavam localizados apenas na região central da cidade. Disseminados praticamente por todos os bairros, sobretudo os mais populares, como Arruda, Ilha do Leite, Santo Amaro, Afogados, Encruzilhada, Cordeiro, dentre outros, diferentes tipos de jogos eram bancados em casas particulares, cafés, pensões, *clubs*, feiras-livres, ou mesmo em barracas armadas em plena rua.¹⁶²

Eram essas barracas de jogos, às



O jogo do dominó...

F. Rebello

vezes disfarçadas de barraquinhas de prendas, dispersas pelas ruas centrais da cidade à vista de todos, as que mais incomodavam os articulistas dos jornais e os que combatiam o jogo. Atrações muito comuns nas festas religiosas e outras comemorações e festas de rua, nos anos 1920 as barracas de prendas estavam em pátios de igreja, praças, largos, nas ruas do centro e arrabaldes, transformando-se em camuflagem para os que trabalhavam com jogos.

Sob o disfarce de distrações, como tiro ao alvo, arremesso de argolas ou sorteios, os barraqueiros conseguiam realizar jogos de azar, proibidos na época. Obedecendo aparentemente a todas as exigências da legislação e da polícia, submetendo-se ao pagamento de taxas e vistorias, os donos das barracas sempre encontravam uma forma de driblar a vigilância policial e explorar as apostas nas roletas, nas cartas e em outros tipos de jogos. Eram famosas as barracas do Pátio da Encruzilhada e as que eram instaladas temporariamente nas festas de igreja, como a tradicional festa de Nossa Senhora do Carmo:

“Noite, pátio do Carmo... aqui e acolá, barracas e mais barracas espalhafatasas e feericamente iluminadas... *A roleta fantasiada em jogo de prendas*, prossegue assustadoramente na sua faina interminável, arrancando dos inocentes e incautos a migalha de suas economias. Como seria bom se os poderes competentes olhassem um pouco pelo futuro destas crianças que se vão internando desbragadamente pela floresta negra do vício.”¹⁶³

No final dos anos 1920, quando o chefe de Polícia Souza Leão apertou o cerco contra os jogos de azar e instituiu as “Instruções Regulamentares para Teatros e Casas de Diversão”, conseguir a licença da polícia para o funcionamento de barracas de prendas ficou mais complicado. Os barraqueiros precisavam elaborar uma petição na qual descreviam as diversões que ofereceriam, lugar onde pretendiam instalar-se, tempo de permanência, além de pagar uma taxa única de 25\$000, o que não era barato para a época.¹⁶⁴

As petições solicitavam o funcionamento temporário, apenas durante determinados festejos de rua, ou para uma atuação permanente, sendo possível, inclusive, a liberação de barracas cujos donos se propunham a itinerar por tempo indeterminado pelas ruas da cidade. Provavelmente algumas delas, em meio aos sorteios, tiro ao alvo com maços de cigarro e arremesso de argolas para laçar um pato, “inocentes distrações” descritas nos documentos, se arriscassem a burlar a fiscalização policial, bancando algum jogo de azar para atrair os apreciadores.

¹⁶³ *A Pilhéria*, 05/12/1925, nº 219. Grifo meu.

¹⁶⁴ O salário de uma cozinheira, em 1926, era de 40\$000, enquanto o quilo de carne custava 2\$300.

À polícia cabia averiguar os antecedentes criminais do proponente, vistoriar o local e a instalação da barraca, e certificar-se do cumprimento das exigências legais, antes de o Chefe de Polícia expedir a portaria de autorização de funcionamento anual da barraca de prendas:

“O Inspetor de polícia pede que seja concedida a licença ao senhor para funcionamento de uma barraca de prendas no Largo da Penha, por ocasião dos festejos ali realizados, podendo o suplicante ser atendido (...), uma vez que está *abolida a idéia de jogo de azar*, e cumpridas todas as formalidades exigidas nas Instruções Regulamentares para Teatros e Casas de Diversões.”¹⁶⁵

Segundo os relatórios policiais, o jogo seria um dos principais motores do grande número de desordens e crimes provocados pelos populares na cidade. Brigas, agressões a faca e até mortes seriam motivadas por “*questões de jogo*.” O temor das elites diante dessas ocorrências, que eram uma constante nas ruas e nos recintos onde funcionavam os jogos, aumentava a pressão e as exigências dirigidas às autoridades, na tentativa de controlar a situação. Notícias como a que citamos a seguir apareciam com frequência nas colunas policiais dos anos 1920:

“Desordem numa casa de jogo”

“Na casa de taboagem da rua do Fogo, esquina do beco da Bomba, jogavam numerosos indivíduos ontem de madrugada. De repente, entre o banqueiro José de Tal, vulgo Zezinho e um dos parceiros, surgiu séria desavença por não querer Zezinho pagar uma parada ganha pelo aludido indivíduo. Os dois sujeitos se atracaram, havendo feio escândalo com bofetadas para mais do pedido, bem como exibição de navalhas, facas, revolveres, e outros artigos bélicos. O guarda-civil da ronda prendeu os turbulentos e os levou para o xadrez.”¹⁶⁶

A política de coerção àquilo que os jornais denominavam “*antros*” ou “*espeluncas*,” onde “*a jogatina corria desenfreada*”, variava de acordo com as autoridades do momento e com as pressões exercidas por parte dos grupos de elite da cidade. Ao longo da década de 1920, a preocupação com o grande número de casas de jogos instaladas no Recife cresceu, fazendo com que a imprensa por várias vezes empreendesse verdadeira campanha no sentido cobrar uma ação mais efetiva da polícia na repressão a esse tipo de diversão ilegal.

Em épocas de perseguição mais acirrada, batidas policiais eram

¹⁶⁵ Secretaria de Segurança Pública, *Petições*, vol. 1465. Autorização de 02/09/1927. Grifo meu.

¹⁶⁶ *Jornal do Recife*, 11/12/1926, p.5.

realizadas com frequência, casas suspeitas eram invadidas, jogadores eram presos e conduzidos à Casa de Detenção, enquanto todos os acessórios e instrumentos que serviam aos jogos eram confiscados e levados à delegacia como prova contra os contraventores. Além de roletas, mesas, baralhos, panos verdes numerados, fichas, rodas, vísporas, dominós, dinheiro, jóias e outros objetos de valor usados como garantia, eram também apreendidos nas diligências policiais utensílios como “*macaco para baralho*” e “*bode para colocar dinheiro*.” De acordo com relatórios da época, depois de registrados nos documentos policiais, esses objetos eram inutilizados pelos agentes, conforme determinava a lei. Nos idos de 1925 -1926, o *Jornal do Recife* publicava insistentes artigos onde abordava os grandes males provocados pelo jogo no caráter e na moral dos homens, além de criticar o pouco caso do governo Sérgio Loreto, ao qual fazia oposição cerrada, no sentido de combater o que considerava “*essa instituição vil e réproba*”:

“Aqui em Recife joga-se escancaradamente, à larga, sem a menor coação. O jogo vai se alastrando cada vez mais impetuoso, mais assoberbante, mais devastador.”¹⁶⁷ Joga-se abertamente, doidamente. É uma neurose terrível que avassala tudo. Em todo recanto, em toda esquina (...), quer no perímetro urbano, quer nas praias chics, é o jogo, sempre o terrível jogo a perseguir, a espalhar a miséria.”¹⁶⁸

Em janeiro de 1926, durante o último ano do governo Sérgio Loreto, intrigado com o que descrevia como a falta de providências da polícia no sentido de reprimir e fechar as casas de jogos que funcionavam no centro e arredores, um repórter do *Jornal do Recife* resolveu fazer uma pesquisa sobre o funcionamento desses estabelecimentos. Pondo-se a caminhar, percorrendo todas as ruas centrais da cidade, o jornalista procedeu a um verdadeiro inquérito, inventariando a existência de bancas de bicho e de roletas e luminosas nas ruas.¹⁶⁹

Mais uma vez o Recife era comparado à capital mundial do jogo. Na matéria, intitulada “*A sucursal de Monte Carlo*”, o repórter registrava a existência de 187 casas de jogos, apenas na região central da cidade. As Ruas Estreita do Rosário, no Bairro de Santo Antônio, a Vidal de Negreiros, em São José, a Avenida Moraes Rego e a Rua da Guia, no Bairro do Recife, eram, segundo as pesquisas do jornalista, as que abrigavam maior número de casas de jogo: cada uma possuía entre 9 e 10 estabelecimentos. Na Rua Nova, centro do considerado “comércio elegante” da cidade, havia 11 casas de jogo, se contadas as existentes ao longo da Rua 1º de Março e

¹⁶⁷ *Jornal do Recife*, 25/09/1926, p. 1.

¹⁶⁸ *Jornal do Recife*, 22/12/1926, p. 4.

¹⁶⁹ *Jornal do Recife*, 08/10/1926.

¹⁷⁰ *Jornal do Recife*, 08/10/1926.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*.

¹⁷² *Jornal do Recife*, 09/09/1926, p. 5.

Rua do Cabugá. Na Rua da Imperatriz, funcionavam 4.

Segundo seus cálculos, existiriam, no mínimo, outros 187 estabelecimentos espalhados pelos subúrbios, “*bocas escancaradas a devorar o dinheiro do povo*”, o que resultaria em um total aproximado de 370 casas que exploravam o jogo na cidade. As casas geralmente funcionavam com banca de bicho na frente, e roletas luminosas e outros jogos no salão imediato. De acordo com o levantamento do repórter, cerca de três mil e setecentas pessoas, entre agentes e vendedores em domicílio, estariam envolvidas com essa atividade:¹⁷⁰

“Se nos afigurou impossível que no centro de uma capital policiada, na zona mais importante da cidade dum grande país funcionassem 370 bancas de jogo à vista de toda população, roubando a maior parte da população, empobrecendo o comércio, desviando a atividade de milhares de homens, corrompendo menores, fabricando ladrões, tudo isso passando desatendido das autoridades públicas!.”¹⁷¹

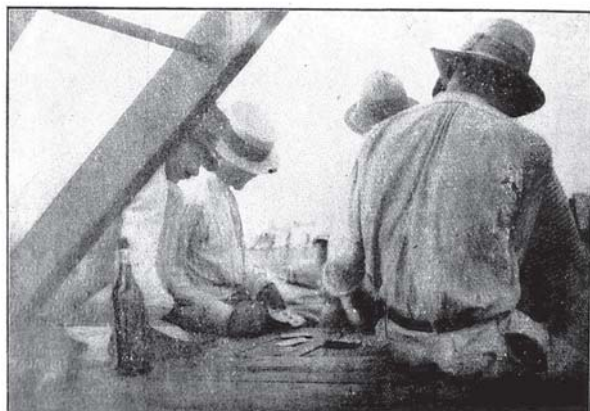
Para os grupos de elite, o jogo representava prejuízo para os comerciantes que, diante de uma população empobrecida, não conseguiam dinamizar suas vendas e o desvio da mão-de-obra do sistema de trabalho organizado, colocando essas pessoas à margem dos princípios que buscavam regular a vida dos habitantes dos centros urbanos.

Com exceção de alguns períodos, quando as autoridades policiais baixavam medidas de perseguição, as constantes reclamações dos jornais quanto aos jogos de azar ao longo da década de 1920 deixam perceber a persistência dessa atividade na cidade: “*As luminosas, as bancas de bicho, os jaburus, os caça-níqueis, as roletas viciadas em que se precipitam e são depenados os incautos, todo esse aparelhamento, toda essa engrenagem, que tritura e devora o parco dinheiro do povo, continua serenamente a funcionar às vistas do público.*”¹⁷²

A “tolerância” com que as autoridades trataram o assunto ao longo da década nos dá pistas de que existiam ligações entre os banqueiros de jogos e a polícia. Nas matérias publicadas pela imprensa, essas ligações eram sugeridas de forma explícita, algumas vezes com certo tom de sarcasmo. Em dezembro de 1926, as vésperas da posse do governador Estácio Coimbra, o *Jornal do*

43. Garrafa de bebida ao lado, cartas na mão, esses eram, de acordo com os grupos de elite, os elementos infalíveis para brigas e desordens. (Curiosidades de fotógrafo, 1926).

CURIOSIDADES DE PHOTOGRAPHO



As
tres
Cartinhas

F. Rebello

Recife denuncia de forma irônica a formação de uma nova sociedade no Recife: a dos banqueiros dos jogos de azar:

“Os banqueiros de bicho e donos de roletas estabelecidos nesta cidade, certos da sua incontestável força, resolveram fundar uma associação destinada à defesa da prestigiosa classe. Por mais singular que isso pareça ao homem de senso comum, é puríssima realidade. Ontem, no Pátio do Carmo, num sobrado, efetuou-se a primeira reunião, tendo comparecido grande número de associados.”¹⁷³

Temerosos de que as autoridades policiais do novo governo alterassem a política condescendente que, ao que parece, vinha sendo a tônica da administração do então Chefe de Polícia, desembargador Arthur da Silva Rego, os banqueiros do jogo anteciparam-se, organizando uma sociedade em defesa dos seus interesses, cuja primeira reunião contou com todo o aparato necessário: pauta, relator, secretário e uma ata, na qual constavam as deliberações dos associados. Segundo o artigo do *Jornal do Recife*, a entidade dos promotores de jogos de azar era tão organizada que estabeleceu “estatutos”, sendo um dos pontos essenciais “*um que dispõe quanto aos meios de se defender a classe, da possível, embora improvável, perseguição da polícia, quando for empossado o substituto do desembargado Silva Rego.*”¹⁷⁴ Para tanto, o artigo dos estatutos “*estabelece a quota fixa semanal de 50\$000 com que contribuirá cada mutuário, e mais o que for necessário no sentido de se assegurar a neutralidade policial, mediante a intervenção de ‘elementos eficientes’...*”¹⁷⁵

Conseguida muitas vezes a partir de propinas, suborno, ou da interferência de pessoas influentes e políticos aliados, a “neutralidade” ou “tolerância” policial garantia a continuidade do rendoso negócio, com as autoridades fazendo vista grossa à atividade ilegal dos banqueiros. Não foi à toa que os banqueiros de jogos resolveram organizar-se naquele momento para defender seus interesses. Possivelmente, o nome de Eurico de Souza Leão já estivesse sendo comentado como um provável candidato ao cargo, fazendo com que o perfil do novo Chefe de Polícia e a política rigorosa que presumivelmente seria levada a efeito em relação aos jogos de azar assustasse os banqueiros. Boa parte das medidas tomadas por Souza Leão, logo que assumiu o poder, foram aprovadas pela maioria dos periódicos da época. Jornais e revistas elogiavam as ações enérgicas do Chefe de Polícia, estimulando a continuidade dos trabalhos que livrariam a cidade das suas principais mazelas. Dizia a revista *A Pilhéria*:

¹⁷³ *Jornal do Recife*, 11/12/1926, p. 5

¹⁷⁴ *Idem*, *ibidem*.

¹⁷⁵ *Idem*, *ibidem*.

“Felizmente, Sua Exa. vai livrar a cidade dessas grandes desgraças, perseguindo o jogo, localizando o meretrício, dispersando a vagabundagem e proibindo o uso de armas que estão proibidas, na letra da lei. Louvamos, com entusiasmo, os novos horizontes da administração policial, que ora obedece à orientação do jovem pernambucano dr. Eurico de Souza Leão (...).”¹⁷⁶

Apesar dos elogios, nem todas as determinações do novo Chefe de polícia recebiam os aplausos da imprensa. Existia um ponto de divergência entre suas determinações e a opinião de alguns periódicos: o jogo do bicho.

O jogo do bicho teria origem oriental, tendo sido adaptado e implantado no Brasil, em 1892, pelo Barão Drummond. Dono do zoológico do Rio de Janeiro e amigo pessoal de Pedro II, com o advento da República o Barão teria perdido uma subvenção de dez contos de réis que recebia durante o II Reinado, o que o deixou em dificuldades financeiras. Buscando soluções para incrementar a visitação ao zoológico, Drummond promoveu jantares, jogos de cartas e uma série de novas diversões, além de pedir autorização à polícia para promover um jogo que teria como tema os animais.

Assim, a partir de julho de 1892, os que visitavam o Jardim passaram a receber um papel com a indicação de um animal, dentre os 25 que existiam naquele Zoológico, para um sorteio que poderia proporcionar um ganho vinte vezes superior à quantia que foi paga pelo ingresso. Levava o prêmio quem tivesse no bilhete o nome e o desenho do animal que no final era revelado na entrada do Jardim. O sucesso foi imenso. O jogo popularizou-se e a polícia carioca não tardou a se arrepender da licença concedida. Ainda no mesmo mês, um ofício do delegado do 2º distrito ao Chefe de Polícia destacava o “*caráter pernicioso*” do aparentemente inocente jogo:

“No empenho de procurar atrair concorrência de visitantes ao Jardim Zoológico, solicitou o seu diretor para certo recreio público licença, que lhe foi concedida pela polícia, em vista da feição disfarçadamente inocente que da simples primeira descrição do divertimento parecia se deduzir (...). Entretanto, posta em prática essa diversão, se verifica que tem ela o alcance de verdadeiro jogo, manifestamente proibido. Como semelhante divertimento não pode por mais tempo ser tolerado, e conquanto (...) muitas queixas me têm sido dirigidas pelas pessoas lesadas, assim intimarei ao diretor do Jardim Zoológico para que suspenda imediatamente a continuação do aludido jogo, sob pena de ser processado na conformidade dos arts. 369 e 370 do Código Penal.”¹⁷⁷

¹⁷⁶ A *Pilhéria*, 25/12/1926, nº 274.

¹⁷⁷ O *Tempo*, 23/07/1892.

Os esforços da polícia para controlar e proibir o jogo foram em vão. Alastrando-se por todo o país, apenas uma década depois o jogo do bicho já era mencionado no Recife como “*uma hidra que estabelecia escritório de jogo em todas as ruas da Capital!*”¹⁷⁸ Entranhado no cotidiano de boa parte dos habitantes da cidade, o jogo do bicho atraía desde populares até membros de tradicionais famílias pernambucanas. Sonhos eram detalhadamente decifrados, coincidências cotidianas interpretadas como sinais, até o formato das nuvens sugeria o palpite em determinado bicho, como no caso da visão tida por um morador de um mocambo na Ilha do Joaneiro, narrado por Gilberto Freyre em *Assombrações do Recife Velho*:

“De repente, o pobre (...) vê umas nuvens muito brancas se abrirem; e aparecer, no azul celeste, como iluminada por muita luz elétrica, sua madrinha. Aparece Nossa Senhora do Carmo em toda sua glória e aponta com dedo luminoso para uma nuvem que toma a forma clara de um bicho.”¹⁷⁹

Segundo o relato de Freyre, no outro dia o homem procurou a melhor banca da Encruzilhada e carregou na aposta, fazendo o jogo completo no bicho indicado pela Santa. Acertou em cheio. Chalé no bairro da Torre, filhos em colégios de padre e a mulher “*com dente de ouro e chapéu de pluma, passeando na rua Nova e tomando sorvete no Café Rui*”,¹⁸⁰ teria sido, de acordo com o autor, o final da história do ex-morador dos mangues.

Todavia, os aficionados do jogo do bicho, como já destacamos, não pertenciam apenas às camadas populares. Ainda na década de 1910, Gregório Bezerra conta que serviu na casa de uma família residente na Rua da Saudade, bairro da Boa Vista, local de moradia de pessoas abastadas, onde uma das donas era contumaz jogadora, fazendo apostas diariamente ao longo de meses:

“Um dia, a tia de dona Santinha mandou-me fazer um jogo de bicho. Fiz o jogo e entreguei-lhe o talão. À tarde deu o bicho em que ela jogou. Achou que eu lhe dera sorte. No dia seguinte, fez outro jogo; tornou a ganhar. Achou que eu entrei na sua casa com o pé direito, porque há muitos meses ela não ganhava um tostão no jogo do bicho. Ganhei a simpatia de Tia Selma como era chamada na família. Também passei a chamá-la assim.”¹⁸¹

As bancas para apostas no bicho estavam por toda parte. Diariamente o resultado era ansiosamente esperado pelos apostadores, que se aglomeravam nas proximidades da “*Esquina Lafayette*” para aguardar a chegada da “*poule*”, trazida por um rapazola de bicicleta conhecido como

¹⁷⁸ *Revista Pernambucana* 30/11/1902 nº 2.

¹⁷⁹ FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife velho*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000, pp. 127-128.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁸¹ BEZERRA, Gregório, op. cit p. 121.

“submarino.” Segundo um cronista da revista *A Pilhéria*, não havia divertimento mais interessante do que sentar-se à “*Lafayette*, às 16 horas, mais ou menos de todos os dias úteis, e apreciar o considerável número de pessoas de todas as classes, cores e sexos ali estacionadas, aguardando o “bicho que deu.” Fala-se, comenta-se o bicho da véspera, o sonho sonhado, o palpite mais falado do dia, o bicho mais carregado, o perigo da dobradinha, etc, etc. Quando pela ponte de Maurício de Nassau se divulga o vulto do pequeno “submarino” tudo se movimenta em torno às casas principais de banca de bicho. Esse pequeno vem montado em bicicleta, fonfonando pelo caminho, abrindo alas. É a sorte que ele traz no envelope vermelho e há como que pequena avalanche de almas sôfregas como que a emoção mais violenta possível, na ansiedade de saber a sorte, o destino que teve a “poule” do dia.”¹⁸²

O movimento de pessoas esperando o resultado do jogo do bicho na esquina da 1º de Março com a Rua do Imperador era tamanho que, em 1923, quando um surto de gripe assolou a cidade, a revista *A Pilhéria*, com seu costureiro tom irônico, alertava os ansiosos apostadores para os perigos que enfrentavam na espera pelo resultado do bicho:

“A nossa avisada Higiene já recomenda (...) que não é prudente o povo aglomerar-se em pontos onde há ajuntamento de mais de uma pessoa, como na esquina da Lafayette e na rua 1º de Março, com vistas da multidão que espera o “bicho” todo dia das 15 [horas] em diante.”¹⁸³

Senhoras e senhorinhas rompiam tabus e barreiras sociais ao circularem pelas imediações do *Café da Lafayette*, território masculino por excelência, aguardando inquietas a chegada do “submarino.” Esse procedimento chamava a atenção dos atentos observadores, tornando-as alvo de fofocas e comentários maldosos dos habituais freqüentadores da *Esquina da Lafayette*. Não era sem malícia que alguns cronistas noticiavam fatos desse tipo, sem, contudo, declarar o nome da jogadora, provavelmente mocinha de conhecida família: “*Por isto a passagem insistente daquela senhorita acompanhada de um “gury”, na hora em que mais difícil se torna o trânsito naquela artéria, indo e voltando de uma esquina a outra, foi justificada com segurança pelo conhecido médico de profilaxia, como sendo ela uma adepta fervorosa do jogo do bicho.*”¹⁸⁴

¹⁸² *A Pilhéria*
23/06/1923, nº 91.

¹⁸³ *A Pilhéria*
14/07/1923, nº 94.

¹⁸⁴ *A Pilhéria*
04/10/1924, nº 158.

O fato de o jogo do bicho ter adeptos também entre as elites explica a simpatia e a defesa que alguns periódicos, como a revista *A Pilhéria*, faziam do jogo em suas matérias. Apesar de apoiar as ações da administração de Souza Leão, conforme já constatamos, a revista publicou insistentes artigos em que

tentava proteger o jogo do bicho, defendendo sua legalização e criticando a ação da polícia. Os argumentos eram os mais variados possíveis. O jogo do bicho era apresentado como “*uma instituição nacional*”, atividade séria, responsável e honesta, que deveria ser legalizada mediante o pagamento de tributos:

“Alguém já afirmou com sabedoria que o jogo do bicho é uma instituição nacional. E é mesmo (...). É maravilhoso! Aquele papelzinho vagabundo em que há uma milhar, escrito à lápis, através do papel carbono, é um documento que não sofre contestação, e quando premiado nos dá o conforto e a alegria da riqueza. O jogo do bicho nesse imenso país, é um símbolo de honestidade. E ainda, há homens públicos, sonhadores, que tentam bani-lo da sociedade. Utopia de legisladores. Não haverá lei que possa extinguir o jogo do bicho. Façamos a nossa fezinha.”¹⁸⁵

Em março de 1927, já em meio à enérgica campanha contra os outros tipos de jogos, Souza Leão proíbe o jogo do bicho no Recife, causando polêmica e rebuliço geral. Segundo os cronistas, não se falava em outra coisa no Recife: “*A nota dominante da semana que passou, foi incontestavelmente a proibição do jogo do bicho. Em toda a cidade, e por certo em todo o Estado, quando duas ou três ou quatro pessoas se reuniram, o assunto era, por todos os motivos, essa proibição do jogo do bicho, de há muito anunciada, e levada a efeito, agora, pela polícia.*”¹⁸⁶

Diante da proibição, o escárnio e o tom gozador de *A Pilhéria* são substituídos por um discurso que se respalda em argumentos de cunho humanitário, tentado sensibilizar as autoridades para o problema social que a medida traria. Dizendo-se “*inimigos das roletas, das ‘luminosas’, das ‘francesas’, (das bancas francesas, bem entendido) de todos os jogos de baralho, e principalmente de todas essas casas, onde se reúnem numa promiscuidade criminosa, os jogadores de profissão, os criados e as crianças*”,¹⁸⁷ o jornalista continuava, agora, com mais cautela e habilidade, a defesa do jogo do bicho:

“E essa feição simpática está justamente em torno dessas criaturas que trabalham de 7 horas da manhã às 2 ½ da tarde, presas no balcão, na faina estafante (...), destinadas à manutenção das próprias famílias, muitas vezes numerosas. Conhecemos algumas dessas criaturas, que possuem (...) verdadeiros “batalhões” de filhos e parentes e que da profissão de “passar” o jogo do bicho, ganham o pão cotidiano. Essas criaturas, realmente, em número de três ou quatro mil, ficaram “ex-abrupto” ao Deus dará, atravessando toda sorte de amarguras, numa época de crise apavorante para todas as classes sociais.”¹⁸⁸

¹⁸⁵ *A Pilhéria*, 04/12/1926, nº 271.

¹⁸⁶ *A Pilhéria*, 19/03/1927, nº 286.

¹⁸⁷ Idem, ibidem.

¹⁸⁸ Idem, ibidem.

Em relatório de 1928, dirigido ao Secretário de Justiça e Negócios Interiores, o então Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão terminava a descrição das providencias policiais tomadas naquele ano com relação aos jogos de azar, afirmando categoricamente o seguinte: “*O jogo de azar, em Recife, está inteiramente extinto.*” Se controlar as luminosas, caça-níqueis e casas que promoviam outros jogos de azar parecia à polícia tarefa fácil, conforme enfatizou Souza Leão no seu relatório, ao afirmar que a polícia conseguira acabar definitivamente com os jogos de azar na Capital, o mesmo não se pode dizer com relação ao jogo do bicho.

Arraigado no cotidiano dos habitantes da cidade, o jogo foi defendido com “unhas e dentes” pelos seus adeptos, que encontraram estratégias cheias de criatividade para enfrentar a proibição e a forte pressão das autoridades policiais. É o próprio Chefe de Polícia que admite, no relatório de 1928, que sua missão de fechar as chamadas “*espeluncas*” e acabar de vez com o jogo no Recife foi apenas cumprida parcialmente. Segundo suas palavras, “*de fato não mais se joga nessa capital, afirmação que ousamos avançar sem querer ocultar a rebeldia de alguns contraventores sempre renitentes (...). Referimo-nos aos amantes do jogo denominado do bicho.*”¹⁸⁹

As autoridades tinham muitas dificuldades no combate ao jogo do bicho no Recife. A rede que envolvia as autoridades policiais e os contraventores, as inúmeras formas de resistência e as táticas empregadas pela população para manter essa forma de diversão além das dificuldades legais para manter os contraventores no xadrez eram algumas delas. Os problemas para conseguir testemunhas e um Código Penal que previa, no seu artigo nº 369, a pena de apenas 3 meses para os envolvidos com o jogo, fazia com que os acusados vivessem num verdadeiro vai- e-vem de entradas e saídas do xadrez.

Manuel Antunes de Oliveira era um desses indivíduos. Classificado como um “*inveterado contraventor*”, só em 1928 ele foi detido 4 vezes, conseguindo sempre livrar-se da pena estipulada por meio de *habeas-corpus*, apesar de ter antecedentes criminais na prática do mesmo delito.¹⁹⁰ Souza Leão reclamava do que considerava “*a falta de disposições legais mais severas contra o jogo*”, uma vez que, com as sanções oficialmente impostas, “*o contraventor tem a convicção que, mesmo preso em flagrante, vai se defender solto, resultando daí seu descaso pela ação policial. Sabendo da fragilidade das provas testemunhais em casos tais, eles têm a certeza plena de nunca serem condenados.*”¹⁹¹

Para a polícia, colocar as mãos nos passadores de bicho e banqueiros não era tarefa fácil. As inventivas táticas empregadas pelos contraventores, que contavam com a cumplicidade da população, permitiam driblar a ação policial,

¹⁸⁹ Volume Relatórios dos Chefes de Polícia – *Relatório de Eurico de Souza Leão ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores*. 1928.

¹⁹⁰ Repartição Central de Polícia, *Ofícios Expedidos*, set-out 1928. vol. 1265.

¹⁹¹ Volume Relatórios dos Chefes de Polícia – *Relatório de Eurico de Souza Leão ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores*. 1928.

fazendo com que todo o mecanismo do jogo continuasse a funcionar. O próprio Chefe de Polícia admitia, no relatório, que *“foram bem interessantes os meios de que lançaram mão os contraventores no sentido de burlar a ação da polícia.”*

Algumas das estratégias narradas por Souza Leão nos dão a noção da ilimitada criatividade da imaginação popular, que desafiava sem tréguas a repressão e a violência policial. Era um respeitável velhinho, *“que, à hora certa, munia-se de uma garrafa de leite para o netinho e ia à procura do banqueiro”*, transportando as “poules” e a lista do apurado, ou uma apressada *“velhota que, sobrançando embrulhos vários, atravessava a cidade como quem ia a afanoso trabalho, levando a lista.”* Em algumas bodegas, bancas de jogo disfarçadas, *“os fregueses desapareciam pelo fundo da casa, saindo misteriosamente pela porta do oitão.”* A comunicação dos resultados do dia aos jogadores era feita por meio de códigos que assumiam múltiplas formas, como aquele idealizado pelo dono de uma quitanda, *“que prevenia a hora de se receber o jogo, com um cartaz anunciando ovos baratos.”*¹⁹²

Setores da elite também criavam suas próprias estratégias para burlar a ação da polícia e preservar suas práticas. A ilustração da capa da revista *A Pilhéria* de abril de 1927 mostra que, enquanto um casal passeava por uma via pública, a senhora discretamente entregava suas apostas a um passador de bicho que os seguia, apesar da presença de um guarda que, atônito e sem ação, percebia toda a manobra.

Desse modo, a repressão ao jogo e seus aficionados e simpatizantes, era enfrentada a partir de táticas cotidianas inventadas pelos diversos grupos sociais interessados na permanência dessa prática. Essas criações anônimas surgiam a partir de uma espécie de rede de micro-resistência, de uma antidisciplina que possibilitava jogar com o poder instituído, desfazendo as regras impostas. Nessas estratégias existiria uma arte de dar golpes, um prazer em alterar as normas do espaço opressor, segundo Certeau. *“Destreza tática e alegria de uma maestria que tem seus peritos e sua estética exercida no labirinto de poderes, recriando sem cessar opacidades e ambigüidade - cantos de sombras e astúcias - no universo da transparência tecnocrática.”*¹⁹³

O trabalho da polícia contra os jogadores não era fácil. Souza Leão quando afirmou tão categoricamente no seu relatório que *“o jogo de azar em Recife está inteiramente extinto,”* confiou demais na força das suas medidas repressivas, sem contar com a inventividade popular. O Chefe de Polícia, ao se vangloriar orgulhoso da ação da polícia na descoberta das estratégias dos velhinhos, vovós e cartazes anunciando ovos, não percebeu que

¹⁹² Todas as citações desse parágrafo foram retiradas do volume Relatórios dos Chefes de Polícia - *Relatório de Eurico de Souza Leão ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores*. 1928.

¹⁹³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1*, op. cit p. 79.

não tardariam a aparecer inumeros outros artifícios para burlar a vigilância das autoridades.

Ao longo das décadas seguintes, o jogo do bicho resistiu, ora driblando as determinações policiais ora aliando-se aos poderosos, chegando até os nossos dias. Interpretar sonhos e relacioná-los com animais, arriscar palpites em placas de carro, números de telefones e casas continuam a mexer com a imaginação de boa parte dos habitantes do Recife.

Prática usada para se contrapor às conformações estabelecidas no espaço da cidade oficial, o jogo era uma das formas de os indivíduos buscarem o prazer representado pela liberdade de correr riscos, de escapar à obediência das regras e disposições fixadas, era, enfim, a possibilidade de “dar as cartas.” Constituíam-se numa espécie de linha de fuga da ordem do trabalho e do tempo padronizado. Contudo, mais que apenas espaço da transgressão, o jogo era uma prática na qual podiam emergir outros modos de funcionamento, maneiras de fazer diversas, possibilidades de se inverterm papéis, de se vivenciarem instantes de prazer regidos por regras diferentes daquelas apresentadas pelo “mundo real.”



44. (A Pilhéria, 1927).

*“Uma sequência de cartadas de sorte me proporciona mais prazer do que um homem que não joga pode ter em vários anos (...). Estes prazeres, vivos e ardentes como relâmpagos, são rápidos demais para me proporcionar desgosto, e por demais diferentes para me entediar. Vivo cem vidas em uma única.”*¹⁹⁴

¹⁹⁴ GOURDON, Edouard. Os ceifeiros noturnos. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III*, op. cit p. 244.



3

(CON)VIVÊNCIAS

1. O *footing* na Rua Nova

As histórias deste capítulo iniciam-se no chão, a partir dos passos. Passos cujos vai-e-vens conformam espaços, constroem os lugares da cidade. Segundo Certeau, os passos são uma forma de apreensão tátil, de apropriação cinésica¹ dos espaços. O ato de caminhar seria um processo de construção simbólica do sistema topográfico pelo pedestre. Caminhar por algumas ruas e não por outras, andar rápido ou devagar, observando as vitrines, captar apenas algumas imagens e esquecer outras, inventar e criar cenários, dentre um conjunto de possibilidades oferecidas, são escolhas e operações que fazem com que o caminhante estabeleça relações específicas com os percursos: *“A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes (...). Não seria portanto possível reduzi-las a seu traçado gráfico.”*²

A caminhada seleciona e estilhaça o espaço percorrido, só apreendendo pedaços escolhidos, *“amplificando o detalhe e miniaturizando o conjunto”*, substituindo o todo por fragmentos (um menos em lugar de um mais). Nesse processo, omite partes inteiras, cria ausências e cortes que suprimem o conjunto, desfaz a continuidade (um nada em vez de alguma coisa).³

O caminhante faz e refaz o espaço exato e preciso dos urbanistas e arquitetos. Se, por um lado, ele efetiva e segue algumas das alternativas impostas pela ordem instituída, por outro, ele ressignifica os elementos espaciais ao mudar suas funções, ao inventar outras, ao criar discursos diferentes relativos ao lugar. Esses relatos são construídos a partir de fragmentos, *“cujos buracos se encaixam nas práticas sociais que simboliza.”*⁴

O espaço escolhido para a caminhada que realizaremos é o da Rua Nova. De acordo com Vanildo Bezerra Cavalcanti, à época dos holandeses essa área era usada para guardar apetrechos de guerra, abrigando uma casa de pólvora. Já no século XVIII, a construção da nova Ponte da Boa Vista e de alguns aterros aumentou a extensão da rua, então chamada de “Rua Nova da Casa da Pólvora.”⁵

Conhecida desde essa fase pela população como Rua Nova, em 1870 a via muda de nome por uma lei municipal que alterou os nomes de várias artérias importantes da cidade, muitas delas para homenagear

¹ No item “A fala dos passos perdidos”, Certeau discute o ato de caminhar como forma de construção simbólica dos espaços da cidade. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I. Cinésica* é a parte da semiótica que estuda os movimentos e processos corporais que formam um código de comunicação extralingüística.

² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 179.

³ Idem, p. 181.

⁴ Idem, p. 182.

⁵ CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. Recife do Corpo Santo. Recife, Prefeitura Municipal do Recife, 1977, p. 212-213.

os heróis e feitos brasileiros na Guerra do Paraguai, passando a chamar-se “Barão da Vitória”, em homenagem a José Joaquim Coelho. Enquanto na correspondência oficial, almanaques e publicações governamentais os novos nomes eram adotados, no cotidiano a população continuava a chamar as ruas pelos seus antigos nomes, ignorando as leis e posturas municipais, numa forma de resistência às modificações que se tentavam implantar na cidade. As resistências às mudanças eram tantas que Eustórgio Wanderley destacava: *“As mudanças não passavam do alto das esquinas das citadas ruas onde eram trocadas as placas dos antigos nomes por outras com a nova denominação. O povo, em geral, não tomava conhecimento dessas alterações, continuando a chamar as ruas pelos seus velhos nomes.”*⁶

Para Certeau, os nomes próprios dos espaços da cidade são repletos de poderes mágicos. Eles perdem seu valor gravado, mas a sua capacidade de significação persiste, oferecendo-se aos passantes como locais de *“encontros imaginários para viagens que, mudadas em metáforas, determinam por razões estranhas ao seu valor original mas razões sabidas/não sabidas dos passantes.”*⁷ Desse modo, os nomes próprio das ruas “fazem sentido”, ligando os passos aos gestos, articulando um significado entre a caminhada e a representação do nome próprio.

A persistência da população da cidade em manter os nomes antigos das ruas do Recife deve-se, em parte, a esse fenômeno. Continuar chamando de Nova uma rua cuja denominação vinha do século XVIII revela não apenas as resistências da população às determinações oficiais, que tentavam manter vínculos com as identidades escondidas, como também a identificação entre o nome da rua e o significado que a palavra “novo” ganhava nessa fase.

O “novo” contrapunha-se ao antigo, ao atraso, a tudo que se opusesse ao moderno, tendo uma conotação positiva, pois representava o progresso e a esperança de um futuro promissor. Nova era não apenas o nome da rua por onde os grupos de elite do Recife passeavam olhando as vitrines, observando e se expondo aos passantes, seguindo os ditames do que se considerava moderno e civilizado: ir aos cinemas, tomar o chá das cinco, vestir-se de acordo com o figurino parisiense. Novas seriam também as pessoas que, no vai-e-vem do *footing*, procuravam preencher com o nome da rua as expectativas, desejos e sonhos íntimos com relação a si próprias e à cidade em que moravam.

Para caminhar, ou, como diriam alguns cronistas dos anos vinte, *footing* pela Rua Nova, optamos por acompanhar personagens que, apesar de terem sido criados e envolvidos em situações por nós imaginadas, vivenciam nestas páginas, experiências que devem ter ocorrido corriqueiramente no Recife dos anos 1920. Os percursos e fatos narrados durante esse passeio foram baseados

⁶ WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*, op. cit p. 12.

⁷ CERTEAU, Michel de, op. cit p. 185.

em cuidadosa pesquisa realizada na imprensa da época, sobretudo nas colunas sociais da *Revista da Cidade*, *A Pilhéria*, *Rua Nova*, e nas reclamações e editoriais das mesmas publicações e nos jornais da década de 1920.

Neste item, trabalhamos buscando integrar “realidades” e “possibilidades.” Nossa preocupação foi a de compreender “*o mundo que essas pessoas devem ter visto, as reações que podem ter tido*”, reconstruindo situações verossímeis, mas com o cuidado constante de fundamentá-las nas experiências vividas pelos sujeitos do passado, ancorando o relato na documentação da época. Para isso, respaldamo-nos nas observações e análises feitas por Natalie Davis na introdução do seu livro *O retorno de Martin Guerre*, quando destaca: “*Fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que devem ter tido [aquelas pessoas]. O que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado.*”⁸

Eram 13h30 da tarde de uma quinta-feira de 1926. As amigas Cilinha, Alzira, Nair e Carmem preparam-se apressadas para ir à Rua Nova, acompanhadas de d. Laura, mãe de Nair e Carmem.⁹ Cilinha era filha de um conceituado médico, cujo consultório funcionava na Praça da Independência, um dos locais preferidos pelos doutores da cidade. O pai de Alzira era funcionário público e trabalhava na Capitania do Porto, no Bairro do Recife, onde tinha um alto posto administrativo, enquanto as irmãs Nair e Carmem eram filhas do dono de uma loja de jóias na Rua da Imperatriz. Com exceção de D. Laura, que auxiliava o marido na joalheria, o restante das mães das moças dedicavam-se às tarefas domésticas. As jovens tornaram-se amigas, pois estudavam no Colégio das Damas Cristãs, tradicional educandário para moças que funciona na Estrada da Ponte d’Uchôa.

Reunidas na casa das irmãs Nair e Carmem, elas davam-se os últimos retoques e discutiam se as roupas e adereços escolhidos para desfilar no *footing* da Rua Nova, logo mais à tarde, estavam de acordo. As dúvidas eram muitas: vestidos de crepe georgette estampado ou de seda japonesa? Chapéus de feltro, pele de lebre ou de palhinha? Sapatos de camurça estilo Luís XV, ou em verniz com salto carretel? Para completar a indumentária de passeio, bolsas de alça curta, jóias, meias de seda e sombrinhas coloridas.¹⁰

A maquiagem era imprescindível a toda moça moderna. No rosto, pó de arroz *Jazz-Band*, *rouge*, carmim vermelho nos lábios em forma de coração e, para finalizar, os perfumes “Flor de Amor” ou “Glória de

⁸ Ver essa discussão em DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Também em GINZBURG Carlo. Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, pp. 179-202.

⁹ Segundo a *Revista da Cidade* de 24/07/1926, quintas-feiras e sábados eram os dias mais animados e de maior movimento na Rua Nova. Os nomes das moças não são fictícios, foram retirados das notas da crônica social da revista *Rua Nova*, 28/08/1924.

¹⁰ As descrições foram baseadas em anúncios de diversas lojas publicados nos jornais da década de vinte, onde os artigos comercializados eram descritos em detalhes. As crônicas e notas de moda, além das fotos pesquisadas nas revistas *A Pilhéria*, *Rua Nova* e *Revista da Cidade*, também serviram de subsídio.



45. A Maquiagem e o uso de uma série de outros adereços não mais eram vistos como de uso apenas das “mundanas”, ou atrizes de teatro. As mocinhas de família agora buscavam reconhecimento social com base também na beleza e elegância. (A *Pilhéria*, 1925).

Paris.” Os cabelos eram praticamente uma unanimidade: as moças que se consideravam modernas cortavam-nos curtos, logo abaixo das orelhas, com a nuca à mostra - à *la garçonne* -, como ditava a moda lançada em meados de 1917 em Paris. Ao chegar ao Recife em princípios dos anos 20, a novidade não agradou muito, sendo vista com desconfiança pelos homens, conforme podemos perceber pela quadrinha da época:

“La Garçonne... Realmente
Essa moda não é feia,
Mas somente nas meninas
Ou então na esposa alheia.”¹¹

Já em meados da década, a moda dos cabelos curtos generalizou-se, sendo lançados produtos e utensílios que facilitavam a manutenção do corte à *la garçonne*, como o aparelho Gillette modelo “*Parisienne, especialmente para senhoras e senhoritas*”, que prometia “*manter macia a nuca*.”¹² Enquanto as moças terminavam de escolher roupas e adereços, a Rua Nova já começava a agitar-se:

“Às três horas começa a gente *chic* a invadir o corredor estreito que é a Rua Nova. Umas chegam de bonde, outras de auto, outras a pé, todas porém ávidas de uma exibiçãozinha de um vestido novo, de uma noticiuzinha interessante. Às quatro está repleta a rua. Lindos *toilettes*, chapéus modernos, sombrinhas exóticas fazem um grupo só com muitas cores, muitas sedas, muito ouro...”¹³

A vida das mulheres havia mudado muito nessa virada de século. Nos anos vinte, já saíam às compras sozinhas, divertiam-se nos cinemas, trabalhavam e dirigiam os Fords e Hudsons que circulavam pelas ruas do Recife. As revistas semanais não deixavam por menos, comentando, com um toque de ironia, a novidade de se verem mocinhas e senhoras ao volante: “*Já está em pleno domínio público a grande moda do sport automobilístico praticado por senhoritas do nosso mais requintado ‘set’, como já começaram a se fazer notar os constantes desastres de automóveis pouco educados que*

¹¹ LEMOS FILHO, op. cit p. 168.

¹² A *Pilhéria*, 12/06/1926, nº 246. Anúncio do aparelho Gillette Parisienne, exclusivo para mulheres. Eram também recomendados para “manter as axilas sempre limpas.”

¹³ *Revista da Cidade*, 24/07/1926, nº 9.

desobedecem à direção de uma linda mão enluvada e perfumada.”¹⁴ As propagandas dessa época já anunciavam até modelos indicados especialmente para as mulheres: “*Senhoritas que se dedicam ao lindo sport de dirigir o seu automóvel, a voiturette Ford é o carro que por sua beleza, conforto e fácil manejo, mais se adapta aos passeios pelas ruas movimentadas da cidade e aos pequenos afazeres costumeiros.*” O anúncio do novo modelo destacava dois pontos principais do veículo, mostrando a visão que se tinha das mulheres da época: o novo modelo era “*de fácil manejo*” e permitia o transporte “*com a máxima proteção, de caixas de chapéus, valises e artigos de sport em sua espaçosa caixa traseira.*”¹⁵ Dessa forma, a propaganda passa a imagem de que as mulheres às quais se dirigiam os autos, pertencentes às elites, enfrentavam certas dificuldades com relação à condução de veículos, além de terem como interesse básico as compras e a frequência aos esportes.

As crônicas e poesias publicadas nas colunas das revistas semanais refletiam as mudanças que vinham ocorrendo no comportamento feminino, além de reforçarem a visão das mulheres como inábeis ao volante, responsáveis por acidentes e atropelamentos:

“Ou eu me engano muito, ou daqui há alguns meses
Pelo rumo que as coisas vão tomando só teremos *chauffeuses* (...)
Chauffeuses ... Só chauffeuses! Dão na vista...
E algumas delas são até gentis:
Quando atropelam por aí qualquer altista
Nunca o matam de todo (gente altruísta!);
Quebram só as costelas do infeliz.”¹⁶

Nessa fase, as mulheres começaram a sair do ambiente doméstico não apenas para fazer compras e se divertir, mas também para trabalhar. Os anúncios e matérias dos jornais da década de vinte, além de estimularem, passaram a valorizar o trabalho feminino. A propaganda da *Escola Remington* de datilografia da Rua Nova reforçava uma série de novas representações acerca das mulheres que trabalhavam fora de casa: as mais de duzentas moças que faziam o curso “*estão ganhando dinheiro e são felizes*”.¹⁷ “*O trabalho dignifica a mulher*” “*A mulher que trabalha é alvo de admiração geral*” são algumas das imagens repassadas pela publicidade. Além das vantagens ressaltadas, felicidade, realização e reconhecimento social,

¹⁴ *A Pilhéria*, 10/01/1925, nº 172.

¹⁵ *A Pilhéria*, 27/03/1926, nº 235.

¹⁶ *Revista Rua Nova*, 13/03/1926, nº 45. As Lindas Chauffeuses.

¹⁷ *Revista da Cidade*, 19/06/1926, nº 4.



46. A mulher moderna não podia deixar de saber manejar um dos principais ícones da modernidade - o automóvel - mesmo que para isso enfrentasse a resistência masculina. (*Revista da Cidade*, 1928).

o anúncio tocava em um ponto fundamental - a vaidade feminina -, associando beleza e trabalho:

*“Ser datilógrafa Remington é ser bela, pois está provado que este nome mágico, atrai todas as formosas. Matriculai-vos na Escola Remington Oficial.”*¹⁸

De “rainha do lar”, representação ideal do comportamento feminino para as elites e camadas médias, cujas responsabilidades se resumiam nos cuidados com o bem-estar do “chefe da família”, organização da casa, geração e educação dos filhos, a mulher passara a reivindicar maior participação nas atividades econômicas e na vida política do país. O desenvolvimento industrial e urbano, a necessidade de participação na produção durante a Primeira Guerra, aliadas às lutas femininas por maior inserção na esfera pública, alteraram os padrões de vida da mulher. No Brasil, alguns limites eram impostos à entrada no mercado de trabalho das moças das camadas médias e altas. Professora, datilógrafa, enfermeira, telefonista, caixeiras de lojas, operárias de indústrias têxteis e alimentícias, eram algumas das profissões permitidas às que procuravam o mercado de trabalho.¹⁹

As mudanças ocorridas no comportamento feminino nas primeiras décadas do século XX *“incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas. Afinal, era muito recente a presença das moças (...) chamadas “de boa família”, aventurando-se sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo que se fizesse necessário.”*²⁰ Nessa fase, as representações em torno da figura feminina, muito influenciadas pelo cinema norte-americano e suas atrizes de sucesso, colocavam a mulher moderna como esbelta, ágil, combativa, em busca da sua independência.

Ao lado dessa imagem, persistia a visão da mulher enquanto mãe-esposa-dona de casa, principal função feminina de acordo com os preceitos da Igreja, com os saberes médicos e jurídicos, com os ensinamentos passados nas escolas e legitimados pelo Estado. Em algumas matérias de revistas da época, como nos *“Dez mandamentos da esposa”*, publicados na revista *A Pílhéria*, em 1922, a mulher aparecia como a esposa obediente, preocupada em cuidar dos filhos e atender aos desejos do marido.²¹

No Recife, alguns comportamentos e modas adotados pelas mulheres

¹⁸ *Jornal do Recife*, 25/02/1926.

¹⁹ Detalhes sobre a condição feminina e transformações ocorridas nessa fase com relação à mulher ver, dentre outras obras: MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: *História da vida privada* 3, op. cit 367-421. RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2000, pp. 578-606.

²⁰ MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: *História da vida privada* 3, op. cit p. 367

²¹ Aspectos diversos sobre vida da mulher e a condição feminina no Brasil estão em PRIORE, Mary Del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2000.

causavam espanto e certa indignação por parte dos mais conservadores: “Quem há de tolerar semelhante cousa? A mulher passa a vestir-se como homem (...). Sim porque a mulher já veste pijamas, já se mete em smoking, adotando a camisa de peito duro, colarinho, gravata, bengala; já fuma, bebe e joga; sai sozinha e reduz suas roupas ao mínimo.”²²

Segundo Mário Sette, as primeiras caixeiras nas lojas elegantes da Rua Nova causaram um misto de zombaria, malícia, indignação: “Foi uma estupefação, um embasbacamento, um escândalo. Os moralistas clamavam contra aquilo. ‘Um antro de perdição’! Quem já viu donzelas em contato direto com homens?”²³

A novidade surgiu por volta de 1908, quando a famosa modista Júlia Dorderlein inaugurou a *Casa Alemã* na esquina da Rua Nova com Rua da Palma, com “*aparelhagem elétrica para a iluminação e para troco*”, mostruários e vitrines atraentes e, para surpresa de todos, mocinhas no atendimento dos balcões. A inovação foi aos poucos sendo aceita, e outras lojas como a *Casa Inglesa*, de Mme. Brack, inaugurada em 1912, a *Maison Chic*, a *Rosa dos Alpes* e o *Paradis des Dames* começaram a adotar o mesmo sistema:²⁴ “Ao invés de caixeiros enfatiotados, de bigodinhos arrebitados e cabelo em pastinhas, moças vistosas e elegantes nos balcões, vestidas com graciosos uniformes.”²⁵

Um poema publicado pela revista *Rua Nova* mostra a visão que alguns tinham das moças que trabalhavam como caixeiras das elegantes lojas da cidade. Ao chamar as casas das modistas de *rendez-vous*, o poeta João da Rua Nova, pseudônimo de Austro Costa, intelectual alinhado com as tendências do modernismo paulista, como já vimos, comparava as trabalhadoras com as prostitutas. Segundo o autor, as lojas bem sucedidas deviam suas boas vendas unicamente à atração que as moças no balcão exerciam sobre os “almofadinhas” da cidade:

“Depois que a boa ‘experiência’
As caixeirinhas sagrou,
Nunca mais houve falência!
Nunca mais ninguém ‘quebrou’!

Lojas... Ricos armarinhos...
Casas de chic, afamadas,
Onde se dão apertinhos
Caixeirinhas e ‘almofadas’...

47. Cabelos cortados à la *garçonne*, fumar, trabalhar, sair sozinha às ruas, eis as conquistas femininas que desestabilizavam os tradicionais padrões de comportamento, assustando os homens. (*Revista da Cidade*, 1927).



²² *Revista da Cidade*, 10/07/1926, nº 7.

²³ Sobre a introdução das caixeiras nas lojas da cidade ver SETTE, Mário. *Arruar*, op. cit p. 261, e do mesmo autor, *Maxambombas e Maracatus*, op. cit p. 32.

²⁴ Segundo Danilo Fragoso, a introdução de caixeiras foi feita pela *Casa Inglesa*, de Mme. Brack, e não pela *Casa Alemã*, como registra Mário Sette. Ver FRAGOSO, Danilo. *Velhas ruas do Recife*. Imprensa Universitária, UFPE, 1971, p. 70.

²⁵ FRAGOSO, Danilo. *Velhas ruas do Recife*. Imprensa Universitária, UFPE, 1971, p. 70.

²⁶ Revista *Rua Nova*, 27/02/1926, nº 45. Coluna “De Monóculo” por “João da Rua Nova”, (pseudônimo do poeta Austro Costa).

²⁷ SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 19.

Velhos, austeros lojistas
Já não são como eram d’antes...
- Certas casas de modistas
São ‘rendez-vous’ elegantes.”²⁶

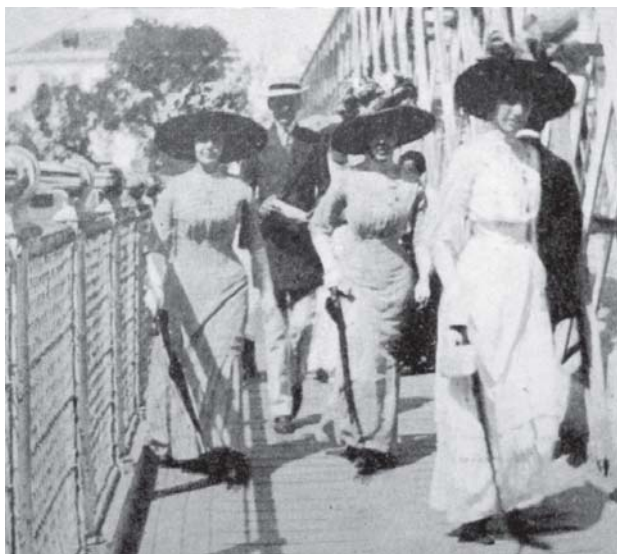
A moda também mudara muito desde meados dos anos 1910. Gilda de Mello e Souza, no seu livro “*O espírito das roupas*”, salienta que a moda está ligada a uma seqüência de variações constantes, de caráter coercitivo nos estilos de vestir e demais detalhes da ornamentação pessoal, característico de certa sociedade em determinada época.²⁷ Para a autora, o conceito de moda como conhecemos hoje desenvolveu-se a partir do Renascimento, com o processo de expansão das cidades e a organização da vida de corte, responsáveis por estimular o desejo de competir e o hábito de imitar, acentuando o gosto e o interesse pelo traje e suas variações. Nesse sentido, a moda seria um fenômeno próprio de certa época, estando suas mudanças ligadas às transformações mais amplas e complexas do modo de ser, sentir e pensar de uma sociedade.

No Recife dos anos vinte, mulheres trajando vestidos em veludo e outros tecidos grossos, que cobriam os braços e iam até os pés, com cinturinha de vespas, produzida pelo uso do espartilho, verdadeiro instrumento de tortura, eram coisas do passado. As luvas cobrindo mãos e antebraços, botinas de cano alto que escondiam dos olhares masculinos os cobiçados tornozelos, os imensos chapelões ornados com adereços esquisitos, colocados sobre penteados mirabolantes feitos nos cabelos longos, típicos do início do século, também haviam desaparecido.

Agora, Cilinha e suas amigas usavam vestidos bem mais curtos, na altura dos joelhos, sem cintura marcada, já que o incômodo espartilho caíra em desuso a bem da saúde e conforto femininos. Os tecidos dos trajes eram leves e vaporosos, os chapéus pequenos e bem mais discretos. Pintar o rosto não era mais coisa apenas de mundana. As mocinhas chamadas “*de família*”, como o grupo de Cilinha, já usavam desses artifícios para ficarem mais belas.

Ainda no início do século, Gilberto Amado, vindo do interior de Sergipe para estudar na Faculdade de Direito, surpreendia-se com a maquiagem que as moças da cidade usavam nos passeios vespertinos pelas ruas centrais:

48. Indumentária usada pelas senhoras da cidade na virada do século. (Senhoras recifenses na Ponte da Boa Vista, 1900).



“As moças avançavam da ponte da Boa Vista. Vinham ondulando num passo cadenciado (...). Um ar de civilização assombroso para os meus olhos itaporanguenses. Eram quase todas ‘pintadas’ (...). Muitas moças de Pernambuco se pintavam demais (...). Nas famílias ‘direitas’ a pintura era discreta; só na gente falada, na interessante, que atraía a atenção, é que o *rouge* dominava em tons ticianescos.”²⁸

²⁸ AMADO, Gilberto. *Minha formação no Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1955, p. 24.

²⁹ GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo Companhia das Letras, 1999, pp. 149-150.

As quatro amigas estavam acabando de se arrumar, imaginando o panorama *chic* e agitado que as esperava na Rua Nova: o vai-e-vem de mulheres elegantes a fazerem compras nas lojas de artigos finos, a movimentação dos bondes e autos, e, principalmente, a animação dos rapazes que circulavam atentos e dispostos ao *flirt*, como era chamada a troca de olhares e sinais, o namorico sem compromisso da época.

O *flirt* passa a representar uma nova forma de comunicação homem-mulher, uma manifestação diferente do interesse despertado pelo sexo oposto. Nesses tempos, em que os encontros aconteciam nas ruas das cidades em meio a grandes grupos, às vezes multidões, onde a pressa e a velocidade guiavam as ações e atitudes das pessoas, um olhar rápido, um sorriso efêmero, um discreto sinal que dispensava palavras e um contato mais próximo, tornaram-se práticas correntes entre o que os colunistas chamavam de “almofadinhas” e “melindrosas.” Tudo se passava de modo muito rápido e fugaz. Novos tempos, novas formas de amar.

Contudo, a Rua Nova não era apenas isso. Se atentarmos para alguns comentários pontuais, sem desprezar o pormenor, preocupando-nos com uma leitura mais minuciosa das fontes, se olharmos com olhos mais atentos, veremos que a rua considerada por Mário Sette “a *artéria máxima do Recife*” também tinha outros hábitos e freqüentadores.

Como enfatizou Ginzburg, o paradigma indiciário baseado na semiótica tinha como proposta “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, forneciam a chave (...) que permite captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível.”²⁹ Além da refinada e galante rua, tão propalada pelos relatos da época e pelas crônicas dos memorialistas, a Rua Nova acabou nos revelando muitos outros segredos. Para desvendar esses mistérios, considerar outras paisagens, observar outro tipo de freqüentador, precisamos não cair nas armadilhas representadas pelo

49. As formas de aproximação entre os sexos também mudaram nessa fase. Veloz e passageiro, como os novos tempos exigiam, o *flirt* ganhava as ruas da cidade. (Nova geração, 1926).



discurso hegemônico, defensor de uma proposta europeizante para a cidade. Nele, a representação do Recife enquanto *urbs* progressista e moderna acaba por mostrar apenas uma das faces da rua:

“A Rua Nova nunca transigiu, nunca foi ‘decaída’, nunca perdeu seu primado de prestígio elegante (...). Sempre artéria máxima do Recife. Todos a homenageiam e incensam porque ela faz consagrações: de beleza, de arte, de frivolidade, de favor político. Campo de atrevimentos da puberdade e das pretenciosidades dos velhos. Cenários das varandas de dentistas, dos balcões das casas de modas, de salas de espera dos cinemas, da mostra da indumentária, das pescas de casamento.”³⁰

Seriam esses os únicos cenários e atores do espetáculo diário que a Rua Nova apresentava? As pesquisas revelaram que não. A diversidade que a exploração mais detalhada da documentação nos apresentou no cotidiano daquela que era considerada a rua *chic* da cidade, amplia a compreensão da dinâmica da vida cotidiana nas ruas Recife da década de vinte, demonstrando que mesmo nos discursos que possuem um caráter uniformizador, encontramos sempre “pistas” que nos indicam a presença e a participação de outros sujeitos na cena urbana.

Nossas reflexões sobre a Rua Nova respaldaram-se em indícios às vezes relegados e considerados não-representativos, mas que, vistos no seu conjunto, acabaram por nos mostrar uma rua diferente daquela descrita pela maioria dos estudiosos do período. Eclética e paradoxal, a Rua Nova era muito mais que apenas a rua das lojas finas, dos passeios de final de tarde, das frivolidades e namoros, como ressaltam cronistas e estudiosos da vida social da cidade.

Espaço hierarquizado, que retratava a rígida distinção e a exclusão social das camadas populares na cidade, onde as tensões e conflitos do cotidiano estavam expressos, a Rua Nova que descobrimos oculta nos discursos das elites nos coloca diante da tentação de pensá-la numa perspectiva diferente, em que as possibilidades de contato e trocas culturais entre os diferentes grupos que a freqüentavam eram plausíveis. Ao longo dessa tarde, durante o *footing* de Cilinha e suas amigas, poderemos perceber figuras e paisagens diversas daquelas descritas costumeiramente, além de ocorrências que não eram comentados abertamente pelos segmentos da elite, inebriados pelo aspecto de elegância e modernidade que a rua e parte dos seus freqüentadores apresentavam.

Ao chegarem de bonde à Rua Barão da Vitória, as amigas vibraram com o barulho e o burburinho que ecoava. A rua era um deslumbramento para

³⁰ SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife, 1981, p. 228-229.

elas. A Rua Nova abria aos seus freqüentadores a possibilidade de vivenciarem um pouco das sensações e experiências do chamado “mundo civilizado.” Nessa hora, a Rua Nova transformava-se numa vitrine humana, colocando todos na vista de todos.

Marshall Berman, referindo-se às ruas que assumem de forma simbólica o papel de espaços-síntese da modernidade, diz que “a finalidade essencial dessa(s) rua(s), que lhe dá o caráter especial, é a sociabilidade: as pessoas aí vão para ver e ser vistas e para comunicar suas visões uns aos outros, não por qualquer motivo oculto, ganância ou competição, mas como um fim em si mesmas. Sua comunicação e a mensagem da rua como um todo são

uma estranha mistura de fantasia e realidade: de um lado, a rua age como um cenário para as fantasias das pessoas, fantasias daquilo que elas querem ser; de outro, a rua oferece o conhecimento verdadeiro – para os capazes de decodificá-la – daquilo que as pessoas verdadeiramente são.”³¹



50. O *footing* pela Rua Nova reservava as surpresas dos *flirts*, das vitrinas das lojas *chics* e uma série de outras possibilidades de encontro. (Tarde de verão na Rua Nova, 1927).

“Dia chic na MAURICÉA ALUCINADA. Assisti à procissão de vaidade. Começa o *footing*. Em cada mulher que passa, a ilustração da frase de Eça: “podre de chic.”.. E a rua Nova é uma abelheira de abelhas espetaculosas.”³²

Os olhos agitados das moças selecionavam paisagens e personagens. Apesar do esforço dos sentidos por privilegiar e apreender pessoas, fatos e cenários que condiziam com os foros de civilização da cidade, eram inevitáveis os registros considerados inconvenientes.

Enquanto o bonde parava, podiam-se ouvir ao longe os sinos tocarem de quando em quando. Uma, duas...cinco badaladas... Incêndio no Bairro do Recife! O alarme de fogo ainda era dado pelos toques dos sinos das igrejas. Seis badaladas era fogo em Santo Antônio, sete em São José, oito na Boa Vista:

“Outrora os sinos não se calavam: tudo se fazia por sinais de sino (...). Repiques anunciando nascimento, morte, gente doente precisando de

³¹ BERMAN, M. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, op. cit p. 188.

³² *A Pilhéria*, 25/10/1924, nº 161, coluna “Do flirt, do *footing*, da Rua Nova” (Austro Costa).

ave-maria. Anunciando casamento, enterro, bispo que passava diante da igreja (...). Festas máximas, extraordinárias, ordinárias. Ações de Graça. Anunciando as horas... Repiques dando sinal de incêndio.”³³

Conforme já destacamos, apesar de alguns moradores reclamarem contra os abusos dos repiques dos sinos e do “atraso” que representavam numa época de tantos progressos, eles continuavam a badalar alardeando incêndios e chamando para as missas. Estabeleceu-se um pequeno rebuliço na rua. Alguns correram para a rua do Pharol, onde acontecia o sinistro, enquanto outros se dirigiam ao Cais José Mariano, onde estava o quartel dos bombeiros, no sentido de observar a movimentação e saber notícias da tragédia.

Ao descer do bonde, a mãe de Nair recomendou às moças prudência e atenção especial ao atravessarem a rua, uma vez que os desastres e acidentes envolvendo pedestres, bondes e autos eram cada vez mais freqüentes nas vias centrais. Agora mesmo, há poucos instantes, ocorrera um atropelamento. Os curiosos ainda se aglomeravam em torno do acidentado, o menino Antônio Gouveia que, estirado no meio da rua aguardava o socorro da Assistência Pública. Distraído, ele fora alcançado por um Ford ao atravessar a rua, e, apesar de não ter morrido, sofrera várias contusões e escoriações pelo corpo todo, estando muito machucado.³⁴ Como de costume, o *chauffeur* que conduzia o veículo fugira.

O episódio não impedia o início do *footing*, que começava entre sorrisos e trejeitos. Caminhando pela calçada, as moças puderam perceber o trânsito agitado de bondes e o barulho que faziam ao atritarem nos trilhos, o fonfonar insistente dos autos, além dos gritos dos gazeteiros que anunciavam os jornais vespertinos, e de alguns ambulantes que teimavam em apregoar seus produtos.

Nas esquinas, vendedores com suas geladeiras ofereciam sorvetes de frutas da época: “*Na estação extremamente escaldante que atravessamos, com um calor (...) senegalesco, nada como de vez em quando um sorvete (...). Nem foi com outro intuito (...) que se espalhou pela cidade, aos bandos, esse gênero de comércio ambulante de sorvetes em copinhos de massa de pão que tanto distrai os apetites caloríferos de nossa população essencialmente tropical.*”³⁵ Alguns habitantes da cidade, preocupados com o aspecto estético das ruas do Recife, condenavam a prática da venda de sorvetes pelas ruas. Segundo eles, as “*sórdidas geladeiras enfeiam a cidade nos seus pontos mais centrais, num numero assustador e sempre crescente.*”³⁶

³³ FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1968, pp. 24-25.

³⁴ *Jornal do Recife*, 19/09/1926, p. 8.

³⁵ *A Pilhéria* 28/07/1923, nº 96.

³⁶ *Revista da Cidade*, 25/09/1926, nº 18.

Ao passar na frente do Cinema Royal, o grupo parou diante das pessoas que se concentravam na calçada para verem os cartazes dos filmes em exibição:

“Ainda hoje no Royal a linda película intitulada: a *Terrível Verdade*. É um filme dividido em sete atos, possuindo um lindo enredo e ricos cenários, trabalhado pela encantadora ‘estrela’ dos palcos americanos Agnes Ayres.”³⁷

Como tinham outros afazeres e diversões, as amigas não se interessaram pela fita, passando apressadas pelas pessoas que se amontoavam diante da bilheteria procurando adquirir ingressos. Enquanto isso, a campainha do cinema soava alto, avisando que a fita ia começar, para a irritação de alguns dos seus assíduos freqüentadores:

“Será possível que o freqüentador de cinema tenha necessidade do toque estridente daquela campainha, para saber que, naquele minuto, vai ser encerrado um trecho do romance de amor ou de polícia, que aos seus olhos vem se desdobrando?”³⁸



De repente, o barulho agudo de mais uma campainha soou pela rua. Era a sineta do carro da Assistência Pública. O doutor Fonseca Lima desce do veículo, e, com a ajuda de um enfermeiro assistente examina o menor atropelado que esperava por atendimento. Como o caso lhe pareceu de maior gravidade, o médico decide remover o acidentado para ser internado no hospital Pedro II.³⁹

A essa altura, o movimento na Rua Nova já era grande. O “desfile” do *footing* já começava. Estudantes das Faculdades de Direito e Escolas de Medicina e Engenharia passavam com olhos atentos, senhoras e mocinhas entravam e saíam das lojas, comerciantes atarefados resolviam questões de trabalho.

Existia ainda um outro personagem que, de olhos e ouvidos bem atentos, fazia questão de não perder nada do que se passava nas tardes da Rua Nova: eram os jornalistas à procura de flagrantes e instantâneos para publicar nas colunas das revistas semanais. Algumas delas marcaram época e mobilizavam muitos leitores: “Notas Fúteis” e “Bonecas-Bonecos”, da *Revista da Cidade*, “De Monóculo”, “Moderníssima” e “Set, Flirt, Jazz, Footing”, da revista *Rua Nova*, ou

51. Assim como outros personagens considerados incômodos pelas elites, o vendedor de sorvetes também circulava pelas artérias elegantes e *chics* da cidade. (A geladeira, 1927).

³⁷ *Jornal do Recife*, 05/09/1926, p. 3.

³⁸ *A Pilhéria*, 06/06/1926, nº 228.

³⁹ *Jornal do Recife*, 19/09/1926, p. 8.

“Eleganelas” e “Entre um Acesso e Outro da Alucinada Mauricéa”, publicadas em *A Pilhéria*. Com seus redatores assinando pseudônimos, tais como “João da Rua Nova”, “João Outro”, “Luís de Marialva”, “Fradique Torres” e outros, Austro Costa, Arnaldo Lopes, Joaquim Inojosa, Waldemar de Oliveira e muitos intelectuais da época reproduziam suas impressões sobre o que consideravam “*a vida alegre e espirituosa da cidade*.” As colunas de notícias sociais publicavam notas sobre diversos aspectos: crônicas a respeito da vida cotidiana da cidade, poemas, o movimento das festas e, sobretudo, as ocorrências nas tardes da Rua Nova. As presenças mais marcantes, a toailete das moças, a agitação no chá das cinco das confeitarias e um dos assuntos prediletos - o *flirt*:

“Tem a rua Nova, à tarde,
no trânsito, uma pletora...
gente que passa ou demora
que espia ou que faz alarde.
E aqui, ali agrupados
Plantões de desocupados...
Dandys contando aventuras
E moços de foot-ball...
E irisando a luz do sol
De estranhas iluminuras,
Vão surgindo as graças finas
Das silhuetas femininas (...).
Nos passeios e armarinhos,
Na *Bijou*, entre gelados,
Domando os mais rebelados
Com os seus risos escarninhos,
São Elas a musa e a trova
Das tardes da rua Nova.”⁴⁰

As notas insinuavam os pares românticos, ressaltavam as belezas das freqüentadoras do *footing* e faziam alguns comentários irônicos sobre o comportamento das “melindrosas” e “dandys.” Nada escapava à observação dos jornalistas: vestidos novos, penteados diferentes, olhares sedutores, bilhetes “secretos”, as qualidades individuais das senhoritas e moços:

⁴⁰ *A Pilhéria*, 26/05/1923,
nº 87. Coluna Eleganelas,
por Arol do Loyd.

“Ceci Cantinho, com seu penteado à Rosita Rodrigo, o pé de ouro de Carolina Burle, (...) a vivacidade de Diná da Rosa Borges, (...) a deliciosa

palestra de Lena Marinho Rego, (...) o riso permanente de Carmelita Guimarães, a beleza consciente de Nininha Varela (...), tantas, tantas. Em volta desses chapelinhos vermelhos, lobos rondavam: Inojosa, corifeu, em Pernambuco, do modernismo, Sílvio Moura, médico em disponibilidade (...), o romântico Rodolpho Lima, Dustan Miranda, com a simpatia que o bigodinho petulante não comprometia, Carlos Moura, *dandy* admirado, (...), Lula já dominando seus pincéis (...), e até eu.”⁴¹

Muitas vezes as notinhas descreviam o tipo físico, davam algumas características, mas não revelavam os nomes dos protagonistas da notícia, deixando um suspense no ar. Nem no escurinho do cinema os freqüentadores tinham sossego. Os jornalistas sutilmente denunciavam o que se passava: *“Aquela criaturinha linda (...) pensou que ninguém a viu quando, na escuridão do cinema, passou um ramozinho de violetas para o elegante dr. XXX. Todos viram, principalmente duas senhoras que, embora no cinema, olham mais para as fitas da platéia que as da tela.”*⁴²

O movimento da Rua Nova era um dos temas preferidos dos cronistas. A gritaria promovida pelos gazeteiros, o ruídos dos motores, a agitação no entra-e-sai das lojas e cinemas, a tristeza dos desastres. Na Coluna Bataclan, o cronista “Luís de Marialva”, pseudônimo de Joaquim Inojosa, descreve como enxergava as ruas centrais do Recife, enfatizando os aspectos que caracterizavam um estilo de vida típico das cidades grandes.

“Eu amo o barulho das ruas, por que vejo nele, a voz da própria civilização!

O automóvel que fonfona, ou esbarra súbito, para evitar um desastre diante de um cavalheiro que passa apressado; o bonde que se anuncia segue a oito pontos pára imprevisivelmente; o carro da assistência impondo silêncio com sua cruz e a sua sineta; as campainhas dos cinemas convidando a assistir a mais recente novidade da cena muda; a gritaria dos vendedores de frutas... tudo isso forma a poesia da cidade; enquanto homens e mulheres deslizam vertiginosamente, na ânsia estonteante de vencer não nos perturbando o barulho ensurdecedor das ruas... Eu amo o barulho das ruas.”⁴³

Enquanto caminhavam olhando distraídas as vitrines, as moças não puderam deixar de notar o insistente vendedor de bilhetes de loteria que as perseguia, prometendo estar com a “sorte grande” nas mãos.

⁴¹ OLIVEIRA, Waldemar de. *Mundo submerso. (memórias)*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985, pp. 50-51.

⁴² *Revista da Cidade*, 03/07/1926, nº 6, Coluna “Notas Fúteis.”

⁴³ *A Pilhéria* 21/03/1925, nº 182, Coluna Bataclan.

Apesar de apressarem o passo, elas não conseguiam livrar-se do vendedor que as importunava, querendo forçar a todo custo a aquisição de bilhetes. As reclamações contra os vendedores de loteria que circulavam pelo centro eram constantes:

“Está se tornando positivamente intolerável [a praga] dos vendedores de bilhetes de loteria reclamando uma providência imediata da polícia (...). Esses *camelots* da má morte são de uma impertinência, quando não de um atrevimento que passa de todos os limites (...). Então se se trata de uma senhora desacompanhada, somente a intervenção imediata de um guarda civil poderá advir-lhe a salvação... Sorte muito maior é escapar incólume a esses *camelots* da má morte.”⁴⁴

A queixa do cronista da *Revista da Cidade* chama a atenção para alguns inconvenientes resultantes da mudança no comportamento e da conquista de novos espaços pelas mulheres. Era o preço pago pelo que alguns consideravam uma ousadia. Andar desacompanhada pelas ruas, sem a proteção masculina, deixava as mulheres susceptíveis ao assédio de figuras consideradas “inoportunas”, como gatunos, galanteadores, ou mesmo os referidos *camelots*.

Para escapar do vendedor de bilhetes de loteria, o grupo acabou entrando na loja *Au Bon Marché* e, aproveitando, resolveram dar uma olhadela nos perfumes recém-chegados. Em termos de artigos finos e *toilettes chics*, as lojas da Rua Nova eram um paraíso.⁴⁵ Lá se podiam adquirir as últimas novidades da moda em *A Rosa dos Alpes*, que possuía um “vasto sortimento de fazendas, miudezas e modas, perfumaria dos melhores fabricantes, camisas brancas e de cores, colarinho, gravatas, roupinhas para meninos, rendas, bicos, bordados suíços, meias de todas as qualidades e tudo o que há de mais moderno nas praças do Estado.” Outra opção era a afamada *Casa Inglesa*, ou *Casa Brack*, como era mais conhecida, “importadora de novidades em artigos de modas, miudezas, chapéus, perfumes, localizada no nº 244.”

As senhoras e senhoritas elegantes contavam, ainda, dentre outras, com *A Primavera*, com a *Maison Chic*, que prometia salientar-se “na primorosa escolha de artigos de gosto apurado para senhoras, crianças e senhores”, e inúmeras outras lojas. Para as que desejavam criações exclusivas e sob medida, o ideal era procurar os *ateliers* de Madame Paula Lima e Madame Fernandes, modistas afamadas, com lojas localizados nos números 313 e 65 da Rua Nova, respectivamente.

⁴⁴ *Revista da Cidade*, 05/06/1926, nº 2.

⁴⁵ As referências às lojas e artigos comercializados na Rua Nova foram pesquisadas no *Almanach de Pernambuco* dos anos de 1925 e 1926, que trás um índice de serviços e lojas da cidade, além dos anúncios publicados nos jornais e revistas ilustradas entre 1925-1926.

As novidades em termos de vestuário para os cavalheiros também podiam ser encontradas nas lojas da Rua Nova. As mudanças ocorridas na moda masculina fizeram com que as pesadas casacas de lã escura e caxemira à inglesa, o peitilho engomado, botinas de cano alto, meias grossas e cartolas altas, típicas da virada do século, não fossem mais vistas pelas ruas.

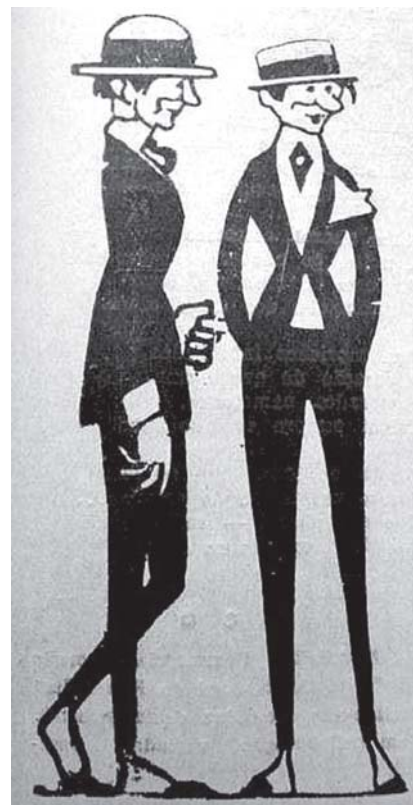
Nos anos vinte, os paletós eram curtos e cinturados, as camisas de peito duro, gravatas de seda, os colarinhos altos, - com quase dez centímetros de altura - geralmente de gorgorão, as meias eram finas, transparentes, de fio de escócia ou seda, e os chapéus pequenos e claros, na maioria das vezes de palhinha, no modelo Panamá.

Os recifenses elegantes podiam encontrar esses artigos na *Camisaria Confiança* ou na *Casa Espelho*, “*especialista em artigos para homens – camisas, cuecas, pijamas, meias e artigos finos*”, na *Camisaria Suíça* e na *Casa Couceiro*, antiga *Casa Pessoa*, que possuía “*o mais moderno sortimento de artigos para homens, perfumarias, presentes, etc..*” Também existiam algumas alfaiatarias na rua, como a *Alfaiataria Tic-Tac*, de Ribemboim e Irmão, que ficava no número 260 da Barão da Vitória. Além da confecção de peças do vestuário masculino, como “*ternos e capas de gabardini furta-cor, roupas de casimira*”, e de manter um estoque de “*mais de 200 modelos de bengalas alemãs para [o cliente] escolher*”, a *Tic-Tac* especializara-se em alugar trajes de gala para festas, como *smokings*, e até fraques com cartola.

Todavia, não eram apenas lojas finas e elegantes que estavam presentes na Rua Nova. As casas de jogos - consideradas pelas elites “*espeluncas*” e “*antros de perdição*”, onde os “*incautos*” iam perder suas economias no “*terrível vicio do jogo*” -, também estavam estabelecidas por lá. Segundo um levantamento feito pelo *Jornal do Recife* nas principais ruas do centro da cidade, entre a Rua Primeiro de Março e a Rua Nova existiam 11 casas de jogo, onde o jogo do bicho e a roleta corriam livres, a vista de todos, apesar das proibições policiais.⁴⁶

Depois de se livrarem do vendedor de bilhetes de loteria, as moças resolveram passar pela Igreja Conceição dos Militares, templo erguido nos anos vinte do século XVIII, para rezar um pouco. Alzira era a mais interessada; concentrada, rezava com fervor. Quem sabe com promessas e novenas, aquele simpático rapaz que costumeiramente fazia “*pontinho*” em frente da loja *A Exposição*, conversando animadamente sobre as últimas novidades com o grupo de sempre, se aproximaria e acabaria

52. As mudanças na moda masculina trouxeram adereços diferentes e um corte mais ajustado nos paletós na altura da cintura, motivo de chacota para alguns. (*A Pilhéria*, 1925).



namorando e casando com ela? Ela sabia que todas as tardes, invariavelmente, ele aparecia por lá, pois o encontro de amigos e conhecidos para conversas nas portas de algumas lojas da Rua Nova já era uma rotina para muitos:

“Já se tornou um hábito para muita gente boa fazer o seu pontinho às portas dos nossos estabelecimentos comerciais. É esse pontinho escolhido pelo freguês de acordo com a sua posição moral e social. Assim, é de ver, pelas horas de “footing”, à rua Nova, a onda dos “pontos” (...) grelando, tesourando, navalhando, fuzilando... enquanto a turba passa pelos passeios nesse torvelinho *chic* da nossa rua *chic*. As portas da Madame Fernandes, d’A Exposição, da Casa Brack, da Casa Pessoa e da Joalheria de João Benigno estão sempre cheias de elegantíssimos modelos, lindos “almofadas” dos últimos figurinos.”⁴⁷

O pontinho era um hábito tão cultivado nessa época que a revista *A Pilhéria* criou a coluna “À Porta do Leça”, cujas notas, muitas vezes gozadoras e irônicas, eram colhidas por um conhecido cronista da cidade. O Leça era o proprietário da firma *Pereira Leça e C.*, “Consignações, Representações e Conta-própria”, estabelecida na Rua Barão da Vitória, números 214-218. Na porta da loja do Leça costumava reunir-se, todos os finais de tarde, um animado grupo de senhores cujos comentários e boatos serviam de material para alimentar a coluna semanal da *Pilhéria*: “*Ali pelas duas horas de ‘footing’ fazem ponto (...) respeitabilíssimas figuras político-social da terra, e como aos nossos leitores possa interessar os assuntos tratados entre essa gente, delegamos poderes a um imortal jornalista para apanhar os melhores flagrantes das boas tardes ‘À Porta do Leça’.*”⁴⁸

Mais que um simples distribuidor de produtos e bens de consumo, o Leça, assim como outros proprietários das casas comerciais citadas, estabeleciam um relacionamento bem mais estreito com seus clientes. Suas lojas eram locais de encontro onde se podiam saber as novidades, comentar sobre a vida alheia e trocar idéias. Eles ultrapassavam as atribuições simplesmente funcionais do seu papel de comerciante, criando novos espaços de sociabilidade: “*A pura relação de consumo é insuficiente, demasiadamente breve, para exprimir o que secretamente implica no plano das relações. A conveniência substitui o intercâmbio estritamente econômico e cria um espaço para fala.*”⁴⁹

Esses “pontos de encontro” também tinham um valor simbólico; eram uma forma de reconhecimento social. Partilhar da companhia e trocar

⁴⁷ *A Pilhéria*, 21/07/1923, nº 95. As lojas citadas foram A Casa Brack (modas, miudesas, confecções, perfumarias – Rua Nova, 244); A Exposição (moda, perfumaria, fazendas – Rua Nova, 286); Casa Pessoa (artigos finos e moda para crianças, senhoras e senhores – Rua Nova, 247); Madame Fernandes (modista – Rua Nova, 65); Loja de João Benigno (Joalheria – Rua Nova, 175).

⁴⁸ *A Pilhéria*, 21/07/1923, nº 95.

⁴⁹ Sobre o papel dos comerciantes enquanto confidentes e a representação das lojas como “lugares de fala”, ver MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2*, op.cit.pp.122-130.

idéias com os que se reuniam na porta das lojas da Rua Nova, “*respeitabilíssimas figuras da político-social da terra*”, como destacavam as revistas, significava prestígio e importância social. Na saída da igreja, diante das senhoritas elegantes, muitas mãos estendidas... Eram crianças, velhos, cegos e aleijados que suplicavam “*uma esmolinha pelo amor de Deus*.” Mendigos não faltavam pelas ruas do Recife na década de vinte. Eram de todas as idades e, segundo a visão das elites, boa parte deles era de “*exploradores da caridade alheia*”, uma vez que teriam condições de trabalhar e sobreviver e mesmo assim preferiam mendigar pelas ruas. Segundo os periódicos da época, os mendigos estavam por toda parte da cidade, inclusive na Rua Nova:

“Sempre que a gente se dá ao luxo (...) de ir a um dos nossos cafés ou freqüentar os logradouros públicos mais concorridos, o que nos salta à vista, ou à bolsa, além da chusma de velhos pedintes profissionais (...), são figuritas opiladas de crianças de seis a doze anos a pedirem, pelo amor de Deus, qualquer coisa que lhes valha à miséria. A mendicância nas ruas [do Recife] é uma praga das mais insuportáveis.”⁵⁰

Depois de darem alguns trocados aos pedintes, as moças continuavam observando as vitrines. Agora procuravam um sapato para presentear o pai de Cilinha. Uma delas sugeriu que fossem à *Casa Clark*, onde poderiam encontrar um “*calçado confortável e de acabamento perfeito*”, ou à *Sapataria Colombo*, que também oferecia variados modelos de chapéus e sombrinhas. Na Rua Nova, o comércio era mesmo diversificado. Para comprar remédios, podia-se procurar a *Pharmacia Costa*, de Júlio Costa, “*especializada no aviamento de receitas médicas, que mantém um grande sortimento de medicamentos de urgência e operações*.”

Se os clientes desejavam adquirir “*jóias, relógios, obras de prata, objetos de electroplate e luveteria fina, além de preços módicos e sinceridade nos negócios*”, o endereço certo era a *Joalheria Couceiro Irmãos*, na Rua Nova, nº 346. Já a *Livraria Moderna* oferecia artigos e serviços de “*papelaria, Tipografia, Encadernação, Objetos para escritórios, acessórios para bilhar (...) artigos para desenho e pintura*”. Na *Casa Pratt*, comerciantes e donos de negócios podiam adquirir máquinas de

⁵⁰ *Revista da Cidade*, 05/06/1926, nº 2.

53. Considerada uma das principais chagas da cidade, a mendicância foi combatida com rigor pela polícia nos anos 1920, sobretudo durante gestão de Eurico de Souza Leão na Repartição Central de Polícia. (*Revista da Cidade*, 1926).



escrever, e as mocinhas ficavam apreciando os pianos que ganhariam um dia de presente dos pais. As donas de casa modernas que desejassem “*ter limpeza, economia e eficiência em casa*”, dirigiam-se ao número 270 da Rua Barão da Vitória. Lá, na *Souza Ferreira e Co.*, encontrava-se uma grande variedade de “*artigos de eletricidade para uso doméstico*”, como ferros de engomar, cafeteiras, ventiladores, chaleiras, painéis elétricos, além de “*material elétrico, automóveis, instalações de luz e força*.” Para ter uma vitrola ortofônica ou portátil Victor, discos de Caruso, ou as últimas novidades em “músicas regionais”, como “Eu vi uma lagartixa”, “Dondoca” ou “Mexe Bahiana”, bastava procurar a *Casa Odeon*, “*a primeira casa fonográfica estabelecida no Brasil*”, que tinha uma filial estabelecida na Barão da Vitória. Também se encontravam na Rua Nova a *Ótica Americana*, o representante das afamadas máquinas de costura Singer, várias casas fotográficas, bem como lojas de miudezas que comercializavam artigos religiosos, louças, vidros, brinquedos, quadros, espelhos e até coroas mortuárias.

Os médicos também preferiam a Rua Barão da Vitória. Vinte e sete deles, dos 105 anunciados pelo *Almanach Pernambuco* para o ano de 1926, tinham seus consultórios estabelecidos por lá, geralmente no primeiro andar dos sobrados. Os pacientes podiam consultar-se por exemplo, com o Dr. Oscar Coutinho, ou com o Dr. Adauto Brandão, “*cirurgião com prática em hospitais do Rio, Paris, Berlim e Viena (...), que faz operações de apendicite, tumores do ventre e do seio, câncer do útero, hemorróidas, hérnia, etc., com emprego de anestesia local, garantindo absoluta insensibilidade*”.⁵¹

O comércio e alguns estabelecimentos não tão *chics* também se faziam presentes na Rua Nova. Eram armazéns de fazendas e miudezas em grosso, depósitos e distribuidores de remédios, e até pensões, como a “Nova Pensão”, localizada no 2º andar do número 370, que alugava “*quartos confortáveis, com móveis ou sem móveis, com pensão ou sem pensão, a pessoas de bom comportamento*.”⁵²

As mocinhas continuavam o *footing*, parando aqui e acolá para cumprimentar amigos e conhecidos, e aproveitando para o *flirt*. Será que conseguiriam “pescar” casamento? Enquanto d. Laura procurava comprar um leque na *Sloper Irmãos*, Carmem, agitada, sugeria que aproveitassem e dessem um pulo em Madame Perez, para descobrir o que o futuro lhes reservava com relação a namorados e casamento. Cartomante aqui? Na Rua Nova? Sim,

⁵¹ *Jornal do Commercio*, 27/02/1926, p. 7.

⁵² *Jornal do Recife*, 01/01/1926, p. 21.

Mme Perez ficava no 3º andar do número 370. A consulta custava 5\$000, e ela atendia até às 20h.⁵³ Como já estava escurecendo, era preciso ir rápido, pois tinham marcado com d. Laura na Confeitaria *Crystal* no final das compras. Além do mais, daqui a pouco não seriam horas de mocinhas desacompanhadas andarem pela rua. Os perigos da noite começavam a rondar a cidade.

Se, mesmo à luz do dia, gazeteiros, mendigos, engraxates, vendedores de bilhetes de loteria, sorveteiros e crianças desocupadas circulavam pela Rua para ganhar a vida, no final do expediente do comércio o movimento de trabalhadores aumentava na Rua Nova.

De acordo com Souza Barros, o horário comercial nessa época incluía uma jornada de 10 a 12 horas de serviço. As lojas abriam cedo, entre sete e oito horas da manhã, e só fechavam depois das 19 horas, submetendo os funcionários de casas comerciais e escritórios a uma carga horária excessiva. Essa era uma fase de embate entre caixeiros e donos de lojas, pois associações de empregados do comércio já começavam a se organizar, lutando pelos direitos dos trabalhadores e reivindicando a redução do horário de trabalho do comércio.⁵⁴

Terminada a jornada de trabalho, costureiras, caixeiros e caixeiras, carregadores de cargas, enfim, empregados das lojas e escritórios aproveitavam para passear um pouco pela rua e ver as belezas expostas nas vitrines das lojas, enquanto esperavam o bonde para os subúrbios, de volta para casa. Ao comentar sobre o movimento de pessoas no centro da cidade e sobre a existência de “hora” para determinados personagens aparecerem ou eventos ocorrerem, diz o cronista com relação à Rua Nova:

“As cigarreiras também tem a sua hora, como as empregadas de ‘ateliers’ e camisarias (...). Costureirinhas e cigarreiras que passam feinhas, mirradas e muito queimadas.”⁵⁵

Entretanto, não podemos correr o risco de pensar que a “rua era de todos.” A hierarquia social estava mantida, mas, como a disputa pelos espaços e a pressão das camadas populares pela ocupação e uso desses lugares causavam desconforto e uma sensação ameaçadora às elites, a divisão de horários e a delimitação de espaços era uma alternativa que conciliava momentaneamente os diversos interesses. Possivelmente na citada “hora das cigarreiras” e “costureirinhas” a maioria das “mocinhas de família” estivessem recolhidas tomando

⁵³ *Diário de Pernambuco*, 10/08/1923, p. 8.

⁵⁴ As lutas trabalhistas, as greves e a organização dos sindicatos estão descritas em SOUZA BARROS, op. cit., capítulo IV - “O movimento e as organizações de caráter operário”, pp. 75-108.

⁵⁵ *A Pílhéria*, 13/06/1925, nº 194.

seu chá nas confeitarias, ou procurassem o interior dos cinemas, para não “se misturarem” com as trabalhadoras. Essas, ao final do horário comercial, fortalecidas pelo grande número, flanavam pela rua, a observar as adornadas vitrines que começavam a se iluminar.

Mesmo com horários e locais determinados, alguns personagens insistiam em aparecer na rua durante o dia. Entretanto, eram poucos os da época que admitiam essa “presença incomoda”, uma vez que, a seus olhos, isso representava uma nódoa que manchava a reputação da civilizada rua. Enxergar apenas a gente elegante que passeava, os artigos finos nas vitrines artisticamente decoradas, a distinção e o recato dos consultórios médicos ou a alegria e a agitação das confeitarias, pode não ter sido uma escolha consciente, mas era, possivelmente, a forma mais cômoda de enfrentar uma situação que destoava dos seus anseios e desafiava, a todo momento, a imagem que se tentava construir para o Recife.

Os personagens considerados inconvenientes são praticamente apagados dos relatos e crônicas sobre a rua, restando-nos como ponto de apoio às pesquisas, as reclamações de leitores e cronistas nos periódicos, ou as notas das colunas policiais. Dentre os personagens malquistos, as prostitutas eram as que mais importunavam e envergonhavam as “famílias de bem”. Apesar de sabermos da existência de sobrados suspeitos na Barão da Vitória, a documentação dos jornais e revistas, que tantas campanhas contra o meretrício empreendeu, e tão largamente alardeava as “zonas tórridas” da cidade, praticamente não tocava nesse assunto melindroso quando o alvo era a rua “mais *chic* da cidade.” Algumas poucas notícias nos forneceram as pistas de que as casas de prostituição não estavam estabelecidas apenas nas ruas de frequência mais popular.

Ao procurarem a sala de atendimento da cartomante Mme. Perez, o olhar das senhorinhas amigas de Cilinha acabou capturando uma cena “indecorosa”: eram prostitutas que se exibiam no janelão de um sobrado, entretendo-se com o burburinho veloz da rua:

“As meretrizes [aparecem] de dia às janelas da *Rua Nova*, 10 de Março, do Imperador, praça Joaquim Nabuco, rua larga do Rosário, Duque de Caxias, ocupando a maior parte dos sobrados.”⁵⁶

Mais que depressa retiraram a vista, enquanto Carmem discretamente comentava com as outras o escândalo que tinha ocorrido dias antes

⁵⁶ *Jornal do Recife*, 19/09/1926, p. 3. Grifo meu.

em um dos sobrados da Rua Nova. De repente, em pleno início de tarde, um homem praticamente nu apareceu na sacada de um primeiro andar, enquanto em meio a gargalhadas meretrizes se divertiam com a cena inusitada e a reação dos passantes. O título da nota, publicada na página policial do Jornal do Recife, já dizia tudo: “*Cena degradante na Rua Nova*”:

“Na rua Nova, 252, em ambos os andares residem umas mulheres que a toda hora escandalizam as famílias que passam. Ontem, mais ou menos às 13 horas, as que habitam o primeiro andar trouxeram para sacada, à força, um rapaz quase nu! O moço, provavelmente embriagado, prestou-se ao espetáculo e as mulheres deram gargalhadas colossais, fazendo parar em frente muitos curiosos. O guarda-civil, na forma de costume nada fez, mesmo porque não foi visto na rua.”⁵⁷

A notícia mostra a visão que se tinha na época das prostitutas, uma vez que toma claramente o partido do rapaz, terminando por eximi-lo de culpa e acusando as mulheres de responsáveis pelo episódio. O protagonista do *strip-tease* era considerado um “pobre rapaz”, que se submetera ao vexame “provavelmente” por estar fora de si, embriagado, já que ninguém em sã consciência se prestaria a tal espetáculo. As prostitutas, essas sim, seriam as verdadeiras culpadas, sendo acusadas de não apenas promoverem a cena constrangedora, como também de ridicularizarem as pessoas que, estranhando o burburinho e o aglomerado diante do sobrado nº 252, paravam na rua para ver o que estava acontecendo.

À medida que a noite ia chegando, a rua assumia uma feição ainda mais diversa. As lojas encerravam o atendimento, as confeitarias, após as últimas sessões de cinema, iam esvaziando, outros cenários iam sendo montados. Quando boa parte das famílias já se havia recolhido, as prostitutas começavam a tomar as ruas em busca de clientes. Segundo alguns, só a ação moralizadora da polícia conseguiria afastar das ruas centrais tal atentado à moral das famílias e às “pessoas de bem”. A preocupação na época, era esconder, transferir para longe do centro, tirar da vista as mulheres, fazendo com que se recolhessem aos estabelecimentos fechados ao invés de ficarem a se expor nas ruas.

“A necessidade de localização do meretrício (...) [é] um problema que continua sem uma solução conveniente. Será possível que não se tenha ainda encontrado um meio de se sanear definitivamente algumas ruas,

⁵⁷ *Jornal do Recife*, 20/10/1926, p. 5.

das mais importantes da cidade – a *rua Nova*, por exemplo – ostentando o espetáculo deprimente de uma chaga que em toda parte se procura esconder com o maior cuidado, numa preocupação de decoro digna dos melhores aplausos.”⁵⁸

Já de madrugada, não apenas meretrizes mas bêbados, vagabundos e desocupados “invadiam” a rua, agora assumindo o papel de atores principais. Nas crônicas e relatos da época, esses personagens e costumes, que também faziam parte do cotidiano da rua, praticamente desaparecem. Apesar das omissões, é importante que se registre que eles também estavam presentes na Rua Nova. Outra notícia pontual, perdida no meio dos devaneios, poemas e memórias que exploravam apenas a representação da rua enquanto artéria elegante e distinta, deixa-nos vislumbrar uma cena interessante, que desmonta a visão homogênea e unificadora que se tentou construir em torno da rua:

“A polícia vem exercendo severa vigilância sobre aqueles desocupados que se divertem em se encostar nas árvores recém-plantadas nas ruas Nova e Cabugá. Foi retirado, ontem pela madrugada, um conhecido vagabundo que tinha armado a sua rede entre uma e outra árvore, e já dormia o 3º sono.”⁵⁹

Em datas especiais ou festas, como o carnaval, o povo tomava conta da “rua mais concorrida da cidade.” No início do século XX, e “*durante algumas horas, elite e povo comum buscavam ocupar um mesmo espaço público – sem que regras ou leis oficiais determinassem o papel e o lugar de cada um. Os riscos de conflitos, originários de padrões de comportamento diversos e valores distintos eram (...) muitos.*”⁶⁰ Aos poucos as autoridades e a polícia vão passando de uma postura violenta e abertamente repressiva, com o uso da força, para uma ação mais disciplinadora, regulamentadora, buscando controlar e induzir as camadas populares aos novos padrões de comportamento urbanos. Nesse sentido, leis e normas foram instituídas, a exemplo das “Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas”, que vamos analisar em capítulo posterior.

Clubes e blocos de carnaval dos subúrbios desfilavam na Rua Nova, como nos relata José Lins do Rego no seu romance *Moleque Ricardo*, cujo cenário era o Recife na década de vinte:

⁵⁸ *Revista da Cidade*, 24/07/1926, nº 9. Grifo meu.

⁵⁹ *A Pilhéria*, 30/06/1923, nº 92. Coluna “O qué qui haí?”

⁶⁰ Sobre o carnaval do Recife e a luta entre elites e camadas populares pelos espaços públicos durante a festa, ver: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p. 385.

“A Rua Nova tinha de gente. Os clubes e os blocos quando passavam, paravam tudo que era carro e automóvel (...). O moleque sentiu que o Paz e Amor arrastava o povo. Vinha *gente grande* dançar com a música que ele estava dançando. O Paz e Amor fazendo vibrar a Rua Nova...”⁶¹

O retrato que ora apresentamos mostra que personagens diferentes dos usualmente citados também faziam parte do cotidiano da Rua Nova, abrindo caminho para que possamos perceber alguns espaços da cidade de forma diferente. A constatação de que as camadas populares efetivamente estavam presentes nas ruas principais da cidade, exercendo forte pressão e ocupando os espaços destinados aos ricos e poderosos, acabou por forçar uma mudança de atitude por parte das autoridades públicas.

Nessa fase, instituições mais diretamente responsáveis pela ordem pública, como a polícia, começavam a reconhecer que a implantação do padrão de ordem urbana desejada pelos grupos de elite passava por estratégias e ações políticas diferentes, uma vez que a violência e a arbitrariedade usualmente empregadas não estavam conseguindo obter os resultados esperados.

Seja para ganhar a vida vendendo sorvetes, jornais, bilhetes de loteria, ou o próprio corpo, pedindo esmolas, atendendo os fregueses nos balcões das lojas ou carregando mercadorias, pessoas pertencentes às camadas populares transitavam diariamente pela Rua Nova, instigando a construção de uma visão diversa dessa tão mitificada artéria. Como não imaginar que, apesar da distância social, das restrições de horário e mesmo da separação de territórios, os diálogos, encontros e trocas culturais foram alternativas possíveis de ocorrer?

A Rua Nova que pudemos observar era um lugar onde se desenrolava um conflito constante entre as elites e as camadas populares, na luta pela construção e manutenção dos territórios na cidade. A aparente hegemonia das elites, indicada numa leitura à primeira vista das fontes oficiais, era quebrada pela presença de trabalhadores e pessoas simples que faziam da rua seu espaço de trabalho e também de passeio.

A representação que construía uma imagem em torno da Rua Nova enquanto espaço *chic* e elegante, rua quase exclusiva das famílias, lugar onde as elites se divertiam nos cinemas, confeitarias e no *footing*, encobre uma outra face da rua, essa ocupada por trabalhadores, mendigos, prostitutas, com suas práticas e comportamentos considerados atentatórios à civilização e ao progresso da cidade.

Ao longo da noite, atores “desconhecidos” das colunas sociais das revistas

⁶¹ REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999, p. 102-103. Grifo meu.

ilustradas roubavam a cena, agora no papel de protagonistas, mostrando que o mesmo espaço, dependendo do horário específico, podia ganhar novos personagens. A rua que à tarde era o cenário do divertido *footing* de Cilinha e suas amigas, congregava, sob a aparência da convivência pacífica entre os diferentes e desiguais, tensões e conflitos, mas por outro lado, também se constituía em lugar polissêmico, onde as trocas simbólicas, diálogos e negociações culturais tinham chances de ocorrer.

Agora, já ao cair do sol, conforme o combinado, as moças vão tomar chá na elegante Confeitaria *Crystal*. Vamos deixá-las ocuparem-se apenas com as guloseimas, os comentários maliciosos sobre a vida alheia, com a música que enchia o ambiente, um agitado *shimmy*⁶² executado pela *jazz band* e, principalmente, com os olhares furtivos dos almofadinhas. Deixemos Cilinha e suas amigas na mira apenas dos cronistas sociais, ávidos por material para recheiar suas colunas semanais.

2. Entre a Bijou e a Crystal

O hábito de passear pelas ruas da cidade, de usufruir do espaço público, consolidou-se entre as elites recifenses a partir de meados da década de 1910, conforme já ressaltamos. A modernização dos serviços urbanos de transporte, a reforma do Bairro do Recife, o embelezamento de praças, o calçamento e saneamento de ruas centrais intensificaram o gosto pelas atividades ao ar livre e promoveram novos costumes entre as famílias que começaram a trocar a vida reclusa e o ambiente doméstico, pelas distrações e entretenimentos fora de casa. Nos anos vinte, diversos estabelecimentos comerciais, como restaurantes, sorveterias, confeitarias e casas de chá, surgiram no centro da cidade, estimulando as famílias a adotarem hábitos diferentes como, por exemplo, fazer refeições fora de casa, sair à noite, incorporar à dieta novos alimentos, bebidas e procurar esses espaços como novos locais de sociabilidade.

O restaurante *Leite*, localizado na Praça Joaquim Nabuco, fundado em 1882, a elegante *Confeitaria Helvética*, na Rua da Imperatriz nº 329, “*especializada em gelados e bombons, com magnífico serviço de restaurant*”, a *Sorveteria Boa Vista*, na Praça Maciel Pinheiro, “*onde se fabricam os melhores sorvetes de creme*”, as leiterias *Vitória* e *Recife*, na Rua Nova, a *Fábrica de Sorvete “Carlito”* na rua da Conceição, “*com seu grande stock de sorvetes de cajá, manga, mangaba, abacaxi, caju, goiaba, graviola, araçá, abacate, maracujá, uva, pitanga, limão, laranja, tangerina, coco, creme, chocolate, etc.*”,⁶³ eram alguns dos pontos de encontro das famílias da época. Cafés como o Lafayette

⁶² O *shimy* era um estilo de dança americana de movimentos rápidos e agitados, muito popular nos anos vinte.

⁶³ *Revista da Cidade*, 12/06/1926, nº 3.

e o Brasil, conforme já enfatizamos, também eram territórios de sociabilidade dos senhores e rapazes dos anos vinte.

Na Rua Nova estavam as mais elegantes confeitarias da cidade: eram a *Bijou*, inaugurada em 1923, e a *Crystal*, que abriu as portas à sociedade pernambucana em 1925. Apesar do luxo e elegância das instalações e da sensação que causou entre os adeptos do chá das cinco, a *Crystal* teve vida curta, vindo a fechar em meados do ano de 1926. O hábito do chá caracterizava-se por seu forte conteúdo social. A cerimônia era cercada de regras e códigos de comportamentos pré-estabelecidos, indicativos do grau de educação e do lugar que se ocupava no grupo social. De tradição inglesa, o ritual incluía horário preciso, roupas apropriadas, pressupunha conhecimento de uma etiqueta à mesa, louças finas e decoradas, e certos tipos de iguarias como acompanhamento. No Recife, as confeitarias e casas de chá eram o ponto de encontro usual das elites da época.

Freqüentar o *five o'clock tea* da *Bijou* ou da *Crystal* significava, segundo a percepção da época, não apenas “ver e ser visto” mas também se educar socialmente. Distinção, polidez, boas maneiras, costumes à mesa, modas e modos procuravam ser cultuados nesses requintados estabelecimentos, estimulando, na visão daqueles homens e mulheres, o desenvolvimento da gente elegante e cosmopolita na cidade. Com ambientes bem decorados e refinados, as confeitarias apresentavam-se como lugares onde se poderia experimentar um certo estilo de vida, respirar um ar de civilização e aprender a decifrar os signos e códigos de comportamento considerados modernos.

No Recife, costumava-se freqüentar as confeitarias após o *footing* nos finais de tarde, sobretudo às quintas-feiras e sábados, dias mais disputados segundo as notas da crônica social, e após as sessões de cinema do *Royal* ou do *Moderno*. Nesses espaços senhoras desfilavam seus vestidos novos, melindrosas *flirtavam* com os almofadinhas, conversava-se sobre a última fita de sucesso de Bebe Daniels, ou Póla Negri, sobre as novidades da semana, senhores fechavam negócios e discutiam sobre trabalho e política. Autoridades, jornalistas, intelectuais, políticos, acadêmicos e as famílias, com suas mocinhas casadoiras, não perdiam o *five o'clock tea* das confeitarias da Rua Nova.

Entretanto, apesar dos esforços de alguns, o *five o'clock tea* das confeitarias recifenses não funcionava conforme os rígidos padrões ingleses já especificados. O horário do “chá das cinco” era elástico e flexível, indo das 14 até perto das 19 horas; o cardápio era bastante variado, apresentando muito além das singelas torradas com geléia à inglesa; o comportamento nem sempre estava de acordo com o tom sóbrio e distinto exigido pela ocasião e,



54. Comer fora de casa transformou-se numa das distrações da época. Restaurantes, cafés, confeitarias, leiterias e outros estabelecimentos ofereciam todo tipo de petisco em ambientes para gostos variados. (Sorveteria Boa Vista, 1928).

para espanto de muitos, *no five o'clock tea* recifense o que menos importava era o chá:

“Ai! O Chá das Cinco

Hoje, como todos os sábados *chics* do Recife haverá, *desde as duas horas da tarde*, o perfumoso e crepitante chá das cinco da “Bijou.” As figurinhas frágeis (...) lá estarão certamente junto aos rapazes galantes da cidade que fazem o *haute-gomme*, o *footing* e outras futilidades estrangeiras nacionalizadas. Conversa-se muito sobre mil assuntos, flirta-se outro tanto. *O chá é que pouco se bebe*. Mas, pinga o dinheiro. E não é por outro motivo que, em inglês, essa pandega toda é chamada de *five o'clock tea* (...). Ai! O chá das cinco.”⁶⁴

As casas de chá e confeitarias recifenses ofereciam uma grande variedade de opções que iam dos chás, chocolates, refrescos, até doces, gelados e outras guloseimas. Sanduíches, saladas, torradas, bolos e tortas, sorvetes de frutas mais elaborados, como *ice-cream-soda*, podiam ser encontrados nos cardápios dessas casas. Lá se bebiam sucos e licores variados, refrigerantes como a gasosa Fratelli Vita ou o guaraná Antártica, vinho, *champagne*, *jerez*, *vermouth*, *coktails* e cerveja, dentre outras bebidas. Enquanto os garçons circulavam apressadamente, equilibrando suas bandejas por entre as mesas, mocinhas e rapazes aproveitavam para flertar:

“A Bijou treme de sorrisos. Está cheia de senhorinhas. 5 da tarde. As torradas, finas, quebradiças são mastigadas por dentes alvos, pequeninos, afiados. Olhares languiosos causam fome. Sorrisos lentadores provocam gula. O poeta embevecido soluça:

Dá-me o chá do teu sorriso,

Torradas dos teus olhares:

Quero subir ao paraíso,

Comendo desses manjares.”⁶⁵

O burburinho no ambiente era grande. Ao som das vozes dos clientes, que animadamente procuravam inteirar-se das últimas novidades da cidade, misturavam-se os acordes das orquestras e as ruidosas *jazz-bands*, que executavam *foxtrots*, *shimys* e *ragtimes*, ritmos que faziam os salões da cidade se encherem de dançarinos.

Músicos conhecidos, como o violinista J. Andrade, ou o compositor Nelson Ferreira, apresentavam-se na hora do chá nas confeitarias da Rua Nova.

⁶⁴ A *Pilhéria*, 12/05/1923, nº 85. Grifo meu.

⁶⁵ *Rua Nova* 03/07/1924, nº 5.

Segundo a coluna “Notas de Arte”, do *Jornal do Recife*, as composições do “conhecido e inspirado musicista (...) são rapidamente divulgadas nos nossos salões, casas de chá e diversionais”, sendo bastante conhecidas na cidade. Nos tempos em que o *foxtrot* fazia sucesso, Nelson Ferreira compôs uma série deles, cujos títulos nos mostram facetas do perfil das senhorinhas de elite que freqüentavam as sessões do Cine Moderno e não perdiam o *footing* da Rua Nova:

“À “Mademoiselle Cinema” segue-se “Mademoiselle Flirt”, “Mademoiselle Ciúme” e “Mademoiselle Footing”, compondo destarte uma série muito interessante e elegante pois o “fox-trot” é atualmente a música que impera em todas as partes.”⁶⁶

Mas nem só de conversas, *flirts* e ritmos frenéticos viviam as confeitarias da Rua Nova. Elas também foram palco de muitos acontecimentos marcantes na vida da cidade e do país, como o assassinato, em 1930, do candidato a vice na chapa de Getúlio Vargas, João Pessoa, o qual ocorreu na Confeitaria Glória, inaugurada em 1927, nos salões onde antes funcionara a confeitaria *Crystal*, da qual nos ocuparemos adiante.

Na Rua Nova, a elegante *Bijou* foi das primeiras confeitarias de sucesso. A abertura dos seus salões, em 1923, constituiu-se em um acontecimento de destaque, reunindo figuras ilustres da sociedade recifense. O ambiente era, segundo a maioria dos cronistas sociais e articulistas dos periódicos, “aconchegante” e “harmonioso.” Em matéria sobre o segundo dia de funcionamento da confeitaria, o cronista da revista *A Pilhéria*, procurou apurar de uma senhorita presente as impressões acerca da nova casa: “*Boazinha; satisfaz as nossas necessidades.*” Segundo ela, não se comparava à Colombo ou Alvear, confeitarias famosas do Rio de Janeiro, mas agradava e correspondia aos anseios da “gente chic” da cidade.⁶⁷ Os anúncios publicados na imprensa demonstram a preocupação de marcar o estilo da casa e o público a que se dirigia:

“Está sem rival no Recife, competindo com as melhores casas do Rio de Janeiro. É o ponto *chic* das reuniões de elegância e graça, freqüentado pela fina sociedade recifense. Estabelecimento aprazível, onde se reúnem as melhores famílias do Recife, e tudo que há de mais distinto na sociedade pernambucana.”⁶⁸

Ainda de acordo com a descrição dos jornalistas, o salão da confeitaria era convidativo e atraente para conversas informais, com suas mesas dispostas

⁶⁶ *Jornal do Recife*, 22/04/1924, p. 04.

⁶⁷ *A Pilhéria*, 01/09/1923, nº 101. “O 2º dia da Bijou”

⁶⁸ *Rua Nova* 31/07/1924, nº 7, e *Revista de Pernambuco*, setembro, 1924.

próximas umas das outras e ornamentadas com flores. As paredes eram cobertas de espelhos, o que certamente agradava a clientela, pois possibilitava uma visão privilegiada em diversos ângulos dos figurinos e adereços apresentados pelas senhoras elegantes, motivo de muitas fofocas entre as freqüentadoras dos salões da confeitaria e comentários nas colunas das revistas semanais. Mas os espelhos faziam mesmo era a alegria dos pares

românticos: silhuetas se insinuavam, olhares se cruzavam discretamente, sinais e trejeitos eram trocados, recados e mensagens passados por entre as mesas.

Os poemas e as notas sociais mostravam que o hábito de flertar passou também a ser iniciativa das mulheres. As freqüentadoras da *Bijou*, que eram chamadas nas colunas de “*deliciosa criatura, de plástica soberba e sorriso encantador*”, aquela senhorinha que “*vai arrastando os freqüentadores da Bijou ao fogo da paixão*”, ou “*mademoiselle futilidade, que só tem alma para amar os flirts fugazes*”, agora também tomavam a dianteira quando o assunto era namoro. Os homens apareciam nas notas



55. Propaganda da Confeitaria A *Bijou*, 1924.

sociais como vítimas da astúcia e do poder de sedução das moças. Certa vez, conforme relato da revista *A Pilhéria*, o dr. Agenor Lopes chegou com um amigo à *Bijou*, “*e sentou-se numa banquetta. Durante todo o tempo a senhorinha não tirou as vistas do jovem clínico da Saúde Pública. Ele porém saboreava tão satisfeito um sorvete, (...) que nada percebeu.*”⁶⁹

Cenas de ciúmes, pequenas discussões e disputas em torno dos pretendentes não eram raras nos salões da *Bijou*. Certa tarde, o jovem jornalista Gilberto Freyre, freqüentador das confeitarias da Rua Nova, foi vítima de uma dessas contendidas de amor, e também do comentário irônico do jornalista:

“Senhorinha L.V. (...) diz sempre que não conhece o ciúme, mas é ciumenta. Outro dia, à hora do chá pediu um gelado. (...) Sorvia em lentas colheradas o *ponch rubro*, quando aquele que tem ensinado à senhorinha toda a gramática do ciúme, corresponde ao sorriso de uns lindos olhos de azeviche. Resultou deste incidente um gesto nervoso da senhorinha que atirou todo o sorvete da colherinha na calça do jornalista Gilberto Freyre, esfriando, de repente, um dardo flamejante de retórica que ele atirava à calma de Jorge Barradas.”⁷⁰

No número 370 da Rua Nova, anexa à *Bijou*, ficava a loja *A Phoenix*, também de propriedade de Almeida Bastos, que comercializava, de acordo com os anúncios publicados, “*víveres selecionados, tais como: frutas, queijos, manteigas, conservas finas, biscoitos, pão de centeio – chopp da Brahma,*

⁶⁹ *A Pilhéria*, 26/05/1923, nº 87.

⁷⁰ *A Pilhéria*, 26/05/1923, nº 87.

vinhos portugueses e outras bebidas em geral – Sandwiches e petiscos, produtos de esmerada escolha e procedência insuspeita.⁷¹ A *Phoenix* também fornecia leite puro, vindo diariamente do interior, e coalhadas, oferecendo garantias quanto à higiene e boa conservação desses produtos. Apesar do movimento permanente relatado nos periódicos da época, com mesas sempre muito disputadas, a *Bijou* não resistiu à concorrência imposta pela inauguração, em 1925, daquela que foi considerada a mais luxuosa confeitaria do Nordeste: *A Crystal*. Pouco depois do surgimento da concorrente, a *Bijou* fechou suas portas para o serviço de chá, passando a conservar apenas o atendimento no setor de pastelaria e sorveteria, além das encomendas para festas e banquetes. Contudo, o encerramento do serviço de chá da *Bijou* durou pouco. Apenas três meses depois ele viria a ser reinaugurado, sendo sua volta às atividades saudada com entusiasmo por parte de alguns periódicos, sobretudo por *A Pilhéria*, que parecia muito simpática ao estabelecimento. A partir daí, um clima de rivalidade e disputa implantou-se entre as duas casas.

A *Crystal* funcionava no antigo prédio da *Casa Alemã*, a elegante loja de Mme. Júlia, localizada na esquina da Rua Nova com a Rua da Palma. O prédio fora incendiado por populares na época da I Guerra, ficando apenas com as paredes de pé. Napoleão Braga narrou o episódio da seguinte forma: “Os patriotas da nossa terra achavam que só se venceria a guerra contra a Alemanha queimando-se a Casa Alemã. A 7 de novembro de 1917 invadiram-na, despojaram-na de tudo quanto era fino, e de cima para baixo foram lançando querosene e fogo; a honra da pátria ficou salva! Daqui mesmo se arrasaria a Alemanha.”⁷²

Anos depois, realizadas as reformas, a elegante casa de chá abriu seus salões para o deleite da fina clientela:

“No dia solene da inauguração a cidade em peso afluiu às portas de ferro da grande casa, ansiosa do espetáculo inédito do céu que deveria ser a formidabilíssima, elegantíssima e anunciadíssima casa de chá. E foi um assombro... quanto cousa bonita! Aqueles doces nas vitrinas! Aquela policromia das latas de conservas! Aquelas convidativas garrafas de vinhos finos!!! O salão largo, as mesas simétricas, os garçons de “smoking”!!!! (...) ai que lindo!!!! (...) Depois a opinião geral: A Crystal é a primeira casa de chá do mundo!”⁷³

As instalações da *Crystal* causaram polêmica na época da inauguração. O que parecia beleza e requinte para uns soava como exagero e até mau gosto para outros, sobretudo para os defensores

⁷¹ *Revista de Pernambuco*, setembro, 1924. Anúncio da loja *A Phoenix*.

⁷² BRAGA, Napoleão Barroso. *Cartas recifenses*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985, p. 314.

⁷³ *A Pilhéria*, 10/04/1926, nº 237.

da *Bijou*. A confeitaria estaria acima dos anseios de modernidade e civilização da cidade. A *Crystal* seria, para esses, um “*grande disparate de luxo na modéstia duma cidade onde apenas existe o desejo de civilização.*”⁷⁴ As ambigüidades que permeavam os discursos sobre a cidade evidenciam-se nesses momentos. Se, por um lado, propalava-se que o Recife já era civilizado e cada vez mais moderno, por outro, quando iniciativas ousadas eram postas em prática, acabavam sendo apontadas como pretensiosas e fora da realidade da cidade, considerada, então, simples candidata às transformações.

Contudo, temos também de levar em conta a disputa de interesses que envolvia as duas confeitarias concorrentes. A disputa comercial pode ser constatada pelos freqüentes anúncios nos jornais e revistas, demonstrando a luta desses estabelecimentos para conseguir sobreviver e manter sua clientela. O serviço e atendimento, a diversidade dos petiscos oferecidos, a animação das *jazz-bands* e, sobretudo o ambiente refinado e distinto dessas casas eram propalados como forma de enfrentar a concorrência. A disputa comercial era intensa e acirrada, com a publicação de artigos e notas

REVISTA DE PERNAMBUCO

A CRYSTAL

O edificio d'“A Crystal”, pode-se afirmar sem receio de contestação, é um dos melhores da Rua Nova. Primitivamente nelle fôra installada a Casa Allemã do Recife. Incendiado em 1917, por ocasião dos successos que precederam a declaração de guerra à Allemanha, só recentemente, foi reconstruido.



56. O imponente edifício onde se estabelecera a confeitaria *A Crystal*, antes ocupado pela Casa Alemã, incendiada durante a I Guerra. (*Revista de Pernambuco*, 1925).

nas colunas sociais onde os freqüentadores de cada uma das confeitarias defendiam suas preferidas e atacavam a concorrente. Nessa guerra, o que pesava não eram apenas os aspectos econômicos e os ganhos financeiros dos proprietários, mas também o prestígio social dos freqüentadores de cada uma das casas. O articulista “João Outro” de *A Pilhéria*, pseudônimo de Arnaldo Lopes, era um dos que não poupavam a *Crystal* de uma alfinetada sempre que podia:

“A Crystal foi uma decepção malgrado toda a magnificência de sua instalação. A *Bijou* satisfaz melhor o seu fim. O salão é mais harmonioso, mais convidativo para o tête-a-tête de um *rendez-vous* (...). Talvez pela aglomeração dos espelhos, pela disposição das mesas, da luz, das flores, convida mais ao elegante hábito do chá em sociedade. Falta-lhe o que sobra na *Bijou*, uma coisa que eu próprio não sei definir, (...) um tanto subjetiva que a gente sente sem saber porque(...). É por isso que eu continuo (...), num esto de conservadorismo, a tomar o meu chá na *Bijou*.”⁷⁵

⁷⁴ *A Pilhéria*, 12/06/1926, nº 246.

⁷⁵ *A Pilhéria*, 30/05/1925, nº 192.

O luxo e a magnificência do prédio e o aparato das instalações da *Crystal* desagradavam a certos jornalistas, sobretudo aqueles das revistas *Rua Nova* e *A Pilhéria*, que não se cansavam de criticar a recém-inaugurada confeitaria. Para esses, o ambiente não tinha, ao contrário da *Bijou*, o clima e o aconchego que consideravam adequados: “Apesar de todo o rigor do luxo com que instalaram o vasto salão, não pode evitar a aparência pouco digna a uma casa de chá, de um restaurante como o Leite ou o Avenida.”⁷⁶ As vitrines, ornamentadas com latas de conservas e doces de todas as espécies, desde as modestíssimas e acessíveis sardinhas do sr. Brandão Gomes até as melhores marcas de *paté-de-fois gras*, de *choucroute* e de caviar; dos doces da pernambucana *Fábrica Peixe* às guloseimas luxuosamente embaladas da *Confeitaria Colombo*, além das bebidas finas, intrigavam os mais exigentes, que se perguntavam:

“Isto afinal é padaria, drogaria, ou pretende ser mesmo uma sorveteria? Para casa de chá é demais tanta lata, tanta garrafa, tanto vidro (...). Montagem tão distinta (...), não admite, de certo, essa espetaculosa exposição de laticínios, de latinhas de manteiga, de doce, de paios e sardinhas. Não sei que maior falta de gosto exprima numa casa de chá.”⁷⁷

As críticas atingiam não apenas as instalações físicas mas, sobretudo, a clientela usual da *Crystal*. O ambiente era território do que alguns cronistas consideravam como a burguesia da cidade: “Era o ambiente acomodatório das poses burguesas. Coronéis de fraque, mulheres ‘old-fashioneds’, rapazes deselegantes... e toda essa enxurrada de coisas feias.”⁷⁸ Segundo as descrições dos jornalistas, os luxuosos salões da confeitaria eram freqüentados pelos chamados “novos ricos”, sem muitas ligações com as tradicionais famílias pernambucanas, pessoas consideradas sem classe, sem berço, que tentavam inserir-se na vida social *chic* do Recife. Diziam-se “elegantes, mas eram apenas desfrutáveis”, como o burguês obeso, apelidado pelo jornalista da revista *Rua Nova* de “Só-Barriga”, que, sem nada entender dos ditames da vida mundana, indagava:

“Casa de chá? Então isso é o que é *chic*? Mas isso tudo é bem supérfluo e custa caro, exclama o bom burguês apatacado e avaro (...). Um sorvete qualquer, com um nome arrevesado e estranho de mulher, quase sempre de uma estrela de cinema, e tome lá, dois mil e tantos [réis] e não gema.”⁷⁹

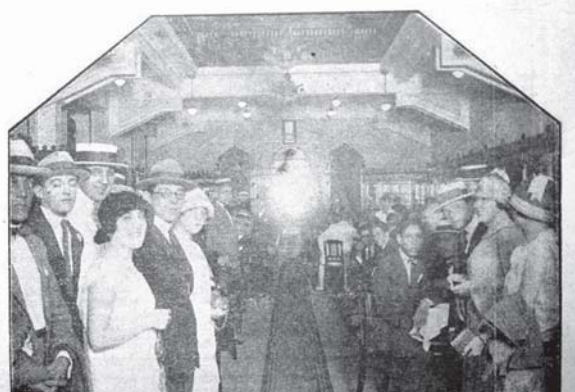
⁷⁶ *A Pilhéria*, 30/05/1925, nº 192.

⁷⁷ *A Pilhéria*, 30/05/1925, nº 192.

⁷⁸ *A Pilhéria*, 12/06/1926, nº 246.

⁷⁹ *Rua Nova*, 01/04/1926, nº 49.

A' hora do chá...



57. Criticada pelo luxo exagerado, as mesas da *Crystal* eram disputadas por muitos freqüentadores, que se amontoavam no interior do salão em busca do reconhecimento social que a presença na casa de chá conferia. (A Hora do Chá, 1926).

fazendo com que nomes diferentes surgissem nas rodas políticas e sociais, ocupando espaços antes pertencentes às famílias ligadas à agroindústria açucareira, gerando disputas e conflitos.

Pouco mais de um ano depois da inauguração, em abril de 1926, a *Crystal* entrava em falência. O fechamento da confeitaria teria significado, nas palavras da revista *A Pílhéria*, “um ponto final na vida enfatuada dessa gente (...). A derrocada do demi-mond, e “a vitória da aristocracia triunfal (...), que não finge uma elegância falsa, mas que tem credenciais de civilização.” A *Bijou*, considerada o “*ninho bem pernambucano*”, reduto das tradicionais famílias da terra, sobrevivera. Ressaltava-se, dessa vez, a derrota do novo pelo antigo.⁸⁰

Mesmo depois do fechamento da *Crystal*, a rixa com relação à *Bijou* continuava. Eram ex-freqüentadores que, inconformados com a perda do espaço, prosseguiram, por meio das revistas, com as críticas em relação à concorrente:

“São minutos de verdadeiro sacrifício aqueles que se passam (...) numa casinha elegante que fica ali na rua mais *chic* da cidade. O sacrifício começa pela demora enorme do *garçon* (...). Depois é a cara de poucos amigos que este faz para trazer a lista (...). Segue-se nova maçada pelo custo de chegar à mesa as guloseimas pedidas. Por fim é a péssima qualidade do chocolate ou do sorvete, isso para não falar nos bolinhos de três dias e de cujas entranhas sai tanta formiga que a gente chega mesmo a ter a idéia que está no bordo de um enorme formigueiro.”⁸¹

Apesar das queixas, o *five o'clock tea* da *Bijou* voltava a reinar sozinho nas tardes da Rua Nova, agora repleta dos antigos clientes da concorrente:

⁸⁰ *A Pílhéria*, 12/06/1926, nº 246.

⁸¹ *Revista da Cidade*, 28/08/1926, nº 14.

“Agora a casa elegantíssima (a Crystal) fechou suas portas, fugiu ao peso que as suas forças não suportaram, e... a gente elegante, aqueles que nos atiraram pedras (...), irá toda, contrita, arrependida, fazer a sua horinha de elegância no ambiente renegado da Bijou (...).”⁸²

Os percursos das elites no Recife dos anos 1920 não se resumiam ao *footing* e às confeitarias elegantes da Rua Nova, às exposições de arte e conferências do Gabinete Português de Leitura, às festas no clube Internacional e à ida ao Moderno ou Royal para assistir aos astros americanos de sucesso. Nos bairros distantes, em ambientes considerados suspeitos onde se realizavam estranhos ritos, ou nos “consultórios” cheios de mistério localizados nos sobradões do centro da cidade, lá estavam senhoras de famílias tradicionais e distintos cavalheiros que, desconfiados e por vezes desesperados, corriam em busca de alívio para males do corpo e as dores de amor.

3. Médicos, “curandeiros” e cartomantes.

O Recife era considerado, na virada do século XX, uma das cidades mais insalubres do país. Octávio de Freitas ressaltava, em 1904, a inquietante e ameaçadora situação na área da saúde: “*Todo aquele que, interessado pelos assuntos de higiene, fizer um estudo comparativo do coeficiente geral da mortalidade nas diversas capitais dos estados brasileiros, não deixará de ficar impressionado pelo excessivo dízimo mortuário do nosso Recife que ocupa um dos mais elevados lugares da escala.*”⁸³ As epidemias periodicamente alastravam-se pela cidade, atingindo tanto os sobrados altos das gentes ricas do bairro de Santo Antônio quanto os miseráveis mocambos de Afogados ou da Encruzilhada:

“Com efeito, estudando-se a condição médica e as doenças reinantes em nossa capital, neste assinalado período de 1851 a 1900 verificar-se-á a existência, entre nós, de *noventa e quatro surtos epidêmicos* de considerável amplitude, alguns deles com espantoso número de óbitos, de quatorze doenças diferentes: - Varíola, malária, cólera-morbo, febre-amarela, disenteria, febre tifóide, beribéri, sarampo, coqueluche, difteria, escarlatina e influenza (...). Devo assinalar que outras doenças nos têm visitado epidemicamente, no século atual, entre elas a peste negra do Oriente, à qual pagamos um forte tributo, a disenteria que, em 1904, matou 2.886 pessoas e a gripe espanhola, com 1.783 vítimas em 1918.”⁸⁴

⁸² Rua Nova, 01/04/1926, nº 49.

⁸³ FREITAS, Octávio de. *Os nossos médicos e a nossa medicina*. Recife, A Província, 1904, p. 13.

⁸⁴ FREITAS, Octávio de. *Medicina e costumes do Recife antigo*. Recife, Imprensa Industrial, 1943, pp. 50 e 52. Grifo meu.

Na busca da cura para as doenças epidêmicas e para as demais moléstias, a população da cidade recorria nessa fase aos mais diferentes saberes, métodos e ofícios: de médicos, cirurgiões, farmacêuticos e boticários, a práticos que detinham o conhecimento das ervas e drogas e exerciam a cura a partir da tradição popular, pais-de-santo ligados aos cultos afro e outras figuras místicas que propalavam seus poderes e capacidade de sanar os males do corpo mediante os mais diferentes processos.

A partir de meados do século XIX, quando a medicina começou a constituir-se enquanto campo de saber científico e racional, baseada em técnicas sistemáticas, iniciou-se na cidade uma luta entre as práticas de cura e as medicações tradicionais, fruto da diversidade das raízes culturais das populações aqui fixadas, e a medicina que se oficializava.

Os médicos que clinicavam no Recife, no início do século XIX, eram estrangeiros ou brasileiros que se haviam formado nos centros de ciência europeus e nas Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, fundadas respectivamente em 1807 e 1809. Nessa fase, seguiam-se os preceitos da medicina francesa e as doutrinas antiflogísticas de Broussais, os quais indicavam como terapêutica das doenças o tratamento e a aplicação de purgativos e sangrias, tidos como “a *panacéia universal para a terapêutica de todos os males*.”⁸⁵ Na época, não apenas médicos mas parteiras e boticários empregavam a sangria como um dos métodos mais eficientes de cura dos doentes, usando para isso as sanguessugas, ou bichas hamburguesas.

“Estas bichas, nas farmácias, se achavam conservadas em frascos cheios de água e para aplicá-las como sugadoras de sangue eram elas retiradas do seu depósito três horas antes, sendo colocadas na parte do corpo indicada pelo médico, depois desta estar convenientemente lavada e bem friccionada com um pano de linho até a vermelhidão da pele, quando se umedecia com um pouco de água açucarada, para despertar o apetite das sugadoras de sangue. As bichas aí ficavam aferradas até se tornarem bem cheias do sangue do paciente, quando se despregavam por si mesmas e eram recolocadas no seu reservatório de emergência à espera de outra vítima.”⁸⁶

⁸⁵ FREITAS, Octávio de. *Os nossos médicos e a nossa medicina*, op. cit p.113 e 116.

⁸⁶ FREITAS Octávio de. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 140.

Aplicadas também pelos barbeiros que, além de cortarem cabelos e arrancarem dentes também faziam sangrias e indicavam medicamentos, a prática de sangrar os doentes passou a ser questionada no Recife, segundo Octávio de Freitas, a partir de 1858,

quando o surto de febre amarela atingiu a cidade.⁸⁷ De acordo com um jornalista da época, sob o signo dessa epidemia “doente sangrando era doente morto (...). Sanguessugas aplicadas em amarelento morriam quase todas e nas cissuras que deixavam, era muito difícil estancar o sangue por completo.”⁸⁸

No decênio de 1840, iniciou-se na cidade um processo de controle sobre o exercício da medicina, com a preocupação de definir as distintas atribuições das ocupações no campo da saúde, de normatizar condutas, estabelecer limites e impedir o exercício dos que não fossem habilitados oficialmente para a prática médica. Em eventos, fóruns de discussão e instituições criadas nessa fase, iniciavam-se os debates sobre as questões ligadas à concorrência entre os pares, à disputa com outras ocupações no campo da saúde, à definição de papéis e funções ‘auxiliares’ que seriam desempenhadas por boticários, farmacêuticos, enfermeiras e parteiras. Além desses, outro tema frequentemente discutido pelos médicos referia-se ao exercício de práticas de cura pelos curandeiros, espíritas, pais-de-santo e homeopatas.⁸⁹

Para percebermos esse processo, optamos por tomar como fonte algumas obras do médico Octávio de Freitas, sobretudo os livros que abordam aspectos ligados à cidade e aos problemas sociais, como “*Medicina e costumes do Recife*”, “*Idéias e conceitos*” e “*Os nossos médicos e a nossa medicina*.”

A escolha de Freitas deu-se em função da grande inserção que ele teve no meio médico da cidade, dos seus escritos sobre temas amplos, que englobavam aspectos sociais da vida da cidade e da preocupação que apresentava sobre três temas básicos: o monopólio dos conhecimentos de saúde pelos médicos, o domínio do mercado de trabalho e o estabelecimento de regras de conduta para a atividade.

Enfim, as idéias de Octávio de Freitas refletiam toda a preocupação em torno da construção do “ser médico” no Recife do início do século XX, auxiliando na compreensão desse momento de rupturas e confrontos entre saberes diversos que se deparavam: de um lado, as idéias européias, fruto do racionalismo e do cientificismo que vinham se instaurando desde a época das “Luzes”; do outro, as noções de origens culturais diversas que se encontraram no Novo Mundo, perpassadas de elementos de magia e religiosidade.

Formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Freitas voltou para o Recife em 1893 para estabelecer-se e iniciar sua carreira. Assumiu vários cargos públicos, dentre eles o de presidente da *Liga Pernambucana contra a Tuberculose*, diretor do *Instituto Pasteur*, diretor do *Instituto Vacinogênico*,

⁸⁷ Sobre as práticas médicas e a atuação dos barbeiros ao longo do século XIX, ver: FIGUEIREDO, B. G. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, Fiocruz, VI, jul-out 1999. A respeito dos barbeiros e técnicas de sangria no Recife, ver SETTE, Mário. A sangria. In: *Anquinhas e bernardas*. Recife, FUNDARPE, 1987, pp. 194-195.

⁸⁸ O referido jornalista, citado por Octávio de Freitas em *Medicina e costumes do Recife antigo*, era conhecido pelo pseudônimo de Senex. p. 184.

⁸⁹ A disputa entre as diversas ocupações ligadas à saúde estão em PEREIRA NETO, André F. de. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

além de médico do *Hospital Pedro II*, tendo participado ativamente dos debates médicos travados na cidade e no país a partir do final do século XIX. Freitas escreveu vários livros sobre as epidemias que assolaram o Recife na virada do século, sobre as moléstias endêmicas e epidêmicas que atingiam a população, além de várias obras sobre estatística populacional e sanitarismo. Seus livros refletem uma preocupação permanente em torno da profissionalização da medicina, da transformação do saber médico em ciência, do controle sobre o campo de trabalho e do combate ao que chamava de charlatanismo e curandeirismo.

Se observarmos o índice de uma das suas obras mais importantes - "*Medicina e costumes do Recife*" -, escrita em 1943, montada a partir de capítulos breves sobre temas variados, podemos perceber o conflito que se desenrolava na época entre a medicina oficial e as formas de cura populares usadas pelos habitantes do Recife. O livro tenta passar a idéia geral de que, a partir do "*desenvolvimento progressivo*" de uma ciência médica, as questões ligadas a saúde, higiene e sanitarismo que afligiam a população do Recife seriam paulatinamente detectadas e combatidas de forma racional, enquanto o charlatanismo seria vencido, o que resultaria em um triunfo da medicina oficial, que então se consolidaria enquanto campo de saber.

Freitas constrói a representação de uma cidade povoada de problemas higiênicos e sanitários, descreve as epidemias que dizimavam a população, tentando mostrar que as mesmas eram fruto de uma série de costumes considerados inadequados tais como: o enterramento nas igrejas, o uso dos "tigres", o tratamento impróprio dos doentes, os hábitos alimentares e mesmo os comportamentos mais íntimos, como tomar banhos muito quentes ou sentar em esteiras, hábito avaliado como anti-higiênico.

A partir desse quadro, ele relaciona médicos importantes, farmácias e tratamentos empregados no passado, como uma forma de reconhecer os precursores dos avanços da medicina. Sua análise segue com um comentário acerca da criação, a partir do século XIX, de uma série de instituições que serão responsáveis pelo exercício da autoridade sobre a área médica e pela tentativa de solucionar os problemas da cidade: a Sociedade de Medicina, fundada em 1841, o Conselho de Salubridade e o Instituto Vacinogênico, criados em 1845, a inauguração, em 1861 do Hospital Pedro II, e a circulação, a partir de 1842, de uma série de publicações dirigidas aos médicos, como os Anais de Medicina de Pernambuco e os Anais do Instituto Médico Pernambucano de 1874, além da realização de congressos e reuniões médicas. Com a formalização dessas instituições, o

discurso médico vai ganhando espaço na sociedade, estimulando a formação de novos praticantes habilitados, o que gerava a competição entre eles e aguçava a necessidade de regular o mercado e de definir as áreas de especialização.⁹⁰

O livro de Freitas mostra também que o saber médico procurava firmar-se como hegemônico não apenas pelo discurso mas, sobretudo, pelo uso de uma série de simbolismos, como os estranhos instrumentos empregados, e pela aura de seriedade e importância que as vestes usadas pelos médicos impunham:

“O chapéu de feltro de cano alto e luzidio era indispensável a todo médico que se prezava e prezava a sua clientela. A sobrecasaca, o fraque, o paletó preto e a calça listrada faziam parte integrante do seu vestiário cotidiano. Quem não andasse assim arriscava-se a não conseguir um único cliente, porque faltava, então, a devida compostura para exercer tão nobre profissão.”⁹¹

As normas de conduta e de ética consideradas adequadas à função, como a cobrança de “honorários justos”, o estímulo à prática de conferências ou juntas médicas, realizadas para discutir casos mais complexos, até as chamadas “sentenças médicas”, diagnóstico final dado ao paciente, além do comportamento discreto e sigiloso dos médicos com relação às informações recebidas do doente, também foram assuntos tratados pelo dr. Freitas.

Em seguida, o autor dedica sete capítulos a figuras que ele avaliava como “charlatões”, pois, segundo ele, especializavam-se em enganar e dar golpes na população, prometendo curas milagrosas a partir de métodos considerados ineficientes e atrasados. A palavra “charlatão”, de acordo com a *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, obra da década de vinte, significava “operador ambulante que vende drogas nas praças públicas e nas feiras, encarecendo ao povo a virtude de seus elixires. Empírico, que pretende possuir certos segredos maravilhosos. O que explora a credulidade publica. Impostor, intrujão, pantomimeiro.”⁹² Para Octávio de Freitas, o “charlatanismo seria o expoente de uma sociedade ainda em formação, onde não há, por conseguinte, solidez de conhecimentos, de modo que o charlatão é antes o resultado da falta de preparo dos que se sujeitam a tais panaceadores.”⁹³

A partir do momento em que Freitas destacava no seu livro apenas os que julgava “embusteiros”, o médico não apenas ignorava a existência

⁹⁰ Para mais detalhes sobre a profissionalização dos médicos no Brasil, ver: PEREIRA NETO, André F. de. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

⁹¹ FREITAS Octávio de. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit., p. 90.

⁹² *Encyclopedia e Diccionario Internacional*. Boston, The Colonial Press Inc., 1919.

⁹³ FREITAS Octávio de. *Idéias e conceitos*. Recife, Imprensa Industrial, 1913, p. 54.

dos populares que detinham o conhecimento da “arte de curar”, como acabava por induzir os leitores a classificar todos os que praticavam formas alternativas de cura como “desonestos e golpistas.” Para Freitas, como também para outros representantes das elites, no Recife dos anos vinte quem não era médico formado era “charlatão.” Optava-se por ignorar a importância do conhecimento acumulado pelos populares no campo da análise das doenças, e não reconhecer, pelo menos oficialmente, as informações herdadas sobre as ervas e drogas usadas na cura das moléstias, classificando esse acervo de informações como desprezível. Dos populares citados por Freitas, apenas um - Paula Portão - não foi taxado de “charlatão” sendo chamado de “curandeiro.” Apesar de menos agressiva, o uso da denominação “curandeiro” não modificava muito a situação de Paula Portão em relação aos outros. Dicionários da época definiam “curandeiro” como “*charlatão que trata de doenças sem ter conhecimentos médicos*.”⁹⁴ Não ter sido inserido no rol dos “charlatões” não significa dizer, portanto, que Paula Portão teve seu conhecimento reconhecido pelo médico. Ao contrário, sua sabedoria e experiência foram totalmente desacreditadas, suas ervas colocadas como ineficientes e sem qualquer efeito curativo, mostrando a visão dos médicos da época sobre os saberes populares:

“Paula Portão não era um charlatão; era um curandeiro (...). Cheio de entusiasmo pelas coisas da arte médica, ele andava sempre a experimentar quanta erva supostamente medicinal lhe caía nas mãos. Com elas preparava tisanas, poções e xaropadas (...) e não recusava chamado algum daquelas pessoas que acreditavam nos seus conhecimentos (...) . [Mas], se a doença do pobre diabo não era das capituladas de marcha cíclica que terminavam sem o auxílio de qualquer medicamento, a beberagem de Paula Portão não provocava a menor melhoria (...). O mal não cedia uma linha sequer nos seus malefícios.”⁹⁵

Fechando a obra, como capítulo final, Freitas aborda a criação da Faculdade de Medicina no Recife, em 1920, passando a idéia de que a abertura da instituição encerrava um ciclo, representando a finalização do processo de solidificação do conhecimento médico e do embate com as formas populares de cura. A medicina oficial, chamada por ele de “*divina ciência*”, enfim triunfara sobre a “falta de conhecimento” e a “ignorância”:

⁹⁴ *Encyclopedia e Dictionario Internacional*, op. cit.

⁹⁵ FREITAS, Octávio de. *Medicina e Costumes do Recife antigo*, op. cit p. 174.

“Reconhecidos oficialmente os seus cursos por decreto ministerial de julho de 1927, começou a Faculdade de Medicina a funcionar com toda a regularidade, atestando esta magnífica realização dos nossos ideais o ingente esforço da medicina pernambucana procurando, por todos os meios ao seu alcance, aproximar-se dos outros centros brasileiros onde se cultiva a divina ciência.”⁹⁶

A análise da obra de Freitas nos dá subsídios para compreensão de todas as fases da luta estabelecida entre a “sabedoria popular” e a ciência médica, mostrando que nessa disputa a desqualificação e a identificação desse conhecimento com o atraso e a falta de civilização foram armas poderosas usadas pelos profissionais da área de saúde. Com relação aos remédios empregados para a cura das doenças, desde o período colonial até praticamente o final do século XIX, na sua maior parte eram formulações manipuladas por boticários, executadas às vezes à vista dos clientes, à base de substâncias como iodo, mercúrio, ácido bórico, quinino, arsênio, óleos variados, ervas, sementes, raízes e vinhos importados. Muito desse conhecimento foi herdado dos indígenas ou adquirido a partir do contato com os negros. Esses remédios, “*com suas fórmulas secretas, que por longo tempo juntaram magia, religião e ciência nos trópicos, acompanhando os referenciais culturais tanto de colonizadores quanto de colonizados, síntese de um contexto sociocognitivo, transitava entre a magia e o cientificismo.*”⁹⁷

Muitas das receitas da época tiveram por base “*a tintura de sais de acônito, a noz-vômica, o calomelano, a jalapa, a água de louro-cerejeira, o extrato de beladona, o óleo de rícino, o xarope de flores de laranjeira, a infusão de jaborandi. Em casa preparavam-se os chás de sabugo, de pega-pinto, de mastrução, de cidreira*”,⁹⁸ além dos ungüentos de plantas variadas, cataplasmas de alho, clisteres diversos, purgantes contra vermes e lombrigas, os caldos, canjas e papas, também auxiliavam na recuperação dos doentes. Afora as formulações manipuladas nas drogarias e farmácias e aquelas preparadas em casa, alguns remédios eram importados, como o *Xarope de iodureto de Laroze, as Pílulas de Ayer, o Vesicatório de Albepayres*, ou a afamada garrafada *Rob-Laffecteur*, cujo alto preço somente permitia que fosse “*adquirida pelos grã-finos daquele tempo.*”⁹⁹

No início do século XX, a fabricação de medicamentos em laboratórios e a comercialização dos produtos já prontos pelas farmácias e drogarias vai, aos poucos, transformando o papel das boticas e farmácias. De produtores, esses estabelecimentos passam a ser simples distribuidores de um produto

⁹⁶ Idem, p. 203.

⁹⁷ MARQUES, Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas, UNICAMP, 1999.

⁹⁸ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, tomo 2º, 1959, p. 699.

⁹⁹ FREITAS, Octávio de. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 126

¹⁰⁰ Idem, pp. 127-128.

¹⁰¹ *Diário de Pernambuco*, 10/08/1923.

¹⁰² *Jornal Pequeno*, 05/01/1925, p.3.

que já não era o resultado direto do seu trabalho e do seu conhecimento:

“O mercado de drogas está dominado por estes preparados de laboratórios que, para criarem fama e prestígio, necessitam dos mais espalhafatosos e caríssimos anúncios. Os médicos de antanho – confiantes nos boticários que conheciam proficientemente a arte de formular, restringiam as suas indicações médicas a remédios preparados de acordo com as receitas por eles formuladas. E, neste particular, a barateza das receitas era quase de escandalizar os vendedores (...) de remédios laboratorizados.”¹⁰⁰

O crescimento da produção em série dos medicamentos nos laboratórios transformou a função dos farmacêuticos e boticários que, de manipuladores dos ingredientes indicados nas receitas médicas, passaram a simples revendedores de produtos. Os médicos, que tinham a responsabilidade de conhecer as ervas e drogas e de prescrevê-las de forma individualizada depois do estudo do caso de cada paciente, passavam a receitar remédios de forma

generalizada, muitas vezes sem conhecer os detalhes e componentes da fórmula.

Nos jornais da década de vinte, encontravam-se anúncios de uma infinidade de medicamentos produzidos por esses laboratórios, alguns com os nomes dos médicos ou inventores das fórmulas, que prometiam a cura para os mais diferentes males. É interessante perceber que o mesmo remédio era indicado para a cura de moléstias diversas, que iam de irritações superficiais na pele ou indisposições até problemas em órgãos e sistemas vitais. O Cactusgeno, por exemplo, agia “nas aflições, faltas de ar, pés inchados, cansaços, palpitações, urinas escuras, dores nos rins, nefrites, pontadas, chiados no peito, nevralgias cadio-renais, bronquite asmática” e várias outras moléstias do coração, rins e pulmões.¹⁰¹ O *Jornal Pequeno* assim anunciava o tônico de Kolyohinbina:

Os “magros, fracos, depauperados, os neurastênicos, os impotentes, as moças pálidas, histéricas, raquíticas e que não regulam bem, as mães que amamentam, enfim todos que precisam de um tônico-regulador, poderiam se curar com o Tônico de Kolyohinbina”.¹⁰²

58. Medicamentos à base de ervas, preparados pelos boticários com receita prescrita de forma individualizada, foram sendo trocados pelos remédios industrializados, que prometiam a cura, por princípios científico, das mais diversas doenças. (Tricalcine, 1926).



Se o problema era impaludismo, as *Pílulas Capper* curavam; para os incômodos no estômago, fígado e intestinos, os *Comprimidos do Abade Moss* eram a salvação; se o cabelo estava fraco e caindo, o uso de *Pilogenio* devolveria nova

e abundante cabeleira; as manchas, cravos, sardas e espinhas, que tanto preocupavam as alvas senhoras e moças da época, podiam ser combatidas com o sabão *Aristolino*; para irritações na pele, queimaduras, frieiras, a solução era a *Água Rabello* ou o *Elixir Sanativo*; para a gripe, a tosse insistente e a tuberculose, *Contratossetaria* a saúde de volta; se as senhoras e moças sofriam incômodos femininos, tomavam *Cássia Virginica* ou *Ulteran*; para depurar o sangue e fortalecer o organismo, *Elixir de Inhame*, e assim por diante.¹⁰³ Não fique impressionado o leitor se perceber que alguns desses nomes lhe soam familiares aos ouvidos. O *Elixir Sanativo* e o sabão *Aristolino*, dentre outros, são medicamentos que conseguiram fama e credibilidade, atravessando todo o século XX e chegando ao XXI nas prateleiras das farmácias.

Segundo o dr. Freitas, em princípios do século XX a medicina no Recife vai, aos poucos, incorporando as descobertas mais recentes, atingindo um *status* científico. Médicos tecnicamente instruídos, instrumentos de escuta aperfeiçoados, novos métodos de diagnóstico, como análises químicas, microscópicas, aparelhos elétricos para exames de doenças nervosas e as famosas máquinas de raios X eram técnicas que começavam a ser empregadas na cidade. Ainda em 1904, dizia ele: “*Hoje a medicina em Pernambuco segue pari passu os progressos dos outros centros científicos do país e os seus médicos procuram constantemente se ilustrar e se aperfeiçoar.*”¹⁰⁴

Na virada do século, já se realizavam com sucesso, no Recife, cirurgias para a retirada de cálculos vesicais, tumores em diversas regiões do corpo, operações ginecológicas para a remoção de fibromas, dentre outras. Em 1928 os periódicos anunciavam a realização na cidade da 1ª operação cesariana bem sucedida, depois de três tentativas sem sucesso feitas em épocas anteriores. Realizada no hospital Pedro II, pelos doutores Alexandre Selva e Jorge Bittencourt, a cirurgia salvou a vida de Enésia Silva, que deu à luz o menino Alexandre Jorge. O governador Estácio Coimbra e sua esposa foram os padrinhos da criança.¹⁰⁵

Em meados da década de vinte, o *Almanach de Pernambuco para 1926* anunciava o nome e endereço de 105 médicos estabelecidos na cidade, com a indicação do endereço do consultório. Esse número seguramente não representava o total dos profissionais atuantes no Recife, uma vez que boa parte deles trabalhava atendendo diretamente na residência dos pacientes - os chamados médicos de família -, enquanto outros preferiam não optar por esse tipo de publicidade.

O crescimento do número de médicos diplomados na cidade em função da fundação da Escola de Medicina do Recife, a disputa por clientes com os práticos populares, os avanços tecnológicos com relação às

¹⁰³ Os anúncios de remédios e suas indicações foram pesquisados no *Jornal do Recife*, *Jornal do Commercio* e *Jornal Pequeno* entre os anos de 1920 a 1928.

¹⁰⁴ FREITAS, Octávio de. *Os nossos médicos e a nossa medicina*, op. cit p. 124.

¹⁰⁵ *Almanach de Pernambuco para o ano de 1929*.

¹⁰⁶ *Jornal Pequeno*, 06/10/1921, p. 10. Grifo meu.

¹⁰⁷ *Jornal Pequeno*, 05/03/1922, p. 2. Destaques do próprio anúncio.

59. A concorrência entre os pares e mesmo com curandeiros e pais-de-santo fez com que os médicos da cidade recorressem à publicidade nos jornais. O uso de aparelhos modernos e de novas técnicas de cura eram usados para atrair os pacientes. (Dr. João Costa, 1921).

formas de comunicação, a articulação com uma economia de mercado e a paulatina transformação dos serviços médicos em produto, fizeram com que parte dos médicos comesçassem a recorrer à propaganda em jornais e periódicos para anunciar e oferecer seus serviços.

Um dos médicos cujo nome constava não apenas da lista do *Almanach* mas também das sessões de anúncios dos jornais nos anos 20 era o dr. João Costa. Dr. João atendia a doentes com problemas nas vias urinárias, sífilis, moléstias de pele, doenças de senhoras, enfermidades infantis, realizando também partos, segundo anunciava no *Jornal Pequeno*, em 1921. Seu consultório, localizado na Rua Larga do Rosário, 148, dispunha de “*gabinete médico de 1ª ordem, com instalações e aparelhos moderníssimos para toda sorte de aplicações: Raios X – Eletricidade – Análises Químicas – Exames Microscópicos – Raios Ultra Violeta – Ozona – Banhos de Luz.*”¹⁰⁶ O dr. João Costa, em outro anúncio da mesma época, intitulava-se “*especialista no tratamento radical e garantido da Blenorragia aguda ou crônica e de todas as suas complicações por método rápido e científico*”, e divulgava que garantia a cura daqueles acometidos pela doença.

“Para facilidade dos diagnósticos e tratamentos, possui aparelhos elétricos especiais – Uretroscópio, Cloroscópio, e Eletrodos que lhe permitem ver o interior da uretra e da bexiga, e fazer o tratamento elétrico da Blenorragia (Eletro-Terapia-Blenorrágica). O dr. João Costa fornece aos seus doentes UMA GARANTIA depois de findo o tratamento, o que prova a EFICÁCIA ABSOLUTA do seu método de cura.”¹⁰⁷

Apesar dos avanços a que a cidade assistia na ciência médica, da crescente especialização dos médicos, dos aparelhos modernos e remédios que prometiam curas revolucionárias, como a aspirina, e da propaganda usada no convencimento dos clientes, a população continuava a consumir xaropes, chás e beberagens caseiras, não deixando também de, vez por outra, fazer visitinhas a um “curandeiro”, feiticheiro ou ir a uma sessão de “catimbau,” como eram chamados as práticas e rituais ligados às religiões afro-brasileiras.

De acordo com Freitas e com muitos outros estudiosos da história da medicina brasileira, o empirismo que havia caracterizado os primeiros tempos da atividade no Brasil, a persistência de saberes e práticas fortemente impregnadas de um conteúdo mágico-religioso, tais como as utilizadas por pajés, curandeiros e feiticheiros, e a procura



da população por esses práticos, devia-se à falta de médicos formalmente habilitados na Colônia/Império. Essa argumentação passa a ser questionada quando observamos que, já no século XX, mesmo com o crescente número de médicos diplomados, a população continuava a buscar alívio para os seus males nesses populares.

Segundo Vera Marques, mais do que a falta de médicos credenciados, o que fazia a população procurar essas formas de tratamento na tentativa de solucionar seus problemas físicos e espirituais era a persistência de saberes originários de diversas raízes culturais, referenciais que faziam parte da formação da mentalidade coletiva da maioria da população local.¹⁰⁸ “Curandeiros” populares, pais-de-santo e praticantes de cultos afros, além de indivíduos que se diziam possuidores de poderes especiais, incomodaram os médicos do Recife por muito tempo com a concorrência que estabeleciam à sua atividade profissional:

“Recife foi sem contestação, durante largo tempo do século XIX, um viveiro dos mais desabusados curandeiros que viviam entre nós com toda tranquilidade, empanturrando com as suas drogas a um número considerável de indivíduos os quais, uma vez achacados por qualquer doença, preferiam procurá-los a recorrerem aos médicos de verdade.”¹⁰⁹

Esses populares, conhecedores das ervas, drogas e segredos dos vegetais, preparavam mezinhas, tisanas, poções e garrafadas que diziam sanar as moléstias que atingiam a população. Com eles tratavam-se não apenas as camadas populares, como também pessoas pertencentes às elites. Como enfatizou Gilberto Freyre, foi um verdadeiro choque de culturas: *“Médicos de formação européia e servidos por instrumentos e máquinas européias de tratar doentes ou de observar doenças em suas relações com os climas frios (...), tiveram que travar áspera batalha com curandeiros africanos ou da terra, íntimos conhecedores de ervas ou plantas tropicais e protegidos, às vezes, por senhores prestigiosos de casa-grandes e de sobrados.”*¹¹⁰

Os periódicos, memórias e crônicas do início do século XX estão cheios de relatos sobre esses populares, comumente apresentados como “embusteiros”, que prometiam a solução dos problemas de saúde a partir de métodos diferentes daqueles usados pelo saber médico oficial. O importante é compreender que essas narrativas estão inseridas em um contexto de disputa e competição em torno do poder da cura, e que o discurso da medicina científica lutou para desqualificar os populares que se dedicavam à saúde da população,

¹⁰⁸ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas, UNICAMP, 1999.

¹⁰⁹ FREITAS, Octávio de. *Os nossos médicos e a nossa medicina*, op. cit p. 164.

¹¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, op. cit p. 508.

construindo uma representação que os colocava como enganadores e trapaceiros.

Alguns desses “curandeiros” chegaram a ganhar certa fama na cidade, conforme referências da época, atraindo muita gente que buscava nas promessas de cura o alívio para suas mazelas. Um dos mais comentados foi Faustino Júnior, que ficou conhecido como o “*Homem do dedo*.” Ao chegar à cidade em 1904, segundo Octávio de Freitas, Faustino Júnior “*fizera-se anunciar pelos jornais como tendo o alto poder de curar todas as doenças pela simples aposição de um dos seus dedos sobre os pontos afetados pela doença, por mais grave que ela se apresentasse.*”¹¹¹ Mário Sette fala do clima de agitação que se estabeleceu na cidade por conta das curas milagrosas que o “*Homem do dedo*” prometia:

“A notícia das curas maravilhosas começaram a se espalhar (...). Um paralítico dera uma carreira, um cego enfiara uma agulha, um mudo cantara uma modinha, e um doido dera para mestre de meninos. Bastara para isso o contato das mãos do professor (...). A romaria para o Derby era incessante. Amanheciam enfermos lá, e outros dormiam ao relento. Na hora das consultas o atropelo assumia proporções de lutas (...). Os bondes da Carril e as maxambombas de Caxangá levavam passageiros pendurados, fazendo acrobacia e arriscados a ficar debaixo das rodas.”¹¹²

Na análise de Freitas, o sucesso de algumas curas realizadas deviam-se a um fenômeno que ele classificou de “sugestão coletiva”, fazendo com que “*o falso Messias enchesse suas arcas com os cobres dos desenganados da medicina oficial.*”¹¹³ A euforia dos enfermos em torno do “*Homem do dedo*” foi diminuindo, segundo o médico, a partir das notícias sobre os primeiros fracassos nas curas, fazendo com que ele abandonasse a cidade.

Em 1912, foi a vez de Bento José da Veiga, conhecido como “*Bento, o milagreiro*.” Segundo Lemos Filho, Bento usava para suas curas apenas a água do rio Beberibe, que receitava em colheres de sopa. Dizendo ter recebido o poder da cura do caboclo “Canguruçu”, do Alto Amazonas, Bento era procurado por cegos, aleijados, tuberculosos e até mutilados, que enchiam a maxambomba para Beberibe. Lemos Filho destacava, que enquanto a fama de Bento crescia, “*o Hospital Dom Pedro II ficava às moscas e o apurado das farmácias caía muito.*”¹¹⁴ Farmacêuticos e boticários da época reclamavam:

¹¹¹ FREITAS, Octávio de. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 171.

¹¹² SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. Recife, op. cit pp. 136-137.

¹¹³ FREITAS, Octávio de. *Medicina e costumes do Recife antigo*, op. cit p. 172.

¹¹⁴ LEMOS FILHO, op. cit p. 40.

Enquanto a nossa botica
vai perdendo o seu aprumo
a água “benta” da bica
aumenta muito o consumo.”¹¹⁵

Os boatos sobre curas surpreendentes e a verdadeira multidão que procurava “o milagreiro”, comparado numa quadrinha do período ao “Conselheiro de Canudos”, chamou a atenção das autoridades médicas constituídas. Gouveia de Barros, então Inspetor da Higiene, pressionou o Chefe de Polícia que, pouco tempo depois, prendeu Bento. A própria *Inspetoria de Higiene* encarregou-se de instaurar um processo judicial contra o “curandeiro”, proibindo que ele continuasse a atender os enfermos. O episódio mostra que uma verdadeira luta foi travada nessa fase no Recife, entre médicos e os populares que atuavam no campo da saúde. Nesse conflito, as armas empregadas para fortalecer o discurso da competência, do saber racional e científico da medicina como único legítimo, passaram também pela força e pela ação policial:

“Essa medida, em geral,
classificam malvadeza;
pois a quem Bento fez mal?
Matara alguém, com certeza?

Não senhor! Diz-se em surdina,
Seu crime é este: Que idéia”
Prejudica a Medicina,
Atrasa a Farmacopéia!”¹¹⁶

A população da cidade, como se pode observar na quadrinha popular da época, não apenas defendia a continuação das atividades de Bento em Beberibe, como também percebia nitidamente os interesses que estavam sendo contrariados. O processo seguiu seus trâmites legais, e um dia o milagreiro sumiu da cidade.

A procura dos pais-de-santo e práticas dos cultos afro-brasileiros na busca da cura das enfermidades e outros males do espírito também eram muito frequentes no Recife. A forte tradição religiosa africana entre os negros que habitavam nos subúrbios da cidade fez com que várias casas de culto se estabelecessem nesses bairros, onde os pais e mães-de-santo se tornavam conhecidos e respeitados. Em Afogados, Beberibe, Pina, Encruzilhada e outras localidades, os cultos eram realizados, contando

¹¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹¹⁶ Idem, p. 39.

muitas vezes com a presença não apenas dos praticantes descendentes de negros escravos mas também com senhores e senhoras abastados, representantes de famílias tradicionais da cidade. Gonçalves Fernandes, que na década de trinta escreveu *“Xangôs do Nordeste”*, conta o caso de um rico português que, gravemente doente, procurou o pai-de-santo Adão, considerado pelo autor o mais respeitado babalorixá do Recife na época:

“Um português, grande comerciante de calçados na cidade, o sr. J. A. F., desesperançado de obter a cura para sua doença, se deixou levar por um negro seu conhecido à presença de Adão. Não consegui saber a que práticas ele se submeteu, mas sei que abandonou o tratamento após a primeira visita ao terreiro.”¹¹⁷

De acordo com Gonçalves, entre os pais-de-santo observava-se o exercício da *“feitiçaria-médica”*, que seria o *“curandeirismo de origem mágico-fetichista”*. Segundo os jornais, as sessões de *“catimbau”* atraíam a presença de doentes, pessoas com problemas financeiros, amorosos enfim, *“muitos crentes que iam à procura de um alívio para o mal que os afligia.”*¹¹⁸ No capítulo IV, essas práticas serão analisadas com mais detalhes.

Na década de 1920, a revista *A Pilhéria* ridicularizava o costume de parte da população do Recife de buscar alívio para as suas enfermidades e angústias naqueles que consideravam *“embusteiros.”* O jornalista estranhava o prestígio que esses indivíduos alcançavam entre os habitantes da cidade, e sobretudo o tipo de gente que freqüentava esses territórios. Automóveis e bondes levavam aos subúrbios distantes não apenas o que ele considerava *“o povo ignorante, sem significação social e política”*, como também figuras de projeção da sociedade:

“Em Beberibe, Bento o milagroso, que com a água do célebre rio, levantava paráliticos, consertava aleijões, em Campo Grande, (...) o mestre Carlos cura espinhela caída, olhado e atraso de negócio. No Poço, João Lampista (...) retira espíritos, doutrina-os, enviando-os para a eternidade. Em Boa Viagem, Chico dos Prazeres, desmancha casamentos, amigações, resolve negócios e tricas políticas e policiais. *Pensarão os leitores, naturalmente, que é o povo ignorante, sem significação social e política, o freqüentador dessas reuniões?!... Não. Gente muito boa, fina, que usa camisas de sedas e paletós cuidados, vestidos de Paris e chapéus caríssimos. Deputados, autoridades, advogados, médicos, comerciantes (...).*”¹¹⁹

¹¹⁷ GONÇALVES FERNANDES. *Xangôs do Nordeste*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937, p. 65. Agradeço a indicação desse livro a Isabel Guillen.

¹¹⁸ *Jornal do Recife*, 24/02/1928, p. 6.

¹¹⁹ *A Pilhéria*, 17/10/1925, nº 212. Grifo meu.

A crônica de *A Pilhéria* nos leva a algumas reflexões interessantes. Um delas diz respeito ao quanto algumas práticas culturais das elites e das camadas populares em alguns momentos se identificavam. Enquanto os primeiros lutavam para se mostrar culturalmente diferentes dos segundos, pode-se perceber que, em alguns momentos, a força da “tradição cultural” local aparecia de forma contundente, mostrando que elites e povo tinham algumas práticas em comum.

A visão simplista que enxergava a cidade de forma segmentada, dividida em dois blocos distintos, com valores culturais que não se comunicavam entre si, foi decerto uma tentativa montada pelas próprias elites da época, ansiosas por se diferenciarem, ao menos aparentemente, das expressões culturais que consideravam como “atrasadas” e inconcebíveis para aqueles que representavam o Recife enquanto uma cidade moderna e progressista. Bem mais complexas, as relações entre esses grupos pressupunham a existência de brechas e possibilidades de contato, de troca de experiências do tipo que Ginzburg denominou de “circularidade cultural.”

Intensamente marcada pela presença negra, com hábitos, costumes e estilo de vida fruto da troca e interação entre a cultura de origem européia e a africana, as elites da cidade tinham um desafio a enfrentar: longe dos padrões ‘civilizados’, nas ruas, diante dos olhos, o espetáculo que se via diariamente era o da diversidade e da heterogeneidade. Inúmeras estratégias foram usadas para enfrentar essas diferenças. Violência, repressão policial, perseguição começaram, nas décadas iniciais do século, a se mesclar com certas concessões, negociações e mesmo a tolerância com relação a certas práticas, como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

Mesmo com o discurso que lutava para homogeneizar condutas e comportamentos em torno de padrões europeus, com a força com que se tentava construir a representação de uma cidade habitada por pessoas civilizadas e com as estratégias que desqualificavam as atividades dos praticantes de formas de cura popular e dos adeptos dos cultos afros, persistiram na cidade práticas de saúde populares, que eram procuradas por grupo pertencentes a diferentes segmentos sociais. A busca dos habitantes da cidade por esse tipo de atividade, inclusive por parte daqueles pertencentes às elites, demonstra que os referenciais culturais dessa população estavam ligados a uma tradição diversificada, composta de elementos e símbolos múltiplos que persistiam no seu imaginário.

As estratégias de conciliação e negociação usadas em alguns momentos pelas autoridades nos faz entender que estava havendo uma maior percepção acerca da força que algumas das práticas populares exerciam na vida dos habitantes da cidade. A modificação de postura quanto às formas que deveriam

ser usadas para controlar tais atividades, passando da violência e repressão direta ao controle a partir de outros mecanismos, como a fiscalização médica, o conhecimento das práticas por estudiosos e intelectuais, dentre outros, mostram-nos o poder e a força de resistência que as manifestações populares tinham diante de certos mecanismos empregados para abolir ou dominar seus costumes e hábitos.

Os anos vinte aparecem como um momento importante nesse processo de mudança. As novas formas de luta dos trabalhadores, greves e jornais operários surgidos no Recife nessa fase e a ação cotidiana das camadas populares, com suas artimanhas e “táticas inventivas” no sentido de se contrapor à ordem estabelecida e ocupar os espaços da cidade, contestando as determinações oficiais, começaram a gerar uma alteração na visão das autoridades da cidade em relação às condutas que deveriam ser usadas para garantir o domínio sobre a cidade.

Contudo, dizer que as elites políticas começaram a buscar uma atuação diferente, agindo por meio de instituições, leis e normas, não significa afirmar que a repressão e a exclusão, com o uso da força policial, deixaram de ser mecanismos utilizados para manter o controle sobre as camadas populares. “Catimbaseiros”, “feiticeiros”, “curandeiros”, eram, na visão da maior parte das elites, exploradores da inocência e da credence de uma população tida como “ignorante” e “sem educação”, sendo vistos como “caso de polícia” até o início dos anos 30.

Nos anos vinte, também eram muito populares no Recife as cartomantes e videntes. Segundo Walter Benjamin, “*quem pergunta pelo futuro a benzedeiras abre mão, sem o saber, de um conhecimento interior do que está por vir, que é mil vezes mais preciso do que tudo o que lhe é dado ouvir lá.*”¹²⁰ Para ele, signos precursores, pressentimentos e sinais atravessam cotidianamente nosso organismo como “*batidas de ondas.*” Saber ler, interpretar e utilizar essas informações, transformando a simples ameaça de futuro no agora preenchido, seria o único milagre telepático desejado.

No Recife, com frequência podemos encontrar nos principais jornais da época anúncios desses decifradores do passado, presente e futuro, que prometiam resolver questões ligadas a doenças, desacertos no amor, dificuldades financeiras e muitos outros problemas:

“Sois feliz em vossa família ou em vosso comércio? Necessitais descobrir alguma coisa que vos preocupa? Quereis fazer voltar a vossa companhia alguém que se tenha separado? Quereis curar alguém do vício da bebida? Destruir algum malefício? Alcançar bons empregos ou prosperidade? Fazer

¹²⁰ BENJAMIN, WALTER. Madame Ariane, segundo pátio à esquerda. In: *Obras escolhidas II*, op. cit 63.

desaparecer alguma dificuldade? E outras cousas que estejam ao alcance da mesma. Garante-se ao público desta capital que todos aqueles que vieram fazer suas consultas com esta Cartomante, saíram todos satisfeitos com seus trabalhos.”¹²¹

O tipo de propaganda publicada nos jornais leva-nos a refletir sobre a aceitação de tal atividade pelo público que tinha acesso aos periódicos, pertencente, na sua maioria, às camadas mais abastadas da população.¹²² O uso dos jornais como meio de divulgação sugere que as cartomantes buscavam atingir um público pertencente às camadas médias e às elites da cidade. Contudo, se analisarmos o preço das consultas, podemos perceber que esses adivinhos atendiam uma clientela bem ampla e variada, indo de pessoas pertencentes às camadas populares até refinadas senhoras. O Professor Adão, que recebia seus clientes no Bairro do Recife, diariamente das 10 às 16 horas, divulgava o seguinte anúncio:

“Ocultista de longa prática pela *ciência* das cartas ou cartomancia, explica a causa de certos atrasos, dificuldades, doenças, desavenças e mais embaraços da vida, indica o meio prático de afastá-las e profetiza o futuro em qualquer assunto. Uma consulta simples custa apenas 2\$000; mais extensa 5\$000 e por correspondência 10\$000 para qualquer parte do Brasil. N. B. Não confundir trabalho de cartas com Catimbó, espiritismo e mais embustes praticados por agentes aliados de Satanás, o Pai da Mentira.”¹²³

Os videntes e cartomantes faziam questão de diferenciar seu trabalho daquele que era realizado pelos praticantes dos cultos afro-brasileiros. Apesar de não abrirem mão dos seus poderes mágicos e do misticismo, os anúncios que publicavam destacavam como qualidades mais importantes o caráter científico da atividade que desenvolviam, baseada, segundo eles, em estudos de grafologia, cartomancia, magnetismo e astrologia, dentre outras técnicas e “*ciências ocultas*.” No caso do Professor Adão, a contundente observação final pode ser compreendida em função de ele não ser mulher, nem ser estrangeiro - “as madames” eram mais comuns entre videntes e cartomantes -, e também da possibilidade de ele ser negro, o que o identificaria ainda mais com os cultos afro-brasileiros. Chama a atenção o fato de o Professor atender por correspondência, destacando que a fama desses videntes extrapolava, às vezes, as fronteiras da cidade.

¹²¹ *Jornal do Recife*, 25/02/1926.

¹²² Apesar de sabermos que pessoas pertencentes às camadas populares sabiam ler e tinham acesso aos jornais diários (Gregório Bezerra nos fala nas suas memórias do pedreiro “Zé da Colher”, que era seu freguês de jornal por volta de 1916, período em que foi gazeteiro no Recife, ver BEZERRA, Gregório, op. cit p. 155), não restam dúvidas de que esses eram minoria, pois além do problema do analfabetismo, o preço dos diários era outro empecilho à leitura dos mesmos com regularidade. Portanto, a maior parte dos que liam com assiduidade os jornais pertencia aos grupos de elite.

¹²³ *Jornal do Recife*, 01/01/1926, p. 21. Grifo meu.

O próprio uso nos anúncios da época das palavras “consultório” e “consulta”, para designarem respectivamente o local de recepção e o espaço de tempo dedicado ao atendimento dos clientes, era uma das formas usadas para marcar a diferença em relação aos praticantes dos cultos afros. Trabalhando em espaços que procuravam identificar com o dos médicos, explorando os aspectos técnicos e científicos da sua atividade, eles tentavam marcar a diferença entre o seu trabalho e o daqueles que eram considerados “vigaristas”: os “catimbauzeiros.” Isso não só os afastaria da perseguição policial, fortaleceria e daria credibilidade à sua atividade, como também atrairia uma clientela mais abastada, pois parte dela temia as práticas realizadas pelos “catimbauzeiros”, consideradas “coisas do demônio”, feitiçaria.

Os anúncios das cartomantes e videntes deixam perceber uma apropriação do discurso científico no sentido de respaldar a sua atividade, apoiada em um conjunto de práticas e crenças que se contrapunham à lógica da razão e da ciência que se consolidava na época. A leitura das mãos, das cartas, as visões, premonições, a interpretação de sonhos, o uso de talismãs, a realização de rituais mágicos, dentre outras práticas, eram encarados pelos defensores do discurso científico como o resultado de uma sociedade “atrasada”, em que a ausência de conhecimentos e a “falta de cultivo da ciência e civilização” imperavam.

Ao invés de rejeitar e contrapor-se frontalmente às idéias que se consolidavam a partir do discurso científico, os videntes e cartomantes usaram como tática o emprego de alguns dos seus conceitos, numa forma de apropriação específica, no sentido de reforçar e fazer sobreviver a sua própria atividade.

Esse tipo de atitude de resistência, sutil e por vezes imperceptível, assemelha-se muito àquelas empregadas pelos indígenas quando da conquista espanhola nas Américas. Segundo Certeau, “*muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas, ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não o dos conquistadores (...). [Usavam] cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo.*”¹²⁴

¹²⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, op. cit pp. 94-95.

Dessa forma, é importante perceber que a institucionalização da

medicina, a estruturação do saber médico e do discurso científico longe de conseguirem destruir as atividades e práticas avaliadas como “crendices” e “charlatanices”, desenvolvidas dentre outros por videntes e cartomantes, terminaram tendo alguns de seus preceitos reelaborados, servindo de reforço à permanência de tais atividades. O uso dos termos ligados à palavra ciência e outros correlatos, que apareciam nos anúncios publicados por videntes e cartomantes, foi uma das formas empregadas no sentido de alterar as regras que os grupos dominantes tentavam impor. Michel de Certeau enfatiza que procedimentos desse tipo são apenas algumas das “*mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros; caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de um grupo que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e representações estabelecidas.*”¹²⁵

Em geral as “madames” cartomantes que apareciam no Recife nos anos vinte apresentavam-se como estrangeiras ou vindas diretamente de cidades européias, o que dava maior credibilidade ao seu trabalho. O *Jornal do Recife* noticiava, sob o título *Cartomante Oriental*, a chegada à cidade de Madame Célia, que se comprometia a “*resolver os casos mais difíceis da vida, fazendo uso de toda classe de talismãs trazidos do estrangeiro.*” Com seu consultório instalado à Rua Duque de Caxias, Mme. Célia, prometia aos seus clientes “*a máxima seriedade e rigoroso sigilo.*” Seu trabalho era realizado com o uso de diversas técnicas, uma vez que ela se apresentava como:

“Espírita sonâmbula, única pitonisa em *ciências ocultas*, com muitos anos de prática no Egito e na maior parte da Europa, [capaz de] revelar o segredo humano pela grafologia fisionômica e toda a sina da pessoa pelo horóscopo cabalístico.”¹²⁶

Os anúncios relativos às cartomantes mostram que, ao longo dos anos 1920 estiveram por aqui grande número delas: Madame Anita, Madame Schimith, Madame Célia, a espanhola Mãe Maria e várias outras. De tempos em tempos, novas pitonisas chegavam à cidade, abriam consultórios e passavam temporadas atendendo os clientes. Contudo, algumas delas praticamente fixavam-se no Recife, como foi o caso de Madame Dafner. Durante anos seguidos da década de 1920, ela fez publicar nos jornais notas com foto pessoal, em que divulgava seus dotes em ciências ocultas.¹²⁷

Atendendo “*sua numerosa clientela na rua da Concórdia, 339*”,

¹²⁵ Idem, p. 79.

¹²⁶ *Jornal do Recife*, 10/08/1923, p. 4.

¹²⁷ As notas de propaganda de Madame Dafner foram encontradas no *Jornal do Recife*, entre 1920 e 1926.

¹²⁸ Os preços informados, referem-se ao ano de 1926, e foram colhidos no *Jornal Pequeno* 01/07/1926, p.4 e no *Jornal do Commercio*, 01/01/1926 p. 01, respectivamente.

¹²⁹ *Jornal Pequeno*, 01/07/1926, p. 4.

¹³⁰ *Jornal do Recife*, 20/04/1924, p. 6. Grifos meus.

¹³¹ *Jornal do Recife*, 07/11/1926, p. 9.

Mme. Dafner pode ser considerada uma cartomante dos “grã-finos” da época. Enquanto o preço médio de uma consulta girava em torno de 2\$000, que podemos considerar uma quantia módica, pois equivalia mais ou menos a uma caixinha de pó de arroz “*Jazz Band*”, anunciada a 2\$500, ou a 1 quilo de carne, que custava 2\$300 no mesmo ano, Madame Dafner cobrava mais que o dobro aos seus consulentes.¹²⁸ Eram 5\$000 por uma consulta simples, sem falar no caso de uma questão mais complexa, que exigisse mais empenho e tempo por parte da cartomante, atendimento que poderia chegar a 10\$000, o equivalente, na época ao preço de um frasco de fino perfume francês vendido na *Casa Aida*, na Rua da Imperatriz.¹²⁹

Madame Dafner:

“A celebre professora em *ciências* ocultas, grande média cartomante, quiromante *cientista*, que tanta fama alcançou em toda a parte do mundo que tem percorrido, como atestam as muitas notícias publicadas em todos os jornais das principais capitais da Europa e do Brasil, relativamente aos inúmeros triunfos obtidos para as suas revelações tão sinceras sobre qualquer ramo de negócio ou interesse particular ou comercial, doença, etc. (...). Consulta usual, 5\$000. Consultas mais extensas, 10\$000.”¹³⁰

MAE MARIA



ATENÇÃO

Chegou nestes dias a celebre e renomada professora hespanhola em sciencias Ocultas, a Mãe Maria, que tem praticado verdadeiros prodígios no norte e no sul da America.

A Mãe Maria compromette-se a fazer qualquer classe de trabalhos por impossíveis que elles sejam sa-

Não se sabe como Madame Dafner percorreu capitais europeias e outras partes do mundo, onde teria conseguido sua propalada fama, uma vez que pelo menos entre os anos de 1920 e 1926, sua propaganda era publicada ininterruptamente nos jornais do Recife, indicando que ela teria permanecido durante boa parte da década de vinte atendendo no consultório da Rua da Concórdia.

Em 1926, o *Jornal do Recife* publicava longo anúncio da chegava ao Recife do vidente árabe Ginepro.¹³¹ Segundo a nota, o pitoniso dizia-se “*portador científico de ciências ocultas aprendidas nas cinco partes do mundo*”, sendo inclusive conhecedor do segredo mágico dos faquires da Escola Indiana. Eram várias as suas especialidades: decifrava o piar das corujas em noites enluaradas, o coaxar dos sapos em dias de verão e o assobio cadenciado das cobras, tudo segundo os ensinamentos dos grandes mestres da magia. Lia cartas, fazia adivinhações com base em cálculos matemáticos, era telepata, professor de hipnotismo e magnetismo, além de possuir talismãs e elixires orientais poderosos, como o talismã do Santo Sepulcro e o elixir da cidade de Antióquia. Todo esse arsenal

60. Alardeando poderes ocultos, advindos ora de práticas mágicas tradicionais, ora de conhecimentos e técnicas científicas, as cartomantes e videntes anunciavam seus “consultórios” e preço dos atendimentos com frequência nos jornais. (Mãe Maria, 1920).

de práticas, técnicas e poderes era usado, conforme o anúncio, para *“adivinhar o passado, o presente e o futuro, para fazer desaparecer dores e tornar o consulente “feliz e poderoso (...), para ganhar em loterias e triunfar em amores e nos negócios.”*

As consultas do professor Ginepro eram realizadas entre as 8 da manhã e as 21 horas, e os valores eram os mesmo cobrados por sua concorrente, Madame Dafner - 5\$000 para consultas simples e 10\$000 para as mais complexas ou por correspondência. Pelo anunciado, percebemos que os trabalhos do professor Ginepro também dirigiam-se a uma parcela mais abastada da população. Conforme o anúncio, a sua *“numerosíssima clientela”* era atendida na Rua Vital de Negreiros, em frente ao Forte de Cinco Pontas, em um *“vasto consultório (...) onde poderá receber com todo o conforto que a estética requer, (...) as pessoas distintas desta sociedade que tanto o tem honrado com a sua presença.”*¹³²

Freqüentar os consultórios elegantes da Rua Nova e as casas de catimbó de Beberibe e da Encruzilhada; procurar a cura com médicos que utilizavam aparelhos elétricos, como o uretroscópio e os raios-X, e com os “curandeiros” que usavam ervas, garrafadas e simpatias; enfrentar a vida de forma racional e ao mesmo tempo buscar o sucesso nos negócios e no amor nas cartas e talismãs de cartomantes e videntes, eram algumas das várias facetas dos grupos de elite da cidade.

As práticas culturais e os itinerários desses grupos eram múltiplos, diversificados e, às vezes, surpreendentes, pois em muitos momentos não se coadunavam com as representações construídas na época para o que se entendia como procedimentos e comportamentos civilizados. Além do *footing* na Rua Nova, das confeitarias e sorveterias, dos cinemas, regatas, passeios de automóvel, alguns roteiros diferentes desses trajetos mais usualmente citados também eram percorridos por senhoras e senhores elegantes e refinados, como as feiras da cidade.

4. Domingo na feira

Nas primeiras décadas do século XX, agravaram-se os problemas econômicos do Estado. O Recife, com seu tradicional porto, atuava como uma espécie de pólo de comércio, abastecendo também os Estados vizinhos, importando bem mais que exportava, o que aumentava seu *déficit* na troca comercial. Segundo Souza Barros, em ordem decrescente, charque, fumo, arroz, feijão, vinhos, banha,

¹³² *Jornal do Recife*, 07/11/1926, p. 9.

sebo, cebola, calçados eram alguns dos produtos importados de portos nacionais, enquanto o açúcar, tecidos, doces, algodão, álcool, massa de tomate, coco, aguardente, couros e outros eram os exportados para outros Estados no princípio da década de 1920.¹³³

Apesar da força de seu comércio e de seu importante papel de entreposto, era principalmente da produção e comercialização do açúcar que a cidade e o Estado sobreviviam. Concentradas nas mãos de usineiros, donos de engenho e fornecedores, as terras da zona da mata foram paulatinamente engolidas pelos canaviais que avançavam em direção ao litoral, não deixando espaço para a diversificação da produção: “*Os canaviais só não chegaram aos recifes porque os alagados salgados não o permitiam. Porém ficaram sempre próximos com seus pendões dourados a olhar cobiçosos aquelas terras gordas.*”¹³⁴

Nessa fase, o cenário econômico não era dos melhores para o principal produto e grande força econômica do Estado. A partir de meados do século XIX, o açúcar começou gradativamente a sofrer um processo de declínio em função da dura concorrência da crescente indústria europeia de açúcar de beterraba e da queda dos preços mundiais do produto. Apesar do incentivo financeiro e dos esforços políticos dos primeiros governos republicanos, que estimularam a instalação de modernas usinas em Pernambuco, as exportações do produto continuavam a cair.¹³⁵ A crise que afetava o principal produto do Estado, as secas periódicas e a própria conjuntura econômica mundial do início do século XX interferiam na economia local, provocando constantes flutuações nos preços dos produtos de primeira necessidade, gerando crises cíclicas e desabastecimento na cidade. Preços altos, escassez ou mesmo falta de produtos básicos, como carne e outros, foram uma constante na vida da população nas primeiras décadas do século. Uma quadrinha popular da época mostrava bem a situação dos preços de produtos básicos na cidade:

“Carne verde a dois e cem,
Feijão a sete tostões...
Não se pode mais viver
Nem se ter mais ilusões.”¹³⁶

Na década de 1920, sobretudo nos anos do governo Sérgio Loreto, a carestia e a escassez de produtos eram tão graves que os jornais não cansavam de

¹³³ SOUZA BARROS, M. A. *década de 20 em Pernambuco*, op. cit. p. 35.

¹³⁴ BEZERRA, Daniel Uchoa C. *Alagados, mocambos e mocambeiros*. Recife, IJNPS, 1965, p. 28.

¹³⁵ O processo de modernização da indústria açucareira e a implantação das usinas são discutidos por EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. PERRUCCI, Gadiel. *A República das usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. DE CARLI, Gileno. *O processo histórico da usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1942.

¹³⁶ LEMOS FILHO, op. cit. p. 206.

noticiar as medidas do governo estadual e municipal para tentarem minorar o problema. A criação de restaurantes populares com refeições a preços reduzidos, o controle do preço do pão, a importação de carne do sul a preços mais baixos do que aqueles comercializados no Estado e a implantação de feiras livres com preços tabelados, foram algumas das providências adotadas.

As feiras livres eram uma tradição na cidade. A “Feira do Bacurau”, na Madalena, e a “Feira do Abacaxi”, no Cais Martins de Barros, surgiram espontaneamente, sem a participação do poder público, consolidando-se no início do século XX como pontos de abastecimento importantes e, sobretudo, como locais de sociabilidade das camadas populares.¹³⁷ Outras foram instituídas pelo poder municipal, como a de Casa Amarela, em 1919, ou a de Afogados, criadas na gestão do prefeito Moraes Rego (1915-1919). O surgimento de feiras-livres em diversos bairros foi uma das principais alternativas para se enfrentar a crise no abastecimento, os altos preços dos produtos de primeira necessidade e as irregularidades cometidas por alguns comerciantes. Em março de 1924, o *Jornal do Recife*, com a manchete *Carestia da Vida*, noticiava:

“O prefeito, no intuito de minorar a carestia dos gêneros alimentícios, acaba de determinar, por Decreto nº 105, a criação de uma feira livre no Cordeiro e outra no Largo de Santo Amaro, ordenando à fiscalização medidas severas afim de que ali sejam vendidos os aludidos gêneros a preços inferiores aos dos mercados públicos.”¹³⁸

A criação das feiras e a fiscalização dos preços surtiram tão bons efeitos que a população passou a reivindicar ao poder público o estabelecimento das mesmas em vários bairros da cidade:

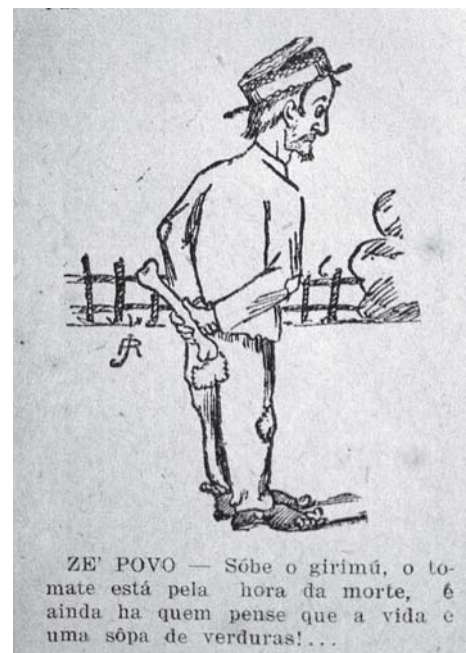
“Quanto aos reiterados pedidos para que se torne também livre a venda de gêneros no mercado da Caxangá, razões imperiosas levam a Prefeitura a não aquiescer, não havendo, entretanto, motivos para descontentamentos em vista da existência nas proximidades (...) das feiras-livres da Várzea e do Cordeiro (...). Está em estudos a solicitação feita pela população do Peres, a fim de ser ali também instituída uma feira-livre.”¹³⁹

Além da venda de produtos a preços mais baixos (era lá onde se podiam

¹³⁷ *Jornal do Recife*, 01/01/1922, p.15. *As nossas feiras*.

¹³⁸ *Jornal do Recife*, 25/03/1924, p.02.

¹³⁹ *Jornal do Commercio*, 29/03/1924, p. 12.



61. A alta nos preços dos produtos de primeira necessidade e as dificuldades de sobrevivência da população eram assuntos constantes na imprensa. (Zé Povo, 1923).

¹⁴⁰ Gilberto Freyre faz uma descrição das feiras do Recife em "Vendedores de rua e feiras." FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1968, pp. 116-119.

¹⁴¹ Gregório Bezerra descreve em suas memórias as refeições que fazia nas feiras da cidade, citando o tipo de alimento servido nas barracas e nos quiosques que atendiam aos segmentos populares. BEZERRA, Gregório. *Memórias. Primeira parte – 1900-1945*, op. cit.

¹⁴² *Jornal do Recife*, 29/03/1924, p. 03.

comprar frutas e verduras, tanto para consumo quanto para revender nas ruas da cidade), de propiciar trabalho para pequenos comerciantes e para os que viviam de biscates, como carregadores, freteiros e outros, a feira-livre era um espaço de sociabilidade importante para as camadas populares. Lá se comia nas barracas que ofereciam refeições baratas, arriscava-se algum dinheiro no jogo, além de ser possível usufruir alguns momentos de prazer com as meretrizes que por ali perambulavam. Assim, mais que lugar de trabalho e abastecimento, as feiras eram, para as camadas populares, espaços de prazer e diversão. Elas movimentavam as ruas dos bairros, proporcionavam encontros, conversas com vizinhos, amores, jogatinas e brigas. Eram territórios plurais, onde se podia ao mesmo tempo trabalhar e divertir-se.

Enquanto o cheiro de fruta madura misturava-se ao das hortaliças, vendedores de carne, feijão, milho e outros alimentos gritavam seus preços e apregoavam seus produtos. Gaiolas de passarinho, potes de barro e cuias, tamancos, chapéus de palha, balaies, redes, cordas, quatinhas, urupemas, abanos e inúmeros outros produtos regionais eram comercializados nas barracas. Quem fosse à feira também tinha a oportunidade de "forrar o estômago." Ao descrever o ambiente das feiras de subúrbio, Gilberto Freyre destacava a presença de "*baianas de fogareiro*", negras cozinheiras que em seus braseiros assavam milho, fritavam peixe, faziam tapioca, mungunzá e vários outros quitutes da culinária da terra.¹⁴⁰ Diversas barracas ofereciam café com leite e pão com manteiga, sarapatel, picadinho de charque com feijão, bacalhau frito, guisados variados e sopas.¹⁴¹

Os jogos de azar eram bancados em barracas que se misturavam no burburinho e diversidade de produtos, atraindo os que gostavam de arriscar na roleta, os jogadores de baralho, víspera e outros jogos, conforme podemos observar nas notas freqüentemente publicadas nas colunas policiais:

"O dr. Gasparino Lima, delegado do 2º distrito anteontem à meia-noite deu cerco em uma barraca, localizada na feira do Bacarau, do distrito da Madalena, onde apreendeu uma roleta, panos numerados, baralhos, fichas e outros utensílios de jogos de azar. S. S. mandou inutilizar como é de lei, tais objetos, efetuando a prisão de vários viciados."¹⁴²



(F. Rebello)
SCENA DE FEIRA: "COMPRANDO HORTALIÇAS"

62. Enquanto as elites se abasteciam nas mercearias e em alguns mercados de bairro, as feiras eram a principal alternativa das camadas populares. (Scena de feira, 1928).

As meretrizes estavam presentes sobretudo nas feiras mais informais e

populares, como a do Cais do Abacaxi e a do Bacurau, na Madalena. A oportunidade de encontros amorosos, a possibilidade de ganhar alguns trocados no jogo, de beber com amigos nas barracas e a presença de artistas populares faziam das feiras um espaço de distração e recreio para os grupos populares. No início da década de 1920, de acordo com o jornal do Recife, a cidade contava com pelo menos seis feiras livres de maior porte funcionando: a de Afogados, a da Encruzilhada, a de Casa Amarela, a de Caxangá, e as feiras do Bacurau e do Abacaxi. Na matéria “As nossas feiras”, publicada em página inteira no *Jornal do Recife* em 1922, as feiras são vistas como peculiaridades da nossa cidade, aspectos pitorescos e pontuais, e não como uma prática inserida no cotidiano dos habitantes da cidade:

“A nossa capital, como todas as grandes cidades do mundo, tem os seus *aspectos próprios, modo de ser dos seus habitantes*, e por onde se podem estudar os costumes do seu povo (...). As nossas feiras, por exemplo, são um *lado curioso da vida da capital*, comum para nós, mas *interessantes* para os que nos visitam e desconhecem os costumes locais.”¹⁴³

Na medida em que o jornalista enfatizava que as feiras eram apenas aspectos singulares e interessantes da cidade, ele praticamente descolava, recortava da paisagem e do cotidiano dos habitantes a face que considerava incômoda, que nem as reformas urbanas, nem a modernização, nem os novos códigos de comportamento conseguiam extinguir. Se, em um primeiro momento o artigo ressaltava que era através dessas expressões por onde se podia conhecer e estudar os costumes de um povo, no final ele acabava por negar que o comportamento e hábitos das pessoas que freqüentavam as feiras populares fizessem parte da vida cotidiana da cidade.

Assim, mesmo fazendo parte do que ele denominou “*modo de ser de seus habitantes*”, “*costumes do seu povo*”, alguns traços da cultura popular que sobressaíam nas feiras deveriam ser apagados, banidos da cidade, de preferência por decisões oficiais das autoridades. Portanto, o “*lado curioso da vida da capital*” acabava, na maioria das vezes, sendo repellido, desprezado e reprimido nos discursos e matérias de jornal, sendo tratado muitas vezes como caso de polícia. Território de domínio das classes populares, as feiras eram vista pelas elites como um amontoado barulhento e desorganizado de pessoas e barracas, onde a falta de higiene imperava e, a presença de malandros, prostitutas, jogadores e gatunos estava sempre a demandar a ação da polícia. Sobre a “Feira do Abacaxi”, o mesmo jornal dizia o seguinte:

¹⁴³ *Jornal do Recife*, 01/01/1922, p.15. As nossas feiras. grifo meu.



Feiras da Pesqueira e do Bacuráu nos arrabaldes de Magdalena
Les foires de Pesqueira et du Bacuráu dans les environs de Magdalena

“A polícia se vê sempre às voltas com seus freqüentadores. Reina ali a maior jogatina; quase sempre esses jogos dão lugar a lutas, já se havendo verificado mortes e ferimentos. A balbúrdia é terrível. Balaeiros, vendedores de jornais, carregadores, barcaceiros, marítimos, e outras classes populares, e às vezes soldados das Forças Públicas e mulheres públicas vivem em revoltante promiscuidade e dão àquele trecho de cais um espetáculo sobremodo desagradável.”¹⁴⁴

63. Ponto de encontro dos grupos populares para o comércio, para a diversão e também para o prazer, as feiras eram consideradas pelas elites um lugar de desordens, onde imperava a insalubridade, sendo um dos alvos de ações por parte da polícia e de órgãos públicos da área de higiene. (Feira do Bacurau, Madalena, 1913

No entanto, se por um lado as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se por certa intolerância com relação aos hábitos e estilo de vida das camadas populares, por outro, também representaram o início de um repensar a identidade do país, recém-saído do regime Imperial, conforme já destacamos. A multiplicidade de culturas, a mestiçagem, a herança dos africanos, enfim, aspectos da vida cotidiana das camadas populares antes vistos por alguns como pontos negativos, passaram a ser valorizados, sendo interpretados a partir daí como fatores responsáveis pela formação da cultura e do caráter nacional. A pressão que as camadas populares urbanas impunham às elites, com seus comportamentos e expressões culturais que fugiam aos padrões europeus que se desejava implantar no país, foi um fator fundamental nessa mudança.

Aos poucos, parte da intelectualidade vai assimilando essas idéias, voltando os olhos para as expressões da vida das camadas populares, ora enxergando-as enquanto “alma” da nação, ora apenas enquanto aspectos curiosos e exóticos, dignos de observação e conhecimento. No Recife, Gilberto Freyre recomendava que o visitante não deixasse de percorrer as feiras da cidade. Lá eles poderiam “*surpreender tipos populares de homem, de mulher, de menino. Os mais caboclos quase sempre permanecem de cócoras. As mulheres gostam de fumar seus cachimbinhos de barro ou de pau. Aparecem cigarros de palha (...). Numa feira dessas o turista poderá ouvir, se afiar o ouvido, muito pernambucanismo brabo: (...) “Te meto a peixeira no fiofó!” (...), “Ele que soque o dinheiro no fundo” (...), “Não cutuca que eu sou muito cosquenta” (...). Não são raros, nas feiras, sertanejos que vêm ao Recife vender sua farinha e às vezes seus umbus. Repare o turista em alguns deles, de sandália ou alpercatas. Mesmo quando*

¹⁴⁴ *Jornal do Recife*, 01/01/1922, p.15. As nossas feiras.

*já velhos, há entre eles uns magricelas vigorosos que lembram o tipo sertanejo exaltado por Euclides da Cunha.*¹⁴⁵

Ávidas por novas experiências e sensações, por descobrirem aspectos originais, singulares da vida do “Zé Povo”, como as revistas da época chamavam as camadas populares, as elites começam a apreciar as incursões a territórios inexplorados e estranhos. A *Revista da Cidade* publicou, em 1926, uma matéria sobre as feiras da cidade, apresentando-as aos seus leitores não como um “caso de polícia”, como o *Jornal do Recife* havia feito em 1922, mas como um lugar de diversão, também para as elites, onde se poderia passar um domingo agradável, demonstrando a mudança de visão com relação ao espaço:

“As feiras-livres já se constituíram uma das melhores atrações da cidade aos domingos. Entre os que as procuram não estão somente os que lhe vêem vantagens de ordem econômica. Há os que as buscam pelo *prazer de um capricho novo, pela delícia de um atordoamento*, naquele ambiente em que várias castas se mesclam (...). Não é demais a gente vê, aqui e ali, entre a multidão modesta que se acotovela para comprar (...), um grupo de *criaturas alegres*, que vai a feira por uma *sensação mais inédita*, porém que discute também, as cotações do dia, acabando por encher o automóvel de batatas, nabos, cenouras, cereais, toda um infinidade de coisas que se compra quase pelo prazer infantil de *fazer a feira*. E isso numa alegria tão (...) comunicativa que a gente chega a pensar que elas não vão comprar. *Vieram vender... alegria.*”¹⁴⁶

O artigo revela uma prática nova das camadas mas abastadas, que passavam a construir uma representação diferente das feiras da cidade. Ao invés de lugar caótico, desorganizado, perigoso, as feiras começavam a ser vistas como um lugar interessante, onde se podiam observar “tipos populares” e ainda comprar mercadorias a preços mais baratos. A presença das elites nas feiras era vista como positiva, uma vez que estas levavam alegria a um espaço visto até então como lugar de desordem. Portanto, apesar de não se constituir em um hábito generalizado das elites, já que o autor ressalta que “as criaturas alegres” são encontradas “*aqui e ali*”, perdidas no meio da “*multidão modesta*”, ir à feira aos domingos poderia ser um passeio divertido, um prazer cheio surpresas inesperadas. Enquanto as pessoas se distraíam observando personagens interessantes, o movimento incessante, a paisagem exótica do lugar, podiam também fazer as compras da semana, enchendo o automóvel de produtos.

¹⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores, 1968, pp. 112-113.

¹⁴⁶ *Revista da Cidade*, 16/10/1926 nº 21. “As feiras da cidade.” Grifos meus.

Além dos momentos de entretenimento, um certo tom de sedução permeia a fala do autor, quando lembra a alegria das moças que visitavam as feiras, ao destacar as possibilidades de conquista que um passeio desse tipo poderia proporcionar aos rapazes da cidade. Os encontros e a excitação do flerte também podiam ocorrer na feira de Casa Amarela, ou na recém-criada feira do Arruda que, segundo o autor do artigo, disputavam os “fregueses alegres” que aos domingos chegavam em seus automóveis.

Em matéria da revista *A Pilhéria*, pode-se perceber a mesma visão pitoresca da feira, entremeada, contudo, de elementos que colocavam a questão econômica em realce, descortinando a animosidade que se cultuava na época contra os donos de mercearia, considerados “*exploradores impiedosos*” da população. Se, no início do artigo, o autor considerava as feiras como “*tábua de salvação das classes reconhecidamente pobres*”, no final ela é vista como a possibilidade para “*os ricos e pobres*” adquirirem os alimentos, fugindo dos preços extorsivos das mercearias:

“As feiras da nossa capital constituem a nota viva e risonha dos domingos. (...) nos pátios onde se realizam essas feiras, rodopiam todas as classes sociais, em busca de interesses financeiros, de gêneros diversos... E constituem também a milagrosa tábua de salvação das classes reconhecidamente pobres (...) que afinal de contas, num dia das semanas, podem fugir das almas turcas de nossos merceeiros. Cabe aos governos municipais a missão nobilitante de incrementar essas feiras para que a gente pobre tenha, por menores preços, e por pesos e medidas verdadeiras, o feijão e a farinha e o arroz. E não precisamos por em relevo o progresso dos arrabaldes trazido por essas feiras, por essas grandes reuniões populares, em que há uma exuberante palpitação de vida. Casa Amarela, Afogados, Arruda, e outros arrabaldes vivem aos domingos, horas de alegria, horas de expansão comercial, realizando suas feiras que oferecem generosamente ao rico e aos pobres os gêneros de primeira necessidade, sem a impiedade das mercearias.”¹⁴⁷

As representações construídas sobre as feiras na revista *A Pilhéria*, eram semelhantes àquelas vistas na *Revista da Cidade*. De lugar da desordem e do caos, onde reinavam vagabundos, prostitutas e jogadores, conforme destacara o *Jornal do Recife* em 1922, as feiras transformavam-se em espaços de alegria e distração, locais interessantes para a contemplação

¹⁴⁷ *A Pilhéria*, 22/01/1927, nº 278.

de figuras de outra classe social, além de representarem também a possibilidade de encontros e *flirts*.

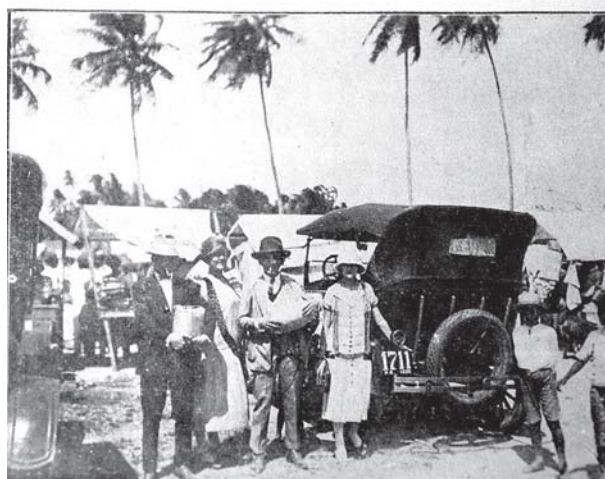
No entanto, a tônica da crônica não está apenas nos motivos apresentados acima. Concentra-se igualmente nos interesses financeiros que as feiras despertavam, uma vez que elas passavam a representar o lugar da economia para os que compravam e do lucro para os que vendiam, assumindo o papel de promotora do progresso e desenvolvimento para os bairros onde se localizavam, numa visão bem diferente daquela vista no artigo de *Jornal do Recife*.

A frequência das elites nas feiras de bairro deve também ser analisada enquanto mais um episódio na luta surda que se estabeleceu nessa fase pelo domínio das ruas da cidade. Se, em princípio dos anos vinte, esses grupos normalmente abasteciam suas residências nas mercearias de bairro, em alguns mercados existentes, como o de São José, fundado em 1875, ou por meio do batalhão de vendedores ambulantes que diariamente transitava pelas ruas gritando seus pregões e oferecendo todo tipo de produto, desde alimentos até utensílios de cozinha, aviamentos e outros serviços, essa prática começava a mudar.

Enquanto tentavam apropriar-se dos espaços públicos controlados pelos populares, ao longo da década de 1920 novas estratégias de esvaziamento são postas em prática pelas autoridades. As feiras vão sendo substituídas pelos mercados públicos que funcionavam segundo os padrões de higiene e ordem dos grupos de elite: os produtos passavam a ser comercializados em “*compartimentos apropriados*”, sem o “*amontoado*” de barracas e a “*falta de asseio*” que, segundo esses segmentos, caracterizavam as feiras livres, com a fiscalização e o policiamento realizados de forma regular e mais efetiva.

Com o argumento de ordenar o comércio praticado pelos barraqueiros nos bairros, de oferecer alimentos saudáveis e em boas condições de consumo, em 1924, durante as comemorações do segundo aniversário de seu governo, Sérgio Loreto e o prefeito Góes Cavalcanti inauguraram o Mercado da Encruzilhada. Em 1925, foi a vez do Mercado da Madalena, também erigido na gestão de Loreto, construído no mesmo local onde antes se realizava a conhecida Feira do Bacurau. No final da década, já na vigência do governo de Estácio Coimbra, era iniciada a construção do mercado de Casa Amarela, que só viria a ser inaugurado em 1930, durante o período de governo do

O retorno com a feira para a semana



64. Automóveis e “pessoas elegantes” misturavam-se com vendedores, criados, mendigos e pobres, em busca de sensações novas e também de bons preços. (O retorno com a feira para a semana, 1926).

interventor Carlos de Lima Cavalcanti.

Com o número de compartimentos restrito, abrigando em média 140 a 150 feirantes, excluindo grande número dos que tradicionalmente comerciavam nas feiras, principalmente os pequenos vendedores que negociavam em balaies e cestos, ou os que espalhavam os produtos pelo chão, os mercados empurravam para outros espaços esses negociantes, isso sem falar que os “*asseados e policiados*” mercados afastavam, pelo menos no primeiro momento, as barracas de jogo, as prostitutas e os que viviam de biscates.

Desse modo, a construção dos mercados e a instituição de feiras sob o controle do poder público representava não apenas a tentativa de controlar a distribuição e comercialização dos produtos, com a fixação de preços e a fiscalização das medidas, mas o esforço no sentido de desarticular as redes de comunicação, solidariedade e resistência que haviam sido tecidas pelas classes populares nos espaços das feiras livres. Assim conseguiriam assumir o domínio sobre um território considerado estranho, e por vezes hostil, transformando-o segundo os padrões de ordem e salubridade vigentes.

Contudo, apesar da ação repressora do poder público, os feirantes, prostitutas, freteiros e as barracas de jogos (re)encontram caminhos e formas de manifestação diante desse novo projeto de cidade. Empurrados para outras localidades, esses grupos articulam diferentes estratégias de sobrevivência, conquistam novos espaços, realizam acordos e conciliações, constroem diferentes formas de sociabilidades, o que possibilita sua subsistência enquanto grupo e a permanência de comportamentos que ao longo das décadas continuam a ser alvo de queixas e reclamações nas colunas e artigos da imprensa local.



CAMINHOS DO
CONTROLE:
regras e artimanhas

1. Crimes, castigos e fugas

“Perversidade”, “Luta entre companheiros”, “Álcool e faca”, “Cachaça, crime e xadrez”, “O cacete em ação”, “Vingança”, “Ciúme de marafonas”, “Sangue e mais sangue”, “Entre desordeiros” eram alguns dos títulos das notícias publicadas nas colunas policiais dos jornais na década de vinte. Descrevendo ocorrências passadas entre populares, esses títulos dizem muito sobre a visão que as elites e as camadas médias construíram acerca dos acontecimentos que permeavam a vida dessas pessoas no Recife da época: “Essa desqualificação das classes populares e dos espaços que ocupavam, operada pelo discurso dominante, lograva despachá-las para os subterrâneos urbanos, desautorizando-as a integrarem social e politicamente a cidade. Uma marginalização que significou também uma ocultação de seus rastros e memória (...). Sem cronistas ou registros, o que pode ser chamado de “outra cidade” se reduziu, praticamente, a personagem de crônica policial, de estatísticas sanitárias, de relatórios administrativos ou de colunas de reclamações da imprensa. Encenava a história do crime, do caos e da precariedade urbana.”¹

Apesar de participarem dessa lógica de exclusão e marginalização, as imagens construídas pelas crônicas nos dão a oportunidade de perceber que, se o discurso da ordem e da vigilância estava tão preocupado com os lugares do desajuste, do diferente e do estranho à cidade oficial, empregando de todas as estratégias ao seu alcance para adequá-los à ordem desejada, era porque essa “outra cidade” vivia e lutava de forma pungente e forte no sentido de conservar seus espaços e manter vivas suas práticas culturais.

Em geral, as reportagens policiais marcavam a presença dos populares na cidade estigmatizando-os, reduzindo seu papel ao de desordeiros, vagabundos e criminosos. Apesar de considerarem esses atores anônimos como seres estranhos, extraviados da cidade por seus comportamentos que se equilibravam nos limites indeterminados entre o mundo do trabalho e o da contravenção, as notas de ocorrências policiais, assim como as queixas policiais e processos crimes, são documentos importantes e preciosos para o estudo da vida das pessoas comuns. No afã de condenarem e incriminarem os hábitos e costumes das camadas populares, de tentarem alertar os leitores detalhando o que consideravam escandaloso ou bárbaro, as reportagens policiais descrevem

¹ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana F. de. (org.) *Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, C/Arte, 1996.

comportamentos e diversões que, mesmo sendo compreendidos a partir de uma outra lógica, mesmo censurados pelas autoridades, execrados pela imprensa, sob a mira das armas da polícia, teimavam em sobreviver.

Segundo as notas policiais, as ruas do Recife estavam “coalhadas de elementos perigosos.” O discurso dos articulistas refletia não apenas o medo das elites de comportamentos diferentes e desconhecidos, considerados fora dos padrões de civilidade que se tentavam impor na cidade - “ordem, disciplina e trabalho” –, como também revelavam as disputas que se desenrolaram em torno do espaço das ruas. As representações construídas pelas reportagens policiais acerca do cotidiano das camadas populares, segundo eles “*violento, perverso e imoral*”, serviam, além disso, como uma forma de explicar a necessidade de uma atuação mais enérgica das autoridades no sentido de coibir hábitos e condutas considerados incompatíveis com a vida de uma cidade que crescia e se modernizava como o Recife.

Robert Storch, no seu artigo “*O policiamento do cotidiano na cidade Vitoriana*”, refere-se a esse processo, que ocorreu no Ocidente a partir do século XIX, como sendo a imposição de uma ‘ordem urbana’, ou de um ‘padrão básico’. Para ele, a redefinição da ordem pública e a instituição de normas de comportamento urbano diferentes teriam sido responsáveis por um conceito redefinido e ampliado do que seria “crime.” O comportamento coletivo e individual que num momento específico podia ser considerado apenas como inútil, inoportuno ou nocivo, em outros tempos passava a ser visto como inadmissível, ameaçador, indício da falência da sociedade.

A partir do século XIX, segundo Storch, lançou-se, nas cidades Inglesas, “*um ataque sem precedentes sobre muito do que anteriormente fora tolerado dentro dos antigos limites, especialmente sobre pequenos crimes, divertimentos populares e todos os tipos de desordem urbana desde a violência coletiva até brigas em tavernas e danos de menor importância. Uma quantidade considerável de recursos humanos e materiais foi investida nesse empreendimento, sendo a polícia uma das agências mais importantes criadas para fazer frente à grande desordem cotidiana.*”²

Storch considera o policiamento como um elemento fundamental na tentativa de instalação desses novos padrões de comportamento individual e coletivo tolerados em público. Apesar de trabalhar com a sociedade inglesa do século XIX, o autor ressalta que esse processo

² STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na Cidade Vitoriana. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero, v.5, pp. 7-33, set. 1984/abr. 1985, p.8

se tornou “*lugar comum no Ocidente*”, atingindo, em tempos e escalas diversas, cidades de vários países.

Analisando os dispositivos disciplinares que atuam na sociedade, Michel Foucault, concorda com o papel desempenhado pela polícia e demais instituições legais repressivas no ordenamento da sociedade, mas enfatiza a importância de uma verdadeira teia de pequenos poderes que se instituem em outras esferas da sociedade. De acordo com Foucault, na essência de todos os sistemas há um intrincado mecanismo penal que

oscila do castigo físico às pequenas humilhações, cuja aplicação se faz não apenas por agentes específicos, como a polícia, mas, sobretudo, a partir de uma série de micropoderes difusos, procedimentos minúsculos que contribuem para estabelecer uma rede de vigilância que se estende por toda a sociedade.³

O interesse em abordar, ainda que de forma breve, o cotidiano das camadas populares no Recife a partir das relações que se estabeleciam com a polícia, um dos dispositivos importantes nesse processo, vai ao encontro do objetivo mais geral deste trabalho, no sentido de analisar as táticas e “invenções cotidianas” empregadas pelo “homem comum” para fugir à conformação que se tentava impor nos espaços de prazer e diversão da cidade. Nossa preocupação não está em apresentar análises detalhadas sobre o aparelho policial, sua estrutura de funcionamento, nem sobre aspectos estatísticos ligados à história da criminalidade e violência na cidade mas, em perceber, por meio das fontes policiais, as maneiras usadas pelas camadas populares do Recife nos anos 1920 para desafiar o poder instituído, no sentido de continuar a vivenciar suas práticas culturais tradicionais pelas ruas da cidade.

Ao analisar as ocorrências policiais, podemos ter uma idéia de algumas dessas formas de resistência, das astúcias e invenções cotidianas usadas nessa fase pelos grupos populares, parte delas consideradas como atentados às leis no sentido de driblar, de escapar ao controle que se tentava instituir no espaço da cidade. Como ressaltou Certeau, “*se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los.*”⁴



65. Apesar da hierarquização dos espaços estabelecida por leis e reformas, as ruas do Recife continuavam a ser um dos principais locais de sociabilidade das camadas populares, conforme observamos na foto. (Hora do almoço, 1926).

³ As principais obras do autor que tratam do tema são FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987. _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*¹, op. cit p. 41.

Nessa fase, as autoridades policiais e os políticos começaram a perceber que a instituição do que entendiam como “ordem” urbana entrava em choque com uma série de costumes e hábitos populares, sobretudo com as formas tradicionais de diversão e a maneira de “viver” a cidade. A necessidade de um policiamento mais eficiente e constante não demorou a ser incentivado, como forma de regulamentar e organizar a vida urbana. Aliados a isso, novos códigos e leis sancionavam comportamentos considerados adequados para a convivência nos espaços das cidades, criminalizando práticas populares que faziam parte da tradição e do cotidiano desses grupos.

No Recife, as ruas no início do século XX eram espaços de diversão e convivência popular. O domínio das camadas populares sobre esses territórios pode ser constatado se atentarmos para o conjunto de ações que as elites estavam desenvolvendo no sentido de discipliná-los: a reforma no Bairro de Recife que, dentre outros interesses, procurava afastar moradores e freqüentadores indesejáveis da área central; os códigos de leis e posturas que regulamentavam comportamentos e diversões nas ruas, a exemplo da *Instrução Regulamentar para Teatros e Diversões Públicas* (1927), que exigia uma licença prévia para o funcionamento de qualquer divertimento público; a ação controladora da polícia, encarregada das rondas, vigilância e da ordem na cidade, sobretudo no período do Chefe de Polícia Eurico de Souza

Leão, que empreendeu verdadeira cruzada contra algumas hábitos e comportamentos das camadas populares.

O enorme volume de queixas e notas de leitores dos periódicos da época que reclamavam constantemente das práticas e divertimentos do “Zé Povo”, os quais teimavam em invadir as ruas da cidade, algumas delas no centro, como observamos no caso da Rua Nova, demonstram as dificuldades que as autoridades e instituições enfrentavam no sentido de tentar estabelecer o que chamavam de “a ordem na cidade.” A preocupação expressa pelas elites ao recriarem alguns

66. Os quiosques espalhados pelas ruas da cidade eram pontos de encontro dos grupos populares que, ao longo do dia, interrompiam o trabalho para beber, tomar café, comer alguma coisa, ou apenas para conversar e descansar nesses locais. Alvo de queixas e críticas, nos anos 1910, os quiosques da cidade foram todos demolidos. (*Revista da Cidade*, 1927).

Minot Parahim é, como Francisco Rebello, um grande encantado da arte photographica, a que empresta o melhor de seu carinho de collectiona-



dor paciente e curioso. A photographia ao lado representa um aspecto morto da cidade: ultimo kiosque o progresso derrubou...

hábitos das camadas populares, seu empenho em ocupar territórios desses grupos e todos os mecanismos de controle empregados nesse intuito apenas confirmam que, apesar das enormes pressões, as classes populares continuavam ocupando as ruas, consideradas como seu principal espaço de sociabilidade, enfrentando as determinações oficiais e empregando toda a sua criatividade no sentido de burlar as normas instituídas.

Se as leis e posturas vigentes no início do século eram rigorosas com relação à forma de comportamento que deveria ser assumida no espaço da cidade, no meio das ruas, entre as camadas populares, a prática era outra.⁵ Seus códigos de comportamento, senso de justiça, noção de punição passavam por paradigmas por vezes bastante diversos dos que estavam expressos nas portarias e decretos das autoridades. É dessa forma que devemos tentar compreender o grande número de agressões, brigas e lutas travadas nas ruas da cidade por motivos os mais diversos, em que as pessoas envolvidas geralmente saíam feridas a faca, cacete, paus, instrumentos de trabalho ou armas de fogo.

Foi o que ocorreu quando Leôncio Olympio de Barros e José Porcino da Rocha, conhecido como “Maduro”, vendedor de cuscuz, se encontraram no Pátio de São Pedro. Após forte discussão, onde “Maduro” acusava Leôncio de lhe ter furtado certa quantia em dinheiro, a luta corporal começou:

“Dois indivíduos *de baixa esfera social que sem a compreensão da boa lógica e incapazes de chegar a um entendimento honroso (...)*, lançam mão de suas armas para se liquidarem num momento de cólera. Os contendores fizeram uso de suas armas brancas, num desejo indomável de se liquidarem mutuamente (...). Leôncio, indivíduo perverso e tarado para o crime, manejando facilmente a sua faca de ponta, cravou onze golpes no seu contendor.”⁶

Apesar de mortalmente ferido, o vendedor de cuscuz conseguiu atingir o opositor com duas ou três facadas, arrastando-se em seguida até sua casa, que chamava de “*Castelo*”, localizada no mesmo Pátio onde se desenrolara a luta. “*Vim morrer em minha casa*”, foram as últimas palavras de “Maduro”, encontrado pela polícia pouco depois, estendido no chão numa “poça de sangue”, conforme a descrição do repórter. O estranhamento das elites em relação a atitudes que consideravam violentas e desproporcionais era expresso nas reportagens policiais, em que jornalistas exigiam do “Zé Povo” racionalidade, cordialidade

⁵ Para mais detalhes sobre as posturas do Recife no século XIX, ver: SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial: Recife, Tese (Doutorado em História)* – UFPE, 2002.

⁶ A descrição detalhada do crime está na coluna Notas e Factos do *Jornal do Recife*, 21/05/1922, p. 7. Grifo meu.

e civilidade na resolução de divergências, sem entender os motivos que levavam às atitudes que julgavam brutais. Enquanto os articulistas se questionavam sobre os pretextos que motivavam os crimes e agressões nas ruas do Recife, considerado-os, segundo comentavam nas colunas, brigas “*sem motivo justo*”, discussões por razões de “*somenos importância*”, luta por “*questões de pequena monta*”, crime cometido “*por motivo frívolo*”,⁷ os populares continuavam a resolver suas desavenças na faca ou no cacete:

“Os populares José de Andrade, vulgo “José do Marinho” e José da Silva, ontem pela manhã (...), no distrito da Encruzilhada, *sem um motivo justo*, travaram luta, resultando da mesma sair o último com um ferimento na região glútea, feito à faca.”⁸

Como enfatizou Robert Darnton em seu artigo “O grande massacre de gatos”, no seio de uma sociedade, além da existência de uma espécie de “idioma cultural” geral que possibilitaria a compreensão de uma série de práticas realizadas por todos os seus membros, haveria linguagens paralelas, construídas no interior de grupos menores. Essas só se fazem inteligíveis a seus componentes, constituindo-se em fatores causadores de estranhamento pelos integrantes de outras categorias.⁹

Os habitantes do Recife pertencentes às camadas populares buscavam o confronto físico e a luta para solucionar seus conflitos cotidianos, pois essa era a reação que o grupo esperava deles. Esse era o comportamento-padrão, orientado por uma série de normas e regras conhecidas e valorizadas pelos membros da comunidade onde se inseriam, o que dava às suas ações significados sociais precisos e compreensíveis no interior do grupo ao qual pertenciam.¹⁰

As agressões e crimes entre os populares, geralmente eram motivadas por traição, ciúmes, desavenças entre vizinhos, rixas de trabalho e discussões em função de jogos e dinheiro, alimentados, às vezes, por antipatias e querelas pessoais antigas. Os homens apareciam em maioria nas colunas policiais, mas as mulheres também usavam a força e as armas para resolver seus conflitos, sobretudo aqueles ligados à infidelidade dos companheiros e a disputas amorosas com as concorrentes. As prostitutas eram presenças constantes nas colunas. A competição em torno dos fregueses, as agressões por ciúmes ou a traição dos parceiros habituais, as brigas pelos pontos de encontro nos bares e cafés eram os motivos mais comuns das ocorrências registrados pelos jornais.

⁷ Essas expressões estavam constantemente nas colunas policiais da época.

⁸ *Jornal do Recife*, 26/02/1924, p. 5.

⁹ Ver DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 103-139.

¹⁰ Ver sobre o assunto CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1986, capítulo 3.

Em boa parte dos casos, o resultado da luta eram não apenas escoriações e ferimentos nos contendores, atendidos depois pela Assistência Pública e em casos mais graves transportados para o Hospital Pedro II, mas a morte de um deles ou mesmo dos dois. De acordo com a imprensa, boa parte dos habitantes dos bairros populares andava armada cotidianamente, conforme podemos perceber no comentário do repórter do *Jornal Pequeno*:

“Viaje-se, pela manhã, nos nossos bondes de 2ª classe, vindos dos subúrbios. É raro, raríssimo, o passageiro que não conduza uma pistola ou um revólver, ou uma faca, ou um punhal.”¹¹

A ênfase em comentários desse tipo reforçava a idéia de que o perigo rondava as famílias e que providências enérgicas deveriam ser tomadas no sentido de reforçar o policiamento e conter os conflitos de rua.

O tipo de arma mais usado para resolver os conflitos era, geralmente, a “arma branca.” As colunas policiais referiam-se a facas de diversos tipos usadas pelos populares: “faca americana”, “faca de ponta”, “faca peixeira”, “faca de cozinha”, além de navalhas, punhais, canivetes e outros instrumentos cortantes como garfos, espetos, e até foices:

“A presença das ‘bicudas’ no cós de quase todas as calças era [no Recife] tão comum (...) como o uso da bengala ou chapéu de sol. No Rio, vários cronistas quando tinham de se referir ao celebre instrumento, chamavam-na a ‘a pernambucana’.”¹²

Na falta das “bicudas”, pedaços de pau, tabicas, cacetes, pedras, telhas, canos de ferro, instrumentos de trabalho e até chaves de porta eram usados como armas, além de revólveres e pistolas do tipo Mauser, que talvez em função do preço e das dificuldades de aquisição apareciam em número bem menor nos crimes e agressões relatados nos jornais.¹³ Em 21 de outubro de 1923, são remetidas ao subdelegado de Santo Antônio as armas apreendidas no distrito desde o início do mês. Segundo a nota, foram encaminhadas “3 facas de ponta, 4 ditas americanas, 4 punhais, 3 canivetes, 13 navalhas e 1 pistola “mauser”, armas essas apreendidas naquele distrito em poder de vários indivíduos.”¹⁴

¹¹ *Jornal Pequeno*, 17/07/1926, p. 1.

¹² FEITOSA, Polycarpo. *Dois Recifes: com sessenta anos no meio*. Recife, Imprensa industrial, 1945, pp. 89, 182.

¹³ Todos os instrumentos citados foram utilizados em agressões e crimes ocorridos no Recife nos anos 20, de acordo com as notas policiais dos jornais pesquisados.

¹⁴ *Jornal do Recife*, 21/10/1923.

¹⁵ Sobre a questão da imposição da ordem nas cidades brasileiras e a mudança do conceito de “trabalho”, visto na virada do século como instrumento de consecução do progresso, ver, dentre outros: TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. São Paulo, Marco Zero, 1989. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987. SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada*. São Paulo, Hucitec, 1986. KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Apesar da vigilância policial nas ruas, da criação de novas leis que regulavam os comportamentos considerados impróprios e condenáveis e de uma política mais ampla por parte das autoridades no sentido de exercer maior controle sobre o cotidiano das camadas populares, os crimes considerados “por motivo fútil” e os acertos de conta e querelas resolvidos na base da “faca americana”, continuaram a ocorrer ao longo das décadas posteriores.

Assim, entendemos que a repetição e a persistência de condutas consideradas ilegais, passíveis de punição, constituíam-se em uma das táticas cotidianas usadas pelas camadas populares que buscavam manter suas práticas culturais vivas. Essa atitude representava uma reação ao modelo de cidade que se queria instituir, mostrando que as formas de resistência da população manifestavam-se não apenas por meio de movimentos de revolta, motins, ou greves organizadas mas, também a partir de um sem-número de maneiras variadas e inventivas, por vezes invisíveis ou imperceptíveis ao sistema.

A “vadiagem” é um exemplo típico desse tipo de tática popular. A discussão sobre a “ociosidade” vinha desde o final do Segundo

Reinado, no momento da transição do trabalho escravo para o livre. Nessa época, enquanto o sistema de trabalho fabril implantava-se aos poucos no país, uma nova construção do mundo do trabalho era elaborada, atribuindo ao trabalho valores positivos e dignificantes.¹⁵ De “coisa de negro escravo”, de “ocupação desonrosa”, o trabalho passava a ser visto como o valor máximo, a lei suprema da sociedade, o responsável pela moralização e disciplina do indivíduo. Políticos e intelectuais brasileiros do final do século XIX

13 de Maio... republicano



67. Considerado preguiçoso, inapto para o trabalho, o trabalhador brasileiro foi alvo de verdadeira campanha que buscava discipliná-lo. Na charge, o Zé Povo, desdentado e pobremente vestido, recebe da República as algemas que prendiam os escravos, numa alusão clara ao papel que o novo regime desejava impor às camadas populares. (13 de maio Republicano, 1923).

discutiam sobre a inadequação dos trabalhadores nacionais a esse novo mundo do trabalho instituindo a noção de que a negação por parte dessa mão-de-obra de inserir-se no mercado de trabalho, resultava de um “traço” típico do povo brasileiro: a preguiça.

A construção do conceito de “vadiagem” passou, segundo Sidney Chalhoub, por um processo de inversão com relação aos valores ligados à nova concepção de trabalho. Assim, enquanto o trabalho seria a lei suprema da sociedade, responsável pelo progresso,

ordem e moralidade, a ociosidade representava exatamente a negação desses princípios. Seria um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão. O ocioso ou vadio era considerado um pervertido, um viciado que representava um perigo para a sociedade.¹⁶ Dessa forma, a noção de vadiagem enquadrava-se num universo onde o controle e o disciplinamento das populações pobres era uma das preocupações centrais das autoridades urbanas.

Se procurarmos perceber um pouco além da visão que se restringe a analisar o assunto apenas sob a ótica do discurso do controle, podemos perceber que, para as classes populares, o que se classificava como “ociosidade” ou “vadiagem” representava um modo de se contrapor ao sistema de trabalho assalariado que lhes estava sendo imposto e que, com seus baixos salários, longas jornadas de trabalho, regras de procedimento, tarefas fixadas, além da competição, entrava em choque com suas práticas e padrões culturais.

No Recife dos anos vinte, o maior número de prisões de populares ocorria por motivo da falta de ocupação formal, do fato de não trabalharem em empregos fixos. Nesse contexto, vagar pelas ruas sem ocupação formal, viver de pequenos expedientes e serviços irregulares ou da mendicância passou a ser visto como crime. Segundo o Relatório do Chefe de Polícia de 1923, Desembargador Arthur da Silva Rego, vadios, bêbados, mendigos eram “*parasitas sociais, indigentes perigosos, contra os quais se tornam imprescindíveis medidas preventivas e repressivas. São especuladores da pior espécie com aversão manifesta ao trabalho honesto, destituídos de senso moral e aptos à prática de quaisquer ações danosas.*”¹⁷

Em julho de 1926, em reportagem de primeira página, o *Jornal Pequeno* cobrava providências do futuro governador - Estácio Coimbra - e das autoridades policiais que assumiriam o governo no final do ano, no sentido de coibir o que ele chamava de “*um dos grandes males que muito afetam o organismo social desta cidade*”:

“Dê-se o leitor o incômodo de ir, durante o dia, principalmente à tarde, a quaisquer dos nossos arrabaldes. Há de encontrar, fatalmente, nas bodegas, nas esquinas, nas calçadas, verdadeira súcia de vadios, na maioria tipos moços, fortes, aptos para o trabalho. E reúnem-se para o jogo do caipira ou para blasonar de valentias, numa indolência criminosa, formando o espírito, com uma predisposição já natural, por vício de educação ou taras, para o mal.”¹⁸

¹⁶ Ver o item “Trabalhadores e vadios; imigrantes e libertos: a construção dos mitos e a patologia social.” In: CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 39-58.

¹⁷ Repartição Central de Polícia. *Relatório dos Chefes de Polícia*, 31/01/1923.

¹⁸ *Jornal Pequeno*, 17/07/1926, p.1.

As prisões dos chamados desocupados, “vagabundos” e “malandros” eram, conforme as reportagens policiais, realizadas a partir das rondas noturnas feitas pelos subdelegados nos distritos, sobretudo nos bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista. Os indivíduos que fossem encontrados “perambulando” pelas ruas, que não comprovassem sua forma de trabalho e residência fixa, eram prontamente presos.

“Pescaria Policial”

“O subdelegado do distrito da Boa Vista, pela madrugada de ontem, em ronda nesse distrito, capturou os seguintes malandros que perambulavam ali: José Navarro Andrade, vulgo “Bacia Furada”, Nazário de Oliveira, alcunhado “Nazário da Cacimba”, Paulo Erasmo de Barros, mais conhecido por “Pé de Arame”, Antônio P. de Almeida, cognominado “Macaco Indiano” e José João da Silva, que atende pelo vulgo de “Camarão Preto.” (...) Pela manhã de ontem, mesmo, foram recambiados para detenção.”¹⁹

As batidas ou rondas eram conhecidas como “pescarias” ou “canoas policiais”. Realizadas noite adentro, nelas eram recolhidos das ruas os “indivíduos” classificados nas notas policiais como vagabundos, vadios, malandros, desocupados, desordeiros, arruaceiros, turbulentos, farristas, embriagados, bebedores inveterados, gatunos, vigaristas, meliantes. Após uma noite no xadrez da delegacia e da instauração do competente processo, eles eram encaminhados à Casa de Detenção, onde aguardavam o desenrolar do caso. Foi o que aconteceu com “Anjo Preto”, “Tonho da Banana” e outros:

“A ronda da Boa Vista, tendo a frente o respectivo subdelegado, efetuou ontem pela madrugada, nesse distrito, a prisão dos *meliantes*: “José Pandeiro”, “Tonho da Banana”, “Elysio Zambeta”, “Pisa Manso”, “Anjo Preto.” Esses indivíduos que se entregam à *prática de furtos*, foram recolhidos ao xadrez local. Pela manhã, depois de ouvidos, ingressaram na Detenção, onde aguardarão o processo de *vagabundagem* que lhes foi instaurado.”²⁰

“Anjo Preto” e seus colegas foram incriminados pela “prática de furtos” e acusados de serem “meliantes”, mas, ao contrário do que se poderia esperar, o processo instaurado pela autoridade policial não foi por “roubo” e sim por vagabundagem, conforme cita a nota. A vagabundagem, regida pela Lei nº 1577, consistia, segundo relatório da Repartição Central de Polícia de 1923:

¹⁹ Jornal do Recife, 15/02/1924, p.4

²⁰ Jornal do Recife, 17/02/1924, p. 6.

²¹ Repartição Central de Polícia. *Relatório de Secretário Geral do Estado*. Volume Relatório dos Chefes de Polícia. 1886-1929.

“Em não ter domicílio certo e em não procurar no trabalho os meios de subsistência. É, como se vê, um vício contrário à organização da sociedade (...), e exige uma repressão.”²¹

Se o indivíduo não conseguisse comprovar “profissão certa”, situação em que, como sabemos, encontrava-se boa parte da população de menor renda do Recife, uma vez que essa dedicava-se principalmente a atividades autônomas, como vendedores ambulantes, feirantes, carregadores de carga, gazeteiros, ou vivia de biscates, prestando pequenos serviços de forma temporária, poderia facilmente acabar no xadrez.

A interpretação da lei pelos policiais dava margem a muitas controvérsias. Se apenas uma das exigências não fosse atendida, o popular poderia ser enquadrado e levado à cadeia. Vaga, imprecisa e aplicável à maioria dos populares da cidade, a acusação de vagabundagem era a forma que as autoridades encontravam para prender os que não se adequavam ao sistema de trabalho e às novas maneiras de agir na cidade, quando não havia provas ou acusações formais contra esses indivíduos.

Portanto, para ser preso nas ruas do Recife nos anos vinte, bastava sair à noite, perambular sem destino, ou querer passear e divertir-se um pouco em meio a conversas com os companheiros. Segundo o *Jornal do Recife*, as “pescarias policiais” sempre resultavam em redes repletas de “peixes”. Numa só noite, uma “canoa policial” realizada pelo então subdelegado do Bairro do Recife, Capitão Araújo, prendeu, sob a acusação de desordeiros, gatunos, vigaristas e bebedores inveterados, 25 homens e 1 mulher:²²

“Sem profissão certa.”

O guarda 43, de serviço na rua das Trincheiras, ontem às 7:40, prendeu os indivíduos Layette Cavalcante de Brito, João Ignácio da Silva, Antônio Lisboa dos Santos, Osório Lins e Antônio José da Silva. São *indivíduos sem profissão certa, gatunos e vagabundos*. Estão recolhidos ao xadrez da Boa Vista.”²³

Em relatório ao Chefe de Polícia, o subdelegado de Santo Antônio informava que no mês de março de 1924, só no seu distrito, “deram entrada no xadrez 240 indivíduos, inclusive 28 mulheres, sendo 34 gatunos, 49 desordeiros, 46 por embriaguez, 35 vagabundos, 26 jogadores, 28 para averiguações, 15 por ofensas à moral e 2 vigaristas (...).”²⁴ Percebe-se que os números de prisões por “falta de ocupação formal” são altos, sobretudo se atentarmos para o fato de que muitas dessas acusações confundiam-se, conforme já destacamos, fazendo com que vagabundagem, embriaguez, desordem, gatunagem se tornassem praticamente sinônimos, servindo de pretextos para a retirada das ruas daqueles que se negavam a entrar no mercado de trabalho formal e a adequar-se aos padrões exigidos socialmente.

²² *Jornal do Recife*, 05/01/1927, p. 5.

²³ *Jornal do Recife*, 21/01/1922, p. 5. Grifo meu.

²⁴ *Jornal do Commercio*, 05/04/1924, p. 2.



68. A embriaguez era um dos principais motivos de prisão nas “canoas policiais”. Comportamento antes tolerado, as farras e bebedeiras tornaram-se alvo de perseguição policial. (*A Pilhéria*, 1926).

O que as elites viam como “vagabundagem” ou “malandragem” dos populares envolvia uma série de comportamentos e atitudes, como não ter ocupação e domicílios fixos, e viver constantemente a “perambular sem rumo pelas ruas do Recife.” O hábito de andar pela cidade, ao qual já nos referimos no capítulo anterior, tem representações múltiplas. Para os grupos populares, além de significar uma demonstração aberta de resistência à ordem instituída, baseada no trabalho como o valor maior da sociedade, representava também uma forma de manter o domínio e garantir seus territórios.

Para Certeau, no plano das figurações oníricas, “*caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e a procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social de privação do lugar.*”²⁵ Assim, a prática das camadas populares de não terem emprego e endereço fixos, de vagarem pelas ruas, pode ser lida como uma das formas de escapar e se contrapor às conformações não apenas das exigências econômicas de mercado, que os empurrava para um sistema de trabalho em dissonância com as suas tradições, mas também como uma tática que multiplica as possibilidades de mobilidade no espaço da cidade, construindo um “sentido próprio” para a geometria fixada por urbanistas e técnicos.

Um outro aspecto da vida das camadas populares, o qual foi perseguido e criminalizado, foi o relativo à prática dos cultos religiosos de origem africana. Praticados em casas localizadas nos bairros mais afastados do centro, como Encruzilhada, Afogados, Dois Irmãos, Beberibe, Água Fria, Arruda e outros, esses cultos eram mencionados pela imprensa durante toda a década como “Catimbau” ou “Catimbó.” Vistos com um misto de temor e aversão, os cultos afros e seus praticantes foram um dos maiores alvos da perseguição e da violência policial nos anos vinte. Segundo Gonçalves Fernandes, que escreveu um livro sobre o assunto na década de 30, “*os xangôs do Recife eram apontados como centros de bruxaria. Dessas casas modestas de taipa dos negros, a imaginação dos moradores mais próximos fazia sede de práticas demoníacas.*”²⁶ De acordo com o autor, os praticantes desses ritos eram indivíduos que ocupavam “*profissões humildes*”, como lavadeiras, cozinheiras, operários, pedreiros, pintores, sem excluir da frequência aos cultos, pessoas de posses pertencentes a outras classes sociais, conforme já enfatizamos.

²⁵ CERTEAU, Michel de, op. cit p. 181.

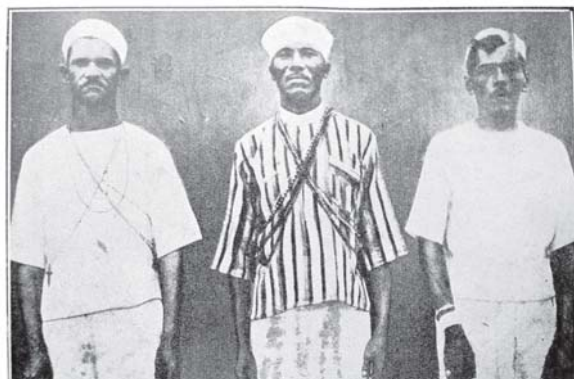
²⁶ GONÇALVES FERNANDES. *Xangôs do Nordeste*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937, p. 7.

Pai Adão, em Beberibe, um dos mais reconhecidos pais-de-santo da cidade, Mãe Zezefinha no Arruda, Pai Anselmo em Água Fria, Pai Apolinário na Encruzilhada, Mãe Maria em Campo Grande, foram citados por Gonçalves Fernandes como os mais conhecidos babalorixás do Recife no início dos anos trinta. Nesses territórios, os adeptos conheciam a história dos antepassados - língua, cânticos, danças -, aprendiam a respeito do uso de ervas e porções e praticavam rituais sagrados. Assim, as casas de catimbau eram lugares de encontro e sociabilidade, onde se preservavam os costumes e tradições negras.

Acusados de praticar feitiçaria, bruxaria, culto ao diabo, em meio a rituais misteriosos permeados de sensualidade, os cultos afros foram proibidos no Recife: os locais das cerimônias religiosas eram invadidos pela polícia, os fiéis presos e os objetos sagrados de culto apreendidos e levados às delegacias.

Perseguidos durante toda a década de vinte, esses cultos estavam constantemente nas colunas policiais dos diários, que noticiavam as prisões dos adeptos do “catimbau”, o fechamento de casas de culto e a apreensão de utensílios usados nos rituais. As reportagens expressavam a intolerância e o preconceito que cercavam as religiões de origem africana. Os líderes dos cultos eram chamados de “*embusteiros que exercem a torpe profissão do catimbau*”, “*exploradores*”, “*lidadores com o espírito das trevas*”, “*chefes da mungiganga*”, num tom depreciativo. Os adeptos eram “*incautos e ignorantes que acreditavam nas baboseiras*.” Os locais de culto eram “*espeluncas*”, “*antros que só trazem malefícios*.” As práticas eram “*superstições*”, “*tolices*”, “*sessões de esconjuro*.” Os utensílios dos ritos eram “*apetrechos de guerra*”, “*bugigangas*.”²⁷

O medo dos poderes misteriosos dos chefes dos cultos, o temor dos ritos que consideravam exóticos, o uso de objetos e a realização de práticas estranhas – como, por exemplo, o sacrifício de animais -, as danças tidas como libidinosas, aumentavam a desconfiança de setores da população, criando um imaginário em torno das casas de catimbau que as vinculava à idéia de lugares malditos, onde, segundo o *Diário da Tarde*, “*os macumbeiros professam a sua misteriosa e sinistra liturgia. Separam casais, perseguem inimigos, desmancham casamentos, praticam enfim toda um série interminável de coisas espantosas, apavorantes*.”²⁸



69. As casa de “catimbau” e os adeptos dos cultos afro-brasileiros eram tratados não apenas com violência mas também com desdém por parte da polícia. Nos anos trinta novas fórmulas de atuação e diferentes meios de coerção foram usados na tentativa de controlar essas práticas. (Pais-de-santo, nos anos 1930).

²⁷ Essas expressões foram retiradas de notícias diversas, publicadas na *Coluna Notas e Factos*, sessão policial do *Jornal do Recife* nos anos de 1922, 1924 e 1928, que relatam as batidas policiais e prisões de chefes dos rituais e adeptos nas casas de culto de origem africana.

²⁸ *Diário da Tarde*, 01/09/1933. In: GONÇALVES FERNANDES, op. cit p. 12.

As notícias veiculadas nas colunas policiais atacavam com palavras fortes os participantes dos cultos, ironizavam as possíveis curas, ridicularizavam os rituais que tentavam invocar o espírito de “Mestre Carlos”, que curava os doentes, tirava mau olhado e resolvia questões do coração e problemas nos negócios:

“O Recife está cheio de indivíduos que, sem a menor noção das cousas, se deixam levar por superstição, acreditando em espíritos maus, bruxarias e outras tolices que são postas em prática pelos exploradores. Em alguns pontos da cidade existem casas em que funcionam todas as noites sessões de Catimbau, onde ‘Mestre Carlos’ é invocado por meia dúzia de ignorantes.”²⁹

Numa batida policial realizada numa casa de culto no Arruda pelo Major Francisco Velloso, o mesmo jornal noticiou a prisão de três homens e três mulheres que exerciam a “*torpe profissão do catimbau*.” Podemos perceber que a nota desqualificava e ridicularizava os cultos de origem afro, fazendo questão de descrever minuciosamente os objetos de culto, que aos seus olhos, apareciam como “estranhos e bizarros”, e de divulgar a atitude do Major, que obrigou um dos crentes presos a carregarem sobre a cabeça pelas ruas o fruto da apreensão:

“Dada a busca no antro, a referida autoridade apreendeu: um esqueleto de macaco, uma caveira de burro, um bode preto entalhado, um sapo, uma garrafa com álcool, uma dita com óleo, um signo de Salomão, diversas folhas de pinhão roxo e uma bacia e uma tigela com essências. O chefe da “mugiganga” (...), “Faustino Faz o Bem” como paga pelo muito que há feito, teve o trabalhinho de conduzir à cabeça, o que acima descrevemos.”³⁰

As prisões eram feitas geralmente por denúncias de vizinhos das casas onde se realizavam os rituais. As reclamações mais constantes eram dos toques dos tambores que entravam pela noite perturbando o sono das pessoas e do que chamavam de “*algazarra constante*” dos adeptos. Já no início dos anos trinta, o *Jornal da Tarde* publicava uma reclamação de moradores de Dois Irmãos que se diziam prejudicados pelo funcionamento de um “centro” que perturbava a vida de uma pacata rua daquele arrabalde:

²⁹ *Jornal do Recife*, 11/04/1922, p. 2.

³⁰ *Jornal do Recife*, 22/10/1924, p. 05.

“Aquilo intrigava os vizinhos. Nunca se haviam visto espíritos mais

barulhentos do que aqueles. Barulhentos e estranhos: berravam de maneira infernal durante horas seguidas, cantavam embolada e ‘côcos’ que nada tinham, na verdade, de espirituais e sambavam a noite inteira num sapateado ensurdecedor.”³¹

A perseguição intensa da polícia não impedia que os adeptos desses cultos continuassem a realizar seus encontros e ‘toques.’ Para escapar à repressão e perseguição policial, pais e mães-de-santo encontraram muitas formas de dissimular suas práticas, driblando a ação policial. A mais comum delas era camuflar as atividades dos terreiros sob o nome de “centro espírita” ou “maracatu.” Nos anos vinte, as sociedades espíritas podiam funcionar “livremente”, desde que conseguissem uma autorização policial. O mesmo ocorria com os maracatus que, transferidos pelas autoridades policiais para o período carnavalesco, apresentavam-se nos dias de Momo pelas ruas da cidade. Confundir-se com essas manifestações e conseguir autorização policial de funcionamento foi uma das táticas usadas na época pelos fiéis e chefes dos cultos. Gonçalves Fernandes observa que na fase de maior pressão policial, “*maracatu e centro espírita aparecem de tal maneira que fez desconfiar*”:

“Alarmados ante a vigilância da polícia de costumes, os catimbozeiros retraíram-se, passando a organizar com mais cautela as sedes de suas reuniões e a disfarçar convenientemente, quase sempre sob o rótulo de sociedades espíritas os verdadeiros fins que têm em vista.”³²

Nessa fase, foram inúmeros os pedidos de funcionamento feitos ao Chefe de Polícia no sentido de obter licença para “centros espíritas”, como o “Fé, Esperança e Caridade”, na Encruzilhada; o “Caridade e Amor em Jesus Cristo”, em Dois Irmãos; e o “Salvador, Amor e Caridade”, em Beberibe. As petições eram encaminhadas à Repartição Central de Polícia, sessão de “Teatro e Diversões Públicas”, responsável por todo trâmite burocrático e pela expedição da licença final. Dessa forma, usando de pequenos golpes e artifícios, os adeptos dos cultos afros conseguiam escapar da repressão e violência da polícia, continuando suas práticas religiosas e mantendo vivas suas tradições. A força dessas formas de resistência, a criatividade e inventividade populares acabaram por demonstrar às autoridades a necessidade de novas formas de enfrentamento da questão que não a violência e a coerção, conforme veremos mais adiante.

Afora assassinatos, agressões, roubos e a prática dos cultos de

³¹ *Jornal da Tarde*, 12/04/1934. In: GONÇALVES FERNANDES., op. cit p. 14-15.

³² GONÇALVES FERNANDES, op. cit p.14.

origem africana, outros comportamentos e hábitos cotidianos das classes populares foram também criminalizados. Pequenos golpes e expedientes, estratégias de sobrevivência desses grupos, algumas formas de ocupação, procedimentos cotidianos, festas e divertimentos populares, enfim, um sem-número de comportamentos individuais e coletivos passaram a ser vistos como intoleráveis, constituindo-se em motivo de prisão para seus praticantes.

Bastavam atitudes entranhas, brincadeiras inexplicáveis, condutas fora dos padrões considerados pelas elites como “normais” ou “aceitáveis”, para o indivíduo ser recolhido para uma temporada no xadrez. Por vezes, o mau humor dos guardas e a rigidez de alguns soldados no cumprimento do dever contribuíam para aumentar o número de populares presos diariamente no Recife.

Um exemplo disso é o caso de Celestina Maria da Conceição, publicado na coluna policial do *Jornal do Recife*. Numa sexta-feira à noite, Celestina, descrita na reportagem como uma “*mulata pernóstica e sumamente dada aos volteios e remelexos dos ‘foxtroters’*”, resolveu divertir-se, dançando no torrado de Apolinário, na Rua da Guia, no Bairro do Recife. Depois de tomar alguns copos de cerveja, Celestina pediu para o pianista tocar. A cena, descrita com certa ironia pelo jornalista, ter-se-ia se desenrolado da seguinte forma:

“O ‘artista’ fez gemer o velho e afônico instrumento num desses contorceedores tangos modernos. Eram nove horas da noite. A mulherzinha pôs-se a girar, girar, como um pião, atraindo a atenção dos demais ‘cavalheiros’ e damas. Passaram-se duas horas e Celestina não tinha parado. Outra hora transcorreu e ela sempre a dançar como uma louca. Nisso, um soldado desconfiado de estar Celestina mangando com a assistência, interrompeu a prova e levou a dançarina para o xadrez.”³³

Assim, como dizia o título da nota, Celestina “*Por muito dançar, foi presa.*” Os motivos de Celestina para assumir tal comportamento não vamos poder saber, pois não foram declarados pela acusada no ato da prisão. Ela poderia estar comemorando algum acontecimento feliz, como a conquista de um novo amor, ou tentando afogar as mágoas de uma paixão perdida, ou ainda estar buscando exorcizar as tristezas e dificuldades do cotidiano nos volteios e rebolados de um “tango moderno.” Segundo a percepção do policial, nenhuma dessas razões poderia estar movendo a dançarina. Para ele, Celestina merecia a cadeia por estar cometendo o “crime” de “mangar” dos

³³ *Jornal do Recife*, 19/09/1926, p. 8.

que, interessados, assistiam atentamente durante mais de três horas, a seu *show* de bailado.

Segundo Michel de Certeau, as práticas significantes empregadas por desconhecidos produtores formam frases imprevisíveis, trilhas em parte ilegíveis num espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado: “*Embora sejam compostas com os vocabulários de línguas recebidas e continuem submetidas a sintaxes prescritas, elas desenham astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem.*”³⁴

Outro caso publicado nas notas policiais que nos chamou a atenção foi o de Arnaldo da Silva Oliveira. Segundo queixas dos prejudicados, o “falso eletricista” vinha-se aproveitando da atividade que exercia para dar golpes nas famílias que já possuíam energia elétrica nas residências e em outras que desejavam instalar o serviço:

“Ele vem se intitulando funcionário da “Pernambuco Tramways”, e por esse meio penetra em casas de família, verificando contadores e exigindo dinheiro, isso com a ameaça de cortar a luz, sob o fundamento de que o contador está viciado. Quando não usa esse processo, faz orçamentos de instalações elétricas, recebe parte do dinheiro e não mais aparece. Em Santo Antônio várias pessoas foram vítimas de tal eletricista.”³⁵

A notícia traz algumas informações sobre a disseminação do uso da energia elétrica na cidade, mostrando que, se um expediente desse tipo estava sendo empregado, era porque um número razoável de pessoas já deveria ter o serviço instalado, sobretudo nas áreas de moradia dos bairros mais abastados, como Santo Antônio, onde Arnaldo estava atuando. Outro dado interessante diz respeito ao motivo alegado pelo “eletricista” para o corte da energia, o “*contador viciado*”, pois deixa claro que a população do Recife já usava, nessa fase, de algum tipo de expediente para burlar a fiscalização da empresa, alterando os registros de consumo.

O título da nota publicada no *Jornal do Commercio* para referir-se aos episódios protagonizados por Arnaldo para sobreviver, “*Por traz do eletricista está o sabido*”, faz alusão ao tipo de estratégia usada por ele. Golpes e gatunices desse gênero representavam uma ameaça, na medida em que subvertiam a idéia de ganho como resultado do trabalho honesto, máxima que se consolidava como estruturante da sociedade.

³⁴ CERTEAU, Michel de, op. cit p. 45.

³⁵ *Jornal do Commercio*, 22/02/1927, p. 2.

Utilizando uma das invenções modernas que mais haviam fascinado os habitantes do Recife, Arnaldo acabava empregando o que Certeau chamou de “*golpes no terreno da ordem estabelecida*”, usando de práticas inventivas para negar a ordem constituída e o estatuto da lei. A partir desse pequeno expediente, Arnaldo mostra como alguns grupos idealizavam táticas que alteravam os códigos e objetos impostos pelo sistema, reapropriando-se dos espaços, conceitos e conhecimentos a seu jeito. Aproveitando-se das novas necessidades técnicas criadas com a modernidade, ele usava o sistema em proveito próprio. Segundo Certeau, “*isso seria a cultura popular, e não um corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto, tratado e ‘citado’ por um sistema que reproduz, com os objetos, a situação que impõe aos vivos.*”³⁶

Os casos narrados a seguir são algumas das mostras de como as camadas populares da cidade reagiam à normatização dos espaços da rua e às novas regras de convivência urbana que as elites procuravam impor, submetendo-se aos riscos da violência da punição policial e da prisão. Muitos desses comportamentos populares, antes vistos apenas como inconvenientes, chocando os grupos de elite, passaram a ir de encontro às leis estabelecidas, sendo passíveis de prisão.

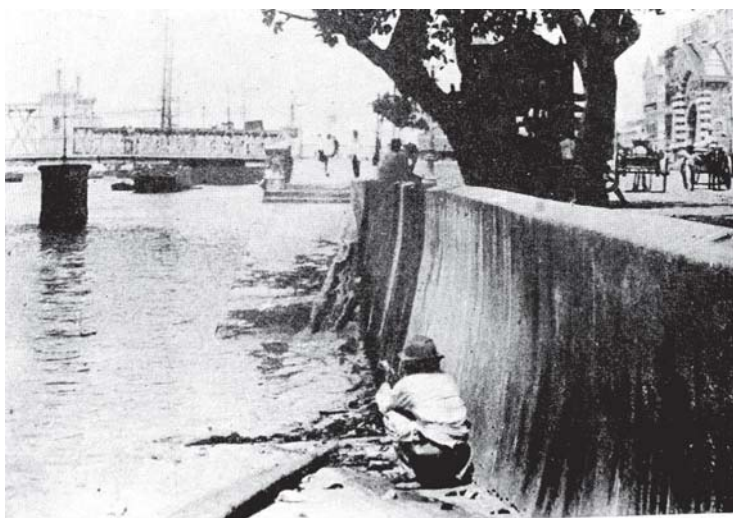
Segundo Pierre Mayol, a conveniência seria uma forma de repressão que se coloca no lugar da lei, que “*mantém relações muito estreitas com os processos de educação implícitos a todo grupo social (...). Ela produz comportamentos estereotipados, ‘prêt-à-porter’ sociais, que têm por função possibilitar o reconhecimento de não importa quem em não importa que lugar.*” Ela reprime ‘o que não convém’, ‘o que não se faz’, filtrando ou banindo os sinais de comportamentos ilegíveis, intoleráveis. Seria uma espécie de contrato social que rege a vida cotidiana dos espaços da cidade.³⁷

No Recife do final do século XIX, ainda se podiam observar muitos desses comportamentos e atitudes considerados inconvenientes. Gilberto Freyre destacou no seu *Guia prático histórico e sentimental da cidade do Recife* que era ainda comum verem-se populares nas margens do rio Capibaribe, de calças arriadas, “*a defecar napolitanamente.*” Se esse era um comportamento não-recomendável, que deveria ser evitado, não era, no entanto, alvo de leis específicas e de repressão efetiva por parte da polícia. Nas primeiras décadas do século XX, no entanto, condutas desse tipo, que infligiam o que se chamava de “moral e bons costumes”, tornaram-se intoleráveis, sendo passíveis de punição com a prisão e envio para a Casa de Detenção, conforme veremos a seguir.

³⁶ CERTEAU, Michel de, op. cit p. 89.

³⁷ MAYOL, Pierre, op. cit pp. 49-56.

Se as formas de homogeneizar condutas, expurgar hábitos e estabelecer novas territorialidades estavam sendo reforçadas pelas instituições e mecanismos de controle, os grupos populares persistiam na busca de manutenção de práticas tradicionais, ora aproveitando-se das brechas e fissuras que o sistema apresentava, ora desafiando frontalmente os códigos de conduta que se tentavam instituir na cidade, negando-se deliberadamente a respeitá-los.



REPRODUÇÃO DE FOTO RARÍSSIMA DO FIM DO SÉCULO XIX, VENDO-SE UM RECIFENSE A DEFECAR VAPOLITANAMENTE À BEIRA DO CAPIBARIBE, AO PÉ DE UMA PONTE: A QUE LIGA O BAIRRO DE S. ANTÔNIO AO DO RECIFE. (Gentileza de José Césio Rigueira Costa.)

Em março de 1925, o *Jornal Pequeno*

anunciava em manchete de primeira página a prisão de Joaquim Gouveia de Sant'Anna, preto, de 23 anos, casado, residente numa travessa da Rua Imperial, foguista de navios, por ser um "tipo de índole pervertida." Num domingo de sol, perto das oito horas da manhã, em plena Praça do Rio Branco no cais de Porto, enquanto as famílias aguardavam parentes e conhecidos que chegavam ao Recife no paquete *Almanzora*, algumas "crianças de uma ilustre família", segundo a reportagem, observaram algo estranho:

70. Comportamentos considerados inconvenientes, sobretudo aqueles ligados à cultura popular, foram condenados e alguns criminalizados e perseguidos no início do século XX. (Homem defecando às margens do Capibaribe, final do século XIX).

"Pelo orifício das chapas da galeria d'água que corre ao longo do cais, dois olhos espreitavam, de baixo para cima, as senhoras que ali estavam. Estabelecido o alarma, (...) marinheiros da Polícia Marítima começaram a suspender as placas de ferro da galeria, até (...) que próximo ao muro de divisão das Docas, foi encontrado, metido por trás de uma porção de areia, o sátiro Joaquim Gouveia de Sant'Anna."³⁸

Depois de preso, Joaquim confessou que nos domingos ou nos dias de chegada de grandes embarcações, ele entrava na galeria a uns 150 metros do cais, por um trecho aberto próximo à ponte giratória, e vinha arrastando-se até chegar ao ponto mais movimentado da Praça do Rio Branco. Desse local privilegiado, ele observava as pernas e outras partes íntimas das senhoras presentes. Joaquim acabou suas aventuras de "voyeur subterrâneo" no xadrez da Polícia Marítima.

Ainda no Bairro do Recife, nessa fase "espaço-síntese" da modernidade da cidade, ocorria outro fato que demonstrava o tipo de tática usada pelos grupos populares para enfrentarem as determinações oficiais e os comportamentos considerados adequados. De forma direta, Basílio

³⁸ *Jornal Pequeno*, 12/03/1925, p. 1.

Pestana enfrentava os padrões de moralidade da época, ao desafiar as normas dos “bons costumes”:

“O indivíduo Basílio Pestana, foi encontrado, ontem de madrugada, dormindo no pé de escada da casa nº 35 da Avenida Rio Branco. O guarda prendeu-o, não porque o sujeito se entregasse às delícias do sono, mas por estar ele, quase nu, trazendo tão somente uns farrapos de camisa a lhe encobrir a plástica (...).”³⁹

É interessante perceber que, dos quatro casos citados, três aconteceram na região do Porto e do Bairro do Recife. Reformada segundo os modelos urbanísticos europeus, considerada a área “mais moderna da cidade”, como já salientamos, o bairro era ainda, conforme se pode notar, palco de disputas entre as elites e as camadas populares. O que percebemos é que, a despeito da ação enérgica da polícia e demais instituições e organismos de controle, das sanções legais e das conveniências reinantes, os grupo populares continuavam a contestar essas determinações, desafiando o que lhe era colocado e lutando pelos espaços centrais da cidade.

Por meio de pequenos atos que brotavam do cotidiano, fugindo dos modelos clássicos de participação pelas vias oficiais, esses homens comuns rejeitavam o lugar periférico que lhes era destinado a ocupar na ordem urbana e social, “*conquistando para si, no coração da cidade, o sentimento de “pertencer” a uma comunidade.*”⁴⁰

2. A polícia em foco

³⁹ *Jornal do Recife*, 21/09/1926, p. 5.

⁴⁰ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana F. de. (org.) *Horizontes Históricos*, op. cit p. 103.

⁴¹ Para detalhes sobre o papel da polícia em relação à cultura popular ver, dentre outros, BRETAS, Marcus. *Ordem na cidade*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997. E do mesmo autor: A polícia das culturas. In: *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000, pp. 245-258.

Pressupor que a função da polícia, quando o assunto envolvia as camadas populares, suas crenças e modos de vida, resumia-se a reprimir e regular os comportamentos considerados inadequados, defendendo os conceitos e padrões estabelecidos pelas elites, é reduzir e empobrecer a compreensão da questão. Sem descartar esse papel, é necessário tentar acrescentar outras percepções e nuances, levando em consideração o fato de que a repressão aos modos de vida dos grupos populares se fazia por agentes, guardas e policiais muitas vezes em contradição interior, uma vez que participavam do mesmo universo cultural desses grupos.⁴¹ Nesse sentido, é importante considerar a possibilidade de “*pensar outras inserções da polícia na vida cultural da cidade e mostrar até que ponto o exercício desta repressão se faz de forma conflitiva para os policiais, que compartilham das mesmas identidades*

*culturais dos reprimidos.*⁴²

Vista pelos segmentos de elite como responsável pela manutenção da ordem na cidade e pelo controle e repressão de comportamentos incompatíveis com a vida urbana, a polícia passava a ser alvo de muitas queixas e denúncias pela imprensa. “*Barbaridades da Polícia*”, “*Soldados Turbulentos*”, “*Patrulha Inconveniente*”, eis algumas das manchetes das reportagens que reclamavam da violência dos guardas, das prisões ilegais, dos abusos de autoridade, do envolvimento em desordens e agressões, das bebedeiras e da convivência “fraterna” com criminosos, “mundanas” e “vadios.”

A imagem de uma polícia violenta e arbitrária, além de despreparada para enfrentar o crime, incapaz de manter o controle sobre os espaços da cidade, nos mostra a insatisfação de segmentos das elites com relação aos procedimentos cotidianos dos policiais e o desejo de transformação da instituição. Longe de representar apenas um sentimento de condenação aos violentos métodos empregados, esse desejo indica uma percepção de que tais estratégias não estavam sendo eficazes no sentido de conter os comportamentos considerados inadequados das camadas populares.

A força da reação popular aos padrões que se tentavam implantar, baseada numa forma de resistência em que as táticas, astúcias e invenções cotidianas representavam um papel importante, juntamente com as greves e revoltas de rua, fazia com que persistisse nos espaços centrais da cidade uma série de hábitos e condutas que se chocavam diretamente com a imagem de cidade que se desejava construir para o Recife.

A condenação dos métodos empregados e as reclamações contra a postura da polícia com relação às camadas populares refletiam a percepção de que os procedimentos que vinham sendo utilizados, baseados nas prisões arbitrárias, na repressão e violência, não estavam sendo eficazes. Os segmentos populares, a partir de revoltas de rua, de golpes e “artes de fazer” individuais, conseguiam fugir da conformação que se buscava instituir, continuando a exercer suas práticas culturais nos espaços da cidade. Dessa forma, para os grupos de elite, era urgente a alteração da ação policial.

Já em 1921, na “Mensagem do Presidente da Província ao Congresso Legislativo”, José Rufino Bezerra Cavalcanti ressaltava a necessidade de reformas urgentes no aparelho policial, sobretudo no que diz respeito à formação do corpo policial:

“O antigo aparelho de segurança pública (...) é insuficiente para atender

⁴² BRETAS, Marcus. A polícia das culturas. In: *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*, op. cit p. 245.



71. As estratégias para driblar a violência e a pressão policial eram muitas. Na charge, o popular que declama poesias ao luar apela para a veia poética do guarda para não ser preso. (Ambos poetas, 1908).

códigos foram instituídos e o processo de investimento no que se denominou, na época, de “*polícia de carreira*” começou a ser viabilizado no sentido de instruir e formar agentes e policiais preparados, com uma postura menos violenta e repressiva, mais voltada para a prevenção e a garantia da aplicação da lei por outros meios.

Para alguns segmentos da elite, a polícia, que deveria exercer o papel de salvaguardar seus interesses e defender seu estilo de vida, muitas vezes transformava-se em mais uma ameaça ao projeto de sociedade que se tentava implantar. E não poderia ser muito diferente. Guardas, soldados, agentes, pertencentes na sua maioria às camadas populares, apesar das obrigações da corporação e da sua missão, acabavam adotando comportamentos, modos de vida e códigos de conduta muito mais identificados com os daqueles que eles deveriam reprimir, conforme pode ser constatado no trecho do artigo abaixo:

“Não nos causam mais estranheza essas violências constantemente praticadas pela polícia (...), tal o número de vezes que ela tem se revelado selvagem. De mantenedora da ordem que devia ser (...), passou a ser um perigo para a população (...). É preciso que cada qual garanta a si próprio, já que a polícia é quem agride, é quem faz arruaças, quem comete violências.”⁴⁴

Os casos em que policiais apareciam como culpados de desordens, abusos de autoridade, agressões, bebedeiras e conduta consideradas imorais repetiam-se dia a dia nos jornais. O ano de 1922 parece ter sido um dos mais conturbados. As greves dos operários e as ocorrências cotidianas que envolviam populares colocaram as ruas do Recife em

⁴³ Mensagem do Presidente de Província ao Congresso Legislativo do Estado, 06/03/1921.

⁴⁴ Jornal do Recife, 17/01/1922, p. 2.

ao meio pernambucano, continuando a sofrer graves reparos por parte de cientistas e profissionais. O relatório do digno chefe do serviço clama principalmente pela instituição de uma polícia de carreira, destinada a especializar os que se dedicam ao penoso mister da previdência coletiva e individual. Para proteger com eficácia a pessoa e a propriedade, velar pelas leis e bons costumes, são indispensáveis predicados que não se podem esperar de homens incultos, servindo gratuitamente, por simples obrigação social.”⁴³

Ao invés de simplesmente reprimir, essa nova estratégia procurava aliciar as camadas populares, fazendo-as conformar-se aos novos modelos de convivência pública e de trabalho. Novas instituições foram criadas, leis e

polvorosa. O Chefe de Polícia nessa época, Jonathas Costa, recebia cobranças e críticas constantes, sendo acusado por alguns articulistas de “*não ter compostura para exercer o cargo que ocupa*.”⁴⁵ O Recife descrito pelos jornais de 1922 parecia “terra de ninguém”: um clima de tensão pairava sobre a cidade. Sargentos, soldados, agentes, enfim, um corpo policial considerado “inapto e incompetente” era o responsável pela ordem e garantia de vida das famílias da cidade.

Os relatos das folhas diárias sobre a ação da polícia mostravam a insegurança das elites diante dos responsáveis pela segurança do Recife. Em pleno coração da cidade, vários guardas-civis e soldados de polícia armados “*deram mais de trinta tiros contra um popular embriagado, alarmando a cidade*”, e pondo em risco a vida dos passantes. Na Rua das Trincheiras, representada nos jornais como área de desordens, “*os próprios mantenedores da ordem pública vivem em promiscuidade com as rameiras mais reles e indivíduos suspeitos*.”⁴⁶ Patrulhas que saíam às ruas para conservar a disciplina, nada mais faziam que provocar desordens.

De acordo com o *Jornal do Recife*, foi o que ocorreu em um sábado à noite, quando saiu em ronda pelo bairro de São José uma força de cavalaria. O sargento Santos que comandava a patrulha estava embriagado, cometendo, segundo a reportagem, “*violências e ataques estúpidos*”:

“Logo na Campina do Bodé o referido sargento obrigou um bonde a parar, ameaçando de espancar os passageiros. Na rua da Jangada cometeu os maiores absurdos entrando a cavalo pela casa adentro, na mercearia do sr. Tenório (...), botando abaixo sacos de farinha e outras coisas.”⁴⁷

A violência e o abuso de poder dos policiais e agentes eram constantemente abordados em reportagens dos principais jornais, e providências no sentido de punir os “guardas valentões” eram exigidas. Em 1926, o *Jornal do Recife* noticiava que, num sábado à noite no bairro de Afogados, os soldados Manoel “China”, Júlio e Damasceno “*espancaram horivelmente a um pobre homem, sem crime extra, deixando-o com o rosto furado pelo sabre de “China”(...*). Os soldados gritavam alto que quem achasse ruim também apanhava. Não haverá uma providência contra os autores dessas barbaridades cometidas dentro da capital?”⁴⁸

Uma polícia mais preparada e treinada, que agisse a partir de outros mecanismos e princípios que não a simples violência, era a reivindicação das elites locais.

As insatisfações que apareciam nos jornais quanto à ação policial

⁴⁵ Idem, 17/01/1922, p. 2

⁴⁶ Idem, 17/01/1922, p. 2.

⁴⁷ Idem, 25/04/1922, p. 4.

⁴⁸ Idem, 08/12/1926, p. 4.

refletiam, portanto, a insegurança e o medo desses segmentos, que consideravam o aparelho policial “incapaz” de conseguir resolver as questões de disciplina e de convivência entre os diferentes grupos sociais. Esse discurso e a persistência nas ruas do Recife das práticas populares que se tentavam extirpar demonstram a força das táticas de reação popular e o insucesso das práticas repressoras aplicadas. Aos olhos das elites e das autoridades políticas, os indivíduos pertencentes às camadas populares, mesmo não sendo considerados cidadãos, começavam a aparecer como uma força que não podia ser desconhecida e subestimada.

A nova estratégia de controle incluía uma política de cooptação e o uso de outras fórmulas, como a educação, o treinamento e a lenta incorporação política das classes populares, no sentido de estabilizar e validar as reformas que se queriam implantar. O processo de mudança de tratamento e atitude com relação às camadas populares ocorria no interior de uma série de transformações políticas relativas à legitimação do Regime Republicano e à busca de consolidação de uma identidade nacional, preocupação central de grupos pertencentes às elites.⁴⁹

Enquanto nessas primeiras décadas do século se começava a questionar as estratégias policiais, os desmandos continuavam, fazendo com que os populares protestassem, manifestando sua revolta e indignação diante das arbitrariedades cotidianas cometidas pelos policiais. Os protestos quase nunca encontravam eco. Alguns casos que pelo seu caráter chocante chegavam às páginas dos jornais, como os citados acima, conseguiam certa repercussão, fazendo com que os soldados e guardas fossem punidos. Na maior parte das vezes, no entanto, as reclamações não eram ouvidas, e os excessos e abusos contra os populares continuavam a ser praticados, mesmo nessa fase de transição, quando se tentava construir uma nova imagem para a instituição policial.

Assim, o embate entre a população despossuída e a autoridade policial, fazia parte do cotidiano das ruas do Recife, aflorando de variadas formas, indo da simples queixa até o enfrentamento. Em alguns momentos, quando a tensão rompia as fronteiras dos protestos, o conflito passava a ser aberto e direto. Homens do povo deixavam de lado o medo e o silêncio, atreviam-se a enfrentar a autoridade, resistiam às arbitrariedades, faziam justiça com as próprias mãos e respondiam com violência à violência da polícia. Vigorava, então, a lei do “olho por olho e dente por dente.” Foi o que aconteceu com um condutor de burros de carga no bairro da Encruzilhada, segundo relato

⁴⁹ Sobre a privação dos direitos e a falta de participação política do povo no início do Regime Republicano e as respostas dos segmentos populares a esse processo de exclusão, ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

do *Jornal do Recife*:

“O fato da Encruzilhada, em que um almocreve se viu na dura contingência de fazer justiça com as próprias mãos, assassinando um soldado de polícia, para não falar de outros [casos], bem significa o que tem sido a polícia nesses últimos tempos.”⁵⁰

A presença da polícia nos locais classificados como “antros” e “espeluncas”, onde se bancavam jogos de azar de diversos tipos, nem sempre era no sentido do cumprimento de dever, segundo os periódicos da época. Arriscar alguns trocados nas roletas e outros jogos de azar também seria uma prática comum entre muitos componentes da polícia. O agente Pedro de Abreu e Lima foi flagrado enquanto “*arriscava seus níqueis, ou mesmo cédulas (...), bancando o ‘bacarat’ no bilhar do sr. Rodrigues na Encruzilhada. Compete providenciar contra esse ‘policiador’ que não se domina diante do jogo.*”⁵¹

Ainda de acordo com os principais jornais da cidade, andar com prostitutas em namoricos e bebedeiras no horário de serviço, desviando-se das obrigações do policiamento, constituía comportamento corriqueiro entre guardas e soldados. O *Jornal do Recife* publicava, em 1926, uma nota irônica sobre esse procedimento, relatando que, na Rua Estreita do Rosário, Trincheiras e adjacências, vagava sempre em busca de clientes uma “*rapariga branca, moça e simpática, que é o encanto dos guardas-civis rondantes do dito trecho.*” Às 13 horas da tarde, quando a mesma apareceu, imediatamente os guardas 10, 309 e 306 correram para cortejá-la. De acordo com o repórter, “*os postos ficaram abandonados por mais de uma hora, enquanto os (...) ‘Romeus de cassetete’ se derretiam nas labaredas do amor.*”⁵²

No final de 1926, quando Estácio Coimbra assumiu o governo do Estado, foi nomeado Chefe de Polícia o dr. Eurico de Souza Leão, que passou a representar a esperança dos grupos de elite de que a situação nas ruas da cidade, considerada caótica, fosse solucionada. A administração do novo Chefe de Polícia constituiu um dos exemplos dessa mudança de atitude com relação aos métodos empregados pela polícia para tentar exercer um controle mais efetivo sobre a cidade e seus habitantes.

Bacharel em Direito, de família influente, Souza Leão freqüentava as colunas sociais, sendo citado como “*figura de alta evidência em nossa sociedade*”, como enfatizou a *Revista da Cidade*. Para Inspetor de Polícia, o escolhido foi o sr. Ramos de Freitas.

Apelidado de “Beizola”, devido a seu lábio saliente, Ramos de Freitas

⁵⁰ *Jornal do Recife*, 17/01/1922, p. 2.

⁵¹ Idem, 09/11/1926, p. 6. Grifo meu.

⁵² Idem, 20/01/1926, p. 5.



DR. EURICO DE SOUZA LEÃO,
chefe de polícia do
Estado, figura de al-
ta evidência em a
nossa sociedade, que
deverá ter, amanhã,
grandes homenagens
pelo transecurso de
seu aniversário
natalício.

72. Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão. (*Revista da Cidade*, 1929).

era motivo de muitas críticas, piadas e até marchinhas carnavalescas, como “*Me ‘dexe’ seu Freitas*”, “*Maroca só que seu Freitas*” e “*A canoa virou*”, compostas por Nelson Ferreira. A primeira delas, composta em 1929, enquanto Ramos de Freitas ainda estava no poder, “*Me ‘dexe’ seu Freitas*”, foi divulgada pelo músico sob o pseudônimo de “Zig Bum”, para não despertar a ira do Inspetor. Nessa música, o compositor enaltece a folia carnavalesca, cita os passos do frevo e termina enfatizando que a animação só será possível se “*seu Freitas consentir*”, chamando a atenção para os métodos rigorosos do Inspetor no controle dos divertimentos populares, como o carnaval e outras manifestações.

“Loucura, desvario

Como a gente se acaba na folia,

Dobradiça, tesoura,

Cai-se no frevo no chã de barriga.

Vai se na onda

que remelexo

Se seu Freitas consentir.

Me dexe Seu Freitas.”⁵³

Já no final da década de vinte, quando a “Revolução de 30” acabou por afastar do poder o governador Estácio Coimbra e as demais autoridades do governo estadual, o compositor assume a autoria de uma nova canção: “*A canoa virou*”, gravada por Augusto Calheiros, integrante do grupo “*Os Turunas da Mauricéia*”:

“A cano virou, pois é

Seu Estácio fugiu, pois é

O beijudo, beijola, pois é

Nunca mais ninguém viu, pois é...”⁵⁴

De acordo com Lemos Filho, o Inspetor costumava disfarçar-se para investigar seus casos, travestindo-se de vários personagens, o que gerava comentários e pilhérias que circulavam por toda cidade: “*As inúmeras anedotas de que era alvo o inspetor Ramos de Freitas eram contadas na esquina da Lafaiete com infinitas reservas, porque bem podia ser ele o obeso padre que esperava o bonde ali perto, ou o magro motorista que discutia com uma inglesa à porta da Cristal. Podia*

⁵³ Agradeço a letra dessa marcha a Renato Phaelante e técnicos da Fonoteca da Fundação Joaquim Nabuco. Acervo FUNDAJ.

⁵⁴ FERREIRA, Nelson. (CD). *Carnaval sua história, sua glória*. Curitiba, Gravadora Revivendo, vol. 23, 2002.

ser também que a inglesa fosse ele."⁵⁵

Tanto Ramos de Freitas quanto Souza Leão eram conhecidos na cidade pela fama de autoritários e rigorosos quando o assunto em pauta eram manifestações de rua, passeatas, greves e alguns hábitos e tradições das camadas populares considerados impróprios pelos grupos de elite.

Uma das formas encontradas pela população da cidade para desafiar a autoridade dos dirigentes policiais foi criativa e astuciosa. A partir do humor e da divulgação de piadas, músicas, boatos e casos engraçados, desmoralizava-se a 'autoridade das autoridades'. Podia-se criticar, ironizar e caçar, sem que os autores das brincadeiras fossem identificados, uma vez que sua verdadeira identidade estaria protegida pelo anonimato, no caso das criações populares, como as anedotas, ou pelos pseudônimos, no caso das charges, músicas e escritos satíricos. Elias Thomé Saliba, no seu livro *"Raízes do riso"*, ao analisar as representações humorísticas na história do Brasil nas primeiras décadas do século XX, ressalta que *"as representações humorísticas, nas suas inúmeras formas e procedimentos, forjam-se nos fluxos e refluxos da vida, no tecido histórico e social – já que cada sociedade cria e inventa seus próprios espaços de representação e transgressão. Além de colocar-se como uma invenção histórica e social, a atitude humorística é vista como parte indistinta dos processos cognitivos, pois ela partilha, como o jogo, a arte e o inconsciente, o espaço do indizível, do não dito e, até, do impensado."*⁵⁶ Segundo Saliba, a atitude humorística é desmistificadora por excelência, ela brota do contraste, do estranhamento. É expressão da vida coletiva, um espelho onde a sociedade pode mirar-se, ensaiar outras possibilidades, surpreender pela ambivalência.

Nesse sentido, o humor representava uma forma de resistência dos habitantes da cidade, uma vez que eles apropriavam-se de objetos e códigos, alterando-os de forma a abrir novos espaços e escapar à conformação e à ordem impostas.

Logo que assumiu a Chefia de Polícia em dezembro de 1926, Souza Leão deflagrou uma campanha enérgica no sentido de cumprir as leis e posturas já existentes que não eram efetivamente observadas, além de instituir outras tantas no sentido de coibir alguns hábitos e diversões das camadas populares. Seus métodos passavam pela regulamentação dos espaços públicos, pelo estabelecimento de regras de conduta cotidianas, determinação de horários, enfim, pela instituição de



73. Inspetor Ramos de Freitas, o "Beijola".
(Revista da Cidade, 1927).

⁵⁵ LEMOS FILHO, Clá do açúcar. (Recife – 1911-1934). Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960, p. 208.

⁵⁶ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 27-28.

algumas normas que fixassem tipos de comportamentos considerados compatíveis com a vida nos centros urbanos.

As prioridades dadas à vigilância e às novas formas de fiscalização da vida cotidiana não significavam, no entanto, que o abuso de poder e as arbitrariedades cometidas pela polícia tivessem acabado. A imprensa local, apesar de enaltecer as medidas de Souza Leão, continuava a denunciar os desmandos e delitos cometidos por policiais. Uma das principais ações empreendidas pelo novo Chefe visava melhorar a atuação da polícia, conforme um artigo publicado no *Jornal do Recife* de final de 1926:

“O novo chefe de polícia do estado vem tomar certas medidas de ordem pública que desde já calaram muito bem no espírito do *povo*. O nosso *povo* é digno de uma polícia melhor do que essa que até agora lhe foi dada. Basta que a instituição policial se moralize; conseqüentemente virá a moralização dos costumes. Com os primeiros frutos dessa boa orientação nascerá a confiança do *povo* naqueles que tem a *missão de zelar pelo seu bem estar, pela sua vida e propriedade*.”⁵⁷

Moralização da polícia, dos costumes, defesa do “povo”, missão de zelar pela propriedade e pela vida, eis as idéias-chave desse artigo. A representação de um corpo policial inapto, cujas atitudes e modos de vida se confundiam com os do “Zé Povo”, carente de profissionalização, que não conseguia realizar suas “verdadeiras” funções, era divulgada pelo jornalista. Para ele, educar a polícia, treiná-la, significava a resolução de todas as questões: não apenas se afastavam os agentes da lei dos hábitos considerados inconvenientes, como os transformava em repassadores dos novos conceitos e padrões de ordem à população. Desse modo, de acordo com o artigo, o parêntese policial conseguiria assumir, por fim, suas “reais” atribuições, que seriam preservar a propriedade e garantir a vida dos grupos privilegiados.

As distâncias que separavam os integrantes da polícia das elites da cidade eram tão grandes que, na gestão de Souza Leão, o guarda nº 98 foi suspenso por dez dias apenas por ter, no ato da prisão de um motorista infrator, entrado no automóvel e sentado junto à passageira que era conduzida no banco traseiro, moça de tradicional família da cidade:

“Ao efetuar a prisão de um chauffeur delinqüente, o guarda permitiu-se a liberdade de entrar no veículo (...), sentando-se ao lado de uma senhorinha da alta sociedade que viajava no citado veículo, fato que revela a sua falta de educação e de compostura policial.”⁵⁸

⁵⁷ *Jornal do Recife*,
17/12/1926,
p. 2. Grifos meus.

⁵⁸ *Idem*, 05/01/1927.

Em março de 1927, a partir da criação da *Escola Policial*, a gestão de Souza Leão começou a formar o que se chamava de uma “polícia de carreira”, antiga aspiração dos governos passados. Em mensagem de 1928 ao Congresso Legislativo, Estácio Coimbra realçava que a instituição era “*destinada ao preparo técnico e profissional dos guardas civis e investigadores.*” Além da Escola Policial, o Chefe de Polícia criou também, em 1927, o Arquivo Policial Criminal. De acordo com o relatório do Presidente de Província, o órgão constituía-se em um “*perfeito cadastro para registro dos delitos e contravenções e de seus autores, organizado por meio de fichas cuidadosamente colecionadas e guardadas em arquivos metálicos para tal fim adquiridos.*”⁵⁹

Os novos órgãos criados estavam também ligados à Repartição Central de Polícia, ao Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, fundado em 1911, que contava com um “*atelier fotográfico*”, e ao Instituto de Medicina Legal, demonstrando a preocupação em especializar a instituição, dotando-a de aparelhamento e técnicas modernas, além de procedimentos científicos que garantissem a credibilidade do trabalho realizado. As medidas de Souza Leão estenderam-se também aos espaços públicos: policiamento mais efetivo das ruas, organização de maior número de patrulhas e intensificação da vigilância, no sentido de obter um maior controle sobre a população, uma vez que, como já destacamos, o uso da força e da violência não estava conseguindo os resultados esperados. As medidas do Chefe de Polícia garantiram muitos aplausos e congratulações de boa parte da imprensa e das elites locais, conforme podemos observar em artigos e reportagens como este, da revista *A Pílhéria*:

“O Sr. Dr. Chefe de Polícia, que é uma inteligência moça, um espírito vibrante de energias, trouxe para a Central de Polícia, novas idéias. Trouxe idéias salutareis e vitoriosas, que devem ser praticadas nas administrações policiais numa cidade civilizada que recebe, diariamente forasteiros e visitantes. Felizmente, Sua Exa. vai livrar a cidade dessas grandes desgraças, perseguindo o jogo, localizando o meretrício, dispersando a vagabundagem e proibindo o uso de armas que estão proibidas, na letra da lei. Louvamos, com entusiasmo, os novos horizontes da administração policial, que ora obedece à orientação do jovem pernambucano dr. Eurico de Souza Leão (...).”⁶⁰

⁵⁹ Mensagem do Presidente de Província ao Congresso Legislativo do Estado, 17/06/1928

⁶⁰ Revista *A Pílhéria*, 25/12/1926, nº 274.



74. As mudanças no comportamento da polícia eram ironizadas por alguns setores. A charge mostra o diálogo educado e cortês, com direito a tratamento de Va. Excelência, entre gatunos e um policial durante o ato de prisão. (*Habitos novos*, 1908).

Sob as ordens do Inspetor Ramos de Freitas, foi realizado, em 1928, o “*recenseamento do meretrício*”, com a contagem e localização dos centros de prostituição da cidade.⁶¹ As prostitutas que se expunham nas ruas centrais do Recife foram presas e recolhidas ao xadrez. Se a prática da prostituição era tolerada nos vários bordéis, pensões e cafés - espaços fechados -, nos espaços públicos, no entanto, sobretudo nas ruas centrais da cidade, esse tipo de atividade deveria ser reprimida. Muitas “casas de taboagem” foram fechadas, jogadores foram presos, e os apetrechos de jogo, como roletas, panos verdes, fichas, baralhos, apreendidos.

Os mendigos espalhados pelas esquinas das ruas, pelas pontes, pátios de igreja e paradas dos bondes, além dos que viviam percorrendo as ruas da cidade, foram recolhidos. Segundo os jornais da época, os pedintes eram um dos maiores problemas da cidade:

“O problema da mendicância nessa terra (...) está a merecer, do poder público sérias e urgentes providências. As ruas e as praças do centro da cidade, as avenidas do bairro do Recife, as pontes, que emprestam à cidade um ar veneziano, e as portas das igrejas, são viveiros de mendigos. E mendigos de todas as espécies: homens e mulheres. Crianças de cinco a doze anos. E crianças de meses, magrinhas e tuberculosas nos braços de mães infelizes. O quadro que, entre nós, oferece a mendicância, é plenamente dantesco.”⁶²

Na tentativa de resolver a questão, Souza Leão empreendeu o que ele mesmo chamou de “*campanha contra a mendicância*.” Os mendigos que ficavam no centro da cidade eram recolhidos e, após triagem e seleção, aqueles considerados “*verdadeiros necessitados*” eram encaminhados a instituições de caridade, enquanto os classificados como “*embusteiros, exploradores da caridade das pessoas de bem*” eram presos. “*Hoje, graças a ação refletida do sr. Eurico de Souza Leão, Chefe de Polícia, Recife não oferece mais esse aspecto deprimente. Ao Dispensário do Padre Venâncio [foram recolhidos] aqueles que eram verdadeiramente necessitados e identificados os que exploravam a credence pública.*”⁶³

O dinheiro e outros valores encontrados em poder dos pedintes detidos eram confiscados e depois enviados para o dispensário dos pobres mantido pelo Padre José Venâncio de Mello. Em agosto de 1927, o delegado Luiz Cabral remetia ao Chefe de Polícia a “*importância de 38:320 rs. (trinta e oito mil e trezentos e vinte réis) apreendida em poder de mendigos que imploravam a caridade pública nas ruas desta capital, a fim de ser enviada ao ‘Dispensário dos Pobres’.*”⁶⁴

Mas a ação de Souza Leão enquanto Chefe de Polícia não parava por aí.

⁶¹ Mensagem do Presidente de Província ao Congresso Legislativo do Estado, 17/06/1928.

⁶² Revista *A Pílhéria*, 23/10/1926, nº 265.

⁶³ Idem, 08/09/1927, nº 310.

⁶⁴ Secretaria de Segurança Pública. Tomo *Delegacias de Polícia – 3º Distrito da Capital*. Ago-out. 1927.

Os poderes das autoridades policiais estendiam-se a outros setores, como o trânsito da cidade. Visto pelos contemporâneos como um verdadeiro caos, causador de vários acidentes e mortes diariamente, a normatização do trânsito também constituiu uma preocupação durante sua gestão. Em maio de 1927, ele divulgava o projeto do novo regulamento de veículos, enviando o documento ao “Centro dos Chauffeurs” e à “Associação Comercial” para uma apreciação. A quantidade de automóveis, motocicletas, bondes e até carroças multadas a partir da vigência do novo regulamento era alto em relação ao número de veículos circulantes. Em apenas 15 dias do mês de setembro de 1929, 395 veículos foram multados pela Inspetoria Geral de Polícia, a maioria deles por excesso de velocidade. Contudo, nem todos pagavam as multas sem contestar. Os volumes de petições da Repartição Central de Polícia estão cheios de pedidos para a dispensa de pagamento das multas, usando-se as mais diferentes alegações no sentido de escapar às normas legais. A justificativa preferida dos motoristas de carro de aluguel, por exemplo, é a de que haviam ultrapassado os limites permitidos de velocidade por estarem conduzindo pessoas gravemente enfermas aos hospitais, delegados em diligências, médicos e parteiras apressados para atenderem seus pacientes e parturientes. Dessa forma, a velocidade dos veículos seria uma necessidade imperiosa, não um desejo do motorista. Apesar das contestações e da tentativa de driblar a vigilância policial, na maioria das vezes os pedidos eram negados, e os *chauffeurs* eram obrigados a pagar as multas.

Até os gazeteiros da cidade foram alvo das medidas controladoras de Souza Leão. Apresentação individual na delegacia do 1º Distrito, insígnia de identificação, uniforme, eis algumas das resoluções que atingiam a atividade. De acordo com uma portaria baixada em 1929, o Chefe de Polícia determinava que o delegado do 1º Distrito “*regularizasse essa mercancia*”, ora identificando na delegacia os vendedores de jornais e revistas da cidade, ora exigindo que as agências distribuidoras “*forneçam aos seus vendedores um emblema, e se possível, um fardamento que os distinga, a exemplo do que se pratica nas grandes cidades.*” Segundo Souza Leão, a polícia tinha “*necessidade de exercer um controle sobre esse serviço, aperfeiçoando-o tanto quanto possível*”, pois o corpo de vendedores de jornais e revistas do Recife:

“Não correspondia ao progresso desta cidade, permitindo no seu seio elementos viciados e policiáveis, ora compondo-se de indivíduos andrajosos, dos quais, muitas vezes se evita o contato.”⁶⁵

⁶⁵ Secretaria de Segurança Pública. volume *Portarias*, abri-julh. 1929.

Outro ponto de interesse das medidas controladoras do novo Chefe de Polícia eram as diversões populares. Considerados perigosos e motivo de muitas desordens e agressões, os divertimentos públicos estiveram na mira de Souza Leão, que procurou regulamentá-los, conforme veremos detalhadamente a seguir. Sob suas ordens foram fechadas as casas que promoviam os “torrados”, dança rítmica de origem africana, cujos volteios e gingado de quadris escandalizavam as famílias. Foi instituído um rigoroso código que normalizava toda e qualquer diversão pública, as “Instruções Regulamentares para Teatros e Casas de Diversões”, além de terem sido criadas leis para disciplinar o carnaval de 1927. Nesse ano, segundo a revista *A Pílhéria*, o primeiro dia “correu bastante desanimado (...) em virtude do povo, que ainda não estava compenetrado das ordens emanadas pela nossa polícia.”

Essa mudança de comportamento e as novas estratégias de dominação empregadas pelos organismos de controle da vida na cidade também atingiram os cultos afro-brasileiros. A noção de que as formas de resistência e as táticas populares empregadas para contornar o uso da força e a violência por parte dos policiais estavam conseguindo manter inalterados certos hábitos considerados inadequados e/ou criminosos, levaram as camadas privilegiadas a uma revisão de suas formas de atuação.

A posição defendida por Octávio de Freitas, por exemplo, mostrava alguns ângulos interessantes com relação às formas mais adequadas de controle da atividade dos “curandeiros.” Perguntado sobre se os “charlatães” deveriam ser perseguidos de forma mais ostensiva, o médico habilmente ponderava sobre os perigos da adoção desse tipo de estratégia, destacando seu caráter ineficaz, uma vez que terminava por gerar efeitos contrários aos interesses que se buscavam alcançar:

“A perseguição é sempre improdutiva e dá, pelo contrário, mais força aos perseguidos que, uma vez “vítimas das autoridades” passam a ser olhadas com maiores simpatias, ou julgadas, realmente, com forças para fazerem o que proclamam. Ao passo que eles, entregues aos seus próprios elementos, em pouco tempo se revelam e são abandonados pelos seus apóstolos mais queridos.”⁶⁶

⁶⁶ FREITAS, Octávio de, *Idéias e Conceitos*. Recife, Imprensa Industrial, 1913.

O cuidado que alguns tiveram de não recomendar simplesmente o uso da força e da violência no combate aos “curandeiros”, leva a

pensar o quanto essas práticas estavam enraizadas na vida cotidiana e na formação cultural da cidade. O desmonte da atividade não deveria ter como base a ação policial, não apenas porque transformava os perseguidos em vítimas, como enfatizou Freitas, mas também porque poderiam contrariar interesses e entrar em choque com pessoas de destaque da sociedade, como os políticos, advogados, autoridade e senhoras de famílias tradicionais que freqüentavam tais espaços, conforme podemos perceber a partir da documentação pesquisada.

A partir do final da década de vinte e início da de trinta, as religiões de origem africana passaram a ser vistas não só como um caso de polícia, de responsabilidade apenas da Secretaria de Segurança Pública, mas também como um alvo do controle do “*Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*”, instituição dirigida na época pelo médico Ulysses Pernambucano. Assim, a perseguição policial e a violência ostensiva dos anos vinte foram aos poucos sendo substituídas por novas formas de controle. A percepção da força que os cultos afros exerciam sobre a população, das formas usadas para escapar às conformações impostas pela lei e da pouca eficiência da violência enquanto forma de controle da situação foram fatos que começaram a induzir mudanças nas estratégias de repressão usadas até então. Educação, inspeções médicas, estudos científicos para o conhecimento das práticas rituais fizeram parte das novas formas de ação usadas para fiscalizar e monitorar os cultos afros:

“Dessa maneira só um trabalho continuo e persistente de educação poderá fazer desaparecer [a feitiçaria médica praticada nos xangôs], que a violência policial jamais conseguiu reprimir.”⁶⁷

A partir daí, os chamados “xangôs” receberiam a permissão para funcionarem legalmente, necessitando, para isso, de um parecer do Serviço de Higiene e de licença expedida pela polícia. Tornando-se objeto de estudo por parte de intelectuais da época, como Gilberto Freyre, René Ribeiro e o próprio Ulysses Pernambucano, os cultos de origem africana começaram a ter seus rituais e práticas sagradas desvendados e explicados aos olhos da ciência, sendo controlados pelos saberes médicos e outras ciências sociais. Os estudiosos passaram a entrar nos lugares reservados aos iniciados, estudar os detalhes dos ritos, observar as danças, descrever os estados de

⁶⁷ GONÇALVES FERNANDES. . *Xangôs do Nordeste*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937, op. cit p. 118

⁶⁸ Para maiores detalhes sobre o estudo das religiões e costumes de origem africana nas no Brasil, ver as obras de Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Manoel Querino, Edison Carneiro, Ulysses Pernambucano, dentre outros.

⁶⁹ GONÇALVES FERNANDES. *Xangôs do Nordeste*, op. cit p. 119.

transe, copiar cânticos, decifrar palavras em dialetos africanos, reproduzir toques, enfim, a partir da decodificação das práticas tentava-se controlar as antes misteriosas e temidas religiões dos negros.⁶⁸ No final dos anos 30, Gonçalves Fernandes diria com relação ao trabalho realizado pela instituição dirigida por Ulysses Pernambucano:

“O serviço de Higiene Mental de Pernambuco investigando as religiões chamadas inferiores, no Recife, acompanhando de perto as suas práticas e atividades, tem em mãos o seu controle para qualquer intervenção profilática necessária.”⁶⁹

Apesar da mudança paulatina de visão que a sociedade começava a ter a respeito dos métodos empregados pela polícia, exemplificada aqui na gestão de Souza Leão, as táticas e golpes usados pela população para burlar as regras instituídas fizeram com que práticas tradicionais continuassem a ser exercidas nos espaços da cidade, conforme podemos comprovar pela leitura das colunas policiais e pelas queixas apresentadas aos jornais ao longo dos anos seguintes. No correr dos anos, as reclamações quanto a comportamentos considerados como inadequados e ilegais se repetiam, demonstrando a força da população no sentido de persistir em suas práticas tradicionais.

Enquanto nas primeiras décadas do século XX as autoridades policiais buscavam transformar o papel da polícia e das instituições responsáveis pela aplicação da lei na cidade, os bares e cafés-concerto da Rua das Trincadeiras, as casas de cômodo e pensões de prostituição da Rua Estreita do Rosário, Rua do Fogo, do Sol e as casas de jogo do bairro de São José continuavam a divertir soldados e guardas responsáveis pela defesa dos “bons costumes” no Recife. Como exigir que esses policiais abdicassem de códigos e signos partilhados e



75. Grupo de fiéis de um “terreiro” do Recife, anos 1930.

aprendidos ao longo de uma vida, adotando outros tidos como mais “civilizados”? Como esperar que as ordens para prender mendigos, prostitutas e desocupados, muitas vezes vizinhos ou conhecidos de bairro dos próprios policiais, fossem seguidas cegamente? Como pensar que normas e censuras que atingiam

pastoris, fandangos, brigas de galo e outras diversões freqüentadas pelos populares pudessem ser aplicadas à risca, se os mesmos policiais partilhavam dessas festas?

Representando as idéias dos segmentos da elite da cidade, a gestão de Souza Leão pode nos servir de exemplo, no sentido de compreender o processo de transformação que se operava no imaginário social da época, com relação aos mecanismos de controle e cooptação das camadas populares ao projeto de cidade que se desejava instituir. A efetivação desse projeto não contava, no entanto, com as táticas de reação e com as respostas das classes populares aos modelos impostos, as quais, imperceptíveis aos olhos racionais dos segmentos de elite, escapavam ao controle das autoridades, fazendo com que, ao longo dos anos, persistissem muitas das tradicionais práticas culturais da população, apesar do esforço dos grupos de elite.

3. Diversões públicas: regulamentos e invenções.

Em princípios do século XX, a implantação no Recife de melhoramentos urbanos nos setores de infra-estrutura e salubridade, como o calçamento das principais ruas, a coleta regular de lixo, a iluminação, o ajardinamento de praças, a melhoria nos transportes e comunicações e o início da reforma do Porto e do Bairro do Recife começaram a tornar o espaço das ruas convidativo, seduzindo as famílias para passeios, atividades ao ar livre e diversões, tirando-as do isolamento e da reserva da vida doméstica, conforme já analisamos.⁷⁰

No entanto, a modernização das cidades e as oportunidades de trabalho oferecidas atraíram também outras parcelas da população. Migrantes vindos de diferentes áreas e por motivos diversos transformaram o panorama demográfico do Recife, desencadeando um processo de mudança nos padrões de convívio e nas relações sociais entre os habitantes da cidade. Antigas hierarquias foram rompidas, referências e modelos de convivência foram alterados, fazendo com que o espaço da cidade aparecesse diante das famílias como um lugar rodeado de perigos reais e imaginários, onde o conflito e a desordem imperavam.

Se, por um lado, as famílias sentiam-se atraídas pelos espaços ao ar livre, por outro, ocorrências como crimes, roubos, prostituição e jogos tornavam-na um lugar suspeito e perigoso para os segmentos da elite.

⁷⁰ A reclusão e isolamento das famílias na fase colonial, assim como as transformações do século XIX que começaram a transformar esse panorama são debatidas por COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1989. Sobre os novos hábitos da vida urbana e a freqüência das famílias às diversões, ver: ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

Assim, se por um lado a “*rua exercia sedução, os espaços públicos, abertos, iluminados e odoríficos, eram recomendados por médicos e higienistas, por outro, na rua pulsavam o desconhecido, os hábitos reprováveis, as paixões condenáveis, cujo controle escapavam à ordem familiar.*”⁷¹

Nesse novo contexto urbano, os momentos de diversão dos grupos populares passam a constituir ocasiões temidas pelas elites. A associação que se fazia entre divertimento e confusão vinha do medo gerado pelo grande número de pessoas desconhecidas aglomeradas em um mesmo espaço e pelo exercício de algumas práticas estranhas ao universo cultural dos grupos privilegiados. Essa representação pode ser observada nas memórias de Félix Cavalcanti, membro de abastada família, que viveu no Recife em princípios do século XX: “*O povo está sempre pronto para a desordem e para a festa.*”⁷²

Se, em épocas anteriores, as regras e hierarquias conhecidas e consolidadas pelo sistema escravista permitiam que algumas diversões fossem partilhadas por grupos sociais diversos, nessa nova conjuntura, na qual os limites estavam ainda em fase de definição, os receios eram grandes. Identificadas por alguns não apenas com a desordem, sobretudo porque eram freqüentadas pelos segmentos populares, mas também, com o que classificavam como “atraso colonial”, com costumes antigos que não se coadunavam com os novos referenciais de civilização, as diversões tradicionais passaram a parecer suspeitas e perigosas nesse novo ambiente urbano.

As concepções do que representava divertir-se nas décadas iniciais do século XX diferiam muito. Enquanto o universo do sistema formal de trabalho capitalista pressupunha horários fixos em contrapartida de determinado número de horas de lazer, para os segmentos populares, os momentos de pausa para relaxar, descontrair e festejar cruzavam-se e associavam-se à luta diária pela sobrevivência. O tempo dedicado ao trabalho era interrompido por momentos de diversão e descontração, uma vez que para esses grupos tais atividades estavam, indissociavelmente ligados: “*A festa, celebrada em momento de pausa e licença das obrigações e ocupações diárias – não era a antítese do trabalho ou a negação do cotidiano. Ela emergia das práticas e das relações que os indivíduos estabeleciam no seu próprio diuturno lidar (...).*”⁷³

Os que trabalhavam nas ruas por conta própria, como os vendedores ambulantes, carregadores, engraxates, gazeteiros e prestadores de

⁷¹ ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*, op. cit p. 70.

⁷² FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti*. Rio de Janeiro, José Olympio Editores. 1959, p. 49.

⁷³ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996, p. 331.

pequenos serviços, tinham o hábito de vez por outra interromper seus afazeres para tomar um gole de cachaça ou um café nos botequins, conversar com conhecidos, dar um cochilo nas calçadas sob a sombra das árvores, ou mesmo fazer “uma fezinha” no jogo, conforme podemos perceber na imprensa da época.

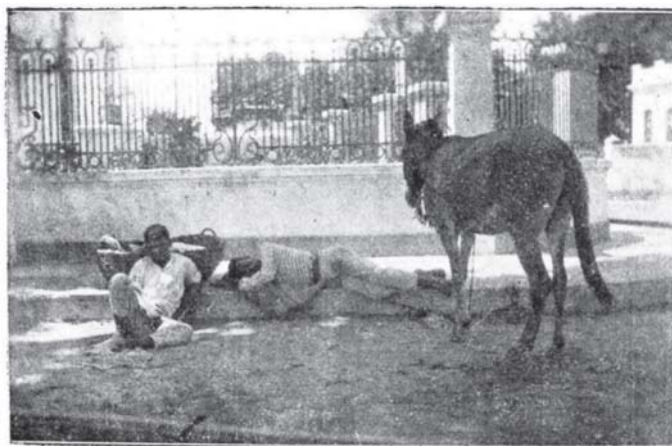
“Os vendedores de frutas Arthur de Mello Braga, vulgo “Arara Bicuda”, e Balduino de Moraes Silveira, acunhado “Bahia”, às 10 de ontem no Zumby, após forte polêmica *motivada por questões de jogo*, travaram luta armados de “calão”, saindo ambos bastante escoriados. A polícia local que se fez presente, efetuou a prisão dos valentes (...) que deram entrada na Detenção com a nota de desordeiros.”⁷⁴

⁷⁴ *Jornal do Recife*, 01/03/1924, p. 05. Grifo meu. “Calão”, segundo o dicionário Houaiss, significa telha grande que é colocada no fundo de regos ou calhas para impedir a absorção da água pela terra.

⁷⁵ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana F. de. (org.) *Horizontes Históricos*, op. cit p. 102.

“Arara Bicuda” e “Bahia”, vendedores ambulantes que às 10 horas da manhã resolveram paralisar seus afazeres ligados à sobrevivência para ariscar a sorte no jogo, são exemplos de como boa parte dos trabalhadores do Recife se comportava cotidianamente. Trabalho, divertimento e prazer estavam sempre juntos: “*Ao viverem na fronteira fluida entre o trabalho e o ócio - e a diversão do jogo é um exemplo – esses homens despossuídos reagem ao aviltamento moral de se vender no mercado como força de trabalho. Pareciam gestos derradeiros de uma luta pelo direito de disporem de seu tempo livre. Um tempo necessário para o exercício da liberdade e da própria subjetividade – ambas a caminho de serem aniquiladas pelo mercado.*”⁷⁵

Os conflitos e rivalidades que eclodiam nos momentos de diversão dos segmentos populares, nos jogos, cafés, pastoris, revelavam não apenas as hostilidades e diferenças internas mas também, redes de solidariedade e companheirismo interno desses grupos, senso de justiça e valores compartilhados com seus “iguais”, conforme já destacamos. A imprensa, entretanto, noticiava com realce esses fatos, como forma de reforçar a imagem de perigo e suspeição dos momentos de diversão da população. Assim, a quantidade de artigos e notas nos jornais sobre crimes, brigas e discussões em espaços de diversão não significa que estava ocorrendo uma explosão da violência, mas



A SESTA — Ao sol forte do meio-dia a sésta ao ar livre, enquanto a freguezia espera pelo pão

76. Trabalho, diversão e descanso eram atividades que se entrelaçavam na vida das classes populares, que resistiam de mil maneiras ao sistema formal de trabalho que lhes estava sendo imposto. (A sesta, 1927).

sim uma maior atenção da polícia sobre essas práticas, ao mesmo tempo em que cresciam as suspeitas das elites.

Analisando os discursos da época, em termos bem gerais podemos observar duas tendências: a dos entusiastas das festas e diversões inspiradas nos modelos europeus, os quais usavam novas tecnologias e seguiam os padrões de convivência que ditavam formas diferentes de sociabilidade e comportamento público, e uma outra mais ligada às práticas e manifestações tradicionais, composta de defensores das manifestações herdadas da fase colonial. Dessa forma, a dicotomia antigoXmoderno aparecia também com relação aos divertimentos públicos.

Se a estratégia encontrada pelas elites para conseguir dominar a situação foi lutar pela substituição das manifestações e práticas de diversão, a manobra trouxe outros grandes problemas. Divulgando as modernas festas e entretenimentos como mais apropriados ao ambiente da cidade, criava-se uma demanda em torno das novidades: outros espectadores começavam a participar. Um público eclético, composto de pessoas de diferentes classes sociais, que assimilava, reinterpretava e reinventava as práticas apresentadas. Dessa maneira, agregava-se mais um problema ao contexto dos divertimentos, uma vez que nem as tradicionais manifestações foram abandonadas, adaptando-se aos novos tempos e determinações legais, e as modernas começavam a ser apropriadas e reelaboradas pelos segmentos populares.

A constatação da participação cada vez maior das massas urbanas e das dificuldades em exercerem controle sobre a situação gerava sentimentos ambíguos com relação às manifestações e festas tradicionais. São freqüentes os artigos nostálgicos, que evocavam lembranças e reminiscências de práticas que aos poucos desapareciam ou iam sendo transformadas. Em artigo sobre a festa de São João, dizia *A Pilhéria*:

“São João (...) discípulo de Jesus, foi motivo de festa da semana (...). Porém, do antigo encanto das noites festivas de Junho, não resta mais do que a tradição (...) . Hoje tudo é diferente! O cinema, o rádio, o futebol, o *flirt*, o maxixe, o automóvel ruidoso, veloz e...fatal, o feminismo, o almofadismo, a canalhice, pulhismo, tudo a mercantilizar a vida, a endurecê-la, a desencantá-la.”⁷⁶

⁷⁶ *A Pilhéria* 27/06/1925, nº 196.

Permeado de saudosismo, o artigo apresenta o passado como um tempo encantado, fascinante, em que tudo corria de forma harmoniosa. Para o cronista, o estilo de vida moderno e veloz, com suas novas formas de diversão, seriam os fatores responsáveis, não apenas pela destruição das tradições e dissolução dos costumes, mas, sobretudo, pela perda da magia e sedução que as antigas práticas representavam. A modernidade teria rompido a ordem e o equilíbrio de um tempo passado, transformando conceitos e padrões de vida. Nesse novo tempo, o dinheiro a velocidade e as atitudes consideradas desprezíveis estariam dominando a sociedade, impondo estranhas formas de comportamento e diversão.

Para esses, o encanto de antigas festas, a valorização da nostalgia de um tempo perdido, mesmo com a marca de antigo e pouco civilizado, representavam a idéia de manifestações vivenciadas numa época em que havia certa segurança quanto às regras a serem seguidas, quando cada participante conhecia o seu lugar e admitia os limites impostos. *"A antiga aparência de uma festa tranqüila e familiar, regida pela lógica do domínio senhorial, que atribuía a todos os que brincavam um lugar determinado e inconfundível, queimava-se definitivamente, nas chamas desse 'enorme incêndio' de indisciplina e indiferenciação."*⁷⁷

Entretanto, essa visão dualista, que colocava os divertimentos modernos como responsáveis por um certo declínio ou pelo desaparecimento das formas mais tradicionais de diversão, que segmentava os participantes desses entretenimentos, identificando os grupos de elite com os novos modelos de diversão e as camadas populares com as manifestações tradicionais, não se refletia na prática cotidiana dos sujeitos. A imagem montada visava desprestigiar as festas e práticas habituais de divertimento, identificando-as como suspeitas, provocadoras de desordens, na tentativa de justificar a política de repressão e fiscalização cada vez mais forte exercida sobre essas ocasiões.

Fruto de um discurso homogeneizador, essa representação não pode encobrir a existência de brechas e possibilidades que fizeram com que os limites impostos fossem rompidos, as barreiras fossem ultrapassadas, gerando momentos de avanços, recuos e tolerâncias na política de repressão aos divertimentos tradicionais por parte das autoridades, e de adesões, recriações e invenções de novas fórmulas que garantissem o espaço dessas práticas por parte dos grupos populares. Conforme enfatizou Martha Abreu, *"variados foram os caminhos de aproximação, comunicação e influência entre as manifestações da(s) cultura(s)"*

⁷⁷ CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*, op. cit p. 195.

popular(es) e do que se convencionou chamar de cultura(s) civilizada e erudita, inviabilizando simples distanciamentos e oposições.”⁷⁸

As tentativas de normatização das diversões públicas não eram uma novidade do século XX. Posturas instituídas em 1831 e 1849 mostram que o assunto também era uma preocupação das autoridades do período imperial: soltar foguetes e bombas no Recife só era permitido, segundo Mário Sette destaca em *Arruar*, nos bairros de Santo Amaro e na Ilha de Ana Bezerra; as cantorias dos pretos carregadores de cargas que cruzavam as ruas da cidade cotidianamente foram condenadas, por serem consideradas monótonas e prejudiciais à saúde; foram proibidos os jogos nas ruas, praças, praias “que costumam os pretos e vadios fazerem, sob pena de sofrerem, os que forem livres, de 2 a 6 dias de Cadeia, e os escravos, de 12 a 36 bolos dados na mesma Cadeia”;⁷⁹ também não eram permitidos “o tristíssimo brinquedo público das figuras do Judas nos sábados de Aleluia (...), assim como furnicocos e papangus, figuras de mortes, e de tiranos nas procissões que a Igreja celebra no tempo da Quaresma.”⁸⁰ Como podemos perceber, a preocupação do poder público com a regulamentação das diversões e entretenimentos populares no Recife vinha desde o período Imperial, não sendo prerrogativa da fase republicana.

Ao analisar a política de repressão e controle às festas populares, Martha Abreu destaca que na historiografia brasileira desenvolveu-se uma linha de interpretação “extremamente comprometedora”, que colocava o regime republicano como autoritário e repressivo, em contraste com uma atitude mais tolerante por parte do regime imperial em relação às festas e às várias formas de manifestação da(s) cultura(s) popular(es). De acordo com Sidney Chalhoub, essa representação teria sido construída no sentido de justificar a política de repressão do novo regime aos costumes populares, considerados, como já ressaltamos, “perigosos e condenáveis.” Nessa perspectiva, para republicanos e sanitaristas, a hipotética tolerância do Império refletia certa “fraqueza política”, além de condescendência com as práticas herdadas do passado colonial, forma de atuação que não deveria ser repetida.⁸¹

Considerando as diferenças inerentes a cada um dos regimes políticos, “em termos de controle e preconceito sobre as manifestações populares (...), no período monárquico, representantes de uma dada civilização e da ordem urbana pública inventaram uma série de dispositivos e, em vários momentos, tentaram tudo que estava ao seu alcance (...) para evitar certas práticas vistas como perigosas ou impróprias. Em relação a essas publicações e decisões a República, certamente, inovou muito pouco.”⁸²

Todavia, a existência, já durante o período imperial, de posturas que fixaram princípios e leis que regulamentavam as práticas de diversão popular não

⁷⁸ ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830-1900*, op. cit p. 385.

⁷⁹ Posturas da Câmara da Cidade do Recife. Diário de Pernambuco, 29 de dezembro de 1831. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*, op. cit p. 387. As posturas municipais do século XIX podem também ser encontradas em SETTE, Mário. *Arruar*, op. cit p. 23, 46, 47 e em SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial: Recife, Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2002.*

⁸⁰ Ibidem. p. 462.

⁸¹ A discussão a respeito das diferentes formas de repressão sobre as festas e divertimentos na fase Imperial e na Republicana está em: ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830-1900*, op. cit pp. 337-339. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 181-182.

⁸² ABREU, Martha. *O império do Divino*, op. cit p. 338-339.

significava a alteração ou a extinção desses costumes. Entre o estabelecimento da norma e o cumprimento da mesma, havia um caminho longo e tortuoso. Algumas dessas manifestações contavam com a participação de grupos de elite, que também precisavam ser convencidos de que muitos dos seus divertimentos prediletos, como o pastoril, os mamulengos, as festas de rua, começavam a ser desprestigiados.

Reações, resistências, negociações entre grupos, interesses de poderosos, concessões de parte a parte, enfim, a criatividade da população em inventar táticas para enfrentar as determinações legais bem como os frágeis mecanismos de fiscalização e de cobrança no cumprimento das leis por parte das autoridades do Império fizeram com que muitas dessas práticas perdurassem e irrompessem com força no início do século XX.

Se, por um lado, as leis e posturas que regulavam os divertimentos não eram uma novidade trazida pela República, por outro, as formas de cobrança no cumprimento das normas instituídas foram aperfeiçoadas e intensificadas com o novo regime, conforme já analisamos. Maria Clementina Pereira ressalta que *“com a República tentou-se apertar um rol de interdições já existentes no regime anterior, aperfeiçoando e profissionalizando as formas de repressão e controle.”*⁸³

A necessidade de controlar as festas e diversões em uma cidade onde o número crescente de habitantes implicava aglomerações cada vez maiores e a constatação de que a violência e a repressão policial não estavam sendo eficientes na manutenção de um novo padrão de ordem sobre o espaço urbano, levaram as autoridades policiais e segmentos das elites a utilizar estratégias de dominação diferentes.

Se as normas fixadas informalmente, como os horários de frequência, a divisão de territórios, não conseguiam mais assegurar a participação das elites, nesse período foram tomadas novas medidas para normatizar as diversões: foi iniciado um processo pedagógico que investia na educação das populações urbanas, procedimentos foram burocratizados, novos métodos de fiscalização e mecanismos de monitoração das práticas de diversão foram estabelecidos. Essas foram as formas encontradas para tentar controlar e intensificar a vigilância sobre as diversões.

Em 1927, durante o governo de Estácio Coimbra, o Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão e o Inspetor de Polícia Ramos de Freitas elaboram um código de normas dirigido especificamente aos divertimentos públicos: as *“Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões”*, publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de agosto de 1927. Pouco tempo depois, é criado um setor específico, subordinado à Inspetoria de Polícia, a *“Seção de Teatros e Diversões Públicas”*,

⁸³ CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*, op. cit p. 195.

responsável pela vistoria, fiscalização, e monitoração dos espaços de diversão do Recife.

A documentação composta pelas *Instruções Regulamentares* e pelos tomos da *Seção de Teatros e Diversões Públicas*, que contém petições, portarias, ofícios e a correspondência oficial entre o Inspetor e o Chefe de Polícia, traz a tona uma série de informações importantes para a compreensão dos sistemas de controle empregados no Recife com relação às diversões, informando-nos sobre os primórdios da censura no país. O fato de ser elaborada uma legislação específica para o assunto comprova, por si só, a preocupação que as autoridades tinham com o setor de entretenimentos - seu crescimento e diversificação -, refletindo também os medos que cercavam a sociedade com relação a possíveis distúrbios e a questionamentos da ordem estabelecida quando da concentração de pessoas em um mesmo ambiente.

As *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões*, regulamento longo e detalhado, estabeleciam regras minuciosas que dispunham sobre o funcionamento das diversões, determinando os trâmites burocráticos a serem seguidos para que os divertimentos conseguissem a licença de funcionamento expedida pelo Chefe de Polícia. O código exigia que todas as formas de diversão se submetessem às leis estipuladas, sob pena de suspensão: “*Todos os divertimentos públicos, sejam ao ar livre ou em locais fechados, qualquer que seja a espécie ou o fim não poderão funcionar, mesmo em caráter provisório, sem prévia licença do Chefe de Polícia.*”⁸⁴ Dessa forma, as autoridades policiais buscavam exercer seu poder sobre os momentos de folia e brincadeira da população da cidade. As determinações legislavam de forma mais direta sobre teatros, cinemas, circos, esportes, sociedades recreativas e bailes e cafés-concerto; instauravam as regras para as vistorias e para a censura, além de estipularem normas a serem seguidas pelos empresários, artistas e também pelos espectadores.

Os tomos que reúnem as petições encaminhadas à Inspetoria de Polícia - “*Seção de Teatros e Diversões Públicas*” - para concessão de licença registram pedidos das mais variadas formas de divertimento. Além das citadas acima, encontramos solicitações de permissão para o funcionamento de barracas de prendas, parques de diversão, pedidos isolados de instalação de carrosséis, tivolis e rodas-gigantes, clubes de futebol, apresentações de box, presépios, lapinhas e pastoris, pensões, cabarés e casas de cômodo, festas religiosas, fandangos, cavalos-marinheiros, mamulengos, bumba-meu-

⁸⁴ *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas*.
Diário do Estado,
10/08/1927.

boi, blocos de carnaval, maracatus, centros espíritas, clubes recreativos, associações beneficentes, organizações de trabalhadores, e até para a exibição de um faquir na Rua da Imperatriz, e para a venda ambulante de modinhas de violão pelas ruas da cidade. A inclusão no rol dos divertimentos de certas atividades que parecem não se enquadrar no que convencionalmente se costuma aceitar como diversão, como centros espíritas, associações de trabalhadores e outras, mostram que mais que regulamentar o setor, a legislação objetivava exercer controle sobre as mais diversas áreas da vida das camadas populares. Assim, grupos religiosos e organizações profissionais eram fiscalizadas e controladas pela polícia, sendo submetidas a todos os trâmites burocráticos para a obtenção de licença de funcionamento.

A realização de danças e bailes, fossem eles em locais públicos ou estabelecimentos privados, também necessitava de licença da polícia. No caso de hospedarias e casas de cômodos em territórios ocupados pela prostituição dirigida aos segmentos populares, a lei era rígida, não concedendo a autorização para o funcionamento de nenhum tipo de diversão pública ou de associação recreativa nesses espaços.

O caminho a seguir para conseguir as licenças era repleto de exigências a serem cumpridas. Polícia, higiene, saúde e outras instituições foram convocadas para auxiliar no controle das chamadas diversões. Em alguns documentos, encontramos referências indicativas de que antes de iniciar os procedimentos junto à Inspetoria de Polícia, o interessado deveria ter atendido às normas da Prefeitura e do Departamento de Saúde. Essas normas não são citadas, porém mostram que as diversões não eram regulamentadas apenas pelos organismos policiais mas também pelo poder municipal e pelos órgãos de saúde, constituindo-se, na época, em “caso de polícia” e também de saúde pública.

Ultrapassadas essas etapas, o empresário ou chefe da diversão deveria realizar o pagamento da taxa de 25\$00, valor único para todo tipo de divertimento, e encaminhar uma petição ao Chefe de Polícia formalizando o pedido de licença de funcionamento. A partir desse ponto, desencadeava-se uma verdadeira rede de controle, fazendo com que a concessão final da licença pudesse durar de três a quatro dias, ou até dois meses, dependendo do tipo de diversão, do interesse das autoridades na liberação da licença e do atendimento às normas estabelecidas.

Após a chegada da petição às mãos do Inspetor de Polícia, verificava-

se o pagamento da taxa e encaminhava-se ao *Arquivo Criminal do Estado* um pedido de averiguação, com o objetivo de investigar se algum dos responsáveis pela “diversão” - empresários, diretores de clubes, líderes de centros espíritas, etc. -, tinha cometido algum delito, o que impediria a expedição da licença. Feito isso, o Inspetor determinava o procedimento da vistoria do local por dois peritos, que examinavam “*as condições de segurança, higiene e comodidade públicas*”, bem como os aparelhos e a maquinaria técnica nos casos de cinemas, teatros, por exemplo, expedindo um laudo sobre a inspeção em 5 dias. Satisfeitas essas exigências, de posse dos relatórios de vistoria e do “nada consta” do *Arquivo Criminal*, o Chefe de polícia expedia a portaria concedendo a licença por um ano.

As licenças deveriam ser renovadas anualmente, enquanto as vistorias eram obrigatoriamente realizadas de dois em dois anos. Em caso de reclamação ou de desobediência ao regulamento, uma nova vistoria era procedida, no sentido de verificar a irregularidade, mesmo antes de decorridos os dois anos. Os fiscais recebiam em geral 50\$00 por vistoria, taxa que podia variar conforme a decisão do Chefe de Polícia.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção na legislação é o fato de que as autoridades não se sentiam seguras apenas com as medidas de controle tomadas em relação à liberação da diversão. Além de todos os procedimentos burocráticos que monitoravam os divertimentos numa fase anterior às apresentações, existia também a atuação policial durante os espetáculos, uma vez que todas as diversões que fossem autorizadas a funcionar contariam com a presença de policiais e investigadores durante as funções. De acordo com as normas, haveria sempre uma “*autoridade policial incumbida de presidir aos espetáculos*”, o que demonstra o papel importante que se desejava atribuir à polícia no setor das diversões. É importante destacar que a ação da polícia sobre esse setor não se restringia à manutenção da ordem. Sua atuação implicava a fiscalização e a determinação do que podia e do que não podia ser apresentado. O sistema montado a partir das Instruções Regulamentares mostra que, no âmbito oficial, mesmo com a participação de outros órgãos, o poder de decisão final na área dos divertimentos estava concentrado nas mãos das autoridades policiais. A criação da “Sessão de Teatros e Diversões Públicas”, ligada diretamente à polícia, além dos mecanismos de controle instituídos, censura, vistorias, poder de suspensão das apresentações por parte da polícia, provam que a responsabilidade da instituição ia mais além da simples conservação da disciplina na cidade.

As disposições do código tratavam de assuntos os mais variados, indo do aspecto físico do local até o conteúdo dos espetáculos e apresentações. Com imposições rígidas e regras complicadas, as autoridades tentavam construir a idéia de que detinham nas mãos um poder total sobre os momentos de diversão da população, mesmo que isso não se revelasse na prática, como veremos a seguir. A fragilidade do sistema ficava evidente quando esbarrava nas dificuldades em relação à formação dos agentes e policiais, deficiências de fiscalização e nas mais variadas formas inventadas pela população para despistar a fiscalização policial e burlar as normas estabelecidas, mesmo as mais rigorosas.

Com relação aos teatros, as Instruções Regulamentares estabeleciam detalhes sobre a lotação máxima da platéia, camarotes, galerias e arquibancadas, numeração dos lugares, fixando inclusive o tamanho das cadeiras, que deveriam ter *“o declive conveniente, a forma de poltrona, 45 centímetros, pelo menos, de largura nos assentos e o espaço de 75 centímetros de espaldar a espaldar.”*⁸⁵ A lei determinava, ainda, a reserva de um camarote privativo para a autoridade policial incumbida de presidir o espetáculo, localizado próximo ao palco e de fácil comunicação com os diversos lugares ocupados pelo público.

No caso dos teatros e sobretudo dos cinemas, as normas preocupavam-se em detalhar uma série de procedimentos para evitar incêndios e facilitar a ação dos bombeiros em caso de pânico, tais como: formas de armazenamento dos cenários, uso de materiais incombustíveis nas montagens, necessidade da presença de registro de água e de corredores livres, com portas de saída de acesso fácil em caso de sinistro, além de uma série de recomendações específicas com relação a películas, projetores e cabines de projeção dos cinemas, inclusive a proibição de fumar nas mesmas.

Segundo o artigo 38º das Instruções, *“nenhuma peça teatral ou filme cinematográfico será representado sem que tenha sido censurado previamente pela Inspetoria Geral de Polícia, que terá como auxiliares censores dois funcionários da Polícia designados pelo Chefe de polícia.”*⁸⁶ Para tanto, os empresários das companhias teatrais eram obrigados a entregar duas cópias datilografadas ou impressas das peças, enquanto os donos de cinemas e agências distribuidoras deveriam enviar os filmes a serem exibidos, para que se procedesse à censura.

A leitura do material escrito, assim como a observação dos ensaios gerais dos espetáculos teatrais, que deveriam ser realizados com

⁸⁵ Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas. Diário do Estado, 10/08/1927.

⁸⁶ Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas. Diário do Estado, 10/08/1927, capítulo XIV.

77. Tipo de cadeira usada nos cinemas e teatros dos anos 1920. (Revista Cinearte, 1927).



os mesmo requisitos do dia da estréia – texto completo, figurinos, orquestração -, seriam as formas de observação do conteúdo dos espetáculos teatrais. Por cada ato de peça censurado, os censores receberiam 30\$000. Em caso de proibição da censura, algumas artimanhas eram utilizadas pelos empresários e donos de companhias de teatro para conseguir encenar a peça.

Ainda em 1924, foi possível recuperarmos uma informação que, além de comprovar a existência de uma Inspetoria de Teatros na cidade, responsável pela publicação da nota, mostra que uma comissão de censura já atuava no Recife alguns anos antes da elaboração das Instruções Regulamentares. Ao examinar a peça “O guarda da alfândega”, a ser apresentada pela companhia Antônio de Souza, a comissão resolve proibir a encenação:

Inspetoria de Teatros

“Submetida à censura da Inspetoria de Teatros a peça “O Guarda da Alfândega” que ia ser levada a cena no teatro do Parque, resolveu a mesma inspetoria não consentir na representação da aludida peça.”⁸⁷

Dois dias depois o *Jornal do Recife* anunciava a apresentação, pela mesma companhia, da revista “Tem alguma coisa a declarar”, que não seria outra senão a peça censurada, apenas com outro nome. Ao mudar o título, a companhia acabou conseguindo encenar a peça, apesar da proibição da censura:

“Tem alguma coisa a declarar”- é o título que tem a peça, que outra não é senão o conhecido vaudeville “O Guarda da Alfândega”, levado à cena no Santa Isabel a mais de dez anos.”⁸⁸

Quanto aos filmes, a censura era realizada em sessões espaciais na Casa de Detenção, equipada com um projetor de propriedade da Sessão de Teatros e Diversões Públicas, onde os censores examinavam o teor das películas, recebendo por cada parte de filme censurado 5\$000, chegando ao máximo de 20\$000 por filme, mesmo que a película fosse dividida em mais de quatro partes. Não restam dúvidas de que a regulamentação das diversões acabou trazendo uma boa receita para os cofres da Repartição Central de Polícia.

No caso dos filmes, o estabelecimento de um valor máximo para a censura foi o resultado de uma série de reclamações encaminhadas ao Chefe de Polícia pelas agências distribuidoras com escritórios no

⁸⁷ *Jornal do Recife*, 20/04/1924, p.4.

⁸⁸ *Jornal do Recife*, 22/04/1924, p. 3.

Recife - Universal Pictures, Fox Films, Luiz Severiano Ribeiro e outras. Em longo ofício, os escritórios solicitavam a dispensa do pagamento, alegando uma crise no setor, o grande número de partes em que se dividiam os filmes (alguns chegavam a ter 11 partes, o que resultaria em taxas muito altas), e também que as fitas já haviam sido vistoriadas pela censura carioca. Apesar da argumentação e dos exemplos citados - segundo eles, em Minas Gerais apenas era exigido o certificado emitido pela comissão de censura do Rio de Janeiro enquanto na Bahia não se cobravam mais as taxas -, a Repartição Central de Polícia não concedeu a liberação do pagamento.

É importante destacar que as agências, arrendatários e donos de cinemas estavam sempre contestando o pagamento das taxas exigidas. Ainda em agosto de 1927, apenas poucos dias após a publicação da lei, novamente eles encaminhavam ofício ao Chefe de Polícia, solicitando a fixação de 100\$000 como o valor máximo da taxa de vistoria que, segundo a lei, variava de 50\$00 a 200\$000, arbitrada por Eurico de Souza Leão.

De acordo com a lei, a censura não se aterá ao valor artístico da obra, *“tendo por fim exclusivamente impedir ofensa à moral e aos bons costumes, às instituições nacionais ou dos países estrangeiros, (...) alusões deprimentes ou agressivas a determinadas pessoas e à corporação que exerça autoridade pública (...), ultraje, vilipêndio ou desacato a qualquer confissão religiosa, a ato ou objeto de seu culto e aos seus símbolos; (...) sugestão ou ensinamento que possa induzir alguém à prática de crimes ou contenham apologias destes, procurem criar antagonismos violentos entre raças ou diversas classes da sociedade, ou propaguem idéias subversivas da ordem estabelecida.”*⁸⁹

Os títulos, subtítulos e dizeres referentes aos filmes também deveriam ser censurados. A partir de 1927, a comissão de censura já indicava os filmes que eram *“impróprios para crianças”*, devendo essa observação constar dos programas e material de divulgação dos cinemas. Ao tratar da relação entre a polícia e os divertimentos modernos, Marcus Bretas destaca que a categoria *“filmes proibidos para menores”* só foi criada no Rio de Janeiro, em 1928, mostrando que as preocupações da comissão de censura do Recife, antecipavam-se às da Capital do país.⁹⁰ Apesar de não termos encontrado estatísticas com relação às películas que teriam sido proibidas ou cortadas pela comissão de censura, dados expostos no relatório do Chefe de Polícia relativo ao ano de 1927 mostram que foram submetidos à censura

⁸⁹ Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas. Diário do Estado, 10/08/1927, Capítulo XIV.

⁹⁰ BRETAS, Marcus. A polícia das culturas. In: *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*, op. cit p. 256.

462 filmes e 32 peças teatrais, entre janeiro e dezembro.

Regras quanto à obrigação de publicação pela imprensa e por meio de cartazes de informações com relação ao horário de início das apresentações, tabela de preços dos diferentes lugares, programa aprovado e possíveis alterações no espetáculo também eram exigidas pela Inspetoria de Polícia, que legislava até sobre o dever dos empresários e donos de casas de espetáculos de apresentarem seus empregados devidamente fardados.

Numa época em que a atividade dos artistas era cercada de preconceitos e desconfianças, o código também previa os direitos e deveres dos artistas. Exigia dos atores e atrizes a fidelidade aos textos e papéis desempenhados, a obrigação no cumprimento dos contratos, determinando, por outro lado, os deveres dos empresários, que eram responsáveis pela realização dos pagamentos na forma combinada.

Os artistas menores de idade eram protegidos por uma série de artigos e parágrafos. Os menores de 16 anos eram proibidos de atuar nos espetáculos; dos maiores, exigia-se a apresentação de autorização dos

pais ou responsáveis e a exposição, em memorial, das condições de trabalho a que estavam submetidos - tempo dos ensaios, número de apresentações -, sendo fiscalizadas, inclusive a qualidade do alojamento, a alimentação e as condições de saúde dos menores.

Os espectadores também deveriam seguir as leis e se ajustar aos comportamentos considerados adequados a uma platéia educada e respeitável. As regras e proibições instituídas com relação à

assistência, mostram o tipo de conduta e manifestação do público da cidade durante as apresentações. Inquietos, espontâneos, participativos, os espectadores tentavam expressar suas impressões e sentimentos, interferindo de diversas formas nas apresentações:



78. Propaganda da apresentação da Companhia Italiana de Operetas Lea Candini (Teatro do Parque, 1924).

“Os espectadores deverão não incomodar quem quer que seja durante o espetáculo; nem perturbar os artistas durante a representação, salvo o direito de aplaudir ou reprovar, não podendo em caso algum arrojarem ao palco objetos (...), nem fazer motim, assuada ou tumulto com gritos, assobios ou outros quaisquer atos que interrompam o espetáculo ou sejam contrários a ordem, sossego e decência.”⁹¹

⁹¹ Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas. Diário do Estado, 10/08/1927

De acordo com as Instruções, só restava ao público aplaudir, como forma de aprovação, ou não aplaudir, como demonstração da sua reprovação, uma vez que todas as outras formas de manifestação estavam vetadas. Outras exigências, por exemplo, no sentido de que a assistência ocupasse exatamente os lugares indicados nos seus bilhetes de entrada, que chegassem antes do início da apresentação, pois *“uma vez iniciada a representação não será mais permitido o ingresso na platéia, balcões e galerias”*, e de que não fizessem pedidos para a execução de músicas, recitação ou qualquer número que não fizesse parte do programa autorizado, sugerem uma série de procedimentos assumidos pelo público da cidade os quais não correspondiam ao comportamento esperado de uma platéia civilizada. Inconformado com o lugar de simples espectadores que lhes era imposto, proibido de dar vazão às suas emoções, o público não se rendia às leis que tentavam discipliná-lo. Isso pode ser constatado a partir das inúmeras reclamações na documentação sobre os procedimentos dos espectadores nas salas de espetáculo e projeção. Barulho, desordens e atentados aos bons costumes fizeram com que, em 1929, o sr. Ferreira, proprietário do Cine São José, solicitasse ao Inspetor de Polícia Ramos de Freitas a vigilância durante as sessões:

“Solicito a V. Sa. a permanência de um guarda civil durante os espetáculos a fim de manter a boa ordem moral e policial (...). Cientifico a V. Sa. que tem havido repetições de fatos anômalos a boa ordem e moral durante os espetáculos, podendo advir lutas, pânicos, e outros casos graves.”⁹²

Além dos atentados à moral e da agitação do público, a presença de gatunos que agiam no escurinho das salas de cinema era uma reclamação freqüente nos jornais. A distração das pessoas, a proximidade das cadeiras e a penumbra, constituíam condições ideais para a atuação de descuidistas que, após executarem pequenos furtos, saíam, na maioria das vezes, sem serem reconhecidos. O *Jornal de Recife* reclamava, em artigo de 1927, que *“o pobre mortal que vai se distrair vendo uma fita, uma comédia (...), um far-west, ou os altos dramas, não está livre de ser vítima de uma escamoteação do relógio, da carteira ou de outra qualquer coisa que tenha de valor.”*⁹³ E continua narrando o caso da esposa do dr. Barretto Lins que, assistindo a uma sessão no Royal, considerado um dos melhores cinemas da cidade, teve sua bolsa roubada por *“um indivíduo que aparentava ser gente direita”*:

⁹² *Inspetoria Geral de Polícia*, Volume Petições, janeiro-fevereiro de 1929.

⁹³ *Jornal do Recife*, 12/05/1927, p. 4.

⁹⁴ Idem, ibidem.

⁹⁵ *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas*. Diário do Estado, 10/08/1927.

⁹⁶ *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas*. Diário do Estado, Capítulo I.

⁹⁷ *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas*. Diário do Estado, 10/08/1927, Capítulo XII.

⁹⁸ *Jornal do Recife*, 10/02/1928, p. 1.

“Ele pede licença e passa roçando ligeiramente pela distinta senhora. Pouco depois ela dá por falta da sua bolsa (...) de fino couro amarelo, com incrustações de ouro, contendo dinheiro e objetos de uso . (...) Só então compreendeu que aquele que passara com ares de cavalheiro não era senão um gatuno vulgar.”⁹⁴

Para os circos e companhias eqüestres e de prestidigitação, fixavam-se cuidados com relação aos números de acrobacia, caso contrário a polícia poderia exigir a colocação de redes e acolchoados de proteção para os artistas. As feras só poderiam ser exibidas em jaulas de ferro e os exercícios de tiro ou qualquer arma não poderiam usar como alvo o corpo humano.

Os esportes também estavam subordinados à legislação. Todo o trâmite burocrático deveria ser seguido pelos clubes, associações e grêmios desportivos. A vistoria nos locais de competição e a presença da autoridade policial durante as disputas também eram obrigatórias, com poderes, inclusive, de suspensão do evento, caso ocorresse perturbação da ordem. Quanto ao pagamento das taxas, a lei fixava que essas instituições ficavam “*isentas de todos os emolumentos, salvo quanto à vistoria.*”⁹⁵

As normas determinavam também sobre a proibição de alguns gêneros de esportes ou diversões, como “*corridas de touros ou novilhos, brigas de galo e canários*” e outros que, segundo o código, causavam “*sofrimento aos animais.*”⁹⁶ Às torcidas de desportos ao ar livre, a legislação permitia manifestações mais calorosas e expansivas: “*É lícito aos espectadores, manifestarem sua aprovação ou reprovação, ou incitarem os que nele tomarem parte, por meio de cânticos, rumores habitualmente usados em tais espetáculos ou diversões públicas.*”⁹⁷

Os clubes de futebol e as competições promovidas semanalmente eram acompanhados de perto pela polícia. Numa fase em que o

futebol popularizava-se cada vez mais, ocupando as ruas e terrenos da cidade, sendo acusado de esporte “*brutal, agressivo, que destoava dos princípios de cortesia e da elegância das*

maneiras”,⁹⁸ responsável por desordens, brigas e inconvenientes, a fiscalização e o policiamento estavam sempre atentos. Os clubes eram obrigados a informar a mudança de sede, a eleição de nova diretoria e a registrar os estatutos na Inspetoria de Polícia, sendo cobrados



79. A ilustração da coluna “Esportes” do *Jornal Pequeno* mostra quais eram as modalidades mais importantes da época no Recife. (*Jornal Pequeno*, 1921).

quando se atrasavam no cumprimento das determinações oficiais. Em 1928, o próprio Eurico de Souza Leão solicita o comparecimento de representantes de alguns clubes à Inspetoria, no sentido de prestarem informações à polícia:

“Recomendo intimação dos representantes do ‘Palmeira Uchoa Esporte Club’ de Areias, ‘Sport Club Mangueira’ de Casa Forte, ‘Vera Cruz Sport Club’ e do ‘Vulcão Sport Club’ de Caxangá, afim de virem tratar do registro dos respectivos estatutos, bem como do ‘Sport Club do Recife’, com sede à rua da Aurora, a vir tratar da competente licença, e demais obrigações perante à polícia.”⁹⁹

Os tomos de petições estão carregados de documentos dos clubes que informam semanalmente os jogos a serem realizados, a localização dos campos, endereço das sedes dos times competidores e o horário da disputa. O Inspetor Ramos de Freitas informava ao Chefe de Polícia toda a movimentação dos jogos nos subúrbios da Capital e detalhava as providências quanto ao policiamento. No domingo 7 de setembro de 1929, o Inspetor solicitava a Souza Leão um reforço no policiamento dos campos, uma vez que se realizariam 14 jogos em diferentes bairros da cidade. Vez por outra, algum clube era advertido por causar problemas em campo: jogadores que brigavam, torcedores que compareciam armados aos jogos, agrediam a torcida adversária, entravam em choque direto com os policiais. Em 1929, a portaria de licença do “Veloz Sport Club” foi cassada pelo Chefe de Polícia, sob a justificativa de “*reincidência na prática de desordens no campo dos jogos*.”¹⁰⁰

Em várias oportunidades, os jogos foram suspensos pela “autoridade policial responsável”, sob a alegação de tumultos e conflitos nos campos. Foi o que ocorreu, em 1928, no campo do “Atheniense Football Club”, localizado no bairro de Campo Grande. Ao chegar, juntamente com mais 10 investigadores para realizar o policiamento do jogo, o agente Austreclínio Willarim narrava o seguinte quadro:

“Ali chegando notei um ambiente de discórdia entre jogadores e torcedores exaltados (...). Receosos que um conflito de graves consequências ali ocorresse, revistamos as pessoas presentes, apreendendo duas facas peixeiras (...). Com o registro do 1º gol, feito pelo “Atheniense”, os partidários do “X Foot-ball Club” protestaram violentamente, o que motivou (...) uma grande luta entre os jogadores e

⁹⁹ Repartição Central de Polícia, *Comunicações de concessões de licenças*, janeiro de 1928 a junho de 1929.

¹⁰⁰ Repartição Central de Polícia, volume *Portarias*, abril-junho de 1929.

partidários de ambos os clubs, que irritados se voltaram contra os investigadores que procuravam acalmar os ânimos. Nessa luta vários investigadores e outros policiais sofreram agressões a bengaladas.”¹⁰¹

O jogo foi suspenso por alguns momentos e, depois de serenados os ânimos, reiniciado por ordem do policial chefe do grupo. Dessa forma, percebemos que toda a normatização e as regras instituídas não conseguiam alterar muito a conduta dos torcedores e jogadores em campo. Disputas acirradas entre os torcedores, choques entre os jogadores de times rivais, além de outras formas de reação, continuavam a ocorrer nos jogos, semanalmente.

Apesar da rigidez das leis das Instruções Regulamentares, sua aplicação na prática demonstrava as concessões e negociações que eram feitas entre a polícia e os interessados pelas diversões. Enquanto a lei proibia claramente o funcionamento de alguns divertimentos que impunham sofrimento aos animais, alguns deles muito populares na época, encontramos na documentação oficial da Repartição Central de Polícia todo o procedimento referente à liberação de uma rinha de galos. A petição ao Chefe de Polícia era explícita quanto aos propósitos do solicitante, João Pessoa de Albuquerque:

“Desejando fazer funcionar uma rinha de galos, sport instalado à avenida Caxangá nº 1472, freguesia de Afogados, vem mui respeitosamente na qualidade de responsável direto requerer a V. Sa. Que se digne a conceder licença para o dito sport, depois de competentemente informado dos antecedentes do suplicante, ouvido o Arquivo Criminal.”¹⁰²

Após seguir todos os trâmites legais sem ser contestado em nenhuma instância, o pedido de funcionamento da rinha de briga de galos de João de Albuquerque recebeu a portaria de liberação do Chefe de Polícia, apesar da expressa proibição da lei quanto a esse tipo de diversão.

As sociedades recreativas, assim como quaisquer outros tipos de casas de diversão, estavam proibidas de explorar os jogos de azar, loterias ou rifas. De acordo com as Instruções, essas casas deveriam funcionar de portas abertas, facilitando o ingresso das autoridades policiais e dos censores a qualquer hora do dia ou da noite, sendo proibidas instalações secretas ou porteiros e vigias que avisassem a aproximação da polícia. Essa preocupação mostra os artifícios que esses estabelecimentos utilizavam na época para escapar das temidas “canoas” policiais. Possivelmente muitos deles promoviam jogos em

¹⁰¹ Inspetoria Geral de Polícia, volume *Petições*, 1928.

¹⁰² Repartição Central de Polícia, volume *Petições*, agosto de 1927.

salas ocultas, aposentos escondidos, contando com o auxílio de “olheiros” que, ao menor sinal de presença da polícia, avisariam os participantes.

As festas realizadas por associações ou grêmios recreativos com sede em locais residenciais só poderiam acontecer duas vezes por semana, devendo terminar até as 2 horas da madrugada. Os cafés-concerto e cabarés deveriam submeter-se às normas gerais do código, sendo proibida a frequência de menores a esses estabelecimentos.

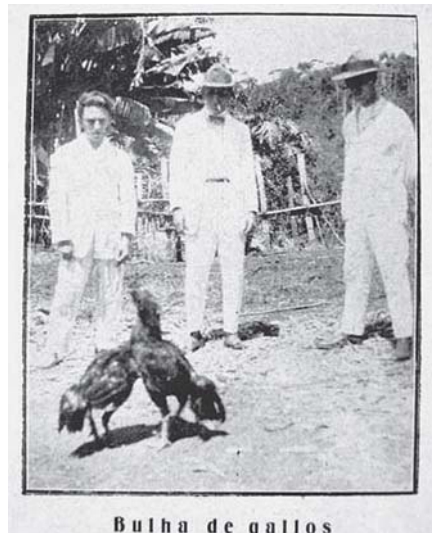
Casas de cômodo, pensões, cafés e hospedarias são citados nas Instruções, sendo obrigados a seguir os mesmos procedimentos das outras diversões públicas, o que significava que tais estabelecimentos estavam inseridos nessa categoria. Apesar das representações construídas na época acerca desses espaços de prazer, vistos como locais “escusos, suspeitos, antros de perdição dominados por mundanas”, conforme já registramos em capítulo anterior, é importante destacar que eles eram oficialmente reconhecidos pela lei, uma vez que recebiam portaria de autorização de funcionamento do Chefe de Polícia, apesar das campanhas empreendidas na época contra a prostituição.

Os estabelecimentos que exploravam a prostituição pagavam as taxas, eram vistoriados, enfim, seguiam todas as etapas para a liberação de funcionamento, conforme podemos comprovar nos tomos de petições e portarias da Inspetoria de Polícia:

“Maria do Carmo Barros, proprietária da casa de cômodos à rua do Sol 495, nesta cidade, desejando fazê-la funcionar livremente, requer a V. Sa. vos digneis de mandar proceder a respectiva vistoria, ouvido o Arquivo Criminal de acordo com as Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões públicas.”¹⁰³

As licenças eram concedidas sem problemas por Eurico de Souza Leão, o que mostrava as ambigüidades no tratamento das questões que envolviam a prostituição, vista nessa fase como “um mal necessário”:

“Resolvo, nesta data, conceder licença para o livre funcionamento, no corrente ano, do Cabaret denominado “Casa Branca da Serra”, situado à rua General Abreu e Lima, nº 195, nesta cidade, de propriedade de Apolônio Dantas, uma vez que foram satisfeitas as exigências regulamentares. Ass. Eurico de Souza Leão – Chefe de Polícia.”¹⁰⁴



80. Proibida oficialmente pelas Instruções Regulamentares, a briga de galos era um divertimento muito popular na época. (Bulha de galos, 1926).

¹⁰³ Repartição Central de Polícia, volume *Petições*, janeiro-fevereiro de 1929.

¹⁰⁴ Repartição Central de Polícia, volume *Portarias*, abril-julho de 1929.

As únicas restrições oficiais impostas às casas de cômodo, cafés e pensões, relacionavam-se à proibição da exploração dos jogos de azar e, conforme explicita a lei, à concessão de “*licenças para funcionamento de diversões públicas ou associações recreativas em hospedarias e casas de cômodo.*”¹⁰⁵ Apesar do impedimento legal, inúmeras vezes verificamos nos tomos de portarias a permissão para a realização de danças e bailes nesses espaços, contrariando as normas estabelecidas. Em 1928, por exemplo, a famosa “dama da noite”, Sarita Jaconosphy, proprietária da “Pensão Mimi”, situada na Rua General Abreu e Lima, já referida anteriormente, recebeu licença para “*realizar danças com entradas pagas*” em seu estabelecimento.

Ao longo de toda a pesquisa, encontramos apenas dois casos de cassação da licença de funcionamento, o que demonstra certa tolerância da polícia em relação a essas casas. Mesmo diante de situações de atentado à moral e até prisões, as pensões e casas de cômodo não deixavam de receber sua autorização de funcionamento. Em 1927, ao realizar a ronda pelo bairro de Santo Antônio, o guarda nº 114 deteve na rua de Santo Amaro a prostituta Maria Amélia da Costa, “*por se achar em promiscuidade com vários indivíduos na escada da “Pensão Crystal.”*” O fato não trouxe, aparentemente, transtornos ao funcionamento da dita pensão, que continuou autorizada a funcionar e a receber seus clientes normalmente.

O caso do “Cabaret Pensão Risonha”, de propriedade de José Soares Cavalcanti foi diferente. A primeira informação que colhemos sobre a “Pensão Risonha” data de 20 de outubro de 1928, referindo-se à suspensão, pelo Inspetor de Polícia, da licença de funcionamento da casa, em função de a mesma “*estar perturbando o sossego público.*”¹⁰⁶ Três meses depois, em janeiro de 1929, em ofício encaminhado ao Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão, o sr. Abílio Ribeiro, proprietário de um hotel situado na Rua Larga do Rosário, vizinho à referida pensão, fazia graves reclamações, pedindo providências das autoridades. Segundo ele, seu hotel - “*preferido pelas exmas. famílias que vinham do interior do Estado*” - estava perdendo sua fiel clientela em função dos “*sérios transtornos*” causados “*pelo infernal cabaret.*”¹⁰⁷

As queixas do dono do hotel contra a “Pensão Risonha” chamam a atenção para o fato de que o estabelecimento continuou funcionando, a despeito da cassação da licença três meses antes por Ramos de Freitas. A falta de documentos que expliquem melhor o caso deixa em aberto uma série questões, colocando-nos diante de diversas possibilidades. José Soares pode simplesmente ter desrespeitado a ordem do Inspetor,

¹⁰⁵ Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas. Diário do Estado, Capítulo I.

¹⁰⁶ Repartição Central de Polícia, *Comunicação de Concessão de Licenças*, janeiro de 1928 a junho de 1929.

¹⁰⁷ Inspetoria Geral de Polícia, volume *Petições*, janeiro-fevereiro de 1929.

ao abrir as portas da pensão por sua conta e risco, pode ter entrado em acordo com a fiscalização no sentido de “fechar os olhos” para a situação, havendo também a chance de ter ele recebido nova autorização de funcionamento das autoridades.

A questão entre o “hotel familiar” e a “imoral pensão” só foi resolvida quando, em fins de janeiro de 1929, o proprietário do Cabaret foi obrigado a pedir a renovação da sua licença para funcionamento durante o ano, tendo recebido do Inspetor “*um parecer contrário à concessão da licença, em virtude de ser um local onde se sucedem as desordens.*”¹⁰⁸

A inserção no rol das diversões das pensões e cabarés, a concessão de autorização oficial para seu funcionamento e os poucos casos de cassação ou negação de licenças mostram que, entre a rigidez da norma e a sua aplicação na prática, havia espaço para negociações, concessões e certa tolerância por parte das autoridades.

Com relação aos clubes e agremiações carnavalescas, os limites e a vigilância eram ainda mais intensos. Ensaios com cânticos ou músicas que pudessem ser ouvidos nos prédios vizinhos só eram permitidos duas vezes por semana e até às 23 horas, salvo quinze dias antes do carnaval, quando se autorizavam três ensaios por semana, com seu término à mesma hora. O hábito de soltar fogos durante os ensaios também era proibido, sendo instituída uma multa para os infratores. O controle chegava a determinar a censura policial aos estandartes e alegorias que seriam apresentados nos desfiles de rua, uma vez que a irreverência e a crítica com relação às autoridades, acontecimentos políticos e episódios recentes eram a marca dos clubes da época. De acordo com a lei, “*os préstitos e estandartes destas sociedades ficarão sujeitos à censura policial.*”¹⁰⁹

Desfiles e ensaios de rua só eram permitidos após a comunicação do percurso - rua a rua - a ser realizado pelos foliões. Os bailes públicos dependiam de licença prévia da Inspetoria de Polícia, só podendo prolongar-se até às 4 horas da manhã. O ingresso nos bailes era permitido apenas às pessoas que se deixassem revistar, enquanto os indivíduos que comparecessem mascarados eram obrigados a levantar as máscaras para permitir seu reconhecimento policial.

Se havia severidade no código e medidas cerceadoras em relação às festas populares, constatamos também casos marcados pela alternância de decisões, sugerindo a existência de caminhos de convívio e tolerância para com as manifestações populares. Em novembro de 1928, quando o *Clube Carnavalesco*

¹⁰⁸ Repartição Central de Polícia, volume *Petições*, 1929.

¹⁰⁹ *Instruções Regulamentares para Teatros e Diversões Públicas*. Diário do Estado, 10/08/1927.

Mixto das Pás foi punido com multa pelo Inspetor Ramos de Freitas por ter desobedecido à determinação que proibia o estouro de bombas durante os ensaios, o próprio Eurico de Souza Leão, após receber ofício da diretoria do clube carnavalesco justificando-se e solicitando o perdão da pena, acata o pedido e sugere a dispensa da multa:

“O exmo. Dr. Chefe de Polícia manda recomendar-vos que releveis a multa que, por essa Inspetoria fora imposta ao Clube C. Mixto das Pás, por haver soltado bombas por ocasião do seu ensaio domingo passado, na rua Visconde de Goyanna, conforme pedido em ofício de ontem, de sua Diretoria que deverá ser advertida que, no caso de reincidência, será punido com a mesma penalidade agora relevada em vista das razões alegadas.”¹¹⁰

Por outro lado, registramos também que, por vezes, junto aos pedidos de permissão de ensaios, os diretores dos clubes carnavalescos solicitavam o envio de policiamento para acompanhar os clubes, conforme podemos constatar no ofício do “Clube Vassourinhas.” O documento nos faz perceber que algumas vezes a polícia era vista pelos grupos populares não apenas pelo seu lado violento e repressor, mas também como responsável pelo bom andamento dos desfiles dos blocos e clubes.¹¹¹

“Levo ao conhecimento de V. S. que fará ensaio amanhã pelas 17 horas na Ilha do Leite este club. Outrossim peço a V. S. que se digne providencia no sentido de ser apresentado naquela Ilha, alguns guardas civis, a fim de acompanharem o referido club, que sairá em passeata pelo distrito da Boa Vista, Santo Antônio e São José.”¹¹²

¹¹⁰ Repartição Central de Polícia, *Comunicação de Concessão de Licenças*, janeiro de 1928 a junho de 1929.

¹¹¹ A mudança de atitude da polícia em relação às agremiações carnavalescas pode ser encontrada em ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife.*, op. cit capítulo IV.

¹¹² Inspetoria geral de Polícia, volume *Petições*, 1928.

Afora todas essas diversões analisadas, citadas diretamente nas Instruções Regulamentares, os tomos da Repartição Central de Polícia estão repletos de petições que solicitam licença para diversões e atividades as mais diversas conforme já ressaltamos. O extenso rol de manifestações incluídas como de responsabilidade do setor nos leva a concluir que o objetivo da legislação era conseguir controlar não apenas as formas conhecidas de divertimento como também outras manifestações e atividades extratrabalho, que, reuniam em um mesmo ambiente, seja ele fechado seja aberto, grupos de pessoas. Dessa forma, as Instruções Regulamentares, código que deveria

normatizar apenas as diversões, passavam a atuar de forma bem mais abrangente, incluindo no seu rol manifestações e atividades que fugiam da sua alçada, na medida em que isso possibilitava aumentar as ações e a interferência da polícia sobre o cotidiano das camadas populares. Sociedades beneficentes e filantrópicas, associações de trabalhadores, centros espíritas - denominação que, como já vimos, encobria as práticas religiosas dos adeptos dos cultos afro-brasileiros - passavam a fazer parte das preocupações da polícia local, sendo enquadrados como divertimento, o que os obrigava a seguir os procedimentos de liberação estabelecidos pelas leis.

Ao confrontarmos as normas instituídas com a prática de liberação revelada pelas petições e portarias, temos a impressão de que todo aparato burocrático e rigidez do sistema serviam, fundamentalmente, para dar às autoridades a sensação de domínio sobre o setor das diversões. A análise das portarias de liberação expedidas pelo Chefe de Polícia mostra que, muito poucas diversões foram proibidas no final dos anos 1920, mesmo algumas que infringiam diretamente as normas das Instruções Regulamentares.

Dos vários tomos pesquisados, encontramos poucas licenças negadas ou cassadas: um ou dois bumba-meu-boi considerados perturbadores da tranquilidade pública, poucas barracas de prendas que exploravam jogos de azar, uma ou outra pensão ou cabaré que tivesse reclamação direta de vizinhos. Casos específicos, como o de alguns pastores que solicitaram indevidamente a isenção das taxas de liberação, dos quais trataremos adiante, não podem ser vistos como regra geral. Se o código imprimia a obrigação do cumprimento de uma série de etapas burocráticas e exigências por parte dos promotores das diversões, por outro lado, muitas vezes não era aplicado pelas autoridades policiais com a propalada severidade.

Adicione-se a essa “certa tolerância” o fato de que a renda proporcionada pelo pagamento das taxas de liberação deveria resultar em expressiva receita, pois, conforme já destacamos, o valor da taxa de liberação era único. Qualquer tipo de divertimento era obrigado a pagar 25\$000, e não era pequeno o movimento de pedidos de licença de funcionamento,¹¹³ sem falar nos censores e responsáveis pelas vistorias, que recebiam por produção, tendo todo interesse que o sistema exercesse cada vez mais controle sobre a área. Apenas no caso de proibição da diversão, as taxas eram devolvidas ao solicitante, fato que ocorria esporadicamente, conforme observamos. O controle e a regulamentação exercidos pela polícia do Recife sobre as diversões populares, apesar de terem sido intensificados desde o início dos anos vinte, continuava a alternar momentos de severidade

¹¹³ Para se ter noção do valor da taxa única pode-se comparar com alguns preços da época: uma entrada de cinema ia de 2\$200 no Cinema Moderno, até 1\$100 no Cine Ideal, o quilo de carne custava 2\$300, enquanto um litro de leite chegava a 200 réis, na Leitaria Vitória da Rua Nova.

e vigilância com outros de mais conciliação e tolerância. Em relatórios do início dos anos vinte ao Chefe de Polícia, o Dr. Cícero Brasileiro de Mello, Delegado do 3º Distrito da Capital, referia-se às medidas em relação aos divertimentos postas em prática no seu distrito:

“A regulamentação rigorosa e selecionada dos divertimentos públicos populares - pastoril, bumba-meu-boi, torrados, etc - foi outro fator decisivo na baixa cota de criminalidade constatada nesta capital no transcurso deste ano. A freqüência dessas diversões é o pior possível e nelas predominam os desordeiros que o exagerado consumo de bebidas alcoólicas torna perigosos. Esse mal foi combatido fixando-se para uns divertimentos o funcionamento até as duas horas da manhã aos sábados, e negando-se peremptoriamente licença para outros como torrados, focos constantes de desordem.”¹¹⁴

Para uma melhor compreensão do processo que ocorria com as formas de diversão tradicionais da cidade e na impossibilidade de analisar com detalhes cada uma delas - transformações ocorridas com as mesmas a partir da chegada dos “modernos divertimentos”, formas utilizadas pelos organismos policiais para exercerem domínio sobre as mesmas e as maneiras encontradas pelos freqüentadores para se adaptarem e fugirem do cerco das determinações oficiais -, elegemos como exemplo uma das manifestações mais conhecidas e populares da cidade nas primeiras décadas do século: o pastoril.¹¹⁵ Tendo sua origem nos presépios ou lapinhas, autos natalinos que integravam o ciclo das festas de final de ano, o pastoril começou a popularizar-se em Pernambuco no século XIX. De representação estática do nascimento de Jesus, a lapinha ou presépio vai ganhando movimento, sons e ritmos, passando a dramatizar com cânticos, danças e declamações a jornada das pastorinhas até Belém. Waldemar Valente ressalta que, no início, “*o auto natalino que deu origem ao pastoril, não passava de drama hierático do nascimento de Jesus, com bailados e cantos especiais, numa significativa e dinâmica evocação do nascimento do Divino Redentor.*”¹¹⁶ De acordo com Hermilo Borba Filho, o desejo dos organizadores de atrair um público cada vez maior, de tornar a representação mais didática e acessível à população, aumentando seu poder de comunicabilidade, foi transformando os presépios que, a partir do século XIX, ganharam um caráter profano, permeado fortemente pelo

¹¹⁴ Relatório do Delegado do 3º Distrito da Capital ao Chefe de Polícia. 1923.

¹¹⁵ Sobre a história dos pastoris do Recife, ver: VALENTE, Waldemar. *Pastoris do Recife antigo e outros ensaios*. Recife, 20-20 Comunicação e Editora, 1995. PEREIRA DA COSTA, *Folk-Lore Pernambucano*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1974. WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife antigo*. O.p. cit. pp. 167-171. SETTE, Mário. *Maxmbombas e maracatus*, op. cit pp. 17-25. ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*, op. cit FERREIRA, Ascenso. *Presépios e pastoris*. In: Arquivos. Recife, Prefeitura Municipal do Recife, dezembro de 1943, pp. 135-162. Borba Filho, Hermilo. *Espetáculos populares do Nordeste*. São Paulo, Buriiti, 1966.

¹¹⁶ VALENTE, Waldemar. *Pastoris do Recife antigo e outros ensaios*. Recife, 20-20 Comunicação e Editora, 1995, p. 16.

elemento cômico.

Nesse percurso, a manifestação populariza-se, agregando novas influências e características à apresentação. Aos personagens bíblicos e tradicionais, como as pastorinhas, a mestra, a contra-mestra, a diana, dentre outros, juntava-se a figura do “velho”, que comandava a encenação com forte dose de humor, com chistes e brincadeiras de duplo sentido, aceitando a participação do público, afastando-se da temática da natividade.¹¹⁷ Estabelecia-se, assim, a diferenciação entre os presépios e lapinhas e o pastoril, que passa a ser chamado de “profano”, ou “pastoril de ponta de rua.”

Memorialistas registram que os presépios e lapinhas eram encenados nas casas de família, em tablados montados nos quintais ou salões das residências, “*que recebiam caprichosa ornamentação, às vezes com luxo e com arte.*” As pastoras seriam “*mocinhas direitas*”, de família, que apresentavam jornadas apegadas à tradição cristã, numa encenação dramática evocativa do nascimento de Jesus.¹¹⁸ Atraindo vizinhos e conhecidos, os presépios realizavam leilões de prendas, como bolos, perfumes, flores, cuja renda era geralmente empregada em obras de caridade.

Já os pastoris profanos, conforme destaca Mário Sette, apresentavam-se geralmente “*em barracões de lona ou madeira (...) enfeitados de festões de palha de coqueiros, galhardetes de papel de seda, folhas de canela no piso, balõeszinhos de gomos coloridos.*” Os assentos da platéia eram compostos por cadeiras, bancos e tamboretas levados pelos próprios freqüentadores ou fornecidos pelos organizadores, enquanto divisões de chita separavam os camarotes destinados às famílias.¹¹⁹ As entradas eram pagas e, por vezes, as encenações eram realizadas em teatros de bairro.

Composto por dois cordões, o azul e o encarnado, liderados pelas respectivas mestra e contramestra, pela Diana - que assumia o papel de mediadora dos conflitos entre os dois cordões - e por vários outros personagens, o pastoril era encenado em quase todos os subúrbios da cidade, movimentando as noites de sábado no período entre os meses de setembro e dezembro. Dentre os mais famosos dos anos vinte, destacavam-se os da Torre, do Pina e o da Encruzilhada.

As pastoras que se apresentavam nesses pastoris eram, segundo os cronistas, geralmente mulheres de “*reputação duvidosa*”, muitas delas conhecidas prostitutas, que com suas “*saías de cetim bem rodadas, pernas de fora, corpetes justos, braços nus*” tentavam conquistar e atrair as atenções masculinas.¹²⁰

¹¹⁷ Idem, p. 24.

¹¹⁸ Ver descrição de SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*, op. cit pp. 17-25.

¹¹⁹ Idem, p. 18.

¹²⁰ Idem, p. 20.

“Quase todas eram morenas de pele cor de bolo tostadas, pernas grossas, seios empinados, cabelos bem pretos, olhos maliciosos, fuzilantes, cutucadores. Voltas e reviravoltas. Medidas. Requebrados. Sorrisos. Olhares. Um curso de sedução.”¹²¹

A função era comandada pela figura cômica e provocativa do “velho”, como já destacamos, espécie de *clown* ou palhaço, que, com suas graçolas, loas e canções, algumas consideradas picantes e indecentes, provocava os espectadores e incentivava a participação da platéia, sobretudo na hora dos leilões que apregoavam flores em favor das pastoras.

As críticas e perseguições ao pastoril profano remontam aos meados do XIX, quando Lopes da Gama, “O Padre Carapuceiro”, escrevia em seu Jornal:

“Ali [no pastoril] os fervorosos devotos estão como embevecidos na contemplação de piedade e santo fervor com que as louças pastorinhas *saracoteiam as ancas e se rebolam* com tanta devoção, que parecem espiritadas.”¹²²

Apesar de a documentação do início do século fortalecer a imagem dos pastoris como uma diversão dirigida às camadas populares, a frequência às jornadas era eclética, reunindo pessoas das mais variadas classes, conforme destaca Mário Sette: “*Via-se de tudo ali. Matronas e mocinhas (...) das redondezas, rapazes gamenhos exibindo o terno novo (...), mulatinhas vestidas de chita (...), mulheres damas conhecidas, com suas longas capas de veludo (...), oficiais - com suas fardas irradiando nacionalidade - enquanto não se formasse um “anguzô” com tiros e tabicadas.*”¹²³

Divergindo dos padrões de moralidade e civilização defendidos pelos grupos de elite, prestigiando figuras consideradas nocivas à moral e à ordem social, como as pastoras arregimentadas dos prostíbulos da cidade, ou os brabos e arruaceiros, mestres em promover desordens e brigas - os “sangangus” da época - com que quase sempre finalizavam as apresentações, os pastoris populares angariaram muitos adversários e opiniões contrárias às exhibições que promoviam.

Mal afamados, considerados “*diversão de pobre*”, os pastoris eram ironizados pelos que defendiam os divertimentos avaliados como

¹²¹ SETTE, Mário.
Maxambombas e maracatus, op. cit p. 20.

¹²² VALENTE, Waldemar,
op. cit, p. 20

¹²³ SETTE, Mário.
Maxambombas e maracatus, op. cit p. 19.

elegantes e modernos. De acordo com artigo da revista *A Pilhéria*, o pastoril do Pina, famoso nos anos vinte, atraía freqüentadores que passeavam de automóvel pelas imediações, roubando o público dos espetáculos e recitais do Santa Isabel:

“Agora uma nova diversão existe para muita gente boa. É o Pastoril do Pina (...). Imaginem um tablado ordinário, em cima do qual um velho pele de cafuso, vestido a Luis XV, faz piruetas e vende em leilão, por 800 réis, uma bugiganga qualquer. Diante do tablado, subindo por um declive que vai ter ao nível do passeio uma multidão escura e mal cheirosa de entusiastas do divertimento. Em cima, sobre o asfalto da Avenida, um sem número de automóveis, dentro dos quais esticava o pescoço, para ver melhor, conspícuos personagens de ambos os sexos, que estando a fazer curso entre Recife e Boa Viagem, não resistiram ao desejo de parar por um momento para apreciar as “jornadas.” Mas os que saíram de casa especialmente para ver o pastoril do Pina, muito falado, agora? Não seria melhor que tivessem ido ao concerto de Horta Devolver? De outra vez o nosso grande pianista terá o cuidado de escolher (...) outro dia que não seja o sábado, para realizar o seu recital, principalmente quando se lembrar que este dia é o do Pastoril do Pina.”¹²⁴

Se o comentário do cronista pode sugerir, à primeira vista, um ambiente de convivência entre diferentes classes, uma leitura mais atenta chama a atenção para certos limites de espaço que eram estabelecidos. Enquanto pertinho do palco ficava “a *multidão escura e mal cheirosa*”, acima, na avenida, dentro dos automóveis, sem se misturarem com a habitual assistência, estavam senhores, senhoras, moços e senhoritas, enfim, os freqüentadores pertencentes aos setores privilegiados da cidade.

As críticas e resistências aos pastoris resultavam das representações construídas em torno do divertimento, as quais justificavam a ação enérgica da polícia, ressaltando a ocorrência de distúrbios e conflitos durante as jornadas. Disputas entre os adeptos dos cordões, os ciúmes e desavenças entre os admiradores das pastoras, a presença dos conhecidos “brabos” e “valentões” da época transformavam os pastoris em lugar onde, não raro, ocorriam conflitos, ameaças, agressões e até assassinatos, fatos que eram noticiados com destaque pela

¹²⁴ *A Pilhéria*, 15/11/1924, nº 164.

imprensa da cidade. Com frequência a polícia realizava inspeções e averiguações durante as funções:

“Certa vez, em noite de fim de ano, quando a função do pastoril, no Pátio da Torre, ia mais animada, o Inspetor da Polícia Civil, Sr. Ramos de Freitas, com seus tiras e com a ajuda da cavalaria, acabou com a festa, no momento em que o velho contava a cançoneta conhecida pelo nome *Minhoca*.”¹²⁵

A reação aos pastoris advinha também da interpretação de que, além de imorais e focos de constantes desordens, suas apresentações, ao utilizarem alguns elementos e referências ligadas ao catolicismo para fins considerados pervertidos, constituíam verdadeiro desrespeito à religião católica. Pereira da Costa em 1908, no seu livro *Folk-Lore Pernambucano*, enfatizava: “*Desvirtuado de seu espírito inocente e místico, convertido em torpes especulações nas suas exibições públicas, muito embora pese a ação da polícia em providências repressivas ou proibitivas, não há que negar que em semelhantes diversões reina tudo, menos o espírito religioso.*”¹²⁶

A vigilância policial e a fiscalização das autoridades eram constantes nos barracões. Na década de 1920, os pastoris eram submetidos à regulamentação sobre os divertimentos públicos, o que os obrigava a ser sistematicamente vistoriados pela Repartição Central de Política, da qual recebiam licença caso estivessem “*satisfeitas as exigências regulamentares.*”¹²⁷ Os pedidos de autorização de funcionamento eram numerosos a partir do mês de agosto, uma vez que as apresentações iniciavam-se a partir do mês de setembro em alguns bairros.

Baseadas nas Instruções Regulamentares, as autoridades policiais por vezes salientavam a “*perturbação do sossego público*” para negar ou cassar as licenças dos pastoris espalhados pelas diversos arrabaldes do Recife. Quando, em 1927, José Hermínio Pessoa pede autorização para fazer funcionar um pastoril em Casa Amarela, ao ar livre, a comissão de vistoria remete um parecer à Inspetoria de Polícia, comunicando ao Chefe de Polícia “*haver inconveniente na concessão da licença, uma vez que o dito divertimento perturba a tranquilidade pública onde está localizado.*”¹²⁸

Para escapar das proibições, alguns promotores da diversão simplesmente não se submetiam à burocracia oficial, arriscando-se a encenar suas funções sem o parecer da polícia. Parte deles era flagrada pelos investigadores e agentes que realizavam a fiscalização, sendo denunciados ao Inspetor:

¹²⁵ VALENTE, Waldemar, op. cit, p. 29

¹²⁶ Pereira da Costa, op. cit, p. 202

¹²⁷ Repartição Central de Polícia, *Portarias e Petições*, 1927 - 1929.

¹²⁸ Repartição Central de Polícia, volume *Petições*, agosto de 1927.

“Afim de que sejam tomadas as devidas providencias, levo ao vosso conhecimento que a senhora Lenygdia de tal, residente à rua Buarque de Macedo em Santo Amaro, funciona um “Pastoril” em sua residência sem a respectiva licença, alegando que tem ordem verbal do comissário Adolpho Costa.”¹²⁹

Em outubro de 1928, o próprio Inspetor Ramos de Freitas, provavelmente influenciado por pedidos dos organizadores dos pastoris, solicita em ofício ao Chefe de Polícia que *“isente de taxas os presepes, lapinhas e outras diversões semelhantes, muito em uso nos lares de famílias pobres, mormente nas festas de Natal.”*¹³⁰

A partir do despacho favorável de Souza Leão, que isentava as jornadas dançadas por crianças e sem fins lucrativos, todas as petições que solicitavam licença de funcionamento de pastoris pediam a liberação das taxas alegando promover a *“exibição de um presepe de crianças, sem entradas pagas.”* Passados alguns dias, uma verdadeira onda de cassação de licenças começou a ocorrer, demonstrando os artifícios usados pelos organizadores para se livrarem das obrigações tributárias.

Realizada a fiscalização e as averiguações policiais, aquilo que havia sido descrito nas petições como *“presepe de crianças”* aparecia nas apresentações como um *“pastoril onde dançam moçoilas”*, *“pastoril composto de mundanas”*, *“um verdadeiro pastoril com entradas pagas, onde dançam moças, funcionando o mesmo quase às escuras.”* Se, por um lado, o grande número de anulações mostra as táticas e manobras dos chefes das diversões no sentido de burlar as regras impostas, por outro, comprova também a existência de um aparato de inspeção mais severo sobre o setor, confirmando a busca pela formação de uma polícia de carreira e a tendência de alteração das estratégias policiais no que se relacionava aos momentos de entretenimento da população da cidade.

Dessa forma, o cotidiano das diversões no Recife foi marcado por esses movimentos de avanços, recuos, negociações, concessões, repressão, resistências, momentos que abriam possibilidades de contato entre os diversos grupos e camadas sociais, mas também estabeleciam hierarquias e promoviam a exclusão dos indivíduos.

Neste trabalho, procuramos não apenas investigar a dinâmica de alguns espaços de diversão pública, mas, sobretudo, chamar a atenção, como realçou Luce Giard, e *“considerar dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias consideradas*

¹²⁹ Inspetoria Geral de Polícia, volume *Petições*, janeiro-fevereiro de 1929.

¹³⁰ Repartição Central de Polícia, *Comunicação de Concessão de Licenças*, janeiro de 1928 a junho de 1929.

insignificantes. Aprender a olhar esses modos de fazer, fugidios e modestos, que muitas vezes são o único lugar de inventividade possível do sujeito: invenções (...) sem língua que possa articulá-las, sem reconhecimento para enaltecê-las; biscates sujeitos ao peso dos constrangimentos econômicos, inscritos na rede das determinações concretas."¹³¹

¹³¹ GIARD, Luce. *A invenção do cotidiano 2*, op. cit p. 217.



PALAVRAS FINAIS

Recife, fevereiro de 2002. A tarde de sábado estava quente, de muito sol. Os foliões aglomeravam-se em torno da Praça de Casa Forte, esperando a hora de o bloco sair. O *Pisando na Jaca* é um bloco de carnaval criado há seis anos por um grupo de amigos do bairro de Casa Forte. Enquanto os foliões animavam-se com a cerveja e a orquestra de frevo afinava os instrumentos, entregávamos ao maestro a roupa que os músicos deveriam usar. Ao invés das costumeiras camisetas do bloco, resolvemos mandar confeccionar uma vestimenta definitiva, que poderia ser usada durante vários carnavais. Em cetim de um tom verde vivo, foram confeccionadas 32 golas em formato de losango, que deveriam ser colocadas a partir de um corte circular no centro por onde passaria a cabeça.

A nossa idéia era cobrir com a gola verde, pelo menos até a altura da cintura, a indumentária variada e diversa - em termos de cores e modelos - usada pelos músicos, com o objetivo de dar certa uniformidade visual à orquestra.

Minutos depois fomos pegos de surpresa por um fato intrigante: os músicos, já com as golas nas mãos, entre risos e expressões de certa estranheza, examinavam, conversavam, trocavam idéias sobre aquela “estranha” peça. Que fazer com aquilo? Para que serviria? Ficamos de longe observando e percebemos quando um deles estirou o tecido, analisou bem a forma, e resolveu dobrar a peça, amarrando-a em volta da cabeça como se fosse um turbante. Imediatamente os outros repetiram o gesto e, em pouco tempo, tínhamos 32 músicos prontos para começar a festa, apresentando uma recriação original das golas, agora transmutadas em turbantes verdes.

Depois do ocorrido, pasma e ao mesmo tempo intrigada, fiquei a me perguntar: o que teria passado pela cabeça dos músicos ao se verem diante do “esquisito” figurino que deveriam usar na apresentação daquela tarde? As respostas, mesmo porque são simples conjecturas, poderiam ser bastante variadas. Será que eles pensaram no calor que as golas fariam com o abafado verão da cidade? Que serviriam melhor se colocadas para proteger a cabeça do sol? Será que testaram e verificaram que atrapalhariam na execução das músicas e no manuseio dos instrumentos? Será que se negaram a vesti-las pelo simples fato de estarem chateados por não receberem as camisas a que estavam acostumados em carnavais passados, e que eram aproveitadas no resto do ano? Ou ainda, quem sabe,

simplesmente se inspiraram nas vestimentas árabes que apareciam na época diariamente na TV, em novela de grande sucesso?

O fato é que o que aconteceu naquela animada tarde de carnaval não me saiu da cabeça. Durante muito tempo mastigava o episódio, buscando respostas. Se, por um lado, os músicos da orquestra não entraram em confronto aberto conosco, não se negaram frontalmente a usar a peça proposta; por outro, também não incorporaram a idéia de pronto, não aceitaram o “modelito” imposto. Em um movimento criativo e astucioso, eles “fantasiaram uma fantasia” diferente, adaptando-a aos seus conceitos, necessidades e à sua visão de mundo.

Talvez as ligações entre o episódio das golas e as dezenas de casos que acabamos de narrar ao longo da tese possam parecer familiares ao leitor que me acompanhou pelas ruas e demais espaços de diversão e prazer do Recife. Mesmo separadas por quase oitenta anos, não pude deixar escapar a chance de associar o que ocorreu nas ruas de Casa Forte, no início do século XXI, aos episódios que, intrigada, examinava nas páginas amareladas dos documentos dos anos 1920.

Algo muito semelhante pode ser encontrado nas táticas de resistência utilizadas nesses dois diferentes tempos históricos, mostrando que, em meio a situações de possíveis conflitos, astúcias e “artes de fazer” são inventadas no sentido de ocupar espaços, reelaborar conceitos e manifestar insatisfações e tensões sociais. Segundo Certeau, a cidade é *“lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido como novos atributos”*. Nesse sentido, a cidade que se tentava instituir pelo discurso e projetos urbanísticos nos anos vinte, longe de representar *um “campo de operações programadas e controladas”*, funcionava como lugar de trocas culturais e da invenção de procedimentos *“multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos que escapavam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerciam (...)”*.¹

Nesse ponto, começo a pensar que as reações das camadas populares às normas de condutas impostas pelas elites na década de 1920 devem ter passado por trajetórias semelhantes àquelas seguidas por nossos músicos. A própria forma como foram articuladas as respostas das camadas populares às medidas ordenadoras e moralizadoras que estavam sendo implantadas nas cidades pelas elites contribuiu para a elaboração da falsa concepção de que o

¹ CERTEAU, Michel de . A invenção do cotidiano 1. Op. cit, pp. 174-175.

processo teria conseguido viabilizar-se sem grandes resistências, terminando por modelar comportamentos e modos de vida, conforme pode parecer à primeira vista.

Se o confronto aberto e uma reação direta por parte das camadas populares não aparecia com tanta frequência e na intensidade e força das normas e padrões que se tentavam instituir, isso não significa que não houve oposição e resistência. Por outro lado, devemos também levar em consideração interpretações diversas daquelas que encaram esse momento exclusivamente como um instante de conflito, de oposição dual, binária, entre os padrões culturais que estavam sendo impostos pela elite e a resistência das camadas populares em prol da manutenção dos seus costumes e modos de vida.

Complexo, melindroso e cheio de sutilezas, o momento pressupõe interpretações múltiplas, em que também haja espaço para uma avaliação do processo enquanto negociação cultural, em que apropriações, reinvenções e recriações sejam possibilidades plausíveis de explicação: “*Variados foram os caminhos de aproximação, comunicação e influência entre as manifestações da(s) cultura(s) popular(es) e do que se convencionou chamar de cultura(s) civilizadas e eruditas, inviabilizando simples distanciamentos e oposições.*”²

Cabe ao historiador perceber os movimentos de avanço e recuo, as múltiplas propostas e estratégias alternativas empregadas no cotidiano para enfrentar a avalanche de transformações, normas e novos padrões de comportamento que estavam sendo estabelecidos. Exemplos como a presença das elites nas cartomantes e curandeiros, ou o sucesso nos teatros da cidade do maxixe, ritmo de origem popular, longe de significar uma troca harmoniosa, mistura consensual, são resultantes de uma intensa e conflituosa barganha simbólica, de reinvenções e adaptações.

Considero muito enriquecedoras as ponderações feitas por Robert Darnton, acerca dos problemas enfrentados com o conceito de cultura.³ Seus trabalhos nos permitem fazer uma analogia entre cultura e linguagem. Darnton parte da idéia de que apesar de existir um “idioma cultural comum”, que circula por toda a sociedade e possibilita a comunicação básica entre os diversos grupos, existem variações quanto à interpretação desse idioma; significados diversos são atribuídos ao mesmo conteúdo, como se existissem espécies de dialetos, que só são compreendidos e falados por grupos específicos. Portanto, pessoas ou grupos diferentes podem atribuir significados

² ABREU, Martha. *O império do Divino*, op. cit. p. 385.

³ Para apreciação da dinâmica de trabalho do autor e da forma como ele trabalha com o conceito de cultura, ver: DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986 e *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

diversos a práticas culturais comuns, ou expressar sentidos contrários no interior de uma mesma “linguagem cultural”.

Ao invés de compreender o encontro entre culturas centrado apenas na visão redutora de dicotomias culturais, ou como simples troca entre universos inteiramente distintos, é interessante fazer um esforço na tentativa de perceber os diversos conflitos simultâneos e entrecruzados, as lógicas e interpretações diferentes que indivíduos ou grupos expressam sobre um mesmo acontecimento. Assim, procuramos entender a dinâmica dos espaços de diversão e prazer no Recife dos anos 1920, numa perspectiva polissêmica, na qual os lugares de festejar, beber, brincar e jogar na cidade constituíam-se em espaços não apenas de conflitos mas também de possibilidades de convivência e trocas simbólicas, que terminaram por montar uma *cultura híbrida*, caracterizada por múltiplas mesclas interculturais, conforme destaca Néstor Canclini.⁴

Quase um século depois, ao examinar esses casos e ocorrências, a sensação é de que na batalha pelos espaços da rua, pelos locais de diversão e prazer da cidade, não houve vencedores nem vencidos. A persistência das queixas na imprensa quanto a práticas proibidas por lei ou consideradas inadequadas mostra que a luta continuou ao longo das décadas seguintes. Independentemente do resultado final, de conclusões fechadas ou confirmação de hipóteses, passear pelas ruas e espaços de diversão do Recife em um tempo passado nos leva a repensar conceitos e compreender as disputas que se estabelecem hoje pelo direito de viver a cidade.

Essa é uma das missões da história.

⁴ Ver CANCLINI, Néstor García.
Culturas híbridas. Op. cit.



1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 Revistas

A PILHÉRIA. Recife, direção Alfredo Porto de Oliveira. Números pesquisados:

1923 - 84 ao 103.

1924 -153, 156-159, 161-170.

1925 -171- 222.

1926 - 223 - 274.

1927 - 275-304, 306-308, 310-313.

1929 - 400, 411, 415, 418, 422.

CINEARTE. Rio de Janeiro, edição Sociedade Anonyma “O Malho”. Anos pesquisados: 1927, 1928.

CINEMA. Recife, Propriedade de B. Ramos e Nehemias Gueiros. Números pesquisados:

1926 - 2,3.

1927 - 1,2,3,4,7,8,9,10,11.

1928 - 1.

CRI CRI. *Semanário humorístico e noticioso*. Recife, ano I. Números pesquisados: 1908 - 01 - 18.

MENSÁRIO PARAMOUT. Recife, órgão de propaganda editado pela Agência Paramount Recife. Números pesquisados:

nov. e dez. de 1926.

jan. a ago. de 1927.

O FOGO. Recife, ano I, 1923.

PAZE TRABALHO. Recife, publicação em homenagem ao governo Sérgio Loreto. 18/10/1923.

PRÁ VOCÊ. Recife, Empresa do Diário da Manhã. Números pesquisados:

1930 -1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18.

RECIFE SPORTIVO. Recife, Direção Manoel do Prado e Heitor Costa. Números pesquisados: 1919 - 3, 8,12,16.

REVISTA DA CIDADE. Recife, Proprietário Moraes Rodrigues e Cia. Números pesquisados:

1926 - 01 - 31.

1927 - 32 - 86 e 88 - 99.

1928 - 100-127, 129, 130, 132 -136.

1929 - 137,139-157, 160-168, 170-173.

REVISTA DE PERNAMBUCO. Recife, Publicação do Governo do Estado – Governador Sérgio Loreto. Números pesquisados:

1924 - jul. a dez.
1925 - jan. a dez.
1926 - jan. a jun.

REVISTA PERNAMBUCANA. Recife, direção Getúlio Amaral e Francisco Solano. Publicação quinzenal. Anos pesquisados:

1902
1904

RUA NOVA. Recife, Propriedade de Oswaldo Santiago. Números pesquisados:

1924 – 4-10.
1925 – 19-33.
1926 – 42-75.

1.2 Jornais

A PROVÍNCIA.

1927 set. a dez.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO.

1923 inúmeros exemplares de jan. a dez.
1925 jan. a mar.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

1927 vol. set. a dez.

JORNAL DO COMMERCIO.

1920 inúmeros exemplares de jan. a dez.
1924 inúmeros exemplares de jan. a dez.
1927 mar. e abr.

JORNAL DO RECIFE.

1922 inúmeros exemplares de jan. a dez.
1924 jan. a abr., out. e nov.
1925 abr. a dez.
1926 jan. a maio e set. a dez.
1927 jan. e fev., maio. a ago.
1928 jan. a abr.

JORNAL PEQUENO.

1921 inúmeros exemplares de jan. a dez.
1924 jan. a mar., out. e nov.
1925 jan. e fev.
1926 jun. a ago.

1.3 Documentos

Relatórios dos Chefes de Polícia - 1886-1929.

Relatório do Delegado do 1º distrito da Capital ao Chefe de Polícia - 1923.

Relatório do Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão ao Secretário da Justiça e Negócios Interiores - 1928.

Exposição dos Prefeitos na Abertura da 3ª sessão do Conselho Municipal - 1928.

Repartição Central de Polícia.

Petições - tomos: ago. de 1927-jan. 1928; jan.-dez. de 1929, out.-nov. de 1929.

Portarias - tomos: ago.-out. de 1927; nov.-dez. de 1927; abr.-jul. de 1929.

Ofícios Expedidos - tomo: set.-out. de 1928.

Licenças - tomo: jan. de 1928 -jun. de 1929.

Inspetoria Geral de Polícia.

Petições tomos: set.-out. de 1927; jan.-nov. de 1928; nov. de 1928-mar. de 1929.

Ofícios da Inspetoria Geral de Polícia à Repartição Central de Polícia - tomos: dez. de 1927; fev. de 1929,;set. 1929.

Ocorrências da Guarda Civil.

Tomos: abr.-julh de 1927.

Secção de Teatros e Diversões Públicas.

Ofícios - tomo: 1927-1929.

Licenças - tomo: jan.-jun. de 1929.

Comissão de Censura.

Tomo: nov. de 1927-nov. de 1930.

Relatórios das Delegacias de Polícia à Repartição Central de Polícia.

Tomo: ago.-out. de 1927.

Mensagem do Presidente de Província ao Congresso Legislativo do Estado, 06/03/1921.

1.4 Álbuns fotográficos, almanaques, dicionários e mapas

ÁLBUM ARTÍSTICO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO. Recife, Edição de Manuel Rodrigues Fogueira, 1925.

ÁLBUM DE VISTAS DO RECIFE. Sem autoria. Data aproximada - 1917.

ÁLBUM DE PERNAMBUCO 1913. Lisboa, Typografia do Anuário Commercial, 1913. Gravuras de P. Marinho. Obra de propaganda do Governo Dantas Barreto.

ALMANACH DE PERNAMBUCO. Recife, Imprensa Industrial. Anos pesquisados: 1920, 1922, 1924, 1925, 1926, 1929.

ALMANACK LITERÁRIO PERNAMBUCANO. Organização Gaspar Regueira Costa. 1912-1913.

ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Boston, The Colonial Press Inc., 1920 (D/A).

FERREZ, Gilberto. *Velhas Fotografias Pernambucanas: 1851-1890*. Rio de Janeiro, Campo Visual, 1988.

_____. (org.) *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes*. Recife, Gráfica Ed. do Recife, S/A, 1951.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Álbum comemorativo do Centenário da Confederação do Equador, promoção do Governo do Estado. Rio de Janeiro, Ed. Sociedade Anonyma "O Malho", 1924.

INDICADOR DO COMMERCIO E INDÚSTRIA EM PERNAMBUCO E ALAGOAS. Recife, Livraria Universal, 1916.

FATOS E CIFRAS. *O Governo de Pernambuco 1904-1908*. Recife, Typografia do Jornal do Recife, 1908.

MAPA DO RECIFE. Recife, Departamento de Saúde e Assistência, 1924.

NOVO DICCIONÁRIO ENCYCLOPÉDICO LUSO-BRASILEIRO. Porto, Lello & Irmão Editores, 1928.

PLANTA DA CIDADE DO RECIFE. Recife, estabelecimento gráfico Simonek & Cia., 1914.

RUAS DO RECIFE: Dicionário completo das ruas do município do Recife, com os nomes antiquíssimos, antigos e modernos e ligeiro histórico dos bairros. Recife, Informador Nery/Imprensa Industrial, 1921.

2. OBRAS DE CARÁTER GERAL

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro – 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ARAÚJO, Rosa M. Barbosa. *A Vocação do Prazer - A cidade e a família no Rio de*

Janeiro Republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, Circos e Cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zaar, 1981.

AZOUF, Mona. A Festa. In: *Historia - Novos Objetos*. LE GOFF, J. e NORA, Pierre. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *Obras escolhidas II. Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BENZAQUEM, Ricardo. *Guerra e paz. Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRECIANI, Stella. *Imagens da Cidade*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1994.

_____. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRETAS, Marcus. *Ordem na cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. A polícia das culturas. In: *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, USP, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Cidade Febril - Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, vol. 05, nº 11, 1991.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 07, nº 13, 1994.

COUCEIRO, Sylvia Costa. Os desafios da história cultural. In: *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas; cotidiano operário em São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales à Nova História*. São Paulo: Unicamp, 1992.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1995.

DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000: na pista dos nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

Estudos Históricos. Cultura e Povo. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol.3, n.6, 1990.

Estudos Históricos. Cultura e História Urbana. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol.8, n.16, 1995.

FABRIS, Annateresa. *Fotografia: Usos e Funções no Século XIX*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1991.

FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de F. (org.) *Cidade e História*. Salvador: UFBA/ANPUR, 1992.

FIGUEIREDO, B. G. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, VI, jul-out 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCESCHI, Humberto Moraes. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Takano/Sarapuí, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia. das

Letras, 1989.

_____. *História Noturna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

_____. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989,

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: NERU, nº 16, 1985.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926, no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma – a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

HUNT, Lynn. (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana F. de. (org.) *Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidade: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, Cortez, 2003.

KOSSOY, Boris. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas. In: *Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

_____. *Fotografia como Fonte Histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Secretaria da Indústria e Comércio, 1980.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem, a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *Coleção História*, 3 vol., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____, *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

_____. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

_____. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1988.

LOPES, Antônio H. (org.). *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Peres da (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: Ed. Universitária, 1988.

MAGNANI, José G. C. *Festa no Pedraço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARIANNI, Ricardo. *A Cidade Moderna entre a História e a Cultura*. São Paulo: Nobel, 1986.

MARQUES, Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: UNICAMP, 1999.

MELLO, Moraes Filho A. J. . *Festas e Tradições Populares no Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979.

MELLO, Victor Andrade de. *Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MOURA, Roberto. A indústria cultural e o espetáculo-negócio no Rio de Janeiro. In: LOPES, Antônio H. (org.). *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

OZOUF, Mona. A Festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (org.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

PECHMAN, Robert. Um Olhar Sobre a Cidade: Estudo da Imagem e do Imaginário do Rio na Formação da Modernidade. In: *Cidade e História*. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura/ANPUR, 1992.

PEREIRA NETO, André F. de. *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO Sandra J. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Estudos Históricos - Cultura e História Urbana*. Rio de Janeiro: n.º 16, 1995.

PRIORE, Mary del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

- QUEIRÓS, Eça de. *Civilização e outros contos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Carnaval brasileiro, o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- Revista Acervo - Fotografia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 6, nº 1-2, 1995.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.
- _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1980-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- Revista Brasileira de História*. Cultura e Cidades. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, 1985.
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidades, Rio de Janeiro: n.23, 1994.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Garnier Editor, 1908.
- ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: *Cidade & História*. FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de F. (org.) Salvador: UFBA/ANPUR, 1992.
- SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 27-28.
- SANTOS, Maria Helena C. dos. (org.) *A Festa*. 3 vol. Lisboa: Universitária Editora, 1992.
- SAROLDI, Luís Carlos. O maxixe como liberação do corpo. In: LOPES, Antônio Herculano (org.) *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000.
- SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de-Siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- SCHWARCZ, Lília & COSTA, Ângela M. da. *Virando séculos. 1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Orféu Estático na Metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. *Literatura Como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVEIRA, Anny J. Torres. O sonho de uma *petite* Paris: os cafés no cotidiano da capital. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na Cidade Vitoriana. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, v.05, pp. 07-33, set. 1984/abr. 1985.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

TINHORÃO, José Ramos. Circo brasileiro: o local no universal. In: LOPES, Antônio Herculano (org.) *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp. 2001.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURRAZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

VALENÇA, Suetônio Soares. Polca, lundu, polca-lundu, choro, maxixe. In: LOPES, Antônio Herculano (org.) *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Topbooks, 2000.

VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro F (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro:

Campus, 1997.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

_____. *Que cara tem o Brasil? As maneiras de pensar e sentir o nosso país*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

_____. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol 3, nº 06, 1990.

_____. Os cafés como espaço da moderna sociabilidade. In: LOPES, Antônio H. (org.). *Entre a Europa e a África: a invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

WEBER, Eugen J. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

3. LIVROS, TESES E ARTIGOS SOBRE O RECIFE

ALMEIDA, Magdalena. *Mário Sette: o retratista da palavra*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

AMADO, Gilberto. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

AMARAL, F. P. *Factos da História de Pernambuco*. Recife, Typografia do Jornal do Recife: 1884.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco imortal: evolução histórica e social de Pernambuco*. Recife: Ed. CEPE, 1997.

_____. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. *Festas: Máscaras do Tempo*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

_____. *As praias e os dias: a história social das praias do Recife e de Olinda*. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO. *Um Tempo do Recife*. Recife: Editora Universitária, 1978.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos*. Natal: EDUFRN, 1998.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos vinte em Pernambuco*. Recife: UFPE, 1996.

BARROS, Souza. *A Década de 20 em Pernambuco*. Recife, PCR/Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1985.

BARROSO FILHO, Geraldo. *Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: o caso do Recife. (1880 - 1940)*. Recife: UFPE, 1985. (Tese de mestrado mimeo. Mestrado em História).

BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1996.

BEZERRA, Daniel Uchôa Cavalcanti. *Alagados, mocambos e mocambeiro*. Recife: IJNPS/MEC, 1965.

BEZERRA, Gregório. *Memórias. 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BORBA FILHO, Hermilo. *Espetáculos populares do Nordeste*. São Paulo: Buriti, 1966.

BRAGA, Napoleão Barroso. *Cartas recifenses*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.

BRITO, F. Saturnino Rodrigues de. *Saneamento do Recife*. Recife: Typografia da Imprensa Oficial, vol.2, 1917.

CARNEIRO, Edison. *Folgedos tradicionais*. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Ediouro, 9ª ed., s/d.

_____. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

CASTRO, Josué. Visões do Recife. In: *O Recife – quatro séculos de sua paisagem*. SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo Dantas (org.). Recife: Editora Massangana, 1992.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1977.

COSTA, F. Pereira da. *Mosaico Pernambucano*. Recife: Typografia Universal, 1884.

_____. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

_____. *Folk Lore Pernambucano*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COUTINHO, Edilberto. *Presença Poética no Recife*. São Paulo: Arquimedes Edições, 1969.

DE CARLI, Gileno. *O processo histórico da usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942.

EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FEITOSA, Polycarpo. *Dois Recifes: com sessenta anos no meio*. Recife: Imprensa industrial, 1945

FERNANDES, Aníbal. *Idéias Francesas em Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1957.

FERREIRA, Ascenso. Presépios e pastoris. In: *Arquivos*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, dezembro de 1943.

FRAGOSO Danilo. *Velhas Ruas do Recife*. Recife: Imprensa Universitária, UFPE, 1971.

FREITAS, Octávio de. *Medicina e costumes do Recife antigo*. Recife: Imprensa Industrial, 1943.

_____. *Os nossos médicos e a nossa medicina*. Recife: A Província, 1904.

FREITAS, Octávio. *Idéias e Conceitos*. Recife: Imprensa Industrial, 1913.

_____. *O Clima e a Mortalidade da Cidade do Recife*. Recife: Imprensa Industrial, 1905.

FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1959.

_____. *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1968.

_____. *Assombrações do Recife velho*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. e outros. *O Livro do Nordeste*. Recife: Secretaria de Justiça/APE, 1979.

_____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1977.

_____. *Mucambos do Nordeste; algumas notas sobre o typo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

_____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, tomo 2º, 1959.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro: crônicas de costumes*. Org. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana x mucambópolis. O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Recife, Tese (Mestrado de História) – UFPE, 1997.

GONÇALVES FERNANDES, Albino. *Xangôs do Nordeste: investigação sobre os cultos negro-fetichistas no Recife*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

GUERRA, Flávio. *Arrecife de Sam Miguel*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1954.

_____. *O Conde da Boa Vista e o Recife*. Recife, Fundação Guararapes, 1973.: HONORATO, M.C. *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico*. Recife, Typografia Universal, 1863. (ver pág 149 e 113).

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte no Brasil*. São Paulo: Martins, 1949.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de educação e Cultura, 1978.

LEMON FILHO. *Clã do Açúcar: Recife - 1911/1934*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. São Paulo: Tese (Doutorado de Arquitetura e Urbanismo) – USP, 1996.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife - Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: CEPE, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife. In: *O Recife – quatro séculos de sua paisagem*. SOUTO MAIOR, Mário e SILVA, Leonardo Dantas. (orgs.). Recife: Editora

Massangana, 1992.

MOREIRA, Fernando Diniz. *A Construção de uma Cidade Moderna. Recife (1909 - 1926)*. Recife: UFPE, 1994. (Tese de mestrado mimeo. Mestrado em Desenvolvimento Urbano).

MOTA, Alves da. *No tempo do bonde elétrico*. Recife: Bagaço, 1997.

MOTA, Mauro. *Bê-a-Bá de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 1991.

NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa em Pernambuco (1821 – 195)*. Recife: APE, Imprensa Oficial, 1962.

OLIVEIRA, Waldemar. *Mundo submerso (Memórias)*. Recife: Fundação e Cultura Cidade do Recife, 1985.

ORLANDO, Arthur. *Porto e Cidade do Recife*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908.

OUTTES, Joel. *O Recife: gênese do urbanismo 1927-1943*. Recife: De. Massangana, 1997.

PARAHYM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

PARAÍSO, Rostand. *A Esquina do Lafayette e outros tempos do Recife*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2001.

_____. *A velha rua Nova e outras histórias*. Recife: Bagaço, 2002.

PEREIRA, Nilo. *Pernambucanidade*. Recife: Secretaria de Turismo Cultura e Esportes, 1983.

PERRUCI, Gadiel. *A República das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A Cidade do Recife (1908 - 1930): O Crescimento Urbano, o Comércio e a Indústria*. In: Anais do VII Simpósio Nacional da ANPUH. 1979.

PIMENTA Joaquim. *Retalhos do Passado*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1949.

PIO, Fernando. *Meu Recife de Outrora: Crônicas do Recife Antigo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1969.

PINTO, Estevão. *Pernambuco no século XIX*. Recife: Imprensa Industrial, 1922.

REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

REZENDE, Antônio Paulo. (org.) *Recife: que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987.

_____. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Campinas: Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, 1981.

_____. *(Des) Encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte*. São Paulo: USP, 1992. (Tese de Doutorado mimeo. Doutorado em História).

_____. *O Recife, histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

RIBEIRO, René. *Cultos Afro-brasileiros no Recife*. Recife: IJNPS, 1952.

ROCHA, Leduar de ASSIS. *História da medicina em Pernambuco*.

ROCHA, Tadeu. *Roteiros do Recife*. Recife: Gráfica Ipanema, 1967.

SETTE, Mário. *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Maxambombas e Maracatus*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife: 1981.

_____. *Anquinhas e Bernardas*. Recife: FUNDARPE, 1987.

_____. *Os Azevedo do Poço*. Recife: FUNDARPE, 1985.

_____. *Seu Candinho da Farmácia*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984.

SILVA, Jaílson P. da. *O encanto da velocidade: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20*. Recife: Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2002.

SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo. (org.) *O Recife: Quatro Séculos da sua Paisagem*. Recife: PCR/FUNDAJ, 1992.

_____. & VALENTE Valdemar. *Antologia pernambucana do folclore*. Recife: Massangana, 1988.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. *Posturas do Recife Imperial*. Recife, Tese (Doutorado em História) – UFPE, 2002.

TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VALENTE, Waldemar. *Pastoris do Recife Antigo e outros Ensaios*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora 1995.

VIANNA, A. J. Barbosa. *O Recife, Capital do Estado de Pernambuco*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1970.

WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos Populares do Recife Antigo*. Recife: Edição do Colégio Moderno, 1954.

WEINSTEIN, Flávio Teixeira. *As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século*. Recife: Dissertação (Mestrado de História) – UFPE, 1994.

ZAIDAN, Noêmia. *O Recife nos trilhos dos bondes de burro: 1871-1914*. Recife: Dissertação (Mestrado de Desenvolvimento Urbano) – UFPE, 1991.

ZANCHETTI, Silvio Mendes. Distribuição das Atividades Econômicas no Espaço Urbano do Recife: 1850 - 1881. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: n. 29, NERU/Bandeirante, 1990.